



ANAIS DO V ENCONTRO DE PESQUISA E INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Universidade Metropolitana de Santos

ISBN

Santos
2022

APRESENTAÇÃO

O Encontro de Pesquisa e Iniciação Científica da Universidade Metropolitana de Santos (EPIC-UNIMES) é um evento realizado anualmente para proporcionar à comunidade acadêmica um espaço próprio para discussão e divulgação do conhecimento científico, bem como promoção e interação das atividades de pesquisa desenvolvidas em Instituições de Ensino Superior (IES), criando, assim, um momento exclusivo e privilegiado para discussão e divulgação de sua produção científica e, desta forma, apoiar o desenvolvimento intelectual contínuo dos alunos de graduação e de pós-graduação, do stricto sensu, lato sensu, iniciação científica e dos docentes.

O EPIC-UNIMES tem como objetivos divulgar os resultados dos projetos de pesquisas científicas e tecnológicas realizadas por estudantes e ex-estudantes de graduação e de pós-graduação da UNIMES e de outras IES nacionais e estrangeiras, bem como contribuir para a formação dos participantes; apoiar, incentivar e divulgar o conhecimento científico na comunidade acadêmica; qualificar o corpo docente e discente de graduação e de pós-graduação, seguindo o processo de formação contínua; e estimular o interesse pela pesquisa em áreas carentes de produção científica.

Em 31 de outubro de 2022, as Comissões Organizadora e Científica se reuniram e organizaram o V EPIC-UNIMES, com fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) (Processo FAPESP 2022/09221-9). É um evento gratuito organizado anualmente por docentes e discentes da UNIMES com a finalidade de prezar pelo estímulo à pesquisa, divulgação e compartilhamento de conhecimento científico e tecnológico.

UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS

CHANCELER

RUBENS FLÁVIO DE SIQUEIRA VIEGAS

REITORA

PROFA. RENATA GARCIA DE SIQUEIRA VIEGAS

PRÓ-REITORA ACADÊMICA

PROFA. DRA. ELAINE MARCILIO SANTOS

PRÓ-REITOR ADMINISTRATIVO

PROF. RUBENS FLÁVIO DE SIQUEIRA VIEGAS

DIRETOR ACADÊMICO

PROF. DR. GUSTAVO DUARTE MENDES

COORDENADORA DO CENTRO DE PESQUISAS

PROFA. DRA. SANDRA KALIL BUSSADORI

COMISSÃO ORGANIZADORA

Presidente

Profa. Dra. Ana Luiza Cabrera Martimbianco

Coordenadora da Comissão Científica

Profa. Dra. Mileny Esbravatti Stephano Colovati

Comissão Científica

Prof. Dr. Gustavo Duarte Mendes

Profa. Dra. Juliana Altavista Gallo

Profa. Dra. Marcela Leticia Leal Gonçalves

Profa. Ana Paula Taboada Sobral

Secretaria e Certificados

Sra. Magda Aparecida Cadinelli

Editores dos Anais

Profa. Dra. Juliana Altavista Gallo

Profa. Dra. Marcela Leticia Leal Gonçalves

Profa. Dra. Ana Luiza Cabrera Martimbianco

Profa. Dra. Mileny Esbravatti Stephano Colovati

Registro acadêmico dos Anais do evento

ISSN 2675-262X



(Processo FAPESP 2022/09221-9)

EDITORIAL

Caros alunos e professores,

É com imensa satisfação e carinho que apresentamos os Anais do V Encontro de Pesquisa e Iniciação Científica (EPIC-UNIMES) da Universidade Metropolitana de Santos para o ano de 2022. Muito mais que uma compilação de mais de trabalhos científicos, esta publicação fortalece a cada ano o compromisso da Universidade com o aprimoramento científico de seu corpo docente e discente, a inovação das pesquisas nas diferentes áreas do conhecimento e consolida a Iniciação Científica, Pesquisa e o *Stricto Sensu*.

Cada pesquisador que participa do EPIC-UNIMES, motiva a Universidade na busca constante de melhores parâmetros de qualidade, e renova e fortalece a nossa missão de produzir e socializar o conhecimento por meio de nossas atividades de pesquisa, ensino e extensão, visando a capacitação profissional de excelência, e a formação integral do indivíduo.

Sejam sempre bem-vindos e aproveitem a oportunidade de aprender e conviver.

PROFA. DRA. ELAINE MARCILIO SANTOS

Pró-reitora acadêmica

Universidade Metropolitana de Santos

EDITORIAL

É com grande satisfação e alegria que apresentamos mais um Anais do V Encontro de Pesquisa e Iniciação Científica da Universidade Metropolitana de Santos, fundamentando com ciência e inovação as pesquisas científicas realizadas nas diferentes áreas do conhecimento, em nível de graduação e pós-graduação. Este evento que esse ano retorna no formato híbrido e ampliando seu alcance, consolida a vocação desta instituição de ensino não apenas na graduação e extensão, como também, na geração de novos conhecimentos e tecnologias.

Os projetos e trabalhos de iniciação científica e pesquisa desenvolvidos pelos estudantes em todas as suas unidades e cursos são apresentados neste evento.

A UNIMES vem se consolidando como importante polo de referência na pesquisa, incentivando a iniciação científica e o *stricto sensu*, oferecendo uma forte contribuição à Ciência, gerando constante troca de informações, contato com outros pesquisadores, e observação das principais tendências e a atualização do pesquisador com o mundo científico.

Saudações acadêmicas,

PROFA. DRA. SANDRA KALIL BUSSADORI
Coordenadora do Centro de Pesquisas
Universidade Metropolitana de Santos

EDITORIAL

Caros alunos e professores,

A Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES vem orgulhosamente junto à comunidade acadêmica apresentar os anais do V Encontro de Pesquisa e Iniciação Científica (EPIC).

A UNIMES compreende e exerce seu papel na sociedade, como universidade, no incentivo a realização da iniciação científica nos cursos de graduação em consonância com as pesquisas realizadas em programas de lato e stricto sensu, conforme previsto em seu plano de desenvolvimento institucional (PDI).

Neste ano, discentes e docentes apresentaram seus projetos de iniciação científica e pesquisa com grande resiliência, dedicação e com a implantação de inovadoras formas de apresentação. Tivemos ainda um evento voltado as todas as áreas do conhecimento e trabalhos apresentados pelos grupos de pesquisa da UNIMES.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer a todos os participantes do EPIC, a nossa reitora, Profa. Dra. Renata Garcia de Siqueira Viegas, a nossa Diretora de Pesquisa, Profa. Dra. Sandra Kalil Bussadori, a toda comissão científica do evento, representados pela Profa. Dra. Ana Luiza Cabrera Martimbianco, Presidente do EPIC, Profa. Dra. Mileny Esbravatti Stephano Colovati e aos docentes dos programas de Stricto Sensu em Saúde e Meio Ambiente, Medicina Veterinária no Meio Ambiente Litorâneo e Práticas Docentes no Ensino Fundamental, e aos docentes dos grupos de pesquisas na área de Educação Básica: Currículo e Interdisciplinaridade, Direito, Interprofissionalidade na Formação em Saúde, e Longevidade, Sociedade e Políticas Públicas.

Agradecemos, especialmente, aos professores convidados que possibilitaram magníficas palestras a nossa comunidade acadêmica.

Muito obrigado!

PROF. DR. GUSTAVO DUARTE MENDES

Diretor Acadêmico

Universidade Metropolitana de Santos

EDITORIAL

O V Encontro de Ensino e Pesquisa (EPIC) tem a missão de proporcionar um espaço de aprendizado colaborativo e disseminação do conhecimento técnico-científico, e vem reforçar o compromisso da UNIMES junto à comunidade acadêmica e a sociedade no incentivo às pesquisas científicas de qualidade nas diferentes áreas do conhecimento. Desta forma, é com imensa satisfação que apresentamos os Anais do V EPIC, realizado em 31 de outubro de 2022 em formato híbrido, e que contou com trabalhos científicos de relevância apresentados por alunos e professores da UNIMES e de outras Instituições de Ensino Superior nacionais e internacionais.

Agradeço em nome da Comissão Científica e Organizadora à excelentíssima Reitora Dra. Renata Garcia de Siqueira Viegas, à Pró-Reitora Acadêmica, Profa. Dra. Elaine Marcilio Santos, à Diretora de Pesquisa, Profa. Dra. Sandra Kalil Bussadori, ao Diretor Acadêmico, Prof. Dr. Gustavo Duarte Mendes, à Profa. Dra. Mileny Esbravatti Stephano Colovati e a todos os membros da Comissão Científica, à Comissão Examinadora, às professoras convidadas que nos proporcionaram palestras brilhantes sobre a importância da iniciação científica e pesquisa, Profa. Dra. Sandra Kalil Bussadori, Profa. Dra. Patrícia Logullo, Profa. Dra. Rachel Riera. Agradecimentos também à Magda Aparecida Cadinelli e toda equipe de suporte técnico, e a todos os participantes que fizeram do nosso evento um importante momento de troca de aprendizado e conhecimento. Muito obrigada!

PROFA. DRA. ANA LUIZA CABRERA MARTIMBIANCO

Presidente do V Encontro de Pesquisa e Iniciação Científica

Universidade Metropolitana de Santos

COMISSÃO ORGANIZADORA DISCENTE

Ana Paula da Silva

Giovanna Marcílio Santos

Kamilla Mayr Martins Sá

Melissa Diniz Bandeira

Robert Reis Skylis

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Abigail Malavasi

Profa. Dra. Ana Paula Taboada Sobral

Profa. Dra. Angélica Carlini

Profa. Dra. Angelina Zanesco

Prof. Dr. Alessandro Hirata

Prof. Dr. Beethoven H. Rodrigues da Costa

Profa. Dra. Camila Barreto

Prof. Dr. Carlos Alberto Vieira Borba

Profa. Dra. Carolina Machado Guedes

Prof. Dr. Edgar Maquigussa

Profa. Me. Elaine Cristina dos Santos Giovanini

Profa. Dra. Eliana Franco Neme

Profa. Dra. Eliane Marta Quinones

Profa. Dra. Elisete Gomes Natário

Profa. Dra. Elizabeth Oliveira Sales

Profa. Dra. Erica Elias Baron

Profa. Dra. Gabriela Traldi Zaffalon

Prof. Dr. Gerson Tenório Santos

Prof. Dr. Gilberto De Nucci

Profa. Dra. Irene Coelho da Silva

Profa. Dra. Júlia Parisi

Prof. Dr. Jean Carlos Silvestre

Prof. Dr. José Cássio de Almeida Magalhães

Profa. Dra. Juliana Altavista Gallo

Prof. Dr. Lucas Enju

Prof. Dr. Luciano C. B. Almeida da Silva

Prof. Dr. Luiz Roberto Biondi

Profa. Dra. Marcela Leticia Leal Gonçalves

Prof. Me. Marcelo Vasques Casati

Profa. Dra. Maria Candelaria V. M. de Oliveira

Profa. Dra. Mariângela Camba

Prof. Me. Maurício Nunes Lobo

Prof. Dr. Michel da Costa

Prof. Dr. Milton Azedo

Profa. Dra. Mirian Aparecida Boim

Profa. Me. Nayara Carvalho Cavalcanti Ares

Profa. Dra. Paula Andrea De Santis Bastos

Prof. Dr. Paulo Eduardo Pereira

Prof. Dr. Roberto Focaccia

Prof. Dr. Sérgio Marques Jabur

Profa. Dra. Syntia Pereira Alves

Prof. Dr. Thiago Simão Gomes

Profa. Dra. Vânia Loureiro

Prof. Dr. Vinicius Lauria

Profa. Dra. Yara Dadalti Fragoso

PROFESSORES CONVIDADOS

Palestrantes e temas abordados:

O V EPIC-UNIMES contou com a participação de três palestrantes renomadas na área de pesquisa e iniciação científica:

- **Professora Sandra Kalil Bussadori**, pesquisadora e professora da Universidade Nove de Julho (UNINOVE) e Coordenadora do Centro de Pesquisas e Pós-graduação da UNIMES, com o tema “A importância da iniciação científica na jornada acadêmica”.
- **Professora Patrícia Logullo**, jornalista científica, pesquisadora da iniciativa Equator Network e da Universidade de Oxford, Reino Unido, com o tema “Como elaborar um artigo científico”;
- **Professora Rachel Riera**, pesquisadora e professora da disciplina de Medicina Baseada em Evidências da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp/EPM) e Coordenadora do Núcleo de Avaliação de Tecnologias em Saúde do Hospital Sírio-Libanês, com o tema “Evidências Científicas e Vieses”.

Sumário

ARQUEOLOGIA, GEOGRAFIA E HISTÓRIA.....	11
001. A TRAJETÓRIA DE D.DAVID PICÃO NA DIOCESE DE SANTOS DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR (1966-1985)	12
002. A UTILIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA NO ESTUDO DA DITADURA BRASILEIRA – O CASO DA VALA DE PERUS15	
003. A VALORIZAÇÃO DA PESSOA IDOSA A PARTIR DE SUAS MEMÓRIAS	18
004. ARQUEOLOGIA DA PICHANÇA: AS DIFERENÇAS ESTILÍSTICAS E AS ESPECIFICIDADES REGIONAIS DOS “GRAFISMOS URBANOS”	23
005. ARQUEOLOGIA DIGITAL NA CIDADE DE SÃO PAULO: PROPOSTAS E DESAFIOS	25
006. CLODOALDO BUENO: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA	28
007. MÉTODO DE CAMPO E ARQUEOLOGIA DIGITAL: LEVANTAMENTO FOTOGRAMÉTRICO DA ERMIDA DE SÃO JORGE DOS ERASMOS	34
008. O TEMA DA VIOLÊNCIA EM <i>CASA-GRANDE & SENZALA</i> DE GILBERTO FREYRE	38
009. OS PAPIROS ARAMAICOS DE WADI DALIYEH: REGISTROS DE COMPRA E VENDA DE ESCRAVIZADOS NA SAMARIA PERSA	43
DIREITO	46
010. DA EXISTÊNCIA DA CONDIÇÃO RESOLUTIVA E DE SUA (IR)RETROATIVIDADE NO DIREITO ROMANO	47
011. A RESPONSABILIDADE CIVIL POR DISCURSO DE ÓDIO PROFERIDO NA INTERNET: POSSIBILIDADES E LIMITES	52
012. ASPECTOS COMPARATIVOS ENTRE O REGULAMENTO GERAL SOBRE A PROTEÇÃO DE DADOS (GDPR) DA UNIÃO EUROPEIA E A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) BRASILEIRA	57
013. AUTONOMIA COMO ELEMENTO ESSENCIAL DA EMANCIPAÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA	61
014. CONSTITUIÇÃO IMPERIAL E RELIGIÃO: UM APANHADO HISTÓRICO-CONSTITUCIONAL DA LIBERDADE RELIGIOSA NO BRASIL IMPÉRIO.....	66
015. DIGNIDADE E MEIO AMBIENTE: SUPERAÇÃO AO ANTROPOCENTRISMO	68
016. EVOLUÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E DESAFIOS DA DEMOCRACIA	73
017. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE DEPENDENTES QUÍMICOS EM CASO DE INTERNAÇÃO COMPULSORIA OU INVOLUNTÁRIA.....	78
018. A RESPONSABILIDADE OBJETIVA NA CULPA E A CULPA NA RESPONSABILIDADE OBJETIVA: A RESPONSABILIZAÇÃO PELA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	81
019. OS ELEMENTOS DEFINIDORES E A FORMAÇÃO DOS CONTRATOS REAIS NO DIREITO ROMANO	85
020. PLAIN LANGUAGE E VISUAL LAW: DUAS METODOLOGIAS EM BENEFÍCIO DO APRIMORAMENTO DA COMUNICAÇÃO JURÍDICA PERANTE OS JURADOS NO TRIBUNAL DO JÚRI	89

021. RESPONSABILIDADE CIVIL NA CADEIA DE SUPRIMENTOS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	93
EDUCAÇÃO FÍSICA	98
022. ANÁLISE DA CARGA LEVANTADA POR IDOSOS ATIVOS PRATICANTES DE MUSCULAÇÃO	99
023. ANTROPOMETRIA E VARIÁVEIS METABÓLICAS DE ATLETAS PROFISSIONAIS DE FUTEBOL E FUTSAL	100
024. EFEITO DO PUMP NA CIRCUNFERÊNCIA DE BRAÇO DE PRATICANTES DE MUSCULAÇÃO	101
025. EFEITOS DE DIFERENTES METODOLOGIAS DO TREINAMENTO DE FORÇA EM ADULTOS	103
026. INFLUÊNCIA DA VELOCIDADE DE EXECUÇÃO NA CONCENTRAÇÃO DE LACTATO SANGUÍNEO EM PROTOCOLO DE TREINAMENTO DE FORÇA NO EXERCÍCIO DE SUPINO.....	107
027. RELAÇÃO ENTRE VOLUME DE REPETIÇÕES E EQUILÍBRIO MUSCULAR DE EXTENSORES E FLEXORES DA ARTICULAÇÃO DO JOELHO	109
028. TREINAMENTO DE FORÇA E SARCOPENIA EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS	110
029. EFEITOS DA SUPLEMENTAÇÃO DE CREATINA E DO TREINAMENTO DE FORÇA NO AUMENTO DA MASSA MUSCULAR, QUALIDADE DE VIDA E ESTADO MENTAL DE IDOSOS DA CIDADE DE SANTOS.....	111
030. UM OLHAR SOBRE O VOO LIVRE: COMPREENDENDO O QUE O ESPORTE PODE PROPORCIONAR FISIOLÓGICAMENTE	116
031. EQUILÍBRIO MUSCULAR ENTRE EXTENSORES E FLEXORES DO JOELHO EM PRATICANTES DE CROSSFIT®	120
ENFERMAGEM	123
032. A SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO E DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE FRENTE À PANDEMIA COVID-19: UMA REVISÃO NA LITERATURA	124
033. AUTONOMIA E RELEVÂNCIA DO ENFERMEIRO NA PRESCRIÇÃO DA PROFILAXIA PRÉ-EXPOSIÇÃO AO HIV: UMA REVISÃO LITERÁRIA	128
034. IMPLANTAÇÃO DO SCORE DE DETERIORAÇÃO CLÍNICA (MEWS) EM PACIENTES CRÍTICOS E O PAPEL DA EQUIPE DE ENFERMAGEM	132
035. O ENFERMEIRO INTENSIVISTA, NA MANUTENÇÃO DO POSSÍVEL DOADOR DE ÓRGÃOS: REVISÃO INTEGRATIVA.....	133
036. A IMPORTÂNCIA DA PRESENÇA DOS PAIS NA RECUPERAÇÃO DOS RECÉM- NASCIDOS EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL.....	141
037. O IMPACTO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO PÓS-PARTO.....	145
038. A AUDITORIA DE ENFERMAGEM E A SUA INFLUÊNCIA NOS PROCESSOS DO CUIDADO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA.....	150
ENSINO.....	155
039. A ABORDAGEM CURRICULAR INDÍGENA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MONGAGUÁ-SP: UM CONSTRUCTO EM LOCO	156

040. A EDUCAÇÃO DOS SURDOS E O USO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) NA PRÁTICA DOCENTE NO ENSINO FUNDAMENTAL.....	159
041. A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO PRÁTICA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL: PERIÓDICOS E REFLEXÕES SOBRE A PANDEMIA	165
042. A FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR: ENTRAVES E POSSIBILIDADES	169
043. A INTERDISCIPLINARIDADE DA GEOGRAFIA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA PARA A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO ECOLÓGICO	173
044. A MAFALDA E O ENSINO DE GEOGRAFIA POLÍTICA: REFLEXÕES SOBRE O USO DE RECURSOS DIDÁTICOS E TICS EM TURMAS DE OITAVO E NONO ANO	177
045. AMBIENTE COOPERATIVO EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA – CONDIÇÃO NECESSÁRIA AO APRENDIZADO E CIDADANIA.....	182
046. ANÁLISE DA ESCULTURA DISCÓBULO DE MÍRON E A RELAÇÃO DA BUSCA PELO CORPO PERFEITO NOS DIAS DE HOJE.....	186
047. AS CONTRIBUIÇÕES DA DANÇA PARA APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS.....	190
048. AS CONTRIBUIÇÕES DAS POLÍTICAS DE JUSTIÇA RESTAURATIVA PARA ESTABELECIMENTO DO DIÁLOGO CONTRA A VIOLÊNCIA NA ESCOLA	195
049. AS INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS DE HOWARD GARDNER: COMO USÁ-LAS DE FORMAS CRIATIVAS NAS AULAS DE INGLÊS DE ESCOLAS PÚBLICAS DE SANTOS DE ENSINO FUNDAMENTAL I – ANOS INICIAIS	199
050. OS COORDENADORES PEDAGÓGICOS E A FORMAÇÃO CONTINUADA: DESAFIOS NO CONTEXTO PANDÊMICO DA COVID-19	203
051. CULTURAS OCEÂNICAS E ARTES VISUAIS: UMA REFLEXÃO SOBRE AS POTÊNCIAS DOS SABERES ARTÍSTICOS E OS OCEANOS.	207
052. CURRÍCULO SANTISTA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS.....	212
053. PRODUÇÃO TEXTUAL E TECNOLOGIAS DIGITAIS: INTERAÇÕES NECESSÁRIAS À SALA DE AULA.	217
054. IDENTIDADE DOCENTE E SEU PROCESSO DE FORMAÇÃO	221
055. ESCOLA DEMOCRÁTICA: UMA REFLEXÃO SOBRE PARTICIPAÇÃO.....	225
056. POLÍTICAS PÚBLICAS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA.....	229
057. INTERPRETANDO O CORPO: AS MULTIPLAS LINGUAGENS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O MULTILETRAMENTO DOS ALUNOS.....	233
058. LETRAMENTO MATEMÁTICO: POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO ESTATÍSTICA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL.....	238
059. DESENVOLVIMENTO DE UM AMBIENTE SOCIOMORAL EM SALA DE AULA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	244
060. O LETRAMENTO LITERÁRIO E SUA IMPORTÂNCIA PARA APRENDIZAGEM DA LEITURA DAS CRIANÇAS DOS ANOS INICIAIS	248

061. O PAPEL DA ESCOLA NA OBSERVAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES COMPORTAMENTAIS DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA INFANTIL	252
062. O PATRIMÔNIO DA ORLA DE PRAIA GRANDE/SP NA SALA DE AULA: ENSINO DE HISTÓRIA LÚDICO PARA ALUNOS SURDOS E DEFICIENTES AUDITIVOS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	260
063. POLÍTICAS PÚBLICAS NA ATUALIDADE, EDUCAÇÃO PRESENCIAL COM AULAS REMOTAS: ALUNOS EM VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE CUBATÃO	264
064. REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	272
065. OS MEMES DE INTERNET NA FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE:UMA PROPOSTA PARA O ENSINO DE UM LETRAMENTO CRÍTICO E REFLEXIVO PARA PROFESSORES DO 9º ANO DE UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL	278
066. MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA	282
067. LETRAMENTO LITERÁRIO NO ENSINO FUNDAMENTAL II: ESTUDO DA LITERATURA AFRICANA PARA 9o ANO.....	286
068. PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: DESAFIOS EM TEMPOS PANDÊMICOS.....	291
069. A INCLUSÃO EM AULAS DE HISTÓRIA POR MEIO DA LEITURA DE IMAGENS	295
070. POLÍTICAS PÚBLICAS REGULATÓRIAS CONCERNENTES À EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	302
ADMINISTRAÇÃO	307
071. ANÁLISE DOS RISCOS E FERRAMENTAS DE ANÁLISE DE INVESTIMENTOS: CONHECIMENTO DO FATOR DE RISCO SOB A ÓTICA DE OPERADORES EM EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA.....	308
MEDICINA.....	324
072. 6-NITRODOPAMINA MAIOR MEDIADOR ENDÓGENO CARDIOVASCULAR José Britto- Júnior ¹ , Antonio Tiago Lima ¹ , Amanda Rodriguez Tato Gama Custódio ² , Gustavo Duarte Mendes ³ , Gilberto De Nucci ^{1,3}	325
073. ANÁLISE DO EFEITO GENOTÓXICO DO CAPTOPRIL	326
074. ANÁLISE DOS POLUENTES REGISTRADOS PELA CETESB NO MUNICÍPIO DE SANTOS: DADOS PARCIAIS. 331	
075. ANTAGONISTAS DOS RECEPTORES B1 E B1/B2-ADRENÉRGICOS BLOQUEIAM AS CONTRAÇÕES INDUZIDAS POR 6-NITRODOPAMINA DO VASO DEFERENTE DO EPIDÍDIMO ISOLADO DE RATO	335
076. ASSOCIAÇÃO ENTRE O TABAGISMO E OS POLIMORFISMOS DO GENE APOE NA FUNÇÃO COGNITIVA DE IDOSOS NA BAIXADA SANTISTA.....	337
077. AVALIAÇÃO DA PRESENÇA DE HALITOSE E DE SEUS FATORES DE RISCO EM PESCADORES DA REGIÃO PORTUÁRIA DE SANTOS	342
078. AVALIAÇÃO METODOLÓGICA DAS REVISÕES SISTEMÁTICAS SOBRE EXERCÍCIO FÍSICO PARA PACIENTES COM CÂNCER DE MAMA. ESTUDO META-EPIDEMIOLÓGICO.....	345

079. COMPARAÇÃO DA SOBREVIVÊNCIA DE PACIENTES ENVOLVIDOS EM TRAUMA COM HEMORRAGIA UTILIZANDO TRANSFUSÃO MACIÇA OU FLUIDOS CRISTALOIDES NO ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR: REVISÃO SISTEMÁTICA.....	350
080. EFICÁCIA E SEGURANÇA DOS EXERCÍCIOS FÍSICOS PARA MULHERES COM CÂNCER DE MAMA. OVERVIEW DE REVISÕES SISTEMÁTICAS. (PROTOCOLO)	356
081. IMPACTO AMBIENTAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE SANTOS.....	361
082. IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NAS ATIVIDADES PORTUÁRIAS E SEUS EFEITOS AMBIENTAIS E NA SAÚDE DA POPULAÇÃO. REVISÃO DE ESCOPO.....	366
083. INFLUÊNCIA DOS HÁBITOS DE VIDA DOS IDOSOS	371
084. INTERVENÇÕES PARA O TRATAMENTO DE FISSURAS MAMÁRIAS. REVISÃO SISTEMÁTICA E METANÁLISE	374
085. MANEJO ESTRUTURADO DA COLANGITE AGUDA GRAU III	380
086. MENINGITE LINFOMONOCITÁRIA RECORRENTE BENIGNA DE MOLLARET: RELATO DE CASO E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	383
087. MONITORAMENTO DE ESCHERICHIA COLI E COLIFORMES TOTAIS NO RIO POUCA SAÚDE LOCALIZADO NA MARGEM DIREITA DA ÁREA PORTUÁRIA DE SANTOS	387
088. PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA SAÚDE OCULAR DOS TRABALHADORES DO PORTO DE SANTOS	391
089. PESQUISA DE CISTOS, OVOS E LARVAS DE PARASITAS EM AREIA NA PRAIA DE SANTOS	392
090. POLIMORFISMOS DO GENE APOE, FATORES DO ESTILO DE VIDA E FUNÇÃO COGNITIVA: INTERAÇÃO GENE - AMBIENTE NA POPULAÇÃO IDOSA DA BAIXADA SANTISTA	397
091. PREVALÊNCIA DE HIV, SÍFILIS, HEPATITES B e C NA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE SANTOS.	402
092. QUALIDADE METODOLÓGICA DAS REVISÕES SISTEMÁTICAS SOBRE HIDROXICLOROQUINA OU CLOROQUINA PARA COVID-19. ESTUDO META-EPIDEMIOLÓGICO	406
093. QUANTIFICAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO DA POLUIÇÃO DO AR POR NAVIOS NO PORTO DE SANTOS, SP ...	409
094. RELATO DE CASO HERPES ZOSTER INFANTIL NO PERÍODO DA PANDEMIA DA COVID-19	416
095. TRATAMENTO FARMACOLÓGICO PARA PACIENTES COM TRANSTORNO DE ESCORIAÇÃO - REVISÃO SISTEMÁTICA DE ENSAIOS CLÍNICOS RANDOMIZADOS	419
096. TRATAMENTO MEDICAMENTOSO PARA PACIENTES COM TRICOTILOMANIA. REVISÃO SISTEMÁTICA DE ENSAIOS CLÍNICOS RANDOMIZADOS.....	424
MEDICINA VETERINÁRIA	429
097. AÇÕES ANTRÓPICAS TÊM RELAÇÃO COM A RETENÇÃO DE OVOS EM QUELÔNIOS?	430
098. AVALIAÇÃO DA OCORRÊNCIA DE DERMATOSE ACTÍNICA EM CÃES E GATOS NA CIDADE DE SANTOS-SP E USO DE ÁCIDO GRAXO ÔMEGA-3 COMO FOTOPROTETOR	436

099. AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE IRRADIAÇÃO DE ALIMENTOS POR PROFISSIONAIS VETERINÁRIOS E ESTUDANTES DE MEDICINA VETERINÁRIA.....	440
100. COMPARAÇÃO DE PROTOCOLOS A RESPEITO DE NEOPLASIA MAMÁRIA EM CADELAS NA REGIÃO DE SANTOS, LITORAL DE SÃO PAULO	445
101. LEVANTAMENTO DA OCORRÊNCIA DA ONÇA-PINTADA (<i>Panthera onca</i>) E SUAS PRESAS NA ESTAÇÃO ECOLÓGICA JURÉIA-ITATINS	453
102. VIABILIDADE ECONÔMICA DA AQUAPONIA: PRODUÇÃO DO LAMBARI ROSA (<i>ASTYANAX LACUSTRIS</i>) COM A ALFACE (<i>LACTUCA SATIVA</i>).....	458
NUTRIÇÃO	465
103. AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: ANÁLISE DAS CHAMADAS PÚBLICAS DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO NO ANO DE 2021	466
104. AVALIAÇÃO DA (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR NO PÓS PANDEMIA E DO ACESSO AOS ALIMENTOS DURANTE A PANDEMIA DE FAMÍLIAS COM CRIANÇAS MATRICULADAS EM DUAS CRECHES SANTISTAS	470
105. AVALIAÇÃO DAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS E DE HIGIENE EM RESTAURANTES COMERCIAIS DA CIDADE DE SANTOS	475
106. ESTADO NUTRICIONAL E CONSUMO ALIMENTAR DE ESCOLARES DA BAIXADA SANTISTA.....	480
107. ITINERÁRIOS PARA O ACESSO À ALIMENTAÇÃO PELA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM UM MUNICÍPIO DO SUDESTE BRASILEIRO.....	489
108. REPERCUSSÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NOS MODOS DE VIDA DE FAMÍLIAS DA PERIFERIA DE UM GRANDE CENTRO URBANO DO SUDESTE BRASILEIRO	493
ODONTOLOGIA	499
109. EFICÁCIA DA TERAPIA FOTODINÂMICA ANTIMICROBIANA, DA PASTA GUEDES-PINTO E DA PASTA CTZ NO TRATAMENTO ENDODÔNTICO DE DENTES DECÍDUOS.....	500
110. MANIFESTAÇÕES BUCAIS MAIS PREVALENTES EM GESTANTES: REVISÃO DA LITERATURA.	504
111. PROGRAMA DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO DE PACIENTES DA BAIXADA SANTISTA EM ÂMBITO HOSPITALAR.	507
112. UTILIDADE DA RADIOGRAFIA NA DECISÃO DE SELAR MOLARES DECÍDUOS – PROTOCOLO DE ESTUDO CLÍNICO RANDOMIZADO DE DIAGNÓSTICO	511
PSICOLOGIA	513
113. FERNANDO E SUAS PESSOAS	514
114. EVASÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL DE SANTOS – SP – IDENTIFICAR CAUSAS, AÇÕES, AVANÇAR NO AMANHÃ.....	519
115. O PAPEL DO PSICÓLOGO NA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NA PREVENÇÃO AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL.....	523

116. A INFLUÊNCIA DA PLATAFORMA INSTAGRAM NO DESPERTAR DE TRANSTORNOS ALIMENTARES NO PERÍODO PANDÊMICO	528
117. COMPORTAMENTO ESTRATÉGICO DO PSICOPATA EM AMBIENTE CORPORATIVO	530

The background features several faint, light blue icons. In the upper left, there are four lightbulbs of varying sizes, some with glowing filaments. Below them, on the left side, is a round-bottom flask containing a dark liquid and several small bubbles, suggesting a chemical reaction or experiment.

ARQUEOLOGIA, GEOGRAFIA E HISTÓRIA

001. A TRAJETÓRIA DE D.DAVID PICÃO NA DIOCESE DE SANTOS DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR (1966-1985)

Henrique Fernandes Rocha Moraes, Juan Fernandes da Rocha, Marcos Rafael Silva

Universidade Metropolitana de Santos, UNIMES

Palavras-chave: Concílio Vaticano II; Igreja Católica; Ditadura Civil-Militar; Dom David Picão; Santos.

Introdução

A Igreja Católica Apostólica Romana como instituição religiosa possui uma significativa presença na história brasileira, inclusive durante a ditadura civil-militar brasileira nos anos de 1964-1984. As participações do catolicismo nesse período possuem um valor para o conhecimento de como essa religião se posicionou perante a articulação do golpe em 1964 e, a partir do Concílio Vaticano II como se deu a abertura da Igreja às questões sociais do mundo contemporâneo.

De acordo com Roberto Romano, a Igreja, possuidora de um projeto teológico-político, reformula seu projeto político a cada nova conjuntura, confirmando sempre uma reposta unificada da instituição religiosa a todo questionamento maior. Assim é que a obsessão do pensamento católico oficial durante o ultramontanismo, no século XIX, até a atualidade, seja afirmar uma unidade da Igreja e sua soberania diante do Estado. (ROMANO, 1979).

Uma igreja que se demonstrava conservadora agora estava a desenvolver sua teologia e política abertamente às classes interiores e o novo mundo. A abertura proposta pelo Concilio Vaticano II, experienciada também na cidade de Santos, permitiu verificar uma postura crítica ao regime militar, vinda a partir da união episcopal.

Objetivos

Discorrer sobre o contexto conciliar na igreja no Brasil durante o período militar, analisando o impacto da abertura eclesial ao novo mundo encontramos a figura do Bispo de Santos, Dom David Picão, que se opunha ao um sistema repressor do período.

Abordar o trabalho da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB, os movimentos oriundos dela e a repressão para com os integrantes dessa ala do Catolicismo Romano no Brasil.

Analisar o manifesto pró-democrático do bispo de Santos para a abertura política na cidade e em todo o País.

Métodos

Os acervos dos jornais Jornal do Brasil e Folha de São Paulo foram utilizados para abordar o ano de 1964, o jornal A Tribuna foi acessado pela Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital – BNDigital, e por último o jornal Cidade de Santos que estavam presentes nos dossiês do DEOPS. A bibliografia foi realizada com os livros 1964, de Marco Napolitano; A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985), de Scott Mainwaring; o clássico Brasil: Igreja contra Estado de Roberto Romano; o livro O Brasil Republicano, organizado por Jorge Ferreira e Lucília Delgado; os artigos de Dayane Araújo sobre a autonomia política de Santos e a dissertação de mestrado de José Cardonha sobre a Igreja Católica nos anos de Chumbo.

Discussão

O processo para o golpe Civil-Militar se deu a partir da união de diversas classes e grupos sociais que tinham um ideário em comum contra o comunismo, fazendo com que considerassem o governo de João Goulart uma ameaça comunista para o Brasil. Dentro desse grupo estavam empresários, militares e uma parte do clero da Igreja Católica no Brasil, essa que esteve presente por meio de alguns bispos, padres e fiéis nas marchas da Família com Deus pela Liberdade e que com a retirada de Goulart do governo, escreveram a manifestação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB em agradecimento aos militares.

A pesquisa focou na figura de Dom David Picão como bispo da diocese de Santos nos anos de ditadura Civil-Militar, discorrendo sua trajetória em seus atos, ações e pronunciamentos que fizeram com que fosse chamado de um bispo “progressista”, “esquerdista” e ligado àqueles que defendiam um anticapitalismo. Os anos em evidência foram de 1963-1983, quando D. David Picão chega a Santos e é consagrado como Bispo-Coadjutor exercendo o cargo até abertura democrática na cidade de Santos. No primeiro ano do

Golpe, D. David, demonstrou que não havia concordado com a marcha da Família com Deus pela Liberdade e começou suas atividades ligada a uma Igreja Pastoral proposta pelo Concílio Vaticano II, fator que fez ser epigrafado por órgãos de censura, como bispo que propagava o “esquerdismo” por meio da Igreja e era subversivo ao governo.

Ao longo dos anos de 1970, o bispo diocesano de Santos esteve à frente dos cursilhos da Cristandade e do movimento Apostolado do Mar. Essas atividades pastorais foram consideradas manifestações ideológicas de esquerda pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social-DEOPS. Em contrapartida, Dom David Picão foi recebido pelo Papa Paulo VI em reconhecimento pelo seu trabalho pastoral.

O documento da Regional Sul-1 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil- CNBB em 1977, mostrou um forte apoio do clero contra o governo que desrespeitava

os direitos humanos e os direitos políticos. Porém a pesquisa encerra a trajetória de D. David durante os anos de Ditadura Militar, quando a sociedade brasileira e a cidade de Santos vão ganhando sua autonomia, a democracia vai aos poucos sendo comentada e com isso o Bispo publica uma carta em orientação do voto e sua preocupação sobre o bem exercer dos direitos políticos.

Considerações finais

A trajetória de Dom David Picão esteve marcada pela sua atuação juntos aos trabalhadores do porto por meio do Apostolado do Mar, das suas atividades episcopais permanentemente críticas à ditadura militar. As mudanças ocorridas na Igreja Católica em virtude do Concílio Vaticano II abriram espaço para críticas como as de Dom David Picão. É possível ainda perceber um forte engajamento do bispo de Santos na educação política da população, considerando a importância que ele atribuía ao voto popular.

Referências

A Tribuna. Santos, p. 1, 25 de mar. 1964.

Marcha da família em Santos reúne hoje 150 mil pessoas. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, p. 3, 25 de mar. 1964.

Missa dos militares. A Tribuna. Santos, p. 3, 19 de ago. 1964.

PICÃO, David. Cartilha de Educação Política (adaptação à nossa realidade).

Santos: [s.n.], 1982.

“Pressão” agora é Ação, Justiça e Paz. A Tribuna. Santos, p.3, 18 de set. de 1968.

Prontuário n. 1421. D. David Picão. DEOPS. Arquivo Público do Estado de São Paulo, sem data.

Prontuário n. 638. Apostolado do Mar. DEOPS. Arquivo do Estado de São Paulo, sem data.

ARAUJO, Dayane Santos. A luta pela autonomia política de Santos: da Caravana Leonardo Roitmann à posse de Oswaldo Justo (1983-1984). Mestrado em História, PUC-SP, São Paulo, 2013.

CARDONHA, José. A igreja católica nos "Anos de Chumbo": Resistência e Deslegitimação do Estado Autoritário Brasileiro (1968-1974). Doutorado em Ciências Sociais, PUC-SP, São Paulo, 2011.

NAPOLITANO, Marco. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. 1ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

DELGADO, Lucília A. N.; PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humano. In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). O Brasil Republicano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MAINWARING, Scott. A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916-1985).

Tradução de Heloisa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ROMANO, Roberto. Brasil: Igreja contra Estado. São Paulo: Kairós, 1979.

002. A UTILIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA NO ESTUDO DA DITADURA BRASILEIRA – O CASO DA VALA DE PERUS

Thaysa Cardoso de Abreu, Syntia Pereira Alves

Universidade Metropolitana de Santos, UNIMES

Palavras-chave: Utilização da Arqueologia; Estudo da Ditadura Brasileira; o caso da Vala de Perus.

Introdução

Esta comunicação menciona os resultados do andamento da pesquisa “A utilização da Arqueologia no estudo da Ditadura Brasileira – o caso da Vala de Perus”, que apresenta a aplicação dos métodos arqueológicos em casos de desaparecimentos forçados de militantes políticos, vítimas das represálias de um regime ditatorial brasileiro. Em intermédios aos paredões do Cemitério Municipal Dom Bosco tornou-se o fim da largada para muitos desses indivíduos – a Vala clandestina de Perus, localizada nesse mesmo local, ocultou rastros e marcas de crimes que esconde rostos de pessoas, eram filhos, sobrinhos, tios, maridos e esposas, as quais foram tiradas as reivindicações de direitos de cidadãos livres, que lutaram pela democracia, mas esse episódio se tornar além, perderam o direito a vida, por trás desse cenário desumano, existem famílias sem explicações, sem entendimentos carregando sentimentos angustiantes e tristes, que não puderam realizar rituais fúnebres dignos e respeitosos, de acordo com as crenças e religiões que cada familiar segue e acredita. Todavia a Arqueologia pode auxiliar nas buscas desses desaparecidos e a pontuar falhas metodológicas, as quais resultam em consequências negativas.

Objetivo

Entender e identificar as etapas de abertura da Vala (escavação), a retirada do material coletado (momento da catalogação inicial, no trabalho de campo) e a identificação dos remanescentes (análise, curadoria e armazenamento do material coletado, pontos pertencentes a fase laboratorial), são processos cruciais de um trabalho de pesquisa arqueológica, a partir da compreensão e identificação, analisar se houveram ou não as aplicabilidades corretas das metodologias arqueológicas, todavia o uso errado ou o não uso acarreta na má conservação, contudo podem trazer danos ou perda total do registro arqueológico, dificultando ou ceifando o andamento da pesquisa.

Métodos

Foram escolhidas três metodologias para esse trabalho.

- 1) Pesquisas bibliográficas, a qual aborda a Vala clandestina de Perus a partir das obras dos seguintes autores: Claudia R. Plens, Janaína de Almeida Teles, Márcia Hattori e Desireé de Lemos Azevedo. Com a leitura desses autores, com o intuito de entender em que contexto a vala de Perus está inserida, carregando fatores como: o que é, localidade, descobrimento, quem que descobriu, processo de abertura, o que foi encontrado, quais as entidades fizeram parte do andamento, quais as instituições que contribuíram para a análises dos achados e quem são as pessoas identificadas, procurando compreender todas as etapas e o desenrolar dos acontecimentos.
- 2) Pesquisa documental para fontes secundarias, metodologia fundamental para compreender o papel e das etapas arqueológicas em contexto de desaparecidos; Pesquisas documentais, procurar laudos necroscópicos dos indivíduos encontrados – arquivos digitais, das instituições: Unifesp. Comissão da Verdade, USP entre outras;
- 3) Estudo de Caso, todos os levantamentos se digiram ao contexto da Vala de Perus e as aplicações dos métodos arqueológicos nesse mesmo contexto.

Resultados/Desenvolvimento

Por meio das realizações dos levantamentos bibliográficos e a esquematização das fichas para a organização de dados (estudos em andamento), possibilita analisar os procedimentos descritos, podendo assim notar falhas e erros cometidos, desde da abertura da Vala até a identificação das ossadas, isto é, todo as etapas. A não aplicação e sistematização da metodologia arqueológica, carrega implicações negativas, todavia essas metodologias, desloca um aparato teórico completo, cercado de técnicas, as quais auxiliam na organização, catalogação e preservação dos registros arqueológicos, minimizando a má conservação e perda dos mesmos, no entanto cometendo essas falhas e erros move implicações sérias nas identificações da identidade desses indivíduos, por virtude desses complicadores, deixam famílias desoladas necessitando de respostas.

Desse modo a Arqueologia, em casos de violações desumanas contra os direitos humanos, tem a função de tenta localizar paradeiros, responder questões que precisam de urgência, de maneira digna.

Referências

AZEVEDO, D. L. Humanitarismo Forense entre expertises transnacionais e tecnologias de governo – O caso da Vala de Perus. *Rev.Bras.Ci.Soc*, São Paulo, v.36, n. 107, p.2-18, 2021.

HATTORI, M. L. *et al.* O caminho burocrático da morte e a máquina de fazer desaparecer: propostas de análise da documentação do Instituto Médico Legal- SP para antropologia forense. *RevArquiv*, São Paulo, n. 2, abr. 2016.

PLENS, C. R; SOUZA, C. D. Arqueologia Forense: Um Balanço Crítico da Disciplina, Suas Abordagens e Contribuições. In: São Paulo, J.A (org.). *Violência de Estado na América Latina*. São Paulo: Editora Unifesp, 2019. cap 17, p. 455 a 484.

Programa Lugares da Memória. Cemitério Dom Bosco. Memorial da Resistência de São Paulo, São Paulo, 2014.

TELES, J. A. A vala clandestina de Perus: entre o passado e o presente. *Rev.InSURg*. Brasília, v. 4, n. 1, p. 300-341, 2018.

003. A VALORIZAÇÃO DA PESSOA IDOSA A PARTIR DE SUAS MEMÓRIAS

Simone Rezende, Tathianni Cristini da Silva, Angelina Zanesco, Marcos Rafael da Silva

Universidade Metropolitana de Santos

Palavras-chave: População idosa; Memória; Estudo; Valorização; Envelhecimento.

Introdução

O presente trabalho é fruto do grupo de pesquisa “Envelhecimento saudável, políticas públicas e sociedade” UNIMES/CNPq e está em sua fase inicial. Considerando que Santos é a cidade com maior contingente populacional de idosos do país, desenvolver atividades e pesquisas com esta comunidade é de fundamental importância para sua compreensão, bem como para o desenvolvimento de políticas públicas específicas.

Abordaremos neste texto os aspectos conceituais da memória e a importância do seu estudo e utilização como fonte primordial de pesquisa junto à população idosa para sua valorização e integração social.

A memória pode ser entendida de forma ampla como a capacidade do indivíduo de guardar seletivamente certas informações fazendo uso de funções psíquicas, cerebrais e cognitivas. A memória está presente na vida dos indivíduos a todo instante, consciente e inconscientemente. Seja na reprodução de um gesto corporal que foi aprendido em tenra idade, seja recordando o nome de um conhecido que não se vê há tempos. Contudo, ela traz à tona uma dimensão subjetiva da constituição das identidades, pois as memórias podem aflorar de forma diferenciada de acordo ao contexto ou à nossa percepção da vida naquele instante. A memória é lida e reinterpretada pelos sujeitos, daí a sua complexidade.

É comum ouvirmos expressões como “se não me falha a memória”, “memória de elefante”, “lapso de memória” ou “minhas memórias”, a visão do senso comum sobre a memória é de que esta seja um lugar profundo em nós, no qual guardamos nossas experiências, é um depósito, uma espécie de caixa preta da qual tiramos e colocamos coisas, registros. No entanto esse retirar é sempre uma leitura, mediada pelo sujeito que lê.

De acordo com Rezende-Silva (2014, p. 28) a memória é mais que a vivência armazenada de um indivíduo, ela forma parte de um contexto social. O que guardamos e o que excluimos depende de nossas experiências sociais e coletivas.

Desta forma, a memória de indivíduos enquanto parte de grupos sociais, pois através da reconstrução de fatos registrados na memória se reconstrói uma visão do passado a partir do presente, contudo, como veremos essa reconstrução está impregnada da leitura simbólica com categorias do presente, mais

genericamente do que os recordadores são hoje. Por isso a memória pôde ser utilizada para pensar o presente.

Objetivos

Estudar a memória enquanto fonte histórica e social para análise e valorização da pessoa idosa.

Métodos

Segundo Pierre Nora, memória é o vivido e a história é o elaborado. Então a memória permite atualizar a história a todo instante.

Neste sentido, a teoria psicossocial de Maurice Halbwachs, herdeiro e continuador das ideias de Émile Durkheim, têm se destacado, visto que enfatiza o predomínio do social sobre o individual.

Halbwachs não está interessado na memória em si, mas nas suas representações sociais. Ele acredita que o homem se caracteriza essencialmente por seu grau de integração no tecido das relações sociais.

Isto quer dizer que boa parte do que somos, ou do que acreditamos ser, muitas de nossas lembranças, ou mesmo de nossas ideias, não são originais, e sim foram inspiradas nas conversas e vivências com outras pessoas.

Para Halbwachs lembrar não é reviver, é refazer, reconstruir, repensar com imagens e ideias de hoje as experiências do passado. E esta reconstrução dependerá de como o recordador insere-se em um meio social com o qual tem uma identidade mediante a qual se constituíra a memória coletiva do grupo.

Ecléa Bosi dialogando com as ideias de Halbwachs discorre sobre a memória:

A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, 'tal como foi', e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de

realidade e de valor. O simples fato de lembrar o passado, no *presente*, exclui a identidade entre as imagens de um e de outro, e propõe a sua diferença em termos de ponto de vista (BOSI, 1998, p. 55).

Halbwachs distingue ainda a memória do adulto da memória o velho. O adulto ativo (responsável pela reprodução econômica e social da vida), em geral, não tem tempo para recordar. Já para o velho as lembranças não são pontos de fuga no cotidiano, ele pode entregar-se mais detidamente a elas.

Ele [o velho] não se contenta, em geral, de aguardar passivamente que as lembranças despertam, ele procura precisá-las, ele interroga outros velhos, percorre seus velhos papéis, suas antigas cartas e, sobretudo, ele conta aquilo de que se lembra quando pese não ter fixado por escrito. Em suma, o velho se interessa pelo passado bem mais que o adulto, mas daí não se segue que esteja em condição de evocar mais lembranças desse passado do que quando era adulto (HALBWACHS, 1994, p. 104).

A pessoa idosa, desta forma, pode contribuir com suas memórias, com seu tempo livre, na construção do presente. Portanto, esse recordar tem também função social.

De acordo com Paul Thompson inventar um passado imaginário, que deve ter acontecido, é uma forma de preservar suas crenças e sua ideologia, pois aquilo que o depoente acredita é, para ele, mais importante do que aquilo que realmente aconteceu.

Considerações finais

O processo de envelhecimento é um fenômeno mundial e apresenta facetas no âmbito geográfico, econômico, histórico e da saúde pública que devem ser discutidas de maneira interdisciplinar a fim de que esta população não só viva mais, mas também com maior qualidade de vida. Trazer esta discussão para vários âmbitos da sociedade é necessário e urgente.

Muitas conquistas ocorreram na última década no Brasil e muitos estados da federação, bem como cidades têm se detido ao advento do envelhecimento da população. A visão de que uma cidade amiga do idoso gera benefícios difusos em todos os seguimentos da sociedade vem ganhando espaço e serve de exemplo para o planejamento futuro de políticas públicas.

Desta forma, o trabalho e valorização da memória da pessoa idosa acentua de forma positiva sua identidade e ajuda a fortalecer sua participação na sociedade como membro pleno e atuante.

Referências

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HALBWACHS, Maurice. Les cadres sociaux de la mémoire. Paris: Albin Michel, 1994.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006. 189p.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Estatuto do Idoso. Editora do Ministério da Saúde. 70 p. Brasília. 2009.

OLIVEIRA, P. De S. Avós e netos nas classes populares: a recusa de não sentir em lugar algum e a redescoberta de novo projeto de vida. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (orgs.). Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. 2ª ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2009.

OMS. Guia global: Cidade amiga do idoso. Organização Mundial da Saúde, 2008. Disponível em: <https://www.who.int/ageing/GuiaAFCPortuguese.pdf?ua=1> Acessado em 06/09/20.

PERISSÉ C, Marli M. Caminhos para uma melhor idade. Retratos. A Revista do IBGE, 2019, 16: 19-25.

RIBEIRO, Helena. Geografia da saúde no cruzamento de saberes. In: Saúde Soc. São Paulo, v.23, n.4, p.1123-1126, 2014.

RIBEIRO, Helena. Saúde Pública e meio ambiente: evolução do conhecimento e da prática, alguns aspectos éticos. In: Saúde e Sociedade. v.13, n.1, p.70-80, jan-abr 2004.

ROCHA, Georgia Barreira Fernandes da. A importância das condições socioeconômicas na elaboração de políticas públicas voltadas à saúde do idoso. In: Rev. Longevidade, Ano I, n. 3, Jul/Ago/Set, São Paulo, 2019.

SCHAMA, Simon. Paisagem e memória. São Paulo: Cia. das Letras, 1996. 645p.

SIMÕES, Celso Cardoso Silva. Breve histórico do processo demográfico. In: Brasil : uma visão geográfica e ambiental no início do século XXI. Rio de Janeiro. Editora: IBGE, Coordenação de Geografia, 2016, pp 39-73

SILVA, Adriana; DAL PRÁ, Keli Regina. Envelhecimento populacional no Brasil: o lugar das famílias na proteção aos idosos. Argumentum, Vitória (ES), v. 6, n. 1, p. 99-115, jan./jun. 2014.

SILVA, Tathianni Cristini da, ZANESCO, Angelina; COLOVATI, Mileny S.C.; REZENDE-SILVA, Simone. Envelhecimento na Baixada Santista: Inferências preliminares. In: Toledo, Marileila Marques. Ciências da Saúde: Teoria e intervenção 5. 1ed. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020, v. 1, p. 1-10. Disponível em: <<<https://www.atenaeditora.com.br/post-ebook/3131>>> Acesso em: 24 mai. 2020.

ZanESCO, A.; Martimbianco, A. L. C.; Santos, E. M. dos; Nunes, L. A. R.; Fragoso, Y. D. Longevidade, sociedade e envelhecimento saudável. Santos, 2020. [Ebook]. Disponível em: <https://portal.unimes.br/ebooks.php>

004. ARQUEOLOGIA DA PICHÃO: AS DIFERENÇAS ESTILÍSTICAS E AS ESPECIFICIDADES REGIONAIS DOS “GRAFISMOS URBANOS”

Wesley G. Bertolai

Palavras-chave: Arte Rupestre, Pichão, Pixo, Tradições.

Introdução

O presente trabalho irá apresentar um estudo sobre os distintos movimentos de pichões, através da análise sobre a estética e as diferenças estilísticas utilizadas na construção e organização desses elementos materializados nos muros e espaços urbanos presentes nas cidades brasileiras. A diferenciação regional dos pixos será tratada aqui a partir da perspectiva geral de *tradições*, baseando-

se nos estudos de Arte Rupestre. A abordagem que será aqui apresentada faz parte de um projeto maior, meu trabalho de conclusão de curso, onde pesquiso sobre o movimento *Pixo* na Ilha de São Vicente a partir da perspectiva da Arqueologia da Paisagem, Arqueologia Urbana e Arte Rupestre.

Objetivo

Apresentar uma análise comparativa e uma discussão sobre as *tradições* Belo-horizontina, o *Pixo* paulistano e o *Xarpi* carioca, através de um estudo analítico visando a definição e compreensão das especificidades estilísticas existentes nesses movimentos, permitindo assim um maior conhecimento sobre as diferenciações estilísticas regionais.

Métodos

Para o presente trabalho serão utilizados os métodos aplicados aos estudos de sítios ornados, no contexto da Arte Rupestre, através da leitura dos elementos de pichação, visando a observação atenta dos elementos estilísticos típicos e específicos de cada contexto. Essa leitura será realizada a partir da elaboração de um plano-diretor ou o chamado *relevé*, uma ferramenta de campo que permite a realização de um estudo sobre as escolhas estilísticas e maneiras de organização dos espaços ornados (para o contexto dos sítios rupestres) e espaços pichados (para o contexto urbano). Para compreender as características próprias de cada “*tradição*”, será realizado um cotejamento entre as fontes imagéticas (pesquisas online e *in-situ* no caso de São Paulo) e as fontes bibliográficas.

Resultados / Desenvolvimento

Esse trabalho irá demonstrar a existência de marcas estilísticas próprias de cada região, e como é possível identificar, nesses traços, a utilização de regras específicas de composição e construção dos “grafismos urbanos” a partir dos métodos arqueológicos. A partir dessa sistematização, demonstrar com este trabalho está inserido nas pesquisas arqueológicas conhecidas como Arqueologia da Paisagem e Arqueologia Urbana.

Referências

ALBUQUERQUE, I. Pixação em São Paulo: território e relações de poder na metrópole. 1ª Edição. Ponta Grossa, PR. Monstro dos Mares, 2022.

INGOLD, T. The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill. Routledge, 2021.

ISNARDIS, Andrei, Pinturas rupestres urbanas: uma etnoarqueologia das pichações em Belo Horizonte. Revista de Arqueologia, [S. l.], volume 10, n. 1, p. 143-161, 1997.

ISNARDIS, A.; LINKE, V. Pedras pintadas, paisagens construídas: a integração de elementos culturalmente arquitetados na transformação e manutenção da paisagem. Revista de Arqueologia, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 42–59, 2010.

SOUZA, D. C. A. Pichação carioca: Etnografia e uma proposta de entendimento. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

005. ARQUEOLOGIA DIGITAL NA CIDADE DE SÃO PAULO: PROPOSTAS E DESAFIOS

Journey Tiago Lopes Ferreira, Carolina Machado Guedes

Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES

Palavras-chave: Arqueologia Digital; Pinheiros; Arqueologia urbana; Licenciamento ambiental.

Introdução

A Arqueologia enquanto área de estudo, no contexto urbano, sempre possuiu seus grandes desafios, estes muito comumente relacionados ao fato de que o estudo arqueológico na cidade de São Paulo se encontra intimamente ligado ao âmbito do licenciamento ambiental¹, onde o trabalho arqueológico é muitas vezes realizado em caráter de urgência para que se possa salvar o máximo possível do patrimônio arqueológico. Entende-se, de forma geral, que o tema do licenciamento ambiental nos dias atuais se

¹ Licenciamento ambiental se trata do processo administrativo através do qual os órgãos ambientais competentes a nível municipal, estadual ou federal podem, ou não, conceder licenças para a instalação, ampliação e operação de empreendimentos que possuem risco de causar algum tipo de impacto ao meio ambiente.

mostra bastante espinhoso, justamente por estar inserido no miolo de um constante conflito de interesses. Como pontua Silva (2016, p. 8), trata-se de um campo onde racionalidades econômicas, ambientais e culturais entram em jogo. E é nesse contexto em que, atualmente, uma nova área do conhecimento arqueológico está em ascensão, a Arqueologia Digital, atuando como um meio de integração entre as tecnologias digitais, como por exemplo, fotografia digital, fotogrametria, realidade aumentada, GIS (sistemas de informações geográficas) e as técnicas já estabelecidas da Arqueologia tradicional. É ainda um campo relativamente recente, tendo sua maior difusão no meio acadêmico a partir de 2003, e de certa forma subestimado. Por se tratar de um meio não invasivo possui um grande potencial transformativo na Arqueologia, viabilizando, por exemplo, diferentes formas de estudo de sítios arqueológicos e artefatos, sem que ocorra a destruição dos mesmos, assim como novas formas de interpretação que podemos aplicar a problemas antigos da disciplina ao mesmo tempo possibilitando que o conhecimento seja divulgado a um grande público, visto que dá ao arqueólogo acesso as ferramentas de comunicação digitais e as mídias sociais.

Objetivo

O objetivo do presente trabalho é apresentar o potencial transformativo da Arqueologia Digital na forma com que enxergamos atualmente os métodos de campo no estudo arqueológico. Maurizio Forte (2014) demonstra perfeitamente, em seu artigo intitulado “Arqueologia 3D: novas perspectivas e desafios – o exemplo de Çatalhöyük”², como a utilização da tecnologia nas escavações arqueológicas pode ser importante. Através da utilização de diferentes tipos de tecnologia, como escaneamento a laser, visão computadorizada, fotogrametria e modelagem em 3D, durante todo o processo de escavação do sítio de Çatalhöyük³ Forte tornou possível à elaboração de um ambiente simulado, em que era possível obter acesso aos artefatos e a documentação (completamente digitalizada) referente ao sítio, mas mais do que isso, onde é possível que o processo da escavação seja virtualmente reversível, um recurso de

² No original: 3D archaeology: new perspectives and challenges - the example of Çatalhöyük (tradução nossa).

³ “Çatalhöyük é um sítio Neolítico, localizado na Anatólia Central, e é considerada uma das primeiras “cidades” do mundo.” (FORTE, 2014, p. 2. Tradução nossa).

extrema importância, visto que na Arqueologia a escavação de um sítio implica na desmontagem da estratificação, causando a destruição do mesmo (MANACORDA, 2002).

Métodos

Este trabalho trata-se, em suma, de um diálogo entre as informações bibliográficas e as práticas de campo. Para a pesquisa bibliográfica acerca dos temas gerais, utilizar sumariamente artigos acadêmicos e para o estudo completo do objeto, buscar informações a partir dos dados de campo gerados com a pesquisa realizada no ano de 2012 pela empresa Zanettini Arqueologia acerca do sítio arqueológico Pinheiros II, além de dados históricos sobre o objeto, ambos presentes no acervo do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo (DPH). Os principais esforços da pesquisa estarão concentrados no estudo das técnicas de reconstrução em três dimensões a partir da ótica comparativa entre os métodos da Arqueologia clássica e da Arqueologia Digital.

Resultado / desenvolvimento

Como esta se trata de um trabalho ainda em andamento, o principal objetivo deste se trata da apresentação de um recorte da pesquisa. Através da conjunção das técnicas supracitadas o resultado final do trabalho se dará em uma reconstrução em 3D da paisagem colonial elaborada quando do processo de salvamento arqueológico realizado no sítio Pinheiros II. O objetivo dessa reconstrução é debater sobre a história e os desafios da Arqueologia digital, e assim demonstrar em primeira mão a aplicabilidade das técnicas de reconstrução digital e promover um diálogo sobre o futuro da Arqueologia no Brasil.

Referências

MANACORDA, D. Lo scavo archeologico (Cenni storici e principi metodologici. Lo scavostratigrafico). In *Il Mondo dell'Archeologia*. Istituto dell'Enciclopedia Italiana, Treccani, 2000, Roma, 1, pp. 174-190. 2002.

SILVA, Luciano de Souza e. Licenciamento ambiental: desafios e possibilidades para a preservação do patrimônio cultural brasileiro. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2016.

DE MORAES WICHERS, Camila A.; ZANETTINI, Paulo; TEGA, Glória. Entre seres e coisas: a aplicação de tecnologias 3D como ponte entre patrimônio arqueológico e sociedade. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 11, n. 1, p. 80-106, 2017.

FORTE, Maurizio. 3D archaeology: new perspectives and challenges — the example of Catalhöyük. *Journal of Eastern Mediterranean Archaeology & Heritage Studies*, v. 2, n. 1, p. 1-29, 2014.

LIMA, Tania Andrade. *Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991)*. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 1, n. 1, p. 225-262, 1993.

HUGGETT, J. Challenging digital archaeology. University of Glasgow. *Open Archaeology*, 1(1), pp. 79-85, 2015.

Back, J. V. C., *Cultura material e Arqueologia Digital: novas estratégias para o ensino de História Antiga*. Revista Gaíã. Laboratório De História Antiga / UFRJ v. 12, n. 1 Rio De Janeiro: LHIA, 2021.

GOMES, S., *Arqueologia Digital. Apontamentos sobre os limites e as possibilidades das condições de diálogo com os fragmentos do passado*. Instituto de Literatura Comparadas Margarida Losa. Libretos 19 / UC. Porto, 2018.

TORRES, Rodrigo. *Arqueologia Histórica na Era Digital*. *Vestígios-Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 11, n. 1, p. 6-19, 2017.

_____ Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico Sítio Arqueológico Pinheiros 2. Zanettini Arqueologia. Relatório Final. São Paulo. Ano: 2011.

006. CLODOALDO BUENO: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Daniel Silva Gatti

Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES

Palavras-chave: Historiografia da Política Externa; História da Política Exterior, Política Externa Brasileira; Relações Internacionais.

Introdução

A proposta desta pesquisa busca debater as produções do campo da política externa brasileira, analisando o itinerário bibliográfico de um de seus principais expoentes, o Prof. Dr. Clodoaldo Bueno.

Ao decorrer de seu anos formativos, Bueno interessou-se, primeiramente, em investigações especificamente relacionadas a história das relações internacionais. A posteriori, delimitara um recorte preciso, centrado nos anos do Barão do Rio Branco à frente da chancelaria brasileira (1902 – 1912), pesquisando sobre a política exterior da época e integrando-a com os registros econômicos obtidos através de documentações de Estado, as chamadas ‘fontes primárias’. Contudo, seu referencial teórico não apenas constitui-se de fontes secundárias relacionadas com os paradigmas historiográficos. Colocando-o em perspectiva, evidencia-se uma absorção dos dizeres teóricos de personalidades acadêmicas pertencentes ao campo das Relações Internacionais, destacando, assim, os entendimentos de Pierre Renouvin e Jean Baptiste Duroselle, membros fundadores da Escola Francesa de Relações Internacionais, responsáveis pela construção teórica das chamadas “Forças Profundas”.

Ademais, seu engajamento nos anais historiográficos sobre os primeiros anos diplomáticos do Brasil como República não origina-se apenas da curiosidade histórica deste como historiador. A historiografia republicana em termos de política exterior era, até a virada do milênio, marcada por lacunas, sendo os tempos de Rio Branco como chanceler também associados à ditas lacunas. Conforme evidenciado pelos escritos do historiador americano Bradford Burns, o repertório bibliográfico brasileiro carecia de literaturas concisas e completas sobre o maior expoente da diplomacia republicana, servindo, assim, de incentivo para as futuras pesquisas do professor Clodoaldo. Tamanha a extensão de seus escritos que seu referencial bibliográfico confunde-se com o ensino das disciplinas de PEB em território nacional tal qual no preparatório de aspirantes às fileiras diplomáticas brasileiras.

Objetivos

Sobre seus objetivos, a pesquisa implica em uma análise da construção de sua narrativa histórica da política exterior brasileira (PEB) juntamente com suas contribuições para o campo acadêmico, identificando os principais temas abordados pelo historiador e observando, criticamente, sua metodologia de produção historiográfica. Trazendo, portanto, à luz reveladora a relação entre o pensamento de Clodoaldo Bueno com as variadas escolas de pensamento teórico e as diferentes historiografias existentes.

Adjacentemente, objetivou-se a busca de informações que corroborem com a linha de pensamento de que Bueno é, de fato, uma das peças-chave na formação intelectual superior e diplomática brasileira. Portanto, busca-se delimitar com que frequência suas obras são citadas por ementas das disciplinas de PEB nas instituições de ensino superior juntamente de citações à nível de pós – graduação; incluindo-se, também, cobranças de suas literaturas nas provas avaliativas do ensino superior brasileiro e na preparação de aspirantes às fileiras diplomáticas.

Métodos

Com a finalidade de rastrear os temas de pesquisa trabalhados por Clodoaldo Bueno durante sua trajetória acadêmica, o primeiro procedimento metodológico desta pesquisa foi a reunião de publicações lançadas pelo acadêmico, para, à posteriori, lê-las.

Em seguida, os procedimentos de pesquisa tinham como objetivo ouvir comentários do próprio historiador, em palestras ou seminários, sobre suas contribuições à história da PEB tal qual identificar os autores com quem o acadêmico mais dialogou em suas produções. Nesse sentido, realça-se o convite feito para assistir uma sessão do grupo de pesquisa de análise de conjuntura internacional, o qual promoveu uma entrevista com o professor Clodoaldo.

Por fim, a reta final da pesquisa orientou-se pela busca de fontes documentais a fim de determinar a presença de literaturas do historiador nos anais da academia brasileira. Com isso, a pesquisa engajou-se em coletar as ementas dos cursos de bacharelado em Relações Internacionais em território nacional

através da plataforma sucupira, a fim de encontrar evidências de citações a respeito das literaturas assinadas por Clodoaldo Bueno em cursos de PEB. De maneira a expandir possíveis contribuições do historiador de PEB para a academia brasileira, foram analisados os guias de estudo do Concurso de Admissão à Carreira Diplomática (CACD) e provas do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), expandindo as investigações documentais para além do ensino superior.

Resultados

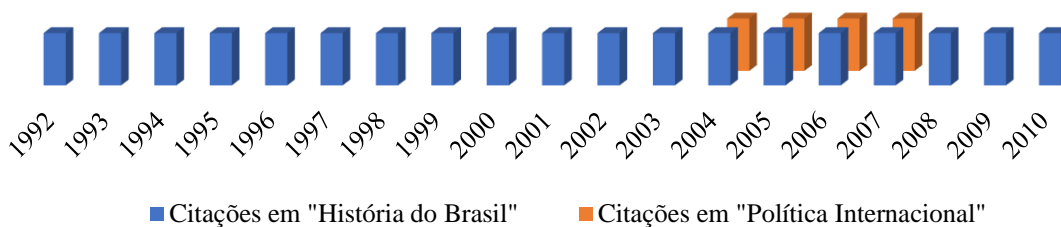
Era a hipótese inicial deste empreendimento científico que Clodoaldo Bueno era pertencente a um seleto grupo de historiadores de política externa cujos contribuíram para a sistematização e periodização da história da política exterior do Brasil. Todavia, a conclusão da pesquisa não somente corrobora com a hipótese referenciada, mas expandindo-a, posicionando Clodoaldo Bueno na vanguarda dos estudos diplomáticos da chamada Primeira República. Suas pesquisas a respeito de dita periodização, em ênfase através das fontes primárias, possibilitaram-no a preencher, além de reinterpretar, extensos vazios históricos da diplomacia brasileira durante a República Velha.

Posta sua metodologia de pesquisa, é necessário afirmar que o historiador é verdadeiramente um passo fora de cadência. O renomado acadêmico é notório pela absorção, e conseqüentemente a aplicação, dos saberes da Escola Francesa de Relações Internacionais, especificamente sobre as chamadas Forças Profundas, levando a uma produção mais inclinada do ponto de vista teórico das Relações Internacionais do que com a História.

Por fim, por meio das documentações que estão disponibilizadas para acesso externo, é viável delimitar que as publicações de dito historiador são parte consistente na formação de ingressantes em cursos de Relações Internacionais em território nacional tal qual são partes incluídas nos guias de estudos do CACD, sendo citadas no ENADE e em programas de pós-graduação na área de Relações Internacionais e demais áreas relacionadas.

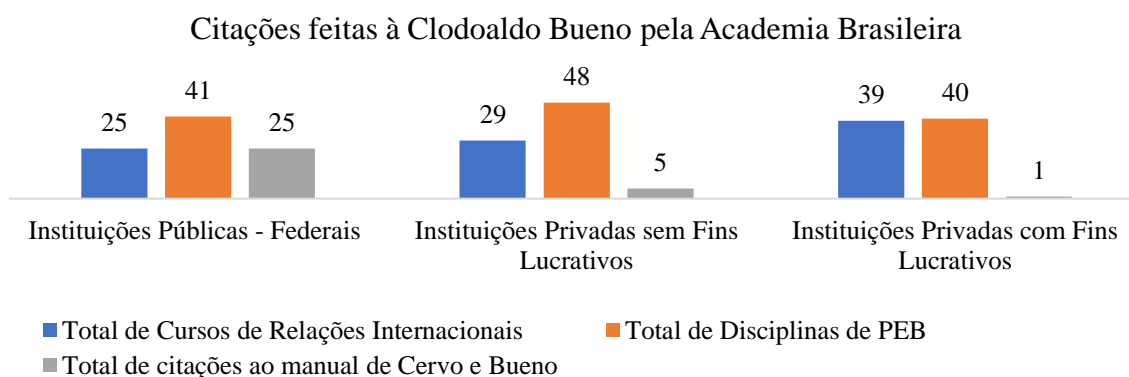
Gráfico 1 – Citações à obras de Clodoaldo Bueno nos Guias de Estudos do CACD

Citações à obras de Clodoaldo Bueno nos Guias de Estudos do CACD



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Gráfico 2 – Citações feitas à Clodoaldo Bueno pela Academia Brasileira



Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

Conclusão

Enquadrada nos estudos de política externa, a pesquisa obteve êxito em seu propósito na construção de uma análise historiográfica acerca das contribuições de Clodoaldo Bueno aos estudos diplomáticos brasileiros. Dita análise exigiu a construção de pontes teóricas capazes de unir as ideias teóricas pertencentes à ambas ciências, demandando um alto grau de conhecimento historiográfico a fim de delimitar possíveis considerações pertencentes a proposta deste empreendimento científico.

Em conclusão, é necessário observar que há uma problemática inerente à academia brasileira, uma vez que quando buscadas as fontes documentais utilizadas nesta pesquisa, estas não estão majoritariamente disponíveis à acesso externo, como no caso das ementas das universidades brasileiras que dispõem de cursos de PEB e os guias de estudos do CACD. Porém, deve-se enfatizar que das ementas disponibilizadas, a maioria destas apresentam citações de literaturas assinadas por Clodoaldo Bueno, corroborando com a hipótese de que este é um dos mais importantes expoentes no ensino de política externa no Brasil.

Referências

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Estudos de relações internacionais do Brasil: etapas da produção historiográfica brasileira, 1927/1992. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 36, n. 1, p. 11-36, 1993.
- BUENO, Clodoaldo. *A República e sua Política Exterior (1889 - 1902)*. Editora UNESP. 1995.
- BUENO, Clodoaldo. *Política Externa da Primeira República: Os Anos de Apogeu (de 1902 a 1918)*. Editora Paz e Terra. 2003.
- BUENO, Clodoaldo. O Barão do Rio Branco no Itamaraty (1902-1912). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 55, n. 2, p. 170-189, 2012.
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Editora UnB. 2015.
- CORONATO, Daniel Rei; COMIRAN, Fernando. Clodoaldo Bueno e a História da Política Externa Brasileira: pioneirismo e itinerário intelectual. *Revista História: Debates e Tendências*, v. 22, n. 1, p. 160-171, 2022.
- DORATIOTO, Francisco; VIDIGAL, Carlos Eduardo. *História das Relações Internacionais do Brasil*. 2º Edição. Saraiva Uni. 2020.
- DUROSELLE, Jean Baptiste; RENOUVIN, Pierre. *Introdução à História das Relações Internacionais*. Difusão Europeia de Livros. 1967.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1994.
- IPRI – Arquivo. *A Historiografia da Política Externa Brasileira - Período da Manhã*. 2018. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=CLhwgVxG9yA> >. Acesso em: 15 ago. 2022.
- REIS, José Carlos. *A história entre a filosofia e a ciência*. Autêntica, 2018.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. Juca Paranhos, o Barão do Rio Branco. Editora Companhia das Letras, 2018.

007. MÉTODO DE CAMPO E ARQUEOLOGIA DIGITAL: LEVANTAMENTO FOTOGRAMÉTRICO DA ERMIDA DE SÃO JORGE DOS ERASMOS

Amanda Dias Benassi, Carolina Machado Guedes (UNIMES)

e-mail: amybenassi@gmail.com

Palavras-chave: Arqueologia Digital; *Ermida de São Jorge dos Erasmos*; levantamento fotogramétrico, modelo 3D, reconstrução digital.

Introdução

Atualmente, a arqueologia utiliza-se cada vez mais de um número crescente de ferramentas informáticas que auxiliam nos diferentes tipos de trabalho. Segundo Silva (2013, p. 28), “o avanço no ramo da informática veio ao encontro das novas necessidades da arqueologia no que toca gerir e organizar a informação”. Porém, foi graças a uma grande mudança na mentalidade dos arqueólogos, que passaram a acreditar no potencial dessas ferramentas e nos seus benefícios, que houve um aumento no interesse pelo uso dos recursos tecnológicos, dadas as vantagens que traria ao trabalho arqueológico.

No campo da Arqueologia Digital, o avanço da tecnologia 3D permitiu uma expansão das técnicas de levantamento cadastral métrico e fotográfico com o escaneamento digital de superfícies, o que deu início à uma ampla utilização de modelos virtuais de alta precisão e fidelidade na identificação e registro de volumetrias. Assim, esta pesquisa busca elucidar a metodologia da arqueologia digital aplicada no levantamento fotogramétrico de um patrimônio quinhentista em Santos/SP.

A partir do levantamento fotogramétrico da Ermida de São Jorge dos Erasmos e da análise das bibliografias sobre a Arqueologia Digital e a aplicação de método em campo, será possível criar um

modelo 3D das estruturas evidenciadas, que pode auxiliar de diversas formas na construção do conhecimento arqueológico e na preservação do bem em situação de perda e desaparecimento.

Objetivos

Este estudo tem como principal objetivo evidenciar as etapas do levantamento fotogramétrico realizado na Ermida de São Jorge dos Erasmos, e explicar como a aplicação dessa metodologia pode ser utilizada durante a abordagem em campo e na construção do modelo 3D. Para tanto, é importante definir o que é a Arqueologia Digital e mostrar como ela tem tipo um papel importante nas experiências práticas em campo; entender o que é e no que consiste o levantamento fotogramétrico; e fazer um breve esclarecimento sobre a Ermida de São Jorge e a escolha de tal patrimônio para a pesquisa.

Métodos

A partir do estudo bibliográfico, será feita uma análise da Arqueologia Digital e a aplicação do levantamento fotogramétrico como método de campo. Em seguida, será realizada uma abordagem nas ruínas da Ermida de São Jorge no sítio Engenho São Jorge dos Erasmos, localizado em Santos/SP, para aplicação do método.

Para realização do levantamento fotogramétrico, será utilizado o aplicativo “Metascan”, uma ferramenta de captura 3D programada para criar modelos 3D fotorrealistas de espaços e/ou a partir de fotos ou scaneamento digital. Durante a abordagem, será feita uma série de fotos em torno e ao longo de toda a extensão das ruínas da Ermida, sempre respeitando a sequência e posicionamentos necessários para o correto processamento do modelo 3D.

Desenvolvimento

A Arqueologia Digital é um campo de pesquisa que trata das questões que envolvem o uso de tecnologias digitais para capturar, examinar, visualizar e tratar dados arqueológicos, assim como transmitir informações arqueológicas através do uso de mídias e tecnologias digitais (RICHARDSON; LINDGREN, 2017). De forma geral, ela pode ser caracterizada por explorar os usos práticos de técnicas e tecnologias

de computador que podem ser aplicados a diferentes tipos de dados arqueológicos na busca de análises (HUGGETT, 2015).

Dentre esses usos práticos, uma técnica que vem sendo utilizada cada vez mais nas abordagens em campo é o levantamento fotogramétrico. Segundo KUO (2010, p. 2), a Fotogrametria Digital “permite efetuar medições a partir de fotografias, além da obtenção de vários tipos de informações, como geometria, dimensões, cores e texturas, aliando fidedignidade, precisão, velocidade, flexibilidade e baixo custo”. Portanto, o produto final de um levantamento fotogramétrico é “a criação de um modelo 3D a partir da correlação de imagens fotográficas realizadas sobre um objeto real”, sendo assim um processo que funciona através da triangulação de pontos de imagens sobrepostas (GUEDES, 2016, p. 254).

Nesse sentido, o levantamento fotogramétrico passa a ser uma ferramenta utilizada como uma fonte de aquisição de dados para a criação de modelos tridimensionais fotorrealísticos, gerados a partir da fusão de múltiplas fotografias tiradas de um espaço ou objeto, em diferentes ângulos de visão. Além de modernizar as técnicas tradicionais de levantamento cadastral manual e de fotogrametria, o uso dessa ferramenta auxilia nos trabalhos de preservação e restauro de bens culturais, visto que possibilita a realização de inventários muito mais precisos e fiéis à realidade, com um nível muito alto de detalhamento, inclusive permitindo o registro de locais de difícil acesso ou em processo de arruinamento (CAVALCANTI, 2019), como é o caso da Ermida de São Jorge dos Erasmos, cujas ruínas serão utilizadas para a aplicação dessa metodologia.

São poucos os vestígios que restaram da pequena capela devotada à São Jorge, situada no complexo do antigo Engenho São Jorge dos Erasmos, monumento quinhentista atualmente em ruínas, localizado em Santos/SP. Dentre as estruturas restantes evidenciadas da Ermida – termo dado a uma pequena capela fora do povoado – é possível identificar “o recinto do altar, que se conserva ainda delimitado pelos restos de três paredes, sendo duas laterais, e, a terceira, relativa aos fundos do pequeno templo” (CORDEIRO, 2007, p. 67). O comprimento da Ermida de São Jorge se desenvolve por um eixo transversal em relação à parte restante do complexo, que encontra-se em processo de destruição e perda de um importante patrimônio arquitetônico colonial.

Uma das principais justificativas para a utilização dessa metodologia baseia-se no fato de que ela implica na construção de modelos capazes de representar e transmitir valores materiais e imateriais, apresentando diferentes hipóteses, sem alterar ou prejudicar o bem material existente. No entanto, é importante citar algumas questões voltadas à falta de informação (documentação), visto que é necessário uma quantidade de dados suficientes para a produção dos modelos digitais, e como lidar com a consideração das diferentes probabilidades para que não haja um “falso histórico”, gerando produtos que não condizem com o rigor científico (NOGUEIRA; AMORIM, 2020).

Sendo uma reconstrução completamente reversível, o modelo digital permite, portanto, a extração de informações e a constante atualização de dados. Segundo Nogueira e Amorim (2020, p. 4), “a tecnologia digital incorporada à arqueologia tem nas reconstruções digitais uma nova, versátil e poderosa forma de narrativa arqueológica”, pois permitem a possibilidade da coexistência da múltipla representação a partir de interpretação divergentes de documentos ou de evidências, onde é possível preservar o objeto físico e ampliar a capacidade investigativa sobre o objeto, “revelando-lhe outros aspectos, históricos, morfológicos, topológicos e transformações ocorridas ao longo do tempo” (NOGUEIRA; AMORIM, 2020, p. 10).

Referências

- CAVALCANTI, Marina Russell Brandão. Patrimônio virtual: a reconstrução em 3D e a preservação do patrimônio cultural. 164 fls. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Marina%20Russell%2003-08-2020.pdf>. Acesso em: 24 set. 2022.
- CORDEIRO, Silvio Luiz. A paisagem histórica do Engenho São Jorge dos Erasmos: o vídeo como instrumento educativo na arqueologia do monumento quinhentista. 2007. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. doi:10.11606/D.71.2008.tde-09042008-152050. Acesso em: 2022-09-24.
- GUEDES, Carolina Machado. TECNOLOGIAS DE PROCESSAMENTO FOTOGRAFÉTICO E RESTAURO DIGITAL COMO FERRAMENTAS DE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO:

um estudo de caso do contexto brasileiro. IV Seminário Preservação de Patrimônio Arqueológico, [s. l.], 2016. Disponível em: http://site.mast.br/hotsite_anais_ivsppa/pdf/03/16%20Guedes_REVISADO_padrao.pdf. Acesso em: 25 set. 2022.

HUGGETT, Jeremy. "A Manifesto for an Introspective Digital Archaeology". Open Archaeology, vol. 1, no. 1, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1515/opar-2015-0002>. Acesso em: 25 set. 2022.

MIKALAUSKAS DE SOUZA NOGUEIRA, F.; LEÃO DE AMORIM, A. RECONSTRUÇÃO DIGITAL: A PRESERVAÇÃO EM MEIO DIGITAL DA HERANÇA CULTURAL. Revista FÓRUM PATRIMÔNIO: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, [S. l.], v. 11, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/forumpatrimo/article/view/34009>. Acesso em: 24 set. 2022.

RICHARDSON, Lorna-Jane & LINDGREN, Simon. (2017). Online Tribes and Digital Authority: What Can Social Theory Bring to Digital Archaeology?. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/319397200_Online_Tribes_and_Digital_Authority_What_Can_Social_Theory_Bring_to_Digital_Archaeology. Acesso em: 25 set. 2022.

SILVA, Pedro Filipe da. Informática e Multimédia Aplicadas à Investigação Arqueológica: A modelação 3D do Castro de Romariz e a sua aplicação numa plataforma de Jogo. 2013. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Universidade do Porto, [S. l.], 2013. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/75705>. Acesso em: 25 set. 2022.

008. O TEMA DA VIOLÊNCIA EM *CASA-GRANDE & SENZALA* DE GILBERTO FREYRE

Gabriel Wagner da Silva Santos⁴, Marcos Rafael da Silva⁵

Palavras-chave: violência; Gilberto Freyre; relações étnico-raciais.

⁴ Acadêmico do 6º semestre do curso de História, Unimes. E-mail: wagner3054@gmail.com

⁵ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Professor do curso de História da Universidade Metropolitana de Santos, UNIMES. E-mail: marcos.silva@unimes.br.

Introdução

A presente comunicação, fruto de monografia em andamento, propõe uma análise historiográfica da obra *Casa-Grande & Senzala* de Gilberto Freyre, publicada em 1933, com o subtítulo “formação da família brasileira sob o regime da família patriarcal”, focando na questão da violência.

É consenso entre os pesquisadores que o sistema escravista definiu profundamente as relações étnico-raciais no Brasil. Não obstante, ao longo do século XX diferentes interpretações sobre nosso passado escravista foram produzidas por historiadores e cientistas sociais. Entre os grandes intérpretes da formação do Brasil, destaca-se a figura do sociólogo Gilberto Freyre.

De acordo com Elide Rugai Bastos, *Casa-grande & senzala* insere-se no contexto imediato do pós-Revolução de 30. O cenário político caracterizado pela centralização administrativa alterou não apenas o lugar das regiões no jogo político, bem como dos grupos que exercem o poder local e regional. Freyre penetrou no amago dessa questão, mesmo que sua análise da formação nacional tenha partido do desenvolvimento da região Nordeste, a explicação freyreana ganha espaço nacional. (BASTOS, 1999, p. 217)

Nascido em Pernambuco em 1900, estudou nos Estados Unidos e depois na Europa, frequentou cursos na Universidade de Columbia e Oxford, estabelecendo contato com o pensamento de Franz Boas e George Simmel. Essa experiência de formação permitiu a Freyre desenvolver uma metodologia inovadora, com base documental pouco convencionais aos historiadores da época, arrolou dados em diários íntimos, cartas, livros de viagens, folhetins, autobiografias, confissões, depoimentos pessoais escritos e orais, cadernos de receitas etc.

A obra dialoga com autores do passado e do presente do autor – por exemplo, Oliveira Viana e Paulo Prado – e estabelece polêmicas a respeito da questão racial, do determinismo geográfico e do papel desempenhado pelo patriarcado na formação da sociedade brasileira. (BASTOS, 1999, p. 218)

Na interpretação de Freire, a sociedade colonial brasileira é caracterizada por relações sociais harmoniosas quando comparadas às outras colônias das Américas, em razão do caráter plástico que o português apresenta em sua antropologia. (FREYRE, 2006, p. 278)

O contato entre o homem europeu e a mulher indígena e negra irá resultar numa miscibilidade. Por sua vez, Freyre considerou a miscigenação como importante fator para a formação social do Brasil, definindo-a como algo benéfica para a sociedade. Com isso, ele faz uma comparação com as demais localidades que também passaram por regimes escravistas, como os Estados Unidos, afirmando que em solo brasileiro os vínculos entre senhor e escravizado eram mais afáveis.

Em *Casa-grande & senzala*, além da mulher indígena ou negra, Freyre destaca o papel da família patriarcal na formação da sociedade brasileira. Estruturada em um sistema patriarcal, a família colonial do Brasil era chefiada por um patriarca que possuía domínio sobre suas terras, sua esposa, filhos, escravos e agregados, se constituindo uma família ampla. Além disso, ele deixa evidente que essa organização irá proporcionar uma unidade política, econômica e social.

Numa outra perspectiva, o sociólogo definiu com a palavra “doçura” a relação entre senhor e escravizados domésticos, outrossim afirma que isso ocorre talvez mais no Brasil do que qualquer outra localidade da América. Amas de criação, mucamas e irmãos de criação de meninos brancos desempenhavam o “serviço mais íntimo e delicado dos senhores” (FREYRE, 2006, p. 435).

Nesses casos, esses indivíduos não eram reconhecidos como escravos, mas sim como “pessoas da casa”. “Espécie de parentes pobres nas famílias europeias.” (FREYRE, 2006, p. 435). “Moleques de estimação” ou “mulatinhos”, são algumas das expressões utilizadas pelo autor para referenciar garotos jovens que frequentavam a casa e que saíam de carro a passeio com os senhores como se fossem seus filhos.

Em seus escritos, Gilberto defende a ideia de harmonia em que a sociedade brasileira se formou a respeito das questões raciais. Ele alega uma reciprocidade cultural que resultou numa proveitosa troca de valores entre a cultura europeia e a cultura sul-americana.

Diferentemente da colonização inglesa, na colonização portuguesa as relações entre senhor e escravizado se deram de maneira mais branda, possibilitando a preservação dos valores nativos. O sociólogo investe na concepção da miscigenação herdada pela nação portuguesa e sua suposta tolerância racial, definindo um modelo mais ameno de escravidão. “[...] foi por outro lado o colonizador europeu que melhor confraternizou com as raças chamadas inferiores. O menos cruel nas relações com os escravos.” (FREYRE, 2006, p. 265).

O autor afirma a existência de uma confraternização de valores e de reciprocidade cultural. Para estruturar com mais precisão o seu pensamento, em sua obra, ele aponta o português como um sujeito provido de plasticidade em razão da sua formação enquanto sociedade. No decorrer do livro, ele afirma a ideia de generosidade oriunda do português. Todavia, não de maneira fantástica, mas devido a formação dissimilar desse povo.

Objetivos

Analisar a dimensão da violência e como ela se apresenta, ou não, na obra *Casa-Grande & Senzala*.

Métodos

Trata-se de uma pesquisa de cunho historiográfico, apoiando-se no método histórico de análise interna e externa da fonte de estudo. Desse modo, a historiografia permite compreender os mecanismos de produção de uma *escritura*, como a define Paul Ricouer (2017).

De acordo com Michel de Certeau, toda pesquisa historiográfica pressupõe considerações a nível socioeconômico, político e cultural. Envolve um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de ensino, uma categoria de letrados. Sendo que

ela está submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhe serão propostas, se organizam. (CERTEAU, 2017, p. 47)

Assim sendo, a análise de *Casa-Grande & Senzala* requer que situemos a obra no contexto de sua produção, a origem social do seu autor, para compreendermos como suas ideias, a respeito da violência escrava, tomaram o sentido de contemporizar a relação senhor e escravo. A interpretação freyreana, inclusive, fornecerá elementos decisivos para o mito da democracia racial no país.

Dessa forma, a violência é uma questão que não aparece com destaque em *Casa-grande & Senzala*, e entender o motivo pelo qual o autor considerou interpretar o sistema escravista sem considerar a violência como princípio estruturante move o interesse da presente pesquisa.

Entende-se que a questão da violência está relacionada com o processo histórico, e conseqüentemente, de acordo com a visão de mundo de um determinado grupo situado em algum momento histórico. Por essa razão, é preciso cautela ao definir seu conceito, pois características violentas de uma época podem não se apresentarem em outras. Além disso, ela se modifica de acordo com as transformações nas relações sociais. É algo que está em constante movimento. (TOMBINI; JACONDINO, 2017, p. 7)

Considerações finais

Por se tratar de pesquisa ainda em andamento, as considerações são preliminares. Marco na interpretação da formação histórica brasileira, *Casa-Grande & Senzala* ainda chama a atenção de pesquisadores de diferentes campos. Historiadores, sociólogos, antropólogos ainda procuram na escrita freyreana pistas para a compreensão do passado colonial, bem como, para a compreensão do Brasil contemporâneo.

Na interpretação de Freire, a sociedade colonial brasileira é caracterizada por relações sociais harmoniosas quando comparadas às outras colônias das Américas, em razão do caráter plástico que o português apresenta em sua dimensão antropológica.

Criticado desde o momento de sua publicação, diferentes autores vão mostrar como sistema colonial foi implementado no sentido da exploração e das diversas formas de violência aqui instaurada pelo europeu.

Referências

BASTOS, Elide Rugai. Gilberto Freire: Casa-grande & senzala. Mota, Lourenço Dantas (org.). Introdução ao Brasil: um banquete no trópico. 5.ed. São Paulo: Editora Senac, 1999.

CERTEAU, Michel de. A escrita da História. 3.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

RICOUER, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017.

FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51.ed. São Paulo: Global, 2006.

TOMBINI, Leila; JACONDINO, Eduardo Nunes. A violência na perspectiva histórica e sociológica de Gilberto Freyre em “Casa Grande & Senzala”. RELAcult, vol. 03, n. 03, set-dez 2017.

009. OS PAPIROS ARAMAICOS DE WADI DALIYEH: REGISTROS DE COMPRA E VENDA DE ESCRAVIZADOS NA SAMARIA PERSA

Elcio Valmiro Sales de Mendonça⁶

Palavras-Chave: Samaria; Wadi Daliyeh; Papiros; Arqueologia Histórica; Epigrafia.

O objetivo desta pesquisa é analisar os papiros aramaicos de Wadi Daliyeh dentro do contexto do sítio arqueológico de Wadi ed-Daliyeh (Palestina). Esses papiros, escritos em aramaico antigo, trazem em seu conteúdo as tramitações de compra e venda de escravizados na província persa de Samaria e seus desdobramentos culturais e sociais. Nos papiros preservados de forma mais completa foi possível perceber a estrutura do documento e as diversas informações referentes às negociações de compra e venda de escravizados, como os nomes dos vendedores e compradores, os nomes dos escravizados vendidos e seus valores, o nome do juiz que presenciou o fechamento dos contratos, algumas ocorrências diferentes e as datas que ficaram registradas nos contratos.

O método utilizado nessa pesquisa foi o da Arqueologia Histórica o qual trabalha tanto com as análises do sítio arqueológico e sua cultura material quanto com as fontes documentais relacionadas ao sítio em questão ou encontradas nele. Nesse caso, a pesquisa foi realizada a partir dos relatórios das escavações

⁶ Pesquisador de Pós-Doutorado em Estudos da Tradução (UFSC). Professor Doutor na Graduação em Arqueologia e na Graduação em Teologia EaD, UNIMES. E-mail: elcio.mendonca@hotmail.com.br.

arqueológicas realizadas por Paul W. Lapp e das análises documentais de Frank Moore Cross e Jan Dusek. As pesquisas arqueológicas realizadas na caverna de Wadi Daliyeh trouxeram à tona informações importantes sobre o comércio de escravizados na província persa de Samaria durante o século V AEC. Essas informações ajudam a montar parte de um cenário mais amplo a partir das evidências materiais e documentais da época.

A pesquisa demonstrou que os escravos vendidos não eram, necessariamente, oriundos de guerra, mas pessoas (israelitas e/ou persas) que viviam na região daquela província. É possível que essas pessoas tenham se tornado escravas por causa de dívidas ou cobrança por falta de recursos para pagamento de tributos. Infelizmente não há evidências suficientes para compreendermos o modo de vida desses escravizados, somente os trâmites de negociações no mercado de escravos em Samaria, província persa, registrados nesses papiros.

Referências

ARAÚJO, Astolfo G. M. Por uma Arqueologia Cética: ontologia, epistemologia, teoria e prática da mais interdisciplinar das disciplinas. Curitiba: Prismas, 2019.

BICHO, Nuno Ferreira. Manual de Arqueologia Pré-Histórica. 2.ed. Revista e Atualizada. 70 Compêndio. Lisboa: Edições 70, 2012.

BRUCE, G. Trigger. História do Pensamento Arqueológico. Trad. Orped Trindade Serra. 2.ed. São Paulo: Odysseus, 2004.

CROSS, Frank M. "The Discovery of the Samaria Papyri". In: The Biblical Archaeologist, Vol. 26, No. 4 (Dec., 1963), pp. 109-121. The American Schools of Oriental Research. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3211040>. Acesso em: 16/09/2022.

DUSEK, Jan. Les Manuscrits Araméens du Wadi Daliyeh et la Samarie vers 450-332 av. J.-C. Leiden-Boston: Brill, 2007.

FUNARI, Pedro Paulo; FOGOLARI, Everson Paulo (orgs). Estudos de Arqueologia Histórica. Habitus/Unicamp: Erechim, 2005.

FUNARI, Pedro Paulo. "A Arqueologia Histórica em uma Perspectiva Mundial". Em: Revista de História Regional. Departamento de História, UEPG. 2001, p. 35-41.

FUNARI, Pedro Paulo (org.). *Cultura material e Arqueologia Histórica*. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.

GASPAR, Maria Dulce. “História da Construção da Arqueologia Histórica Brasileira”. Em: *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*. Universidade de São Paulo. São Paulo: MAE/USP, 2003, p. 269-301.

GOGEL, Sandra L. *A Grammar of Epigraphic Hebrew*. SBL. Resources for Biblical Study, 23. Atlanta, Georgia: Scholars Press, 1998.

LIMA, Tania Andrade. “Os Marcos Teóricos da Arqueologia Histórica, suas Possibilidades e Limites”. Em: *Estudos Ibero-Americanos*. Vol. XXVIII. N. 02. PUC-RS. Dez/2002, p. 7-23.

LIMA, Leilane. “Recentes Debates na Arqueologia Histórica”. Em: FUNARI, Pedro Paulo; FOGOLARI, Everson Paulo (orgs). *Estudos de Arqueologia Histórica*. Habitus/Unicamp: Erechim, 2005.

NAJJAR, R. *Manual de Arqueologia Histórica*. Brasília: IPHAN, 2005.

ORSER, C. *Introdução à Arqueologia Histórica*. Trad. Pedro Paulo Abreu Funari. Rio de Janeiro: Oficina de Livros, 1992.

PEREIRA, Rodrigo. *Arqueologia: patrimônio material e legislação: conceitos, atualizações e perspectivas*. Curitiba: Intersaberes, 2017.

SYMANSKI, L. C. “Arqueologia Histórica no Brasil”. Em: *Cenários Regionais de uma Arqueologia Plural*. Annablume, 2009.

DIREITO



010. DA EXISTÊNCIA DA CONDIÇÃO RESOLUTIVA E DE SUA (IR)RETROATIVIDADE NO DIREITO ROMANO

João Gabriel Marques Costa⁷; Alessandro Hirata⁸ (Orientador)

jgmarques0@usp.br

Palavras-chave: Condição Resolutiva. Direito Romano. Teoria das Condições.

Introdução

No direito privado moderno, juntamente ao termo e ao encargo, a condição figura como um dos três principais elementos acidentais dos negócios jurídicos. Conceituada em qualquer manual de direito privado romano ou moderno, a condição pode ser definida como uma cláusula acessória que subordina a produção ou extinção de efeitos de um negócio jurídico a um acontecimento futuro e incerto.

Dessa definição, decorrem com clareza três elementos: (i) como se trata de um elemento acessório, deve ser aposta ao negócio pelo acordo entre as manifestações das vontades das partes. Além disso, para que exista uma condição, (ii) deve-se estipular um evento, posterior ao momento de celebração do negócio, que não se pode saber se ocorrerá de fato, ao qual é (iii) subordinada a produção ou a extinção de efeitos jurídicos.

No sentido da última característica, a principal classificação das condições é a que as difere em suspensivas e resolutivas. As condições suspensivas suspendem determinados efeitos de um negócio até a verificação da circunstância acordada. Dessa forma, pendente condicione, ele – em parte ou no todo – não surtirá efeitos, irradiando os que derivarem do implemento da condição apenas após a verificação

⁷ Aluno de Graduação da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP-USP). Pesquisador bolsista do PIBIC-CNPq.

⁸ Professor Titular de Direito Romano da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP-USP). Livre-Docente em Direito Romano pela Universidade de São Paulo. Doutor em Direito pela Ludwig-Maximilians-Universität München.

do evento condicional. Por outro lado, as condições resolutivas encerram efeitos do negócio após o implemento da condição.

Nesse âmbito, discute a doutrina romanista se os romanos conheciam a condição resolutiva aos moldes modernos ou se a emulavam por meio de um pacto de resolução sob condição suspensiva.

Objetivos

- Responder à dúvida com relação à existência, ou não, da condição resolutiva no direito romano;
- Analisar a natureza jurídica do pacto de resolução sob condição suspensiva, comparando-a à da condição resolutiva;
- Apontar, para as figuras referidas, qual a solução adotada pelos romanos nos casos de resolução negocial: retroatividade ou irretroatividade e;
- Se aventada a presença da condição resolutiva no direito romano, estabelecer uma comparação entre essa forma e a condição resolutiva moderna.

Métodos

Quanto à metodologia, foram utilizadas, em especial, a exegese das fontes romanas, com enfoque no Digesto de Justiniano e atenção à presença de interpolações nas passagens analisadas, juntamente à análise dialética dos textos consagrados na doutrina romanista. Além disso, também foram utilizados métodos próprios da história do direito e do direito comparado, como a microcomparação diacrônica.

A pesquisa iniciou-se pela análise da presença do pacto resolutivo sob condição suspensiva nas cláusulas acessórias ao contrato de compra e venda: *in diem addictio*, *lex commissoria* e *pactum displicentiae*; com a finalidade de ilustrar as questões que a doutrina levanta sobre o instituto e compreender a sua natureza jurídica. Em seguida, foi estabelecido um comparativo entre o pacto de resolução e a condição resolutiva moderna, buscando verificar a possibilidade de tratá-los (ou não) por institutos sinônimos.

Após terem sido apontadas as diferenças significativas entre as duas figuras, foi constatada a presença da condição resolutiva no direito romano. Dessa forma, partiu-se à descrição de sua tutela, apresentação de temas em que é mencionada e caracterização de sua forma e efeitos. Em sequência, estudou-se a questão da (ir)retroatividade tanto do pacto de resolução quanto da condição resolutiva, para afirmar qual a opção negocial adotada pelos romanos: retroatividade ou irretroatividade.

Por fim, foi discutida a colocação da condição resolutiva no direito brasileiro, prosseguindo, ao final, à comparação da condição resolutiva moderna com o instituto que foi concebido pelo sistema jurídico dos romanos.

Resultados

A pesquisa mostrou que a tentativa de tratar a condição resolutiva e o pacto de resolução sob condição suspensiva por institutos sinônimos está certamente equivocada, visto que não só apresentam formas e fins negociais distintos.

Quanto à constituição do pacto de resolução, é interessante destacar os seguintes fragmentos:

Ulp. 28 ad Sab., D. 18, 2, 2, pr. (Sobre a *in diem addictio*)

[...] Penso que a solução dessa dúvida depende do conhecimento da intenção das partes; de fato, se a intenção foi a de que a venda ficasse nula no caso de oferta mais vantajosa, a compra será pura e resolve-se sob essa condição, mas se a intenção foi de a venda não ficar perfeita senão no caso de o vendedor não achar melhores vantagens, a venda é condicional.

Pomp. 35 ad Sab., D. 18, 3, 2. (Sobre a *lex comissoria*).

Se o vendedor inserir o pacto “se o preço não for pago até tal prazo, fique o imóvel como não comprado”, deve ser ele entendido de modo a não subsistir a venda caso não queira o vendedor, porque esse pacto foi inserido a seu favor.

Agora, sobre a condição resolutiva:

Pap. 7 quaest., D. 8, 1, 4, pr. (Sobre os impedimentos à constituição das servidões prediais).

Não se podem constituir servidões de pleno direito, nem para terem começo de um certo prazo, nem para durarem até certo tempo, ou sob condição ou até certa condição (por exemplo, enquanto me aprover).

Ulp. 37 ad Sab., D. 26, 1, 14, 5. (Sobre a *datio tutoris testamento*).

Mas, se ele (o tutor) foi nomeado até que uma determinada condição seja cumprida, acontece também que ele deixa de ser tutor quando a condição é manifestamente realizada.

Enquanto a condição resolutiva é inserida no negócio jurídico, o pacto de resolução é aposto a ele, na forma de um negócio jurídico secundário. O negócio aposto é feito sob condição suspensiva, tornando suspenso o cessar dos efeitos do negócio principal. Mais importante, com o implemento da condição, o pacto resolutivo gera a faculdade de rescindir, enquanto a condição implica na obrigatoriedade da resolução.

Depois disso, o trabalho mostrou que a (ir)retroatividade dos efeitos do pacto resolutivo e da condição resolutiva seguem a lógica da segunda regra teodosiana. Isto é, adota-se o princípio da irretroatividade, salvo se a retroatividade for a opção expressa para a situação fática, como nos casos que envolvem um agir de má-fé e contrariedade aos costumes, como se pode perceber na seguinte passagem:

Ulp. 32 ad ed. Dig., 18, 3, 4, pr. (Sobre a *lex commissoria*).

Caso um imóvel seja vendido sob o pacto comissório, ou seja, se o pagamento não for feito dentro de certo prazo ficará como não comprado, qual ação deve intentar o vendedor, tanto para conseguir a restituição desse imóvel quanto os frutos que dele tiverem sido percebidos, bem como as deteriorações praticadas pelo comprador? [...]

Por fim, evidenciaram-se diversas similaridades no tratado da condição resolutiva romana e da moderna, em especial com a análise dos artigos 127 e 128 do CC/2002, permitindo suficiente comparação, tanto

no âmbito da caracterização quanto no da operabilidade dos efeitos para afirmar que o instituto é comum aos dois sistemas.

Conclusão

A partir do exposto, o estudo permitiu chegar às seguintes conclusões:

- A condição resolutiva existiu, sim, no direito romano, simultaneamente ao pacto de resolução suspensivamente condicionado, diferenciando-se por sua forma e pelos fins a que se destinam;
- A irretroatividade é adotada como princípio geral, mas é possível que os efeitos das formas resolutivas retroajam em casos expressos, como os que envolvem má-fé e ofensa aos costumes e;
- Além de representar o esforço para solucionar uma dúvida doutrinária e manter viva a história do direito, o recorte e estudo do direito romano possibilita uma compreensão mais vasta da tutela do tema no direito brasileiro atual, na medida em que é capaz de mostrar suas bases, conceituais e históricas, e de aproximar sua caracterização do direito que a originou.

Referências

- ALBANESE, Bernardo. **Gli Atti Negoziali nel Diritto Privato Romano**. Palermo: Università di Palermo, 1982.
- FRANÇA, R. L. Da Irretroatividade das Leis no Direito Romano. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, [S. l.], v. 69, n. 1, p. 125-147, 1974.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Parte Geral**. Vol. 1. 15ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017
- MARKY, Tommaso. **Appunti sul Problema della Retroattività delle Norme Giuridice nel Diritto Romano**. Milão: Dott. Antonino Giuffré, 1948.
- MOREIRA ALVES, José Carlos. O Novo Código Civil brasileiro: Principais Inovações na Disciplina do Negócio Jurídico e suas Bases Romanísticas. **Tradizione Romana**, nº 5, 2006.

NICOSIA, Eleonora. La Condición Resolutoria en los Actos Jurídicos. **Revista Internacional de Derecho Romano**, pp. 619-641, 2018.

VASCONCELLOS, Manoel da Cunha Lopes. **Digesto ou Pandectas do Imperador Justiniano**. Vol. 2. São Paulo: YK, 2017.

VASCONCELLOS, Manoel da Cunha Lopes. **Digesto ou Pandectas do Imperador Justiniano**. Vol. 3. São Paulo: YK, 2018.

011. A RESPONSABILIDADE CIVIL POR DISCURSO DE ÓDIO PROFERIDO NA INTERNET: POSSIBILIDADES E LIMITES

Prof^a Dr^a Cíntia Rosa Pereira de Lima⁹ e Leticia Soares Batista¹⁰

Palavras-chave: Discurso de ódio. Liberdade de expressão. Internet. Responsabilidade civil.

Introdução

A liberdade de expressão está consagrada como garantia fundamental pela Constituição Federal em seu art. 5º, IV. Igualmente, o inciso X do mesmo artigo resguarda a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, não sendo difícil a colisão entre ambos os princípios. Assim, nasce a responsabilidade civil por dano moral, com previsão para reparação no mesmo dispositivo constitucional. Não obstante, atualmente observa-se a extensão do dano moral não a indivíduos isolados, mas há uma determinada coletividade¹¹. O discurso de ódio é aquele discriminatório quanto

⁹ Professora de Graduação da FDRP-USP. Doutora em Direito Civil pela Faculdade de Direito da USP com estágio na Universidade de Ottawa (Canadá) com bolsa CAPES - PDEE - Doutorado Sanduíche. Graduada pela Faculdade de Direito pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP. Professora na pós-graduação da Faculdade de Direito da USP - Largo São Francisco. E-mail para contato: cintiar@usp.br

¹⁰ Aluna do 6º período da graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da USP. Bolsista do Programa Unificado de Bolsas desta instituição. E-mail para contato: leticia.s.batista@usp.br

¹¹ BARBOSA-FOHROMANN, Ana Paula e SILVA JR., Antônio Reis O discurso de ódio na internet. In: MARTINS, Guilherme Magalhães e LONGHI, João Victor Rozatti. *Direito Digital: direito privado e internet*. Indaiatuba: Editora Foco, 2019, pp. 3-34.

ao grupo de pessoas por razões étnicas, religiosas, de gênero, origem, cor entre outros. Há autores que identificam na contemporaneidade uma tendência à aceitação social desses discursos, denominando-os de *hate speech*¹². Neste contexto, a internet se mostra um ambiente favorável para propagação de discursos lesivos tanto ao indivíduo quanto à coletividade em que ele se insere.

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a possibilidade de imputação de responsabilidade ao indivíduo que dissemina discursos de ódio na rede social, bem como se esta seria estendida aos fornecedores de Internet e aos prestadores de serviços. No mais, visa distinguir a responsabilidade por dano individual e coletivo, bem como a legislação aplicada para cada caso.

Métodos

A realização da pesquisa se estrutura a partir do levantamento de bibliografia relativa aos conceitos de discurso de ódio e responsabilidade civil, principalmente quanto a definições, princípios, direitos e, por fim, sua aplicação prática.

Para o desenvolvimento desta pesquisa serão utilizados os métodos dedutivo e indutivo sob uma perspectiva dialética. O método dedutivo será utilizado na medida em que se parte de uma análise geral sobre o direito à liberdade de expressão e seus conflitos com outros direitos fundamentais, posteriormente para compreender o sistema de responsabilização civil quando o confronto entre esses direitos se dá em meio virtual.

O método indutivo será utilizado na elaboração das conclusões finais da pesquisa, posto que tais conclusões terão como ponto de partida premissas particulares obtidas pela análise do sistema brasileiro de responsabilização por danos morais na internet, principalmente do ponto de vista teórico legislativo, embora cogita-se uma análise prática da jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Desenvolvimento

¹² LONGHI, João Victor Rozatti. #ÓDIO: responsabilidade civil nas redes sociais e a questão do *hate speech*. In: MARTINS, Guilherme Magalhães e ROSENVALD, Nelson. Responsabilidade Civil e Novas Tecnologias. Indaiatuba: Editora Foco, 2020, pp. 231-330

Liberdade de expressão é um conceito amplo que compreende o direito à liberdade religiosa, de pensamento, de manifestação, e também a liberdade de imprensa. Para Peterson Roberto da Silva¹³, uma das possíveis definições para liberdade de expressão seria no sentido negativo, ou seja, há maior liberdade de expressão quanto menor forem seus limites, assim, é importante definir quais os possíveis e legítimos limites à liberdade de expressão. Afinal, é bem verdade que o mesmo texto Constitucional que consagra a livre manifestação de pensamento e define como inviolável o direito à liberdade, também protege a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, além de consagrar a dignidade da pessoa humana como um de seus fundamentos.

Como desenvolve Miguel Reale¹⁴, embora a liberdade de expressão seja um princípio Constitucional, a interpretação predominante do Supremo Tribunal Federal é de que este sofre significativa limitação frente ao fundamento da não discriminação e da dignidade da pessoa humana.

Não obstante, a popularização do acesso à Internet, bem como a difusão das redes sociais, proporcionou um ambiente favorável à liberdade de expressão ilimitada, pois o indivíduo que antes se posicionava como mero receptor de informações, hoje pode comunicar suas opiniões a milhares de pessoas, inclusive de maneira anônima.

O discurso de ódio caracteriza-se como não é mero exercício do direito à livre comunicação a medida em que usa deste direito como pretexto para “insultar pessoas ou grupos de pessoas, propagando o ódio baseado em motivos como raça, religião, cor, origem, gênero, orientação sexual etc”. O sujeito passivo não é o sujeito individualmente considerado, mas a coletividade que ele integra.

Neste contexto, nasce a necessidade de construir mecanismos para combater tal comportamento. O Marco Civil da Internet (Lei 12.965) é importante marco regulatório, pois estabelece em seus artigos 18 a 21 o sistema de responsabilidade pelo conteúdo gerado por terceiros, especialmente o artigo 19 ao

¹³ SILVA, Peterson Roberto da. O conceito de “liberdade de expressão”. *Em tese*, v. 15, n. 2, julho de 2018, pp. 275-300.

¹⁴ REALE, Miguel. Limites à liberdade de expressão. In.: D’AVILA, Fabio Roberto [org.] *Direito penal política criminal no terceiro milênio: perspectivas e tendências*. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2011, p.137.

estabelecer o sistema “*notice and takedown*”¹⁵, no qual a responsabilidade do provedor aplicações de internet nasce somente após sua omissão diante de ordem judicial específica acerca do conteúdo a ser excluído das redes.

No entanto, este posicionamento é criticado a medida em que não comporta o potencial de multiplicação através do compartilhamento, deixando a vítima vulnerável diante de novos ataques. A esse respeito, cita-se especialmente a imprescindibilidade de decisão judicial prévia para retirada do conteúdo danoso e a necessidade de identificar o conteúdo de maneira precisa¹⁶.

Outro aspecto a ser explorado é a discricionariedade de tais decisões, pois não raramente estão sob influência política. Por outro lado, é comum que os próprios provedores de aplicações excluam certos conteúdos de terceiros por “ir contra a política do site”, igualmente de maneira discricionária, com o agravante de não garantir o contraditório.

Ao final do trabalho, espera-se compreender melhor o sistema brasileiro de responsabilização pelo discurso de ódio proferido nas redes sociais, em especial a responsabilidade do provedor de serviços, dos indivíduos que criam o conteúdo, além dos que com ele interagem. Cogita-se expandir o trabalho para a realidade fática, buscando analisar a jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo para entender como mecanismos do direito material e processual se interrelacionam para tutela de direitos fundamentais como a dignidade da pessoa humana e a liberdade de expressão.

Referências

BARBOSA-FOHROMANN, Ana Paula e SILVA JR., Antônio Reis O discurso de ódio na internet. *In: MARTINS, Guilherme Magalhães e LONGHI, João Victor Rozatti. Direito Digital: direito privado e internet.* Indaiatuba: Editora Foco, 2019, pp. 3-34.

¹⁵ LONGHI, João Victor Rozatti. #ÓDIO: responsabilidade civil nas redes sociais e a questão do *hate speech*. *In: MARTINS, Guilherme Magalhães e ROSENVALD, Nelson. Responsabilidade Civil e Novas Tecnologias.* Indaiatuba: Editora Foco, 2020, pp. 231-330

¹⁶ Idem.

FALEIROS JÚNIOR, José Luiz de Moura; GUGLIARA, Rodrigo; LONGHI, João Victor Rozatti. *Proteção de Dados Pessoais na Sociedade da Informação: entre dados e danos*. Indaiatuba: Editora Foco, 2021.

GAJARDONI, Fernando da Fonseca e MARTINS, Ricardo Mafféis. Direito Digital e a Legitimação Passiva Nas Ações de Remoção de Conteúdo e Responsabilidade Civil *In: FILHO, Adalberto Salomão; LIMA, Cíntia Rosa Pereira de; LUCCA, Newton de; MACIEL, Renata da Mota. Direito Civil & Internet IV: Sistema de Proteção de Dados Pessoais*. São Paulo: Quartier Latin, 2019. pp. 363-378

LIMA, Cíntia Rosa Pereira de. A responsabilidade civil dos provedores de aplicação de internet por conteúdo gerado por terceiro antes e depois do Marco Civil da Internet (Lei n. 12.965/14). *Revista Da Faculdade De Direito, Universidade De São Paulo*, v. 110, pp. 155-176.

_____. *ANPD e LGPD: desafios e perspectivas*. São Paulo: Almedina, 2021.

LONGHI, João Victor Rozatti. Marco Civil da Internet no Brasil: breves considerações sobre seus fundamentos, princípios e análise crítica do regime de responsabilidade civil dos provedores. *In: MARTINS, Guilherme Magalhães. Direito Privado e Internet*. São Paulo: Atlas, 2014. pp 109-146.

_____. #ÓDIO: responsabilidade civil nas redes sociais e a questão do *hate speech*. *In: MARTINS, Guilherme Magalhães e ROSENVALD, Nelson. Responsabilidade Civil e Novas Tecnologias*. Indaiatuba: Editora Foco, 2020, pp. 231-330

LORIDO, Luís Orlando. Remoção de conteúdo na Internet. *Revista de Direito e Política, Instituto Brasileiro de Advocacia Pública*, v. 23, pp. 27-138

PODESTA, Fábio Henrique. Marco civil da internet e Direitos da Personalidade. *In: FILHO, Adalberto Salomão; LIMA, Cíntia Rosa Pereira de; LUCCA, Newton de. Direito Civil & Internet III: Marco Civil da Internet, Tomo I*. São Paulo: Quartier Latin, 2015. pp. 363-404

PINHO, Anna Carolina. *Discussões sobre Direito na Era Digital*. Rio de Janeiro: GZ, 2021

REALE, Miguel. Limites à liberdade de expressão. *In.: D'AVILA, Fabio Roberto [org.] Direito penal política criminal no terceiro milênio: perspectivas e tendências*. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2011, p.137.

SILVA, Peterson Roberto da. O conceito de “liberdade de expressão”. *Em tese*, v. 15, n. 2, julho de 2018, pp. 275-300.

012. ASPECTOS COMPARATIVOS ENTRE O REGULAMENTO GERAL SOBRE A PROTEÇÃO DE DADOS (GDPR) DA UNIÃO EUROPEIA E A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) BRASILEIRA

Maria Eduarda Correia Alves¹⁷; João Gabriel Marques Costa¹⁸, Alessandro Hirata¹⁹ (Orientador)

Palavras-chave: Direito à Privacidade. GDPR. LGPD. Proteção de Dados.

Introdução

No mundo moderno, as pessoas são identificadas por meio de seus dados, essenciais para proteção e garantia da autonomia. Todavia, com a evolução da sociedade e o advento da digitalização mundial, as informações pessoais passaram a ser tão excessivamente expostas que ultrapassam a própria personalidade do indivíduo²⁰, contribuindo para a perda da privacidade. O sistema tecnológico exerce demasiado controle, de modo que inexista o poder de escolha sobre que o divulgar e até dados não fornecidos pelo titular, são conhecidos.

Dessa forma, os países membros da União Europeia elaboraram o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (GDPR), que pretende a garantia da privacidade. Nesse âmbito, o Brasil, inspirado nos

¹⁷ Aluna de Graduação da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP-USP). Pesquisadora bolsista do PUB-USP. Email: mariaeduardacorreia@usp.br

¹⁸ Aluno de Graduação da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP-USP). Pesquisador bolsista do PUB-USP. Email: jgmarques0@usp.br.

¹⁹ Professor Titular de Direito Romano da Faculdade de Direito de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FDRP/USP). Livre-Docente em Direito Romano pela Universidade de São Paulo. Doutor em Direito pela Ludwig-Maximilians-Universität München.

²⁰ DE SOUZA, Allan Rocha; BARRETO Ana Amélia. *Direito Digital: Direito Privado e Internet*. 2º ed. Indaiatuba, SP: Editora FOCO, 2019, p. 35.

européus, criou a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que pretende maior confidencialidade e segurança dos meios de propagação informacionais²¹.

O que está em questão é o direito à privacidade, tido como um dos “direitos de personalidade”, característico do indivíduo e que tem como objeto central a proteção da dignidade da pessoa humana. CINTIA ROSA PEREIRA DE LIMA²² pontua que o direito à proteção dos dados pessoais e privacidade deve considerar os aspectos transfronteiriços do espaço digital, afinal, informações são expostas em um curto espaço de tempo atingindo diferentes pessoas e localidades.

Diante desse rápido e intenso fluxo de dados, a GDPR foi criada com o intuito de estabelecer novos parâmetros legais, suprimindo e tratando de forma eficiente a situação, já que as leis presentes não condiziam mais com o cenário atual, altamente sistematizado e movido pela tecnologia.

A LGPD, “versão brasileira do regulamento europeu”, que tem como principal objetivo proteger os dados das pessoas naturais, surgiu pela necessidade de um regulamento comercial, que protegesse a livre iniciativa e garantisse a concorrência justa por meio do desenvolvimento tecnológico. Ao considerar a pessoa humana, sua personalidade e dignidade, não visa a proibição ampla do acesso à informação, mas sim a adequação de limites, que não afetem a completude da privacidade.

Em meio a pertinência do tema e particularidades de cada regulamento, europeu e brasileiro, a pesquisa volta-se para um estudo comparativo, que permita a análise e exploração mais profunda, de modo a ressaltar, a forma, eficiência e incidência de ambos no mundo digital, jurídico e informacional.

Objetivos

- Estabelecer estudo comparativo entre a GDPR e a LGPD, especificando as particularidades de ambos e seus efeitos na esfera jurídica e digital atual;

²¹ LEITE, Luciano Vasconcelos; DE LAMBOY, Christian Karl; ANDRADE, Marcelo H. L. Aguiar. *Manual de implementação da Lei Geral de Proteção de Dados*. São Paulo, SP: Via Ética, 2019.

²² LIMA, Cíntia R. Pereira de; NUNES, Lydia N. B. Telles. *Estudos avançados de Direito Digital*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014, p.73.

- Reafirmar a importância da garantia do direito à privacidade, destacando o seu desenvolvimento e como contribuiu para a criação das leis de proteção de dados;
- Analisar a eficiência e resultados da Diretiva Europeia e da Lei Brasileira desde que entraram em vigor, elencando a mudança, se houve, para a sociedade;
- Elencar como as legislações, da Europa e do Brasil, tratam do direito à privacidade e agem quando há violação;
- Verificar e investigar como os especialistas, principalmente em Direito Digital, e autoridades brasileiras e europeias, se posicionam em relação a instituição das diretivas.

Métodos

A pesquisa terá base em artigos que relacionam o direito e a tecnologia, análise da legislação, europeia e brasileira, no que tange privacidade e proteção de dados, assim como, o tema central da pesquisa, manuais e especificações da GDPR e LGPD.

A primeira etapa consistirá no estudo e definição do “direito à privacidade”, assim como a análise da influência do campo jurídico no tecnológico e vice-versa, com o objetivo de examinar o funcionamento do sistema tecnológico-informacional e sua abrangência.

Obtidos esses dados, tratar-se-á das legislações do Parlamento Europeu e a Federal do Brasil, focando no seu decorrer sobre a área da privacidade e proteção dos dados dos cidadãos. A partir dessa coleta e investigação, o estudo atingirá a temática principal e específica.

O trabalho estará centrado nos aspectos diferenciais entre o Regulamento Geral da União Europeia e a Lei Geral de Proteção de Dados brasileira. Concluída a diferenciação serão acrescentadas opiniões e pareceres, seguidos de análise, de professores e especialistas no objeto da pesquisa, como também de legisladores sobre a implementação do Regulamento Geral Proteção de Dados da Europa e a Lei Geral de Proteção de Dados no Brasil.

Nesse sentido, a pesquisa se utilizará do método dedutivo, do geral para o específico, iniciando com a definição e estruturação dos direitos digitais até o centro do projeto, a análise comparativa das leis, seus impactos e artigos.

Desenvolvimento

A pesquisa ainda será iniciada, entretanto, é válido pontuar o que é pretendido através dela.

Primeiramente, estabelecer e conceituar, de maneira concreta, os assuntos abrangidos no estudo, como os dados, a privacidade e garantia. Dessa forma, pretende-se definir suas relações com o mundo contemporâneo, principalmente, no aspecto tecnológico.

Com as análises dos atos legislativos e diretivas completas, intenciona-se uma efetiva comparação da LGPD e da GDPR, fixando suas diferenças no que diz respeito aos princípios fundamentais, objetivos e a cada tipo de regra de proteção de dados. Após decompor cada parte das leis, tanto a brasileira como a europeia, destacando suas especificidades e como abrangem a sociedade, serão incluídos e verificados os pareceres de especialistas no assunto, assim como das autoridades que sugeriram a criação das diretivas.

Ao concluir essas etapas, desde as informações e definições gerais do estudo, seguida pelos aspectos diferenciais da Diretiva Europeia e da Lei Brasileira, tidos como centro da pesquisa e finalizando com o esclarecimento e posicionamento das autoridades, a pesquisa terá cumprido o que propôs, com a redação do relatório científico-monográfico.

Referências

CAETANO, João Victor Lima. *O Regulamento Geral de Proteção de Dados (GDPR): uma análise do Extraterritorial Scope à luz da Jurisdição Internacional*. Disponível em: <<https://cedisf.emnuvens.com.br/plugins/generic/pdfJsViewer/pdf.js/web/viewer.html?file=https%3A%2F%2Fcedisf.emnuvens.com.br%2Fcedisf%2Farticle%2Fdownload%2F76%2F24%2F>>. Acesso em: 5 jun. 2022.

DE SOUZA, Allan Rocha; BARRETO Ana Amélia. *Direito Digital: Direito Privado e Internet*. 2ª ed. Indaiatuba, SP: Editora FOCO, 2019, p. 35.

GODDARD, Michelle. The EU General Data Protection Regulation (GDPR): European regulation that has a global impact. *International Journal of Market Research*. Vol. 59. Issue 6. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.2501/IJMR-2017-050>>. Acesso em 27 maio 2022.

GUIMARÃES, Gabriel S. *A importância da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais em face do avanço tecnológico da sociedade: A proteção dos dados pessoais como direito fundamental*. São Paulo, 2021. Disponível em:

<<https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/24864/1/Gabriel%20Stagni%20Guimar%c3%a3es.pdf>>.

Acesso em 30 maio 2022

HIRATA, Alessandro. *Direito à privacidade*. Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Administrativo e Constitucional. Vidal Serrano Nunes Jr., Maurício Zockun, Carolina Zancaner Zockun, André Luiz Freire (coord. de tomo). 2ª ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/71/edicao-2/direito-a-privacidade>>. Acesso em 25 maio 2022.

LEITE, Luciano Vasconcelos; DE LAMBOY, Christian Karl; ANDRADE, Marcelo H. L. Aguiar. *Manual de implementação da Lei Geral de Proteção de Dados*. São Paulo: Via Ética, 2019.

LIMA, Cíntia R. Pereira de; NUNES, Lydia N. B. Telles. *Estudos avançados de Direito Digital*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014, p.73.

013. AUTONOMIA COMO ELEMENTO ESSENCIAL DA EMANCIPAÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA

Larissa Beschizza Cione, Eliana Franco Neme

Palavras-chave: Dignidade humana; Historicidade; Responsabilidade; Vida digna

Introdução

Nunca existiram tantos textos de proteção dos direitos humanos. Ainda assim é fácil notar que as condições mínimas de uma vida digna não são alcançadas em parte do planeta. Há um abismo entre as pretensões consagradas pelas cartas de direitos e a realidade percebida. Poderíamos eleger os vilões de sempre para responsabilizar pela situação: o Estado, as empresas, o globalismo, mas nossa abordagem é outra. Ainda que saibamos dos nefastos efeitos do capitalismo selvagem e da omissão estatal na proteção dos direitos fundamentais, trazemos à responsabilidade o próprio destinatário desses direitos.

É a ideia de que os valores necessários ao gozo de uma vida digna impõem um comportamento responsável em relação aos outros, de forma que todos possam gozar a vida digna. Utilizamos a base historicista de Norberto Bobbio alinhada aos referenciais Kantianos de dignidade humana, a partir da análise dos direitos fundamentais estabelecidos pelo texto da Constituição brasileira de 1988. O enfrentamento das questões relacionadas à dignidade humana surgiu para Kant a partir do enfrentamento da questão central de seu livro “Fundamentação da Metafísica dos Costumes”. Na busca da solução do problema: como devo agir para que a minha ação seja boa? O filósofo optou por utilizar uma metodologia indicativa/indagativa que levou ao conceito de dignidade.

O roteiro de raciocínio utilizado é o seguinte: a) conceituação da ação boa através da boa vontade; b) utilização da razão pura, ou a priori, que exclui as regras da experiência (empíricas) como orientadoras da ação humana, antes, vale-se de regra existente na razão independentemente de qualquer experiência; c) estabelecimento de uma lei universal que garanta a ação boa; d) estabelecimento da finalidade fundamental da lei universal; e) o dever como único motivo racional que impele o sujeito a agir conforme a lei universal. Para Kant, a motivação egoísta da ação é o que separa a boa vontade da vontade ruim. Para que uma ação seja boa ele propõe que ela seja praticada sem objetivar qualquer finalidade específica. A razão utiliza-se de um motivo a priori, que existe independente de experiências, para

determinar a vontade de se praticar a ação, isto é o dever. Para Kant o dever é o único motivo para que a ação seja boa.

O dever puro, é o dever de respeito à lei universal. Podemos explicar da seguinte forma: analiso a regra que determinou a minha ação particular: se ela puder ser universalizada, é possível que a ação seja boa. Caso ela não possa ser universalizada, a ação certamente não é boa. Há de se ponderar que a apenas conformidade da ação a uma lei universal não assegura que ela seja boa. Para que a ação seja boa, ela tem que obedecer à lei universal, mas deve ter sido praticada apenas por dever, sem estar ligada a qualquer finalidade.

Uma ação não será boa se o seu motivo estiver ligado a qualquer finalidade, mesmo que possa ser universalizada. A ideia de dignidade em Kant surge, assim, a partir da admissão de que é possível a existência de um valor absoluto, que como fim em si mesmo, sirva de fundamento para um imperativo categórico. Kant adotou a ideia de que a diferença do homem para os outros seres reside na racionalidade, assim, para o autor é a partir da racionalidade que o homem pode ser considerado um fim em si mesmo. Como fim em si mesmo é preciso reconhecer que o homem não pode servir de meio para qualquer objetivo, assim, é dotado de uma característica específica que o diferencia de outros seres: a dignidade.

Desenvolvimento:

O reconhecimento da dignidade humana traz como reflexo a ideia de persecução da felicidade, mas não apenas da minha felicidade. Se a dignidade é uma característica de todos os homens, todos eles têm direito à felicidade. Desta forma, não basta agir de forma a buscar a própria felicidade, ou a não causar prejuízo a outrem. O agir da dignidade humana impõe necessariamente um comportamento voltado à realização da dignidade do outro, da felicidade do outro. Pois, sendo o indivíduo um fim em si mesmo, é preciso que os fins do outro sejam por mim considerados também como meus. Inexoravelmente ligado à ideia do homem como fim em si mesmo, para Kant o outro componente da dignidade é a autonomia da vontade. Para o autor a vontade só é autônoma se: a) ela puder universalizar a regra que ditou a ação individual; b) ela estiver sujeita à referida lei universal, a qual foi criada por ela mesma.

A universalização da ação individual que submete a própria vontade autônoma que a criou não ocorre em decorrência de algum acontecimento ou com qualquer finalidade, mas em razão da ideia da dignidade de um ser racional que não obedece a outra lei senão àquela que ele mesmo simultaneamente dá. Assim, para Immanuel Kant, a dignidade é construída pela união de dois componentes: a finalidade (homem como fim em si mesmo) e a autonomia da vontade.

Compreender a construção conceitual da ideia de dignidade humana é de fundamental importância para poder enfrentar a discussão sobre os deveres relacionados à sua percepção Kantiana. Ainda que os textos declaratórios afirmem que todos são iguais em direitos e obrigações, a história da humanidade tem demonstrado que cada direito e cada garantia assegurados ao indivíduo são frutos de lutas históricas. Dessa forma a compreensão dessa trajetória histórica é imprescindível para a análise do sentido e do conteúdo desses direitos.

Objetivo. O presente trabalho tem por objetivo estudar a os elementos essenciais à compreensão da dignidade humana, que levada à condição de matriz axiológica do sistema constitucional brasileiro apesar da incompleta percepção de seu conteúdo principiológico.

Métodos

O presente trabalho se trata de uma investigação histórico-bibliográfica, de cunho analítico-interpretativo.

Conclusões

Independente de nosso posicionamento jurídico ou filosófico é vidente que os contornos que presentemente estão atribuídos à dignidade humana já não são suficientes para a consagração dos valores que ela própria pretende proteger. A Constituição de 1988 ao alçar o indivíduo ao ponto central do ordenamento jurídico brasileiro cumpriu seu papel emancipatório, e alterou a equação dos poderes, concedendo aos valores democráticos a força necessária para o protagonismo de seus cidadãos. Muitas das maiores conquistas dos brasileiros foram grafadas com base nos fundamentos da República, em especial no princípio da dignidade da pessoa humana. Trinta anos depois precisamos tentar

compreender a verdadeira essência do princípio da dignidade humana, pois agora não se trata apenas em exercê-lo em oposição aos poderes do Estado, mas exerce-los de forma a veicular a verdadeira dignidade humana. A dignidade humana que veicula todas as potencialidades do ser, mas não apenas do meu ser, do indivíduo, mas igualmente de todos os indivíduos, de todos os brasileiros. É o agir dignamente de forma a prestigiar a dignidade do outro. Neste contexto, a dimensão intersubjetiva da dignidade humana existe a partir da existência do indivíduo e sua relação com os demais. Por certo não estamos aqui a advogar qualquer tipo de sacrifício pessoal, em detrimento do coletivo. O que se defende e a conscientização de que além de uma perspectiva meramente ontológica da dignidade é preciso compreender a dignidade também como instrumento de emancipação e viabilização de uma dignidade de todas as pessoas. Uma dignidade coletiva, necessária para a promoção de condições de uma participação real no reconhecimento e proteção do conjunto de direitos e liberdades indispensáveis a todos nós, e ao nosso momento histórico. Da mesma forma é inafastável a ideia de que há de ser reconhecida uma dimensão histórica da dignidade humana. De fato, por se tratar de princípio, e categoria axiológica aberta não pode ser fixado, encontrando-se em processo de permanente construção a partir da relação da sua plasticidade e porosidade com os reflexos dos valores e pretensões da sociedade em que se insere. É um conceito em permanente estado de construção, e merece neste momento uma apreciação que tenha o poder de extrair uma maior responsabilidade dos indivíduos. Não se pode acreditar que o amadurecimento desta sociedade há de ocorrer na presença de um Estado prestacional atendendo as demandas egoístas, é preciso que os indivíduos reconheçam que a par dos direitos atribuídos à concepção de uma vida digna existem também os deveres, os deveres que demandam comportamento racional e responsável voltado à satisfação dos interesses do coletivo e não meramente individuais.

Referências

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

COMPARATO, Fábio Konder. A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos. São Paulo: Saraiva, 1999.

KANT, Immanuel. Fundamentação da Metafísica dos Costumes. Tradução de Paulo Quintela - Lisboa: Edições 70, 2007.

SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988. 3ª ed., rev., atual. e ampl., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

014. CONSTITUIÇÃO IMPERIAL E RELIGIÃO: UM APANHADO HISTÓRICO-CONSTITUCIONAL DA LIBERDADE RELIGIOSA NO BRASIL IMPÉRIO

João Carlos Lavigne de Lemos Tavares,

mestrando em Sistema Constitucional de Garantia de Direitos pelo Centro Universitário de Bauru/SP, mantido pela Instituição Toledo de Ensino, e-mail: jclltavares@gmail.com

Eliana Franco Neme (orientadora),

Mestra e Doutora em Direito Constitucional, professora na Universidade de São Paulo – USP, professora no Centro Universitário de Bauru/SP, mantido pela Instituição Toledo de Ensino.

Palavras-chaves: Constituição Imperial. Estado Confessional. Igreja Católica. Liberdade Religiosa.

Introdução

O Brasil, desde a sua “descoberta” pelos portugueses em meados de 1500, recebe influência religiosa cristã. Em verdade, a colonização europeia nas Américas, com óbvios interesses econômicos, se deu por extrema influência e ajuda religiosa. A colonização brasileira por parte de Portugal se deu diferente de qualquer outra. No plano ideológico, trouxe como principais pilares de dominação: a língua portuguesa e a Igreja Católica. Esta se tornou religião oficial associada a um estado salvacionista, que, com a submissão e dominação o povo indígena, por meio da catequese, impôs um corte messiânico daquela cultura, além de executar um controle rígido à vida intelectual colonial, a fim de impedir a difusão de qualquer doutrina ideológica além dela própria e, inclusive, o saber científico. Tão forte era o catolicismo que mereceu proteção constitucional, firmando-se até o princípio constitucional da religião do Estado, no artigo 5º. De tamanha importância, o imperador deveria jurar mantê-la, antes de sua aclamação, assim como o herdeiro presuntivo ao completar 14 anos de idade, o regente e a regência e os

Conselheiros de Estado. Outras denominações religiosas, por sua vez, apesar de não proibidas, tiveram sua externalização resguardada ao culto doméstico.

Como muitos outros Estados confessionais, entretanto, a Constituição Imperial iniciou uma contradição entre o poder civil e o poder eclesiástico. Enquanto o segundo procurava basear-se sobre a estrutura do direito canônico, o primeiro se empenhava para desprendê-lo dessa base, procurando seduzi-lo, enfraquecê-lo e escravizá-lo. No período monárquico não houve sequer um governo inteiramente católico, a legislação surgida naquele momento é considerada uma séria progressiva de atentados contra a igreja. O império apoiou-se na escravidão da igreja católica e do povo preto, vindo a desmoronar quando se tornou impossível a manutenção do jugo e domínio absoluto de ambas as castas.

Objetivo: O presente trabalho tem por objetivo estudar a quebra de braços governamental e jurídica antes existente entre a Igreja Católica e o Regalismo do Império brasileiro, notadamente em se analisar os motivos do fracasso do confessionalismo no Estado brasileiro.

Métodos

O presente trabalho se trata de uma investigação histórico-bibliográfica, de cunho analítico-interpretativo.

Conclusão

A permanência da existência de uma religião oficial do Estado brasileiro imperial se deu pelo fato de a Igreja ser um forte instrumento de dominação do povo e legitimação do trono. Institutos constitucionais, tais quais o padroado, o beneplácito régio e o “recurso à Coroa” enfraqueceram a relação do Brasil com o Vaticano, culminando em conflitos que marcaram o Brasil confessional: o Cisma de Feijó (1827-1838) e a Questão Religiosa (1872-1875). Estes deram ao povo brasileiro a ideia de que já estava na hora de quebrar o ciclo monárquico religioso existente. A religião católica como religião oficial do Estado brasileiro pode não ter sido o estopim da república, mas foi, com toda certeza, a resposta que o povo esperava. O progresso urgia no mundo e o Brasil precisava acompanhar. A Igreja, dentro de seus limites,

não iria permitir que a Ordem e o Progresso atingissem o Brasil de forma a melhor beneficiar o povo (e a economia).

Referências

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891. Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos em Congresso Constituinte, para organizar um regime livre e democrático, estabelecemos, decretamos e promulgamos a seguinte Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. **Diário Oficial [da] União**, Rio de Janeiro, RJ, 24 fev. 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 08 set. 2022.

BRUNEAU, Thomas C. **O catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SCAMPINI, José. A liberdade religiosa nas Constituições brasileiras: estudo filosófico-jurídico comparado. **Revista Institucional: Senado Federal**, Brasília, DF, jan. 1974. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/180852>. Acesso em: 08 set. 2022.

015. DIGNIDADE E MEIO AMBIENTE: SUPERAÇÃO AO ANTROPOCENTRISMO

Eliana Franco Neme²³ Jamile Gonçalves Calissi²⁴ Bruno Alberto Maia²⁵ Guilherme Loria Leoni²⁶

Palavras-chave: dignidade não-humana; senciente; especismo.

²³ Livre-docente da FDRP-USP, elianafranconeme@usp.br

²⁴ Pós-doutoranda na FDRP-USP, jamile.calissi@uemg.br

²⁵ Pós-doutorando na FDRP-USP, brunomaiaster@gmail.com

²⁶ Pós-doutorando na FDRP-USP, guilhermelleoni@gmail.com

Busca-se o estudo da dignidade não humana e o especismo²⁷ quanto aos animais na perspectiva pós-humanista, colocando-os no centro da filosofia e direito.

Utiliza-se pesquisa bibliográfica, legislativa, jurisprudencial e direito comparado pelo procedimento dedutivo.

Como justificativa buscar-se-á perspectivas de proteção e normatização jurídica à solução das questões da dignidade não humana.

O objetivo é a análise da proteção constitucional à natureza e aos animais pela leitura multidimensional da bibliografia selecionada, entendendo os animais não humanos como detentores de direitos, legitimando-os como sujeitos políticos e reconhecendo sua autonomia para construção de seus direitos²⁸.

Para Marconi e Lakatos²⁹, atividades sistemáticas e racionais criam o método para alcançar o objetivo para “disciplinar o espírito, excluir das investigações o capricho e o acaso, adaptar o esforço às exigências do objeto a ser estudado”³⁰.

A pesquisa bibliográfica explica um problema a partir de referenciais, tendo parte da pesquisa descritiva argumentos para solucioná-lo sem necessidade de dados *in loco*.

Levantam-se controvérsias e entendimentos aplicáveis para a fundamentação jurídica adequada, sem prejuízo das fragilidades aos métodos pesquisados.

Desenvolvimento

O afastamento do antropocentrismo constrói a não violência humana e protege a dignidade não humana quanto à natureza no campo jurídico.

²⁷ preconceito contra animais

²⁸ DONALDSON, Sue; KYMLICKA, Will. Zoopolis: a political theory of animal rights. New York: Oxford, 2011.

²⁹ LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. Metodologia científica. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011, pág. 46.

³⁰ CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia Científica. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002, pág. 23.

A filosofia cristã primitiva e a herança romana, pautavam a superioridade humana sobre a natureza como mediadora entre os animais e o divino, único com alma imortal³¹.

Santo Agostinho, e os filósofos gregos, defendiam a supremacia do espírito e a superioridade humana atrelando-a à consciência, inexistente nos animais³², e pressupunham, ainda, autodeterminação e moralidade, virtudes apenas humanas³³, modelo também utilizado por Kant, tendo as pessoas a posse de suas ações e vontades autônomas³⁴, enquanto os empiristas Hobbes, Locke e Hume tratavam o animal de forma insignificante e marginal, só respeitados quando considerados propriedade privada ao terem valor comercial³⁵, condenando os animais à inferioridade com negligência da filosofia.

Estuda-se o assunto pela perspectiva multidimensional, não se limitando à visão biológica ou física, interpretando a dignidade por uma dimensão ecológica, ante a qualidade de vida humana e não humana no meio ambiente, com estruturas morais e jurídicas, expandindo a dignidade para outras formas de vida e para a estrutura de conservação da natureza como um todo³⁶.

Possibilita-se análise filosófico-jurídica da autonomia dos seres não humanos e do estatuto dos sujeitos jurídicos na esfera teórica³⁷ quando se esgota o ponto de vista paradigmático anterior³⁸, pela nova teoria política dos direitos dos animais³⁹.

³¹ SINGER, Peter. *Libertação Animal*. Porto Alegre, São Paulo: Martins Fontes, 2010.

³² PEREIRA, Vinicius dos Santos. *Considerações sobre a ética animal de Peter Singer*. Tese em Filosofia- Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2016.

³³ STEINER, Gary. *Anthropocentrism and its discontents: The Moral Status of Animals in the History of Western Philosophy*. University of Pittsburg Press, Pittsburgh, 2005.

³⁴ KANT, Immanuel. *Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos*. Trad. Leopoldo Holzbach, São Paulo: Martin Claret, 2004.

³⁵ STEINER, op, cit.

³⁶ SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. *Direito Constitucional Ambiental. Constituição, Direitos Fundamentais e Proteção do Ambiente*. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

³⁷ A problemática está inserida na dificuldade, ainda persistente, de estender ao animal não-humano os estatutos jurídicos próprios do ser humano, ligados ao conceito de pessoa. Contudo, o que, empiricamente ainda possa parecer intransponível, começa a ganhar novos contornos com a teorização sobre a ampliação da ideia de humanidade atingir a autonomia do animal não-humano (MEDEIROS, Fernanda Luíza Fontoura; CACHAPUZ, Maria Cláudia. *Autonomia e capacidade a animais não-humanos*. *Revista Jurídica Luso Brasileira (RJLB)*. Lisboa. Ano 4 (2018), nº 4, 755-780).

³⁸ HABERMAS, Jürgen. *O futuro da natureza humana*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2004.

³⁹ DONALDSON, Sue; KYMLICKA, Will. *Zoopolis: a political theory of animal rights*. New York: Oxford, 2011.

O *status* moral aos seres sencientes é a base para reconhecer seu valor em meio a condição socioambiental constituída por um mínimo existencial comprometido com os direitos fundamentais.

A inovação é possível às categorias já consagradas ao ser humano ante a perspectiva de novas realidades empíricas; o reconhecimento dos animais domésticos como concidadãos de nossas comunidades políticas é necessidade ética, considerando interesses de seres de outras espécies, domesticados e selvagens, para o bem comum social e para que sejam cidadãos de suas próprias comunidades soberanas (teoria *sovereignty theory*)⁴⁰.

Conclusão

Muitas teorias buscam maior proteção ambiental, desde a dimensão ecológica até o reconhecimento da existência de dignidade não-humana.

O assunto é incipiente mesmo quanto a questões ambientais e desenvolvimento humano⁴¹ e com a "roupagem ecológica" do Estado brasileiro na Constituição de 1988, tendo o art. 225 ilustrando essa relação.

Ao estado restariam duas dimensões jurídico-políticas, uma pela obrigação do Estado cooperando com outros estados e cidadãos; outra pela adoção público-privado para a proteção ambiental⁴².

Todavia, ao Direito Animal tem-se “o conjunto de regras e princípios que estabelece os direitos fundamentais dos animais não-humanos, considerados em si mesmos, independentemente da sua

⁴⁰ DONALDSON; KYMLICKA, *op. cit.* São três os grandes grupos de animais: silvestres, liminares e domésticos. Os silvestres não estão localizados em comunidades humanas e não dependem dos cuidados humanos. Os liminares estão em comunidades humanas, mas não dependem dos cuidados humanos. Os domésticos estão em comunidades humanas e dependem dos cuidados humanos. Esses três grupos estão divididos por dois critérios: a proximidade que eles estabelecem em comunidades humanas e dependência que eles possuem em relação aos seres humanos.

⁴¹ SARLET, Ingo Wolfgang. MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Curso de direito constitucional 8. ed..São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

⁴² SARLET, 2019, id. *ibid.*

função ambiental ou ecológica”⁴³, trabalhando com a tutela jurídica dos direitos fundamentais zoocêntricos, já em quarta dimensão.

Referências

ATAÍDE JÚNIOR, Vicente de Paula. Princípios do direito animal brasileiro. Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFBA, e-issn 2358-4777, v. 30, n. 01, p.106 -136, Jan-Jun 2020.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia Científica. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

DONALDSON, Sue; KYMLICKA, Will. Zoopolis: a political theory of animal rights. New York: Oxford, 2011.

HABERMAS, Jürgen. O futuro da natureza humana. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KANT, Immanuel. Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos. Trad. Leopoldo Holzbach, São Paulo: Martin Claret, 2004.

LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

_____; MARCONI, Maria de Andrade. Metodologia científica. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MEDEIROS, Fernanda Luíza Fontoura; CACHAPUZ, Maria Cláudia. Autonomia e capacidade a animais não-humanos. Revista Jurídica Luso Brasileira (RJLB). Lisboa. Ano 4 (2018), nº 4, 755-780).

PEREIRA, Vinicius dos Santos. Considerações sobre a ética animal de Peter Singer. Tese em Filosofia-Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2016.

SARLET, Ingo Wolfgang; FENSTERSEIFER, Tiago. Direito Constitucional Ambiental. Constituição, Direitos Fundamentais e Proteção do Ambiente. 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

⁴³ ATAÍDE JÚNIOR, Vicente de Paula. Princípios do direito animal brasileiro. Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFBA, e-issn 2358-4777, v. 30, n. 01, p.106 -136, Jan-Jun 2020.

SARLET, Ingo Wolfgang. MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Curso de direito constitucional 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

SINGER, Peter. Libertação Animal. Porto Alegre, São Paulo: Martins Fontes, 2010.

STEINER, Gary. Anthropocentrism and its discontentes: The Moral Status of Animals in the History of Western Philosophy. University of Pittsburg Press, Pittsburgh, 2005.

016. EVOLUÇÃO, CONSOLIDAÇÃO E DESAFIOS DA DEMOCRACIA

Larissa Beschizza Cione

Palavras-chave: democracia, constituição, estado de Direito.

Introdução

A democracia se tornou uma realidade no mundo ocidental no século XVIII, contudo, na segunda metade do século passado, regimes totalitários e fascistas ainda tomavam o poder em Estados democráticos, e percebeu-se que seria preciso aprimorar os pontos fracos da democracia. Em alguns casos, os protagonistas eram militares ajustados para concretizar um golpe e tomar o poder, em outros, grupos políticos conspiravam a fraude nas eleições e alcançavam os cargos mais altos do governo.

Outrossim, observou-se que o golpe e/ou fraude eleitoral eram prescindíveis para criar essas mazelas na democracia, pois, os governantes, confundiam a máquina estatal com a partidária, usando-a para eleger seus escolhidos, ou ainda, para se reelegerem. Em outras palavras, os eleitos não eram escolhidos democraticamente, e o poder era tomado por governantes autoritários, sem que fosse necessário o desgaste político de um golpe militar, por exemplo. Assim, *“em face do despotismo, que resulta do Estado Legal, impõe-se uma renovação das linhas clássicas do Estado de Direito. Essa restauração do*

Estado de Direito reclama em primeiro lugar que a lei seja necessariamente expressão da Justiça”⁴⁴.

As eleições se revelam como um mecanismo privilegiado para conquistar o poder. Os regimes ditatoriais e tirânicos, por vezes, tinham como porta de entrada o próprio processo eleitoral, e a reflexão sobre o regime democrático mudou o seu curso. A grande questão passou a ser por quanto tempo ainda se sustentarão os arranjos institucionais em que habitualmente se confia, a ponto de não se notar mais quando param de dar resultado.

Um desses arranjos é o próprio processo eleitoral. Isso porque, nas palavras do cientista político DAVID RUNCIMAN *“quanto mais a democracia é tida como segura, maiores são as possibilidades de que venha a sofrer uma subversão sem precisar ser derrubada”*. Em outras palavras *“a ampliação do poder Executivo – em que homens fortes eleitos minam as instituições democráticas enquanto alegam defendê-las – parece ser a maior ameaça à democracia do século XXI”*⁴⁵.

Uma vez que as normas constitucionais são editadas, o poder passa a ser exercido de forma limitada. São duas faces da mesma moeda: a democracia é a face política e o constitucionalismo é a face jurídica.

Objetivos

A pesquisa visa realizar um retrospecto sobre a evolução da democracia, no mundo ocidental, nos últimos dois séculos. Até porque, como já destacou CLÁUDIO LEMBO, *“só os tolos não se socorrem da história. Alguém poderá dizer que as circunstâncias mudam. É verdade. Mas, sendo próximos os conteúdos, os resultados também serão similares. O exposto parece acaciano. Óbvio. A partir das coisas óbvias, porém, é que os governantes são levados a grandes tolices”*⁴⁶. Com isso, passará a ser estudada a evolução da democracia, ou seja, partindo da forma como o modelo democrático foi pensado na Grécia Antiga, até o modelo democrático da atualidade. E finalmente, considerando os problemas hodiernamente enfrentados pelo governo brasileiro, serão destacados os principais desafios da

⁴⁴ FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Estado de Direito e Constituição. 4ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007, pág. 63.

⁴⁵ RUNCIMAN, David. Como a democracia chega ao fim. 1ª ed. Tradução Sergio Flaksman. São Paulo: Todavia, 2018., na pág. 52.

⁴⁶ LEMBO, Cláudio. Eles temem a liberdade. Barueri: CEPES; Manole; Minha Ed., 2006, p. 37.

democracia contemporânea, com ênfase na separação dos Poderes⁴⁷ e manutenção do funcionamento legítimo das instituições democráticas.

Forçoso reconhecer a tensão entre os Poderes da República, e pesquisar se há, de fato, uma crise democrática no Brasil, ou apenas conflito entre as instituições, inflamadas por uma suposta “falta de representatividade” no parlamento nacional, ensejador de artimanhas por aqueles que almejam conquistar o poder.

Métodos

Como dito, a pesquisa foi dividida em duas partes principais: evolução, consolidação e desafios. Com efeito, a evolução irá percorrer a parte histórica da democracia, sendo certo que a democracia praticada no século XVII na Antiga Grécia não poderia mais hoje ser praticada uma vez que, em síntese, as deliberações eram realizadas em praça pública pelo povo – titulares do poder – e na atualidade é impossível reunir todo o povo em um único espaço público para as votações democráticas.

Após, o estudo passará para a consolidação da democracia como hoje é praticada. É cediço que o marco principal para a conquista dos direitos fundamentais – um dos pilares da democracia – é a Revolução Francesa do século XVIII, e a partir dela, se por um lado muitos direitos foram conquistados, por outros, regimes ditatoriais cruzaram o caminho da evolução democrática.

Portanto, para essa primeira parte do ensaio, será usada a pesquisa bibliográfica, partindo de um tema selecionado será buscado seu marco teórico, e estudados de autores consagrados sobre o assunto. O método teórico principal aqui utilizado é o indutivo, cuja principal característica é a observação dos fatos, análise da relação entre eles, e ao final, encontrar uma conclusão genérica. Desta maneira, a pesquisa visa demonstrar, por indução, a evolução da democracia e sua consolidação.

Não obstante, foi feito o uso do raciocínio dedutivo, sendo certo que o pluralismo metodológico é

⁴⁷ MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. Do espírito das leis. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martin Claret, 2010.

reconhecido na área do Direito, como se corrobora no magistério de MIGUEL REALE⁴⁸:

Hoje em dia, não tem sentido o debate entre indutivistas e dedutivistas, pois a nossa época se caracteriza pelo pluralismo metodológico, não só porque indução e dedução se completam, na tarefa científica, como também por se reconhecer que cada setor ou camada do real exige o seu próprio e adequado instrumento de pesquisa. Em remate, em que pese a indicação dos métodos acima mencionados, vale destacar que nenhuma pesquisa científica possui um método isolado de desenvolvimento, e vários outros gravitam ao redor do escolhido, mas sempre seguindo uma linha criteriosa para dar coerência e credibilidade ao trabalho, e ciente de que, como dito pelo filósofo DESCARTES, “não existem métodos fáceis para resolver problemas difíceis”.

Desenvolvimento

A democracia, como pensada em sua criação, passou a ser vista com entraves difíceis a serem solucionados. Em primeiro lugar porque é o governo que representa a maioria, mas não se pode descartar voz e voto para as minorias. De que maneira isso deve ser racionalizado, mantendo um equilíbrio adequado, ainda não se encontrou resposta.

Em segundo lugar, e consequência do primeiro enfrentamento, está a representatividade adequada. Se a democracia representativa pressupõe um corpo de representantes do povo como um “espelho” do próprio povo, deve ser repensado porque as Casas Legislativas não se mostram dessa maneira na prática.

O cerne do problema da democracia é como fazer com que o povo, ao escolher o seu governante, escolha também a política ou o rumo do governo. *A priori*, a estrutura que pareceu adequada, foi a de partidos políticos. Nas sociedades do século XXI, o voto não é mais como era no passado: uma mera decisão de direitos políticos até a próxima eleição. Ao contrário. Cada decisão importante do governo pode suscitar um debate público. Nesse sentido, a previsão legal das audiências públicas, criação de conselhos representativos, etc., buscando oxigenar os debates e prestigiar a democracia diretamente exercida pelos cidadãos.

⁴⁸ REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 1981, pág. 83/84.

Conclusões

Busca-se concluir o trabalho com a indicação dos principais desafios da democracia atual, de forma técnica e sem considerar a crise de governo, que com ela não se confunde.

Referências

- BITTAR, Eduardo C. B. Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito. 5ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2007.
- BOBBIO, Norberto. Liberalismo e Democracia. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 11ª reimpressão da 6ª ed. de 1994. São Paulo: Brasiliense, 2013.
- CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito constitucional e teoria da Constituição. 6ª ed. rev. Coimbra: Almedina, 1993.
- CHERESKY, Isidoro. El nuevo rostro de la democracia. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2015.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Estado de Direito e Constituição. 4ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2007.
- GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca. (Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática. 4ª ed. rev. e atual. Belo Horizonte: Del Rey, 2013.
- LEVITSKY, Steven e ZIBLATT, Daniel. Como as democracias morrem. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MONTESQUIEU, Charles de Secondat, Baron de. Do espírito das leis. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martin Claret, 2010.
- REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. 9ª ed. São Paulo: Saraiva, 1981.
- RUNCIMAN, David. Como a democracia chega ao fim. 1ª ed. Tradução Sergio Flaksman. São Paulo: Todavia, 2018.

017. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DE DEPENDENTES QUÍMICOS EM CASO DE INTERNAÇÃO COMPULSORIA OU INVOLUNTÁRIA

Camila Barreto Pinto Silva - Docente do Curso de Direito da Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES). Doutora em Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Pós-doutoranda em Direitos Humanos em Direito e Tecnologia pela Universidade de Reggio Calabria – Itália

Email: camila.silva@unimes.br

Michelle Balo- Graduada em Direito pela Universidade Paulista

Email: michelle_balo@hotmail.com

Palavras-chave: Dignidade da pessoa humana; segurança jurídica; Internação compulsória e involuntária; política pública; Lei n. 10.216\01.

Introdução

O presente trabalho tem como visa a garantia dos direitos fundamentais do dependente químico em casos de internação compulsória por meio de criação de políticas públicas que protejam essa população. Foi realizada uma reflexão sobre a necessidade e eficácia da internação compulsória ou involuntária sendo que estas não garantem a recuperação do paciente podendo este voltar ao uso nocivo de substâncias químicas. O tema aqui tratado é de grande interesse acadêmico e social, uma vez que o índice de dependentes químicos que necessitam de tratamento, mas se negam a fazê-lo, tem crescido a cada ano. A dependência química é vista por muitos como “falta de vergonha na cara”, “bandagem”, “vagabundagem” e não como uma doença que pode acarretar transtornos mentais. Deve haver maior conscientização da população de como lidar com a doença que não “escolhe” classe socioeconômica para acometer. É caso de política pública.

Objetivos

O presente trabalho analisa a evolução histórica da criação e aprovação de Tratados de Direitos Humanos até a publicação da Lei n. 10.216/2001 que disciplina os direitos das pessoas com transtorno

mental e procura mostrar a importância da proteção dos direitos e dignidade dos dependentes químicos. Finaliza, fazendo análise da necessidade e eficácia das internações dos dependentes químicos e de decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

Métodos

O método de abordagem adotado no desenvolvimento da presente pesquisa é o indutivo com pesquisa bibliográfica, jurisprudencial e documental.

Desenvolvimento

O princípio da dignidade da pessoa humana estabelece o critério unificador de todos os direitos fundamentais, o qual todos os direitos do homem se reproduzem, em maior ou menor grau. Esse princípio é utilizado para a identificação dos típicos direitos fundamentais, em atenção ao respeito à vida, à liberdade e à igualdade de cada ser humano, de modo que esses direitos, de forma ampla, podem ser considerados consolidações das exigências do princípio da dignidade humana. Para o presente trabalho, o direito a ser destacado, será também o da saúde, uma vez que, por mais que o indivíduo possua livre arbítrio para suas escolhas e direcionamento na vida, o uso nocivo de substâncias psicoativas influencia diretamente em sua saúde e conseqüentemente num maior risco de morte. Os temas saúde, doença e drogas sempre estiveram presentes na história, ainda que cada período apresente uma maneira característica de encarar e lidar com esses acontecimentos, de acordo com os conhecimentos e interesses de cada época. Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), saúde é um estado de perfeito bem-estar físico, mental e social, e não apenas a simples ausência de moléstia ou doenças. Esse conceito, segundo alguns teóricos é visto como algo subjetivo e até mesmo utópico. A abordagem estabelecida para a dependência química é coerente com o modelo psicossocial de saúde em foco na atualidade. Tratar a questão do uso abusivo, e muitas vezes nocivo, de substâncias psicoativas e a questão da provável dependência que pode surgir em alguns casos, implica discutir além das questões orgânicas e psicológicas envolvidas, também os aspectos sociais, políticos, econômicos, legais e culturais inerentes a esse fenômeno, assim como as conseqüências físicas, psíquico e social da mesma. Neste contexto a importância de se discutir políticas públicas a respeito de como se dará a internação dos usuários de

drogas para a manutenção de sua vida e preservar das pessoas próximas a ele. A internação dos usuários de drogas é causa de muitas opiniões controvertidas, tanto por profissionais da área da saúde e do direito como por familiares e por usuários e não usuários de substâncias psicoativas. Os dispositivos legais existentes nos ajudam a entender que o dependente internado involuntariamente não será deixado à mercê da instituição que o acolheu, sempre haverá fiscalização da Comissão Revisora e do Ministério Público Estadual. A instituição acolhedora também deverá prestar contas ao Ministério Público Estadual mensalmente, relatando o desenvolvimento do paciente na internação e a necessidade de alguma providência a ser tomada. Não há como proteger o direito à liberdade de uma pessoa se esta já não mais estiver viva, portanto, deverá primeiramente proteger o seu direito à vida e à saúde para depois o direito à liberdade ser prioridade. Especialistas na área da saúde mostram que em alguns estágios da dependência, o dependente perde o discernimento do que é ou não adequado para ele. Deve haver aconselhamento aos codependentes, tanto na área psicológica e médica como na área legal para que tenham mais respaldos para saberem lidar com as situações do dia a dia do dependente químico. Os órgãos públicos da área de saúde têm obrigação legal de desenvolver programas públicos de atendimento aos usuários e dependentes de drogas.

Conclusões

Os direitos humanos são um conjunto de condições, de garantias e de comportamentos, predispostos a garantir a característica essencial do homem (dignidade da pessoa humana). O paciente deixou de ser visto como um objeto para a intervenção médica, passando a ser visto como um sujeito singular, ativo, integral, autêntico, com necessidades, valores, ideais, que vive, contesta e altera o encontro clínico juntamente com o médico. Nenhum tratamento é adequado para todas as pessoas. É muito importante para conseguir uma combinação apropriada de tipo de ambiente, intervenções e serviços de tratamento com os problemas e necessidades de cada paciente, de modo que a pessoa consiga alcançar o sucesso final, retornando para o funcionamento produtivo na família, no trabalho e sociedade. A internação ocorre quando o profissional, que norteia o atendimento, entende que o paciente corre risco de morte, quando a própria pessoa escolhe ser internada para a realização do tratamento, quando as tentativas ambulatoriais fracassaram, quando o paciente não possui uma estrutura familiar e social que o auxiliará

a ficar abstinente. A internação involuntária ou compulsória são exceções, é a última alternativa a ser utilizada para salvaguardar a saúde, a dignidade e a vida do dependente químico. Há todo um protocolo a ser seguido, existem estudos, trabalhos científicos e profissionais habilitados para diagnosticarem se é necessário ou não que faça a internação mesmo contra a vontade do dependente. Por fim, vale ressaltar a necessidade de criação e especificação de políticas públicas que tratem corretamente de como devem ocorrer as internações compulsórias e involuntárias para que não haja tamanho preconceito em relação a esse tipo de intervenção, que, muitas vezes, é a única forma de resguardar a vida de uma pessoa que perdeu o discernimento e está caminhando diretamente para um estágio degradante e que poderá efetivamente levá-lo à morte se não houver uma intervenção mais incisiva.

Referências

BRASIL. *CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 18.out.2022

COMPARATO, Fábio Konder. *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos da Teoria Geral do Estado*. 22 ed. atual. São Paulo: Saraiva 2001.

018. A RESPONSABILIDADE OBJETIVA NA CULPA E A CULPA NA RESPONSABILIDADE OBJETIVA: A RESPONSABILIZAÇÃO PELA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Davi Petroni C. da Silva, orientado pela Profa. Dra. Cíntia Rosa

Palavras chave: LGPD; responsabilidade civil; tratamento de dados.

Introdução

Desde a promulgação da LGPD, surgiu um intenso debate acerca de qual seria o regime de atribuição de responsabilidade estabelecido pela lei. De um lado, uns advogam pela existência de um sistema de

responsabilidade objetiva; do outro, há quem afirme que a responsabilização na LGPD depende necessariamente da prova de uma conduta culposa por parte do agente de tratamento de dados.

Chega a ser irônico pois, partindo dos mesmos dispositivos, cada uma das correntes chega a conclusões diametralmente opostas. São como um espelho, que reflete, ponto a ponto, exatamente a imagem que se volta para ele, mas num giro de 180 graus. Contudo, há também espaço para posições intermediárias, o que somente revela quão delicado é a análise da responsabilidade na LGPD.

Objetivo

- Definir o papel dos sujeitos relação jurídica decorrente do tratamento de dados, a fim de identificar os direitos e obrigações de cada um deles;
- esclarecer o porquê os mesmos dispositivos legais tornam possível o surgimento de posicionamentos tão diversos;
- romper com a dicotomia existente entre os sistemas de responsabilidade civil;
- explicitar como se dá a atribuição de responsabilidade por meio somente da Lei Geral de Proteção de Dados.

Métodos

A pesquisa é de revisão bibliográfica com enfoque dialético. Os principais livros e artigos foram estudados, sistematizando os argumentos centrais de cada uma das correntes e colocando em contraposição as suas principais teses, de forma a fazer imperar uma delas ou uma síntese de todas.

Desenvolvimento e resultados

A partir da análise da doutrina, foi possível perceber que grande parte da dissidência decorre da interpretação dos arts. 43 e 44 da LGPD, especialmente pela similitude com a legislação consumerista. O art. 43 faz uso da mesma técnica de redação do §3º do art. 14 do CDC: elenca em um rol as únicas hipóteses em que os agentes não serão responsabilizados. O art. 44, por sua vez, inspira-se na construção do §1º do art. 14 do CDC, pois ambos elegem a legítima expectativa de segurança como parâmetro para responsabilização.

Contudo, para parcela da doutrina, ainda que existam pontos de contato com o microsistema consumerista, eles não seriam suficientes para estampar uma atribuição de responsabilidade que independe da análise de culpa do agente. Na óptica dessa corrente, o art. 43, embora contenha em seu *caput* redação típica do sistema objetivo, permite, em seu inciso II, uma abertura à análise de culpa. Com relação ao art. 44, afirmam que a atribuição de responsabilidade estaria também condicionada à culpa, em razão de seu parágrafo único.

Prima facie, é de se espantar que a redação desses mesmos dispositivos seja a pedra angular dos argumentos das duas correntes, cada uma concluindo em um sentido oposto. Ao nosso entender, pelo que foi desenvolvido na pesquisa, a dissidência decorre da falta de uma tradição doutrinária brasileira em reconhecer que, por vezes, há uma análise de culpa na responsabilidade objetiva, bem como pode haver uma altíssima objetividade na aferição de culpa. Ainda mais diante da transformação ontológica do próprio conceito de culpa.

Atualmente, para o direito civil, aferir se a conduta foi ou não culposa é verificar se houve ou não a observância do padrão esperado de comportamento para aquela situação; ou seja, trata-se de uma análise abstrata da conduta, tomando um padrão de referência. Em alguma medida, a responsabilidade objetiva aproxima-se justamente dessa mesma análise abstrata: para a própria definição do que está dentro do risco da atividade, são aferidos os padrões da indústria e aquilo que é razoavelmente esperado para determinada situação.

Portanto, ao contrário do que tradicionalmente se concebe, os sistemas de responsabilização objetivo e subjetivo não podem ser lidos como duas esferas dissociadas e intangíveis. Ao contrário, a responsabilidade subjetiva e a objetiva são parte de uma mesma linha contínua, cada uma em um extremo. Pode haver uma análise de culpa na responsabilidade objetiva, da mesma forma que pode haver uma análise dotada de alta objetividade ao se aferir a culpa. Os sistemas se imiscuem e colocá-los como antônimos é um grande equívoco.

Um dos resultados da pesquisa, após a sistematização das principais vozes doutrinárias, foi a identificação justamente dessa sobreposição que ocorre entre a análise objetiva e subjetiva na Lei Geral de Proteção de Dados e na doutrina que a interpreta. Nos sistemas complexos de responsabilidade civil, é raro haver uma responsabilidade puramente objetiva ou subjetiva.

Embora não tratem sobre o tema com essa óptica que apresentamos, Dresch e Faleiros Júnior (2019, pp. 85-88) defendem a existência de um regime de responsabilidade objetiva “especial” na LGPD. Para os autores, a responsabilidade seria “especial” justamente por haver uma análise qualitativa de padrões de conduta, porém eles seriam todos objetivamente considerados. Ironicamente, Bruno Bioni e Daniel Dias defendem a mesma concepção, mas de maneira invertida. Novamente a figura do espelho. Ao invés de afirmarem que a LGPD inaugura uma análise qualitativa da conduta na responsabilidade objetiva, defendem que há um altíssimo grau de objetividade em uma responsabilidade que seria subjetiva. Pontuam ainda a necessidade de se “*avançar para além da constatação binária de se o regime jurídico de responsabilidade civil da LGPD é de natureza objetiva e ou subjetiva*” (2021, p. 518).

Seja o risco na responsabilidade subjetiva ou a culpa na responsabilidade objetiva, a atribuição de responsabilidade será a partir de um mesmo raciocínio: se não cumpridas as regras da lei e houver dano, haverá responsabilidade. Por essa razão, o que se mostra mais relevante é compreender como se dá o mecanismo de atribuição de responsabilidade da Lei Geral de Proteção de Dados. E ao que é possível perceber, a lei impõe um sistema dotado de altíssima objetividade.

Conforme pontuamos, a corrente subjetivista defende que o inciso II do art. 43 da lei é prova de um sistema baseado na culpa por permitir a exclusão de responsabilidade daqueles agentes que, apesar do dano causado, observaram a legislação. Ocorre que a LGPD prescreve uma série de padrões de conduta que causam uma substancial erosão nos filtros da culpa. Pela lei, o agente inclusive tem como dever antecipar os riscos possíveis e contingenciá-los, o que se mostra compatível e intimamente ligado com o art. 44 da lei.

Conclusão

Há, inegavelmente, uma responsabilidade objetiva na culpa e uma culpa na responsabilidade objetiva. O trocadilho é apenas para frisar que é natural a mistura dos sistemas concebidos teoricamente para atribuição de responsabilidade, ainda mais ante a mutabilidade do conceito culpa. Ainda assim, na LGPD, nota-se que, embora haja uma valoração da conduta do agente, predomina, ao longo de seu texto, um altíssimo grau de objetividade. Não somente os padrões são impostos objetivamente, mas toda a legislação é orientada pela análise de risco.

Referências

AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS. *Guia Orientativo para Definições dos Agentes de Tratamento de Dados Pessoais e do Encarregado*. Versão 2.0, 2022.

BIONI, Bruno; DIAS, Daniel. Responsabilidade civil na LGPD: construção do regime por meio de interações com o CDC. In: MARQUES, Cláudia Lima; MIRAGEM, Bruno; DIAS, Luciana Ancona de Magalhães Lopes (Coord.). *Direito do Consumidor: 30 anos de CDC*. Rio de Janeiro: Forense, 2021, pp. 501-521.

DRESCH, Rafael; JUNIOR, José. Luiz de Moura Faleiros. Reflexões sobre a responsabilidade civil na Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018). In: ROSENVALD, Nelson; DRESCH, Rafael de Freitas; WESENDONCK, Tula (Coord.). *Responsabilidade civil: novos riscos*. Indaiatuba: Foco Jurídico, 2019, pp. 65-90.

GUEDES, Gisela Sampaio da Cruz; MEIRELES, Rose Melo Vencelau. Capítulo 8. Término do tratamento de dados. Parte I: aspectos estruturais do tratamento de dados. In: TEPEDINO, Gustavo; FRAZÃO, Ana; OLIVA, Milena Donato (Coord.). *Lei geral de proteção de dados e suas repercussões no Direito Brasileiro*. 2a ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2020, pp. 217-236.

LIMA, Cíntia Rosa Pereira de; MORAES, Emanuele Pezati Franco de; PEROLI, Kelvin. O necessário diálogo entre o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados para a coerência do sistema de responsabilidade civil diante de novas tecnologias. In: MARTINS, Guilherme Magalhães; ROSENVALD, Nelson (Coord.). *Responsabilidade civil de novas tecnologias*. Indaiatuba: Editora Foco, 2020, pp. 145-161.

019. OS ELEMENTOS DEFINIDORES E A FORMAÇÃO DOS CONTRATOS REAIS NO DIREITO ROMANO

Gustavo Borges de Oliveira (FDRP – USP)

gborgesoliveira@usp.br

Prof. Dr. Alessandro Hirata (FDRP – USP)

alessandro.hirata@usp.br

Palavras-chave: contratos reais; surgimento; direito romano.

Introdução

Nas Institutas de Gaio, encontra-se famosa divisão *quadripartite* das obrigações *ex contractu* (Gai, 3, 89)¹:

89. *Et prius uideamus de his, quae ex contractu nascuntur. harum autem quattuor genera sunt: aut enim re contrahitur obligatio aut uerbis aut litteris aut consensu.*

89. Vejamos primeiro as obrigações nascidas de contrato. Destas há quatro espécies: pois ou se contrai a obrigação pela coisa, ou pelas palavras, ou pelo escrito, ou por consenso.

Trata-se da classificação secular dos contratos em reais, verbais, literais e consensuais. Ao desenvolver sua exposição nos fragmentos seguintes (Gai, 3, 90-91), Gaio inicia pela *obligatio re contracta* e aponta como contrato real apenas o mútuo, visto que o pagamento indevido, embora faça nascer uma obrigação pela coisa, não é contrato porque “quem dá com a intenção de pagar quer antes distratar que contratar”² (*qui soluendi animo dat, magis distrahere uult negotium quam contrahere*) (Gai, 3, 91).

Dessa rejeição ao pagamento indevido como contrato real conclui-se que há uma nota essencial presente no mútuo e ausente na *solutio indebiti* que faz com que aquele seja contrato real e esta não. Qual é esta nota essencial é uma das questões obscuras do direito romano – relacionada a própria definição de contrato real – e a presente pesquisa pretende enfrenta-la. Esse problema adquire mais complexidade quando se aprecia outra exposição das obrigações nascidas de contrato presente no Digesto, também atribuída a Gaio, mas consideravelmente distinta da cladística observada nas Institutas. Trata-se de D. 44.7.1, pr-6 (*Gaius libro secundo aureorum*). Nestes fragmentos observa-se a inclusão do depósito, do comodato e do penhor dentre os contratos reais. Porque diferença tão sensível em obras de um mesmo autor? Não há que se falar que Gaio, quando da redação das Institutas, desconhecia depósito e comodato, já que o jurisconsulto menciona as fórmulas *in ius* e *in factum* das ações relativas a esses dois contratos (Gai, 4, 33; 4, 47) e a responsabilidade dos envolvidos nestes contratos (Gai, 3, 206-207).

Se Gaio é autor dos dois textos, porque não considerou o depósito, o comodato e o penhor como contratos reais nas Institutas? Se os autores são diferentes, há um indicativo de que depósito, comodato

e penhor não eram considerados contratos reais em determinado momento histórico do direito romano e depois passou a sê-lo? A presente pesquisa pretende responder essas importantes indagações.

Na romanística, sagrou-se vitoriosa a posição que defende a existência da categoria dos contratos reais tal como a conhecemos hoje (composta de mútuo, comodato, depósito e penhor) já no direito clássico, a ponto de respeitável manual contemporâneo de direito romano considerar como *dato acquisito*³ a paternidade de Gaio em relação à categoria dos contratos reais tal qual compreendida modernamente.

Cumprir verificar se a *communis opinio* é verossímil por meio do correto apontamento da época em que se originou a categoria dos contratos reais e da

revisão histórica direcionada a responder se todos contratos que reputamos reais hoje já o eram na época do surgimento da categoria, objetos que são os intentos da pesquisa apresentada.

Com isso pretende-se dar contribuição a um tema de grande relevância jurídica⁴ que, todavia, tem sido menosprezado pela dogmática civil moderna, com poucas monografias sobre contratos reais (no direito brasileiro, nenhuma), escassez inadmissível que a presente pesquisa pode ajudar a sanar.

Objetivos:

- Precisar o momento do surgimento da categoria dos contratos reais nos diversos períodos do direito romano (arcaico, clássico, pós-clássico, justiniano) e as razões e circunstâncias históricas desse aparecimento.

- Precisar se todos contratos que reputamos reais hoje já o eram na época do surgimento da categoria, ou se foram incluídos posteriormente.

Métodos

A pesquisa utiliza dos métodos da exegese das fontes romanas e da confrontação das opiniões presentes na doutrina romanista à luz da correta interpretação das fontes.

Quanto à exegese, trata-se de esclarecer, tornar mais claro e inteligível os enunciados sucintos dos juristas romanos que, via de regra, forneciam solução de um caso concreto. Assim, a exegese prima por clarificar minuciosamente a problemática do caso singular, desfiar as perguntas implícitas as quais o

jurisconsulto está respondendo, averiguar as figuras jurídicas nele envolvidas e encontrar as razões que levaram o jurista romano a esta posição e não àquela, esclarecendo, assim, a solução escolhida⁵

Assim, o método da exegese parte, inicialmente, da situação fática na qual se debruça a reflexão do jurisconsulto, cujo resultado origina a fonte de direito romano.

Posteriormente, analisar-se-á a fundamentação da solução proposta no excerto para refazer o caminho do pensamento do jurista e, assim, chegar a interpretação mais próxima possível daquela solução outrora pensada pelo autor romano. Tal reconstrução não é sempre fácil e, nesse sentido, verificar os apontamentos da literatura secundária, que muitas vezes já meditaram sobre o mesmo excerto com profundidade, é de grande valia.

Além disso, sendo o direito romano um direito histórico, há que se aliar seu estudo com a própria história do direito romano, para não só compreender o percurso do instituto jurídico durante os períodos do direito romano, como também vislumbrar as circunstâncias da época de origem da fonte romana, que muitas vezes influem no enunciado do jurista, que resolve um problema jurídico do aqui-agora, imerso no seu tempo e espaço e não em um vácuo legal.

A partir da adequada exegese das fontes, é possível analisar dialeticamente as opiniões da literatura secundária e verificar quais posições da romanística são consentâneas e fiéis a realidade do direito romano.

Resultados/desenvolvimento:

A pesquisa apresentada está nas etapas iniciais, mas já se pode vislumbrar que a investigação do tema se desdobrará em outras investigações importantes, como a autoralidade das *Res cottidianae*, a noção de *contractus* em Gaio e na jurisprudência anterior a ele e a tutela processual das espécies de contratos reais, pois muitas teses⁶ sobre o surgimento da categoria dos contratos reais têm como pressupostos visões sobre a evolução histórica das *actiones* relativas aos contratos de depósito e comodato, por exemplo.

Referências

CORREIA, Alexandre; SCIASCIA, Gaetano; CASTRO CORRÊA, Alexandre Augusto de. Manual de direito romano. v. 2. Institutas de Gaio e de Justiniano vertidas para o Português, em confronto com o texto latino. 2º ed. São Paulo: Saraiva, 1953.

MASCHI, Carlo Alberto. La categoria dei contratti reali. Corso di diritto romano. Milano: Giuffrè, 1973.

ORS, Alvaro d'. Creditum y contractus. AHDE, 26, 1956, pp. 183-208.

ORS, Alvaro d'. Réplicas Panormitanas VI. Sobre la suerte del contrato real em el Derecho Romano. Revista de Derecho Notarial (Madrid), 88, 1975, pp. 7-26.

PUGLIESE, Giovanni; SITZIA, Francesco; VACCA, Letizia. Istituzioni di diritto romano. Torino: Giappichelli, 2012, p. 315.

WESEL, Uwe. O trabalho de exegese do digesto - uma introdução para estudantes e doutorandos. Traduzido por Dárcio Roberto Martins Rodrigues. In: MARCHI, Eduardo César Silveira Vita (Org.). *Estudos em memória do professor Thomas Marky*. São Paulo: YK Editora, 2019, pp. 37-74.

WUBBE, Felix. Gaius et les contrats reels. TvR, 35, 1967, pp. 500-525.

020. PLAIN LANGUAGE E VISUAL LAW: DUAS METODOLOGIAS EM BENEFÍCIO DO APRIMORAMENTO DA COMUNICAÇÃO JURÍDICA PERANTE OS JURADOS NO TRIBUNAL DO JÚRI

Sintia Salmeron; Eliana Franco Neme

Palavras-chaves: *Plain Language*; *Visual Law*; Aprimoramento da Comunicação Jurídica; Tribunal do Júri.

Introdução

O Tribunal do Júri se apresenta como uma das instituições jurídicas mais democráticas de nosso país, afinal de contas estamos diante de um julgamento que se realiza pelos próprios membros da sociedade que, na grande maioria das vezes, são pessoas que não possuem um conhecimento jurídico ainda que mínimo. A comunicação jurídica a ser desenvolvida por todos os envolvidos nesta instituição deve ter seus alicerces fincados na clareza. A assimetria comunicacional é, talvez, um dos grandes problemas que são enfrentados pelos juízes, promotores e advogados de defesa que trabalham diuturnamente nos

Tribunais do Júri. Se fazer compreender perante quem não é detentor do conhecimento jurídico com uma linguagem repleta de tecnicidade como é a linguagem jurídica, não é tarefa das mais fáceis.

Nesse contexto, para que esta instituição assegurada pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 cumpra a sua função é necessário que todos os envolvidos se comuniquem de forma eficiente.

Objetivo

O presente trabalho tem como objetivo estudar como os recursos visuais advindos da metodologia do *Visual Law* podem contribuir para que a comunicação jurídica, realizada no âmbito do Tribunal de Júri, entre promotores, advogados de defesa, juízes e jurados seja mais eficiente. Também se pretende estudar como a metodologia da *Plain Language* pode auxiliar na diminuição da assimetria comunicacional.

Métodos

A metodologia utilizada consiste na análise bibliográfica.

Desenvolvimento

Nos termos do artigo 436 do Código de Processo Penal, a função de jurado é considerada um serviço público relevante. Referida função pode ser exercida por cidadãos que tenham mais de 18 (dezoito) anos sendo vedada a exclusão da função em decorrência “[...] de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução” (artigo 436, §1º do CPP). Assim, não são raras as vezes em que nos deparamos com um Conselho de Sentença composto por pessoas que não possuem conhecimento, ainda que mínimo, sobre Direito. A grande maioria dos Conselhos de Sentença são compostos por pessoas leigas no que diz respeito ao mundo jurídico. E são estas pessoas os juízes do fato, isto é, as pessoas que irão decidir pela condenação ou pela absolvição daquele que está sendo julgado. Sendo os jurados os principais atores do Tribunal Júri compete aos promotores e advogados de defesa a importante tarefa de se comunicarem com eles no momento dos debates. E não apenas se comunicarem, mas se comunicarem de forma eficiente. A forma como estas pessoas interpretam os acontecimentos jurídicos que lhe são expostos é o ponto fulcral no Tribunal do Júri.

Como bem se sabe, a linguagem jurídica não é da mais fáceis e acessíveis. Quando se menciona a dificuldade da compreensão da linguagem jurídica, a grande maioria das pessoas se remetem aos textos escritos. Entretanto, é preciso ressaltar que a comunicação não se dá apenas de forma escrita, muito embora essa seja a forma mais usual para o mundo jurídico. A comunicação também ocorre pela forma verbal.

No Tribunal do Júri, impera o princípio da oralidade, significando dizer que é através da fala que promotores e advogados de defesa transmitem as suas mensagens aos jurados, mensagens estas que muitas vezes são carregadas de termos técnicos. É também através da fala que o juiz apresenta os quesitos que deverão ser respondidos pelo Conselho de Sentença.

O aprimoramento da comunicação jurídica realizada no âmbito do Tribunal do Júri, portanto, tem que passar pelo movimento, iniciado no final dos anos 70, em países como Estado Unidos, Reino Unido, Canadá e Nova Zelândia conhecido como *Plain Language* (TESHEINER, 2021, p. 115). A ideia propagada por este movimento mundial consiste justamente na utilização da linguagem simples com a finalidade de aprimoramento da comunicação. Os ensinamentos do movimento do *Plain Language* podem e devem ser trazidos para a comunicação jurídica, afinal de contas já é tempo de afastarmos o velho “*juridiquês*”. A utilização da ferramenta da *Plain Language* no Tribunal do Júri se apresenta como um mecanismo fundamental, na medida em que os jurados não podem se comunicar entre si, significando dizer que a utilização de uma linguagem simples é fundamental, haja vista que um dos pilares do Tribunal do Júri é o da incomunicabilidade entre os jurados.

Esta técnica também pode ser fundamental com relação ao Juiz Presidente quando da leitura dos quesitos que serão respondidos pelos jurados, quesitos estes que guardam relação fundamental com o resultado do julgamento a ser proferido.

As ideias propagadas e difundidas pelo movimento da *Plain Language* também podem ser utilizadas quando da elaboração do documento técnico e formal da sentença que, posteriormente, será lida em plenário. Aquele sujeito de direitos tem que compreender, ainda que minimamente, o que foi decidido pelo Tribunal do Júri. A sentença deve ser compreendida por todos e, principalmente, pelo principal destinatário dela.

Assim, no Tribunal do Júri é fundamental que “[...] as ideias sejam expostas de maneira clara, lógica e convincente” (PARADA NETO, 1999, p. 177) e, para que isso se dê, a ferramenta da *Plain Language* se apresenta como uma ótima solução.

Juntamente com a *Plain Language* outra ferramenta pode ser muito importante para fins de assegurar uma maior eficácia da comunicação jurídica no Tribunal do Júri, qual seja: a utilização de recursos visuais.

Os recursos visuais fazem parte da ciência do *Visual Law* que se apresenta como uma técnica que consiste na utilização de recursos visuais com o objetivo de produzir documentos jurídicos mais eficientes.

Muito embora a ideia do *Visual Law* guarda maior relação com a produção de documentos jurídicos, isto é, documentos escritos, é bem verdade que se estamos diante de utilização de recursos visuais para um aprimoramento da comunicação jurídica, da linguagem jurídica é plenamente aplicável suas técnicas a comunicação verbal.

Portanto, o que se verifica é que os métodos da *Plain Language* e do *Visual Law* podem contribuir de forma muito significativa para o aprimoramento da comunicação jurídica no âmbito do Tribunal do Júri, especialmente porque estamos diante de uma raríssima situação na qual determinada pessoa será julgada por outras pessoas do povo que, na grande maioria das vezes, não detém conhecimento técnico de Direito ainda que mínimo. Utilizar recursos visuais e uma linguagem simples podem ser alternativas na diminuição da assimetria comunicacional existente naturalmente nesta importante instituição democrática.

Conclusão

O presente trabalho procurou demonstrar como as ferramentas metodológicas da *Plain Language* e do *Visual Law* podem contribuir com o aprimoramento da comunicação jurídica no âmbito do Tribunal do Júri.

Referidas ferramentas se mostram essenciais para esta instituição democrática, afinal de contas estamos diante de uma exceção existente em nosso ordenamento jurídico em que uma pessoa será julgada por

peças da sociedade que, na grande maioria das vezes, não detém nenhum conhecimento jurídico ou pelo menos um conhecimento jurídico mínimo.

Falar de uma forma mais acessível, utilizando palavras de mais fácil compreensão, juntamente com a utilização de recursos visuais quando pertinentes e cabíveis, podem ser caminhos que conduzam a uma diminuição da assimetria comunicacional existente no âmbito do Tribunal do Júri o que, conseqüentemente, pode conduzir a uma decisão mais justa.

Referências

BRASIL, Decreto-lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm. Acesso em 24 ago. 2022.

NETO PARADA, José. A defesa no plenário do Júri. *In*: Tribunal do Júri: estudos sobre a mais democrática instituição jurídica brasileira. TUCCI, Rogério Lauria (coord). São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1999.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de processo penal e execução penal. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

TESHEINER, André Luís de Aguiar. Linguagem Simples e Visual Law. *In*: Legal Design e Visual Law no Poder Público. SOUZA, Bernardo de Azevedo e; COELHO, Alexandre Zavaglia (orgs.). São Paulo: Thomson Reuters Revista dos Tribunais, 2021.

021. RESPONSABILIDADE CIVIL NA CADEIA DE SUPRIMENTOS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Angélica Lucía Carlini. Professora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES.

angelicacarlini@carliniadvogados.com.br

Introdução

A responsabilidade civil é um dos institutos mais antigos do Direito, mas tem sido desafiado a se adaptar ao ritmo incessante do progresso tecnológico produzido pela humanidade. Se nos primórdios de sua

criação a responsabilidade civil era dependente da comprovação de culpa do agente para que os danos decorrentes fossem indenizados, no mundo contemporâneo o instituto já se vale de outras possibilidades como a responsabilidade objetiva e a responsabilidade integral.

Na atualidade, o desafio do instituto da responsabilidade civil é adaptar-se às necessidade da sociedade digital, movida pelo uso de dados e rastros digitais coletados e organizados por analistas para proverem interesses econômicos de grandes empresas, as chamadas *bigtechs*, mas também de empresas que estão iniciando seu trabalho no mercado, que adotam a inovação como principal insumo e têm sido chamadas de *startups*.

Todas as novas tecnologias digitais como inteligência artificial, aprendizagem de máquinas, cadeia de blocos descentralizada (*blockchain*) e contratos inteligentes (*smart contracts*), contém riscos para seus usuários e, conseqüentemente, a possibilidade de que sejam causados danos que precisem ser reparados pelos agentes causadores.

Como identificar os agentes causadores de danos quando o fornecimento de tecnologia for realizado por várias empresas diferentes, que nem sempre terão interesse em esclarecer com transparência o funcionamento de sua tecnologia como forma de preservação dos segredos empresariais, sempre tão relevantes como patrimônio intangível das empresas?

As regras de responsabilidade civil de que dispomos na atualidade na sociedade brasileira serão suficientes para dar conta dos danos decorrentes da utilização de inteligência artificial ou de sistemas de aprendizagem de máquinas, ou seja, aqueles em que as máquinas podem aprender sozinhas?

Esses e outros questionamentos estão no centro do debate contemporâneo sobre responsabilidade civil e, este trabalho pretende trazer alguns elementos relevantes para que possamos ordenar as ideias sobre responsabilidade civil e danos decorrentes de novas tecnologias.

Objetivo

O objetivo da pesquisa é compreender como o instituto da responsabilidade civil, ou seja, o dever de reparar os danos causados, será adaptado para ser utilizado para os casos de danos decorrentes do uso de tecnologias como inteligência artificial e aprendizagem de máquinas.

Veículos autônomos, inteligência artificial utilizada para seleção de candidatos a vagas de trabalho, máquinas que aprendem por meio de algoritmos e podem tomar decisões para indicar ou não a subscrição de riscos por seguradores, são algumas das hipóteses que já são reais nas atividades econômicas e que, possivelmente, em algum momento poderão gerar danos e a necessidade de aplicação de responsabilidade civil.

Como identificar o autor da ofensa ou mais especificamente, o responsável pela programação do algoritmo que criou a situação de danos se, muitas vezes, os programas computacionais utilizarão programação diferente de algoritmos, desenvolvida por fornecedores diversos, exatamente para que a empresa não tenha dependência de um único fornecedor de tecnologia?

Além disso, o uso de algoritmos diferentes para a consecução de tarefas mais complexas poderá tornar inviável a detecção de qual deles, especificamente, foi o responsável pelo dano causado. Por exemplo, em um veículo autônomo que não desenvolva a velocidade exigida para uma determinada via e acelere ao invés de diminuir a marcha, será possível tecnicamente identificar o algoritmo específico que provocou esse comportamento no veículo?

A mesma pergunta se aplica às máquinas que aprendem por repetição, chamadas de *machines learning*, e que poderão analisar dados a partir de suas próprias escolhas de coleta e, conseqüentemente, tomar decisões que poderão surpreender o próprio programador, em especial quando repetirem viés discriminatório comum na sociedade.

A responsabilidade civil que adotamos hoje na legislação brasileira será suficiente para ser aplicada a situações como essas? Se negativo, que mudanças o instituto da responsabilidade civil precisará receber para ser adequado aos novos tempos e a seus desafios?

Esse é o objetivo do trabalho de pesquisa, refletir sobre o instituto da responsabilidade civil e a necessidade de adequação à nova sociedade tecnológica e digital.

Métodos

A pesquisa utilizou revisão bibliográfica com análise de artigos científicos produzidos no Brasil nos três anos; e, livros coletivos que têm sido escritos sobre inteligência artificial e sua utilização econômica.

Resultados/desenvolvimento

A pesquisa demonstra que a tendência dos juristas é pela aplicação da responsabilidade coletiva e solidária, ou seja, todos os fornecedores da cadeia de suprimentos de uma determinada empresa serão responsabilizados, juntamente com o contratante, para pagamento dos danos materiais e imateriais decorrentes do uso da inteligência artificial ou da tecnologia de aprendizagem de máquinas.

Para outros estudiosos do tema a melhor solução será a obrigatoriedade de contratação de seguros obrigatórios para todas as empresas que utilizam essa modalidade de tecnologia, seguros esses que deverão estabelecer valores predeterminados de indenização para danos materiais e imateriais.

Em geral, os autores de trabalhos sobre o tema da responsabilidade civil no campo das tecnologias digitais, se baseia em experiências já adotadas por países como a Alemanha, por exemplo, que já permite a utilização de veículos autônomos e fixou valores muito expressivos para os seguros obrigatórios de responsabilidade civil, por exemplo, 10 milhões de euros para danos corporais e 2 milhões para danos materiais.

Outros países europeus também utilizam corriqueiramente os seguros obrigatórios de responsabilidade civil e, têm uma experiência positiva.

No Brasil, no entanto, a trajetória histórica dos seguros obrigatórios não é positiva, em especial o seguro de responsabilidade civil de veículos automotores, o DPVAT, que, inclusive, foi extinto recentemente e depois retomado, embora com mudança na estrutura empresarial que o mantinha até então. Em poucas

palavras, deixou de ser operado por uma seguradora específica para essa finalidade e foi transferido para a responsabilidade de outra estatal.

A experiência brasileira com seguros obrigatórios é negativa em dois aspectos essenciais: o baixo valor dos limites de indenização, porque se forem muito altos a população em geral não conseguirá contratar; e, a inconstância da oferta porque embora sejam obrigatórios para a contratação não são obrigatórios para serem disponibilizados pelas seguradoras, porque se assim fosse a livre iniciativa, fundamento republicano constitucional estaria agredido.

Assim, não parece tão simples adotar soluções de países de economia mais forte, como Alemanha, por exemplo, porque elas poderão não ser as mais adequadas para a realidade brasileira, que, insista-se, tem uma experiência nem sempre positiva com seguros obrigatórios.

Conclusão

Neste momento, não existem conclusões a serem apresentadas porque a pesquisa e as reflexões precisam continuar a ser construídas na medida em que a utilização de algoritmos, inteligência artificial e máquinas de aprendizagem se expandem nas diferentes atividades econômicas no Brasil.

A pandemia da Covid-19 e a Guerra da Rússia e Ucrânia impactaram as atividades econômicas em todo o mundo e, diminuíram os investimentos em novas tecnologias em razão da ausência de recursos. O Brasil vive, neste momento, uma fase inicial no uso de tecnologia de inteligência artificial e, exatamente por isso, o debate jurídico sobre responsabilidade civil ainda precisa ser ampliado e amadurecido.

O que é possível afirmar, neste momento, é que soluções *estandardizadas*, utilizadas em países culturalmente muito diferentes do Brasil como é o caso da Alemanha, podem parecer satisfatórias e até eficientes, mas é preciso compreender, por exemplo, a trajetória histórica dos seguros obrigatórios e a experiência de alguns deles no mercado nacional antes de que sejam indicados como solução viável para os danos decorrentes de utilização de novas tecnologias.

The background features several faint, light blue icons. In the upper left, there are three lightbulbs of varying sizes, some with small circles around them, suggesting ideas or energy. In the lower left, there is a large flask containing a dark liquid with several bubbles rising from it, representing a chemical or physical process.

EDUCAÇÃO FÍSICA

022. ANÁLISE DA CARGA LEVANTADA POR IDOSOS ATIVOS PRATICANTES DE MUSCULAÇÃO

Leonardo Louzada Santos, Dilmar Guedes Jr, Rodrigo Pereira da Silva

Introdução

A musculação é uma modalidade onde a inclusão do público idoso vem aumentando com o passar dos anos, devido principalmente aos benefícios encontrados para esta faixa etária em capacidades como: equilíbrio, resistência muscular, atividades da vida diária e principalmente na força muscular. Estudos comprovam que a força atinge o seu pico por volta dos trinta anos e se mantém satisfatoriamente até os cinquenta (DESCHENES, 2004). Porém, após os sessenta anos, essa variável diminui significativamente (KAUFFMAN, 2001). A quantidade total de carga levantada, por essa população, por sessão de treinamento, é uma variável interessante como ferramenta para a construção da periodização das cargas ao longo do ano. Essa variável, portanto, apresenta-se como mais uma alternativa para que o profissional de educação física possa prescrever os exercícios de acordo com a individualidade biológica de cada indivíduo.

Objetivo

Análise da quantidade de carga levantada por sessão em idosos praticantes de musculação.

Métodos

Após a aprovação do comitê de ética e pesquisa da Universidade Metropolitana de Santos (número do parecer 3.433.339) Foram avaliados 7 homens com média de idade de 68,2(4,6) anos e 12 mulheres com média de idade de 63,7(2,7) anos, praticantes de musculação a pelo menos 1 ano. A coleta de dados foi feita através da carga executada em cada exercício, multiplicada pelo número de repetições para membros superiores, membros inferiores e tronco. As sessões de treino eram formadas por 7 exercícios que deveriam ser realizados em três séries de 11 a 13 repetições.

Resultados

A carga levantada pelos homens foi de 16.729 (6518) kg. Já pelas mulheres foi de 8.497 (4294) kg. A diferença relativa da carga levantada pelos homens foi de 32,64% superior e a absoluta de 8.232 kg comparada com as mulheres.

Conclusão: Os homens utilizaram cargas maiores em seus treinamentos quando comparados com as mulheres. Estudos futuros analisando os efeitos destas cargas para a transferência de força em atividades da vida diária devem ser elaborados, para avaliar a existência ou não de relações entre as cargas e o desempenho de atividades do cotidiano

023. ANTROPOMETRIA E VARIÁVEIS METABÓLICAS DE ATLETAS PROFISSIONAIS DE FUTEBOL E FUTSAL

Luiz Gustavo Goes dos Santos, Dilmar Guedes Jr, Rodrigo Pereira da Silva

Introdução

O consumo de oxigênio (VO_2) tem sido de grande valia na avaliação funcional de atletas. Embora futebol e futsal sejam modalidades esportivas com gestos motores semelhantes, as diferenças nas dimensões do local da dinâmica do jogo geram demandas fisiológicas distintas.

Objetivo

Comparar o consumo de oxigênio, limiar anaeróbio, IMC e FC Máx entre atletas profissionais de futebol e futsal.

Métodos

Participaram voluntariamente 38 indivíduos do sexo masculino, sendo: 19 atletas profissionais de futebol, com idade média de 26,8 anos ($\pm 4,93$), estatura média de 182cm ($\pm 7,98$) e massa corporal média de 79,5kg ($\pm 8,69$). E 19 atletas de futsal profissionais, com idade média de 26,9 anos ($\pm 5,50$), estatura média de 176cm ($\pm 6,31$) e massa corporal média de 75,1kg ($\pm 8,72$). No futsal o protocolo foi realizado

em uma esteira da marca *Movement*, através do método de ventilometria, realizaram um esforço contínuo e progressivo até exaustão com intensidade inicial de 8 km/h e incremento de 1 km/h a cada minuto, o equipamento utilizado foi o VO2 PRO FITNESS – CEFISE. O teste de futebol foi o ergoespirométrico em esteira, utilizou-se o protocolo rampa. Análise estatística: após a confirmação da normalidade dos dados, optou-se por utilizar o teste T de Student para amostras independentes.

Conclusão

Foram encontradas diferenças estatisticamente significativa para as variáveis FC_{MAX}, limiar anaeróbio e velocidade no limiar ventilatório 1 entre os grupos avaliados, porém assemelham-se nos valores de consumo máximo de oxigênio, medidas antropométricas e na velocidade no ponto de compensação respiratória.

024. EFEITO DO PUMP NA CIRCUNFERÊNCIA DE BRAÇO DE PRATICANTES DE MUSCULAÇÃO

Rodrigo Pereira da Silva, Dilmar Guedes Jr, Nathan Laurindo Feliciano

Introdução

Todo o treinamento de força produz estímulos para aumento da massa muscular. A sobrecarga metabólica durante os exercícios contribui para a hipertrofia aguda ou metabólica das fibras musculares após o exercício.

Objetivo

Analisar a magnitude do edema muscular agudo provocado pelo treinamento de força com pesos.

Métodos

Após a aprovação do comitê de ética e pesquisa da Universidade Metropolitana de Santos (número do parecer 1.598.072), foram avaliados 20 jovens sujeitos (12 homens e 8 mulheres) com média de idade

de 25 anos, praticantes de musculação há no mínimo 1 ano. A circunferência do braço dominante foi avaliada após 4 séries de 10 repetições até a fadiga voluntária momentânea para os exercícios “rosca direta” (músculos flexores do braço) e tríceps no *pulley* (músculos extensores do braço). O período de intervalo após os exercícios foi de 48 horas. Análise estatística: após a verificação e confirmação da normalidade através do teste de Shapiro-Wilk e a inspeção dos gráficos qq-plot. Optou por utilizar à média e desvio padrão. Para analisar a diferença foi utilizado o teste t de Student para amostras pareadas. O nível de significância foi aceito em $\alpha \leq 0,05$. Resultados: ver tabela1

Tabela 1. Resultados da Circunferência de Braço (cm) ao treinamento de força.

Grupamento	Pré-treino	Pós-treino	Variação	Variação
			Percentual (%)	Absoluta (cm)
Flexores do Braço	32,25 (4,13)	34,05 (4,67)*	5,93 (2,91)*	2,34 (1,23)*
Extensores do Braço	32,29 (3,16)	33,91 (3,49)*	4,86 (1,58)*	1,67 (0,65)*

Os dados estão na forma de média (desvio padrão). * indica diferença estatística para $P \leq 0,00001$.

Conclusão

Os resultados indicam um aumento significativo ($P \leq 0,00001$) de 1,7 a 2,4 na circunferência de braço após 4 séries de 10 repetições para os flexores ou extensores do braço. Não houve diferença estatística entre os dois grupamentos estudados.

025. EFEITOS DE DIFERENTES METODOLOGIAS DO TREINAMENTO DE FORÇA EM ADULTOS

Luiz Antonio Rizatto do Prado, Dilmar Guedes Jr, Rodrigo Pereira da Silva

Introdução

O planejamento do treinamento de força é um dos principais fatores para se alcançar as metas estabelecidas no tempo ideal, respeitando os limites científicos do exercício (DANTAS, 2003), e para o atleta ou equipe de competição alcançar o seu melhor desempenho nos períodos mais importantes do calendário (BARBANTI, 1997). Devido a estes fatores, a periodização é vista como um elemento determinante para a preparação física, e saber qual é a melhor forma de planejar o treinamento pode vir a ser o diferencial para obter melhores resultados (OLIVEIRA, 2005).

Objetivo

Comparar três tipos de periodização no treinamento de força com pesos.

Métodos

Após a aprovação do comitê de ética e pesquisa da Universidade Metropolitana de Santos (número do parecer 3.433.339), foram avaliados 10 homens e 10 mulheres, com média de idade de 22,8(4,32) anos, e pelo menos 6 meses de prática de exercícios com pesos. Os voluntários foram divididos de forma aleatória em 3 grupos. Grupo 1 realizou o treinamento com uma periodização linear, com 3 séries de 12 a 15 repetições. Grupo 2 os voluntários executaram a periodização não linear, com mudanças nas séries e repetições a cada semana. Grupo 3 foi utilizada uma outra forma de periodização linear, porém com 4 tipos de treinos distintos (força, potência, hipertrofia e aprendizagem do exercício), na mesma semana. Todos os grupos realizaram os treinamentos durante 8 semanas. As avaliações realizadas pré e pós treinamento foram de 10 RM (Fleck, 2005) nos exercícios agachamento (Agach), supino reto (Sup), leg press (Leg) e puxador frente (Pux). Análise Estatística: Após verificação e a não confirmação da normalidade, optou-se por utilizar o teste de Kruskal-Wallis para comparar os 3 grupos e o teste Wilcoxon para comparar os momentos pré e pós. O nível de significância foi aceito em $P \leq 0,05$.

Resultados: Ver tabela 1 e 2.

Tabela - 1. Descrição dos resultados dos exercícios (kg) para os três grupos de periodização, entre pré e pós treino.

	Agach_Pré	Agach_Pós	Dif_%	Leg_Pré (kg)	Leg_Pós (kg)	Dif_%
G1	48,3 (14,8)	56,6 (13,6)	17,2 (-7,9)*	177,1 (23,6)	192,1 (28,8)	8,5 (22,0)*
G2	35,7 (16,1)	42,7 (17,7)	19,6 (9,9)*	166,3 (56,8)	202,5 (68,1)	21,8 (20,0)*
G3	31,0 (22,4)	41,0 (29,2)	32,3 (30,1)*	147,5 (45,7)	205,0 (123,7)	39,0 (170,5)*

G1 - Linear. G2 - Não Linear. G3 - Linear 4 tipos de treino. Dif_% - Diferença Percentual. Os dados estão sob forma de média (desvio padrão). *Indica diferença estatística.

Tabela - 2. Descrição dos resultados dos exercícios para os três grupos de periodização, entre pré e pós treino.

	Sup_Pré	Sup_Pós	Dif_%	Pux_Pré	Pux_Pós	Dif_%
G1	32,1 (18,6)	38,5 (17,5)	20,0 (-6,0)*	92,1 (34,8)	103,5 (38,8)	12,4 (11,3)*
G2	26,7 (7,3)	30,5 (7,9)	14,0 (8,2)*	59,5 (28,3)	69,5 (33,1)	16,8 (17,1)*
G3	26,8 (15,8)	35,4 (20,1)	32,1 (27,8)*	84,0 (20,7)	104,0(38,4)	23,8 (85,5)*

G1 - Linear. G2 - Não Linear. G3 - Linear 4 tipos de treino. Dif_% - Diferença Percentual. Os dados estão sob forma de média (desvio padrão). *Indica diferença estatística.

Conclusão: De acordo com os resultados obtidos nota-se que os programas elaborados para os três grupos obtiveram aumento significativo de força entre o pré e pós treinamento para todas as variáveis, porém não houve diferença estatística comparando os três grupos. A estatística não evidenciou diferenças talvez em função do tamanho da amostra que foi pequena, entretanto, os resultados descritivos indicam uma tendência do grupo 3 ter apresentado a maior melhora para todas as variáveis.

020. Equilíbrio muscular entre extensores e flexores do joelho em praticantes de Crossfit®

Danilo dos Santos Amante, Rodrigo Pereira da Silva

Introdução

O volume de treinamento semanal é um método de monitoramento e pode mostrar o equilíbrio dos músculos envolvidos nos movimentos articulares nos movimentos de extensão e flexão do joelho. A relação isquiotibiais quadríceps (I)/(Q) no teste de torque isocinético é uma forma de analisar o risco de lesão no joelho. A literatura tem apontado para diversas modalidades esportivas sobre o desequilíbrio muscular devido ao volume de treinamento dos exercícios que solicitam o quadríceps femoral, entretanto no Crossfit®, ainda é desconhecido.

Objetivo

Avaliar o equilíbrio muscular dos extensores e flexores do joelho em praticantes de Crossfit®.

Métodos

Após a aprovação do coite de ética e pesquisa da universidade federal de São Paulo (1.095.215), foram avaliados 12 sujeitos (6 homens e 6 mulheres) treinados na modalidade Crossfit® da cidade de Santos, com média de idade de $28,2 \pm 4,5$ anos, tempo de prática de $4,1 \pm 1,24$ anos, volume de treino semanal de $7,2 \pm 2,2$ horas. Para a avaliação do desempenho e equilíbrio muscular foi utilizado o dinamômetro isocinético (Biodex, Lumex Inc., Ronkonkoma, NY, EUA), pertencente ao Departamento de Ciências do

Movimento Humano, Laboratório de Epidemiologia e Movimento Humano - EPIMOV, Santos (SP). A mensuração dos dados do extensor e flexor do joelho foi realizada no membro dominante. O teste foi ajustado a uma velocidade angular constante de 60 graus por segundo e foi utilizado o protocolo de cinco repetições máximas. Os participantes submetidos à avaliação foram incentivados veementemente durante o procedimento e todos foram capazes de realizar plenamente o teste. A influência da gravidade foi devidamente corrigida durante o teste. Foram avaliados os parâmetros: Pico de torque de extensão (N-m); Pico de torque de flexão (N-m); Pico de torque médio de extensão (N-m); Pico de torque médio de flexão (N-M) Potência de Extensão (Watts); Potência de Flexão (Watts) e a razão convencional Isquiotibiais/Quadríceps (I/Q). O maior valor foi selecionado para análise no teste supracitado calculado pelo software do próprio dinamômetro isocinético. Após a confirmação da não normalidade optou-se por utilizar o teste de Wilcoxon para as comparações entre o pico de torque dos flexores com os extensores do joelho. O nível de significância foi estabelecido em $p \leq 0,05$.

Resultados

A análise dos dados demonstrou uma relação I/Q pobre a $60^\circ/s$. Nossos dados contribuem para a discussão contínua sobre o equilíbrio muscular e a preservação da saúde do joelho.

Tabela 1: Apresenta os resultados das variáveis isocinéticas pico de torque (PT), pico de torque médio e potência (Pot) dos músculos extensores e flexores da articulação do joelho, para a calibração em 60 graus por segundo e a média da relação agonista/antagonista (R I/Q%)

	PT_E	PT_Fl	Pot_E	Pot_FL	PTM_E	PTM_Fl	R I\Q %
Inter_25	172	81,1	104,1	56,7	159,4	73,4	44,1
Mediana	222	102,3*	142,4	76,4*	196	94,9*	46,3
Inter_75	251	130,4	175	97,9	239,4	121,7	52,7

* apresenta diferença estatística significativa ($p=0,01$); os dados estão em forma de mediana e intervalo interquartil; percentil 25% (Inter_25); percentil 75% (Inter_75); Pico de torque de extensão (PT_E); Pico de torque de flexão (PT_FL) em

N ; potência de extensão (POT_E); potência de flexão (POT_FL) em W; Pico de torque médio de extensão (PT_M_E); Pico de torque médio de flexão (PT_M_FL) em N ; Razão Isquiotibiais/quadríceps (R I/Q).

Conclusão

Os resultados encontrados demonstram diferença significativa na relação I/Q dos praticantes de Crossfit® analisados. A literatura considera valores de 50% como o ponto de corte, e na nossa amostra está abaixo do considerado satisfatório para prevenção de lesões no joelho devido a desequilíbrio muscular.

026. INFLUÊNCIA DA VELOCIDADE DE EXECUÇÃO NA CONCENTRAÇÃO DE LACTATO SANGUÍNEO EM PROTOCOLO DE TREINAMENTO DE FORÇA NO EXERCÍCIO DE SUPINO

Evelyn Felismina Lemos Nazareth, Rodrigo Pereira da Silva

Palavras-chave: Treinamento Resistido, Cadencia, Lactato Sanguíneo.

Objetivo

Trata-se da análise da influência de duas velocidades de execução relativas na concentração de lactato sanguíneo em exercício de treinamento de força até a falha concêntrica.

Métodos

Participaram do experimento 15 homens ($29,1 \pm 5,9$ anos), treinados. Inicialmente, os participantes foram aquecidos para prepará-los para a série, estratégia extremamente importante no treinamento de força para minimizar lesões. Foram realizadas três sessões para cada indivíduo, sendo a segunda e a terceira sessões sendo três séries de exercícios e intervalo de 48 horas, visando garantir a recuperação fisiológica dos voluntários [s]. Na primeira sessão, foi realizado um teste de carga de 10-12 RMs, de acordo com as diretrizes do ACSM, que sugere repetições submáximas para aquecimento. Também como indicado, buscou-se uma carga que possibilitasse realizar no mínimo 10 e no máximo 12 repetições. Os voluntários tiveram quatro tentativas com intervalo de três a cinco minutos. A segunda sessão seguiu três séries do exercício supino no determinada carga e padronização na sessão anterior. A

cadência foi lento, 3030, com o número "3" representando 3 segundos na fase excêntrica e 3 segundos na fase concêntrica, o número "0" refere-se à transição tempo entre as fases, que neste caso foi sem pausa. Tendo em mente que o tempo semelhante entre as duas fases é uma das características treinamento com cargas mais baixas. A cadência foi controlada por um metrônomo até o indivíduo atingiu a falha concêntrica momentânea. Considerando que o intervalo inferior a um minuto limita a recuperação de CP e ATP, bem como uma queda no desempenho, adotou-se o intervalo de 90 segundos, amplamente utilizado para treinar a hipertrofia muscular. A coleta de dados foi realizada por meio da polpa digital nos períodos pré e pós-teste, no 3º minuto ao final da sessão, conforme previamente avaliado em o teste piloto. A 3ª sessão, foi realizada de forma semelhante à anterior, mas apenas com uma cadência rápida, 1010, sendo 1 segundo de fase excêntrica e 1 segundo de fase concêntrica, sem pausa entre elas. E, como estratégia para garantir a máxima eficiência física nas sessões, juntamente com a execução pelos voluntários, os alunos utilizaram a motivação verbal, pois esse incentivo é um aspecto importante na busca do máximo desempenho durante o exercício.

Resultados

Considerando os procedimentos descritos inicialmente, foi possível identificar que quanto ao valor do teste de carga 10-12 RMs para o exercício supino a média foi $(37,3 \pm 7,2 \text{ kg})$. No entanto, em relação ao número máximo de repetições por série com a carga estabelecida no teste, nas diferentes velocidades de execução (mostradas na Tabela I), o número de repetições realizadas foi significativamente maior na primeira série, quando comparada com a segunda e com a terceira série, tanto para execuções. Mas, ao comparar as duas formas de execução, o número de repetições máximas por série foi significativamente maior de série para série para execução rápida (cadência 1010) em correlação com lenta (cadência 3030).

Conclusão

O estudo revelou que velocidades rápidas, apresentam maior concentração de lactato sanguíneo quando comparado a execuções lentas.

027. RELAÇÃO ENTRE VOLUME DE REPETIÇÕES E EQUILÍBRIO MUSCULAR DE EXTENSORES E FLEXORES DA ARTICULAÇÃO DO JOELHO

Bianca Almeida dos Santos Cardoso, Dilmar Guedes Jr, Rodrigo Pereira da Silva

Palavras-chave: Treinamento resistido, equilíbrio muscular, volume de treinamento.

Introdução

O treinamento resistido tem sido bastante utilizado com objetivo de promover saúde e qualidade de vida, porém, o excesso ou a má orientação das cargas de treinamento pode potencializar a ocorrência de lesões musculares e articulares.

Objetivo

Avaliar a relação entre volume de repetições e equilíbrio muscular de extensores e flexores da articulação do joelho.

Métodos

Foram avaliados 21 indivíduos praticantes de treinamento resistido regular por pelo menos três anos, com média de idade de $32,2 \pm 9$ anos, peso de $74,5 \pm 15,1$ kg e estatura de $1,71 \pm 0,09$ metros. Foram coletados o número de repetições, séries e frequência semanal de treinamento para os membros inferiores de cada indivíduo, e então calculado o volume de repetições semanais para extensores e flexores do joelho. Para avaliar o equilíbrio muscular entre extensores e flexores, os participantes realizaram a avaliação isocinética utilizando o protocolo de cinco repetições de extensão e flexão de joelho do membro inferior dominante, a uma velocidade de $60^\circ/s$.

Resultados

Ocorreu diferença estatística significativa entre o volume de repetições entre quadríceps(Q) e isquiotibiais(I) do joelho (180 e 144 repetições, respectivamente) e o pico de torque isocinético também apresentou diferença estatística significativa (222 N/m e 102,3 N/m, respectivamente), enquanto a razão I/Q foi de 46,3%.

Conclusão

Os dados encontrados demonstram diferença significativa no volume semanal de repetições realizadas para o quadríceps quando comparado aos isquiotibiais. Quando avaliados os mesmos grupos musculares através de dinamometria isocinética ocorreu diferença significativa entre o pico de torque dos extensores e flexores de joelho e razão I/Q que sugere desequilíbrio muscular agonista/antagonista na articulação do joelho.

028. TREINAMENTO DE FORÇA E SARCOPENIA EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS

Marcio dos Santos, Dilmar Guedes Jr, Rodrigo Pereira da Silva

Palavras chaves: idosos, treinamento de força, sarcopenia.

Introdução

Observa-se um crescimento representativo da população idosa no Brasil, principalmente, acima de 65 anos (IBGE, 2010), a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2002), prevê que em 2025 existirá em torno de 1,2 bilhões de pessoas com mais de 60 anos, e que até 2050 haverá dois bilhões de pessoas. Com o crescimento desta população decorrente do prolongamento do tempo de vida, faz-se emergente a proposição de mecanismos que favoreça um envelhecimento mais saudável, o exercício regular vem se mostrando ser um dos melhores investimentos preventivos da atualidade. O ACSM, sugere que a diminuição da força muscular é um dos principais fatores responsáveis pela redução da capacidade funcional do idoso, pois ocasiona a perda de massa muscular e com isso a redução da aptidão física,

entretanto, proposições metodológicas envolvendo o treinamento de força nesta fase da vida têm se demonstrado uma solução robusta para a atenuação do surgimento da sarcopenia.

Objetivo

Analisar a magnitude das alterações morfofuncionais decorrentes do treinamento de força em idosos institucionalizados de Santos.

Métodos

Serão avaliados 48 idosos institucionalizados da cidade de Santos e acompanhados por um período de 4 anos. No primeiro ano realizaremos as avaliações que detectam a sarcopenia, que são: massa muscular esquelética por meio da ultrassonografia, força de preensão manual com dinamômetro hidráulico, velocidade de marcha em 10 metros e o timed up and go para mobilidade funcional. Após as avaliações iremos separar a amostra em dois grupos aleatoriamente, grupo experimental e grupo controle. O grupo experimental irá realizar um programa de treinamento de força, contendo 8 exercícios para todo o corpo, com uma frequência de 2 vezes na semana e duração de 30 minutos. A cada 4 meses serão realizadas avaliações intermediárias e após 1 ano a avaliação final do primeiro ano. A partir do segundo ano, o nosso objetivo será transformar esse projeto, é um estudo de extensão interdisciplinar.

029. EFEITOS DA SUPLEMENTAÇÃO DE CREATINA E DO TREINAMENTO DE FORÇA NO AUMENTO DA MASSA MUSCULAR, QUALIDADE DE VIDA E ESTADO MENTAL DE IDOSOS DA CIDADE DE SANTOS

Breno Felipe Noschese Magalhaes Vaz, Rodrigo Pereira da Silva, Dilmar Guedes Jr, Jean Silvestre

Introdução

Observa-se um crescimento representativo da população idosa no Brasil, principalmente, acima de 65 anos segundo dados do (IBGE,2010), a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2002), prevê que em 2025

existirão 1,2 bilhões de pessoas com mais de 60 anos, e que até 2050 haverá dois bilhões de pessoas, sendo que 80% destes em países em desenvolvimento e muitos idosos com 80 ou mais anos. Pode-se citar como exemplo, o crescente número de idosos nos municípios brasileiros, em particular na cidade de Santos - SP. Estima-se que cerca de 20% da população total de santistas são de idosos (IBGE, 2010). Informações do Ministério da Saúde sugerem que, em 2025, o Brasil será o 6º país com maior número de idosos no mundo.

O envelhecimento é um fenômeno que atinge todos os seres humanos, independente do seu status socioeconômico, sendo caracterizado como um processo dinâmico, progressivo e irreversível, ligado intimamente a fatores biológicos, psíquicos e sociais, que ocasionarão o detrimento da capacidade humana de se adequar ao meio ambiente (Brito & Litvoc, 2004).

O American College of Sports Medicine (ACSM, 2004), afirma que a sarcopenia é um dos principais fatores responsáveis pela redução da capacidade funcional do idoso, pois ocasiona a perda de massa e força na musculatura esquelética. Para Rossi & Sader, (2002), esta perda contribui para outras alterações relacionadas com a idade, destacando-se as diminuições da densidade óssea, da sensibilidade à insulina, da capacidade aeróbia, da taxa de metabolismo basal, da força muscular, dos níveis de atividades da vida diárias (AVDs). Estas alterações dificultam a realização de simples tarefas do cotidiano como subir escadas, caminhar, carregar pequenos objetos, ou seja, diretamente em sua independência, qualidade de vida e a de seus familiares. (Matsudo & Barros Neto, 2001).

Com o passar do tempo a capacidade ativa do homem diminui, no entanto, uma das formas para retardar ou mesmo estender os anos de vida, de forma considerável, consiste na prática da atividade física. Indicativos sobre os benefícios da atividade física em idade avançada, bem como as desvantagens decorrentes do sedentarismo são relatados na literatura especializada (Lima, 2012; Vilela Júnior et al.; 2010; Mchling; Netz, 2009; Spirduso, 2005).

Duas capacidades se manifestam na maioria das tarefas dos AVDs nos idosos, a força muscular e a potência, conseqüentemente, são primordiais para a independência e qualidade de vida dos idosos.

(Silva et al, 2008). Além disso, a falta de força muscular na população idosa parece ser o principal fator responsável pelas quedas em idosos. (Fleck & Kramer, 1999; Bernadi et al, 2008).

Estudos relatam que o treinamento de potência pode ser uma eficiente medida profilática no combate a sarcopenia e a dinapenia, devido ao aumento de força e velocidade, que são elementos essenciais na realização das atividades de vida diária, sendo importante citar que esses resultados podem ser obtidos em poucas semanas de treinamento, contribuindo para melhor qualidade de vida e maior independência para os idosos (Aoki, 2010). O treinamento de potência e o treinamento de força também contribuem para promoção da qualidade de vida da terceira idade (Moraes, 2011). Esta melhoria pode auxiliar não só na independência dos idosos, mas também na prevenção de quedas (Dias et al, 2006; Bernardi et al 2008).

Há evidências de que, com o avanço da idade, a capacidade de gerar potência declina em taxa mais pronunciada que a capacidade de gerar força (Macardle et al, 2008). Com isso, é importante promover o desenvolvimento de estratégias que visem minimizar os efeitos do envelhecimento muscular, pois o idoso precisa garantir que a força seja gerada de forma rápida para as tarefas do dia a dia.

Objetivo

Analisar as alterações morfofuncionais decorrentes do treinamento de força em idosos institucionalizados.

Métodos

Após o aceite do comitê de ética e pesquisa da Universidade Metropolitana de Santos, a amostra será constituída por 48 indivíduos, divididos aleatoriamente em grupo experimental e grupo controle. Sendo de ambos os sexos com idade a partir de 60 anos. Critério de inclusão: ter mais que 60 anos de idade, estar residindo em instituições de cuidados para o público idoso e liberação da família ou responsável. Critérios de não inclusão no estudo: dificuldades para a realização de exercícios físicos decorrente de problemas osteoarticulares, cirurgia recente, recusa do participante e doenças respiratórias ou cardíacas.

Os voluntários serão divididos em dois grupos randomizados, sendo: grupo experimental: treinamento de força utilizando realizando de 8 a 12 repetições, contendo 8 exercícios para todo o corpo, com uma frequência de 2 vezes na semana e duração de 30 minutos; e o grupo controle. Todos os testes serão explicados e demonstrados por profissionais de Educação Física antes de serem realizados.

No primeiro ano realizaremos as avaliações que detectam a sarcopenia, que são: massa muscular esquelética por meio da ultrassonografia (Bodymetrix® BX-2000), força de preensão manual com dinamômetro hidráulico (Jamar®) de acordo com os métodos descritos por Mathiowetz et al.(1985). Velocidade de marcha em 10 metros (Lauretani et al, 2003) e o timed up and go (Bohannon, 2006) para mobilidade funcional. Questionário de prontidão para a atividade física physical readiness questionnaire, PAR-Q, (1992), medidas antropométricas de peso e altura. O programa terá duração de 12 meses, A cada 4 meses serão realizadas avaliações intermediárias e após 1 ano a avaliação final do primeiro ano. A partir do segundo ano, o nosso objetivo será transformar esse projeto, é um estudo de extensão interdisciplinar.

Referências:

AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE. Physical Activity and Bone Health. *Medicine & Science In Sports & Exercise*, v. 36, n. 11, p.1985-1996, 2004.

ANDREOTTI, R. A.; OKUMA, S. S.; Validação de uma bateria de testes de atividades da vida diária para idosos fisicamente independentes. *Revista Paulista de Educação Física*, v. 13, n. 1, p. 46-66, jan./jun. 1999.

AOKI, RODRIGO NUCCI. Benefícios do Treinamento com Pesos no Processo de Sarcopenia no Envelhecimento. 27f. Campinas – SP, 2010.

BERG K, Maki B, Williams J. Clinical and laboratory measures of postural balance in an elderly population. *Arch Phys Med Rehabil* 73: 1073–80, 1992.

BERNARDI, F., DANIELA, et al; O Tratamento da sarcopenia através do exercício de força na prevenção de quedas em idosos. *Revisão de Literatura* v.XII,n 2 , p.197-213,2008.

BOHANNON RW. Reference values for the timed up and go test: a descriptive meta-analysis. *J Geriatr Phys Ther* 2006;29(2):64-8

BRITO, F.C E LITVOC, C. J. ; (Ed.) Envelhecimento – prevenção e promoção de saúde; São Paulo: Atheneu, p.1- 16, 2004.

DIAS, R.M. R., GURJÃO A.L.D., MARUCCI, M.F.N.; Benefícios do treinamento com pesos para idosos. Revista Act Fisiatr.2006, 13(2):90-95 Strength training benefits on the physical fitness of elderly individuals. Cep, v. 5588, 2006.

FLECK,S.J.; KRAEMER, W.J.; Fundamentos do Treinamento de Força Muscular: Artes Médicas. Porto Alegre. Vol.3, 1999.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas ; CENSO 2010.

LAURETANI F, RUSSO CR, BANDINELLI S, BARTALI B, CAVAZZINI C, DI IORIO A, et al. Age-associated changes in skeletal muscles and their effect on mobility: an operational diagnosis of sarcopenia. J Appl Physiol 2003;95(5):1851-60.

LIMA, L. et al.; A percepção de qualidade de vida em idoso: um estudo exploratório. Revista Brasileira de Qualidade de Vida, Ponta Grossa, v. 4, n. 2, p. 1-11, ago. 2012.

MATHIOWETZ V, KASHMAN N, VOLLAND G, WEBER K, DOWE M, ROGERS S. Grip and pinch strength: normative data for adults. Archives of physical medicine and rehabilitation. 1985;66(2):69-74.

MACARDLE W, KATCH FI, KATCH VL.; Fisiologia do exercício: energia, nutrição e desempenho humano. Rio de Janeiro: 6ª edição. Guanabara Koogan; 2008.

MATSUDO, S.M., MATSUDO, V.K.R. e BARROS NETO T.L.; Atividade física e envelhecimento: aspectos epidemiológicos. Rev. Bras Med. Esporte – Vol. 7, n 1 – Jan/Fev. 2001.

MECHLING, H; NETZ, Y. Aging and inactivity - capitalizing on the protective effect of planned physical activity in old age. European Review in Aging and Physical Activity, Germany, v. 6, n. 2, p. 89-97, Oct. 2009.

MORAES, K. C. M. ; Efeito de três diferentes programas de treinamento de força na qualidade de vida de idosas, 2011.

OMS, Global Forum for Health Research: The 0/90 Report on Health Research. Genebra: Organização Mundial da Saúde,2002.

Pollock M.L. & Wilmore J.H.; Exercício na Saúde e na Doença. Rio de Janeiro: Medsi, 1993.

ROSSI, E. E SADER, C.S. Envelhecimento do sistema osteoarticular. In E.V. Freitas., L. Py., A.L. Néri., F.A.X. Cançado., M.L. Gorzoni, M.L e S.M. Rocha (Eds.), Tratado de Geriatria e Gerontologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. p.508-514, 2002.

SILVA, A. ALMEIDA, J.M.G. CASILHAS, C.R.C.O.H.E.N.M.; PECCIN, S.M. TUFIK, S. MELLO, M.T. Equilíbrio, Coordenação e Agilidade de Idosos Submetidos à Prática de Exercícios Físicos Resistidos. Revista Brasileira de Medicina do Esporte – Vol. 14, No 2 – Mar/Abr, 2008.

SPIRDUSO, W.W. Dimensões físicas do envelhecimento. Barueri, SP: Manole, 2005.

THOMAS S, Reading J, Shephard RJ. Revision of the Physical Activity Readiness Questionnaire (PAR-Q). Can J Sport Sci ;17(4):338-45, 1992.

VILELA JÚNIOR, G. B. et al. Qualidade de vida e processo de equilíbrio durante o processo de envelhecimento de mulheres praticantes de atividade física. Revista Brasileira de Qualidade de Vida, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p. 18-25, jul. 2010.

030. UM OLHAR SOBRE O VOO LIVRE: COMPREENDENDO O QUE O ESPORTE PODE PROPORCIONAR FISIOLÓGICAMENTE

Pollyanna Vieira*

*Universidade Metropolitana de Santos – (FEFIS/UNIMES), Santos, SP, Brasil

Claudio Scorcine*

Fabrcio Madureira*

Palavras-chave: voo livre, paraglider, voadores, análise de voo.

Introdução

Ribeiro, et al. (2020) o esporte teve seu início no Brasil na década de 70, com a implementação da Associação Brasileira de Voo livre, responsável pela regulamentação do esporte e organizações de campeonatos, hoje quem faz esse papel é a Confederação Brasileira de voo livre, dentre suas atribuições são realizados registros e regularização de documentação de atletas e suas classificações de nível,

podendo assim, executar fiscalização sobre o esporte, ressaltando a importância da fiscalização por se tratar de uma modalidade de risco.

A prática dos esportes de aventura tem se tornado popular e os números de participantes têm aumentado significativamente (YANFENG e DECAF, 2020), alega que tem se tornado uma procura muito comum, tanto no turismo, quanto a sua prática no dia a dia, no entanto, modalidades como o voo livre, ainda são pouco experienciadas, seja por questões financeiras – alto custo ou pelo aparente risco que está atrelado ao esporte, além disso, parece existir um número limitado de pesquisas sobre os efeitos fisiológicos desta prática (WILKES et al. 2018).

Ainda que a sociedade busque relacionar os esportes de aventura com a saúde, ao bem-estar e a prática de uma atividade física, Pimentel, et al (2008) ressaltam a importância do olhar para a segurança que o mesmo pode oferecer, bem como os riscos inerentes às variáveis ambientais que caracterizam o voo como um esporte de alto risco.

Ribeiro, et al (2020) alegam que o risco atrelado ao esporte é parte da motivação dos seus praticantes, ainda assim é enfatizado que a segurança deve estar atrelada ao esporte. Conforme mencionado, ao olhar para o que o esporte pode proporcionar e que tipo de influência, física ou mental ele pode proporcionar na pessoa que o pratica, encontra-se um número muito limitado de pesquisas. Para Assis, et al (2020) que analisaram um grupo reduzido de voluntários, identificou magnitudes significativas de correlação entre a prática do esporte e os níveis elevados de estresse, alegando que o risco, pode ter sido um fator que elevaria o estresse do voador, o presente estudo se baseia na frequência cardíaca dos pilotos, um dado que pode ser medido sem interferir no esporte, nem apresenta nenhum risco para quem o pratica.

Mas seria possível mensurar a experiência do voo livre em pilotos de parapente e encontrar uma forma de analisar e entender o que acontece com o voador, se o seu tempo de prática influencia em algo e como o esporte pode vir a proporcionar essa experiência? Acredita-se que o esporte pode elevar os níveis de estresse de quem o pratica, mas ao analisar a frequência cardíaca, seria possível saber o momento exato que isso acontece e se esse fator pode estar correlacionado com alguma variação de

pressão do equipamento ou com alguma condição climática. Zou et al (2020) detectaram que o risco atrelado ao esporte é parte da motivação dos seus praticantes, na mesma linha de pensamento - Pimentel, et al (2020) correlaciona o esporte com níveis elevados de estresse, alegando que o risco pode ser um fator decisivo. WILKES, et al (2018) analisa um grupo de voadores a fim de entender e correlacionar o aumento dos níveis de stress com as alturas, alegando que quanto mais alto vai o voador, maior é a sua capacidade de captação do oxigênio, sendo assim, seus sistemas trabalham de forma mais intensa. Já os voadores testados em baixa altitude não apresentaram diferenças significativas.

Tendo em vista que esta relação motivação e estresse, surge a interrogativa – estariam as percepções atreladas ao tipo de voo, as condições climáticas do voo e mais especificamente, ao nível de habilidade do voador?

Objetivo

Analisar as respostas da frequência cardíaca em nas condições pré, durante e após o voo de parapente.

Métodos

Dois pilotos voluntários com experiência de X saltos participaram do experimento. Para a análise da frequência cardíaca foi usado o frequencímetro Galaxy Fit 2, com coletas de dados obtidas antes, durante e após o voo, especificamente na rampa de decolagem, antes de executar a mesma; durante o voo com registros a cada 20min e por fim, no término do voo, assim que o voador efetuou o pouso.

Para análise dos dados optou-se pela descrição absoluta e relativa dos mesmos.

Resultados

Quadro 1. Frequência cardíaca em batimentos por minuto, captada em três momentos – antes, durante e pós voo. Para os pilotos 1 e 2

Nível/ Piloto	Frequência	Frequência cardíaca	Frequência
---------------	------------	---------------------	------------

	cardíaca antes	durante	cardíaca depois
Nível 1 Piloto 1	74	85	80
Nível 2 Piloto 2	72	45	82
Nível 2 Piloto 2	79	76	102
Nível 2 Piloto 2	142	81	85

Quadro 2. Alterações absolutas e relativas, da frequência cardíaca em nos três momentos – antes, durante e pós voo. Para os pilotos 1 e 2.

FC antes para durante	FC antes para depois	Dif. absoluta	Dif. relativa%
12,94%	7,50%	5,44%	-73%
-60,00%	12,20%	-72,20%	592%
-3,95%	22,55%	-26,50%	118%
-75,31%	-67,06%	-8,25%	-12%

Conclusão

Os dados apresentados são preliminares e indicam a viabilidade de coleta, sugerindo certa diferença de comportamento da FC entre os pilotos com níveis distintos de prática. A continuação do estudo registrou também a variabilidade da frequência cardíaca do voador de parapente e será investigado os relatos de experiências dos voadores

Referências

GOMES DE ASSIS PIMENTEL, Giuliano; OLIVEIRA MATOS, Felipe de. Como e quando o corpo fala: um correlato das respostas psicobiológicas frente ao estresse no voo-livre. *Educación Física y Ciencia*, v. 22, n. 2, 2020.

RIBEIRO, Edigleuson Da Costa et al. ESTUDO DO TURISMO NA PRÁTICA DO ESPORTE DE AVENTURA DE VOO LIVRE NO MUNICÍPIO DE PATU (RN). *Revista Turismo & Cidades*, v. 2, n. 4, p. 35-55.

DE ASSIS PIMENTEL, Giuliano Gomes. Percepção dos riscos, condicionamento corporal e interações sociais no voo livre. *Revista brasileira de ciências do esporte*, v. 31, n. 2, 2010.

DE ASSIS PIMENTEL, Giuliano Gomes. Rites and risk in the hang-gliding practice. *MOVIMENTO*, v. 14, n. 3, p. 13-32, 2008.

VANDERLEI, Luiz Carlos Marques et al. Noções básicas de variabilidade da frequência cardíaca e sua aplicabilidade clínica. *Brazilian Journal of Cardiovascular Surgery*, v. 24, p. 205-217, 2009.

WILKES, M. et al. The physiology of Paragliding flight at moderate and extreme altitudes. *High altitude medicine & biology*, v. 19, n. 1, p. 42-51, 2018.

WILKES, M. et al. Cognitive function in simulated paragliding flight. *Aerospace medicine and human performance*, v. 90, n. 10, p. 851-859, 2019.

YANFENG, D. E. N. G.; DECAI, W. E. I. Design and Practice of Paragliding Course in Physical Education Teaching of Chinese Universities. 2020

ZHOU, L. et al. An exploratory study of motives for participation in extreme sports and physical activity. *Journal of Leisure Research*, v. 51, n. 1, p. 56-76, 2020.

_____. Coordenação Geral de Segmentação. Turismo de aventura – orientações básicas. Brasília, 2010.

SELIG, Fabio Augusto et al. Variabilidade da frequência cardíaca em neonatos prematuros e de termo. *Arquivos brasileiros de cardiologia*, v. 96, p. 443-449, 2011.

031. EQUILÍBRIO MUSCULAR ENTRE EXTENSORES E FLEXORES DO JOELHO EM PRATICANTES DE CROSSFIT®

Danilo dos Santos Amante, Rodrigo Pereira da Silva

Introdução

O volume de treinamento semanal é um método de monitoramento e pode mostrar o equilíbrio dos músculos envolvidos nos movimentos articulares nos movimentos de extensão e flexão do joelho. A relação isquiotibiais quadríceps (I)/(Q) no teste de torque isocinético é uma forma de analisar o risco de lesão no joelho. A literatura tem apontado para diversas modalidades esportivas sobre o desequilíbrio muscular devido ao volume de treinamento dos exercícios que solicitam o quadríceps femoral, entretanto no Crossfit®, ainda é desconhecido.

Objetivo

Avaliar o equilíbrio muscular dos extensores e flexores do joelho em praticantes de Crossfit®.

Métodos

Após a aprovação do coite de ética e pesquisa da universidade federal de São Paulo (1.095.215), foram avaliados 12 sujeitos (6 homens e 6 mulheres) treinados na modalidade Crossfit® da cidade de Santos, com média de idade de $28,2 \pm 4,5$ anos, tempo de pratica de $4,1 \pm 1,24$ anos, volume de treino semanal de $7,2 \pm 2,2$ horas. Para a avaliação do desempenho e equilíbrio muscular foi utilizado o dinamômetro isocinético (Biodex, Lumex Inc., Ronkonkoma, NY, EUA), pertencente ao Departamento de Ciências do Movimento Humano, Laboratório de Epidemiologia e Movimento Humano - EPIMOV, Santos (SP). A mensuração dos dados do extensor e flexor do joelho foi realizada no membro dominante. O teste foi ajustado a uma velocidade angular constante de 60 graus por segundo e utilizado o protocolo de cinco repetições máximas. Os participantes submetidos à avaliação foram incentivados veementemente durante o procedimento e todos foram capazes de realizar plenamente o teste. A influência da gravidade foi devidamente corrigida durante o teste. Foram avaliados os parâmetros: Pico de torque de extensão (N-m); Pico de torque de flexão (N-m); Pico de torque médio de extensão (N-m); Pico de torque médio de flexão (N-M) Potência de Extensão (Watts); Potência de Flexão (Watts) e a razão convencional Isquiotibiais/Quadríceps (I/Q). O maior valor foi selecionado para análise no teste supracitado calculado pelo software do próprio dinamômetro isocinético. Após a confirmação da não normalidade optou-se por utilizar o teste de Wilcoxon para as comparações entre entre o pico de torque dos flexores com os extensores do joelho. O nível de significância foi estabelecido em $p \leq 0,05$.

Resultados

A análise dos dados demonstrou uma relação I/Q pobre a 60°/s. Nossos dados contribuem para a discussão contínua sobre o equilíbrio muscular e a preservação da saúde do joelho.

Tabela 1: Apresenta os resultados das variáveis isocinéticas pico de torque (PT), pico de torque médio e potência (Pot) dos músculos extensores e flexores da articulação do joelho, para a calibração em 60 graus por segundo e a média da relação agonista/antagonista (R I/Q%)

	PT_E	PT_FI	Pot_E	Pot_FL	PTM_E	PTM_FI	R I\Q %
Inter_25	172	81,1	104,1	56,7	159,4	73,4	44,1
Mediana	222	102,3*	142,4	76,4*	196	94,9*	46,3
Inter_75	251	130,4	175	97,9	239,4	121,7	52,7

* apresenta diferença estatística significativa ($p=0,01$); os dados estão em forma de mediana e intervalo interquartil; percentil 25% (Interv_25); percentil 75% (Inter_75); Pico de torque de extensão (PT_E); Pico de torque de flexão (PT_FL) em N\m; potência de extensão (POT_E); potência de flexão (POT_FL) em W; Pico de torque médio de extensão (PT_M_E); Pico de torque médio de flexão (PT_M_FL) em N\m; Razão Isquiotibiais/quadríceps (R I/Q).

Conclusão

Os resultados encontrados demonstram diferença significativa na relação I/Q dos praticantes de Crossfit® analisados. A literatura considera valores de 50% como o ponto de corte, e na nossa amostra está abaixo do considerado satisfatório para prevenção de lesões no joelho devido a desequilíbrio muscular.

ENFERMAGEM



032. A SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO E DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE FRENTE À PANDEMIA COVID-19: UMA REVISÃO NA LITERATURA

Kayane Sousa Ferreira (Email: skayane11@gmail.com)¹,

Lesley Hernandes Alfaro da Silva (Email: lesleyalfaro93@gmail.com)¹,

Ana Isabel Sobral Bellemo (Email: ph_pinel@yahoo.com.br)².

UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS - UNIMES

Introdução

O início do ano de 2020 foi marcado com um surto de uma misteriosa pneumonia causada por uma variação do coronavírus rapidamente denominado Coronavirus Disease 2019 (COVID-19). Logo foi percebido que se tratava de uma síndrome respiratória aguda e grave decorrente do vírus Síndrome Respiratória Aguda Grave pelo Coronavírus (SARS-COV-2) (SCHUCHMANN et al, 2020). O primeiro caso foi constatado em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, na China. Ao final de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) constatou a situação como uma emergência de saúde pública internacional, declarando a Covid-19 como pandemia em 11 de março de 2020 (OMS, 2020).

Em pouco tempo, tamanho evento que envolve a saúde pública em larga escala como uma pandemia, agravada pela variação de um vírus relativamente novo, exigiu esforços em inúmeras áreas, afetando também a população em grandes dimensões, como nas suas condições de vida e de saúde física e mental (ROLIM et al, 2020)³.

Pesquisas realizadas indicam que os principais fatores para o estresse identificados foram a duração da quarentena, o medo da infecção, sentimentos de frustração e aborrecimento, informação inadequada sobre a doença e perdas financeiras, gerando alguns sintomas psicológicos como distúrbios emocionais, depressão, insônia e sintomas de estresse pós-traumático (TOESCHER et al, 2020).

O presente estudo tem como objetivo compreender a situação da saúde mental da população durante esse período pandêmico através de um resgate na literatura.

Métodos

A opção metodológica deste estudo foi por uma revisão bibliográfica narrativa. Foi realizada uma pesquisa na literatura, no período de janeiro 2020 à agosto de 2021, na base de dados PubMed, usando os seguintes descritores: *MENTAL ILLNESS*, *PSYCHOLOGICAL DISTRESS*, *COVID PANDEMIC-19*. Sendo ainda aplicados os seguintes filtros: Artigos na sua íntegra, artigos na língua inglesa, e artigos gratuitos.

Resultados e discussão

A pandemia Covid-19 afetou não somente a saúde física da população, mas também a sua saúde mental. As mudanças súbitas em diferentes aspectos, como na situação socioeconômica, na estrutura familiar e até mesmo no lado profissional, geraram um aumento na incidência dos transtornos psiquiátricos e no agravamento dos quadros psiquiátricos existentes, como mostra os artigos de Cénat JM, et al (2021) e Chau SWH, et al (2021).

No estudo de Wu T, et al (2021) ocorre a discussão sobre a maior vulnerabilidade dos indivíduos portadores de doenças crônicas não infecciosas apresentarem um maior risco de adoecimento mental, se comparado ao restante da população em geral. Considerando que o cuidado com a saúde mental envolve questões pessoais, sociais, emocionais e financeiras, relacionadas à convivência. Tais indivíduos apresentam uma demanda de atenção e de necessidades e nem sempre são prontamente assistidas, como dificuldades de acesso a consultas de rotina e acompanhamento médico.

Significativamente fica claro nos artigos e dos autores e Chau SWH, et al (2021), Nochaiwong S, et al (2021) e Sheraton M, et al (2020), que as consequências psicossociais entre a população geral durante a pandemia indicaram uma variabilidade de problemas de saúde mental em países com desigualdades sociais e vulnerabilidades econômicas mais impactantes.

Tanto os estudos dos autores Hossain MM, et al (2020) e Krishnamoorthy Y, et al (2020), abordam que as medidas protetivas para evitar a disseminação do vírus também influenciaram no adoecimento mental da população. Inclusive Xiong J, et al (2020) traz especificamente a realidade da maior susceptibilidade ao sofrimento psicológico entre as mulheres, frente as suas respostas aos fatores estressores.

Cabe ainda pontuar que Hossain MM, et al (2020) bem como Zhao YJ, et al (2021) e Vindegaard N, Benros ME (2020), revelam um aumento significativo dos sintomas associados aos quadros de depressão, TAG, TEPT, insônia, medo, estresse, baixa autoestima. Sintomas esses também apresentados na literatura tendo destaque para a depressão, a ansiedade e o TEPT, com maior prevalência se comparado aos outros.

Assim sendo frente a todos os agravos na saúde mental da população já discutidos, os autores Kunzler AM, et al (2021), Hossain MM, et al (2020), Xiong J, et al (2020) e Holz-Violant V, et al (2020) entendem e destacam a importância do desenvolvimento de estratégias de promoção à saúde mental na população. Holz-Violant V, et al (2020), discute que uma das estratégias utilizada para enfrentar a pandemia do Covid-19 foi o exercício físico, porém os autores ainda declaram a necessidade de mais estudos para elucidar a eficácia e o impacto psicológico da atividade física, frente aos fatores negativos da Covid-19 na saúde mental.

Referências

Cénat JM, Blais-Rochette C, Kokou-Kpolou CK, Noorishad PG, Mukunzi JN, McIntee SE, Prevalência de sintomas de depressão, ansiedade, insônia, transtorno de estresse pós-traumático e sofrimento psicológico entre as populações afetadas pela pandemia de COVID-19: uma revisão sistemática e meta-análise. Acesso em 2021 ago 19; 295:113599. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33285346/>.

Chau SWH, Wong OWH, Ramakrishnan R, Chan SSM, Wong EKY, Li PYT, et al. História para alguns ou lição para todos? Uma revisão sistemática e meta-análise sobre o impacto imediato e de longo prazo na saúde mental do surto de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS) de 2002-2003. Acesso em 2021 ago 19; 21(1):670. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33827499/>.

Hossain MM, Sultana A, Purohit N. Resultados de saúde mental da quarentena e isolamento para prevenção de infecções: uma revisão sistemática. Acesso em 2021 ago 19; 42: e2020038. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32512661/>.

Krishnamoorthy Y, Nagarajan R, Saya GK, Menon V. Prevalência de morbidades psicológicas entre a população em geral, profissionais de saúde e pacientes com COVID-19 em meio à pandemia de COVID-

19: uma revisão sistemática e meta-análise. 2020 nov. Acesso em 2021 ago 19]; 293: 113382. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32829073/>.

Nochaiwong S, Ruengorn C, Thavorn K, Hutton B, Awiphan R, Phosuya C, et al. Prevalência global de problemas de saúde mental entre a população em geral durante a pandemia da doença coronavírus-2019: uma revisão sistemática e meta-análise. A acesso em 2021 ago 19; 11 (1): 10173. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33986414/>.

Organização Mundial da Saúde. Doença por coronavírus 2019 (COVID-19): relatório de situação, 51. Acesso em 2021 mar 16; 9 p. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/331475>

Rolim Neto ML, Almeida HG, Esmeraldo JD, Nobre CB, Pinheiro WR, Oliveira CRT, et al. Quando o profissional de saúde olha a morte de frente: a saúde mental dos profissionais que lidam diariamente com o surto de coronavírus de 2019. Acesso em 2021 mar. 16]; 288: 112972. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7152886/>.

Sheraton M, Deo N, Dutt T, Surani S, Hall-Flavin D, Kashyap R. Efeitos psicológicos da pandemia COVID 19 em profissionais de saúde em todo o mundo: uma revisão sistemática. Acesso em 2021 ago 19; 292: 113360. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32771837/>.

Schuchmann AZ, Schnorrenberger BL, Chiquetti ME, Gaiki RS, Raimann BW, Maeyama MA. Isolamento social vertical X Isolamento social horizontal: os dilemas z\wy sanitários e sociais no enfrentamento da pandemia de COVID-19. Acesso em 2021 mar 16]; 3(2): 3556–76. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/9128/7738>

Toeschler AMR, Barlem JGT, Barlem ELD, Castanheira JS, Toeschler RL. Saúde mental de profissionais de enfermagem durante a pandemia de COVID-19: recursos de apoio. Acesso em 2021 mar 26; 24(esp). Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452020000500503&tlng=pt doi: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2020-0276>.

Vindegaard N, Benros ME. Pandemia de COVID-19 e consequências para a saúde mental: revisão sistemática das evidências atuais. Acesso em 2021 ago 19]; 89: 531-542. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32485289/>.

Wu T, Jia X, Shi H, Niu J, Yin X, Xie J, et al. Prevalência de problemas de saúde mental durante a pandemia de COVID-19: uma revisão sistemática e meta-análise. Acesso em 2021 ago 19; 281: 91-98. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33310451/>.

Xiong J, Lipsitz O, Nasri F, Lui LMW, Gill H, Phan L, et al. Impacto da pandemia de COVID-19 na saúde mental da população em geral: uma revisão sistemática. Acesso em 2021 ago 19; 277: 55-64. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32799105/>.

Zhao YJ, Jin Y, Rao WW, Li W, Zhao N, Cheung T, et al. A prevalência de comorbidades psiquiátricas durante as epidemias de SARS e COVID-19: uma revisão sistemática e meta-análise de estudos observacionais. Acesso em 2021 ago 19; 287: 145-157. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33799032/>.

033. AUTONOMIA E RELEVÂNCIA DO ENFERMEIRO NA PRESCRIÇÃO DA PROFILAXIA PRÉ-EXPOSIÇÃO AO HIV: UMA REVISÃO LITERÁRIA

Thyago Gomes Vital¹, Mariângela Caldeira de Almeida Libório²

¹Curso de Graduação em Enfermagem – graduando do 3º ano – thyagovital@outlook.com – Santos, SP
- Brasil

²Enfermeira, mestre em ciências da saúde e especialista em controle de infecção – docente de UNIMES
– mariangela_liborio@unimes.br – Santos, SP - Brasil

Introdução

O vírus da imunodeficiência humana (HIV), desde o início da epidemia em 1980, gerou impactos que reverberam na sociedade até os dias atuais. Os sistemas de saúde pelo mundo, com objetivo de frear a incidência de infecções, implementaram medidas de prevenção para criar uma frente sólida no combate ao HIV. Dentre essas estratégias, destaca-se a profilaxia pré-exposição (PrEP), que é baseada em um tratamento antirretroviral com a finalidade de impedir a infecção antes do contato ao vírus, destinado para indivíduos em situação de vulnerabilidade.

Objetivo

Pensando em táticas para impedir o avanço dos números de infecções por HIV, evidencia-se a dificuldade de acesso à oferta de PrEP e como o papel do enfermeiro pode influenciar na disseminação do alcance na comunidade.

Métodos

Para construção de uma base sólida de pesquisa, artigos foram selecionados com associação ao tema descrito utilizando de recursos de filtro fornecidos pelo próprio banco de dados, entre eles o texto completo, gratuito e datado dentro dos últimos 5 anos (2017 - 2022). Excluindo apenas produções pagas e que abordassem temas desconexos com a pesquisa.

Resultados/Discussão

Através da leitura e interpretação dos projetos agrupados, foram compreendidos como fatores limitantes, diante da promoção de saúde, que os obstáculos de acesso a oferta de PrEP estão conectados com o declínio de uma promoção de saúde adequada na prevenção ao HIV. Introduzindo os enfermeiros nessa prática, o cenário tem mudança significativa pensando em condições de disponibilidade de atendimento igualmente qualitativo. Sendo consequência devido à proximidade dos profissionais da enfermagem com o seu cotidiano.

Conclusão

Portanto, torna-se notável a interação da enfermagem dentro do ambiente de uma clínica de diagnóstico de infecções sexualmente transmissível (IST) e, conforme assimilado por diversos autores, os enfermeiros influenciam na adesão do medicamento pela população, gerando assim a comprovação da competência destes profissionais aptos para a transferência de tarefas.

Referências

1. O'Byrne, Patrick; MacPherson, Paul; Orser, Lauren; Jacob, Jean Daniel; Holmes, Dave. PrEP-RN: Clinical Considerations and Protocols for Nurse-Led PrEP (Journal of the Association of Nurses in AIDS

Care: maio-junho de 2019 - Volume 30 - Edição 3 - p 301-311). Disponível em: <<https://doi.org/10.1097/jnc.000000000000075>>. Acesso em: 09/08/2022.

2. O'Byrne, Patrick; Orser, Lauren; Haines, Marlene. Active-Offer Nurse-Led PrEP (PrEP-RN) Referrals: Analysis of Uptake Rates and Reasons for Declining (AIDS Behav 24, 1281–1289, 2020). Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s10461-019-02745-9>>. Acesso em: 09/08/2022.

3. O'Byrne, Patrick; Orser, Lauren; Haines, Marlene; Vandyk, Amanda. Nurse-led PrEP-RN clinic: a prospective cohort study exploring task-Shifting HIV prevention to public health nurses (BMJ Open 2021;11:e040817). Disponível em: <<https://doi.org/10.1136/bmjopen-2020-040817>>. Acesso em: 09/08/2022.

4. Charest, Maxime; Sharma, Malika; Cris, Alisson; Schnubb, Alexandre; Knox, David C.; Wilson, James; et al. Decentralizing PrEP delivery: Implementation and dissemination strategies to increase PrEP uptake among MSM in Toronto, Canada (PLoS ONE 16(3): e0248626). Disponível em: <<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0248626>>. Acesso em: 09/08/2022.

5. Zhang, Chen; Mitchell, Warton; Xue, Ying; LeBlanc, Natalie; Liu, Yu. Understanding the role of nurse practitioners, physician assistants and other nursing staff in HIV pre-exposure prophylaxis care in the United States: a systematic review and meta-analysis (BMC Nurs 19, 117 - 2020). Disponível em: <<https://doi.org/10.1186/s12912-020-00503-0>>. Acesso em: 09/08/2022.

6. Sharma, Malika; Cris, Alisson; Chan, Arlene; Knox, David C.; Wilson, James; McEwen, Owen; et al. Decentralizing the delivery of HIV pre-exposure prophylaxis (PrEP) through family physicians and sexual health clinic nurses: a dissemination and implementation study protocol (BMC Health Serv Res 18, 513 - 2018). Disponível em: <<https://doi.org/10.1186/s12913-018-3324-2>>. Acesso em: 09/08/2022.

7. Farley, Jason E.; Dangerfield II, Derek T.; LaRicci, Jessica; Sacamano, Paul; Heidari, Omeid; Lowensen, Kelly; et al. Community engagement and linkage to care efforts by peer community-health workers to increase PrEP uptake among sexual minority men (Public Health Nursing, Volume 38, Issue 5 p. 818-824). Disponível em: <<https://doi.org/10.1111/phn.12887>>. Acesso em: 09/08/2022.

8. Schmidt, Heather-Marie A.; Schaefer, Robin. Nguyen, Van Thi Thuy; Radebe, Mopo; Sued, Omar; Rodolph, Michelle; et al. Scaling up access to HIV pre-exposure prophylaxis (PrEP): should nurses do the

job? (VIEWPOINT| VOLUME 9, ISSUE 5, E363-E366, MAY 01, 2022). Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/s2352-3018\(22\)00006-6](https://doi.org/10.1016/s2352-3018(22)00006-6)>. Acesso em: 09/08/2022.

9. Valentine, Sheila Salvant; Carnes, Neal; Caldwell, Joseph; Gelaude, Deborah; Taylor, Raekiela. Mapping Nurse Practitioners' Scope of Practice Laws: A Resource for Evaluating Pre-Exposure Prophylaxis Prescriptions. Disponível em: <<https://doi.org/10.1089/heap.2021.0113>>. Acesso em: 09/08/2022.

10. Guércio, Patrícia Moura da Silva. História da Aids no Brasil. Disponível em: <https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/ss/aids_dst/arquivos/historia_brasil.pdf>. Acesso em: 15/07/2022.

11. Secretaria de Saúde do Paraná. HIV/Aids. Disponível em: <<https://www.saude.pr.gov.br/Pagina/HIVAids>>. Acesso em: 15/07/2022.

12. Ministério da Saúde Brasileiro. Boletim Epidemiológico Especial - HIV/Aids 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/especiais/2021/boletim-epidemiologico-especial-hiv-aids-2021.pdf/view>>. Acesso em: 01/09/2022.

13. Ministério da Saúde Brasileiro. Prevenção combinada. Disponível em: <<https://www.gov.br/aids/pt-br/assuntos/prevencao-combinada/prevencao-combinada>>. Acesso em: 30/08/2022.

14. Ministério da Saúde Brasileiro. PrEP (Profilaxia Pré-Exposição). Disponível em: <<https://www.gov.br/aids/pt-br/assuntos/prevencao-combinada/prep-profilaxia-pre-exposicao/prep-profilaxia-pre-exposicao>>. Acesso em: 30/08/2022.

15. Ministério da Saúde Brasileiro. Diretrizes para a organização dos serviços de saúde que ofertam a profilaxia pré-exposição sexual ao HIV (PrEP) no Sistema Único de Saúde. Disponível em: <https://telelab.aids.gov.br/index.php/biblioteca-telelab/item/download/98_af7ad5c07af4b8c7cce0d70c85c76b61>. Acesso em: 01/09/2022.

16. Brito, Ana Maria de; Castilho, Euclides Ayres de; Szwarcwald, Célia Landmann. AIDS e infecção pelo HIV no Brasil: uma epidemia multifacetada (Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical

34(2): 207-217, mar-abr, 2000). Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0037-86822001000200010>>.

Acesso em: 03/09/2022.

17. Paiva, Vera; Pupo, Ligia Rivero; Barboza, Renato. O direito à prevenção e os desafios da redução da vulnerabilidade ao HIV no Brasil (Rev Saúde Pública 2006;40(Supl):109-119). Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-89102006000800015>>. Acesso: 01/09/2022.

18. Santos, Viviane Camargo; Cunha, Isabel Cristina Kowal Olm; Viera, Mário Antônio Moraes; Pantoja, Venceslau Jackson da Conceição; Gonçalo, Juliana Silveira Rodrigues. PARECER DE CÂMARA TÉCNICA Nº 12/2020/CTAS/COFEN. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/81126_81126.html>. Acesso em: 07/09/2022.

034. IMPLANTAÇÃO DO SCORE DE DETERIORAÇÃO CLÍNICA (MEWS) EM PACIENTES CRÍTICOS E O PAPEL DA EQUIPE DE ENFERMAGEM

Eliete Meneguete de Carvalho e Silva, Eneida Tramontina Valente Cerqueira, Karina Adeildes de Almeidas
Tamasiro

O objetivo dessa investigação científica é apresentar através da literatura científica sobre a “Implantação do Score de Deterioração Clínica (MEWS) em pacientes críticos e o papel da equipe de enfermagem” pleiteando a validação e a capacitação das equipes para garantir alta interpretação dos dados, especificidade e sensibilidade; bem como usá-la na triagem, para identificar pacientes com maior risco de deterioração, e auxiliar na tomada de decisão e medidas imediatas. Trata-se de um estudo científico descritivo que se deu através da consulta de fontes de dados do sistema online com a utilização de duas bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), artigos e teses do Google acadêmico, publicados entre 2012 a 2022. As palavras-chave utilizadas foram: Equipe de Enfermagem. Deterioração Clínica. MEWS. Paciente Crítico .Foram selecionados 15 artigos, dos quais somente 10 artigos traziam o delineamento da pesquisa. O MEWS é uma ferramenta de simples aplicação à beira do leito, que pode ser interpretada pela equipe na tentativa de identificar os pacientes de alto risco. A identificação precoce de pacientes com risco de deterioração clínica, combinado à gravidade da doença, é um componente integral da equipe multiprofissional de alta qualidade . A relação do enfermeiro com as escalas auxilia

no processo de enfermagem, estabelece parâmetros para o reconhecimento de riscos, classificação e elaboração de indicadores. Nesse contexto pode-se concluir que o MEWS é um processo que permite a gestão para a tomada de decisão precoce e efetiva em relação aos pacientes críticos bem como para administrar adequadamente e com segurança o fluxo de pacientes quando a demanda e as condições clínicas superam os recursos. Deve ser a chave de entrada para a assistência eficiente, e, portanto, uma ferramenta breve e de fácil utilização capaz de avaliar os casos segundo a gravidade, tornando mais frequente a utilização do MEWS em hospitais e serviços de saúde.

035. O ENFERMEIRO INTENSIVISTA, NA MANUTENÇÃO DO POSSÍVEL DOADOR DE ÓRGÃOS: REVISÃO INTEGRATIVA

Suzy Helena Ramos I; Cássia Amélia Rodrigues da Rocha II; Jenifer Luisa Miranda Rocha III;

I Universidade Metropolitana de Santos, mestre em saúde coletiva e titular nas disciplinas de: semiologia e semiotécnica I e II, Integralidade no Processo de Cuidar - TIP IV; Graduação em Enfermagem. Santos-São Paulo, Brasil. E-mail:prof.suzyramos@gmail.com;

II Universidade Metropolitana de Santos, Graduanda do 10º semestre em Enfermagem. Santos-São Paulo, Brasil. Email:cassiacris301@hotmail.com

III Universidade Metropolitana de Santos, Graduanda do 10º semestre em Enfermagem. Santos-São Paulo, Brasil. E-mail:luisa.jenifer073@gmail.com

Palavras-chave: Enfermeiro, intensivista, manutenção, doação, órgãos.

Introdução

Atualmente, há a necessidade de maior qualificação do enfermeiro, principalmente os intensivistas, nos cuidados com paciente em morte cerebral, considerado um potencial doador (PD) de órgãos e tecidos. Segundo Cavalcanti *et al.*, os enfermeiros enfrentam um dilema bioético ao dispensar cuidados ao paciente com chances de restabelecimento da saúde e qualidade de vida e outro que não tem mais chance de reversão do quadro, o que causa distanciamento e menor cuidado destes profissionais ao

paciente com morte encefálica caracterizado como imaturidade emocional pois pode, desta forma, influenciar na decisão da família no que se refere ao consentimento em permitir a doação de órgãos.⁽¹⁾

Admitimos que, o cuidado de enfermagem não se resume em só em indivíduos vivos, o cuidado tem várias dimensões também com pacientes com morte encefálica, que apesar de estarem mortas, podem salvar várias vidas, mesmo que este fato traga sofrimento a famílias doadoras. Ressaltamos ainda que, esse gesto pode trazer de volta a esperança para outros pacientes receptores e suas respectivas famílias. Portanto, enquanto enfermeiros, podemos ajudar a salvar mais vidas, isto através da capacitação da Enfermagem, da sensibilização e da valorização desse cuidado. Diante disso, cremos que participar desse processo de tristeza e generosidade, não só evoluímos como profissionais, mas também como seres humanos.

Considerando o assunto abordado, devemos apontar um problema ressaltando que existem poucos artigos publicados na literatura brasileira. Conseqüentemente, salientamos que a compreensão é limitada sobre a temática. Outro problema que identificamos foi a falta de conhecimento dos enfermeiros sobre o assunto, como limitação do saber dos profissionais quanto às questões relacionadas às condutas adequadas à manutenção do potencial doador, aos conceitos de morte encefálica e à condução do protocolo de doação de órgãos. Muitos artigos, sobre morte encefálica foram encontrados, entretanto quando o assunto é relacionado a enfermagem este número diminui consideravelmente; a partir disto, observamos a necessidade de mais estudos sobre morte encefálica, associado a enfermagem, contribuindo para o aprimoramento profissional dos enfermeiros, agregando de maneira positiva na assistência prestada. Diante deste assunto, emergiram os seguintes questionamentos: “É possível que o paciente com morte encefálica seja o perfil que recebe menos atenção e cuidado por parte da equipe de enfermagem na unidade de terapia intensiva?” Esse pressuposto de afastamento do paciente com morte encefálica se reflete na assistência prestada, supondo-se que, o enfermeiro volta o seu serviço para um atendimento centrado nos cuidados com outros pacientes com prognósticos de cura.

“Essa mudança de concepção pode prejudicar o atendimento ao potencial doador e seus familiares, tendo como consequência a negativa familiar e a perda dos órgãos que poderiam ser doados?”

Logo, acreditamos que o cuidado de um paciente em morte encefálica é vivenciado por enfermeiros intensivista como uma situação desafiadora do ponto de vista ético e profissional, pois requer ações que exigem grande responsabilidade por parte da equipe interdisciplinar e, em especial do enfermeiro na unidade de terapia intensiva. O tema escolhido é relevante pois, através das dificuldades existentes em lidar com o paciente com morte encefálica e potencial doador de órgãos, podem refletir na negligência do cuidado e no afastamento dos profissionais da saúde, em especial o enfermeiro, perante este perfil de paciente. Para isto, é considerável enfatizarmos que, o cuidado proporcionado ao paciente em morte encefálica exige do enfermeiro, não apenas, habilidades técnicas, mas, também, de múltiplos aspectos (físicos, biológicos, psicológicos, sociais, espirituais, econômicos, políticos, sociológicos e históricos) e que estão intimamente interligados. Portanto, o fato de o profissional não conseguir lidar com algum desses aspectos poderá levá-lo a não cuidar de maneira adequada, a manter-se distante do paciente e de sua família, ou até mesmo descuidar do paciente nessa condição.

Objetivo

Destacar sobre a importância da assistência de enfermagem na manutenção do possível doador de órgãos e tecidos, na unidade de terapia intensiva.

Métodos

Este estudo trata-se de uma revisão integrativa. A revisão integrativa inclui a verificação de pesquisas consideráveis que dão apoio para o raciocínio e a melhoria da prática clínica, proporcionando o conhecimento de um determinado assunto. É uma abordagem metodológica mais ampla entre as revisões, é um método que permite a inclusão de estudos experimentais, que proporciona a síntese de conhecimento e a incorporação da aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática, combina também dados da literatura teórica. ⁽²⁾

Resultados/ desenvolvimento

As publicações validadas na base de dados foram submetidas à leitura sistematizada com a finalidade de coletar os pontos principais e de maior relevância para a construção da análise de dados.

Para o resultado morte encefálica morte, Magalhães *et al*⁽³⁾ descrevem sobre o fenômeno, nas Unidade de Terapia Intensiva e ressaltam sobre a importância dos enfermeiros participantes do estudo dentro deste cenário, no que se refere a manutenção do potencial doador de órgãos, em morte encefálica. Ainda, apontou-se a importância da presença do Enfermeiro da Comissão e Intra Hospitalar de Doação de Órgãos e Tecidos para Transplante (CIHDOTT) durante todo o processo (da identificação do doador, captação e transplante), pois ele acompanha e sistematiza a assistência, dessa forma, prestando cuidado ao paciente com objetivo de preservar os órgãos que serão doados e conseqüentemente, salvar a vida de outros enfermos com chances de sobrevivência através do transplante. Este profissional que integra comissão é responsável por identificar o potencial doador, implementar e avaliar resultados dos cuidados, entretanto, segundo os autores, essa etapa não difere das práticas já adotadas usualmente ao paciente crítico, sendo o que difere entre os dois casos, é a agilidade e a “corrida contra o tempo” devido às alterações fisiopatológicas, histológicas e hemodinâmicas que o paciente em ME está susceptível, podendo estas comprometer o processo de doação de órgãos e o transplante. Reitera a necessidade da capacitação dos profissionais da UTI, assim como o aprendizado e aperfeiçoamento durante a rotina dentro destes setores. No ponto de vista dos autores, o enfermeiro neste contexto deverá agir com sensibilidade, envolvimento, empatia, olhar atento, percepção aguçada e conhecimento científico, garantindo a plena assistência aos familiares e ao paciente.

Silva *et al*⁽⁴⁾ vão mais além e destacam a importância da capacitação dos profissionais que integram a equipe interdisciplinar linha de frente nos cuidados ao paciente em ME, e em especial o profissional enfermeiro e a equipe de enfermagem.

Magalhães *et al*⁽³⁾ afirmam no que se refere a importância de capacitar o enfermeiro a respeito dos conflitos e do sofrimento humano gerado pelo contexto em si. Devido às alterações fisiológicas no corpo em decorrência da ME, o enfermeiro deverá ter conhecimento a cerca destas possíveis conseqüências e complicações, bem como o reconhecimento precoce para intervir caso seja necessário, para preservar

os órgãos do potencial doador; tal ação reflete no sucesso (ou não) do processo de transplante de órgãos, haja vista que a enfermagem está diretamente relacionada ao sucesso do procedimento.

Por se tratar de um assunto complexo, muitas vezes o profissional que está lidando com este processo necessitará de acompanhamento ou ajuda psicológica em decorrência aos conflitos internos em lidar com a morte e ao mesmo tempo, dar a chance de sobrevivência para outro paciente, isto é, a ambivalência de sentimentos, enfrentados pelos membros da equipe, surgindo sentimentos como tristeza, angústia, incerteza, impotência, frustração e decepção. Além disso, os autores reforçam a necessidade de uma reformulação no currículo dos cursos de graduação de enfermagem, para que o futuro profissional já saiba lidar melhor com este processo antes de entrar para o mercado de trabalho, e assim, reduzir o sentimento de incertezas, além da educação continuada já no ambiente profissional. ⁽⁴⁾

Silva *et al*⁽⁵⁾ versam que a assistência prestada por um profissional de saúde não qualificado “[...] perpassam pela negligência/subutilização do uso da tecnologia no cuidado[...]”, uma vez que o uso inadequado da mesma pode gerar resultados negativos para o paciente crítico e que no caso do paciente potencial doador de órgãos em ME, impacta negativamente para outros pacientes que estão na fila aguardando um transplante. Na pesquisa dos autores, os profissionais de enfermagem demonstraram clareza a cerca irreversibilidade do quando do paciente, o que de certa forma, contribui para o profissional enquanto ser humano, pois o processo de ME constitui-se por muitos significados considerando as convicções pessoais e religiosas das pessoas envolvidas, representando uma necessidade de mudanças socioculturais para o entendimento mais amplo ao público, visto que a doação de órgãos e o transplante de órgãos estão relacionados a preceitos éticos, morais e religiosos individuais. Com isso, é possível contribuir para a aceitação das pessoas quanto à doação de órgãos. Esse trabalho deve ser iniciado, na visão dos autores, pelos profissionais da equipe interdisciplinar que está diretamente envolvida neste processo.

De acordo com a pesquisa dos autores mencionados, os profissionais de enfermagem entrevistados conhecem a importância da preservação do paciente em ME, tendo em vista que a partir de uma assistência assertiva e segura, permite o processo de doação e com a possibilidade de salvar uma vida. Entretanto, os profissionais entrevistados relatam que ainda possuem muitas dúvidas acerca do

processo, desde a confirmação do diagnóstico de ME, processo de captação e como devem assistir este paciente. Muitas vezes, alguns cuidados com o paciente em ME, como administração de certas drogas, são feitas sem o conhecimento do real objetivo desta ação. Com isso, reforça a necessidade que o profissional deve ter pleno conhecimento sobre as alterações fisiopatológicas e metabólicas que a ME leva ao paciente, para que estas complicações não interfiram no processo de doação e transplante. Identificou alguns cuidados de enfermagem de maior importância para a manutenção do paciente em ME: verificação dos sinais vitais (com ênfase na pressão arterial e saturação de oxigênio), controle da temperatura, balanço hídrico e a estabilidade hemodinâmica geral, e também a hidratação das córneas periodicamente. Também, frisam a importância que o profissional deve ter em mente que o paciente potencial doador deve ser semelhante ao paciente crítico. Em relação a família, é imprescindível que a família aceite a doação de órgãos, e para isso, é necessário uma assistência e acolhimento adequado das demandas, assim como o esclarecimento das possíveis dúvidas, devendo a equipe interdisciplinar transmitir segurança, sensibilidade e humanização, sobretudo, desde a admissão do paciente na unidade hospitalar. ⁽⁵⁾

De acordo com Araújo *et al*⁽⁶⁾, as alterações fisiopatológicas observadas nos pacientes em ME são descritas pelo aumento da pressão intracraniana (PIC), herniação cerebral, perda do tônus simpático, com profunda vasodilatação e disfunções cardíaca, que pode levar a uma assistolia se não tratada nas próximas 72 horas, além disso ocorrem alterações na função pulmonar, na função termorreguladora e endócrina, devendo a equipe interdisciplinar conhecer e atuar frente à essas alterações para viabilizar o transplante, geralmente essas ações envolvem administração de vasopressores como Noradrenalina, Vasopressina, antiarrítmicos, controle da temperatura corporal através da administração de solução salina aquecida a 43° graus, uso de cobertores ou manta térmica, coleta de alguns exames, como a gasometria arterial. Versa ainda que “Tanto as alterações iniciais, quanto as tardias, influenciam na viabilidade dos órgãos ao comprometer sua perfusão, aumentando a lesão isquêmica e repercutindo na qualidade do órgão transplantado.” Ressaltam ainda que, é importante a manutenção efetiva do paciente potencial doador, com objetivo de reduzir a “perda” destes pacientes por parada cardiorrespiratória (PCR), instabilidade hemodinâmica e complicações clínicas, contribuindo para a melhora do cenário atual de transplantes de órgãos.

Araújo *et al*⁽⁷⁾ afirmam que o enfermeiro tem papel amplo no contexto da morte encefálica: busca ativa por paciente potencial doador, abertura e fechamento nos protocolos de ME, resolução de questões burocráticas na Central de Transplantes, comunicar a equipe de captação e transplante, manutenção do potencial doador, abordagem da família quanto o desejo de doação de múltiplos órgãos, participação da captação dos órgãos no centro cirúrgico e a entrega do corpo a família.

Costa *et al*⁽⁸⁾ relatam, que no Brasil são escassas as instituições de ensino que capacitam e especializam profissionais para cuidados a pacientes em processo de morte encefálica e transplantes. Na opinião dos autores, é primordial a comunicação entre a equipe, em especial o enfermeiro, e os familiares para que seja bem sucedido o processo de captação de órgãos.

Se a equipe de saúde precisa estar qualificada para o processo de captação de órgãos em seu aspecto técnico, deve também estar apta a atuar no que diz respeito aos fatores sociais – éticos e psicológicos – relacionados ao doador e ao apoio à família. É parte do dever ético desses profissionais agir segundo o princípio da beneficência, tratando o doador de órgãos como ser e não como objeto.⁽⁸⁾

Lima *et al*⁽⁹⁾ acreditam que os enfermeiros, no contexto da ME, possuem maior dificuldade na assistência ao paciente, pois são responsáveis, além de dispensar cuidados a este, também planeja, executam, coordenam, supervisionam e avaliam os procedimentos prestados. Além disso, estão diretamente envolvidos nas questões burocráticas do processo de ME e doação de órgãos. Portanto, a relação com os familiares apresentou-se como a maior dificuldade apresentada pela equipe, justificado pela atuação frente ao sofrimento de familiares. Outro fator relevante é a incompreensão dos familiares acerca do processo de ME. A estrutura lógico-administrativa também foi apontada como fator limitante para a equipe, isto é, a demora na abertura de protocolo para ME, realização de teste de confirmação e também a falta de recursos materiais e humanos adequados. Alguns profissionais relatam ter dificuldades na aceitação da irreversibilidade do coma, logo do diagnóstico de ME, principalmente em pacientes jovens. Isso reflete nos sentimentos do profissional no cuidado do paciente em ME, em que foram relatados tanto sentimentos positivos (satisfação, gratidão, importância e responsabilidade), como negativos (sentimento de misericórdia ou como se “morresse um pouco junto do paciente”).

Referências

1. Cavalcante, Layana de Paula *et al.* Cuidados de enfermagem ao paciente em morte encefálica e potencial doador de órgãos. *Acta Paulista de Enfermagem* [internet]. 2014 [citado 2022 mar 31]; 27(6): 567-572. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0194201400092>
2. Mendes KDS, Silveira RCCP, Galvao CM. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Florianópolis: Texto Contexto Enferm. 2008.
3. Magalhães Aline Lima Pestana, Erdmann Alacoque Lorenzini, Sousa Francisca Georgina Macêdo de, Lanzoni Gabriela Marcellino de Melo, Silva Elza Lima da, Mello Ana Lúcia Schaefer Ferreira de. Significados do cuidado de enfermagem ao paciente em morte encefálica potencial doador. *Rev. Gaúcha Enferm.* [Internet]. 2018 [citado 2022 Ago 10] ; 39: e2017-0274. Disponível em: http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472018000100409&lng=pt. Epub 02-Jul-2018. <http://dx.doi.org/10.1590/1983-1447.2018.2017-0274>.
4. Silva HB; Silva KF; Diaz CMG. A enfermagem intensivista frente à doação de órgãos: uma revisão integrativa. *Ver Fund Care* [Internet]; 2017 [citado 2022 ago 10]. 9(3): 882-887. Disponível em: http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/view/4514/pdf_1
5. Silva TRB, Nogueira MA, Sá AMM. Conhecimento da equipe de enfermagem acerca dos cuidados com o potencial doador em morte encefálica. *Rev Enferm UFPI* [Internet]; 2016 [citado 2022 ago 11]. 5(4): 24-30. Disponível em: <https://www.ojs.ufpi.br/index.php/reufpi/article/view/5641>
6. Araújo, JPM; Aguiar, VM; Amaral, TLM; Genzini, T; Prado, PR. Padronização da assistência de enfermagem na manutenção de múltiplos órgãos no potencial doador adulto. *CuidArte* [Internet]; 2014 [citado 2022 ago 11]. 8(2): 130-136. Disponível em: fundacaopadrealbino.org.br/facfipa/ner/pdf/cuidarte_enfermagem_v8_n2_jul_dez_2014.pdf.
7. Carvalho NS, et al. Atuação do Enfermeiro no processo de doação e captação de órgãos em doadores elegíveis. *Rev Enferm UFPI* [Internet]; 2018 [citado 2022 ago 11]. 8(1): 23-29. Disponível em: <https://ojs.ufpi.br/index.php/reufpi/article/view/7289/pdf>

8. Costa, CR; Costa, LP; Aguiar, N. A enfermagem e o paciente em morte encefálica na UTI. Revista Bioética [online]. 2016, v. 24, n. 2 [Acessado 11 Agosto 2022] , pp. 368-373. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1983-80422016242137>>. ISSN 1983-8034. <https://doi.org/10.1590/1983-80422016242137>.

9. Lima, CSP; Batista, ACO; Barbosa, SFF. Percepções da equipe de enfermagem no cuidado ao paciente em morte encefálica. Rev eletrônica enferm [Internet]; 2013 [citado 2022 ago 11]. 15(3): 780-789. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fen/article/view/17497/15505>

036. A IMPORTÂNCIA DA PRESENÇA DOS PAIS NA RECUPERAÇÃO DOS RECÉM- NASCIDOS EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA NEONATAL

Larissa Garcia Alvares Gagliani¹

larissagarcia2103@gmail.com

Milena Cristina Bataello Santos¹

milena.bataello@hotmail.com

Marcia Carneiro Saco²

marciacarneirosaco@gmail.com

Rosely Kalil de Freitas Castro Carrari de Amorim³

roselykalil@alumni.usp.br

¹Graduandos de Enfermagem da Universidade Metropolitana de Santos, Santos, SP

²Enfermeira Obstetra, Mestre em ciências da saúde pela UNIFESP. Docente da Universidade Metropolitana de Santos, Santos, SP

³Enfermeira. Mestre em Ciências pela USP. Especialista em Saúde Pública e Promoção da Saúde Pela USP. Docente da Universidade Metropolitana de Santos, SP

Palavras-chave: Unidade de Terapia Intensiva Neonatal; Humanização da Assistência; Enfermagem Neonatal; Recém-Nascido Prematuro

A Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN) é um local destinado ao atendimento de recém-nascidos (RNs) que necessitam de cuidados especiais com tecnologias complexas e equipe capacitada para uma assistência que garanta a observação ampla e completa do estado geral e que forneça um tratamento adequada e individualizado, com acompanhamento contínuo, garantindo a sobrevivência e evolução do RN no ambiente extrauterino (SOUZA, 2014). Para que os medos e a ansiedade dos pais sejam minimizados e participem dos cuidados, deve haver uma interação com a equipe, integrando a família com foco na assistência

e objetivo da estabilização do RN. A dificuldade de entender esse modelo de assistência, advém de modelos anteriores, estabelecidos na maior parte de instituições brasileiras, que visam somente o cuidado do RN (Molina 2007).

Objetivos

Identificar na literatura estudos sobre a importância da presença dos pais na recuperação dos recém-nascidos internados na UTIN e discorrer sobre a promoção do cuidado centrado na família e a implementação de uma assistência eficiente no processo da formação do vínculo família – recém-nascido.

Métodos

Trata-se de uma revisão bibliográfica, realizada por meio das bases de informações eletrônicas: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SCIELO), legislações e pesquisas bibliográficas em livros e manuais pertinentes ao tema. Os critérios de inclusão foram: artigos e textos na íntegra, dos últimos 25 anos, nos idiomas português e inglês. Foram utilizados os seguintes termos, que foram cruzados entre si, com operador booleano AND: UTIN, UTI neonatal, UTI, humanização na UTI neonatal, pais na UTI neonatal, recuperação dos RNS. Adotou-se a revisão bibliográfica da literatura, que propõe o estabelecimento de critérios bem definidos sobre a coleta de dados, análise e apresentação dos resultados desde o início do estudo. Foram critérios de exclusão publicações duplicadas, teses, dissertações, trabalhos de conclusão de curso e estudos que não contemplaram os critérios de inclusão.

Resultados e discussão

Após os cruzamentos dos termos, foram excluídos trabalhos que não eram pertinentes ao tema, iniciando-se pela leitura dos títulos e, posteriormente pela leitura dos resumos. Também foram excluídos trabalhos duplicados e aplicados os critérios de exclusão, foram selecionados para a análise 24 artigos, incluindo revista literária. Na análise dos artigos foram encontrados títulos referentes a dois principais temas: A importância dos pais na UTI Neonatal e A humanização e promoção do cuidado na UTI Neonatal. Sobre a importância dos pais

na UTI neonatal, os trabalhos mostraram que a permanência da mãe / pai na Unidade terapia intensiva neonatal (UTIN) auxilia na evolução significativa do recém-nascido, utilizando também recursos não farmacológicos como: método canguru e musicoterapia, por exemplo, nos cuidados prestados ao recém-nascido (RN).

Entretanto, podem existir dificuldades em conseguir focar no atendimento do familiar do pré-termo, visto que é um local de muita complexidade e total atenção voltada aos bebês. Em relação a humanização na neonatal, Aguiar et al (2012); e Araújo et al (2018), dissertam sobre as ações que influenciam na evolução, na qualidade e na humanização do cuidado do recém-nascido individualizado, focando na evolução do RN e nos primeiros cuidados maternos ao prematuro. Para Costa R, (2011) e DADALTO & ROSA (2015) a importância dos pais na UTI faz com que se tenha uma aproximação nos processos iniciais mãe-filho, a fim de conhecer e entender as expectativas e sentimentos que atuam nesse momento. E no estudo realizado em um hospital escola, na cidade de São José do Rio Preto (SILVA & VIEIRA, 2008), além da vulnerabilidade biológica dos prematuros e do baixo peso ao nascer, os riscos originados no processo terapêutico em unidades de cuidado intensivo neonatal, a utilização de procedimentos de alta complexidade e o período de internação prolongado, tornam essas crianças mais suscetíveis às infecções e a outras enfermidades, situações que elevam mais os custos sócios e emocionais da família, pois envolve muito sofrimento humano e, assim, a prematuridade e o baixo peso ao nascer é considerado um problema de saúde pública. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A elaboração deste estudo possibilitou compreender melhor a necessidade da assistência humanizada quando se refere a recuperação do recém-nascido e a importância da presença da família, principalmente para a evolução

e desenvolvimento desse bebê, visto que quando os pais dos recém-nascidos não participam do processo do cuidar e das experiências vividas por seu filho na unidade de terapia intensiva neonatal, não há estímulo suficiente para que esse RN tenha um avanço no seu prognóstico e o resultado é de uma internação prolongada na unidade. A tecnologia e o aprimoramento de técnicas propõem hoje, um grande avanço no tratamento hospitalar no campo da neonatologia, aumentando as chances de sobrevivência dos recém-nascidos que necessitam de cuidados intensivos, entretanto se faz necessário pensar na importância da presença dos pais, visto que agrega na evolução do RN. Para que os pais permaneçam na UTIN, participando ativamente dos cuidados e da rotina de seu filho é preciso que o enfermeiro e sua equipe acolham essa família e demonstrem que eles fazem parte do cuidado. Este estudo fez com que desenvolvêssemos a nossa percepção em identificar a continuidade de novas pesquisas, que contribuirão para a assistência de enfermagem mais humanizada e acolhedora aos pais dos recém-nascidos que internam na UTIN.

Referências

- AGUIAR, Adriana Sousa Carvalho de et al. Percepção do enfermeiro sobre promoção da saúde na Unidade de Terapia Intensiva. Revista da Escola de Enfermagem da USP [online]. 2012, v. 46, n. 2 [Acessado 04 julho 2022], pp. 428-435. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0080-62342012000200022>>.
- ARAÚJO, Bárbara Bertolossi Marta de et al. Prática social da enfermagem na promoção do cuidado materno ao prematuro na unidade neonatal. Texto & Contexto - Enfermagem [online]. 2018, v. 27, n. 4 [Acessado 04 julho 2022], e2770017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-07072018002770017>>.
- COSTA, Roberta; Padilha, Maria Itayra. Percepção da equipe de saúde sobre a família na UTI neonatal: resistência aos novos saberes. Rev. enferm. UERJ ; 19(2): 231-235, abr.-jun. 2011. [Acessado 04 julho 2022]. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/int-2485>
- DADALTO, Elaine Cristina Vargas; ROSA, Edinete Maria. Vivências e Expectativas de Mães com Recém-nascidos Pré-termo Internados em Unidade de Terapia Intensiva Neonatal. Estud. pesqui. psicol., Rio de Janeiro, v.15, n.3, p.814- 834, nov. 2015. [Acessado 04 julho 2022]. Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812015000300003&lng=pt&nrm=iso>.

MOLINA, Rosemeire Cristina Moretto et al. Presença da família nas unidades de terapia intensiva pediátrica e neonatal: visão da equipe multidisciplinar. Escola Anna Nery [online]. 2007, v. 11, n. 3 [Acessado 24 junho 2022], pp. 437-444. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-81452007000300007>>. Epub 30 Nov 2009. ISSN 2177-9465. <https://doi.org/10.1590/S1414-81452007000300007>.

OLIVEIRA, Beatriz Rosana Gonçalves de et al. O processo de trabalho da equipe de enfermagem na UTI Neonatal e o cuidar humanizado. Texto & Contexto - Enfermagem [online]. 2006, v. 15, n. spe [acessado 24 junho 2022], pp. 105-113. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-07072006000500012>>.

REICHERT, A. P. da S.; Lins, R. N. P.; Collet, N. Humanização do Cuidado da UTI Neonatal. Revista Eletrônica de Enfermagem, Goiânia, Goiás, Brasil, v. 9, n. 1, 2009. DOI: 10.5216/ree.v.9i1.7148. [acessado 24 junho 2022], Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fen/article/view/7148>.

SILVA N.D.; Vieira M.R.R. A atuação da equipe de enfermagem na assistência ao recém-nascido de risco em um hospital de ensino. ArqCiênc Saúde 2008 jul- set;15(3):110-6. [acessado 24 junho 2022]. Disponível em: https://repositorio-racs.famerp.br/racs_ol/vol-15-3/IDN273.pdf

SOUZA Montenegro C.L; Goveia R.V; Correa R.A; Rocha K.P; Manzo F.BET AL. A participação da família na segurança do paciente em unidades neonatais na perspectiva do enfermeiro. Texto Contexto Enferm, 2017; 26(3):e1180016. [acessado 24 junho 2022]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-07072017001180016>

SOUZA ABG. Recepção e avaliação do recém-nascido. Enfermagem neonatal: cuidado integral ao recém-nascido. 2 ed. São Paulo: Atheneu, 2014.

037. O IMPACTO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO PÓS-PARTO

Amanda Minhoto1

amandaminhoto1510@gmail.com

Isabella Carvalho1

isabellaccarvalho98@outlook.com

Marcia Carneiro Saco2

marciacarneirosaco@gmail.com

Rosely Kalil de Freitas Castro Carrari de Amorim3

roselykalil@alumni.usp.br

1Graduandos de Enfermagem da Universidade Metropolitana de Santos

2Enfermeira Obstetra, Mestre em ciências da saúde, docente da Universidade Metropolitana de Santos

3Enfermeira. Mestre em Ciências pela USP. Especialista em Enfermagem de Saúde Pública e Promoção da Saúde pela USP. Docente da Universidade Metropolitana de Santos.

Palavras-chave: Violência Obstétrica; Parto; Pós-parto; Enfermagem Obstétrica

Introdução

O parto é tido como um momento especial na vida de uma mulher, porém, de acordo com recentes estudos, a assistência ainda é marcada por vivências violentas e invasivas (MEDEIROS et al., 2016; ANDRADE et al., 2017). A violência obstétrica gera efeitos negativos na saúde mental e física da paciente e contribuem para a manutenção dos altos índices de mortalidade materna e neonatal no país (LANSKY, 2019). No contexto atual de assistência, a mulher perde seu protagonismo e torna-se elemento secundário quando é submetida à dinâmica hospitalar seguindo seus protocolos, perdendo assim seu direito livre de decisão do seu corpo e seus processos que acabam por serem silenciados violentamente (JARDIM & MODENA,

2018; GUIMARÃES, JONAS, DO AMARAL, 2017). A prática assistencial deve ser voltada para a valorização da mulher, estimulando assim o exercício das boas práticas, utilizando condutas não intervencionistas e não medicamentosas durante o trabalho de parto, sendo de extrema importância que se leve em consideração a individualidade e a autonomia de escolha das mulheres (WEI; GUALDA; JUNIOR, 2011).

Este estudo objetiva identificar na literatura os impactos da violência obstétrica no pós-parto. MÉTODO: Trata-se de um estudo de revisão de literatura por meio da análise de artigos dispostos na base de dados Scientific Electronic Library Online (Sci- elo) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) entre o período de 2015

e 2022. Os critérios de inclusão foram: artigos e textos na íntegra, nos idiomas português e inglês. Foram utilizados os seguintes termos nas buscas de artigos: Violência Obstétrica; Parto; Pós-Parto, cruzados entre si, utilizando o operador booleano And. RESULTADOS E DISCUSSÃO: Após os cruzamentos foram encontrados 89 artigos. Após a leitura dos títulos e dos resumos, e feitos os filtros de busca, foram utilizados 12 artigos. Os estudos discorrem sobre diversos tipos de violência praticadas: violência física, violência institucional, violência psicológica e verbal, violência moral e violência sexual, além do impacto delas no período pós-parto. Quanto aos impactos da violência obstétrica no pós-parto, de acordo com Nascimento et al. (2017) os traumas emocionais causados ficarão para sempre marcados na memória das vítimas e a ideia de sofrimento atrelada ao parir continuará passando de geração em geração. Mulheres vítimas de violência apresentam como repercussões o medo e a tristeza. Guimarães, Jonas e Do Amaral (2017) identificaram sentimentos negativos ainda presentes após anos dos traumas vivenciados, por exemplo, a exteriorização de modo bastante enfático por meio dos choros, gestos como roer as unhas, tremores nas mãos e movimentos bruscos ao longo das entrevistas, devido às emoções mais intensas. Percebe-se que essas mulheres ainda se submetem, de forma silenciosa e submissa, às inúmeras rotinas mediante o medo e hierarquia. A ausência de cuidados, atrelada aos abusos cometidos por profissionais de saúde, tem tido repercussões sérias na saúde das mulheres e crianças, aparecendo claramente nas falas, com desfechos trágicos, como a morte da criança, além de relatos de dor nas relações sexuais em cicatrizes da episiotomia, interferindo assim na qualidade de vida das mesmas (GUIMARÃES, JONAS, DO AMARAL, 2017). A violência obstétrica identificada em múltiparas, em sua primeira experiência de parto, se estendeu como um trauma durante

todo o período pré-parto e parto do segundo filho. (RIBEIRO et al. 2020). Matos, Magalhães e Carneiro (2021) sugerem a vulnerabilidade emocional: nos relatos analisados, as experiências traumáticas de parto tiveram repercussões na vinculação mãe-bebê no pós-parto e no desejo por outros filhos, bem como Assis, Meurer e Delvan (2022) trouxeram que os sentimentos frequentes encontrados nos depoimentos foram medo e a tristeza, além de relatos de desejo de morrer ao invés de estar passando por tal fenômeno. Palavras como pesadelo e trauma também foram vinculadas a experiência da violência obstétrica. A dor não física de passar por essa experiência foi descrita como imensurável. A depressão pós-parto também foi relacionada como consequência dessa experiência. Sentimentos de fracasso e

tristeza acompanhados de sensação de intromissão e decepção por não ter sido capaz de controlar a situação (ASSIS, MEURER E DELVAN, 2022).

Considerações finais

O parto, momento mais importante na vida da mulher, onde as expectativas são de boas lembranças e memórias, pode tornar-se um momento de frustração, causando sequelas e traumas futuros. Os impactos da violência obstétrica no pós-parto são observados através da identificação de sentimentos como medo, tristeza, fragilidade e impotência. Repercussões sérias na saúde das mulheres e crianças, aparecem em falas claras, com desfechos trágicos. Os impactos físicos e psicológicos perpetuam e transformam um momento que deveria ser experimentado através de uma assistência de qualidade e humanizada. Os achados vão na contramão do indicado e estipulado pelas Políticas Públicas de Saúde do Brasil. É urgente que se elimine todas as formas desnecessárias e prejudiciais de intervenções, substituindo-as por práticas comprovadamente benéficas, e pautar meios não institucionais de assistência. É necessária e primordial uma equipe multiprofissional qualificada trabalhando em prol de uma assistência humanizada com o objetivo de diminuir essas práticas de agressão, negligência, violência e desrespeito.

Referências

ANDRADE, P.O.N.; al. Fatores associados à violência obstétrica na assistência ao parto vaginal em uma maternidade de alta complexidade em Recife, Pernambuco. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil [online]. 2016, v. 16, n. 1], pp. 29-37. [acesso em 04 de junho de 2022]. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-93042016000100004>>.

ASSIS, K. & MEURER, F. (2020). Repercussões emocionais em mulheres que sofreram violência obstétrica. Psicologia Argumento. 39. 135. 10.7213/psicolargum.39.103.AO07. [acesso em 04 de junho de 2022]. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/346743450 Repercussoes emocionais e m_mulheres_que_sofreram_violencia_obstetrica](https://www.researchgate.net/publication/346743450_Repercussoes_emocionais_em_mulheres_que_sofreram_violencia_obstetrica)

GUIMARÃES, L.B.E.; JONAS, E. DO AMARAL, L.R.O.G. Violência obstétrica em maternidades públicas do estado do Tocantins. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 26(1): e43278. 2017. [acesso em 20 de maio de 2022]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2018v26n143278>

JARDIM, D.M. E MODENA, C.M. Obstetric violence in the daily routine of care and its characteristics. *Revista Latino-Americana de Enfermagem* [online]. 2018, v. 26 e3069. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1518-8345.2450.3069>>.

LANSKY, Sônia et al. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 8, p. 2811- 2824, ago. 2019. Violência obstétrica: influência da Exposição Sentidos do Nascer na vivência das gestantes [acesso em 20 de maio de 2022]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018248.30102017>

MATOS, M.G.de.; MAGALHÃES, A.S.; FÉRES-CARNEIRO, T Violência Obstétrica e Trauma no Parto: O Relato das Mães. *Psicologia: Ciência e Profissão* [online]. 2021, v. 4, e219616. [acesso em 20 de maio de 2022]. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-3703003219616>>.

MEDEIROS, N. C. M. ET AL. Violência obstétrica: percepções acerca do parto normal. *Rev. Tem em Saúde*, João Pessoa, 16(3). 2016. [acesso em 20 de maio de 2022]. Disponível em: <https://temasemsaude.com/wp-content/uploads/2016/09/16331.pdf>

NASCIMENTO, S.L.do. ET AL. Conhecimentos e experiências de violência obstétrica em mulheres que vivenciaram a experiência do parto. *Enfermería Actual de Costa Rica*, San José, n. 37, pág. 66-79, dezembro de 2019. [acesso em 20 de maio de 2022]. Disponível: http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409

RIBEIRO, D.O. et al. Obstetric violence in the perception of multiparous women. *Revista Gaúcha de Enfermagem* [online]. 2020, v. 41 e20190419. [acesso em 04 de junho de 2022]. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1983-1447.2020.20190419>>.

WEI, C. Y.; GUALDA, D. M. R.; SANTOS JUNIOR, H. P. O. S. Movimentação e dieta durante o trabalho de parto: a percepção de um grupo de puérperas. *Texto Contexto Enferm.* v. 20, n. 4, p. 717-725, 2011. [acesso em 20 de maio de 2022]. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072011000400010>

038. A AUDITORIA DE ENFERMAGEM E A SUA INFLUÊNCIA NOS PROCESSOS DO CUIDADO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Agatha Goulart Santos Pontes¹ Ana Virgínia de Almeida Carrasco²

¹UNIMES – Curso de Graduação em Enfermagem – graduanda do 6º semestre – agathagoulart01@outlook.com - Santos, SP – Brasil;

²UNIMES – Enfermeira mestre – docente da UNIMES – anaalmeidacarrasco@outlook.com – Santos, SP – Brasil.

Palavra-Chave: Enfermagem; Saúde suplementar; Auditoria; Assistência.

Introdução

A auditoria de enfermagem consiste na avaliação de relatórios, prontuários e o consumo correto de materiais, medicamentos e procedimentos realizados no ato do atendimento. Avaliação que identifica possíveis erros no diagnóstico e prescrição de enfermagem, assim como a falta de registro. Mais comumente conhecida no âmbito da saúde suplementar, a auditoria tem ótima resposta de qualidade e redução nos custos quando aplicada corretamente e com extrema responsabilidade, trata-se de uma ferramenta de análise, onde as operadoras de saúde têm se destacado. Esta, utiliza-se da auditoria não apenas para melhoria na qualidade, mas no fornecimento de apontamento de falhas e incoerências no atendimento, assim como possíveis discrepâncias de valores a mais valia.

De acordo com (Silva, et al; 2021; p.2)¹:

Os custos na área de saúde têm exigido profissionais qualificados que cooperem na economia da instituição. As perdas de materiais e medicamentos, sendo as principais fontes lucrativas do hospital, são pouco controladas e a auditoria em enfermagem pode desempenhar um trabalho proativo em semelhança a este aspecto. O objetivo da

auditoria é a verificação da adequação do Sistema Único de Saúde (SUS), seus componentes e atividades, frente ao planejamento e às normas vigentes. O resultado esperado é a indicação das medidas administrativas e das penalidades cabíveis, visando a garantia dos princípios do SUS.

Sendo assim, identifica-se que este processo de análise e avaliação não é usado somente no âmbito privado, este está cada vez mais inserido no cotidiano das instituições públicas, para diminuir possíveis intercorrências, como por exemplo, falta de recurso.

Diante da importância e valia do processo administrativo de um enfermeiro auditor, também é integrado à esta prática ferramentas tecnológicas provenientes da globalização e atualização da comunidade como um todo, como, por exemplo: prontuários eletrônicos, filtros de insumos; padronização de análise de materiais de alto custo e/ou consumo hospitalar; padronização de análise de medicamentos de alta vigilância e/ou medicamentos acima de um valor estipulado conforme protocolo da instituição, entre outros.

Métodos

Os critérios de inclusão utilizados para o material de pesquisa desta revisão, foram apenas artigos a respeito da análise cotidiana do enfermeiro auditor e como esta pode afetar no financeiro da operadora. São artigos caracterizados pela utilização da língua portuguesa, na íntegra e publicados até cinco anos.

Os critérios de exclusão desta avaliação foram artigos pagos, que não correspondiam ao objetivo da revisão proposta, incompletos e não publicados, assim como artigos em outras línguas. Após uma leitura criteriosa dos artigos encontrados, seus respectivos resumos e objetivos, estes foram selecionados e organizados no quadro¹ abaixo, organizado por ano de publicação por ordem decrescente.

Resultados e discussão

Após a realização da pesquisa dos artigos a serem utilizados para esta revisão, resultaram-se em artigos para capacitação das informações e conhecimento científico.

Tabela 1 - Referenciais para auditoria em saúde:

Autor/ Ano	Título	Objetivo	Resultado	Observação
Silva, et al 2021	Gerenciamento hospitalar e auditoria das anotações de enfermagem: revisão integrativa	Investigar o gerenciamento hospitalar quanto à auditoria das anotações de enfermagem	A forma que os registros da equipe se preenchidos corretamente, diminuem desperdícios e fluxo de glosa	Impactos de débito na análise de contas

Veronezi 2021	Auditoria como ferramenta para a melhoria contínua da assistência de enfermagem	Investigar na literatura ferramentas de auditoria de enfermagem a fim de analisar a qualidade da assistência	As ferramentas trouxeram bons resultados voltados para o cuidado de enfermagem	O enfermeiro auditor avalia e caracteriza por meio desta análise a qualidade e a forma correta da prescrição
---------------	---	--	--	--

Segundo Veronezi (2021)², com o aumento do desempenho na análise dos enfermeiros auditores em contas médicas (incluindo atendimentos ambulatoriais e hospitalares, urgência e emergência), foi identificado a necessidade e viabilidade do uso de sistemas para triagem em

emergência, denominado *Triage Quality Assesment Software*. Com isso, aplica-se um filtro de classificação dos pacientes, contribuindo para o controle e gerenciamento dos atendimentos prestados. De acordo com a *American Society for Quality Control*, identifica-se como processo de qualidade quando o produto ou o serviço em questão são capazes de satisfazer, da melhor forma possível, as necessidades. Sendo assim, no caso da enfermagem, esse evento ocorre por meio da Auditoria de Qualidade, que é capaz de observar todo o percurso de determinado paciente, o diagnóstico definido pela equipe multidisciplinar e sua respectiva intervenção.

Conforme (Veronezi; 2021; p.6)²:

O prontuário do paciente está cada vez mais se firmando como um documento legal e, portanto, utilizado como ferramenta importante na avaliação da qualidade da assistência prestada durante o período de internação.

Portanto, no campo da auditoria de qualidade, a atuação do enfermeiro assistencial faz-se de extrema importância, uma vez que este é responsável pelas anotações do atendimento, mantendo os documentos sempre organizados e atualizados conforme a evolução do paciente, tornando o prontuário uma ferramenta de aprimoramento e aperfeiçoamento profissional. Com isso, a auditoria de enfermagem pode identificar as áreas e equipes que não seguem os protocolos estipulados pela instituição, propondo melhorias e adaptações na equipe, para torná-la cada vez mais eficiente. (Silva, et al; 2021; p.4)¹ cita que

A auditoria de enfermagem destina-se, principalmente, à comprovação de pagamento de contas hospitalares, revendo glosas por meio de elaborações de relatórios técnicos e realizando negociações entre representantes do hospital e de convênios.

O que torna o papel de um enfermeiro auditor, muito além do que uma análise de um processo assistencial, o torna um avaliador e mensurador de números, gastos, fluxo de caixa e lucros efetivos, sejam eles em valor bruto ou líquido.

Conclusão

Após o levantamento dos dados decorrentes da análise dos principais artigos da pesquisa, podemos levar em consideração a amplitude da gerência analítica e sintética de um enfermeiro, seja ele auditor ou não. A enfermagem vai além do que uma anamnese ou exame clínico. A enfermagem é liderança, visão, objetivo, análise, vigilância, entre outras características. A enfermagem é muito mais ampla e complexa do que o senso comum pode imaginar, assim como, a sua importância. Uma equipe multidisciplinar empenhada em alcançar metas e melhorias, irá sempre prestar um bom atendimento, levando em consideração as necessidades do paciente; quando este atendimento chegar nas mãos do enfermeiro auditor, este contabilizará a diminuição ou anulação das glosas e eventuais inconsistências, o que irá minimizar o impacto de custo e aumentar as melhorias no aspecto financeiro da operadora. Estes aumentos no lucro servirão de ferramentas para aperfeiçoamento tecnológico ou estrutural, objetivando o crescimento do conforto do paciente, tanto no ambiente quanto no atendimento.

Referências

1. Silva, P. L. N, Gusmão, M. S. F., Fonseca, A. D. G., Ruas, E. F. G., Alves, C. R., Souto, S. G. T. Gerenciamento hospitalar e auditoria das anotações de enfermagem: revisão integrativa. Revista Nursing. 2021. Disponível em: <<https://revistas.mpmcomunicacao.com.br/index.php/revistanursing/article/view/1995/2435>> Acesso em 13/09/2022
2. Veronezi, L.. Lopes, A. Auditoria como ferramenta para a melhoria contínua da assistência de enfermagem. Revista Nursing. 2021. Disponível em <<https://revistas.mpmcomunicacao.com.br/index.php/revistanursing/article/view/2115/2625>> Acesso em 20/09/2022.

ENSINO



039. A ABORDAGEM CURRICULAR INDÍGENA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE MONGAGUÁ-SP: UM CONSTRUCTO EM LOCO

Nycolle de Oliveira Grilo¹; Alberto Luiz Schneider²

¹UNIMES – Aluna do Mestrado Profissional em Práticas Docentes no Ensino Fundamental. Universidade Metropolitana de Santos. e-mail: ngrilo93@gmail.com

² UNIMES – Professor orientador- Mestrado Profissional em Práticas Docentes no Ensino Fundamental. Universidade Metropolitana de Santos. e-mail: alberto.ls@uol.com.br

Palavras-chave: currículo; indígena; ensino fundamental.

Introdução

Desde o início do século XX, a história e a cultura indígena em inúmeras sociedades tem sido tema de diversas pesquisas, em especial etnológicas e históricas.

No Brasil, a diversidade cultural em suas múltiplas dimensões já foi alvo de estudos de muitos historiadores, cientistas sociais e educadores, como Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro e Reinaldo Fleuri, os quais em suas respectivas épocas, se preocuparam em buscar resgatar a importância do legado, das características, da história e cultura dos povos originários para nossa formação como sociedade, assim como em trazer questionamentos extremamente relevantes sobre o tema.

Assim como estes autores, temos o intuito de abordar questões que nem sempre são tratadas em conjunto, embora devesse sê-lo: a cultura indígena e o currículo dos anos iniciais da escola pública. Esta pesquisa visa associar fontes de conhecimentos regionais oriundos de uma comunidade indígena e toda a sua potencialidade ao currículo da escola pública, a qual por vezes tem se mantido apartado de tais conhecimentos. Como afirma Paulo Freire (1996), educação tem o poder de libertar, mas para isso é preciso que entendamos que a formação de um aluno na escola pública vai além da teoria matemática ou do uso da língua portuguesa. Os aspectos físico, emocional, social e cultural são fruto de uma

construção coletiva, sendo a formação integral algo que transcende não só as dimensões intelectuais como também os muros da escola. A história coletiva dos cidadãos brasileiros impulsiona a uma origem e permanência multicultural. Darcy Ribeiro (1995, p.19) nos afirma que “Surgimos da confluência, do entrelaço e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos.”

Somos influenciados pela riqueza plural de um legado de diversas etnias, em especial dos povos originários. Tomar consciência, se apossando da própria história como cidadão, é um processo longo, que não é construído da noite para o dia. Assim como o pertencimento à cultura africana, os alunos precisam adquirir conhecimento e respeito pela cultura indígena. Destarte, a escola deve compreender a sua responsabilidade nesse processo e buscar formar cidadãos não só a partir de um currículo oficial de conteúdo a serem ofertados, como também um currículo oculto, no qual os dizeres, as práticas, atitudes, comportamentos, gestos e percepções que vigoram no meio escolar reflitam uma proposta educacional integradora, inclusiva e multicultural, reflexo da formação brasileira como um todo. Para que nossos alunos possam intervir como cidadãos de uma sociedade multicultural, inclusiva, integrativa, solidária e equitativa, é necessário que proporcionemos a estes uma formação adequada e com professores capacitados, fazendo-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais que se entrecruzam com o contexto social, gerando implicações sobre ele.

Nessa abordagem, será apresentado um projeto de pesquisa inicial, ainda em andamento, tendo como base principal fontes documentais e bibliográficas existentes, assim como pesquisas anteriores já realizadas sobre o assunto.

Objetivos

Esta pesquisa bibliográfica tem como objetivos abordar a história e cultura indígena a partir do processo de construção do Brasil como nação, além de analisar a abordagem curricular indígena nos anos iniciais do ensino fundamental da rede de ensino de Mongaguá-SP.

Dessa forma, buscaremos construir um olhar sobre a história e cultura indígena de acordo com as particularidades regionais, em especial da comunidade indígena participante.

Métodos

Esta pesquisa, ainda em andamento, buscará trazer questionamentos e reflexões sobre a abordagem curricular indígena nos anos iniciais do ensino fundamental partindo de uma análise do problema do ponto de vista qualitativo, através de uma pesquisa bibliográfica, com embasamento da literatura científica utilizada para referencial teórico.

Desenvolvimento

Pesquisas sobre o legado cultural e histórico dos povos originários têm sido desenvolvidas por diversos cientistas sociais, historiadores e educadores em diversos países e, em especial no Brasil, através de Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro e Reinaldo Fleuri, como uma forma de dar voz aos fatos que nos antecederam e ao que nos atravessa como sociedade. A cultura indígena reúne questões sociais e históricas que nos fazem emergir de um coletivo único e multicultural, presente na nossa ancestralidade e no pertencimento como cidadãos brasileiros. Dessa forma, a cultura e a história das populações indígenas precisam estar presentes nos currículos da escola pública, nos dizeres, nas práticas e no pertencimento. A relevância da cultura desses grupos reside na possibilidade de os alunos compreenderem as relações de contraste presentes na sociedade brasileira, relações construídas através de séculos de luta, disparidades, preconceito e problemas estruturais da sociedade. Ao problematizar a realidade do outro que também é brasileiro, cidadão de direitos, o discente poderá questionar por si próprio as percepções estereotipadas que foram naturalizadas dentro da sociedade brasileira, frutos de séculos de uma colonização europeia repletos de ideologias produtoras e reprodutoras das concepções de inferioridade social e racial e ideais etnocêntricos equivocados, que causaram inaudibilidade e invisibilidade dos povos originários como partícipes da sociedade brasileira.

Tomando os contextos formais da escolarização básica brasileira como o lugar onde nascem os enunciados culturais, a cultura do outro tem o poder de criação, recriação e transformação desse sentido que vai sendo atribuído ao longo do processo formativo do cidadão. Segundo Halbwachs (2003), a memória coletiva gera uma adesão afetiva e uma identificação com a construção dos fatos e personagens que compõem a sociedade, originando um sentimento de pertencimento. Dessa forma, a aproximação com a multiculturalidade brasileira é um caminho importante para a desconstrução dos

olhares ainda muito impregnados e que reforçam certa invisibilidade da presença de mais de 250 povos indígenas, cidadãos brasileiros.

Referência

FLEURI, Reinaldo Matias (org.). Educação Intercultural: mediações necessárias. Rio de Janeiro: Dp&A, 2003.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura).

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2020. São Paulo: IBGE, 2022. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/20506-indigenas.html>

RIBEIRO, DARCY. O POVO BRASILEIRO.

040. A EDUCAÇÃO DOS SURDOS E O USO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS) NA PRÁTICA DOCENTE NO ENSINO FUNDAMENTAL

Michelli Analy de Lima Rosa¹, Abigail Malavasi², Giselle Nascimento Dias³, Camila Peres Terra⁴

¹Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES – mi.analy@gmail.com

²Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES – amalavas@uol.com.br

³Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES – ginasdias@hotmail.com

⁴Universidade Metropolitada de Santos - UNIMES - caterramila@gmail.com

Palavras-chave: Inclusão; Práticas Docentes; LIBRAS; Educação; Pessoa surda.

Introdução

A educação bilíngue busca contemplar o direito linguístico da pessoa surda de ter acesso aos conhecimentos sociais e culturais em uma língua na qual tenha domínio. Contudo, a consolidação de

propostas educacionais bilíngues, ainda acontecem de maneira isolada, por vezes experimentais. Dessa forma e sob tal complexidade é fundamental compreender como esses elementos podem estar relacionados. Nesse sentido, possibilitar a pessoa surda um novo olhar acerca de sua representação é fundamental para a construção de sua identidade, compartilhando a autoprodução de significados. Em vista disso, a pessoa surda começa a se reconhecer e perceber-se de uma forma diferente, estabelecendo assim, novas práticas sociais e estratégias para o nascimento cultural. O encontro entre a pessoa surda e o compartilhamento das informações intelectuais, artísticas, éticas, estéticas e técnicas, geram significados que podem ser fundamentais para o nascimento de novas estratégias de pensamento e linguagem. Este trabalho propõe colocar em pauta a problematização do tema “inclusão, diversidade e práticas docentes”. Seu objetivo é compreender o uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e sua colaboração para a qualidade da educação da pessoa surda no ensino fundamental. O enfoque principal será discutir a inclusão social e institucional do sujeito surdo na escola e na sociedade, a partir de práticas pedagógicas transformadoras, envolvendo intérpretes de LIBRAS. Parte-se de uma metodologia qualitativa, buscando compreender os fatos a partir de uma abordagem explicativa, procurando causas que comprovem os motivos apresentados, a partir da interpretação de análise de situações contextuais e práticas do fazer pedagógico.

A metodologia usada está pautada em textos, artigos e livros de autores como: Piaget (1972), Vygotsky (1993) e Mantoan (2003, 2013), entre outros autores que dialogam com as práticas docentes como Imeida e Mahoney (2004), além de Libâneo (1985), Girox (1997), Perez Gómez (1998), Morin (2000) e Freire (2007) também servem de base bibliográfica, trazendo contribuições acerca do tema proposto. O trabalho exposto possui demonstrar como a utilização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), tem sido reconhecida como um caminho possível para mudanças efetivas no cenário educacional, quanto aos atendimentos oferecidos pela escola pública. Diante ainda, de questões controversas que perpassam as discussões nessa área, temos testemunhado uma tendência afirmativa as necessidades desse caminho para a escolarização da pessoa surda. Sobre esse assunto, ainda temos desafios para os educadores e o modo pelo qual necessitamos lidar com as duas línguas nas experiências escolares. Para que a atual situação da educação da pessoa surda seja compreendida em suas ligações históricas e políticas, faz-se

necessário discutir, amplamente, o lugar que ocupam na educação dos surdos e as transformações sociais de cada momento histórico. Tais considerações teóricas salientam o papel da linguagem no processo de interação e nos processos cognitivos da pessoa surda. Portanto, as reflexões enfatizam a necessidade de um repensar sobre a realidade de sala de aula, para que possamos vislumbrar possíveis soluções.

Objetivo

A presente pesquisa tem como finalidade compreender o uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e sua colaboração para a qualidade da educação da pessoa surda no ensino fundamental. O enfoque principal será discutir a inclusão social e institucional da pessoa surda na escola e na sociedade, a partir de práticas pedagógicas transformadoras, envolvendo intérpretes de LIBRAS, e uma efetiva comunicação de docentes com a pessoa surda no contexto da educação inclusiva. A fim de: 1) Examinar o levantamento e pesquisa bibliográfica de aprofundamento sobre LIBRAS na escola; 2) Conhecer as práticas docentes que são desenvolvidas no cotidiano escolar da pessoa surda e 3) Conhecer como a escola lida com a questão da inclusão escolar e sua relação com a inclusão social e suas consequências.

Métodos

A proposta inicial é que sigamos uma metodologia qualitativa, buscando compreender os fatos a partir de uma abordagem explicativa. Para além, o estudo é bibliográfico e busca reflexões de autores que compreendem a importância da inclusão e suas possibilidades de desenvolvimento dentro de uma escola inclusiva, permitindo assim, um diálogo intenso e fundamental para as discussões propostas neste trabalho até o momento.

Assim, a pesquisa trouxe a necessidade de um repensar sobre a realidade vivenciada em sala de aula, considerando a linguagem como um sistema vivo, presente na história e no meio social, encontramos, ainda, com inúmeros questionamentos em relação à surdez. A historicidade envolvendo à educação da pessoa surda, para a construção do entendimento de sua existência, torna-se inevitável à medida que procuramos esclarecimentos acerca das concepções analisadas, bem como, a pessoa surda e sua realidade historicamente construída pela humanidade, não podendo ser entendida à parte, em suas

transformações sociais e de sua própria vivência. Para que haja uma real percepção sobre o papel da pessoa surda na sociedade, é fundamental que possamos entender o percurso sócio-histórico envolvendo a escolarização dos surdos.

Resultados/desenvolvimentos

As rápidas e profundas transformações culturais, sociais, econômicas e políticas vivenciadas nos últimos tempos, produziram significados diferentes em relação aos estereótipos sobre a surdez e, mais especificamente, sobre as identidades surdas. Nesse sentido, os surdos que vivem somente com ouvintes, que consideram a surdez como algo a ser corrigido, podem constituir identidades diferentes daqueles que tem experiências dentro da comunidade surda ou dentro dos movimentos sociais surdos. Cabe ressaltar ainda que, as identidades surdas não se constroem no vazio, mas em determinados contextos sociais em transição. O encontro entre a pessoa surda e o compartilhamento das informações intelectuais, artísticas, éticas, estéticas e técnicas, geram significados que podem ser fundamentais para o nascimento de novas estratégias de pensamento e linguagem. Dentro das reflexões já realizadas, Mantoan propicia um novo olhar para as questões da deficiência e suas possibilidades:

Considerando as crianças com deficiência, sabemos que as dificuldades relacionadas às deficiências são reais, mas poderão deixar de ser interpretadas como impeditivas de seu desenvolvimento e de sua participação nas práticas escolares. Elas podem ultrapassar limites, surpreender-nos, enunciar novos mistérios, apontar novas opções. (MANTOAN, 2013,p.29)

Ao mesmo tempo sabemos das interpretações e dificuldades apresentadas pelos professores ao condicionar a pessoa surda a uma identidade fixa, estática e permanente. Mantoan reflete sobre essa ideia, afirmando que: a maioria dos professores tem uma visão funcional do ensino e tudo o que ameaça romper o esquema de trabalho prático que aprenderam a aplicar em suas salas de aula é inicialmente rejeitado. Também reconhecemos que inovações educacionais como a inclusão abalam a identidade profissional e o lugar conquistado pelos professores em uma dada estrutura ou sistema de ensino, atentando contra a experiência, os conhecimentos e o esforço que fizeram para adquiri-los. (MANTOAN, 2003, p. 41)

A pessoa surda, nessa situação, vive uma condição de subordinação e parece ao mesmo tempo, viver numa terra de exílio. Ambiente este, que vivem a grande maioria dos surdos filhos de ouvintes. Nesse sentido, possibilitar a pessoa surda um novo olhar acerca de sua representação é fundamental para a construção de sua identidade, compartilhando a autoprodução de significados. Em vista disso, a pessoa surda começa a se reconhecer e perceber-se de uma forma diferente, estabelecendo assim, novas práticas sociais e estratégias para o nascimento cultural.

Conclusão

O trabalho exposto possui demonstrar como a utilização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), tem sido reconhecida como um caminho possível para mudanças efetivas no cenário educacional, quanto aos atendimentos oferecidos pela escola pública. Diante ainda, de questões controversas que perpassam as discussões nessa área, temos testemunhado uma tendência afirmativa as necessidades desse caminho para a escolarização da pessoa surda. Sobre esse assunto, ainda temos desafios para os educadores e o modo pelo qual necessitamos lidar com as duas línguas nas experiências escolares. O Plano Nacional de Educação Especial (MEC/SEESP, 1995) propõe o incentivo ao uso e a oficialização da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Mesmo que não pensemos em uma metodologia, mas em modelos diversos de atuação, muitas indagações ainda permanecem. A abordagem inicial acerca das proposições de Vygotsky (1993), ressaltam que no processo de desenvolvimento do sujeito a linguagem tem um lugar central, como mediadora das interações e instancias de significação por excelência, ou seja, ela não pode ser reduzida meramente a um instrumento de comunicação. Para que a atual situação da educação da pessoa surda seja compreendida em suas ligações históricas e políticas, faz-se necessário discutir, amplamente, o lugar que ocupam na educação dos surdos e as transformações sociais de cada momento histórico. Tais considerações teóricas salientam o papel da linguagem no processo de interação e nos processos cognitivos da pessoa surda. Portanto, as reflexões enfatizam a necessidade de um repensar sobre a realidade de sala de aula, para que possamos vislumbrar possíveis soluções. Finalizo minha reflexão com Morin (2000), inesperado: O inesperado surpreende-nos. É que nos instalamos de maneira segura em nossas teorias e ideias, e estas não têm estrutura para acolher o novo. Entretanto, o novo brota sem parar. Não podemos jamais prever como se apresentará, mas deve-se esperar sua chegada, ou seja,

esperar o inesperado. E quando o inesperado se manifesta, é preciso ser capaz de rever nossas teorias e ideias, em vez de deixar o fato novo entrar à força na teoria incapaz de recebê-lo. (MORIN, 2000, p. 30).

Referências

- ALMEIDA, Laurinda Ramalho de Almeida. MAHONEY, Abigail Alvarenga. (ORG). Henri Wallon – Psicologia e Educação. Conclusão – Wallon e a educação. (2000, p. 78-79), Laurinda Ramalho de Almeida.
- MAHONEY, Abigail Alvarenga. (ORG). Constituição da pessoa na proposta de Henri Wallon. Capítulo VII - Ser professor: um diálogo com Henri Wallon. (2004, p. 127) BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial. Subsídios para Organização e Funcionamento de Serviços de Educação Especial: Área da Deficiência Auditiva. Brasília, MEC/SEESP, 1995.
- FREIRE, Paulo. Educação e Mudança. São Paulo. Paz e Terra. (2007, p.9)
- GIROUX, Henry A. Professores como intelectuais transformadores (cap. 9). In: . Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- GÓMEZ, A.I. Pérez. SACRISTÁN, J. Gimeno. Compreender e transformar o ensino. 4. ed. Artmed, 1998.
- LIBANEO, José Carlos. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico- social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1985.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. INCLUSÃO ESCOLAR O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo, SP. 2003.
- Maria Teresa Eglér. Para uma escola do século XXI. Campinas, SP. 2013. Capítulo 3 - Pensando em uma escola de qualidade para o século XXI, Ayéres Brandão, p. 29
- MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez; Brasília:Unesco, 2000
- OLIVEIRA, Marta Khol de. VYGOTSKY: aprendizagem e desenvolvimento, um processo sócio-histórico.
- PIAGET, Jean. Para onde vai a educação? Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1972.

041. A EDUCAÇÃO INFANTIL COMO PRÁTICA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL: PERIÓDICOS E REFLEXÕES SOBRE A PANDEMIA

Camila Mendes da Silva⁴⁹, Tathianni Cristini da Silva⁵⁰

Palavras-chave: Educação infantil; Revistas científicas; Pandemia; Prática docente; Desafios

Introdução

O presente estudo se estabelece a partir do levantamento de dados, relacionados às pesquisas realizadas nos anos de 2021 e 2022 com ênfase na Educação Infantil em tempos de pandemia e os principais assuntos discutidos então. A pesquisa foi realizada pelos meios digitais, utilizando a base de dados do *Google Acadêmico*, plataforma indexadora que possui grandes acervos de dados, artigos científicos revisados e publicados. Utilizando-se como estratégias de busca os seguintes descritores específicos para a seleção do tema desejado: educação infantil, pandemia, desenvolvimento infantil, prática docente, desafios. A seleção desses documentos foi feita sobre os arquivos mais recentes do ano de 2021 até abril de 2022 para escrita do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Pedagogia da Universidade Metropolitana de Santos. A elaboração desse estudo tem como objetivo a compreensão do desenvolvimento humano que se caracteriza na educação infantil e como o contexto pandêmico interferiu nessa prática, que por um longo período luta por seu reconhecimento como prática social que fundamenta os direitos humanos.

Os dados analisados demonstraram movimentos retrógrados a esses direitos necessários e fundamentais, pois ações de caráter compensatórios são necessárias, podendo assim identificarmos nas diversas camadas sociais problemas pré-existentes a pandemia, que estão longe de serem solucionados

⁴⁹ Discente do curso de Pedagogia (Presencial) da Universidade Metropolitana de Santos. camilamendes2015@gmail.com

⁵⁰ Professora na Universidade Metropolitana de Santos. tathianni.silva@unimes.br

com leis que fundamentam apenas o cumprimento de objetivos educacionais, descaracterizando as práticas pedagógicas da educação infantil, e sem considerar as realidades sociais e emocionais.

Objetivo

O objetivo desse estudo é indagar os principais debates existentes acerca da educação e o desenvolvimento infantil, correlacionado a pandemia da COVID-19 e as questões que envolvem o retorno às atividades presenciais.

Métodos

Um dos desafios deste estudo foi a seleção dos principais questionamentos em relação a criança nas questões educacionais da primeira infância e o seu desenvolvimento como sujeito social de direitos.

Os contextos sociais desfavoráveis pré-existentes a pandemia, já eram pauta em diversos debates e estudos, mas com o agravamento da pandemia, o período de isolamento social e as condições direcionadas a vida da criança e sua exposição, baseou o desdobramento dessa pesquisa de caráter quanti-qualitativo.

Nesse contexto, as principais indagações a serem abordadas estão presentes nos seguintes eixos, a realidade que as crianças estão expostas, com ênfase na pobreza e violência infantil, o papel da família nesse contexto durante o período de isolamento. E ainda como pressuposto, seguir as demandas instituídas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), colocando as famílias como mediadores dessas propostas afins de minimizar as perdas sociais e socioemocionais dirigidas dentro das instituições escolares, desconsiderando as divergências de realidades e contextos, e as leis que propiciam a desvalorização da prática docente e seus profissionais.

A presente pesquisa identificou os seguintes artigos relacionados ao tema escolhido: Barbosa e Soares (2021) apontando a pobreza infantil, Carbonieri e Magalhães (2021) sistematizando o currículo da educação infantil, Souza e Schnneider (2022) contextualizando os percursos educacionais até uma educação do futuro, Campos e Durli (2021) abordando os caminhos para a privatização da educação infantil, Niz e Tezani (2021) sobre as lições que a pandemia trouxe para a educação em seu

desenvolvimento, Calderan e Calderan (2021) com um olhar sobre a invisibilidade que a criança sempre esteve colocada e seu agravamento com a pandemia.

O estudo realizado a partir desses documentos, traz uma relação de informações correlacionadas a vida e desenvolvimento da criança que estão diretamente interligadas a educação infantil nas instituições de ensino. A contribuição de cada pesquisador nesses estudos, visa compreender as diversas vertentes que cercam a criança e o seu desenvolvimento, esses estudos trazem informações de suma importância para a compreensão dos processos sociais que englobam as crianças.

Desenvolvimento

Os estudos realizados apontam grandes eixos sociais que estão interligados as instituições de ensino, por mais que ignorados politicamente fazem parte do retrocesso educacional e social vivido também durante a pandemia de Covid 19. Veremos como as consequências desses processos se fazem presentes na sociedade, no desenvolvimento educacional e social da criança.

Barbosa e Soares (2021) colocam em questionamento o que tem sido o “normal” ao longo da história do processo educacional, pois os caminhos que a educação percorreu até a atualidade, não foram suficientes para um processo de valorização educacional, e quando se trata de voltar ao normal uma gama de questionamentos emergem, como o escancaramento do descaso educacional principalmente na educação infantil.

As questões da vida da criança estão interligadas a sua permanência no espaço educacional, ainda analisando as indagações desse estudo ressalta-se: [...] *como as crianças têm sido concebidas, compreendidas, tratadas e educadas?* (BARBORA; SOARES, p. 36, 2021), e como as legislações asseguram essas crianças.

Acentua-se com o Parecer CNE/CP nº 15/2020 sobre as alterações da educação infantil foi pontuada a não obrigatoriedade no comprimento de carga anual letiva, como também as atividades e propostas pedagógicas ficaram apenas como mediações arbitrárias, e com isso o professor ficou responsável pelo diálogo com as famílias, auxiliando na execução das propostas. (CAMPOS; DURLI, 2021, p. 222, 223).

Impossível descartar que muito além do descaso com a educação infantil, esta relacionada profundamente a vida da criança, e quando se leva essas adversidades ao contexto pandêmico, a ficarem expostas a todas as vulnerabilidades sociais longe das instituições educacionais, sem planos e ações formulados que levassem em conta todas as probabilidades existentes, estamos presentes a um cenário de injustiça social. (BARBORA; SOEARES, 2021)

O desenvolvimento humano nesse contexto pandêmico é pauta de grandes questionamentos, o direcionamento desse é com as condições das infâncias, os meios em que ela é concebida, a sua importância deslegitimada socialmente, por obterem direitos entre as relações e situações vivenciadas, e o seu lugar nos direitos sociais como: saúde, segurança e assistência. (BARBORA; SOARES, 2021)

E nesse contexto atual se indaga: [...] *o que revela nessa pandemia sobre a condição sociocultural da criança, do trabalho docente e o lugar da família?* (BARBORA; SOARES, p.3,2021), e como essas questões têm sido tratadas socialmente? silenciadas ou acompanhadas? investigada ou manipuladas?

A falta de um olhar minucioso acerca do desenvolvimento das propostas em prol da educação infantil, entende-se que tais objeções foram reduzidas e minimizadas a problemas individuais, o qual as ações voltadas a vida e desenvolvimento da criança perpetuasse menosprezado, e as famílias permanecem em situação de exclusão social, e com tais propostas educativas que não considerarem em suas entrelinhas as diferentes realidades.

Considerações finais

Portanto, pode-se compreender como a educação infantil ainda não é compreendida na sua real dimensão. No decorrer da pandemia foram exercidas ações que não corroboram para com a vida da criança. O cenário que acarretou mudanças necessária aprofundou os caminhos desiguais do desenvolvimento infantil.

A educação precisa ser ressignificada para que essas crianças venham desenvolver suas habilidades, pois não é possível assegurar diante de todo esse cenário de diferenças sociais, o que as leis implementadas

asseguram para os profissionais com apoio das famílias, pois trata-se de uma diversidade de lares, que possuem diversidades de relacionamentos.

Referências

BARBOSA, Ivone Garcia, SOARES, Marcos Antônio. Educação infantil e pobreza infantil em tempos de pandemia no Brasil: existira um “novo normal”? *Zero-a-seis*, Florianópolis, v. 23, n. especial. p. 35-57, jan./jan., 2021.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Parecer CNE/CP nº 15/2020, aprovado em 6 de outubro de 2020. Diretrizes Nacionais para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2022, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº6, de 20 de março de 2020.

Brasília (DF), 2020.

CAMPOS, Roselena Fátima, DURLI, Zenilde. Infancia confinada: liturgias de escolarização e privatização da educação infantil. *Zero-a-seis*. Florianópolis, v.23, n. especial, p.221-243, jan./jan., 2021.

SOUZA, Adriana Alves Novais, SCHNEIDER, Henrique Nou. Da educação 1.0 à educação 3.0: desafios para a prática docente no século XXI. *Olhar de professor*. Ponta Grossa, v.25, p. 1-20, e-17555.0014, 2022.

042. A FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR: ENTRAVES E POSSIBILIDADES

Caroline Sati Muller¹, Mariangela Camba²

¹ Mestranda em Práticas Docentes no Ensino Fundamental - UNIMES

² Prof^ª Dr^ª Mestrado Profissional Práticas Docentes no Ensino Fundamental - UNIMES

poentecarol@gmail.com

Palavras-chave: formação docente, práticas docentes, ensino.

A vida em sociedade se altera a cada segundo e a escola não pode estar alheia a estas mudanças, exigindo dos gestores e essencialmente dos professores, reflexões de suas ações diante deste mundo em constante transformação. Ser educador, não é uma tarefa fácil, pois o seu trabalho não se resume

somente ao tempo que está em sala de aula. Para que uma aula aconteça de forma efetiva é preciso que haja planejamento, pesquisa, levantamento das necessidades individuais dos estudantes preparação da atividade, fazendo com que essa prática seja eficiente. Vale destacar que a melhoria da educação brasileira não é um desafio recente, mas atualmente com a COVID 19, os problemas educacionais se acentuaram trazendo à tona a emergência no sentido de uma mudança de posturas, tanto dos docentes como dos gestores que implementam políticas públicas. Estamos vivenciando um momento ímpar na história mundial e não podemos utilizar as mesmas políticas públicas, as mesmas estratégias e as mesmas ações diante deste novo cenário educacional. Para Freire (2000) a transformação da sociedade não ocorre somente com a educação, mas ao mesmo tempo, sem educação não haverá transformação da sociedade. De acordo com Giroux (1997):

Para que os professores e outros se engajem em tal debate, é necessário que uma perspectiva teórica seja desenvolvida, redefinindo a natureza da crise educacional e ao mesmo tempo fornecendo as bases para uma visão alternativa para o treinamento e trabalho dos professores. (p.158) É essencial o olhar voltado para as práticas docentes na escola, com estratégias eficientes onde a tarefa de educar se renove a cada dia, buscando uma formação continuada que privilegie as necessidades exigidas nos tempos atuais.

Objetivo

Identificar os fatores do cotidiano escolar que podem dificultar a formação docente sistemática e transformadora para a melhoria do trabalho em sala de aula, com a finalidade de proporcionar uma transformação na atuação dos docentes.

Métodos

Para o desenvolvimento do trabalho, alinhado aos objetivos, realizaremos um levantamento da literatura, dos últimos 3 anos em teses e dissertações, além de artigos científicos, acerca do tema proposto. Em um segundo momento, será realizada uma revisão bibliográfica buscando teóricos, como Saviani, Gatti, Arroyo, Alarcán, Imbernón, Libâneo, Freire, Giroux, entre outros.

Desenvolvimento

Para Freire (2000), a tarefa de educar só tem função quando está intimamente veiculada a um projeto de vida para os homens, pois se educa para a sociedade que deseja ver transformada.

Da educação que, não podendo jamais ser neutra, tanto pode estar a serviço da decisão, da transformação do mundo, da inserção crítica nele, quanto a serviço da imobilização, da permanência possível das estruturas injustas, da acomodação dos seres humanos à realidade tida como intocável. (p. 58-59).

Torna-se evidente uma educação que permita e torne realidade uma transformação da sociedade, tendo em vista uma escola que acredite e contemple novas possibilidades para a tarefa educativa, abrindo caminhos e facilitando a convivência e o reconhecimento do outro em todas as suas dimensões.

A sociedade evolui e se modifica a cada segundo e é imprescindível que a escola acompanhe as mudanças que a rodeia. É preciso que se tenha uma cultura de reflexão da ação para que a comunidade escolar encontre o melhor caminho a trilhar, que atenda as suas necessidades.

Essa necessária renovação da instituição educativa e esta nova forma de educar requerem uma redefinição importante da profissão docente e que se assumam novas competências profissionais no quadro de um conhecimento pedagógico, científico e cultural revistos. Em outras palavras, a nova era requer um profissional da educação diferente. (IMBÉRNON, 2011. p.12)

Diante disso cria-se uma cultura escolar formativa, com professores cientes de sua função social, entendendo que a sua formação continuada é essencial para uma prática educativa significativa, contribuindo para a reconstrução de uma sociedade mais igualitária, em que todos possam viver com dignidade e civilidade.

É fundamental que se tenha um olhar voltado para a figura do professor nesse processo de busca da qualidade. Pensar em metas e ações sem considerá-lo é desastroso. Ele é o responsável que contribui diretamente com a formação dos indivíduos e considerando isso, também deve ter uma formação para tal função, ou seja, formar aquele que é formador dos cidadãos do presente e do futuro. A participação dos docentes frente às ações propostas na escola, apresenta contribuição valiosa. De acordo com Giroux (1997, p. 161) *“É importante enfatizar que os professores devem assumir responsabilidade ativa pelo levantamento de questões sérias acerca do que ensinam, com o devem ensinar, e quais são as metas mais amplas pelas quais estão lutando.*

A educação se apresenta como um processo de ação e reação, vamos colher num futuro próximo, aquilo que plantamos hoje. Isso mostra a urgência da qualidade. É preciso recriar a realidade educacional e social, pois somos ao mesmo tempo, agentes e consequência do processo educativo.

Considerações Finais

O papel da educação é de fundamental importância na mudança de conceitos básicos para a vida em sociedade, desta, e das futuras gerações e é de extrema relevância fomentar a análise e a discussão das questões que constituem obstáculos para uma formação docente comprometida.

Pensar em práticas de formação docente exige organização e estratégias tangíveis, pois é um ato complexo e multifacetado. Para Libâneo (2006), a formação inicial e continuada de professores deve envolver a prática como ponto de partida para a teoria e a teoria é a base para uma prática de mais eficiência.

Neste contexto, a formação continuada dos docentes é essencial para uma transformação da escola, gerando efetivas transformações na vida dos sujeitos envolvidos na prática educativa e para a formação de uma sociedade justa e igualitária.

Diante disso, é preciso que haja um plano de ações sistematizado para traçar percursos formativos dos educadores em busca da aprendizagem significativa.

Referências

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000.
- GIROUX, H. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- IMBERNÓN, Francisco. *Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza*. Tradução Silvana Cobucci Leite. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- LIBÂNEO, J. *Adeus professor, Adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente*. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

043. A INTERDISCIPLINARIDADE DA GEOGRAFIA COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA PARA A CONSTRUÇÃO DO SUJEITO ECOLÓGICO

Tatiana Vilela Carvalho de Souza

tativil3la@gmail.com

Mestra pelo Programa de Mestrado Profissional em Práticas Docentes no Ensino

Fundamental – UNIMES

Prof^ª. Dr^ª. Renata Barrocas

renata.barrocas@unimes.com

Docente do Programa de Mestrado Profissional em Práticas Docentes no Ensino

Fundamental – UNIMES

Palavras-chave: produto, geografia, sujeito ecológico, transformação

Introdução

A sociedade vive um caos tanto ambiental como social, precisamos de ações efetivas para obter as transformações necessárias para o tempo presente e para as futuras gerações. Se as mudanças desejadas passam pela sala de aula, pela escola, pelo professor, qual tem sido nossa postura diante do caos ambiental, temos desenvolvido práticas pedagógicas que abordem a construção do sujeito comprometido com essas questões?

As imagens estão presentes em todos os lugares, o contato com esses signos está no dia a dia faz parte da história, geralmente não refletimos sobre as imagens que aparecem em nossas vidas, surgem de maneira automática, sem filtro. A falta de criticidade não permite um refinamento do olhar para de fato compreendermos todo o simbolismo presente na imagem. Elas mudam de sentido dependendo do momento, pois cada indivíduo reage a uma imagem de acordo com a memória histórica, conforme sua historicidade individual. Quantas perspectivas podemos extrair a partir de uma imagem, é essa dialogicidade entre as vivências dos alunos e as práticas pedagógicas investigativas que colaboram com a construção da consciência ambiental.

Como o produto faz parte do processo da dissertação do Mestrado Profissional da Unimes / SP, elaboramos a construção da revista digital a partir das narrativas dos professores participantes da pesquisa, através do Google Forms e do grupo Focal. A proposta pedagógica contida na revista contém diversas matrizes curriculares envolvidas de maneira interdisciplinar para discutirmos através das imagens os problemas dos resíduos sólidos urbanos (conhecido como lixo) na cidade de Santos, acessada através do link <https://drive.google.com/file/d/1vDOFC4psRQq8DzfiRAAtCz92ZnkSZBm5/view?usp=sharing>. Material de apoio para ser utilizada pelo professor enquanto ferramenta didática para enriquecer e fomentar o desenvolvimento da consciência ambiental dos alunos.

Com a presença da pluralidade de imagens na revista digital favorecemos o desenvolvimento do raciocínio geográfico além de promover o despertar da sensibilidade, permitindo um olhar reflexivo para compreendermos e atuarmos como sujeitos de transformação nos problemas enfrentados pelos municípios santistas. Potencializando a percepção ao proporcionar um olhar mais detalhista e preciso sobre a historicidade da imagem e suas relações com o meio em que está inserida, (GOMES, 2017). Exercendo constante diálogo com a temporalidade, contextualizando as experiências dos alunos com metodologias que fortalecem a atuação deles na sociedade como cidadãos.

Um dos objetivos da Geografia é propiciar aos alunos a capacidade de interpretar o mundo, compreendendo seus processos diante de fenômenos sociais e naturais, reconhecendo-se como parte dele para intervir e transformar. Para Morin (2020, p.22), o “futuro imprevisível está em gestação hoje”, a educação desempenha um papel fundamental nesta gestação para uma sociedade com princípios ecológicos, é tempo de mudar/transformar.

Objetivo

Nosso objetivo é desenvolver a interdisciplinaridade da Geografia através da revista digital, compreendemos que quando aplicada de maneira adequada potencializa a aprendizagem dos alunos. Fazenda (2002) aborda a importância da interdisciplinaridade e do olhar diferenciado para o conhecimento, para ela a disciplina é tratada no ambiente escolar como estática. É perceptível que ao

longo da história a fragmentação do conhecimento, o fato de separar e simplificar para estudar tem dificultado a compreensão do todo.

Desenvolver a interdisciplinaridade não é tarefa fácil, colocá-la no currículo proporciona o desenvolvimento de novos saberes, favorece novas formas de aproximação da realidade social, de leitura do mundo, partindo do diálogo com as demais matrizes curriculares discutindo o fenômeno estudado de maneira global. Além do desenvolvimento de novos saberes, a interdisciplinaridade via educação favorece novas formas de aproximação da realidade social e novas leituras das dimensões socioculturais das comunidades humanas. (FAZENDA, 2002, p. 14)

A aprendizagem torna-se mais significativa quando a observamos em diversas dimensões, pois cada matriz curricular apresenta sua especificidade sobre o fenômeno. Quando se compreende a importância de agrupar e integrar essas matrizes para discuti-lo, aproxima-se da totalidade do objeto estudado, discutindo-o com maior propriedade sobre o tema de maneira ampla.

Quanto maior a interdisciplinaridade do trabalho docente, melhor será a aquisição da aprendizagem. Para Carvalho (2012), o objetivo não é unificar as disciplinas, mas estabelecer diálogos, conexões para a construção de novos saberes, promovendo a teia da aprendizagem. Como a Geografia apresenta esse perfil interdisciplinar, as demais matrizes curriculares são entrelaçadas por ela para discutirmos com profundidade os problemas e consequências dos resíduos sólidos urbanos na cidade de Santos, proposta da revista digital.

Desenvolvimento

O ensino da Geografia é o elo que une a História, Matemática, Língua Portuguesa e Arte para que através de um trabalho colaborativo se discuta o problema da produção dos resíduos e suas consequências, mas cada um dentro da sua área e com o desenvolvimento de Habilidades e Competências específicas, promovendo a discussão global e local dos problemas abordados.

Analisando o Currículo Santista de Geografia (2020), observamos que esses temas são discutidos superficialmente e, para oportunizar essa formação da consciência ambiental nos alunos utilizamos o

pluralismo da imagem numa perspectiva interdisciplinar através da linguagem imagética com o uso de pinturas, fotografias, charges, vídeos, receita, reportagens. O tempo de duração do projeto cabe ao professor estabelecer, no término do projeto todas as atividades educativas serão socializadas com as famílias para discussão. Através do diálogo e da mediação o professor fará a avaliação, exercendo um olhar atento para as dificuldades apresentadas.

Considerações Finais

Estamos inseridos num mundo de imagens, e essas imagens precisam ser interpretadas e lidas para o entendimento do espaço ocupado. Porém, as imagens quando utilizadas pelo professor geralmente são empregadas como mera ilustração, esvaziando todo o seu potencial para a aprendizagem. Como observamos algumas lacunas no Currículo Santista (2020) do 3º ano de Geografia do ensino fundamental na construção da consciência ambiental, elaboramos a revista digital enquanto recurso didático a fim de contribuir na formação do sujeito ecológico.

A revista digital fomenta uma interação do aluno com seu espaço de vivência, oportunizando atividades problematizadoras a partir da interdisciplinaridade da Geografia para promover a reflexão do aluno ao incentivá-lo a exercitar sua autonomia, propondo debates sobre contrastes sociais que estão na cidade de Santos, deixando claro que a transformação da realidade é possível através do inconformismo do presente. Segundo Straforini (2004), o ensino da Geografia deve dialogar com as contradições da sociedade a partir do espaço, provocando o surgimento do inconformismo e assim pensar uma outra condição para a espécie humana.

Não temos a pretensão simplista de que a revista digital seja responsável pela formação plena do sujeito ecológico, pois entendemos que essa construção é gradativa e contínua, essa consciência ambiental deveria estar em todos os níveis de ensino da educação.

A escola e a sociedade como um todo devem seguir juntas no propósito de preservar nosso maior patrimônio, a Terra. Desejando a construção de um ambiente justo, ecologicamente correto e economicamente suficiente para esta e as futuras gerações. Propondo debates na sala de aula sobre os problemas que afetam os municípios santistas através da intencionalidade educativa, é oportunizar aos

alunos o pleno exercício da cidadania para atuarem na cidade onde vivem como sujeitos ecológicos, como sujeitos de transformação.

Referências

GOMES, P. C da C. Quadros Geográficos: Uma forma de ver, uma forma de pensar. 1ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

MORIN, E. É hora de mudarmos de via: as lições do coronavírus. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

SANTOS. Secretaria da Educação - Seduc. Currículo Santista. Disponível em:<https://www.santos.sp.gov.br/static/files_www/conteudo/SEDUC/EducaSatos/curr_culo_santista_10_02_20.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

STRAFORINI, R. Ensinar Geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais. São Paulo: Annablume, 2004.

CARVALHO, I. C. de M. Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FAZENDA, I. Construindo aspectos teórico metodológicos da pesquisa sobre a interdisciplinaridade. In. FAZENDA, I. (org.). Dicionário em construção: interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2002. p.11-29.

044. A MAFALDA E O ENSINO DE GEOGRAFIA POLÍTICA: REFLEXÕES SOBRE O USO DE RECURSOS DIDÁTICOS E TICS EM TURMAS DE OITAVO E NONO ANO

Luiz Henrique Andrade^{1A}

luiz_h91@hotmail.com

Renata Barrocas²

renata.barrocas@unimes.br

1 – Bolsista de iniciação científica da UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS (UNIMES)

2 – Prof^a. Dr^a. Licenciatura em Geografia e do Programa de Mestrado Profissional em Práticas Docentes do Ensino Fundamental da UNIVERSIDADE METROPOLITANA DE SANTOS (UNIMES)

Palavras-chave: Linguagens de ensino, tecnologias da informação e comunicação, Geografia Escolar, material didático.

Introdução

Esta pesquisa de iniciação científica consiste na continuidade do projeto iniciado em 2020, direcionado à criação de um material didático, em formato de *website*, com base nas tiras da Mafalda visando facilitar o ensino de temáticas inerentes à Geografia Política. Através dos bons resultados conquistados com a construção do produto, o presente trabalho se orienta para a aplicação do material didático em escolas da Baixada Santista, sobretudo para turmas de oitavo e nono ano. Contendo diferentes linguagens de ensino e tecnologias de informação e comunicação (TICs), as propostas didáticas correntes no produto permitem o desenvolvimento do raciocínio geográfico em consonância com os parâmetros estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), facultando análises acerca da viabilidade das atividades para os anos finais do Ensino Fundamental e, também, discussões em torno do ensino de Geografia.

Objetivos

Considerando a necessidade de renovação nas metodologias didático-pedagógicas nas aulas de Geografia, a fim de consolidar os processos de ensino-aprendizagem, este trabalho tem como objetivo avaliar a praticabilidade do referido material didático em turmas dos anos finais do Ensino Fundamental, procedendo com observações a respeito do ensino de Geografia na contemporaneidade e o impacto da estrutura escolar na efetivação do uso de linguagens de ensino e tecnologias em sala de aula.

Métodos

O estudo bibliográfico e processos investigativos com atores da comunidade escolar (educadores e educandos) consistem nas nossas metodologias para o desenvolvimento desta pesquisa.

Para tanto, nosso embasamento teórico se fundamenta em autores como Kenski (2015) e Veiga (2001), no que concerne à importância do projeto político-pedagógico como parte estruturante do suporte didático oferecido pelas escolas; Cavalcanti (2015) nas reflexões em torno da Geografia Escolar; e Franco (2007), com procedimentos de coleta e análise de dados que contribuíram para as avaliações qualitativas e quantitativas pretendidas.

No que tange aos métodos de investigação, utilizamos questões abertas e fechadas relacionadas em questionários para apanhar as informações primordiais para a nossa pesquisa. Tais dados foram recolhidos empiricamente, após a aplicação das propostas de atividades, com o consentimento documental dos agentes envolvidos no processo.

Desenvolvimento

A partir da concepção do material didático, com base nas tiras da Mafalda e em modelo de *website*, para viabilizar o ensino de Geografia Política nos anos finais do Ensino Fundamental, o programa de bolsas da Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES) concedeu autorização para o prosseguimento do projeto através da presente pesquisa de iniciação científica. As temáticas de Geografia Política escolhidas para integrarem o *website* foram segregação socioespacial, nova ordem mundial, fluxos migratórios e cartografia.

O produto em questão foi elaborado com o suporte de diversos recursos didáticos e tecnologias que, por sua vez, promovem diferentes perspectivas de utilização pelo docente em sala de aula. Elementos como histórias em quadrinhos, mapas, músicas e fotografias assumem a função de potencializar a construção do conhecimento de temas da Geografia Política junto aos alunos e, ao mesmo tempo, servir como alternativas praticáveis para dinamizar as aulas de Geografia. Além disso, competências importantes como o senso de pesquisa e crítica são estimuladas com o auxílio das sequências didáticas propostas no material. O *website*, nomeado de “Pluralidades Geográficas”, pode ser conferido através do seguinte endereço: <https://luizh91.wixsite.com/plurigeo>.

No entanto, é preciso ponderar que a utilização de diferentes linguagens e TICs nas instituições de ensino estão sujeitas à obstáculos decorrentes de deficiências estruturais e pedagógicas existentes na

esfera escolar. Assim, a verificação prévia acerca da integração tecnológica da escola e os dispositivos passíveis de uso devem ser avaliados pelo docente, no intuito de examinar a exequibilidade de determinada atividade. Kenski (2015) concorda:

Assumir o uso das tecnologias digitais no ensino pelas escolas requer que ela esteja preparada para realizar investimentos consideráveis em equipamentos e, sobretudo, na viabilização de condições de acesso e uso destas máquinas. No atual momento tecnológico, não basta às escolas a posse de computadores e *softwares* para uso em atividades de ensino. É preciso também que esses computadores estejam interligados e em condições de acessar a internet e todos os demais sistemas e serviços disponíveis nas redes. (KENSKI, 2015, p. 70)

Assim, em um primeiro momento, fizemos uma investigação por questionário com professores em escala nacional, com a finalidade de compreender sobre como está sendo realizado o processo de ensino-aprendizagem em torno das temáticas de Geografia Política e, além do mais, perceber o nível de suporte pedagógico que estes docentes possuem em termos de estrutura tecnológica disponível nas escolas em que atuam.

Na segunda parte da pesquisa, procedemos com a efetiva aplicação do material didático em 111 sujeitos pertencentes às turmas de oitavo e nono ano, da rede pública estadual, em Santos. Para tanto, formalizamos a seleção de certas temáticas e propostas do material didático, uma vez que não haveria tempo hábil para a execução de todas. Com isso, o oitavo ano dispôs do tema de “fluxos migratórios”, enquanto o nono ano desfrutou da “segregação socioespacial”.

Após uma aula expositiva, com o auxílio de *slides*, na intenção de introduzir os temas, partimos para a concretização da atividade, com expressiva participação do corpo discente. Havendo a finalização da tarefa, solicitamos aos alunos que respondessem um questionário para avaliar os resultados da aplicação e compreender a percepção dos educandos no que diz respeito às aulas de Geografia.

Os dados coletados apontaram para o sucesso das atividades, uma vez que os alunos conseguiram apropriar-se dos conteúdos pretendidos com êxito. A tabela a seguir evidencia essa apreciação pelos sujeitos, comprovando a validade do material didático enquanto recurso a ser usufruído em sala de aula:

Tabela 1: Avaliação, pelos educados, das atividades aplicadas

As atividades aplicadas pelo professor facilitaram no entendimento de temáticas relacionadas à Geografia?	Frequência	Percentual
SIM	103	98%
NÃO	9	2%
Total	111	100%

Fonte: elaborado pelo autor

Todavia, outras questões do questionário nos orientaram para análises no tocante do ensino de Geografia, notavelmente ao indagar os estudantes sobre o que mais gostavam e desgostavam nas aulas. Muitas respostas, alinhadas com perspectivas tradicionais, indicaram a prevalência do estigma recorrente na Geografia de que se trata de um componente curricular decorativo.

Foram comuns menções à termos como “estados”, “capitais” e “países”, com pouca especificidade a demais assuntos concernentes à Geografia. No mais, diversos educandos indicaram a professora como item que mais gostam (ou menos gostam) nas aulas. Este contexto aponta para dificuldades notórias: a falta de identificação dos alunos com a Geografia e o impasse para assimilar noções em torno do objeto de estudo da ciência geográfica, que é o espaço.

Conclusão

Este trabalho norteou evidências de que, em muitos casos, há a ausência de uma linha referencial ou base teórica que encaminhe os indivíduos a perceber questões que realmente são incorporadas pelo universo geográfico, denotando um ensino insuficiente. Nosso material didático aparece como alternativa para colaborar nas falhas expressas pelo processo de ensino-aprendizagem. Reiteramos que nossa pesquisa não é a solução definitiva para os problemas presentes na Geografia Escolar, mas um percurso viável e acessível para explorar determinados conceitos da Geografia Política sem desviar para a monotonia ou descritivismo. Os nossos ideais, portanto, se enquadram no desenvolvimento do protagonismo do aluno com base na pesquisa científica, criatividade, autonomia e criticidade.

Referências

- CAVALCANTI, Lana de Souza. O ensino de geografia na escola. Campinas: Papyrus, 2015.
- FRANCO, Maria L.P.B. Análise do conteúdo. 2ª edição. Brasília. Liber Livro Editora. 2007.
- KENSKI, Vani Moreira. O ensino e os recursos didáticos em uma sociedade cheia de tecnologia. In: VEIGA, I. P. A. (Org.). *Didática: o ensino e suas relações*. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e ensino presencial e a distância. Campinas: Papyrus, 2015.
- VEIGA, Irma P. A. Projeto político-pedagógico: Novas trilhas para a escola. In: FONSECA, M.; VEIGA, I. P. A. (Org.). *As dimensões do projeto político-pedagógico: Novos desafios para a escola*. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

045. AMBIENTE COOPERATIVO EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA – CONDIÇÃO NECESSÁRIA AO APRENDIZADO E CIDADANIA

Janaína Bezerra Pereira

Mestrado Profissional Práticas Docentes no Ensino Fundamental - UNIMES

Elisete Gomes Natário

Mestrado Profissional Práticas Docentes no Ensino Fundamental – UNIMES

professorajanainap@gmail.com

Palavras-chave: ambiente cooperativo; jogos cooperativos; práticas cooperativas.

Introdução

O tema ambiente cooperativo o qual nos possibilita abordar o juízo moral e a importância da empatia. A escola é um ambiente que forma cidadãos, apresenta problemas que poderiam ser consideravelmente minimizados com atitudes de solidariedade, ética e empatia, o que torna o tema considerável para trabalharmos em sala de aula. De acordo com Piaget (1932/1994), o juízo moral é desenvolvido ao longo da infância e da adolescência, ou seja, não é inato, deve ser desenvolvida e para isso há a importância que a convivência seja oportunizada em grupos. Pode-se encontrar no dicionário a definição de empatia

que é se colocar no lugar do outro. Camino, Camino e Leyens (1996) ressaltam que é essencial a sua estimulação e conforme a criança se desenvolve esse sentimento aumenta.

O ambiente cooperativo contribui não só para o ambiente escolar, mas para toda uma vida fora dos muros escolares, pois para uma vida em sociedade saudável exige que se saiba trabalhar em grupo, diferenciar o que é certo e errado para a cultura a qual a qual se está inserida, tomar decisões que sejam relevantes para toda a sociedade e nos colocarmos no lugar do outro.

Objetivo

Discutir a importância dos jogos cooperativos na construção do ambiente cooperativo na escola, segundo a literatura.

Método

Este estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica, pois como salienta Pizzani et al. (2012, p. 54) compreende “[...] a revisão de literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico” e o levantamento bibliográfico pode ser realizado “[...] em livros, periódicos, artigo de jornais, sites da Internet entre outras fontes”. Os descritores utilizados foram: ambiente cooperativa, sala de aula cooperativa, práticas cooperativas e juízo moral.

Desenvolvimento

Os jogos cooperativos são jogos onde o estudante joga um com o outro, e não contra o outro. Para Brotto (1999), jogos cooperativos são para superar os desafios e não para que o outro perca, joga-se por prazer. Nos jogos cooperativos o que se destaca é a satisfação em jogar, o prazer, a diversão, ajudar o outro para concluir a prova, ou seja, a empatia faz parte do jogo. Não há exclusão, pois não prioriza a habilidade física. É um jogo que todos cabem no pódio e o troféu são os valores que você aprende com os parceiros.

Despertando e desenvolvendo os talentos, vocações, dons e tons pessoais, como peças singulares, importantes e fundamentais ao grande jogo de co-existência. Através do jogo cooperativo a sinergia

entre auto-estima e relacionamento interpessoal é sintetizada e ganha proporções extraordinariamente educativas e transformadoras (BROTTO, 2001, p.13-14).

Brotto (2000, p. 63) afirma que com “Jogos cooperativos: se o importante é competir, o fundamental é cooperar”. Nesse trecho, o autor declara a essência dos jogos cooperativos que é cooperar com o próximo, ajudar quem está à sua volta, enxergar o outro como parceiro e não como rival. O ideal é que esse aprendizado não se resuma ao ambiente escolar e sim que nossos estudantes perpetuem isso ao longo da vida, para a vida. Brotto (1999, p. 124) propõe, em seu estudo, “[...] o desenvolvimento de uma Pedagogia do Jogo e do Esporte, apoiada em estruturas socioeducacionais de cooperação e solidariedade.”

Jogos cooperativos vieram para mudar o conceito de jogos, a ideia é criar uma cultura de cooperação e empatia. Moraes (2008, p. 18) contribui dizendo “[...] os jogos cooperativos foram pensados como instrumentos de ludicidade, capazes de intervir no modelo capitalista de competição e promover uma revisão de valores e condutas na direção da cooperação.”

Para Soler (2005, p. 48), o jogo cooperativo contribui para a vida. “[...] sem medo de errar, que quanto maior for a parte da vida de uma criança envolvida com Jogos Cooperativos, mais ela aceitará a cooperação, e mais ainda estará disposta a cooperar tanto no jogo da escola quanto no grande jogo da vida.”

Almeida (2011, p. 37), “[...] as regras não são o mais importante, o que importa de fato é o relacionamento, a criação coletiva e a integração entre os membros do jogo. As regras existem para ajudar o processo e não para provocar conflitos ou atitudes competitivas.”

Jogos cooperativos vieram para resgatar valores que devido a competição desenfreada foi deixada de lado. A cooperação, a interação, a solidariedade, a socialização, pensar no coletivo, o respeito, a empatia são valores importantes para serem trabalhados com os estudantes e que esses ensinamentos possam construir um ambiente cooperativo e empático para o educando e futuramente cidadão. Brotto (1999, p. 67) expressa: “Quando conseguimos nos descontrair e ficar mais flexíveis nas nossas interações [...]

expressamos livremente o poder que existe dentro de nós e compartilhamos qualidades-habilidades humanas essenciais.”

Freire (1989, p. 48) expõe: “ a educação das crianças, dos jovens e dos adultos tem uma importância muito grande na formação do homem novo e da mulher nova”, ou seja, a educação serve para formar o sujeito, prepará-lo para a vida adulta e é por isso, que nós educadores devemos trabalhar todos os elementos que compõe um ser humano. O autor ressalta: “ Uma educação que dê valor à ajuda mútua e não ao individualismo, que desenvolva o espírito crítico e a criatividade, e não a passividade.” Sendo assim, promover um ambiente cooperativo, cujo objetivo é um ajudar o outro, se afastar do egocentrismo, promovendo a empatia seria um bom método para colocarmos em prática as palavras de Freire. Piaget (2003, p. 24) diz que “é a relação da criança com o mundo físico e social que promove seu desenvolvimento cognitivo, construindo e reconstruindo suas hipóteses.” Trabalhando um ambiente cooperativo promovemos um ambiente de paz, respeito, troca de experiência, ampliaremos seus conhecimentos, ou seja, contemplaremos aspectos essenciais para a vida em sociedade.

Conclusão

O ambiente cooperativo na sala de aula proporciona um clima favorável para as relações humanas, entre elas: desenvolver a empatia, o cuidado, o autocuidado, o respeito, ou seja, trabalha itens importantes para o desenvolvimento moral e ético dos seres humanos, características essas que facilitam uma sociedade cidadã dentro e fora da escola.

Referências

- ARAUJO, Ulisses F. O ambiente escolar cooperativo e a construção do juízo moral infantil : sete anos de estudo longitudinal. **Rev. Online**. Campinas, SP, v.2, n.2 , p.1-12, fev. 2001. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/1067/1082>. Acesso em: 18 maio 2022.
- BROTTO, Fábio O. Jogos Cooperativos: o jogo e o esporte como um exercício de convivência. Santos, SP: Projeto Cooperação, 2001.

BROTTO, Fábio O. Jogos cooperativos: o jogo e o esporte como um exercício de convivência. 1999. 209 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física)– Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

BROTTO, Fábio O. Jogos cooperativos: se o importante é competir, o fundamental é cooperar. Santos (SP): Projeto Cooperação, 1999.

CAMINO, Cleonice; CAMINO, Leoncio; LEYENS, Jacques-Philippe. Julgamento moral, emoção e empatia. In: TRINDADE, Zeidi Araujo; CAMINO, Cleonice (org.). Cognição social e juízo moral. Rio de Janeiro: Coletaneas da ANPEPP, 1996. p. 109-135.

LA TAILLE, Yves de. O lugar da Interação Social na Concepção de Jean Piaget. In: LA TAILLE, Yves de; OLIVEIRA, Marta K. de; DANTAS, Heloysa. Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão São Paulo: Summus, 1992.

PIAGET, Jean(1932). O juízo moral na criança. São Paulo: Summus, 1994.

PIZZANI , Luciana.; SILVA, Cristina. da; BELLO, Suzelei. F.; HAYASHI, Maria Cristina. P. I. Arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. Rev. Dig. Bibl. Ci. Inf., Campinas, v.10, n.1, p.53-66, jul./dez. 2012. Disponível em: www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php. Acesso em: 10 set. 2022.

SOLER, Reinaldo. Jogos cooperativos. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

046. ANÁLISE DA ESCULTURA DISCÓBULO DE MÍRON E A RELAÇÃO DA BUSCA PELO CORPO PERFEITO NOS DIAS DE HOJE

Márcio Tonelli Bernardes

Universidade Metropolitana de Santos

marcio.bernardes@unimes.br

Orientador: Gerson Tenório Santos

Universidade Metropolitana de Santos

Orientadora: Renata Barrocas

Universidade Metropolitana de Santos

Palavras-chave: Leitura de Imagem; Culto ao Corpo; Educação Física; Ensino Médio.

Introdução

O discóbolo de Míron (Lançador de discos), escultura produzida em torno de 455 a.C. retrata o efêmero momento de imobilidade do atleta que disputava o pentatlo e representa a transição do Estilo Severo para o Estilo Clássico, onde é possível observar na escultura o corpo descansar em uma das pernas, dando a sensação de movimento, no lugar da rigidez do estilo antecessor.

Uma das maiores influências na construção do conceito de beleza ocidental encontra sustentação na beleza ideal clássica da Grécia Antiga. A arte grega buscava então expressar um ideal de beleza, de formas perfeitas nas quais predominavam a harmonia, a simetria, o equilíbrio e a proporcionalidade. Daí a expressão “*Deus Grego*” que seria para representar a pessoa que possuiria essas formas perfeitas, tendo um corpo escultural.

O presente trabalho é importante para compreendermos por que cada vez mais os adolescentes estão tão preocupados com o corpo perfeito, como eles veem a dificuldade de se conseguir esse “padrão” ideal e analisar qual a relação da mídia com o tema, percebendo que a busca incessante por um determinado padrão pode levar a diversos transtornos.

Qual o impacto de um padrão estético hegemônico no público adolescente. Que consequências este padrão causa na sociedade? O que se faz quando alguém nos diz: “Fique nu..., mas seja magro, bonito e bronzeado” (FOUCAULT, 1983, p.83).

Uma análise crítica do “ideal de beleza” que acaba levando a não aceitação do próprio corpo, bem como a busca incansável pelo “padrão” de beleza, levando jovens a consumir, em exagero, os mais variados métodos que os auxiliem a moldar seus corpos e hábitos para adequar-se ao que é exigido pela sociedade.

O professor de educação física na escola deve abordar essas questões que são extremamente importantes, a fim de refletir, discutir e dar voz e vez para os alunos debaterem tal assunto, pois o professor de educação física precisa ser um mediador da informação e da discussão relacionada ao bem-

estar e qualidade de vida dentro da escola. Cabe a este profissional, portanto, promover atividades que façam os alunos refletirem sobre o papel da atividade física na vida das pessoas e os seus benefícios.

“Se cabe à Educação Física introduzir e integrar o aluno na cultura corporal de movimento, há que se considerar que: I) a integração há de ser do aluno concebido como uma totalidade humana, com suas dimensões físico-motora, afetiva, social e cognitiva, e II) o consumo de informações e imagens proveniente das mídias faz parte da cultura corporal contemporânea, e portanto, não pode ser ignorada; pelo contrário, deve ser objeto e meio de educação, visando instrumentalizar o aluno para manter uma relação crítica e criativa com as mídias (BETTI, 2003: 97-98).

O professor de educação física deve desenvolver nos alunos a leitura e compreensão das imagens no seu cotidiano, com experiências pautadas no pensar e no fazer relacionado ao corpo e o movimento dentro da escola. Numa perspectiva crítica, desafiadora, de resolver situações problemas, consciente na medida em que convida os alunos, a pensarem seu mundo de forma diferente, de se posicionarem criticamente perante o mundo (FREIRE,1979).

Objetivos

O presente trabalho busca trazer uma relação da escultura Discóbolo de Míron com a incessante busca pelo corpo perfeito nos dias de hoje e como esse tema pode ser trabalhado em sala de aula dentro do componente curricular de educação física para alunos do ensino médio. Afim de discutir questões midiáticas como grande influenciadora sobre a imagem corporal, que é a representação de como as pessoas percebem-se, refletindo em questões ligadas a autoestima e por consequência, a saúde do indivíduo.

Métodos

A metodologia apresentada será a pesquisa bibliográfica com referencial teórico sobre os estudos relacionados a leitura de imagens, culto ao corpo e educação física como componente curricular na escola para o ensino médio. Visando debater com esses jovens, a cerca do nível de conhecimento prévio

dos mesmos e usando as imagens como estratégia para tratar sobre os benefícios e malefícios causados na busca desse corpo idealizado.

Desenvolvimento

Nos parece fundamental que a Educação Física tenha como tema de discussão em sala de aula este padrão corporal, as influências culturais sobre este padrão de beleza idealizado, as estratégias que a mídia utiliza para divulgá-lo, as imagens, produtos e procedimentos oferecidos pelo mercado da beleza e finalmente oferecer uma oportunidade de que os alunos possam refletir sobre que corpo desejam ter.

O professor deve argumentar aos educandos, enfatizando a importância do tema dentro da escola e principalmente das aulas de Educação Física, discutindo, na intervenção pedagógica, sobre as atividades propostas deixando em aberto para que os alunos possam trazer mais perguntas e temas polêmicos para enriquecimento do debate.

Eco (2014, p. 9) afirma que “[...] tendemos a definir como bom aquilo que não somente nos agrada, mas que também gostaríamos de ter”. Sendo o ponto de partida para compreender o ideal grego como belo e estendendo-se a como é visto o corpo nos dias de hoje, relacionando com a cultura do movimento, os discursos e as práticas da Educação Física. Se faz necessário inserir nessa discussão todas as visões à medida que deve proporcionar uma participação dos alunos em forma de debate, trazendo pontos de vista e opiniões diversas para o enriquecimento da conversa e o professor de educação física sendo o mediador desse processo de reflexões conduzidas em sala de aula, propiciando uma formação mais crítica ao educando.

Manguel (2001), que a linguagem visual ao ser interpretada também permite a projeção de outras imagens, que podem estar relacionadas a outros contextos simbólicos do leitor do mesmo modo, a capacidade de memória varia no contexto de informações imagéticas ou linguísticas. As imagens são recebidas mais rapidamente do que os textos, elas possuem um maior valor de atenção, e sua informação permanece durante mais tempo no cérebro (SANTAELLA, 2012, p. 109).

A proposta é desenvolver uma análise que possibilite a ampliação do conhecimento sobre o tema. Nesse sentido, a necessidade do exercício da crítica e da reflexão do educando, já preconizado por Freire (2014) em *Pedagogia do Oprimido* é imperativo na busca por mudanças na cultura e nas lógicas que perpassam os espaços de formação.

Conclusão

Com a discussão do presente trabalho sobre a relação das imagens apresentadas pelo grupo devem levar a reflexão prática positiva quando adotada para conquistar um estilo de vida saudável, visando à melhoria da saúde e das capacidades físicas, e não para obter o “corpo perfeito”, ou seja, é necessário perceber que os modelos que são exibidos na TV, nas mídias sociais e revistas de celebridades, podem ser inalcançáveis. Na maioria das vezes, a imagem criada na cabeça dos jovens de um corpo ideal, com influência da mídia acaba tornando um fator negativo, por expor, um corpo escultural e perfeito que muitos jovens não conseguirão alcançar, incentivando esses adolescentes que usem de todos os artifícios para se aproximarem desse padrão estipulado como belo pela sociedade, mesmo que isso custe a saúde.

047. AS CONTRIBUIÇÕES DA DANÇA PARA APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS

Raquel Meneses de Lima

raquel-dancca@hotmail.com

Profa. Dra. Irene da Silva Coelho

coelhoirene@gmail.com

Universidade Metropolitana de Santos

Palavras-chave: Dança, Escola, Aprendizagem, Contribuições.

Introdução

A dança, como forma de expressão do ser humano, é antiga como a própria história da humanidade. Todas as culturas deixaram suas marcas nos gestos e movimentos de seus intérpretes. Enquanto processo de autoconhecimento (do corpo, de seus limites e de suas possibilidades) e instrumento de efetivação das relações sociais, a dança leva o indivíduo a experimentar novas possibilidades no plano do exercício de criação e de integração de um grupo. Ela atua como elemento transformador, pois, sem dúvida, promove em quem dela participa a aceitação de si mesmo e uma maior receptividade nos relacionamentos com os outros, mediante o envolvimento que se estabelece num trabalho prático.

O caráter lúdico da dança contribui para a melhoria da qualidade de vida em geral e mesmo no âmbito profissional, na medida em que o domínio de uma habilidade específica acontece na consciência do agente, daquele que atua em busca da economia ergonômica do esforço, da harmonia e do equilíbrio. Conseguimos visualizar o que o outro está sentindo, ou dizendo, pois ao dançarmos liberamos endorfina (quando a adrenalina e o cortisol começam a ser gastos pelo coração e pelos músculos), e então nossa sensação de prazer fica perceptível a quem está nos olhando, ficando assim contagiada pela atmosfera.

A dança na escola deve proporcionar oportunidades para que o aluno possa desenvolver todos os seus sentidos, e assim o professor possa contribuir para a formação de estruturas corporais mais complexas. (VERDERI, 1998). Mas o que se observa, é que a dança na escola ainda ocupa lugar secundário, resumindo-se às festividades de datas cívicas e também a festas juninas ou dia das mães.

Enquanto presença na Educação Física, a dança é uma realidade em muitas Instituições de Ensino Superior, muito embora alguns estudos demonstrem posições divergentes com relação à sua inclusão nos cursos de Educação Física do Brasil conforme afirmam Miranda (1991) e Knackfuss (1988). Mesmo estando presente na grade curricular, esta modalidade ora é defendida e proposta como uma das atividades mais relevantes, ora é desconsiderada deste meio, isto porque a dança ainda não foi posta como atividade para os menores desde cedo.

É certo que a pouca utilização desta atividade em propostas escolares, pode ser um reflexo de sua situação nos cursos de graduação em Educação Física (licenciatura), da visão que os graduandos têm a respeito da dança e, conseqüentemente, do enfoque que a mesma tem recebido. Outro fator que pode

influenciar a limitada utilização da dança nas escolas advém possivelmente da restrita alusão que os autores fazem a esta atividade enquanto conteúdo pertinente à Educação Física, ou mesmo enquanto proposta curricular para os cursos de graduação e currículo da educação física escolar.

Objetivo

O objetivo deste trabalho é refletir sobre as contribuições da dança para a aprendizagem e desenvolvimento de crianças e também sobre como o professor pode planejar suas aulas.

A relevância do estudo encontra-se ao depararmos com a realidade da dança, que assim como a educação, a dança também apresenta seus “descaminhos” quando o processo educativo não respeita o indivíduo que dança. São descaminhos também quando uma criança, no afã de explorar as infinitas possibilidades de mover-se livremente, é tolhida por técnicas muito precisas e limitadas. (RANGEL, 2002)

Não pretendemos subestimar o trabalho técnico, porém, há professores de dança que, preocupados com as apresentações da escola, atropelam os estudantes na evolução de sua aprendizagem através de repetidas sequências de movimentos e coreografias que o aluno, na maioria das vezes, não percebeu o real objetivo do esporte. (RANGEL, 2002).

Esta forma de conduzir a dança pode alienar o indivíduo, o corpo fica em segundo plano, faz com que o dançar perca seu caráter de liberdade, espontaneidade e completude que tanto seduz o homem na sua mais pura compreensão de unidade.

Métodos

A metodologia adotada para o desenvolvimento dessas reflexões sobre as contribuições está pautada na pesquisa bibliográfica em autores que estudam a dança como Verderi (1998), Miranda (1991), Knackfuss (1988), Rangel (2002) que refletem sobre os caminhos que têm sido traçados no que diz respeito à dança na Educação Física, na escola e no processo ensino e aprendizagem.

Dançando na escola - o desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem

A dança é uma atividade que torna possível ao homem encontrar-se com o seu interior e explorar os seus mais profundos segredos, permitindo que o seu mundo interior seja revelado (RANGEL, 2002).

Considerando a educação como evolução e transformação do indivíduo, a dança como conteúdo da Educação Física e expressão de corporeidade e o movimento como um meio para visualizar a corporeidade de nossos alunos, a dança na escola deve proporcionar oportunidades para que o aluno desenvolva todos os seus domínios do comportamento humano e, por meio das diversificações e complexidades, o professor contribua para a formação de estruturas corporais mais complexas, tais como flexibilidade, equilíbrio etc.(VERDERI, 2009).

Para Verderi (2009), o professor deve ter consciência da necessidade de ousar, e estar preocupado com a formação integral do educando. Diante de tal afirmativa, a solução está na reflexão de como os educandos aprendem e como o processo de ensinar pode conduzir à aprendizagem.

Resultados e discussão

Pensar no processo ensino-aprendizagem de forma a promover a construção de conhecimentos traz a ideia de seres humanos como indivíduos inacabados e passíveis de uma capacidade de refletir criticamente o aprendido. Não se trata apenas de sujeitos do processo de aprendizagem, mas de seres humanos inseridos numa cultura e com histórias e experiências particulares de vida.

As atividades e propostas de trabalho da dança na escola são elaboradas e fundamentadas exclusivamente no movimento e nas possibilidades da variação deste e, também, nas informações concretas que este movimento poderá fornecer ao aluno quando estivermos falando em educação nas demais disciplinas, como concentração, foco etc. (VERDERI, 2009).

Rudolf Laban apresentou uma proposta de dança que não considera apenas a graciosidade, beleza das linhas e leveza dos movimentos, mas a liberdade que possibilita ao homem se expor por seus movimentos e encontrar a autossuficiência no próprio corpo, ganhando autoconfiança e melhorando sua autoestima. Ele define quatro fatores que compõem o movimento: peso, tempo, espaço, fluência.

Esses quatro fatores são inerentes a cada pessoa e é o que diferencia uma pessoa da outra. Há crianças com movimentos lentos (fator tempo), leves (fator peso), diretos (fator espaço) e controlados (fator fluência) e outras totalmente opostas a estas em termos de movimento, os quais podem ser rápidos, firmes, flexíveis, libertados. Um padrão de movimento fundamental refere-se ao desempenho observável de movimentos básicos locomotores, manipulativos e estabilizadores. As habilidades perceptivo-motoras estão se desenvolvendo rápido, mas frequentemente existe confusão na consciência corporal, direcional, temporal e espacial.

Nas escolas ainda se verifica no ensino da dança o controle do corpo, havendo anulação dos sentimentos que emergem. Trata-se de uma disciplina que atua no corpo com intenção de transformá-lo em dócil, preparado para se atingirem melhores resultados. Uma proposta de dança educacional deve ser pensada a partir de alguns aspectos: O que devemos ensinar?; De que maneira esse ensino deverá ser organizado?; Quando ensinar determinados conteúdos? Quais os materiais e procedimentos que mais se enquadram ao processo de ensino-aprendizagem?; O que o aluno poderá se apropriar? Na elaboração do plano de ensino, o professor preocupado com a educação do movimento consciente de seu aluno, deve ter como foco principal o estímulo à criação e recriação de suas próprias atividades.

Conclusão

A dança deve ser descoberta, vivenciada, pensada e sentida. Se nossa proposta é ensinar dança para alunos, temos que conhecê-los, entendê-los, verificar seus anseios e necessidades para somente depois pensar na elaboração de um programa adequado. Através da dança educativa, o aluno descobre o que lhe é natural, orgânico, ou seja, por meio da linguagem corporal descobre como é seu movimento, tem potencialmente a facilidade de desenvolver o que abrange o movimento e suas nuances.

Referências

- FONTENELLA, F.C. O corpo no limiar da subjetividade. Campinas, 1985. Dissertação (Mestrado) – UNICAMP, 1985.
- KNACKFUSS, C.B. Competências definidoras do professor de dança. Rio de Janeiro, 1988. Dissertação (Mestrado) – UFRJ, 1988.

LABAN, R. Dança educativa moderna. São Paulo: Leone, 1990.

MIRANDA, M.L.J. A dança como conteúdo específico nos cursos de Educação Física e como área de estudo no ensino superior. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado) – USP, 1991.

RANGEL, N.B.C. Dança Educação, Educação Física: propostas de ensino da dança e o universo da Educação Física. 1ª Ed. Jundiaí: Fontoura, 2002.

VERDERI, E. Dança da escola: uma proposta pedagógica. São Paulo: Phorte, 2009.

048. AS CONTRIBUIÇÕES DAS POLÍTICAS DE JUSTIÇA RESTAURATIVA PARA ESTABELECIMENTO DO DIÁLOGO CONTRA A VIOLÊNCIA NA ESCOLA

Raquel Mesquita Baldi de Moraes - raquemesquita.biologia@gmail.com

Universidade Metropolitana de Santos-UNIMES

Abigail Malavasi - amalavas@uol.com.br

Universidade Metropolitana de Santos-UNIMES

Palavras-chave: Justiça Restaurativa; conflitos; escola

Introdução

Esse estudo busca conhecer entender como a Justiça Restaurativa intitulada como uma política pública no município de Santos – SP, pode contribuir para a solução de conflitos no ambiente escolar. Segundo as LDB (Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional), os currículos e os conteúdos não podem ser trabalhados apenas como transmissão de conhecimentos, mas encaminhar os alunos rumo à aprendizagem tendo acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania promovendo também a solidariedade e o respeito. Nesse sentido, propõe que a escola deve se assumir como espaço de vivência privilegiado para a construção da cidadania, a compreensão mútua e a busca da paz (BRASIL, 1997, 1998 e 2000). Porém, sabemos que na prática essa realidade pode ser um pouco distinta, pois o ambiente social escolar pode ser complexo, conflituoso e violento, e influencia diretamente o dia a dia em sala de aula podendo retratar inúmeros fatores, como situações inerentes ao próprio ambiente escolar, dificuldades de relacionamento ou até

o reflexo de problemas familiares, financeiros, intolerância a diversidade, dependência química, preconceitos, e muitos outros. Todos nós somos assegurados por lei o direito à integridade pessoal, mesmo quando a realidade é diferente do que propõe a lei. Quando um indivíduo agride outro, fisicamente, moralmente ou até psicologicamente, é muito difícil que esse dano seja reparado. Por isso, a sociedade escolar tem buscado alternativas para a resolução desses conflitos que são parte integrante das relações interpessoais que estão presentes em todos os segmentos da vida, seja o ambiente familiar, profissional, social ou escolar. Sendo importante é necessário saber prevenir, compreender, gerenciar para resolvê-los. A Justiça Restaurativa situa-se dentre as metodologias utilizadas para resolução de conflitos. Os estudos sobre a Justiça Restaurativa ainda são recentes, datando da década de 1970, estando ainda em constante desenvolvimento (Neto, 2018).

Objetivo

Entender o conceito, história e metodologia da Justiça Restaurativa identificando sua contribuição para a compreensão das relações conflituosas no âmbito escolar em uma escola de Municipal de Santos.

Métodos

Para melhor compreender a ações da Justiça Restaurativa e a sua contribuição nos conflitos escolares, esta pesquisa está sendo desenvolvida a partir de levantamentos sobre a temática e uma pesquisa de campo. Buscando a compreensão da realidade escolar para, numa etapa posterior, agir sobre ela e modificá-la. Assim, será realizado uma pesquisa qualitativa, entendida como aquela que se ocupa do nível subjetivo e relacional da realidade social e é tratado por meio da história, do universo, dos significados, dos motivos, das crenças, dos valores e das atitudes dos atores sociais (MINAYO, 2013).

Desenvolvimento

As técnicas para soluções de violência e conflitos de raízes tribais, ganhou destaque inicialmente no âmbito do sistema jurídico como alternativas paralelas, com intuito de lidar com assaltos e outros crimes patrimoniais que em geral são vistos como ofensas menores, hoje essas tais abordagens e práticas tem ultrapassado o sistema criminal crescendo consideravelmente, por meio de diversos programas e

práticas em comunidades, chegando a escolas tendo por base um conjunto de princípios e valores, uma filosofia, que oferece uma estrutura alternativa para pensar as ofensas. Segundo Howard Zehr (2008), um dos precursores da Justiça Restaurativa, afirma que trata de danos e necessidades bem como das obrigações decorrentes, e envolve todos os que sofrem impacto ou têm algum interesse na situação utilizando, na medida do possível, processos cooperativos e inclusivos” (p. 258). O conceito de Justiça Restaurativa indica a cooperação como a principal forma de resolver conflitos, para melhorar na medida do possível a qualidade da convivência em sociedade. É necessário que o ofensor se sinta responsável pelo ato que cometeu é um fator fundamental para que haja a resolução do problema. O diálogo possibilita que rostos substituam estereótipos e que representações equivocadas sejam questionadas (Zehr, 2008, p. 193). Deste modo, busca-se no consenso solução para a cura das feridas, traumas e perdas (Neto, 2018 *apud* Gomes Pinto, 2005, p.20). A Justiça Restaurativa tem como valores restaurativos: *Participação* - dos mais afetados pelo conflito; *Respeito* - de todos os seres humanos, independentemente de cor, raça, gênero, orientação sexual, etnia, cultura, religião, idade e poder econômico; *Honestidade* - na fala e nos sentimentos decorrentes do fato criminoso; *Humildade* - para reconhecer a fragilidade e vulnerabilidade do ser humano; *Interconexão* - dos laços que envolvem o relacionamento dos envolvidos; *Responsabilidade* - para assumir os riscos decorrentes de uma transgressão e criar meios para reparar os danos causados; *Empoderamento* - das partes, para manifestação de suas vontades e satisfação dos seus interesses; *Esperança* - da cura das vítimas, da mudança do ofensor e maior civilidade da sociedade. (Neto, 2018 *apud* Marshall, et al., 2005, pp. 271-273). No Brasil, as primeiras práticas restaurativas iniciaram-se há cerca de 15 anos, por meio da adoção de estratégias para a solução de problemas disciplinares nas escolas. Em 2005, a Justiça Restaurativa ganhou força no Brasil após a viabilização três projetos-pilotos sobre a Justiça Restaurativa, em Brasília, Porto Alegre e São Caetano do Sul (SP). O Projeto de São Caetano do Sul, serviu como modelo a inspirar as ações no município de Santos, que deu início aos debates sobre Justiça Restaurativa no mesmo ano. O programa teve início com a participação de 9 escolas-piloto, escolhidas pelos critérios: número maior de alunos e diversidade de modalidades de atendimento. O intuito era expandir para toda rede de ensino, setores envolvidos e demais regiões, para tornar Santos um polo irradiador aos demais municípios da região metropolitana da Baixada Santista. Por isso, contou com a participação da

Universidade Católica de Santos que faria uma pesquisa qualitativa, exploratória, tendo em vista a construção de uma política pública pautada na cultura da paz.

A consolidação da Política Pública do Programa Municipal de Justiça Restaurativa em Santos aconteceu, por meio da lei nº 3.371 de 11 de julho de 2017, e do Decreto nº 7.932 de 23 de novembro de 2017. Sendo um novo modelo de prevenção e solução de conflitos pelas partes envolvidas, por meio da restauração do dano causado, não da punição, utilizando o diálogo e entendimento. Com o apoio e verba do subsídio global do Rotary Club Santos Boqueirão foi possível a implementação de Núcleos da Paz em 3 unidades escolares, entre elas, a escola na qual essa pesquisa está sendo desenvolvida. Nesses anos, foram formados facilitadores e multiplicadores e atualmente o programa beneficia as escolas municipais. Atualmente, há 4 núcleos que são denominados "Núcleos de Educação para a Paz" em quatro escolas da rede. Nas demais escolas a Justiça Restaurativa deve estar inclusa no projeto político pedagógico. Segundo o site da prefeitura, até o ano de 2021 foram formados 500 disseminadores de paz, entre os formandos do curso estão educadores de escolas municipais e estaduais do Município, representantes de outras secretarias da prefeitura. A proposta de formação do projeto é que os professores que participaram dos cursos de formação sejam capazes de serem multiplicadores da filosofia e metodologia da proposta restaurativa em seus locais de trabalho. O intuito desta pesquisa é saber como a Justiça Restaurativa têm contribuído na prevenção da violência e resolução de conflitos de forma não-violenta em uma escola municipal de Santos a partir dos princípios restaurativos propostos pela política pública vigente.

Referências

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27834-27841. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/LF9394_96.pdf Acesso em: 19 set. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: Promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

SANTOS. Justiça restaurativa: uma história santista. Linha do Tempo da Justiça Restaurativa de Santos. Núcleo de Educação para Paz (NEP)/ Secretaria Municipal de Educação de Santos (SEDUC). 2020. Disponível em: [revista_jr-final-revisao_final_14-07-21-versao04.pdf \(santos.sp.gov.br\)](#) Acesso em: 14 jan. 2022.

MINAYO, M. C. S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2013.

NETO, V. C. Justiça Restaurativa no Brasil: potencialidades e impasses / Vilobaldo Cardoso Neto. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Revan, 2018.

ZEHR, Howard. Trocando as lentes: um novo enfoque sobre o crime e a justiça. São Paulo: Palas Athena, 2008.

049. AS INTELIGÊNCIAS MÚLTIPLAS DE HOWARD GARDNER: COMO USÁ-LAS DE FORMAS CRIATIVAS NAS AULAS DE INGLÊS DE ESCOLAS PÚBLICAS DE SANTOS DE ENSINO FUNDAMENTAL I – ANOS INICIAIS

Raquel Garcia Magalhães Bioni

Universidade Metropolitana de Santos

raquel.bioni@hotmail.com

Orientador: Gerson Tenório Santos

Universidade Metropolitana de Santos

gersontds@gmail.com

Palavras-chave: Metodologia, Competência Linguística, Aprendizagem

Introdução

As metodologias tradicionais para o ensino da Língua Inglesa, ainda hoje em voga nas escolas particulares ou públicas, têm se tornado uma tarefa monótona e invariável, pois não provocam o interesse pelo aprendizado do idioma se não houver algum atrativo que desperte a atenção. Os argumentos que justifiquem a resistência ao aprendizado são inúmeros, entre eles: nunca viajarão para o exterior e o

idioma falado no Brasil é o português. Tais pensamentos não permitem vislumbrar o papel da língua inglesa no que diz respeito à escolha de uma profissão que proporcione mais oportunidades de empregos devido aos conhecimentos de outro idioma. Ensinar Inglês utilizando os mesmos métodos aprendidos no passado torna-se uma tarefa dificultosa nos dias de hoje, pois as crianças e adolescentes estão aprendendo através de formas interativas e participativas com professores que adotam métodos mais ligados a suas realidades, interesses e áreas de conhecimentos. Outro aspecto que agrava a forma como essas crianças e adolescentes têm aprendido ultimamente se dá devido à chegada da tecnologia às mãos desses estudantes de forma prematura. A rapidez com que as informações chegam até os alunos faz com que percam o interesse em qualquer disciplina, inclusive a Língua Inglesa se o ensino continuar estático. Se não houver um plano de adequação que utilize ferramentas mais atuais para que o professor acompanhe os avanços da tecnologia, por exemplo, continuaremos obtendo resultados insatisfatórios. Por isso, defendemos a necessidade do conhecimento e implementação de metodologias inovadoras que explorem as inteligências múltiplas de Howard Gardner deslocando o professor para uma posição menos focada no ensinar e, conseqüentemente, posicionando o aluno no centro do aprendizado. Gardner (1995, p.16) propõe “um novo conjunto de papeis para os educadores, que poderia transformar esta visão em realidade. (...). A tarefa dessas pessoas seria a de tentar compreender, tão sensível e completamente quanto possível, as capacidades e interesses dos alunos de uma escola” Portanto, compreender o que as inteligências múltiplas sugerem é o primeiro passo para a percepção dos educadores de que se trata de auxiliar os alunos na busca pelo desenvolvimento pessoal e profissional muito mais do que uma mera aplicação de conteúdos sem objetivos reais. O segundo passo é entender a importância da adoção de metodologias que explorem as inteligências apresentadas em sala para se obterem resultados não somente quanto à aprendizagem, mas também quanto ao dinamismo das aulas.

Objetivo

Abordar, a partir da teoria das inteligências múltiplas de Howard Gardner, novas formas de compreender o ensino de Língua Inglesa no Ensino Fundamental I – anos iniciais, discutindo novas metodologias de ensino mais interativas, dinâmicas e voltadas à pluralidade de inteligências, competências e habilidades

presentes na sala de aula, bem como ao estágio de desenvolvimento do/as alunos/as deste nível de ensino.

Métodos

A pesquisa tem caráter bibliográfico e investigará, com base tanto na BNCC quanto em estudos voltados às inteligências múltiplas de Howard Gardner, a importância de se desenvolverem metodologias dinâmicas, ativas no ensino de Língua Inglesa do Ensino Fundamental I – anos iniciais que levem em conta as diversidades de inteligências presentes neste nível de ensino, bem como seu estágio de desenvolvimento cognitivo e emocional.

Desenvolvimento

Há tempos que a forma como as metodologias são aplicadas em sala de aula vem mudando. As tão tradicionais aulas em que giz, lousa, cópias e oratórias eram comuns já não são mais bem vindas porque a época que vivemos é outra. As nossas crianças são outras, por isso a necessidade de acompanhar essas mudanças dentro da sala de aula com planos de aulas mais atualizados. É preciso mudar a metodologia como ministramos nossas aulas no Ensino Fundamental I para que consigamos atrair a atenção dos nossos alunos e alunas já que outras coisas, atualmente, atraem muito mais. Assim, as inteligências múltiplas desenvolvidas por Howard Gardner em seus estudos explicam que cada inteligência tem sua biografia, mas os alunos podem apresentar duas ou mais combinadas porque de acordo com ele, “somente os indivíduos anormais possuem apenas uma das inteligências propostas” (Gardner, 1995, p. 22). Ou seja, como professores, precisamos estar atentos que este fato não será diferente nas salas de aula, portanto, as aulas e atividades em geral deverão ser elaboradas levando este aspecto em consideração. Além disso, o Currículo Santista (2019, p. 13) ressalta que:

para que o conjunto de Competências Gerais possa ser efetivamente garantido, é necessário enxergar o estudante de uma nova forma, reconhecendo todo o seu potencial de desenvolvimento. É preciso acreditar que todos podem aprender e, ainda, ter direito à flexibilização de estratégias metodológicas que promovam o protagonismo e a autonomia.

O docente de Língua Inglesa, nesta perspectiva, pode propor aulas e atividades que gerem o desenvolvimento dos alunos criando situações em que o aprendizado ocorra de forma natural e real,

tornando alunos e alunas protagonistas de seus próprios saberes a partir de sua realidade, de sua visão de mundo e das competências e habilidades mobilizadas em seus contextos sociais, o que produzirá sentidos possibilitem a compreensão de uma segunda língua. Quando o professor de Língua Inglesa valoriza as várias inteligências presentes no ambiente escolar, a percepção de que as crianças aprendem por meio de práticas pedagógicas interativas e criativas e de acordo com o nível de desenvolvimento cognitivo e emocional relativo ao seu estágio de desenvolvimento, a aprendizagem da língua ocorre de maneira menos automática e mecânica, possibilitando-lhes enxergarem o sentido e a utilidade da língua no seu cotidiano, seja por meio de jogos eletrônicos, de letras de músicas, de filmes e séries, de propagandas que circulam na mídia, de instruções de aparelhos, entre tantas manifestações da Língua Inglesa no contexto de vida de nosso/as educando/as.

Conclusão

Muito do desinteresse dos alunos do Ensino Fundamental em aprender inglês, especialmente nos anos iniciais, está relacionado ao fato de não conseguirem visualizar uma aplicação condizente às suas realidades. Os alunos também acabam se desmotivando quando as aulas não saem do convencional ou quando são tratados como meros receptores de conteúdos. Além disso, quando as metodologias não são inovadoras ou aplicadas levando em consideração as inteligências múltiplas apresentadas dentro de uma sala de aula, bem como o contexto histórico dos alunos e alunas, a prática pedagógica acaba se tornando uma barreira e o processo de ensino e aprendizagem não flui. Inserir metodologias que se baseiem nas Inteligências Múltiplas de Howard Gardner tem sido um grande desafio, pois requer não somente uma gama de atividades variadas relacionadas ao uso da Língua Inglesa no cotidiano dos alunose alunas, mas também que consideremos que são seres únicos, aprendem de várias formas e possuem várias das inteligências propostas pelo autor. Assim, é fundamental desenvolver uma metodologia para as aulas de Inglês do Ensino Fundamental I que aborde estas inteligências e valorize aquilo que eles já trazem como bagagem para sala de aula. Dessa maneira, as aulas de Inglês devem ser ministradas para construir conhecimentos vivos e significativos, muito mais do que simples repetições de palavras e sentenças sem significados reais.

Referências

- ANTUNES, Celso. Inteligências Múltiplas. São Paulo: Salesiana, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Múltiplas Inteligências na Prática Escolar: Brasília, 1999.
- GARDNER, Howard. Inteligências Múltiplas: a teoria na prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- RICHARDS, J. C. & RODGERS, T. S. Approaches and methods in language teaching. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- SÃO PAULO. Secretaria de Educação de Santos. Currículo Santista. Santos, 2019.
- VERONESE, Maria A. Veríssimo. Inteligências Múltiplas: a teoria na prática por Howard Gardner. 1ª Ed. São Paulo: Penso, 1995.

050. OS COORDENADORES PEDAGÓGICOS E A FORMAÇÃO CONTINUADA: DESAFIOS NO CONTEXTO PANDÊMICO DA COVID-19

Bruno Santos de Oliveira

Mestrando em Práticas Docentes no Ensino Fundamental – Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES

brunostosgeo@gmail.com

Rogério Manzano

Mestrando em Práticas Docentes no Ensino Fundamental – Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES

Dr. Michel da Costa

Professor Orientador – Mestrado Profissional em Práticas Docentes no Ensino Fundamental – Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES

Palavras-chave: Gestão Educacional; Coordenador Pedagógico; Formação Docente; Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é fruto de estudos no âmbito do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas em que foram verificadas barreiras acerca da formação continuada para docentes durante o período de pandemia de COVID-19 em que verificamos dificuldades em garantir o direito dos alunos à aprendizagem com

qualidade social e indispensável à sua formação cidadã e ao mesmo tempo às barreiras enfrentadas no âmbito físico e estrutural dos docentes, especialmente, os que tinham carência de recursos tecnológicos.

Corroborando com ideias de Morin (2020) que aos seus cem anos de idade, nos faz pensar acerca do contexto da COVID-19 e crises existentes na sociedade contemporânea que durante o período evidenciaram uma real crise de ordem planetária, marcada por questões relacionadas mundialmente a políticas, economia, sociedade e sustentabilidade.

Assim, a qualidade educacional precisa estar inserida em um processo de garantia das formações continuadas aos coordenadores pedagógicos, o que requer, dentre outros elementos, a destinação e efetivação de políticas públicas que assegurem a mediação do embasamento destinado aos professores, para sua prática na sala de aula. De acordo com Giroux

Essencial para a categoria de intelectual transformador é a necessidade de tornar o pedagógico mais político e o político mais pedagógico. Tornar o pedagógico mais político significa inserir a escolarização diretamente na esfera política, argumentando-se que as escolas representam tanto um esforço para definir-se o significado quanto uma luta em torno das relações de poder (GIROUX, 1997, p. 163).

Nesse sentido, a formação continuada de coordenadores pedagógicos se apresenta como condição para o desenvolvimento e constituição da profissionalização. A problematização consiste no estudo do coordenador pedagógico, como organizador do meio social educativo, da formação de professores e suas contribuições para os saberes e práticas pedagógicas articulando com a reflexão nas estratégias na sala de aula, possibilitando o protagonismo em ações no binômio educador/educando.

Objetivo

A presente investigação teve o objetivo de desvelar consequências da falta de recursos no período de pandemia de COVID-19 em relação à formação de profissionais da educação de redes públicas de ensino.

Método

Pesquisa de cunho qualitativo, utilizando como recursos meios documentais e bibliográficos.

Desenvolvimento

O coordenador pedagógico costuma ser o profissional que no lócus escolar pensa de forma sistemática e intencional como melhorar a qualidade do ensino oferecido, considerando o projeto político pedagógico da escola como uma importante diretriz a ser considerada e os planos de ensino dos professores como meio de compreender a lógica da organização das ações estratégicas para que os alunos aprendam, considerando os objetos do conhecimento, habilidades desenvolvidas, metodologias utilizadas, formas de avaliação e recursos utilizados, tendo suas ações interligadas diretamente a esse contexto e se responsabiliza pela organização das situações de ensino-aprendizagem como possibilidade de valorização da ação docente.

Desse modo, as situações educativas organizadas pelo coordenador pedagógico constituem o meio social educativo de formação dos professores. É a partir dele que o coordenador pedagógico por meio de diferentes recursos e estratégias formativas tem a possibilidade de desenvolver uma formação de professores consubstanciada pela relação teoria e prática.

Assim, as fragilidades, demandas do momento foram aparecendo, as dificuldades na elaboração de temáticas, que ajudassem no horário de trabalho coletivo, para tornar um ambiente pedagógico transformador de aprendizado, elencando as novas práticas. A formação continuada em serviço, feita no cotidiano da jornada de trabalho, refletem nos resultados mais efetivos de melhoria do ensino. Enfatiza Saviani em suas críticas acerca da Escola Nova:

(...) Passa-se, então, a minimizar a importância da escola e a se falar em educação permanente, educação informal etc. No limite, chega-se mesmo a defender a destruição da escola. Ora, nós sabemos que o povo não está interessado na desescolarização, ao contrário, ele reivindica o acesso às escolas. Quem defende a desescolarização são os já escolarizados, portanto, também já desescolarizados. Consequentemente, para eles a escola não tem mais importância uma vez que eles já se beneficiaram dela. Os ainda não escolarizados, estes estão interessados na escolarização e não na desescolarização. (SAVIANI, 2008, p. 55)

O coordenador pedagógico enfrenta os desafios colocados pelo interior da unidade escolar à luz de uma formação tradicional do conhecimento e ainda, por meio de diferentes ações, promoverem o diálogo

entre a didática e a formação, os saberes e as práticas pedagógicas dos professores na perspectiva do processo educativo, tal como evidência Gómez (2008).

Dentro da escola, o coordenador pedagógico é o profissional que lida diretamente, no momento pandêmico, além de organizar os roteiros de atividades, tiveram a demanda social de entrega de cestas básicas, atendimento com plantão de dúvidas aos educandos e as reuniões de formação pedagógica, com esse contexto e se corresponsabiliza pela organização das situações educativas.

Conclusão

Assim, na tentativa de mitigar as perdas dos alunos em termos de conhecimento sistematizados, foi adotada a modalidade de ensino remoto com a missão de levar aos alunos o conteúdo escolar.

Portanto, assumir os saberes docentes e as práticas pedagógicas como núcleo da formação continuada de professores em contexto escolar no momento pandêmico, em que o coordenador pedagógico assume o papel de organizador é enfrentar o desafio de uma formação centrada e comprometida com a comunidade escolar.

A fim de implicar na problematização os conteúdos, as situações didáticas em função das necessidades de aprendizagem dos alunos e retomá-los, sistematicamente, nos espaços de formação de professores em que se destacam os acompanhamentos individualizados e as reuniões pedagógicas, acompanhar a dinâmica própria do processo educativo com seus desafios cotidianos em que o tempo é outro, o da aprendizagem dos alunos. É ela que serve de mola propulsora, que orienta, aponta os limites, as contradições e as necessidades de reconstrução dos saberes e das práticas educativas dos professores.

Logo, pensar em ações pautadas por meio da coordenação de área, não irá somente potencializar as práticas dos nossos estudantes, como também promover uma aprendizagem significativa dos mesmos, pois a verdadeira formação do coordenador pedagógico em serviço consiste em olhar amplo, o docente com formação continuada mediará os seus discentes ampliar repertório dentro da sociedade inserida e o seu coletivo de forma contínua, propondo novas concepções de ensino que permeiam sua vida como cidadão crítico.

Referências

FREIRE, P. Educação e Mudança. São Paulo. Paz e Terra, 2007.

GIROUX, H. A. Professores como intelectuais transformadores (cap. 9). In: GIROUX, H. Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GÓMEZ PÉREZ, A. I. As funções sociais da escola: da reprodução à reconstrução crítica do conhecimento e da experiência. In: SACRISTÁN, J. G e GÓMEZ PÉREZ, A. L. Compreender e Transformar o Ensino. Porto Alegre: Artmed, 2008.

MORIN, E. É hora de mudarmos de via: as lições do coronavírus. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

SAVIANI, D. Escola e democracia. Campinas. Autores Associados, 2008.

051. CULTURAS OCEÂNICAS E ARTES VISUAIS: UMA REFLEXÃO SOBRE AS POTÊNCIAS DOS SABERES ARTÍSTICOS E OS OCEANOS.

Ive Estrela Silva¹, Gérson Tenório dos Santos²

¹Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES - ive.estrela@gmail.com

²Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES - gersontds@gmail.com

Palavras-chave: Educação; Arte-educação; Cultura Oceânica; Reflexão

Introdução

Vivenciamos um momento histórico que a questão do aquecimento global já mostra seus primeiros efeitos nas mudanças climáticas. Extinção de ecossistemas e vida marinha, micro plásticos, enchentes, inundações, falta de pescado são problemas que tornam-se cada vez mais frequentes. Estudos diversos já sinalizam para a Baixada Santista, especialmente Santos, as possibilidades desastrosas⁵¹ de um aumento de 3° C no clima mundial, que vão de enchentes, deslizamentos, eventos naturais externos e mesmo submersão⁵² de vários locais.

⁵¹ Avaliação de dados e modelagem climática para a região metropolitana da Baixada Santista:

https://smastr16.blob.core.windows.net/home/2022/02/relatorio-final-baixada-santista-out_2021_completo-23.02.pdf

⁵² <https://picturing.climatecentral.org/location/-23.984701,-46.30507>

Possibilitar conhecimentos sobre a questão oceânica pode auxiliar no cuidado das próximas gerações com os mares, assim como também a criação de planos de sustentabilidade de longo prazo. Nesse sentido, em Santos foi promulgada a Lei de Cultura Oceânica- (LEI Nº 3.935 de 26 de outubro de 2021)⁵³ -, segundo esta lei, o letramento oceânico deve ser realizado por todos componentes curriculares da rede de ensino e em todos os anos, de infantil a E.J.A. A partir da disciplina de Arte⁵⁴ alguns questionamentos sobre as possibilidades de relações entre a área e os Oceanos começaram a surgir: Como as artes visuais podem ajudar no desenvolvimento e organização dos conhecimentos sobre os mares? Como realizar um trabalho de multiletramento entre oceano e artes visuais? Como desenvolver processos criativos em artes visuais ligados as culturas oceânicas? Como trabalhar as possíveis relações entre Oceanos e Arte, sendo essa disciplina ainda alvo de tantos preconceitos dentro dos espaços escolares?

Procuraremos apresentar aqui algumas reflexões sobre as potencialidades do ensino de Arte para a formação cultural dos alunos e como seu estudo nos auxilia a ler o mundo, os contextos sociais, culturais e ambientais que nos encontramos.

Objetivo

Refletir sobre as potencialidades do ensino de Arte na formação global de pessoas e como esse ensino pode nos auxiliar a entender e transformar a sociedade em que vivemos, inclusive do ponto de vista ambiental, no caso relacionado às Culturas Oceânicas e conhecimento dos mares em geral.

Métodos

O trabalho aqui presente é uma pesquisa bibliográfica, ainda em desenvolvimento, que iniciou-se em março de 2022. Até o presente momento foram pesquisados livros e artigos sobre ensino, ensino de

⁵³ <https://diariooficial.santos.sp.gov.br/edicoes/leitura/mobile/2021-11-16/1>

⁵⁴ Arte com maiúscula refere-se a disciplina Arte, presente nos currículos escolares. Em todos os outros significados será mantida a grafia arte.

arte, abordagem triangular, estética, cultura visual, decolonialidade, educação ambiental, cultura oceânica e mudanças climáticas.

Nesse trabalho apresentamos uma síntese da pesquisa voltada para as possibilidades do ensino de arte para o desenvolvimento cultural e ambiental dos alunos.

Resultados/desenvolvimento

O ensino de Arte em nosso país ainda lida com diversos estereótipos e preconceitos: foco no desenho geométrico, que já foi muito presente no componente curricular; na livre expressão, que nas escolas transformou-se no famoso desenho livre; em releituras⁵⁵/cópias, uma percepção rebaixada da abordagem triangular de Ana Mae Barbosa. Muitas escolas ainda lidam com os professores de Arte como decoradores, responsáveis por enfeitar o ambiente escolar para festas e criar cartões, presentes ou apresentações para datas comemorativas. Barbosa faz o seguinte comentário sobre o ensino de Arte em nosso país:

Em minha experiência, tenho visto as artes visuais sendo ensinadas principalmente como desenho geométrico, ainda seguindo a tradição positivista, ou a arte na escola sendo utilizada na comemoração de festas, na produção de presentes estereotipados para os dias das mães ou dos pais e , na melhor das hipóteses, apenas como livre expressão. (BARBOSA, 2007, P. 17)

Esses processos educativos ainda presentes no ensino de Arte no Brasil fracassam em desenvolver o conhecimento artístico, pois, segundo Barbosa (2007), não relacionam produção artística, apreciação estética e informação histórica. Esses três eixos são para a autora a epistemologia da arte.

Barbosa (2007) entende a arte como uma linguagem presentacional dos sentidos, que transmite significados que outras linguagens não podem transmitir. Se compreendemos arte como uma forma de conhecimento, diferente de outras formas – conhecimento científico, por exemplo – entendemos que estudar arte nos possibilita diferentes maneiras de ler e compreender o mundo e nossa realidade, e não desenvolver esses processos nos mutila, como diz Konder:

⁵⁵ “... a releitura é uma das possibilidades do fazer, esse sim uma ação básica” (BARBOSA e CUNHA, 2010, p. 15)

Admitindo o valor cognoscitivo da arte, seremos forçados a concluir que ela proporciona um conhecimento particular que não pode ser suprido por conhecimentos proporcionados por outros modos diversos de apreensão do real. Se renunciarmos ao conhecimento que a arte – e somente a arte – pode nos proporcionar, mutilamos nossa compreensão da realidade. E, como a realidade de cuja a essência a arte nos dá a imagem é basicamente a realidade humana, isso é, a nossa realidade mais imediata, a renúncia ao desenvolvimento do conhecimento artístico e, por conseguinte, a renúncia ao desenvolvimento do estudo das questões estéticas acarretam a perda de uma dimensão essencial da nossa autoconsciência. (KONDER, 2013, p. 25)

Nosso tempo presente é carregado de imagens e estas nos passam os mais diversos conceitos: propagandas, memes, discursos políticos diversos, comportamentos, etc. Barbosa (2007) diz que se não lemos essas imagens, iremos aprender por meio delas de forma inconsciente. Entendendo que imagem é linguagem, e que ler obras de arte nos fornece as ferramentas para ler seus diversos formatos, nos aproximamos do pensamento freiriano, ou como diz Azevedo (BARBOSA e CUNHA, 2010, p. 88), a emancipação dos sujeitos sociais pelo poder de se tornar leitor, pela possibilidade de ler e reler o mundo das imagens. Segundo Cauquelin:

Se reconhecemos que a comunicação fornece à sociedade o elo indispensável a seu funcionamento, o papel da linguagem e seu exercício se tornam dominantes. É por intermédio da linguagem que se estruturam não somente os grupos humanos, mas ainda a apreensão das realidades exteriores, a visão do mundo, sua percepção e sua ordenação. (CAUQUELIN, 2005, p.63)

Produções artísticas ligadas ao Oceano são diversas em todas as suas linguagens. As artes visuais oferecem uma produção imagética relacionado a Culturas Oceânicas enorme, em diversas culturas e tempos históricos diferentes. Quando lemos uma imagem artística e a contextualizamos, é possível tecer diversas relações interdisciplinares.

Dentre as artes, a arte visual, tendo a imagem como matéria-prima, torna possível a visualização de quem somos, onde estamos e como sentimos. (BARBOSA, 2007, p. 16)

Estudar pelas artes visuais como outras culturas e povos pensam, cuidam e se relacionam com os mares, pode proporcionar insights e conhecimentos interessantes. Quem somos, onde estamos e como sentimos nossos mares podem auxiliar em reflexões sobre como nossa sociedade lida com as questões oceânicas e ambientais e possibilitar leituras de mundo com possibilidades transformadoras.

Conclusão

Nosso mundo vive na eminência de uma catástrofe ecológica, e em uma sociedade de classes movida pelo lucro acima da vida pouco é feito a respeito. O Aumento da pobreza e da fome são constantes, assim como a degradação do meio ambiente, as explorações de todos os tipos, as crises e crescente riqueza de um número muito pequeno de pessoas. Boaventura comenta:

O objectivo da crise permanente é não ser resolvida. Mas qual é o objectivo deste objectivo? Basicamente, são dois: legitimar a escandalosa concentração de riqueza e boicotar medidas eficazes para impedir a iminente catástrofe ecológica. (BOAVENTURA, 2020, p. 5)

Nesse processo, como pensar em uma educação que possa transformar a sociedade? Pode o ensino de Arte e de letramentos oceânicos e ambientais modificar e transformar nossa sociedade? A educação deve ser pensada de forma histórica e é determinada pela sociedade que está inserida. Saviani sobre o poder transformador da educação na sociedade diz:

Eis por que, tanto a pedagogia tradicional como a pedagogia nova entendiam a escola como “redentora da humanidade”. Acreditavam que era possível modificar a sociedade por meio da educação. Nesse sentido, podemos afirmar que ambas são ingênuas e idealistas. Caem na armadilha da “inversão idealista” já que, de elemento determinado pela estrutura social, a educação é convertida em elemento determinante, reduzindo-se o elemento determinante à condição de determinado. A relação entre educação e estrutura social é, portanto, representada de modo invertido. (SAVIANI, , p. 51)

Apesar de socialmente determinada pela estrutura em que está inserida, a educação também se relaciona com esta estrutura de forma dialética. Sendo assim, apesar de não ter o poder por si só de transformar a sociedade, pode influenciar em suas transformações.

Nesse sentido, ainda que elemento determinado, não deixa de influenciar o elemento determinante. Ainda que secundário, nem por isso deixa de ser instrumento importante e por vezes decisivo no processo de transformação da sociedade. (SAVIANI, p. 52)

Neste sentido o ensino de Arte, assim como o ensino Ambiental, são fatores importantes para influenciar as importantes transformações sociais que necessitamos para uma sociedade que cuide do seu meio ambiente de das pessoas que nele vivem.

Referências

- BARBOSA, Ana Mae. Tópicos Utópicos. 2. Ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2007.
- BARBOSA, Ana Mae; CUNHA, Fernanda Pereira da (org). Abordagem Triangular no Ensino das Artes e Culturas Visuais. São Paulo: Cortez Editora, 2010.
- BOAVENTURA, de Souza Santos. A Cruel Pedagogia do Vírus. Coimbra: Edições Almedina, 2020.
- CAUQUELIN, Anne. Arte Contemporânea, Uma Introdução. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- KONDER, Leandro. Os Marxistas e a Arte. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SANTOS. Prefeitura Municipal de Santos. LEI Nº 3.935 de 26 de outubro de 2021, Fica instituída a promoção da Cultura Oceânica na rede municipal de ensino de Santos. Diário Oficial de Santos: Poder executivo, Santos, SP, ano XXXIII, nº 8015, p. 1, 26 out. 2021.
- SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. Campinas: Autores Associados, 2008.

052. CURRÍCULO SANTISTA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E APRENDIZAGEM DOS ALUNOS

Maria Izabel Gomez Varela

belvarela@hotmail.com

Profº Orientador Drº Thiago Simão Gomes

thiago.gomes@unimes.br

Profª Drª Elisabeth dos Santos Tavares

Profª Drª: Mariangela Camba

Profº Drº Michel da Costa

Palavras-chave: Aprendizagem visível; Currículo Santista; Formação; Metodologia ativa.

Introdução

Se faz necessário esse repensar das práticas em respeito aos alunos e das suas necessidades gritantes que eles apresentam diariamente pela gana do aprender e se fazer parte desse aprender. Precisamos refletir e colocar em dinamismo que práticas tradicionais e autoritárias não cabem mais nesse processo, é necessário pensar em instrumentos, ferramentas e metodologias que levam o aluno ao centro desse processo, estando estar presente e efetivo nesse percurso formativo.

Nesse contexto, nos ancoramos em Moran ao descrever que:

A aprendizagem mais profunda requer espaços de práticas frequentes (aprender fazendo/refletindo), de ambientes ricos de oportunidades e de bons mediadores/mentores. [...] A aprendizagem ativa precisa estar sempre associada à aprendizagem reflexiva, para tornar visíveis os processos, os conhecimentos e as competências do que estamos aprendendo com cada atividade pessoal e em grupo, com orientação de excelentes docentes e mentores. (MORAN, 2021, p. 06).

No que tange à formação e à prática de professores, há possibilidades de formações e atualizações? Essas propostas podem alterar esse quadro? Na verdade, as mudanças já deveriam estarem ocorrendo, somente com a mudanças e quebras de paradigmas que poderemos alcançar novos voos e assim cobrar novas posturas tanto da sociedade em geral, professores e alunos. É necessário uma reforma e aplicabilidade das práticas educativas voltadas para o real aprender e não somente um transpor de conhecimentos. Paulo Freire destaca em seu livro Política e Educação no capítulo Educação e Qualidade:

O respeito aos educandos não pode fundar-se no escamoteamento da verdade – a da politicidade da educação e na afirmação de uma mentira: a sua neutralidade. Uma das bonitezas da prática educativa está exatamente no reconhecimento e na assunção de sua politicidade que nos leva a viver o respeito real aos educandos ao não tratar, de forma sub-reptícia ou de forma grosseira, de impor-lhes nossos pontos de vista. (FREIRE, 1992 p.21).

Como articulador de todo esse processo, amparados e tomando como base o Currículo Santista, documento este que assume o compromisso, como uma carta de direitos de aprendizagem e desenvolvimento humano, em todo o seu processo de humanização. Esse documento preza-se que todos são coparticipantes nesse processo e nessa história: alunos, professores, pais, gestores, comunidade. Todos dentro do seu contexto e de sua voz, devem envolver-se e lutar por suas vivências significativas dentro do âmbito escolar.

Toda a atenção no desenvolvimento neste documento destaca pela referência no processo de aperfeiçoamento dos saberes, norte para os professores construam o seu trajeto na condução do aluno

avançar em seus estágios de aprendizagem e desenvolvimento prezando por práticas de aprendizagens visíveis e significativas para os seus alunos.

Portanto, apresentam-se algumas reflexões concernentes à proposta da implantação e implementação do Currículo Santista nas escolas de educação básica anos iniciais na Prefeitura de Santos, referindo exclusivamente na aprendizagem visível dos alunos e professores fortalecendo assim uma postura e cultura de pensamento visível em todos os ambientes de aprendizagens.

Objetivo

Refletir e correlacionar o Currículo Santista como documento norteador do processo de formação dos professores e alunos.

Método

A pesquisa é bibliográfica com base no documento norteador Currículo Santista e nos autores que refletem sobre as práticas pedagógicas ativas e visíveis que envolvem professores e alunos dentro do âmbito escolar, dentre eles podemos citar: Moran (2021), Freire (1992), Hattie (2017) e Bacich e Moran (2018), onde passa-se a desenhar um aprendizado constante de um processo investigativo, crítico, reflexivo e questionador.

Desenvolvimento

Assim como uma normativa, o Currículo Santista estabelece um conjunto de escolhas e instrumentos de referência para a construção do Projeto Político Pedagógico - PPP, abrangendo nas suas grandes esferas as práticas pedagógicas, metodologias ativas, espaços educativos, tempos, materiais, equipamentos, procedimentos, habilidades, atitudes e valores.

Frente às expectativas apresentadas nos documentos para a política educacional brasileira em principal o Currículo Santista se coloca como norteadores para parâmetros a serem adotados para o melhor conceber das aprendizagens e possível mudança no cenário atual da educação pública municipal da cidade de Santos.

Novos desafios e questionamentos são colocados em teste para os professores, eles são o centro para esse desenvolvimento das práticas pedagógicas se tornarem visíveis para os alunos, o que é preciso sublinhar aqui é que Hattie (2017) traz em seus conceitos sobre aprendizagem visível:

Uma premissa chave é a de que a visão do professor sobre seu papel é crítica. São atitudes específicas que os professores apresentam sobre o seu papel – e, de modo mais crítico uma atitude na qual eles se perguntam sobre o efeito que apresentam sobre a aprendizagem dos alunos[...], mas o que mais importa é ter uma atitude adequada em relação ao impacto que elas apresentam. Uma atitude adequada combinada a ações adequadas trabalha juntas para alcançar um efeito positivo na aprendizagem. (HATTIE 2017, p.14).

Disponibilizar o desenvolvimento dessas capacidades nos alunos em suas práticas diárias dentro do contexto escolar é necessário ter planejamento e práticas bem-intencionadas por quem ensina e por quem vai aprender, o principal eixo desse ensino está em traçar um aprendizado onde as vivências por meio das experiências proporcione a capacidade de desenvolver as competências tendo como propósito de fortalecer uma cultura de um pensamento visível em todos os ambientes e sua responsabilidade para o mundo que o cerca.

Bacich e Moran (2018) corroboram com essa reflexão sobre o uso das metodologias ativas nas práticas pedagógicas afirmando:

A aprendizagem é mais significativa quando motivamos os alunos intimamente, quando eles acham sentido nas atividades que propomos, quando consultamos suas motivações profundas, quando se engajam em projetos em que trazem contribuições, quando há diálogo sobre as atividades e a forma de realizá-las. (BACICH; MORAN, 2018, p. 43).

Cada ser humano apresenta uma maneira própria para a busca do seu aprender, a forma individual de cada ser deve ser respeitada e para alcançar e adquirir esses conhecimentos e aprimoramentos são necessárias práticas, ferramentas, estratégias diferenciadas, respeitar a individualidade de cada ser e o seu desenvolvimento. A escola, o currículo, os professores e gestores têm como desempenho

fundamentais e essenciais para tornar centros de referência para esse desenvolvimento dos seus cidadãos.

Conclusão

A busca para uma educação de qualidade e para equidade, com propostas realmente visíveis para uma aprendizagem na sua integral formação do cidadão, com ferramentas e recursos atuais e necessários, formação de professores que favoreçam esse processo e que se consigam colocar em práticas essas políticas, devem estar voltadas ao setores educacionais para que isso realmente aconteça: uma educação de qualidade que disponibiliza momentos verdadeiros do desenvolvimento das competências e valores, com autonomia, crescente e envolvidos ativamente no meio social e realizar-se ao longo de sua vida.

Sabemos que o seu caminhar é longo, complicado, complexo e muitas vezes desigual, mas só ofertando e colocando em práticas reais oportunidades que poderemos construir e reconstruir os nossos processos para os imensos desafios que nos esperam no dia a dia de um mundo tão complexo e desafiador como o nosso.

Assim, necessitamos que nossas escolas sejam espaços formativos com as intenções focadas no trabalho contínuo e atual de formação de professores, assim efetivará uma aprendizagem real e visível dos seus alunos. O processo dessa mudança não é fácil e nem uniforme, porém é necessário, mudaremos seus passos e em todos os seus níveis se tivermos aliados em busca de uma educação para surpreender.

Referências

ANDRADE, J. P. (org.). Aprendizagens visíveis: experiências teóricas-práticas em sala de aula, 1ª ed. São Paulo: Panda Educação, 2021.

BACICH, L.; MORAN, J. (orgs.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso Editora, 2018.

FREIRE, P. Política e Educação: ensaios. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001

GIL. A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.

HATTIE, J. Aprendizagem visível pra professores: Como maximizar o impacto da aprendizagem.

Tradução: Luís Fernando Marques Dorvillé. Porto Alegre: Penso, 2017.

SANTOS. Secretaria Municipal de Educação - SEDUC. Currículo Santista. União dos Dirigentes

Municipais de Educação do Estado de São Paulo: SEESP/UNDIME-SP, 2019. Disponível em:

<https://www.santos.sp.gov.br/?q=institucional/curriculo-santista>. Acesso em 16 jun. 2022.

053. PRODUÇÃO TEXTUAL E TECNOLOGIAS DIGITAIS: INTERAÇÕES NECESSÁRIAS À SALA DE AULA.

Magda de Oliveira Almeida

magdadeoliveiras@yahoo.com.br

Prof. Dr. Thiago Simão Gomes

thiago.gomes@unimes.com

Universidade Metropolitana de Santos

Palavras-chave: Produção; Tecnologias, BNCC.

Introdução

As razões para desenvolver este estudo surgiram, principalmente, das nossas reflexões sobre a repercussão da introdução das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) na escola, por meio da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o ensino da produção textual.

A discussão origina-se com algumas perspectivas sobre os desafios e a importância do ensino da produção textual em sala de aula, considerando as dificuldades historicamente construídas, mas questionando, sobretudo as mudanças ocorridas pela introdução das novas tecnologias digitais e pela instituição da BNCC.

Inicialmente, é importante salientar que há diversos processos que determinam o ensino da língua portuguesa, entretanto alguns desses processos são imprescindíveis, pois acabam por “ditar” as práticas em sala de aula, como a instituição de normativas. A partir da Lei de Diretrizes e Bases 5.692/71, por exemplo, a língua portuguesa tornou-se um “instrumento de comunicação e expressão da cultura brasileira”, em resposta ao processo econômico e político de democratização do país, na qual as

camadas mais pobres da sociedade adentram as escolas para atender a uma demanda industrial e de comunicação, transformando radicalmente o ensino da língua portuguesa.

O ensino da língua, por consequência, deixa de “cultivar” a literatura, e passa a ter um sentido utilitário e massificado, de acordo com a pesquisadora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Roxane Rojo.

Diante da reconfiguração dos objetivos da disciplina e dos novos perfis dos alunados e professorado, diminui o belentrismo do ensino de português. Constitui-se um ensino mais preocupado com a realidade prática, que enfatiza sobretudo gêneros que circulam na comunicação de massa e nas mídias. [...] (Rojo, 2009, p.87).

De um modo geral, o início da discussão mostra o papel preponderante das normativas no ensino da língua, atribuindo, muitas vezes, uma visão reducionista com relação à produção da escrita em sala de aula, pois nesse caso, os textos serviram muito mais como um suporte para análises textuais ou gramaticais do que como um produtor de sentidos, de diálogos e/ou discussões.

Trazendo essa discussão para os dias atuais nota-se que a BNCC também traz mudanças bruscas ao ensino da língua, pois prioriza o Multiletramento - perspectiva de letramento que considera a multiplicidade de linguagens – dependente do uso das TDICs, assim como, estabelece o desenvolvimento de habilidades e de competências, afastando-se de um ensino que tinha o conteúdo com o foco principal.

Objetivo

Questionar as repercussões da introdução das TDICs e da BNCC no ensino da produção textual.

Métodos

O texto abordado faz parte da pesquisa de mestrado iniciada no Programa de Mestrado em Práticas Docentes no Ensino Fundamental da UNIMES. Foi elaborado no intuito de realizar uma revisão bibliográfica sobre as novas perspectivas do ensino da produção textual diante da instituição da BNCC, das TIDCs e dos impactos no trabalho docente.

A BNCC, tecnologias digitais e a postura docente.

A escola tem um papel fundamental no planejamento de atividades que possibilitem o desenvolvimento das habilidades referentes à escrita, no direcionamento da produção textual para que ela sirva também

como um meio de comunicação, com intencionalidade e abrangência. Lerner (2005, pg. 28) descreve esses desafios no ensino da produção textual:

O desafio é conseguir que os alunos cheguem a ser produtores de língua escrita, conscientes da pertinência e da importância de emitir certo tipo de mensagem em determinado tipo de situação social, em vez de se treinar unicamente como “copistas” que reproduzem –sem um propósito próprio- o escrito por outros, ou como receptores de ditados cuja finalidade- também estranha- se reduz à avaliação por parte do professor.

Cabe salientar que o trabalho com a produção textual não se configura como uma atividade fácil face às especificidades desta atividade. Há de se considerar diversos aspectos como: o gênero escolhido, como será feita a avaliação dos textos e as possibilidades de correção e reescrita. O texto não deve ser configurado como emaranhado de palavras sem sentido, ou para ser escrito para atender apenas às demandas gramaticais, mas também aos contextos em que são produzidos.

Santos (2012) explica as novas funções que a produção textual deve assumir para atingir os objetivos propostos na aula.

Embora seja importante que os alunos conheçam terminologia gramatical e norma culta – o professor precisa mostrar como se usa a língua, em que contexto se opta por uma ou outra construção. Essa abordagem que considera a diversidade de textos – lidos/ouvidos e produzidos pelos alunos – e as situações concretas de comunicação, pode colaborar efetivamente para desenvolver a competência linguística dos educandos, objetivo principal da língua portuguesa.

Após a leitura da Base foi possível verificar que os campos de atuação onde os textos devem ser produzidos são extensos, mas que ainda falta estabelecer conexões mais profundas com as questões éticas e políticas que são tão necessárias ao desenvolvimento da produção textual.

Segundo Masetto (2000, p.133), a utilização das TDICs também modificou significativamente o papel do professor em sala de aula, ao pressupor que o aluno torne-se gradativamente autônomo, por exemplo.

A conduta docente, por consequência, deve ser constantemente repensada para atender às novas demandas sociais, políticas e culturais, sobretudo quando utilizamos as TDICs em sala de aula. Masetto (2000, p. 142) descreve essas mudanças:

O professor, como já foi dito, também assume uma nova atitude. Embora, vez por outra, ainda desempenhe o papel do especialista que possui conhecimentos e/ou experiências a comunicar, no mais das vezes desempenha o papel de orientador das atividades do aluno, de consultor, de facilitador da aprendizagem, de alguém que pode colaborar para dinamizar a aprendizagem do aluno, desempenhará o papel de quem trabalha em equipe, junto com o aluno, buscando os mesmos objetivos; numa palavra, desenvolverá o papel de mediação pedagógica.

A obra de Freire reitera a condição de mediador que o docente assume nesses novos cenários, da necessidade de uma consciência sobre as relações dialógicas do ensino e da aprendizagem existente na escola. E que essas novas concepções indicam que professor e aluno devem aprender juntos, em uma ação ética, democrática e afetiva, que muda radicalmente a forma com que ensinamos e aprendemos na escola.

É a convivência amorosa com seus alunos e na postura curiosa e aberta que assume e, ao mesmo tempo, provoca-os a se assumirem enquanto sujeitos sócios-históricos-culturais do ato de conhecer, é que ele pode falar do respeito à dignidade e autonomia do educando. Pressupõe romper com concepções e práticas que negam a compreensão da educação como uma situação gnoseológica. Freire (2002, p.7).

Considerações

Questionamos de forma sutil alguns pontos pertinentes ao desenvolvimento da produção de texto em sala de aula, instituídos principalmente pela introdução da BNCC e das TDICs. Observamos que estas mudanças interferem diretamente na forma como acontece o ensino da produção textual, que de certa forma os conteúdos foram deixados em “segundo plano” e passaram a ser tratados como um instrumento para o desenvolvimento das inúmeras habilidades e competências preconizadas pela Base.

Contudo, é perceptível que este trabalho promove reflexões importantes sobre o papel do professor e sobre a formação docente. Sobretudo, reiterou a relevância de uma postura mediadora do ensino perante a um mundo tão diverso e em constante transformação.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC). Brasília: MEC/SEB, 2017.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

LERNER, Délia. Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário. Porto Alegre: Editora Artmed, 2005.

ROJO, Roxane. Letramentos múltiplos, escola e inclusão social. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. p.128.

SANTOS, Leonor Werneck. RICHE, Rosa Cuba. TEIXEIRA, Claudia Souza. Análise e produção de textos. São Paulo: Contexto, 2012.

054. IDENTIDADE DOCENTE E SEU PROCESSO DE FORMAÇÃO

Andréia Bizerra Nonato¹, Abigail Malavasi²

¹Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES – atp.andreianonato@gmail.com

²Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES - amalavas@uol.com.br

Palavras-chave: Identidade; Docente; Formação; Reflexão

Introdução

A infância é um período rico em aprendizagens, este período se caracteriza pelas infinitas possibilidades de vivências que sem dúvida marcam de maneira significativa a construção da identidade do indivíduo. Então nos baseando em tal reflexão, poderíamos afirmar que é na infância que se inicia o processo de formação da identidade docente.

Em consonância com essa reflexão, alguns autores apontam este período sendo as primeiras observações acerca da formação de uma identidade docente. Isto porque a escola, enquanto um dos principais espaços sociais a que pertencemos, comumente direciona nossa conduta de aprendiz, ao passo que a necessidade de aprender transcende os espaços escolares.

Logo, a criança que outrora brincava de “escolinha” reconhecia a relevância social do espaço escolar e do conhecimento historicamente construído, e se apropria dos papéis que compunham essa peça. Com o passar do tempo, a brincadeira traz à consciência essa habilidade de projetar seus conhecimentos de uma maneira quase palpável para o outro, o que se segue é a lapidação, das habilidades que viabilizem esse exercício docente, mas, sobretudo, da identidade que se cristaliza no ato de aprender e ensinar, ainda que travestido de brincadeira.

O desvelar deste processo culmina nos espaços acadêmicos, onde a fantasia por vezes dá lugar aos traçados mais duros da construção desta identidade. A lógica intuitiva já não se sustenta mais solitária, e o pensamento científica ganha espaço na formação, inicial e continuada; surgem as grandes perguntas, questionamentos que podem abalar a visualização dessa identidade ou deixá-la ainda mais evidente e forte do que nunca. É uma fase decisiva para essa identidade, pois é justamente nessa época que ela tomará forma e consolidam algumas características que tendem a permanecer ao longo da vida do indivíduo, a “essência” permanece.

Objetivo

A presente pesquisa tem como finalidade fazer um levantamento bibliográfico em artigos, dissertações, teses e livros a fim de refletir sobre a Identidade docente e seu processo de formação, segundo a literatura.

Métodos

Essa pesquisa tem caráter bibliográfico de cunho qualitativo. Considerando que pesquisa bibliográfica, como lembra Gil (2010, p.29-30) “a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado”. Nesta modalidade de pesquisa inclui materiais impressos e online como livros, periódicos, teses, dissertações que tratassem da a Identidade docente e seu processo de formação, segundo a literatura.

Resultados/desenvolvimento

Como já mencionado anteriormente, a escola é, de modo geral, um dos primeiros espaços sociais que o infante ocupa fora do núcleo familiar. É ali também que se estabelecem as primeiras impressões e relações com conceitos acadêmicos e os saberes historicamente construídos. Freire (2003, p. 43) afirma: "Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a construção".

Neste sentido, fomentar no infante o encantamento pelo conhecimento e por seu processo de construção projeta este mesmo olhar para outro processo: o ensino. Deste modo, é comum que a criança "reproduza" práticas docentes como reafirmação da construção do conhecimento, e de suas apropriações dos saberes. Esta reprodução, espelhada na figura do professor, traz consigo aplicação de métodos e estratégias para que se atinja, no campo lúdico, o mesmo fim: a aprendizagem. A maneira como essa representação se desvela confere grande complexidade à criação de uma identidade docente, pois se assemelha ao processo de socialização como construção de um Si-mesmo na relação com o Outro, como explicitado na obra de Claude Dubar *A socialização: Construção das identidades sociais e profissionais* (1997, p.117):

A primeira etapa essencial dessa socialização segundo Mead é a "assunção", pela criança, dos papéis desempenhados por seus próximos, que Mead chama de seus "outros significativos". O papel é justamente esse conjunto de gestos que funcionam como símbolos significantes e associados para formar um "personagem" socialmente reconhecido. A criança pequena começa a se socializar, não imitando passivamente sua mãe ou seu pai, mas recriando, por gestos organizados, o papel da mãe com suas bonecas, ou o papel do pai com suas ferramentas ou seu jornal.

Nota-se pela inferência de Dubar que as representações de papéis sociais pelas crianças se dão, para além de aprendizagens sistematicamente organizadas, por meio da observação e vivências, valendo-se de suas habilidades cognitivas para representar o conhecimento que adquire cotidianamente, tornando-o mais acessível. Para tanto, utilizam de inúmeros recursos, selecionando os que mais se identificam.

Conclusão

É comum que a criança “reproduza” práticas docentes como reafirmação da construção do conhecimento, e de suas apropriações dos saberes. Esta reprodução, espelhada na figura do professor, traz consigo aplicação de métodos e estratégias para que se atinja, no campo lúdico, o mesmo fim: a aprendizagem. A maneira como essa representação se desvela confere grande complexidade à criação de uma identidade docente, pois se assemelha ao processo de socialização como construção de um Si-mesmo na relação com o Outro, como explicitado na obra de Claude Dubar *A socialização: Construção das identidades sociais e profissionais* (1997, p.117):

A primeira etapa essencial dessa socialização segundo Mead é a "assunção", pela criança, dos papéis desempenhados por seus próximos, que Mead chama de seus "outros significativos". O papel é justamente esse conjunto de gestos que funcionam como símbolos significantes e associados para formar um "personagem" socialmente reconhecido. A criança pequena começa a se socializar, não imitando passivamente sua mãe ou seu pai, mas recriando, por gestos organizados, o papel da mãe com suas bonecas, ou o papel do pai com suas ferramentas ou seu jornal.

Nota-se pela inferência de Dubar que as representações de papéis sociais pelas crianças se dão, para além de aprendizagens sistematicamente organizadas, por meio da observação e vivências, valendo-se de suas habilidades cognitivas para representar o conhecimento que adquire cotidianamente, tornando-o mais acessível. Para tanto, utilizam de inúmeros recursos, selecionando os que mais se identificam. Por exemplo: crianças que têm aptidão para o desenho utilizam esses recursos para “ensinar”, transformando suas observações e percepções de mundo em representação gráfica.

Deste modo, é possível afirmar que todos esses processos e vivências compõem a construção da identidade de maneira inconsciente. Esta identidade se forma a partir das referências que o indivíduo tem e das habilidades utilizadas por ele para representar e elaborar suas constatações sobre o mundo a que pertence. Joenk (2002, p. 2) compartilha as conclusões de Vygotsky (1989, p.33):

Desde os primeiros dias do desenvolvimento da criança, suas atividades adquirem um significado próprio num sistema de comportamento social e, sendo dirigidas a objetivos definidos, são refratadas através do prisma do ambiente da criança. O caminho do objeto até a criança e desta até o objeto passa através

de outra pessoa. Essa estrutura humana complexa é o produto de um processo de desenvolvimento profundamente enraizado nas ligações entre história individual e história social.

Deste modo, o aporte teórico fornecido durante a graduação cristaliza uma segurança dessa identidade docente, de modo que esclarece e racionaliza o que até então se dava de maneira intuitiva, pelo próprio desenvolvimento cognitivo, da consciência e da personalidade. Cabe se considerar também que, por vezes, a elaboração do conhecimento científico pode causar ao professor uma sensação de insegurança em relação à grande responsabilidade do docente. As percepções deste processo são variáveis de indivíduo para indivíduo, contudo é inegável o marco que a formação acadêmica representa na consolidação dessa identidade.

Referências

ANDRÉ, Marli. Formação de professores: a constituição de um campo de estudos. Educação, v. 33, n. 3, p. 174-181, 2010.

Cole, M.; Cole, S. (2004). O Desenvolvimento da criança e do adolescente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

DUBAR, C. A socialização: construção das identidades sociais e profissionais. Porto: Porto, 1997.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessária à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, A. C. (Org.). Como elaborar projeto de pesquisa. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MASETTO, M. T. Docência na universidade. Campinas: Papyrus, 1998.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

055. ESCOLA DEMOCRÁTICA: UMA REFLEXÃO SOBRE PARTICIPAÇÃO

Renata de Lima Zuliani

renata.zuliani1@gmail.com

Tatiane Cristine Malvezi

taticmalvei86@gmail.com

Profª Drª Irene da Silva Coelho

coelhoirene@gmail.com

Co-orientadores: Mariangela Camba

Michel da Costa

Universidade Metropolitana de Santos

Palavras chaves: Gestão Democrática, Reflexões, Participação

Introdução

Este estudo tem por objetivo fazer uma reflexão crítica sobre a escola democrática e os mecanismos de participação da comunidade educativa. Para tanto, o estudo faz uma leitura da importância da gestão democrática no espaço escolar.

Este texto é o resultado de nossas reflexões sobre as dificuldades para democratizar a gestão da escola pública. O conceito de democracia nasceu em Atenas, na Grécia antiga e constituiu uma forma de governo. Período que teve por característica a administração pública dos interesses coletivos dos habitantes das cidades-estado. Ao longo do tempo e do espaço, foi ganhando novas configurações em função dos movimentos populares e políticos, chegando aos dias atuais como uma doutrina ou regime político baseado nos princípios da soberania popular e da distribuição igualitária de poder (FEIJÓ, 2019). É preciso também compreender o conceito de gestão escolar assemelha-se em certa medida ao de democracia, pois envolve pessoas, poder e intenção: “[...]considerado o caráter intencional de suas ações e as interações sociais que estabelecem entre si e com o contexto sócio-político, nas formas democráticas de tomada de decisões.” (LIBÂNEO, 2007, p. 21).

Nesse sentido, Libâneo ressalta que (2001, p.2) “[...] A concepção democrática-participativa baseia-se na relação orgânica entre a direção e a participação do pessoal da escola. Acentua a importância da busca de objetivos comuns assumidos por todos”.

A gestão democrática, compreende uma organização cultural, que busca articular as experiências subjetivas de cada indivíduo e suas interações, com algumas ferramentas de poder externo e interno,

tais como: Conselho de Escola; Projeto Político Pedagógico; Avaliações externas e autoavaliações no intuito de favorecer a participação cidadã dentro da comunidade escolar.

Objetivo:

Refletir criticamente sobre a escola democrática e os mecanismos de participação da comunidade educativa;

Método

A pesquisa é bibliográfica com base em autores que refletem sobre as teorias críticas, dentre eles: Gadotti (1994), Libâneo (2006, 2013), Lima (2018), Terrasêca (2016), sobre a temática da democratização e a participação da comunidade escolar na tomada de decisões.

Desenvolvimento

De acordo com Libâneo (2006) na gestão democrática escolar, o Conselho de escola é representado por pais, representantes dos alunos, professores, funcionários, membros da comunidade, gestores e alunos que têm um papel importante para monitorar as ações pedagógicas e administrativas presentes no Projeto Político Pedagógico (PPP) das unidades, sendo essa participação o que possibilita efetivar a qualidade de ensino.

Sob ótica semelhante, Lima (2018, p.16) estabelece que: “[...] a gestão democrática das escolas representa uma conquista democrática efetiva”. Assim, a criação de órgãos colegiados como Associação de Pais e Mestres (APM), Conselho de escola, Grêmios estudantis, entre outros visam a participação efetiva da comunidade escolar na elaboração de regras e combinados presentes no PPP.

Nesse sentido, em consonância com a atual Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (BRASIL, 1996), as instituições públicas que ofertam a Educação Básica devem ser administradas com base no princípio da Gestão Democrática, isto significa dizer que não há mais espaço para a gestão autoritária em que o gestor tinha todo o poder de decisão e que os demais integrantes da comunidade escolar não eram considerados. Este último aspecto foi observado no estudo de Gadotti:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis, os campos de ação possíveis, comprometendo seus atores e autores (GADOTTI, 1994, p. 579).

As colocações da autora conduzem à reflexão que os projetos por via de regra são aplicados com o intuito de melhorar um futuro próximo e, assim, trazer contribuições para as práticas educativas. Por conseguinte, o desenvolvimento de projetos e o planejamento podem ser estabelecidos por meio dos Conselhos de escola.

A fim de tornar os colegiados mais democráticos, segundo Terrasêca (2016), ao realizar a autoavaliação ou avaliar o planejamento é possível recolher e distribuir informação, algo relevante quando se objetiva a participação de todos no Conselho de escola e construção do PPP. Dessa forma, o pensar criticamente é parte da autoavaliação e da missão educativa, na qual a comunidade escolar reflete sobre sua organização e currículo que, muitas vezes, vem pronto, podendo assim organizá-lo para atender às necessidades da escola, assim descentralizando o poder central (secretarias de ensino) para o local (unidades escolares).

Conclusão

As reflexões trazidas neste texto apontam a importância da atuação da comunidade escolar junto aos órgãos colegiados como prevê a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), em seu artigo 15, em que deixa claro que os sistemas de ensino deverão assegurar progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira e, ao transmitir o poder central para o local, a fim de dar mais independência às escolas, estas devem buscar conscientizar sua comunidade e convidá-la a participar, dando-lhe vez e voz em todo o processo de construção de sua identidade, em que o conselho de escola tem um importante papel para que seja efetivada democracia da gestão escolar.

É preciso repensar a escola enquanto um ambiente ativo e com características próprias. A participação democrática requer a escuta das diferentes vozes e em sua consideração para que, de fato, a comunidade participe e seja co-responsável pelas decisões tomadas na escola, levando a autonomia dos

integrantes da comunidade escolar, tendo como papel importante nas tomadas de decisões para uma educação de qualidade.

Referências

BRASIL. Lei Federal n. º 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 set. 2022.

FEIJÓ, M.C. A democracia grega. 15. ed. São Paulo: Ática, 2019.

GADOTTI, M. "Pressupostos do projeto pedagógico". In: MEC, Anais da Conferência Nacional de Educação para Todos. Brasília, 28/8 a 2/9/94.

GIL. A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.

LIBÂNEO, J. C. A organização e a gestão da escola: teoria e prática. 6. ed. São Paulo, Heccus, 2013.

LIBÂNEO, J. C. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. 21. ed. São Paulo, Loyola, 2006.

LIMA, L. C. Por que é tão difícil democratizar a gestão da escola pública? Educar em revista, Curitiba, Brasil, v.34, n.68, p. 15-28, mar./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/YCPpdwGWZshhVyhjwpzHZtp/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 10 set. 2022.

TERRASÊCA, M. Autoavaliação, Avaliação externa... Afinal para que serve a Avaliação das escolas?. Cad. Cedes, Campinas, v. 36, n.99, p. 155-174, maio-agosto, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/JyG8tjmmGqZZwPHFDC5s4pr/>. Acesso em: 11 set. 2022.

056. POLÍTICAS PÚBLICAS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE MATEMÁTICA

Geraldo Manuel da Silva Filho

Mestrando em Práticas Docentes no Ensino Fundamental – Universidade Metropolitana de Santos -

UNIMES

Dr. Michel da Costa

Professor Orientador – Mestrado Profissional em Práticas Docentes no Ensino Fundamental –

Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES

michel.costa@unimes.br

Palavras-chave: Formação Docente; Professor de Matemática; Políticas Públicas

Introdução

Conforme definido por Ferreira (2013), política é a capacidade de lidar com as relações interpessoais, ou mesmo o caminho certo, estratégia de negociação, levando à conclusão de que a direção ou caminho para resolver um problema ou uma situação problemática implica política, portanto, é uma estratégia ou diretriz para alcançar uma educação ideal. O que não pode ser ignorado é que essas políticas surgem porque há sempre uma ideologia escondida entre o problema e sua solução, um conjunto de interesses maiores relacionados a outros fatores que muitas vezes se opõem à solução ideal para o problema.

A continuidade do processo educativo, desvinculado da realidade social, está intimamente relacionada à formação de educadores, que há décadas são submetidos a influências políticas e ideológicas para resistir a intelectuais e críticas.

Objetivo

O presente trabalho tem como objetivo compreender como vêm sendo desenvolvidos as políticas públicas de formação do professor no Brasil e suas implicações para a formação de professores de matemática.

Método

Como metodologia adotou-se a pesquisa bibliográfica, foi realizada a leitura crítica, a redação de resumos e paráfrases e a elaboração das obras pertinentes ao enfrentamento do tema. Além da leitura de livros pertinentes ao objeto de pesquisa, serão consultados documentos online, devidamente referenciados nas referências.

Desenvolvimento

De acordo com o Ministério da Educação (2015), o Programa Nacional de Formação de Professores (PARFOR) formulado em 2009, constitui Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica.

O PARFOR é integrante do grupo de políticas conjuntamente com os Cursos de mestrado profissional para educadores das Redes públicas; o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) que vem para priorizar e motivar o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores; o Programa de Consolidação das Licenciaturas (Pro-docência), que tem como prioridade a inovação, a elevação da qualidade dos Cursos do Magistério e a valorização da carreira do magistério.

Esses programas surgiram para licenciar professores que foram treinados apenas para ensinar, não têm treinamento especializado ou se formaram em um campo, mas ensinam várias disciplinas. Porém, outro problema e mais proeminente surgiu: professores graduados, sem diplomas, ou seja, bacharéis ou tecnólogos, que não possuem formação em disciplinas educacionais apesar do conhecimento técnico especializado. A questão, então, suscitou discussões e estimulou o desenvolvimento de uma ação que possibilitasse o ensino, a formação e a atuação desses profissionais.

Essa prática produz conhecimento descontextualizado das realidades da sala de aula e não impacta as necessidades pedagógicas do dia a dia dos professores. Pois, “As relações dos professores com os saberes nunca são relações estritamente cognitivas: são relações mediadas pelo trabalho que lhes fornece princípios para enfrentar e solucionar situações cotidianas” (TARDIF, 2002, p. 17).

Muitas vezes, o professor é obrigado a modificar sua prática por meio das orientações e prescrições que adquire na formação continuada, o que, segundo Imbernón (2010), leva a um “curto-circuito”. Segundo o texto do relatório de pesquisa da Fundação Victor Civita (2011) sobre formação continuada de professores, que cita Imbernón, o processo de formação continuada deve durar o tempo suficiente para que os professores reflitam teórica e concretamente e analisem suas novas possibilidades de ação.

No Brasil, as políticas públicas voltadas à formação continuada de professores raramente levam em conta a prática de desenvolvimento profissional docente porque, em geral, ainda são orientadas por fatores externos à sala de aula, como resultados de avaliações, tamanho e recomendações curriculares. O processo de aprendizagem do professor ainda é considerado "de fora para dentro", ou seja, embora

dotado de crenças e modos de pensar próprios, o professor é considerado como sujeito de construção profissional por meio da aquisição de novos conhecimentos externos.

As diretrizes da política educacional para professores de matemática não são diferentes de outras áreas do conhecimento. Uma consciência capitalista de valorização do capital, enfatizando a especificidade como forma de realização pessoal, e as ideias educacionais derivadas dessa ideologia também prejudicam a formação de professores de matemática, que se limitam mais fortemente a reproduzir conceitos e axiomas matemáticos como se fossem estáticos e imutáveis, como se não fossem historicamente constituídos e desvinculados da realidade da sociedade como um todo.

Uma análise das habilidades e competências para a Licenciatura e Bacharelado em Matemática desenvolvida pelo Conselho Nacional de Educação/Câmara Nacional de Educação Parecer n. 1302/2001 atribui relevância ao conhecimento educacional formação de professores.

De acordo com a análise das habilidades e competências pretendidas na Licenciatura em Matemática e instituídas por comissões do Ministério da Educação, como por exemplo os documentos regulamentadores dos cursos de formação de professores para a educação básica, os esforços dos órgãos oficiais regulamentadores do ensino brasileiro soa antagônicos aos interesses capitalistas das instituições financiadoras, nas quais o país vincula-se, como exemplo, o Banco Mundial. A importância da história da Educação Matemática e de seu ensino contextualizado é claramente considerada e reconhecida se observados cautelosamente os Parâmetros Curriculares Nacionais de Matemática dos Ensinos Fundamental e Médio.

Conclusão

Discutir a atual política educacional do país, as restrições impostas pelos órgãos institucionais de financiamento ao desenvolvimento educacional, a necessidade de se afastar da ideologia capitalista implícita na ação educacional geral e vincular essas ideias à formação matemática e ao ensino contextualizado da matemática da função social, percebe-se o quanto o discurso político educacional é antagônico primando por um ensino eficaz e emancipador, mas não oferecendo subsídios para tal. O fato de esperar que seja desenvolvido habilidades que estimulem o ensino crítico no programa de graduação, mas o fato de professores que nunca foram expostos à educação matemática ou pedagogia

serem autorizados a lecionar no programa de formação é apenas um fator que explica perfeitamente essa oposição entre pensamento e a ação. A análise de documentos oficiais do Ministério da Educação nos dá uma visão clara dos limites das áreas de conhecimento para o bacharelado e a Licenciatura em Matemática, o que nos leva a constatar que o orientador de um aluno de mestrado ou doutorado em matemática pura são obrigados a colocar as orações textuais em um campo relevante, e atender às expectativas do currículo, em oposição ao que percebemos através da aprendizagem.

Referências

André, M. Formação de professores: a constituição de um campo de estudos. Revista Educação, 2010, 33(3), 174-181.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB – 4.024/61. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em: 19 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Pró-letramento Matemática – Programa de formação continuada de professores dos anos/séries iniciais do Ensino Fundamental. Resolver problemas: o lado lúdico do Ensino da Matemática. Fascículo 7, Brasília: MEC/SEB, 2007, p. 6- 16.

Imbernón, F. Formação continuada de professores. Porto Alegre: Artmed. 2010.

Tardif, M. (2002). Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes

057. INTERPRETANDO O CORPO: AS MULTIPLAS LINGUAGENS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA O MULTILETRAMENTO DOS ALUNOS

Igor de Carvalho Cunha

igorccunha@outlook.com

Profa. Dra. Irene da Silva Coelho

coelhoirene@gmail.com

Universidade Metropolitana de Santos

Palavras-chave: Educação Física, Multiletramentos, Escola.

Introdução

A Educação Física (EF), de acordo com Kunz (2004) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2017) deve tematizar a cultura corporal de movimentos em suas aulas. Isto significa incluir as brincadeiras e jogos, as danças, as lutas, os esportes, a ginástica e quaisquer outras práticas que pertençam à cultura da sociedade, incluindo as diversas manifestações destas práticas. Isto posto, Kunz(2004) propõe um ensino pautado na ação comunicativa, conduzindo diálogo entre as práticas corporais com as esferas sociais, econômicas, políticas e culturais.

Neste sentido, a BNCC (BRASIL, 2017, p. 214) elabora “[...] as práticas corporais[...]” como “[...]textos culturais passíveis de leitura e produção”. Cada prática corporal é única, e o é igualmente significada para cada pessoa. Assim, deve-se levar os alunos a confrontarem esta semiose individual com os sentidos e significados concebidos por uma determinada sociedade a uma dada prática corporal.

Destarte, esta ressignificação cultural dada pela cultura corporal de movimento vai ao encontro da pedagogia dos multiletramentos, a qual aborda diversas linguagens e significações sociais e culturais nos distintos textos, impressos, audiovisual, digital ou multimodais (ROJO; MOURA, 2012). Por tanto, concerne aos multiletramentos possibilitar uma fluidez, compreensão, produção e valorização de diferentes culturas e contextos presentes nas variadas linguagens textuais.

Desta maneira, questionamos se os professores de EF utilizam diferentes linguagens, e como as utilizam, visando aos multiletramentos dos alunos. Ressaltamos que o presente trabalho é um recorte da pesquisa para a dissertação de mestrado a qual aborda os multiletramentos na EF numa perspectiva interdisciplinar.

Objetivo

Nosso objetivo é identificar se os professores de Educação Física utilizam diferentes linguagens em suas aulas e como as utilizam, considerando os multiletramentos na EF nos anos iniciais do ensino fundamental.

Métodos

Este estudo é de natureza qualitativa e descritiva. Utilizamos o método descritivo (TRIVIÑOS, 1987), pois houve a necessidade de conhecer as características e a prática dos professores de EF por meio da aplicação de questionários e análise dos documentos da escola. Nos questionários, identificamos a recorrência de termos presentes nas respostas obtidas. Enviamos inicialmente o projeto ao comitê de ética em pesquisa da Unimes tendo recebido o número do CAE - 53098221.8.0000.5509 para que pudéssemos solicitar a autorização à escola da rede municipal da cidade de São Vicente-SP.

Participaram da pesquisa dois professores (as) de EF, que lecionam para os 4º e 5º anos do ensino fundamental. A coleta de dados ocorreu em período de trabalho pedagógico individual das (os) professoras (es) e na reunião de HTPC.

O instrumento foi elaborado com base na literatura existente e consta de um questionário semiestruturado, com três questões abertas a saber:

1. Dentro da pedagogia dos multiletramentos existem diferentes formas de linguagens:

- Linguagem escrita ()
- Linguagem oral ()
- Representações visuais ()
- Representações sonoras ()
- Representações táteis ()
- Representações gestuais ()
- Representações espaciais ()

Das linguagens acima descritas, quais você mais utiliza em suas aulas? Ordene de 1 a 4 as que mais utiliza em ordem de utilização.

2. Como você utiliza essas linguagens em sua aula?

3. Você utiliza no processo ensino aprendizagem gestos e movimentos como textos a serem lidos? Cite exemplos utilizados em suas aulas.

Os dados das questões abertas foram analisados qualitativamente pela Análise de Conteúdo e confrontadas com os documentos oficiais e a literatura no que se refere aos Multiletramentos e à EF.

Resultados

Quadro 1 – Respostas dos (as) professores (as) à questão 1

Professor (a)	Respostas
1	
2	Representações gestuais; Representações táteis; Representações visuais; Representações espaciais

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 02 – Respostas dos (as) professores (as) à questão 2

Professor (a)	Respostas
1	Linguagem oral: Explicações e comando das atividades Representações visuais: Demonstração de movimentos Representações sonoras: Músicas, percussão Representações gestuais: Mímicas, teatros, representações Representações espaciais: Diversos espaços são utilizados na escola (Quadra, sala de vídeo, sala de aula)
2	Exemplificando o movimento e ação para que o aluno tenha compreensão, e execute com destreza

Fonte: Dados da pesquisa

Quadro 03 – Respostas dos (as) professores à questão 3

Professor (a)	Respostas
1	Sim. Minha leitura é bem pontual, com ênfase no tom de voz obedecendo a pontuação. Os alunos representam algumas leituras em forma de teatro no “Projeto Integra”
2	Não. Utilizo apenas gestos e movimentos práticos sem utilização de textos.

Fonte: Dados da pesquisa

Discussão

As respostas do Quadro 01 reforçam a noção de que a EF ainda é tratada majoritariamente pela prática, o que é em certo ponto aceitável à luz da BNCC (BRASIL, 2017), a qual preconiza as dimensões do conhecimento de fruição e experimentação das práticas corporais. Porém, o próprio documento oficial

amplia esta visão e propõe dimensões conceituais e atitudinais no processo ensino aprendizagem, assim demandando outras linguagens que não as especificadas na resposta do participante. Outrossim, Kunz (2004) propõe conteúdos teórico-práticos nas aulas de EF, assim, a linguagem escrita, por exemplo, também deveria fazer parte da prática docente na EF.

Com relação à utilização das diferentes linguagens pelos professores participantes, podemos apontar que o uso delas tem estrita relação com a instrução do que os alunos devem fazer, ou mais precisamente, reproduzir em aula. Os resultados não apontam a apreensão das diversas linguagens e consequente interpretação pelos alunos, exceto por um professor participante, que afirmou utilizar as representações gestuais na mímica, teatro e representações. Ocorre que esta utilização, aparentemente, instrumental não corresponde à pedagogia dos multiletramentos. De acordo com Rojo e Moura (2012) o processo ensino e aprendizagem hoje deve levar em conta a multimodalidade ou multisssemiose textual, abordada de maneira crítica para que os alunos possam diminuir e até transformar as relações de poder e controle da comunicação e informação.

Na última questão analisada, é notória a não interpretação dos gestos e movimentos como textos a serem lidos, seja pela negativa do segundo professor, seja pela explicação evasiva do primeiro. Ambos parecem não levar em consideração as possibilidades interpretativas do movimento em seus diferentes aspectos sociais, culturais, políticos, dentre outros, conforme anuncia a BNCC (BRASIL, 2017) e Kunz (2004).

Considerações

Mediante o objetivo do presente recorte de pesquisa, concluímos que os professores de EF da escola pesquisada, quando utilizam as múltiplas linguagens no processo ensino aprendizagem, o fazem prioritariamente para a instrução das atividades, sem nenhum vínculo com os multiletramentos dos alunos. Com estes resultados, entendemos ser necessária uma intervenção e proposição de formação para os professores de EF sobre a temática dos multiletramentos na EF.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>>. Acesso em: 02 out. 2020

KUNZ, E. Transformação didático-pedagógica do esporte. 6. ed. Ijuí: Unijuí. 2004.

ROJO, R; Moura, E. Org. Multiletramentos na escola. São Paulo: Parábola. 2012.

TRIVIÑOS, A.N.S. Introdução á pesquisa em ciências sociais. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

058. LETRAMENTO MATEMÁTICO: POSSIBILIDADES DA EDUCAÇÃO ESTATÍSTICA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Gledson de Paiva Ferreira

Mestrando em Práticas Docentes no Ensino Fundamental – Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES

Dr. Michel da Costa

Professor Orientador – Mestrado Profissional em Práticas Docentes no Ensino Fundamental – Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES

Dra. Irene da Silva Coelho

Professora– Mestrado Profissional em Práticas Docentes no Ensino Fundamental – Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES

Introdução

Introduzir na escola uma prática de letramento que envolva educação física e outras áreas do conhecimento pode não ser vista como uma tarefa simples a princípio, mas é relevante e pertinente à formação cidadã crítica. Quais seriam as dificuldades para que isso se torne realidade? Como colocar os alunos em contato com as diversas modalidades de linguagem que o cercam?

Para tentar responder a esses questionamentos, buscou-se referenciais que explicitam práticas de letramento em contextos diversos, bem como concernentes ao letramento matemático e estatístico.

Segundo Rojo (2020), podemos afirmar que as práticas de letramento que exercemos em diferentes contextos de nossas vidas vão constituindo nossos níveis de alfabetismo, de compreensão da leitura e da escrita, de compreensão do funcionamento dos diferentes gêneros textuais e das diferentes linguagens. Trata-se de um processo que se dá fora e também dentro da escola. Portanto, evidentemente defendemos a importância da utilização de estratégias diferenciadas nas práticas desenvolvidas na escola.

O letramento matemático caracteriza-se por meio de práticas em que o uso de conhecimentos da disciplina é associado a diversas situações do cotidiano do indivíduo para produzir diversos saberes matemáticos nas ações cotidianas. Portanto o termo letramento matemático passa a existir a partir do momento em que nasce a preocupação de extrapolar os contextos da sala de aula para o ensino da matemática e as práticas sociais, incorporando significado, passam a ter uma importância fundamental para o entendimento das próprias ações, obrigando que seja necessário rever abordagens metodológicas no ensino, principalmente nas escolas públicas.

Nesse trabalho, delimitaremos para o letramento estatístico, consolidado como área de pesquisa, tendo como objetivo estudar e compreender como as pessoas assimilam esse conhecimento através de diferentes aspectos, tais como os cognitivos e os afetivos, considerando que cada uma tem determinados efeitos sociais e discursivos, resultando em modalidades diferentes de letramento, o que sugere que a palavra seja pluralizada: há letramentos, não letramento. Podemos definir como as competências e habilidades de raciocinar, representar, comunicar e argumentar matematicamente, de modo favorecer a formulação e a resolução de problemas em uma variedade de contextos, utilizando conceitos, procedimentos, fatos e ferramentas matemáticas (CAZORLA, 2010).

A matemática tem sido aliada dentro dessa área do saber, de maneira geral, a probabilidade, estatística, tabulação gráfica e análise de dados de um indivíduo ou de uma população têm sido positivas no entendimento de algumas questões relacionadas ao cotidiano e com enfoque as diversas manifestações das práticas da disciplina de educação física.

Objetivos

Descrever uma possível prática de ensino de letramento matemático na aula de educação física do 6º (sexto) ano do Ensino Fundamental.

Métodos

É uma pesquisa qualitativa em que o pesquisador é participante do processo. Lakatos e Marconi(1991) definem a pesquisa participante como um tipo de pesquisa que não possui um planejamento ou um projeto anterior à prática, e que este será construído junto aos participantes (objetos de pesquisa). As origens da pesquisa participante estão, portanto, na ação educativa, tendo como um de seus influenciadores os trabalhos de Freire (2007) relativos à educação popular. Dentre os principais pressupostos da pesquisa participante que devemos salientar é o que afirma Thiollent (1987), sobre o enfoque interdisciplinar, já que ela abre espaço para o entrosamento de diferentes especialidades.

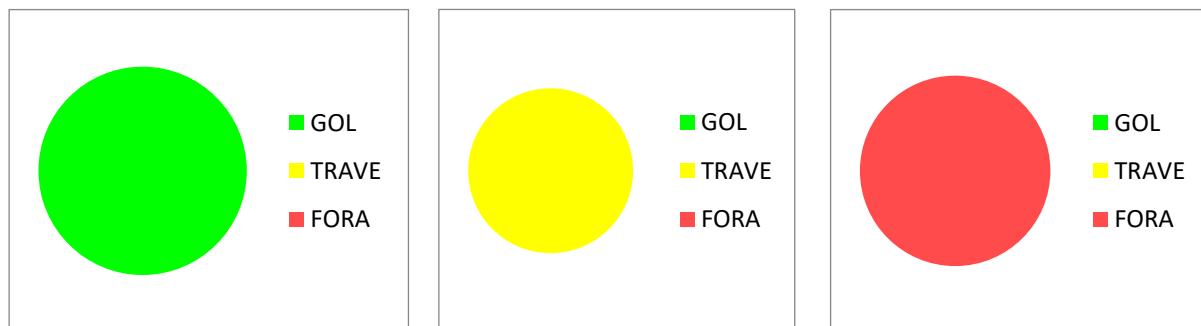
Desenvolvimento

A atividade de pesquisa foi planejada no âmbito de uma escola pública, tendo o foco em uma turma de sexto ano do ensino fundamental com alunos de ambos os gêneros e com idades entre onze e doze anos. Para investigarmos o nível de entendimento e conhecimento sobre letramento matemático (gráficos, estatística e probabilidades), nos apropriamos do esporte, mais especificamente o futsal que é uma das modalidades esportivas mais praticadas no Brasil, inclusive na escola, em que os jogos esportivos coletivos são conteúdos predominantes (REIS, 1994).

A proposta foi elaborada, fundamentada em estratégias conceituais, procedimentais e atitudinais. De acordo com Santos (2015), o professor é mediador de conhecimentos e que, por meio de problematizações provocadas por ele na fase da atividade e na reflexão conclusiva, conceitos são apresentados e (re)significados pelos alunos.

Na primeira fase constitui-se da apresentação aos alunos de gráficos estatísticos. representando o resultado de probabilidades de performances esportivas como: a) chutes convertidos (gols) na cor verde, b) chutes nas traves na cor amarela e c) chutes desperdiçados (fora) na cor vermelha, deste modo relacionando cores aos gráficos estatísticos.

FIGURA 1- Representações gráficas dos chutes



Fonte: Pesquisador.

Em seguida foi hipoteticamente explicitado o resultado de 6 alunos em uma atividade em que cada um efetuasse três tentativas de chutes ao gol no formato de cobranças de pênaltis, com o seguinte resultado das cobranças:

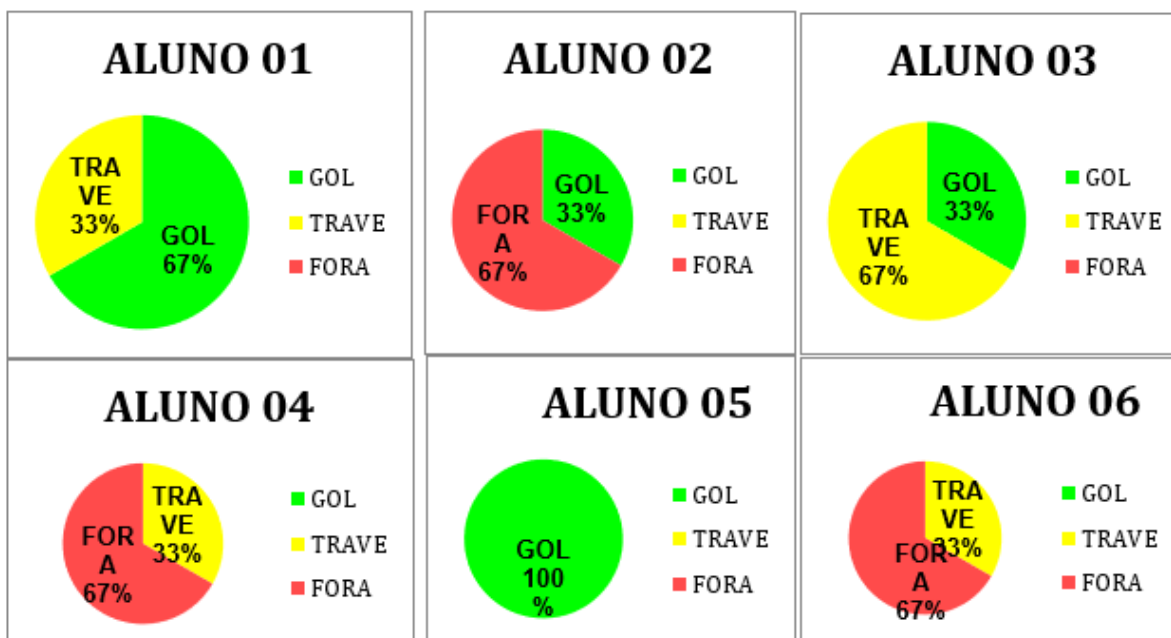
QUADRO 1 - COBRANÇA DE PÊNALTIS DOS ALUNOS (HIPOTÉTICA)

ALUNOS	GOL	TRAVE	FORA
ALUNO 01	2	1	0
ALUNO 02	1	0	2
ALUNO 03	1	2	0
ALUNO 04	0	3	0
ALUNO 05	3	0	0
ALUNO 06	0	1	2
GERAL	7	7	4

Fonte: Registros do Pesquisador

Nesta fase do desenvolvimento desta prática, devem ser construídos junto com os alunos os gráficos pertinentes ao resultado da tarefa designada. Posteriormente foram apresentados os gráficos estatísticos para que os alunos pudessem identificar seus resultados e se reconhecerem nos gráficos por meio das cores e porcentuais.

FIGURA 2- GRÁFICO DE DESEMPENHO DOS ALUNOS (HIPOTÉTICO)



Fonte: Registros do Pesquisador

Por meio da análise dos gráficos, pode-se perguntar aos alunos acerca de resultados individuais e coletivos dos alunos que fizeram a cobrança aos pênaltis. Busca-se explorar estratégias para a melhoria dos resultados desse grupo, unindo as ideias do letramento estatística na leitura do contexto às ideias pertinentes às aulas de Educação Física em uma proposta interdisciplinar com potencialidade de desenvolver habilidades de ambos os componentes, conforme prevê a atual Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2018).

Conclusão

É preciso assumir o compromisso com o desenvolvimento do letramento matemático, explorar competências e habilidades como raciocínio, representação, comunicação e argumentação matemática, incentivar o aprendizado através das multidisciplinaridades para se estabelecer conjecturas, formular e resolver problemas variados, no contexto escolar e da vida cotidiana.

O presente trabalho foi de cunho bibliográfico e documental, mas pretende-se posteriormente fazer experimento prático, considerando os princípios e exigências éticas para pesquisa científica.

O fator interdisciplinar deve agir de forma motivacional, gerando maior entendimento prático aos conceitos estatísticos e gráficos expostos no cotidiano social. Espera-se que após a realização da atividade, os alunos demonstrem maior interesse em aprofundar conhecimentos em estatísticas, gráficos e probabilidades em contextos diversos.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação – MEC. Base Nacional Comum Curricular – BNCC. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 10 ago. 2022.

CAZORLA, I. M.; UTSUMI, MIRIAM CARDOSO. Reflexões sobre o ensino de estatística na Educação Básica. In: CAZORLA, I. M.; SANTANA, E. R, S. Do Tratamento da Informação ao Letramento Estatístico. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

FERREIRA JÚNIOR, P. N. A Matemática na Educação Física: Uma proposta interdisciplinar para o ensino de Estatística. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 08, Vol. 01, pp. 72-91, 2019. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/ensino-de-estatistica>. Acesso em: 10 ago. 2022.

FREIRE, P. Educação e mudança. 12. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

SANTOS, J. A produção de significação sobre combinatória e probabilidade numa sala de aula do 6º ano do ensino fundamental a partir de uma prática problematizadora. 2015. 191f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação Stricto Senso em Educação, Universidade de São Francisco: Itatiba/SP, 2010.

SOARES, M. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. Educação e Sociedade, Campinas, v. 23, n. 81, dez 2002.

REIS, H. B. O ensino dos jogos coletivos esportivos na escola. Dissertação de Mestrado, Centro de Educação Física e Desportos, UFSM, Santa Maria, 1994.

ROJO, R. Letramentos múltiplos, escola e inclusão social. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

ROJO, R.; MOURA, E.[orgs.]. Multiletramentos na escola. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

059. DESENVOLVIMENTO DE UM AMBIENTE SOCIOMORAL EM SALA DE AULA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Regiane Tavares Silva

Mestrado Profissional Práticas Docentes no Ensino Fundamental - UNIMES

Elisete Gomes Natário

Mestrado Profissional Práticas Docentes no Ensino Fundamental – UNIMES

rtsil@hotmail.com

Palavras-chave: ambiente sociomoral; relações interpessoais; regras e combinados; educação básica.

Introdução

No limiar da busca pela reflexão e pelo desafio no ano de 2022 estamos passando por constantes transformações em nossa sociedade e uma delas é a convivência com o outro. O mundo vive por um colapso sanitário com a pandemia do Covid19 que mudou o comportamento e as atitudes das relações de uma convivência saudável. Diante das dificuldades dos dilemas reais de convivência em face ao ambiente sociomoral, há necessidade de retomar a análise do delineamento do convívio interpessoal e social.

Os problemas da convivência interpessoal se apresentam como uma das maiores adversidades nas instituições escolares que refletem diretamente em sala de aula e na construção do ambiente sociomoral ao retornar para as atividades presenciais, após isolamento da Covid 19. O ambiente sociomoral é uma condição para a autonomia moral do educando e ao mesmo tempo um desafio na sua implantação na escola. Este ambiente se constitui de todas as relações interpessoais formadoras das experiências escolares das crianças, incluindo as relações com o professor, com outras crianças, com os estudos e com regras (DEVRIES; ZANS, 1998).

Diante das dificuldades e dilemas de convivência, as regras e combinados e a convivência interpessoal têm se mostrado um dos caminhos para a construção do ambiente sociomoral (PIAGET, 1932/1994). A

prática do ambiente sociomoral na construção da autonomia moral com base no convívio interpessoal é um instrumento e ao mesmo tempo um desafio na sua implementação na educação

Objetivo

Descrever as condições do desenvolvimento do ambiente sociomoral no que se refere a regras e combinados voltadas as relações interpessoais em sala de aula, segundo a literatura.

Método

O presente trabalho tem como base a estrutura de um estudo exploratório, por meio de uma pesquisa bibliográfica que de acordo com Gil (2008, p.50) “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído de livros e artigos científicos”. A pesquisa bibliográfica aplicada na literatura se desenvolveu sobre as publicações relacionadas especificamente ao tema desenvolvimento moral e foi elaborada como base de buscas relacionadas às fontes Scielo, Revistas, Google Livros, Google Acadêmico. Durante a pesquisa foram utilizadas palavras-chave isoladas ou em conjunto: ambiente sociomoral, relações interpessoais, regras e combinados e educação básica no idioma em português.

Esta pesquisa se alinha com as pesquisas epistemológicas do autor Jean Piaget (1932/1994) e em consonância harmoniza com outros autores, tais como LaTille (2006), DeVries e Zan (1998), Vinha e Tognetta (2009), Araújo (2008), Menin (1996).

Desenvolvimento

Ao focar a concepção de ambiente sociomoral é necessário desmembrar seus significados e reintegrá-los, para auxiliar a compreensão do entrelaçamento de seus elementos. A moral refere-se a um conjunto de regras e princípios que regulam a convivência nas relações dos sujeitos que os envolvem em sua relevância social e de sociabilidade entre os indivíduos. O desenvolvimento do ambiente sociomoral fundamenta-se na regulação dos princípios das relações interpessoais e na capacidade de cooperação que envolve o ambiente da sala de aula. Este ambiente se constitui de todas as relações interpessoais formadoras das experiências escolares das crianças e jovens da educação básica, incluindo as relações

com o professor, com outras crianças, com os estudos e com regras (DEVRIES; ZANS, 1998). Para Menin (1996) existe a indagação do que é ética, ou moral, e como colocá-las nas escolas?

Os estudos piagetianos (1932/1994) inferem que os jogos de regras são um processo propício à análise da moral e as dimensões de seu desenvolvimento. Ao enfatizar o núcleo da moral são identificados três comportamentos intrínsecos que são os sentimentos, as ações e os juízos. No entanto, Piaget (1932/1994) se dedicou ao aprofundamento do juízo moral, como os sujeitos pensam, os julgamentos das situações morais e como as regras são colocadas no momento de sua execução, levando a consciência moral. Nesse sentido, Vinha e Tognetta (2009) reflete sobre como as normas e valores são exteriorizadas nos diversos conflitos que ocorrem no cotidiano escolar, tais como regras em sala de aula, conduta dos estudantes e relações interpessoais. O que torna o docente alguém que está sempre mediando a moralidade, mesmo sem perceber, já que este é um aspecto intrínseco às relações entre as pessoas. Em consonância das análises de Kant e Piaget, a autora enfatiza que a uma das premissas que envolve a problemática da educação hoje é a formação plena e aprofundada dos que são responsáveis pela sua implementação, pois ainda existem ações que são tomadas diante de “trabalhos pedagógicos” com base no senso comum e não em estudo científico consolidado. Em tal reflexão La Taille (2006) realiza uma discussão em sua literatura em que o fato de querer ser merecedora de confiança é um traço essencial do autorrespeito: quem tem honra sente vergonha de ter desmerecido a confiança alheia ou simplesmente de ter pensado em realizar ações que teriam esse efeito. Para Araújo (2008), o espaço dos momentos de reflexão propicia uma mudança na forma como as relações interpessoais são estabelecidas dentro da escola e, se devidamente coordenado nas relações interpessoais, permite verdadeiramente a construção de um ambiente escolar dialógico e democrático.

É importante ressaltar que os conflitos e as relações interpessoais são aperfeiçoados diariamente no cotidiano facilitando a interação e constância nas relações harmoniosas entre discentes e docentes. Menin (1996, p. 40) explana que “[...] quando decidimos seguir certas regras, normas e leis por vontade própria, independente das consequências externas imediatas, estaremos sendo autônomos.”. Essa construção na relação se dá pela decisão de executar ações que atendam as regras após a sua reflexão.

Conclusão

Os relacionamentos sociais interferem significativamente no desenvolvimento do juízo moral, tendo em vista que o convívio interpessoal é composto por pessoas diferentes que levam ao cumprimento de regras sociais que as desafiam a compreensão, reflexão e ação. Com a Covid 19 e o isolamento social as relações humanas sofreram danos e resultando em prejuízos ao desenvolvimento ao ambiente sociomoral em sala de aula. A convivência humana é primordial para a constituição de regras exercidas pelas pessoas que fundamentam suas práticas na teoria do juízo moral. A convivência não é isolada, bem como as relações que nelas se instituem também não são. A sociedade necessita de relações interpessoais para exercerem a cidadania. No contexto da sala de aula, esse cenário não se faz diferente. O formato da consciência está intrínseco às relações sociais. No decorrer da maturidade ao longo da idade e as desigualdades como seres humanos, tendem a ser suprimidas do respeito unilateral, cedendo lugar ao respeito mútuo. Sendo assim, destaca-se para alguns pontos indispensáveis - a formação do “eu” se faz no convívio de uma sociedade- posto isto, as relações de cooperação ligadas as relações interpessoais, com a evolução de normas e regras, levam ao desenvolvimento da autonomia em sala de aula.

Referências

- ARAÚJO, U. F. Resolução de Conflitos e Assembléias Escolares. Cadernos de Educação (UFPEL), v. 31, p. 115-131, 2008
- DEVRIES, R.; ZAN, B. A Ética na Educação Infantil: O ambiente sócio moral na escola. Tradução de Fátima Murad. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- LA TAILLE. Y. Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- MENIN, M. S. de S. Desenvolvimento Moral: refletindo com pais e professores. In L. Macedo (Org.). Cinco estudos sobre Educação Moral (pp. 37-104). São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.
- PIAGET, J. (1932). O juízo moral na criança. São Paulo: Summus, 1994.
- VINHA, T. P. TOGNETTA, R.P. Construindo a Autonomia Moral na Escola: os conflitos interpessoais e a aprendizagem dos valores. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 9, n. 28, p. 525-540, set./dez. 2009. Disponível

em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/3316/3226>. Acesso em: 25 mar. 2022.

060. O LETRAMENTO LITERÁRIO E SUA IMPORTÂNCIA PARA APRENDIZAGEM DA LEITURA DAS CRIANÇAS DOS ANOS INICIAIS

Raquel Cardoso Silva

raquelpoeta5@gmail.com

Dra. Irene da Silva Coelho

coelhoirene@gmail.com

Universidade Metropolitana de Santos

Palavras-chave: Letramento, Letramento Literário, Formação do leitor.

Introdução

A escola é a instituição responsável pela alfabetização dos indivíduos e que tem o compromisso de desenvolver os seus conhecimentos, os valores e atitudes considerados essenciais à formação de todo cidadão. É compromisso e responsabilidade da escola e também do professor que é responsável por alfabetizar, letrar e formar leitores críticos.

Para alcançar esse objetivo, entendemos que a alfabetização e o letramento são processos que caminham juntos e envolvem a reflexão sobre os textos que estão ao nosso redor e fazem parte do cotidiano de todos. Envolve, portanto, a reflexão sobre as práticas de escrita e de leitura que se colocam na sociedade.

Magda Soares (2001, p. 18) usa o termo letramento referindo-se ao “resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita – letra- (do latim, *littera*) e o sufixo -mento (denotando resultado de uma ação)”.

Para Cosson e Souza (2011, p.102), letramento “designa as práticas sociais da escrita que envolvem a capacidade e os conhecimentos, os processos de interação e as relações de poder relativas ao uso da escrita em contextos e meios determinados.”

Lankshear (apud Soares, 2001, p.75) afirma que “o que o letramento depende essencialmente de como a leitura e a escrita são concebidas e praticadas em determinado contexto social; letramento é um conjunto de práticas de leitura e escrita que resultam de uma concepção de o quê, como, quando e por quê ler e escrever”.

Para os autores citados, o letramento envolve uma prática situada, a reflexão sobre os processos envolvidos e também a ideologia que esta pressuposta nesta prática. Logo, envolve os valores e crenças dados pelos sujeitos àquilo que foi escrito e é lido.

Quando o professor escolhe um livro e o toma como objeto para ser levado para a sala de aula, ele se investe do papel de mediador.

Atuar como mediador no processo de aquisição de habilidades de leitura, inclusive do texto literário, é papel central do professor. Organizar o espaço da sala de aula, propor objetivos de leitura, fazer perguntas que facilitem o processo interpretativo, são formas de atuar positivamente nesse processo. (BARBOSA, 2011, p.156)

Objetivo

Buscamos com este trabalho, refletir sobre o papel e a importância dos textos literários, especificamente do letramento literário nos anos iniciais do ensino fundamental.

Métodos

Para a realização deste trabalho, adotamos fundamentos da pesquisa teórico-bibliográfica baseados na conceituação de alfabetização, letramento e letramento literário e sua função.

Letramento literário

O trabalho com a leitura literária tem se tornado uma preocupação para os professores e vem se transformando em alvo de várias discussões nos meios acadêmicos. Vários estudiosos mostram que o ensino de literatura no Ensino Fundamental se perde e acaba servindo de pretexto para ensinar questões gramaticais.

Entendemos que não é este o objetivo da leitura na sala de aula, pois cabe à escola propiciar ao aluno o contato com diferentes textos, além de integrar o uso dos livros literários à vida da criança, de forma prazerosa.

“No ambiente escolar, a literatura é um lócus de conhecimento” (COSSON, 2009, p. 26), ainda que a escola não seja o único lugar de formação de leitores literários.

Por meio da literatura, é possível conhecer o mundo e o que pensam e sentem as personagens dos textos. A leitura de textos literários contribui na formação do leitor criativo e autônomo, pois são ilimitadas as possibilidades de interpretações.

É preciso compreender que o letramento literário é diferente dos outros tipos de letramento porque a literatura ocupa um lugar diferente em relação à linguagem, pois cabe à literatura “[...] tornar o mundo compreensível transformando a sua materialidade em palavras de cores, odores, sabores e formas intensamente humanas”. (COSSON, 2009, p. 17).

Assim, cabe ao professor mediador da leitura trazer “essas cores, cheiros” para a sala de aula. A leitura de textos literários propicia a inserção no mundo da escrita, pois leva ao domínio da palavra a partir dela mesma, ou seja, trata-se do “[...] processo de apropriação da literatura enquanto construção literária de sentidos” (PAULINO; COSSON, 2009, p. 67).

Fica evidente que há um processo de compreensão ativa do sujeito, pois cabe a ele atribuir sentido ao que lê, não se restringindo à condição de ser capaz de ler e compreender textos literários, mas também de aprender a gostar de ler por meio de uma experiência que está associada ao prazer estético.

Resultados e discussão

O letramento é um processo e várias agências contribuem para que o cidadão desenvolva esse processo, sendo a escola uma das mais importantes, pois o aluno passa muito tempo na escola, além de ter o compromisso com a formação do ser humano.

Assim, na escola, as situações de ensino devem ocorrer tendo em vista essa formação para a vida, para o mundo e o letramento literário contribui para essa formação.

Mas alguns cuidados devem ser tomados pelo professor. Soares (1999) revela que a escolarização da literatura é inevitável, mas esta deve ser adequada e passar pelo desvelamento das informações do texto, pela aprendizagem de estratégias para se chegar à formação do repertório do leitor articulado às práticas sociais de leitura. O professor precisa se distanciar de práticas de leitura que fragmentam o texto, que fazem dele atividades avaliativas, ou seja, que fazem a escolarização inadequada da literatura.

Devemos escolher o texto no seu suporte original, ou seja, o livro infantil. Respeitar a integralidade da obra também é importante, pois não podemos retirar ou saltar partes do texto que, por alguma razão, achamos inadequadas para nossos alunos. Colocar a Chapeuzinho Vermelho debaixo da cama por não saber depois explicar o porquê dela sair viva da barriga do lobo não é a solução. Afinal, o texto literário carrega em sua elaboração estética as várias possibilidades de atribuição de sentidos. Desse modo, respeitar o texto faz parte da adequada escolarização do mesmo. Soares (1999) evidencia ainda que a adequada escolarização da literatura é aquela que conduz a práticas de leitura que ocorrem no contexto social, a atitudes e aos valores que correspondem ao ideal de leitor que se quer formar. (COSSON e SOUZA, 2011, p.103)

Logo, a escola precisa visar à leitura dos textos literários como atividade de construção e reconstrução de sentidos.

A escola precisa oferecer oportunidades para que seus alunos, principalmente dos anos iniciais, tenham contato com os livros literários, para que a literatura se efetive como instrumento de formação do ser.

Conclusões iniciais

O objetivo deste texto foi trazer algumas reflexões sobre o letramento literário e sua importância para a aprendizagem da leitura de crianças dos anos iniciais do ensino fundamental, pois entendemos que oportunizar momentos de leitura pressupõe ações sistematicamente orientadas como tempo, espaço,

escolha de diferentes textos que circulam socialmente para a realização do trabalho com a leitura na escola.

O professor tem papel fundamental nesse processo e é preciso que ele auxilie as crianças a explorar o mundo à luz do que leem nos livros, e possam interpretar os acontecimentos como representações do que se passa no mundo, estabelecendo diálogos entre o mundo vivido e o criado.

Referências

BARBOSA, B. T. Letramento literário: sobre a formação escolar do leitor jovem. Educ. foco, Juiz de Fora, v. 16, n.1, p. 145-167. Marc/ago. 2011. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2012/08/Texto-06.pdf>. Acesso em: 15 set. 2022.

COSSON, Rildo. Letramento literário: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2006.

COSSON, R; SOUZA, R. Letramento literário: uma proposta para a sala de aula. UNESP, Agosto-2011. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/40143/1/01d16t08.Pdf>. Acesso em: 23/07/2022.

PAULINO, Graça; COSSON, Rildo. Letramento literário: para viver a literatura dentro e fora da escola. In: ZILBERMAN, Regina; RÖSING, Tania (Orgs.). Escola e leitura: velha crise; novas alternativas. São Paulo: Global, 2009.

SOARES, Magda. A escolarização da literatura infantil e juvenil. In: EVANGELISTA, Aracy Alves Martins et al (Orgs.). A escolarização da leitura literária: o jogo do livro infantil e juvenil. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOARES, Magda. Letramento: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001.

061. O PAPEL DA ESCOLA NA OBSERVAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES COMPORTAMENTAIS DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA INFANTIL

Ines Cabrera Namora¹, Abigail Malavasi²

¹Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES – inesnamora@gmail.com

²Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES - amalavas@uol.com.br

Palavras-Chave: violência infantil, maus tratos infantil, negligência, criança maltratada, pais agressores.

Introdução

Violência infantil é um tema de grande complexidade, enraizada nas famílias, e muitas vezes, silenciada dentro do próprio lar. É um fenômeno social e cultural intrigante e sem uma definição única, mas que supõe várias ações desferidas contra crianças e os adolescentes, e que os afetam nos aspectos físico, emocional, intelectual, cognitivo, psicológico dentre outros. Pode-se considerar violência infantil os casos de maltrato físico ou psicológico, abandono emocional, abuso e exploração sexual, alienação parental entre outros.

A violência infantil foi objeto de estudo científico, pela primeira vez, em 1860, pelo Dr. Ambroise Tardieu, presidente da Academia de Medicina de Paris. O médico publicou o trabalho intitulado *Étude médico-legale sur les sevices et rnavuáis traitements exerces sur des enfants*. já naquela época Tardieu se referiu à discordância entre as explicações dadas pelos agressores e as características das lesões. Os autores dos crimes eram pais, professores e autoridades. (Minayo, 2001). Muitas vezes, os relatos das crianças sobre as violências sofridas não condizem com as narrativas dos responsáveis, quando estes são questionados. Por vezes, os agressores omitem e negam fatos para mascarar ou despistar sobre a real situação de violência.

A Organização Mundial de Saúde (Geneva, 2006) classifica a violência contra a criança em quatro tipos: abuso físico, sexual, emocional ou psicológico e negligência, os quais podem resultar em danos físicos, psicológicos, prejuízo ao crescimento, desenvolvimento e maturação das crianças.

A violência infantil, segundo Assis (1994), acompanha a trajetória humana desde os acontecimentos mais primitivos de que se tem registro. E são também inumeráveis as modalidades pelas quais se expressa, dentro das diferentes culturas (...) a eliminação de crianças e adolescentes é dos temas mais citados na história, abrangendo o infanticídio (...) e os homicídios.

Objetivo

O objetivo do estudo é caracterizar os tipos de violência infantil, as possíveis manifestações comportamentais nas crianças e criar repertório para funcionários, professores, educadores e equipe gestora a fim de despertar e apurar o olhar sobre os comportamentos apresentados pelas crianças, mudanças que muitas vezes precedem o próprio relato da criança e que podem ser o início da averiguação de violência, denúncia e das medidas de prevenção e proteção da criança. Percebendo precocemente tais mudanças, a escola pode identificar, notificar, e dar os encaminhamentos necessários para garantir e assegurar os direitos das crianças, a averiguação e investigação pelas redes de proteção da infância bem como a responsabilização dos agressores. Este estudo faz parte do meu projeto de pesquisa de Mestrado, em andamento, sobre violência infantil e escuta qualificada. Surgiu das inquietações do meu trabalho como orientadora educacional numa escola pública de Ensino Fundamental I do Município de Santos, diante dos relatos de violência que os educandos traziam nos momentos de escuta e conversa na sala do serviço de Orientação Educacional.

Métodos

Este é um estudo bibliográfico desenvolvido por meio do levantamento de autores e artigos que fazem referência ao tema de violência infantil e os comportamentos infantis que evidenciam os sinais da prática de violência. O estudo caracteriza os tipos de violência e os efeitos que podem ser observados pela escola, que tem papel fundamental na acolhida dessa criança, e tem o dever de agir e encaminhar o caso para os setores competentes e serviços de proteção à infância.

O estudo tem referencial teórico baseado em autores que pesquisaram a violência ao longo da história como Ariès (1978), Assis (1994), Veyne (1992). Também baseado em autores que definiram e caracterizam a violência infantil, como Zambom (2012), Azevedo (1990), Gawryszewski et al. (2012), bem como as manifestações comportamentais apresentadas pelas crianças vítimas de violências, o local e o perfil dos agressores segundo Moura (2008), Mascarenhas (2010), Faleiros et al. (2009) e por dados obtidos nas pesquisas realizadas pelo Ministério da Saúde (Brasil, 2009) e pela Organização Mundial da Saúde (GENEVA, 2006).

Resultados/desenvolvimento

Segundo o Sistema VIVA, Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes, implantado em 2006 pelo Ministério da Saúde, e segundo o Instrutivo da Ficha de Notificação (Brasil, 2006), a violência contra crianças e adolescentes, refere-se a qualquer forma de abuso físico, emocional, sexual, negligência e/ou formas de exploração comercial e outras e podem ser classificadas como: Violência física, psicológica, sexual e por negligência e abandono.

Quanto mais tempo a criança é exposta aos ciclos de violência e às experiências traumatizantes, mais danos podem acometer essa criança, principalmente no campo da Saúde Mental. Assinala Azevedo (1990) de qualquer forma, este tipo de violência é: "de natureza interpessoal, um abuso do poder disciplinador e coercitivo dos pais; um processo que se prolonga por meses e até anos;

É comum observar nas crianças que já estiveram expostas à violência: medo intenso, perturbações do sono (dificuldade em adormecer ou em se manter a dormir, pesadelos); momentos de hipervigilância; recordações e sonhos perturbados; comportamentos agitados ou desorganizados; respostas de alarme exageradas; agressividade e depressão; alterações digestivas e de humor (anorexia, bulimia); acessos de raiva e rompantes. (Brasil, 2009). Muitos são os efeitos apresentados pelas crianças vítimas de algum tipo de violência. A escola detém condições de observar essas manifestações e de fazer intervenções precoces para romper os ciclos de violência.

Para Faleiros et al.(2009), a privação materna é um estressor importante que afeta diretamente o desenvolvimento da criança, e indivíduos vítimas de negligência ou qualquer outro tipo de violência na primeira década de vida possuem, na maioria das vezes, desvios de conduta, principalmente transgressões das regras sociais.

Zambom et al. (2012) afirma que a negligência é uma violência de difícil definição, pois envolve aspectos culturais, sociais e econômicos de cada família ou grupo social. A negligência é a forma mais frequente de maus-tratos contra crianças e adolescentes.

Vagostello (2002) ao relatar um estudo de caso de uma criança negligenciada pela mãe, destaca que a negligência se constitui na porta de entrada para a manifestação de outras formas de violência contra crianças e adolescentes.

Para os maus-tratos físicos tendem a ocupar o primeiro posto entre as modalidades de violência em estudos realizados nas unidades de pronto atendimento voltadas para estes casos, provavelmente por serem mais graves e exigirem atendimento de saúde, fato que dependendo da circunstância não poderá ser omitido. (Gawryszewski et al., 2012). A Lei 13.431/2017 garante a partir de outubro de 2017, que os casos de violência infantil sejam notificados aos órgãos competentes e que as medidas de proteção sejam tomadas. (BRASIL, 2017).

Segundo Guerra (1996), a violência é um processo de completa objetualização e sujeição da vítima; uma forma de violação dos direitos essenciais da criança e do adolescente enquanto pessoas e, portanto, uma negação de valores fundamentais como a vida, a liberdade, a segurança; na família que reside sua ecologia privilegiada e como esta pertence à esfera do privado, a violência acaba se revestindo da tradicional característica de sigilo.

Em muitos casos de violência, o agressor é membro da própria família, ente com o qual a criança tem proximidade e/ou vínculo afetivo, como cita Moura et al. (2008) que a mãe foi considerada como principal agressor em alguns tipos de violência – a psicológica e o castigo corporal, seguido pela negligência.

O local onde mais acontecem a maioria dos episódios de violência é o próprio lar da criança, como assinala Mascarenhas et al. (2010) o ambiente domiciliar é um o local em que grande parte dos eventos violentos toma lugar, sendo este o ambiente favorável para a ocorrência de agressões e abusos contra crianças, principalmente as meninas. Por permanecerem por mais tempo em seus lares, as crianças acabam sendo violentadas mais frequentemente nestes locais.

Segundo dados do Ministério da Saúde (Brasil, 2009) a violência pode acarretar problemas sociais, emocionais, psicológicos e cognitivos durante toda a vida(...) Em geral, se manifesta por meio do abuso de substâncias psicoativas, do álcool e outras drogas e da iniciação precoce à atividade sexual, tornando-os mais vulneráveis à gravidez e à exploração sexual.

A violência em crianças e adolescentes pode gerar consequências como ansiedade, transtornos depressivos, alucinações, baixo desempenho na escola e nas tarefas de casa, alterações de memória,

comportamento agressivo e até tentativas de suicídio, dados obtidos pelo Ministério da Saúde. (BRASIL, 2009).

Proteger é responsabilidade de todos. Toda pessoa que testemunhar, souber ou suspeitar de violências contra crianças e adolescentes têm o dever de denunciar. Essas denúncias são fundamentais para prevenir, identificar, minimizar e responder às violências contra a infância e a adolescência.

Como forma de responsabilizar responsáveis e ou agressores, existem os meios legais de agir e garantir os direitos fundamentais das crianças e adolescentes. Todo e qualquer cidadão que tiver conhecimento ou receber queixa de maus tratos ou qualquer outro tipo de violência contra crianças e adolescentes, mesmo sob dúvida, tem a obrigação e o dever de notificar os órgãos competentes e/ou dar prosseguimento à denúncia para que o ciclo de violência possa ser interrompido. Darlan (1998) afirma que uma criança é credora de direitos, cuidados, respeito, carinho, dedicação, prioridade. Quando esses direitos são respeitados, a criança cresce sadia e se torna um cidadão, que corresponderá ao que dele se espera para um sadio convívio social.

São direitos garantidos no artigos 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação e omissão, aos seus direitos fundamentais. E garante o artigo 18º Estatuto da Criança e do Adolescente – É dever de todos, velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. (BRASIL, 1990).

Conclusão

A escola tem papel fundamental na formação escolar do indivíduo, e tem também o dever de estar atento aos sinais manifestados pelas crianças que sofrem de algum tipo de violência. Muitas vezes, a escola é o local que primeiro receberá os relatos de violências, cabendo à ela tomar as devidas providências para romper ciclos de violência, e dar os encaminhamentos necessários para a responsabilização do agressor. A violência, muitas vezes, é silenciada pela própria família agressora. Cabe

à escola identificar os sinais e garantir que a criança seja acolhida pelos serviços de proteção, tenha sua vida preservada e seus direitos constitucionais garantidos.

Alguns sinais apresentados pelas crianças podem dar indícios de que algo de errado está acontecendo com essa criança e é interessante que a escola acentue o olhar e os cuidados com essa criança. Os ciclos de violência, podem se perpetuar por muito tempo, provocando em muitos casos, consequências e danos irreparáveis para a vida adulta, e em alguns casos podem ser perpetradas e repetidas por gerações. Azevedo e Guerra (2011), refletem sobre o fato de que pessoas submetidas a alguma forma de violência tendem a reproduzi-la no futuro, perpetuando o ciclo violento, (...) processo de subjetivação na relação entre vítima e agressor que cristaliza padrões de tolerância e aceitação da violência.

Com base na pesquisa realizada, no levantamento dos autores e artigos, concluo que a violência infantil é um praga da sociedade, disseminada entre todas as classes sociais. Cabe à escola, ciente dos episódios de violência, o dever de dar os direcionamentos necessários para romper os ciclos de violência, reparar os danos causados através da oferta de atendimentos psicossociais às crianças que possam minimizar os efeitos da violência na saúde física e mental das vítimas. Estender às famílias agressoras o atendimento psicológico, como rede de apoio e ajuda para fortalecer os vínculos afetivos entre pais e filhos e aprimorar os cuidados básicos necessários para que a criança possa crescer de forma integral e saudável.

Referências

ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

ASSIS, Simone G. Crianças e adolescentes violentados: presente e perspectivas para o futuro. Cad Saúde Pública, 1994.

AZEVEDO, Elaine. C. Atendimento psicanalítico a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. Psicologia: Ciência e Profissão. 2001. Disponível em 15/06/2022, SciELO (Scientific Eletronic Library Online): <http://www.scielo.br/scielo.php>

AZEVEDO, Maria A. Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes no Município de São Paulo. SP. 1990

AZEVEDO, Maria A. & GUERRA, Viviane N. As políticas sociais e a violência doméstica contra crianças e adolescentes: Um desafio recuperado em São Paulo? Infância e violência doméstica: Fronteiras do conhecimento. São Paulo: Cortez. 2011

DARLAN, Siro. Da infância perdida à criança cidadã. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris Ltda, 1998.

FALEIROS, Juliana M.; MATIAS, Alessandra S.A.; BAZON, Marina.R. Violência contra crianças na cidade de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil: a prevalência dos maus-tratos calculada com base em informações do setor educacional. Cad Saúde Pública, 2009.

FREITAS, Maria F.Q.; BARROS, Amailson S. Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes: Consequências e Estratégias de Prevenção com Pais Agressores. Retirado em 16/06/2022, do PEPSIC (Periódicos Eletrônicos de Psicologia): [Violência doméstica contra crianças e adolescentes: consequências e estratégias de prevenção com pais agressores \(bvsalud.org\)](http://bvsalud.org)

GAWRYSZEWSKI, Vilma P.; VALENCICH, Dalva M.O.; CARNEVALLE, Claudia V.; MARCOPITO, Luis F. Maus-tratos contra a criança e o adolescente no Estado de São Paulo em 2009. Rev Assoc Med Bras, 2012.

GUERRA, Viviane N. A Violência física doméstica contra crianças e adolescentes e a imprensa: do silêncio à comunicação [tese doutorado]. São Paulo: PUC, 1996.

MASCARENHAS, Márcio D.M.; MALTA, Débora C.; SILVA, Marta M.A.; LIMA, Cheila M.; CARVALHO, Mércia G.O.; OLIVEIRA, Vera L. A. Violência contra a criança: revelando o perfil dos atendimentos em serviços de emergência. Brasil, entre 2006 e 2007. Cad Saúde Pública, 2010.

MINAYO, Maria C. S. O limite da exclusão social: meninos e meninas de rua no Brasil. São Paulo: HUCITEC, Rio de Janeiro: ABRASCO, 1993.

MOURA, Anna T.M.S.; MORAES, Cláudia L.; REICHENHEIM, Michael E. Detecção de maus-tratos contra a criança: oportunidades perdidas em serviços de emergência na cidade do Rio de Janeiro. Cad Saúde Pública 2008.

VEYNE, Paul. O império romano. In: Aries P, Duby G. história da vida privada. São Paulo. Companhia das Letras, 1992.

ZAMBON, Mariana P.; JACINTHO, Antônio C.A.; MEDEIROS, Michelle M.; GUGLIELMINETTI, Rachel; MARMO, Denise B. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: um desafio. Rev Assoc Med Bras 2012.

VAGOSTELLO, Lucilena. O risco da negligência: Um estudo de caso. Psicologia: Revista da Vetor, 2002.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990.

BRASIL. Ministério da Saúde. Instrutivo da Ficha de Notificação. Brasília, 2006. Disponível em 15/02/2022. [SINANWEB - Notificações \(saude.gov.br\)](http://sinanweb.saude.gov.br)

BRASIL. Ministério da Saúde. Impacto da violência na saúde das crianças e adolescentes. Brasília, 2009. Disponível em 15/02/2022. [Impacto da Violência na Saúde das Crianças e Adolescentes \(mppr.mp.br\)](http://mppr.mp.br)

WHO. World Health Organization. Preventing child maltreatment: a guide to taking action and generating evidence. Geneva: WHO, 2006.

062. O PATRIMÔNIO DA ORLA DE PRAIA GRANDE/SP NA SALA DE AULA: ENSINO DE HISTÓRIA LÚDICO PARA ALUNOS SURDOS E DEFICIENTES AUDITIVOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Flávio Guilherme Vasconcelos Cardoso da Silva⁵⁶

Profa. Dra. Tathianni Cristini da Silva⁵⁷

Palavras-chave: Ensino; alunos surdos; deficiência auditiva; patrimônio histórico; material didático.

Introdução

O artigo a seguir apresenta a pesquisa sobre a elaboração de material didático adaptado para alunos surdos e deficientes auditivos, tendo por tema o ensino da história de Praia Grande, litoral de São Paulo. Para tanto, são utilizados os patrimônios de sua orla a fim de contar a história local na construção de

⁵⁶ Graduado em História e Pedagogia pela Universidade Metropolitana de Santos/UNIMES, Santos/SP. O presente trabalho é parte de minha monografia de conclusão de curso em Pedagogia, sob a orientação da Profa. Dra. Tathianni Cristini da Silva. Atualmente é professor no Colégio Jean Piaget. flavio2000guilherme@gmail.com

⁵⁷ Professora na Universidade Metropolitana de Santos/UNIMES, Santos/SP. tathianni.silva@unimes.br

uma identidade Praia-grandese. O desenvolvimento da consciência histórica nos alunos, assim como assegurar que todos sejam capazes usufruir dos bens patrimoniais, é vital. Logo é preciso adaptar e reavaliar práticas pedagógicas no intuito de contribuir para a formação dos educandos independente de quaisquer deficiências que portem, no caso deste trabalho escolheu-se pelo estudo de material inclusivo para alunos surdos. Com os resultados obtidos na pesquisa espera-se contribuir para a elaboração de aulas de história acessíveis, possibilitando aos alunos surdos e ouvintes conhecerem a história de Praia Grande em sua formação como cidadãos. Assim, para este trabalho utilizou-se diversos recursos à disposição, como informativos da época, placas dos monumentos, panfletos e fotografias entre outros materiais para compor uma narrativa a respeito da história de Praia Grande, desde seus primeiros momentos como parte de São Vicente/SP até sua emancipação, passando a buscar uma identidade própria.

Objetivo

O trabalho tem como objetivo a difusão do conhecimento sobre a história de Praia Grande, usando seus patrimônios históricos por meio da elaboração de material didático lúdico adaptado para alunos surdos e portadores de deficiência auditiva.

Método

A pesquisa está organizada de forma a contemplar no primeiro momento reflexões sobre o que é história, o que é memória, e o que é patrimônio, após uma explicação sobre esses conceitos e como estão relacionados é apresentado ao leitor a história de Praia Grande. Em sequência, é abordada a história de seus patrimônios na construção da identidade.

Num segundo momento, buscou-se explicar o que é um material didático, sua importância para o ensino, sua criação e ou adaptação para alunos surdos e portadores de deficiência auditiva levando em conta a importância do lúdico no desenvolvimento dos educandos. Por fim, é proposto e elaborado o material didático adaptado para alunos surdos, com o intuito de ser trabalhado em aulas de história e outros componentes que tenham interesse, buscando trabalhar de forma inclusiva a consciência histórica dos alunos.

Material didático adaptado

O material didático tem um importante papel na educação por ser capaz de proporcionar uma aprendizagem significativa aos educandos, e para aqueles que possuem alguma deficiência? Será que o material didático pode ser utilizado da mesma forma? Em partes, pois é possível a utilização de materiais didáticos como um recurso capaz de auxiliar alunos que portam alguma deficiência, contudo ele precisa passar por um processo de adaptação para se adequar às necessidades de cada educando, a fim de tornar o material didático acessível a todos.

A acessibilidade é um direito previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN “nº 10.098/00 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências”. (LDBEN, 2000) Para que se possa ter um ambiente escolar inteiramente acessível é preciso pensar em um processo de integração com a criação de ambientes acessíveis e a reformulação nas práticas docentes. Nesse cenário o uso do material didático adaptado é um recurso fundamental para tornar prático conteúdos que muitas vezes são abstratos, permitindo que todos tenham acesso ao aprendizado.

No caso daqueles que são surdos ou portadores de deficiências auditivas, é preciso entender que os termos não são sinônimos, uma vez que os surdos são aqueles que não escutam nada. Já aqueles que possuem perda leve ou moderada da audição são considerados deficientes auditivos, isso está presente no decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005:

Art. 2º - Considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiente auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

O material didático isolado com informações em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS não é o suficiente para trabalhar com estudantes surdos, é preciso que o educando tenha contato com LIBRAS desde os primeiros momentos da sua aprendizagem. A lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, oficializa a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação:

Parágrafo Único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002).

Assim como ocorre na língua portuguesa, durante o processo de alfabetização, os materiais didáticos adaptados para pessoas surdas, geralmente precisam conter dois tipos de linguagem para que se possa transmitir a informação. O primeiro é um estímulo visual, sejam fotos, pinturas, desenhos acompanhados pelo nome do objeto. O segundo é o nome que está sendo apresentado através do próprio sinal dentro da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

A importância de um material didático em Libras vai além de ensinar aqueles que são surdos. Ele também possibilita ensinar a linguagem de sinais para aqueles que não sabem, para que possam se comunicar, proporcionando a interação e a troca dos saberes por meio da interação e do lúdico, criando um canal de acesso à cultura e à educação.

Assim, com a elaboração do jogo “Dominó do patrimônio histórico para inclusão”, o ensino da história de Praia Grande irá contribuir para criação da identidade praia-grandense nos discentes enquanto sujeitos históricos, possibilitando aprender mais sobre sua cidade enquanto brincam e se divertem.

As aulas de história por meio dos patrimônios locais, tem o intuito de despertar a consciência histórica e apresentar os patrimônios locais trazendo para vida dos educandos, como parte importante e presente em aspectos do cotidiano. A partir dessas questões sobre a importância dos patrimônios, espera-se que busquem preservá-los.

Considerações preliminares

O material didático criado é resultado da pesquisa sobre a história de Praia Grande, sendo uma contribuição na busca da inclusão social dentro do ambiente escolar, utilizando a ludicidade e recursos de baixo custo a fim elaborar aulas de história para trabalhar a educação patrimonial.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 12 nov. 2021.

BRASIL. DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em 03 dez. 2021.

BRASIL. LEI No 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm. Acesso em: 07 dez. 2021

BRASIL. LEI Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm Acesso em: 07 dez. 2021.

063. POLÍTICAS PÚBLICAS NA ATUALIDADE, EDUCAÇÃO PRESENCIAL COM AULAS REMOTAS: ALUNOS EM VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE CUBATÃO

Ana Cláudia Oliveira de Almeida Nascimento⁵⁸

Prof.ª. Drª. Mariângela Camba⁵⁹

Palavras-chave: Políticas Públicas; Ensino Remoto; Vulnerabilidade; Pandemia.

Introdução

A pandemia fez com que as Instituições de Ensino mudassem a forma de pensar o ensino e estratégias,

⁵⁸ aclana71@gmail.com

⁵⁹ mariangelacamba20@gmail.com

a fim de possibilitar que todos os estudantes pudessem ter acesso ao ensino remoto, por meio de políticas públicas. Segundo Kenski (2012) abrir-se para as novas formas de ensino e de aprendizagem, mediadas por tecnologia, é o desafio a ser assumido pela sociedade.

O tema gerou diversas discussões intimamente relacionadas ao acesso a essa forma de ensino:

1. As políticas públicas vigentes têm sido suficientes para incluir todos os estudantes do ensino fundamental público?

1. Todos os estudantes possuem acesso às tecnologias?

Esta pesquisa procurou identificar se há e quais são as Políticas Públicas já instituídas que poderiam proporcionar aos estudantes, de famílias de baixa renda, condições para acessar as aulas no ensino remoto por meio das tecnologias.

Objetivos

Identificar e discutir as políticas públicas que abordem o acesso às tecnologias de ensino por estudantes do ensino público fundamental II do 9 ano, em três escolas do município de Cubatão localizadas em regiões de infraestruturas diferenciadas e com maior concentração de habitantes, especialmente aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica e, a partir desta análise, sugerir ações que permitam o acesso desses estudantes aos conteúdos disponibilizados por meio de TIC.

Métodos

É uma pesquisa qualitativa, uma vez que os métodos utilizados tendem a elucidar o porquê do problema, e ainda por se tratar de ser a preocupação de um grupo social. Além da pesquisa bibliográfica a fim de nortear o projeto, partindo de levantamento de literatura, baseado em seleção e leitura de dissertações, teses e livros, relacionados com o tema pesquisado, e documental por meio de documentos oficiais: como Decretos, Projetos de Lei, Portarias e outras legislações.

Utilizou-se como instrumento de coleta dos dados um questionário composto por vinte e oito (28)

perguntas abertas, para informações objetivas, e fechadas, questões binárias e de múltipla escolha.

Resultados/ desenvolvimento

Após aplicação do questionário, foi realizada a compilação dos dados, afim de investigar o problema de pesquisa, estabelecendo as relações entre os dados, comprovações ou não, das hipóteses resultantes do processo. “Na análise, o pesquisador entra em mais detalhes sobre os dados decorrentes do trabalho estatístico, a fim de conseguir respostas às suas indagações [...]” (MARCONI, LAKATOS, 2003. p.168).

As questões presentes no questionário aplicado procuraram responder e analisar os problemas levantados durante a busca de embasamento bibliográfico para esta pesquisa, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Quadro - Objetivos da Pesquisa e questionário de pesquisa.

Objetivo de pesquisa/ questionário O que pretendo saber	Perguntas que trarão as respostas - Objetivos específicos de pesquisa	Questionários Alternativas
Identificar se há políticas públicas voltadas para a inclusão digital, principalmente as destinadas aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, de forma a equalizar o ensino e a aprendizagem no Ensino Fundamental II.	Análise da situação do estudante quanto a vulnerabilidade socioeconômica.	Questões 1 a 9

Investigar se a inclusão ou exclusão às tecnologias educacionais têm relação com o meio em que os estudantes estão inseridos.	Análise se o meio em que o estudante está inserido contribui para inserção às tecnologias.	Questões 10 a 15
Investigar se a escola na qual o estudante está inserido tem influência na inclusão ou exclusão de acesso às tecnologias.	Análise se a escola auxilia na inserção das tecnologias.	Questões 16 a 20
Desvelar o que pensam os estudantes durante a pandemia, em relação ao ensino (as aulas) ofertado (as).	Análise das opiniões dos estudantes.	Questões 21 a 28

Fonte: Elaborada pela autora, 2022.

Considerações finais

Os reflexos da pandemia no contexto educacional e nos aspectos socioeconômicos, acentuaram a vulnerabilidade e as desigualdades já existentes, dentro e fora do ambiente escolar. Observa-se que é necessário atenção para os estudantes em situação de vulnerabilidade nas várias vertentes relacionadas a escolarização, portanto, a implementação de políticas públicas é essencial para colaborar na geração de oportunidades e atenuem as desigualdades e as injustiças sociais.

Dessa forma considera-se imprescindível a implantação de propostas de renovação das práticas de gestão educacionais, que contribuam para impactar as vidas dos menos favorecidos, fortalecendo a comunidade escolar, ampliando os recursos capazes de oferecer a esse público o desenvolvimento cognitivo, criativo, tecnológico, cultural e social.

Conseqüentemente, também é fundamental equipar as escolas com recursos tecnológicos capazes de auxiliar no trabalho sistemático de incorporação das tecnologias digitais nas práticas docentes, além de garantir acesso a esses equipamentos aos estudantes, sem deixar de lado outras questões como a

formação docente para a mediação adequada do conhecimento para com os estudantes, permitindo desta forma, ensino efetivo.

Portanto, os constantes desafios na educação é a democratização do ensino, de forma alinhada com a crescente disponibilidade de informações aos quais a sociedade contemporânea está exposta atualmente. Afinal, a educação é o caminho capaz de salvar um País.

Referências

KENSKI, Vani Moreira. Tecnologias e ensino presencial e a distância. 9. ed. São Paulo. Papirus, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 5. ed., Atlas, 2002.

056. POLÍTICAS PÚBLICAS REGULATÓRIAS CONCERNENTES À EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Fernanda Florindo de Souza – Mestranda – Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES - nanda-florindo@hotmail.com

Michel da Costa – Professor – Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES - michel.costa@unimes.br

Introdução

Frente aos desafios contemporâneos, no Brasil, por força de lei define-se como um direito de todos. Ao refletir sobre o direito de todos à educação formal, sabe-se a infinidade de pressupostos advindos deste. Seja no definir, qual a educação que se busca, seja no espelhar mutuamente empírico e bases teóricas, seja no descobrir o norte almejado.

Dado o infindável e transicional alargamento do tema, delimita-se o assunto deste artigo à Educação Financeira na Educação Básica. Assim, o foco desta produção é refletir sobre a Educação Financeira, acerca das suas origens, do situar o modelo educacional vigente e seu perfil avaliativo, assim como, os nortes em prospecção.

Objetivo

Contribuir para a execução ética e formativa da Educação Financeira. Fomentar as práticas de inserções interdisciplinares, voltada à formação global, crítica e reflexiva. Relatar os contornos, em vista das suas raízes em contextos internacionais. Referenciar os contextos de imersão na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL,2018). Analisar as diretrizes para a aquisição de literacia financeira, como construção crítica. Subsidiar a formação de cidadãos críticos, autônomos e conscientes.

Método

Esta produção baseia-se em estudos bibliográficos, tendo como referência publicações de autores correlatos ao tema Educação Financeira e aos contextos de imersão dessa.

Desenvolvimento

As origens

Tendo em vista discorrer sobre o histórico da Educação Financeira, reporta-se à Campo e Coutinho (2020). De forma crítica e detalhada, os autores apresentam a cronologia da Educação Financeira. Mostra-se como ponto de partida as raízes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), surgida na década de 1960, também nomeada como Ministério Mundial da Educação.

No ano de 2003, a OCDE iniciou as atividades em Educação Financeira, em 2008 obteve o reconhecimento do G8 (grupo dos 8 países mais ricos). Desdobra-se no Brasil via BC (Banco Central do Brasil), no ano de 2009. Integrada ao currículo da Matemática, volta-se a promover a literacia financeira, por meio das práticas escolares, promove-se a Educação Financeira e Previdenciária. No ano de 2010,

via Decreto Presidencial 7.397 estabeleceu-se a ENEF e criou-se o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), desde então a temática é compartilhada entre órgãos públicos e a sociedade.

Estuda-se ainda nos autores à análise Base Nacional Curricular Comum (BNCC), em vigência atualmente, nota-se avanço, tendo a Educação Financeira como tema transversal. Entretanto ressalta-se que apesar do aspecto promissor do instigar o interdisciplinar, a responsabilidade pela formação abarca habilidades e competências encaixadas nos conteúdos da disciplina de Matemática.

Avaliar

A Educação Financeira para a população contemporânea, abarca-se nas demandas econômicas sociais, justifica-se no alto nível de endividamento da população, na bancarização e na necessidade de conscientização previdenciária. Desta forma as ações educativas, nos seus vieses de execução, apresentam-se subservientes, voltadas ao consumismo, com criticidade dirigida a interesses particulares, assim como a formação de clientes das instituições bancárias, como consta em Campos e Coutinho (2020).

Estas medições, ocorrem por meio de instrumentos de larga escala. Destaca-se o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), voltado à aquisição de habilidade e competência, ao saber fazer e a formação do capital humano. Prima-se pela formação do consumidor ativo esvaziado de reflexão, nos quais prospectam-se como produto final, à força operária que faz a economia girar, fazendo sucumbir a formação plena e de qualidade.

Tal como o PISA, o TIMSS busca, com base nos resultados obtidos pelos estudantes, monitorar e influenciar as políticas educacionais dos países, estabelecendo padrões de qualidade da educação e sugerindo propostas curriculares que atentem aos seus objetivos (CAMPOS; COUTINHO, 2020, p.26).

Em continuidade de análise do processo avaliativo, desdobra-se em segmentos da esfera educacional. Como primeiro registro, a Educação Financeira encontra-se descrita na BNCC, com viés interdisciplinar. Composto de premissas, estruturações e apontamentos, assume o compromisso com a aprendizagem colaborativa e com avaliação do aprendizado. Em vista dos contextos, o caráter contributivo do

documento é claro, porém cabe reflexão. Ao propor abrangência interdisciplinar, com vista não segmentada do saber, mostra-se prospecta. No entanto, o como fazer a leitura de execução, assim como, a avaliação interdisciplinar, ainda requer embasamento.

Prospectos

Frente aos múltiplos contextos e narrativas pertinentes à Educação Financeira, reflete-se as razões do seu surgimento, o percurso seguido para a concretização dos esforços avaliativos. Tomando a educação tal qual, um processo em constante movimento de construção e reconstrução, torna-se necessário traçar rumos. Prospectar não se justifica sem reflexão, planejamento e ação.

Entretanto, os objetivos praticados supracitados para Educação Financeira, caminham na contramão da aquisição de literacia financeira. “Mas imitando as organizações empresariais, a escola pública sai democraticamente deslegitimada” (LIMA, 2018, p.25). Neste intento ainda se reflete sobre o grau de apropriação dos conceitos, no educar financeiramente. Como supracitado, o tema em reflexão é incipiente na BNCC, executado como transversal. Sabe-se quanto é “viável” mecanizar um processo e até mesmo “solucionar”, por meio de algoritmização dirigida. Como observa-se na BNCC, o interdisciplinar é uma competência em construção, na área da educação.

Entretanto, um jovem como formação no viés da competência financeira, correlata com as bases teóricas e os documentos oficiais, não pode ser aquele que apenas aplica uma técnica de resolução. Frente às diferentes situações de aprendizagem, práticas como fundamentar, analisar, comparar e inferir, conversam positivamente na direção polivalente da formação.

Conclusão

Tendo em vista as origens, conceitua-se a avaliação como um processo, partindo do cenário macro. Em análise conjunta, dos fatos descritos, assim como, das bases teóricas discorre-se sobre os prospectos. Coloca-se os avanços obtidos, em contrapartida expõem-se as vistas do processo de continuidade.

Explana-se a Educação Financeira em contextos globais. Reconhece-se o mundo como globalizado, entretanto a natureza como única. Em um cenário de consumo sem reflexão, consequência

desfavoráveis apontam-se de forma direta, como resposta. Contudo, afasta-se a ideia de generalização sobre o tema, espera-se contribuir como fonte de estudo e reflexão.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2022.

CAMPOS, Celso Ribeiro; COUTINHO, Cileda de Queiroz e Silva Coutinho. Educação Financeira no contexto da Educação Matemática, Taubaté: Akademy, 2020.

LIMA, Licínio Carlos. Por que é tão difícil democratizar a gestão da escola pública? Curitiba. Educar em Revista, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/YCPpdwGWZshhVyhjwpzHZtp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2022.

064. REFLEXÕES SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Abigail Malavasi (Universidade Metropolitana de Santos)

amalavas@uol.com.br

Flávia Nascimento Rocha (Universidade Metropolitana de Santos)

Larissa Gabrielle Ramos Navarro (Universidade Metropolitana de Santos)

Maria Regina Carvalho (Universidade Metropolitana de Santos)

Palavras-chave: Inclusão; História; Educação Especial.

Introdução

O estudo promove reflexão sobre o contexto histórico da Educação Especial, posto que conhecendo seu percurso evolutivo, seus caminhos e descaminhos, formamos embasamento para um novo olhar sobre as pessoas com deficiência e as práticas docentes.

Objetivo

Compreender as influências históricas no modo como as pessoas com deficiência são vistas pela sociedade, em especial no ambiente escolar.

Métodos

A pesquisa é qualitativa e adota o delineamento de revisão bibliográfica.

Desenvolvimento

Contextualizando brevemente a história da Educação Especial em panorama mundial, de acordo com Fernandes (2013), temos quatro fases: 1ª-período do extermínio, 2ª-período da segregação/institucionalização, 3ª-período de integração e 4ª-período de inclusão. Em cada fase deve-se observar e considerar o contexto da data e o modo como se tratava o conhecimento.

De acordo com Rosseto et al. (2006), são poucos os registros históricos de PcD na origem da humanidade, essas pessoas eram “abandonadas”, condenadas à morte, pois não apresentavam funcionalidade e capacidade laboral.

Entre os séculos XI e XII, segundo Aranha (2005), à medida que se firmam valores religiosos com base no cristianismo católico de assistencialismo e crença que o homem é criação de Deus, termina o período de extermínio e começa o da segregação.

No século XVI nascem os primeiros abrigos e asilos, a filantropia ganha força na crença que tais ações conduziram a salvação da alma. Neste período as PcD eram compreendidas pelo olhar espiritual e vistas como anormais (FERNANDES, 2013)

Com a revolução burguesa, a igreja católica enfraquece e perde o poder absoluto, abrindo espaço para as ciências naturais, a industrialização e o capitalismo (FERNANDES, 2013).

No século XVI as PcD começam a ser escolarizadas por educadores e médicos e surgem as primeiras discussões sobre a educação especial, destacando Pedro Ponce León (1520 – 1584) como o primeiro educador de surdos. Neste século começou a história relevante da educação especial no mundo (NORONHA, PINTO, 2014).

Segundo Mazzotta (2011), nos séculos XVIII e XIX surgem as primeiras instituições próprias para a educação de PcD, a maioria localizada na Europa com o objetivo de preparo para o mercado de trabalho. Complementa Fernandes (2013) que tal investimento se deu porque as PcD eram vistas como mão de obra barata.

De acordo com Fernandes (2013), o período científico inicia-se no século XIX com duas fases da educação especial, integração onde as PcD são vistas como sujeitos passivos e fase da inclusão como participativos apoiados na promoção dos direitos humanos.

Em 1857 o médico Benedict Augustin Morel (1809–1873) publica o Tratado de Degenerescência: a teoria da degeneração, e as anomalias são classificadas em doenças mentais e patologias de caráter comportamental, sendo categorizadas e medicalizadas, com divisão por grupos dos idiotas, dos instáveis e dos imbecis, nascendo então a Psiquiatria. Nesse período, a classificação médico-pedagógica era feita em crianças educáveis e ineducáveis (BRANDENBURG E LÜCKMEIER, 2013).

O médico Jean-Marc Gaspar Itard (1774-1838) inova a prática de educar com a Psiquiatria Infantil, sendo o precursor da Pedagogia Experimental e da Psicologia (GUARESCHI e NAUJORKS, 2017 input BANKS-LEITE e SOUZA, 2000). Segundo Pletsch (2009), Itard foi o primeiro teórico da educação especial.

Na mesma seara temos o educador Édouard Séguin (1812-1880) que traz de modo pioneiro a teoria psicogenética da deficiência mental com críticas sobre o olhar médico de que a deficiência mental era incurável. Seu método era trabalhar a estimulação cerebral com atividades físicas, motoras e sensoriais, exercendo influência sobre Pestalozzi (1746- 1827), Fröebel (1782-1852) e Montessori (1870-1925) (PLETSCH, 2009).

Já no século XX Alfred Binet introduz a utilização das medidas de Quociente de Inteligência-QI, que calcula a inteligência em relação a idade mental e cronológica do sujeito, daí iniciam as definições biológicas, sociais e educacionais (PLETSCH, 2009).

Maria Montessori, médica italiana, enriqueceu os estudos de Itard e Séguin desenvolvendo método de treinamento para as crianças com retardo mental nos internatos de Roma, sendo um marco para história mundial da educação especial.

Somente em 1960 os movimentos referentes à educação especial adquiriram forças políticas com ampliação dos estudos e pesquisas sobre as PcD e a compreensão sobre a diversidade humana passa a considerar as perspectivas fisiológicas, epistemológicas, culturais, filosóficas e legais. (NUNES; FERREIRA, 1994).

No Brasil, somente no século XIX surge a história da educação especial, sob influência norte-americana e europeia, marcada por iniciativas de caráter privado, perpassando pelo atendimento clínico e especializado e início de escolarização com dois subsistemas educacionais: a educação comum e a educação especial (MANTOAN, 2011).

Apenas em 1970 o Brasil passa a ter espaço para a ideia de integração, onde crianças com e sem deficiência, na mesma faixa etária, começam a dividir os mesmos ambientes com suportes necessários. Entre a década de 80 e 90 inicia a participação das PcD nos movimentos políticos para garantir o direito ao respeito e reconhecimento, com conquistas no trabalho, na arquitetura, no urbanismo, no transporte, na segurança e na acessibilidade, mas ainda sem repercussão na esfera educacional, que só tem início em 1993. A partir daí acontecem eventos importantes com destaque para o a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais na Espanha, em Salamanca, em 1994.

Embora seja notável uma evolução no que se refere a garantia de direitos das PcD quando se observa os documentos legais Mantoan (2011) faz algumas críticas referentes as mesmas, em relação a LDB de 1996 no uso do termo “preferencialmente”, e na formação dos professores, afirmando que os professores precisam de uma formação para ensinar a todos e não apenas os alunos com deficiência.

O decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, que instituiu a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao longo da vida vai contra o que está sendo construído e o que se almejava conquistar referente a inclusão, sendo um retrocesso nas políticas da educação especial e uma perda para as PcD, seus familiares e a sociedade.

Através de manifestação popular contra este decreto e através do Partido Socialista Brasileiro (PSB) que em outubro de 2020 entrou com ação alegando sua inconstitucionalidade, este foi suspenso em dezembro do mesmo ano e ainda está pendente de julgamento, pois seu texto fortalece a visão de segregação.

Considerações finais

Observa-se no contexto histórico que as PcD passaram por momentos de extermínio, abandono, segregação, integração e continua com a luta pela real inclusão.

No Brasil temos avanços nos documentos e na legislação, porém, sem atingir um sistema de inclusão, pois a escola ainda não é capaz de atender às diferenças dentro da sala de aula do ensino regular sem segregação.

Consideramos que mudanças são necessárias tanto nas políticas relacionadas a educação e as PcD quanto nas atitudes e nas práticas escolares, a inclusão é possível e estamos a caminho dela, porém são necessárias reflexões e ações para transformações.

Referências

ALMEIDA, Laurinda Ramalho. et al. Mas ele tem laudo! Implicações do decreto 10.502/2020 no desmonte das políticas públicas para a educação inclusiva. Rev. Psic. da Ed., São Paulo, pp. 127-131, 2020. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/psicoeduca/article/view/51429>> Acesso em: 27 nov. 2020.

ARANHA, Maria Salete Fabio. Projeto Escola Viva: garantindo acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos. Brasília: 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/visaohistorica.pdf>> Acesso em: 18 de nov. 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação especial. Política Nacional de Educação Especial. Brasília, Secretaria de Educação Especial, 1994.

BRASIL. Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília, 1994

BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional - LDB 9394. Brasília: Diário Oficial da União, nº 248 de 20/12/1996

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF, jan. 2008. [Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela portaria n. 555/2007, prorrogada pela portaria n. 948/2007, entregue ao ministro da Educação em 7 de janeiro de 2008]. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2021.

BRASIL. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao longo da vida. Diário Oficial da União.

BRANDENBURG, Laude.Erandi.; Luckmeier, Cristina. A História da Inclusão X Exclusão Social na Perspectiva da Educação Inclusão. São Leopoldo – RS: EST, v, 1, 2013. Disponível em: <[A HISTÓRIA DA INCLUSÃO X EXCLUSÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA | Brandenburg | Anais do Congresso Estadual de Teologia](#)>. Acesso em: 13 out. 2020.

FERNANDES, Sueli. Fundamentos para Educação Especial. Curitiba: Ibpex, 2013.

GIL, Marta. A legislação federal brasileira e a educação de alunos com deficiência. 2017. Disponível em:

<https://diversa.org.br/artigos/a-legislacao-federal-brasileira-e-a-educacao-de-alunos-com-deficiencia/>

Acesso em: 25 out. 2020.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. A Educação Especial no Brasil – Da Exclusão à Inclusão Escolar.

Publicação de Pedagogia ao Pé da Letra in Educação, Educação Especial. FE/Unicamp: 2011. Disponível em: <<https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/mantoan.pdf>> Acesso em: 05 nov. 2020.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas, 6.a ed., São Paulo: Editora Cortez, 2011.

NORONHA, Eliane Gonçalves; Pinto, Cibele Lemos. Educação especial e educação inclusiva:

Aproximações e convergências. Artigo SEDUC. Cuiabá-MT. 2014. Disponível em:

<<https://bonsucessomt.com.br/sws/Pasta-PDF->

<livro/EDUCA%C3%87%C3%83O%20ESPECIAL%20E%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INCLUSIVA.pdf>>

Acesso em: 17 out. 2020.

PLETSCH, Márcia Denise. Repensando a inclusão escolar de pessoas com deficiência mental: Diretrizes políticas, currículo e práticas pedagógicas (Tese de Doutorado). Universidade Estadual do Rio de

Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2009. Disponível em:

<[https://www.uniapaemg.org.br/wpcontent/uploads/2018/04/Repensando a inclus escolarde pessoas com -deficiencia mental.pdf](https://www.uniapaemg.org.br/wpcontent/uploads/2018/04/Repensando_a_inclus_escolarde_pessoas_com_deficiencia_mental.pdf)> Acesso em: 15 nov. 2020.

ROSSETO, Elisabeth. et al. Aspectos históricos da pessoa com deficiência. 2006. Revista de Educação Educere et Educare, 1(1), 103-108. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/1013> Acesso em: 03 out. 2021.

065. OS MEMES DE INTERNET NA FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE: UMA PROPOSTA PARA O ENSINO DE UM LETRAMENTO CRÍTICO E REFLEXIVO PARA PROFESSORES DO 9º ANO DE UMA ESCOLA PÚBLICA MUNICIPAL

Wagner dos Santos

Universidade Metropolitana de Santos

atpwagnersantosemclotilde@outlook.com

Orientador: Gerson Tenório Santos

Universidade Metropolitana de Santos

gersontds@gmail.com

Introdução

Com o advento da tecnologia, o modo de ensinar e aprender vem se modificando a cada dia, levando os professores a refletir e, principalmente, adequar suas práticas à nova realidade que os cerca. Para que isso possa acontecer de forma efetiva, é de suma importância que haja formações continuadas dentro e fora do ambiente escolar, com o intuito de preparar os docentes diante dos desafios da sala de aula.

A insistência em se prender a práticas pedagógicas meramente tradicionais, que colocam o alunado numa situação de passividade diante da aprendizagem, talvez seja justificada pela falta de uma formação mais completa e que supra algumas defasagens da prática docente, principalmente em relação aos recursos tecnológicos cada vez mais presentes em nossos dias.

Na maioria das vezes, as atividades desenvolvidas na sala de aula não conduzem os alunos à criticidade e à reflexão diante de temáticas importantes e que fazem parte do nosso dia a dia. Infelizmente, nossos educandos são colocados basicamente numa situação de passividade no processo de aprendizagem, sem condições de questionar os problemas sociais que os cercam, impossibilitando, assim, o exercício da cidadania.

Dentre os gêneros característicos do mundo digital, destacam-se os memes de internet, tão presentes nas redes sociais e na vida de jovens e adultos. O termo meme foi criado pelo biólogo Richard Dawkins e teve como objetivo nomear unidades de informação cultural, análogas aos genes. Hoje, qualquer assunto ou situação cotidiana pode virar um meme capaz de passar, de forma instantânea, alguma informação, conhecimento aos sujeitos do processo comunicacional.

O uso de memes na prática pedagógica contribui significativamente para o desenvolvimento da criticidade dos alunos a partir da inferência de sentidos em relação a uma ou mais situações por meio da linguagem verbal e/ou não verbal. A prática com esses recursos oportuniza o interesse discente pelos diferentes tipos de leitura. Diante disso, a proposta é inserir esse tipo de gênero do discurso nas metodologias de ensino como forma de oferecer aos professores condições de desenvolver um ensino pautado na criticidade e na reflexão com os educandos.

Objetivos

A presente pesquisa tem como finalidade destacar a importância de se conhecerem os memes de internet como gênero discursivo carregado de pluralidade cultural, capaz de produzir sentidos em relação a determinados temas e analisar seu uso na formação docente continuada, de maneira a contribuir para o processo de ensino-aprendizagem, como instrumento facilitador na construção do conhecimento por parte do aluno.

Métodos

Este trabalho apresenta-se como uma pesquisa bibliográfica sobre a importância de se trabalhar de forma interdisciplinar o gênero discursivo meme de internet na formação continuada de professores de

9º ano de uma escola municipal de Praia Grande – SP, ressaltando a relevância deste gênero para a formação da criticidade dos alunos desta série do ensino fundamental.

Resultados e desenvolvimento

Segundo Freire (1996), ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Os memes favorecem, e muito, esse processo em sala de aula, já que fazem parte do nosso dia e, na maioria das vezes, abordam assuntos atuais discutidos pela sociedade em geral.

Diniz (2009), na obra *Formação para trabalhar com tecnologia: o grande desafio de quem ensina*, afirma que as capacitações continuadas docentes devem, acima de tudo, oportunizar meios para que os professores tenham condições de inserir as novas tecnologias em suas práticas pedagógicas, com o intuito de facilitar o processo de ensino-aprendizagem e a construção do conhecimento por parte dos educandos. O trabalho com o gênero discursivo meme, por estar intimamente ligado ao mundo digital, é uma forma de trazer práticas pedagógicas ligadas às novas tecnologias para a sala de aula.

Bakhtin (2003) nos revela que os gêneros discursivos surgem a partir das interações das atividades humanas e circulam nas esferas sociais, o que nos permite compreender o gênero discursivo meme a partir das relações sociais vivas que constituem a realidade em que se inserem professores e alunos, longe de meros conteúdos mecânicos que ainda são trabalhados no ensino fundamental.

Horta (2015), na obra *O meme como linguagem da internet: uma perspectiva semiótica*, revela que os conteúdos dos memes replicam-se de forma nas redes sociais. Esse tipo de gênero não está apenas carregado de humor, mas traz consigo informações sobre determinadas temáticas que podem conduzir o aluno a diferentes saberes.

Cardoso, Alcântara e Matta (2019), na obra *Memes no aprendizado de línguas: uma prática multiletrada na formação docente para a justiça social*, enfatiza que os senso crítico e o pensamento reflexivo relacionados ao trabalho com o meme contribuem, e muito, para a formação cidadã do educando, em

prol de construir uma sociedade mais justa e, principalmente, não ficar alheio a situações cotidianas que requerem sua participação.

Rojo (2012), em *Multiletramentos na escola*, nos apresenta a necessidade de se trabalhar no ambiente escolar a questão dos novos letramentos a partir das mais diferentes linguagens associadas a diferentes culturas, configurando o que se chama de multiletramento.

Conclusão

O trabalho feito em sala de aula, em muitos casos, não tem como finalidade as habilidades crítica e reflexiva do corpo discente. Quando o aluno tem contato com um determinado assunto, seja do cotidiano ou não, não consegue desenvolver sua criticidade a respeito e, muito menos, refletir sobre os possíveis impactos que pode ter em sua vida.

Inserir gêneros discursivos, como o meme de internet, que fazem parte da vida do educando faz toda a diferença na construção do conhecimento, já que, de certa maneira, o discente conhece ou teve algum tipo de contato com o texto. Por isso, é de suma importância trabalhar textos carregados de historicidade e, ao mesmo tempo, pluralidade cultural, sem deixar de lado os conhecimentos prévios do alunado. O trabalho com este gênero na formação continuada dos professores de 9º ano permite, assim, um trabalho interdisciplinar e crítico em que o conceito de letramento atravessa as várias áreas do conhecimento e domínio da novas tecnologias, o que aproxima o ensino e aprendizagem da realidade de nossos educandos e dos significados socialmente construídos por todos os atores sociais.

Referências

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. p.261-306.

CARDOSO, Janaina da Silva; ALCÂNTARA, Alessandra Cristina Bittencourt; e MATTA, Ana Beatriz Simões da. Memes no aprendizado de línguas: uma prática multiletrada na formação docente para a justiça social. *Revista Periferia*, v. 11, n. 1, 2019, p. 54-72. DOI: <<https://doi.org/10.12957/periferia.2019.39390>>.

DINIZ, Melissa. Formação para trabalhar com tecnologia: o grande desafio de quem ensina. Publicado em dezembro de 2009. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/formacao/formacao-continuada/o-grande-desafio-dequem-ensina-519559.shtml>. Acesso em 30 de outubro

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia - Saberes necessária à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura)

HORTA, Natália Botelho. O meme como linguagem da internet: uma perspectiva semiótica. 2015. 191 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação, Brasília, 2015

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo Moura (Orgs.). Multiletramentos na escola. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

066. MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA PÚBLICA

Sônia Laide Lacerda Neves, Michel da Costa

Mestrado Profissional Práticas Docentes no Ensino Fundamental – UNIMES

sonialaide@hotmail.com

Palavras-chave: gestão democrática; mecanismos de participação; comunidade escolar.

Introdução

O tema, aqui abordado, surgiu a partir dos seguintes questionamentos: Temos de fato uma escola pública democrática? Os mecanismos de participação da comunidade escolar são funcionais, ou estão formulados apenas no papel? Desde a década de 1920, encontram-se registros de experiência da democratização da escola, portanto as discussões em torno do tema são muito anteriores à década de 1980 e à Constituição Federal de 1988, que garante o princípio da gestão democrática da escola pública brasileira. Em 20 de dezembro de 1996, foi publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

(lei 9394/96), cujo inciso VIII do Artigo 3o, no título II, trata a gestão democrática do ensino público, estabelecendo uma nova responsabilidade à escola e às pessoas nela envolvidas. Chegamos ao ano de 2022 e a escola democrática, embora assegurada na legislação, ainda está em processo de implementação, pois há uma dificuldade muito grande, por parte da maioria dos gestores, em assegurá-la, devido a vários fatores, como por exemplo: a obrigatoriedade de se seguir um currículo; a falsa autonomia dada à gestão escolar, a obrigatoriedade de participar de programas e de realizar projetos idealizados e criados pelas Secretarias de Educação, entre outros. Verifica-se, também, a incoerência nos mecanismos de participação, evidenciada na falsa atuação dos conselhos, colegiados e grêmios estudantis, os quais existem apenas no papel, todavia não são funcionais e não garantem a participação de toda a comunidade escolar na elaboração da proposta pedagógica e nas tomadas de decisões. Assim, o sonho da escola democrática parece utópico, no sentido da utopia posta por PARO (2017, p.11), em que ele se refere a democratização das relações, na escola: “A palavra utopia significa o lugar que não existe. Não quer dizer que não possa vir a existir”.

Nesse contexto, percebemos que a Gestão Democrática da escola pública é presente na legislação, mas distante da realidade, pois não é vivenciada de fato no chão da escola, por isso precisamos lutar por ela, conforme propõe FREIRE (1994, p. 193): “Ensinar democracia é possível. Para isso, contudo, é preciso testemunhá-la. Mais ainda, testemunhando-a, lutar para que ela seja vivida, posta em prática”.

Objetivo

Refletir sobre os mecanismos de participação na gestão democrática da escola pública, observando a funcionalidade destes na prática.

Métodos

As observações realizadas, nas escolas em que atuamos há mais de vinte anos e os questionamentos que deram origem a esse texto, levaram-nos à pesquisa qualitativa, em revisão de literatura.

Desenvolvimento.

Para garantir a participação efetiva da comunidade escolar, a legislação prevê a criação de Associação de Pais, Mestres – APM; Grêmios Estudantil; Conselho de Escola; Conselho de Classe e Conselho de Alunos Representantes de Sala, entre outros, que também possibilitam, por meio de representatividade, o

envolvimento de todos, garantindo assim a gestão democrática. Cada um desses segmentos possui atividades específicas, todas elas relacionadas à elaboração de planos, a estabelecimento de metas, às tomadas de decisões e ao acompanhamento do desempenho da unidade escolar como um todo.

As ações prioritárias da Associação de Pais, Mestres – APM são: elaborar o diagnóstico da unidade de ensino, em todas as suas dimensões, para garantir a participação da escola em programas federais que dão suporte ao pedagógico, à estrutura e à manutenção do prédio escolar e, também, elaborar o plano de utilização dos recursos financeiros, bem como acompanhar sua execução. O registro do diagnóstico é feito no sistema de gestão: Plano de Desenvolvimento da Escola- PDE e a ferramenta utilizada é PDDE Interativo, plataforma que tem por finalidade gerir os recursos repassados pelo Ministério da Educação, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar- FNDE, às escolas.

O que temos observado ao longo dos quase trinta anos de docência é que o preenchimento do PDDE é feito pela gestão escolar, sem a participação dos colegiados. Percebe-se então que a ferramenta que deveria ser utilizada para garantir uma gestão democrática, contraditoriamente não é funcional, pois não há a participação coletiva. O Grêmio Estudantil, que deveria representar os interesses dos estudantes, é pouco funcional, pois observa-se o movimento e a participação dos alunos, durante o período de formação das chapas para a eleição. Passado o período de constituição formal do grêmio, os alunos não ganham voz, nem vez, na maioria das escolas, pelo contrário, eles são silenciados. Então, mais uma vez, experienciamos a democracia amordaçada pela gestão que se intitula democrática. Já o Conselho de Escola deveria garantir, por meio da representatividade, a participação de todos na elaboração da Proposta Pedagógica Escolar. Tal conselho deveria atuar junto a Associação de Pais e Mestres, para ter uma ação mais efetiva, pois a gestão dos recursos precisa dialogar com as necessidades pedagógicas, só assim será possível a elaboração de um Projeto Político Pedagógico eficiente, voltado as peculiaridades da comunidade educativa, pois ninguém melhor que a própria comunidade para expor suas carências, necessidades, anseios e desejos relacionados ao ensino-aprendizagem. Essa parceria apresenta funções deliberativas, consultivas e mobilizadoras, tão fundamentais à gestão democrática das escolas públicas. (BORDIGNON, 2004, p.35). enfatiza que: “(...) o conselho escolar deve existir para dizer aos dirigentes o que a comunidade quer da escola e, no âmbito de sua competência, o que deve ser feito.” Podemos citar, também, o Regimento Escolar, um documento que deve ser construído com a

participação dos conselhos, mas se estes não são funcionais, a elaboração do Regimento fica comprometida, pois a atuação dos conselhos está intrinsicamente ligada a elaboração da proposta pedagógica e do regimento escolar. Para ARCO-VERDE (2007, p.8) “(...) o Regimento Escolar, (...), deve assegurar a gestão democrática da escola, possibilitar a qualidade do ensino, fortalecer a autonomia pedagógica, valorizar a comunidade escolar, através dos colegiados (...)”. O autor enfatiza que o regimento deve, efetivamente, fazer cumprir o Projeto Político- Pedagógico da escola.

Também refletimos sobre a existência de propostas pedagógicas e regimentos escolares, comuns às unidades de ensino de determinadas regiões. Se são comuns, não atendem às peculiaridades de cada comunidade educativa, logo não são democráticos. Segundo GADOTTI (2001, p.52), “A escolha democrática dos membros do Conselho deve, enfim, atender à especificidade de cada escola e de cada região, incorporando as práticas mais adequadas à realidade local.” Se até a escolha dos membros deve atender às especificidades da escola, o que dizer então sobre os documentos norteadores da gestão escolar? Obviamente, eles devem ser elaborados a partir de um diagnóstico local, visando o atendimento específico da comunidade, a qual eles nortearão, e da descentralização, para a conquista da autonomia na gestão democrática do ensino-aprendizagem. Para GADOTTI, (2001, p.49) “O princípio da gestão democrática e da autonomia da escola implica uma completa mudança do sistema de ensino”. Diante dos expostos, urge a necessidade de colocarmos em prática o que está assegurado na legislação e explicitado na teoria, concernente aos mecanismos que asseguram a gestão democrática da escola pública, pois a autonomia da comunidade escolar está tão presente no papel e tão distante na realidade.

Conclusão

O estudo realizado levou-nos a entender que estamos distantes de uma escola democrática de fato, com autonomia para a implementação de uma proposta pedagógica que contemple as necessidades do alunado que a compõe, ela existe na legislação, na teoria, mas está distante da realidade vivenciada nas escolas públicas. Os conselhos, colegiados e grêmios estudantis, ou correspondentes, não são funcionais, pois existem no papel, mas a participação deles não se efetiva na comunidade escolar. Assim sendo, a elaboração do Projeto Político Pedagógico e do Regimento Escolar fica comprometida, pois não conta com a participação de todos. Percebe-se então a necessidade de reverter a situação que está posta e

lutar por uma escola democrática que coloque em prática os mecanismos de participação da comunidade escolar.

Referências

ABRANCHES, Monica. Colegiado Escolar: espaço de participação da comunidade. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

ARCO-VERDE, Yvelise Freitas de Souza. Caderno de apoio para elaboração do regimento escolar. Secretaria de Estado da Educação - SEED/PR, Curitiba, 2007, p. 08

BORDIGNON, Genuíno. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública. Brasília: MEC, SEB, 2004.

067. LETRAMENTO LITERÁRIO NO ENSINO FUNDAMENTAL II: ESTUDO DA LITERATURA AFRICANA PARA 9º ANO.

Walquíria Carneiro Silva Benício
Universidade Metropolitana de Santos
walquiria.silva@gmail.com

Orientador: Gerson Tenório Santos
Universidade Metropolitana de Santos

Palavras-chave: Ensino Fundamental II, Letramento Literário, Literatura Africana.

Introdução

A experiência em sala de aula no Ensino Fundamental II mostra a necessidade de os alunos terem contato com a literatura, vivenciá-la e apreciá-la da melhor maneira possível, especialmente nos anos finais. Os

alunos leem alguns clássicos da literatura nos anos iniciais, conhecem a história de alguns autores renomados da literatura infantil, mas, ao chegar ao Ensino Fundamental II, esse contato não é aprofundado e, em sua maioria, ele se perde, dando lugar aos estudos, exclusivamente, de gêneros textuais, suas características e estrutura, além dos aspectos gramaticais da língua materna. Quando há algum contato com a literatura, este estudo, muitas vezes, se restringe à leitura e interpretação de excertos de textos, que estão postos nos livros didáticos.

No ensino fundamental II, sabemos que não há uma disciplina destinada ao estudo da literatura, por isso cabe ao professor organizar a sua abordagem de ensino de acordo com a carga horária semanal do componente de Língua Portuguesa. Diante dessa situação, alguns professores optam por trabalhar um pouco da literatura no Eixo Leitura com a apresentação de textos por meio da leitura e atividades de interpretação, mas devido a alguns fatores, inclusive o tempo curto, esse estudo se torna superficial.

Vale ressaltar a importância de estudar, aplicar a literatura no Ensino Fundamental II e dar espaço a ela como prática de leitura, de conhecimento, de análise, de um trabalho de formação que deve priorizá-la como fonte de descobertas e construção de sujeitos críticos e não apenas como fruição como relata Rildo Cosson (2021), pois quando há atividades de leitura com textos literários, estas variam entre “a exigência de domínio de informações sobre a literatura e o imperativo de que o importante é que o aluno leia, não importando bem o que, pois a leitura é uma viagem, ou seja, mera fruição” (p. 22).

Se já são restritos o tempo e o espaço destinados ao estudo da literatura no Ensino Fundamental II, essa situação se agrava quando se trata da literatura africana. Apesar de a Lei no 11.645/08 incluir no currículo oficial a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na educação básica, ainda é bastante limitado o trabalho com essas literaturas no ambiente de sala de aula em razão de inúmeros motivos, como, por exemplo, desconhecimento da lei, falta de material didático e livros literários, além da lacuna deixada na formação docente. Após esta lei muitas ações pedagógicas pontuais são desenvolvidas nas escolas relacionadas aos temas étnico-raciais, mas esses assuntos precisam ser mais aprofundados com propostas pedagógicas contínuas. Acreditamos que o estudo desses assuntos pode e deve ser trabalhado nas práticas de leitura literária constantemente. Por isso a importância de se trabalhar com a formação dos alunos

que seja capaz de ressignificar o papel do negro e afrodescendente em nossa sociedade, suas lutas e conquistas para mudar os cenários de preconceitos e injustiças, preparando jovens para enfrentar a diversidade social e cultural. Para isso, acreditamos que o trabalho e estudo de letramento literário com textos africanos, pode colaborar de maneira bem eficaz, dada a função humanizadora da literatura em si, pois, de acordo com Candido (2004, p. 182), “a literatura desenvolve em nós a

quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante.”

Objetivo geral

Pesquisar as potencialidades do letramento literário a fim de subsidiar o planejamento e o desenvolvimento de propostas de sequências didáticas e círculos de leitura com as produções literárias africanas para os alunos de 9º ano do Ensino Fundamental II de uma Escola Municipal de Praia Grande a fim de que estes conheçam a cultura africana e sua história em conexão com as nossas.

Métodos

A metodologia pretendida é a pesquisa bibliográfica com referencial teórico sobre os estudos relacionados ao letramento literário, círculos de leitura, a importância da leitura para a formação de leitores críticos e o estudo da literatura africana e, conseqüentemente, sua história e cultura.

Desenvolvimento

A literatura precisa estar presente nas aulas de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental dos anos finais. Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC – (BRASIL, 2017) apresenta o Eixo Leitura e a sua relevância dentro do ambiente escolar com textos escritos, orais e multissemióticos e mostra também a importância de se estudar textos literários como forma de adesão às práticas de leitura. A nona competência específica do componente curricular destaca a literatura como aliada às práticas de leitura:

Envolver-se em práticas de leitura literária que possibilitem o desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a literatura e outras manifestações artístico-culturais como formas de acesso às dimensões lúdicas, de imaginário e encantamento, reconhecendo o potencial transformador e humanizador da experiência com a literatura. (p. 87).

A apresentação de textos literários deve considerar a ideia de fruição e de uma leitura feita apenas por prazer, porém é necessário estudar a literatura com compromisso de conhecimento que todo saber demanda. Cosson (2021) ressalta, em seu livro *Letramento Literário: teoria e prática*, essa necessidade:

[...] falta a uns e a outros uma maneira de ensinar que, rompendo o círculo da reprodução ou da permissividade, permita que a leitura literária seja exercida sem o abandono do prazer, mas com o compromisso de conhecimento que saber exige. Nesse caso é fundamental que se coloque como centro das práticas literárias nas escolas a leitura efetiva dos textos. (p. 23)

Em entrevista para a Revista *Práticas de Linguagem*, Cosson (2014) relata que a literatura contribui em muitos aspectos para a formação do jovem: Acredito que o papel da literatura na vida dos jovens é igual ao dos adultos e das crianças, ou seja, de todos nós: experienciar a liberdade de um mundo de palavras ao mesmo tempo que nos oferece palavras para dizer o mundo e a nós mesmos. Em particular, a literatura pode oferecer ao jovem um mundo de possibilidades de ser e até mesmo a invenção de novas e outras possibilidades de viver. (p.148)

Diante disso, é de suma importância tratar o estudo da literatura com os educandos do Ensino Fundamental dos anos finais de forma efetiva, ou seja, é preciso considerar o letramento literário como um processo de aprendizagem, pois a literatura exige uma relação mais intensa com a palavra. E, por fim, além da problemática existente de não haver estudos literários com os alunos do Ensino Fundamental II, a situação se agrava quando se aborda sobre a literatura africana. Nota-se nas escolas públicas o estudo da cultura africana quando estamos perto de uma data alusiva a estes temas como o Dia da Consciência

Negra, ou em outros momentos desvinculados do dia a dia da escola. Faz-se necessário lembrar que temos a Lei no 11.645/08 que inclui no currículo oficial, a obrigatoriedade do ensino de “conteúdos

referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e histórias brasileiras”, conforme previsto no Artigo 1o, inciso 2o. Para isso, é essencial que o estudo da literatura africana de língua portuguesa se faça presente, em especial, nas aulas de Língua Portuguesa para que os alunos valorizem o negro, assim como a sua cultura, pois quando o aluno tem conhecimento de sua origem, sua formação enquanto sociedade e sua história, passa a ser agente no combate ao preconceito racial. Com o conhecimento da Literatura Africana produzida, por exemplo, por um africano, deixaremos de ter a história de luta e cultura dos negros contada na visão somente do branco de outro continente. Se podemos estudar as Literaturas brasileira e as estrangeiras, por que não podemos conhecer e nos apropriar da literatura africana? Pertencemos a um país miscigenado, e é essencial uma educação que atenda a essa diversidade cultural. Precisamos urgentemente tratar nos projetos escolares e no cotidiano da sala de aula da valorização da diversidade étnico-racial e cultural do país, como é caso de trabalhar a literatura africana de língua portuguesa em sala de aula por meio de sequências didáticas e rodas de conversa a partir dos pressupostos do letramento literário.

Referências

BARBOSA, Begma Tavares. Revista Práticas de Linguagem. Entrevista com Dr. Rildo Cosson. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/praticasdelinguagem/files/2014/09/146-150-Entrevista-com-Rildo-Cosson.pdf>>. Acesso em 13 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular. Brasília. 2016. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em julho/2016.

BRASIL. LEI No 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em janeiro/2021.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2004. p. 169-193.

COSSON, Rildo. Letramento literário: teoria e prática. 2. ed. São Paulo:

Contexto, 2021. COSSON, Rildo. Letramento Literário: uma localização necessária. Letras & Letras, v. 31, n. 3, p. 173-187, jun. 2015. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/30644/16712>>

068. PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA: DESAFIOS EM TEMPOS PANDÊMICOS

Profa. Dra. Mariangela Camba¹

Profa. M.a. Sirlei Ivo Leite Zoccal²

Profa. Dra. Tathianni Cristini da Silva³

1 Coordenadora do curso presencial de Pedagogia da UNIMES e Coordenadora institucional do Programa Residência Pedagógica UNIMES/CAPES. mariangela.camba@unimes.br

2 Docente na UNIMES e Orientadora do Programa Residência Pedagógica UNIMES/CAPES. sirlei.zoccal@unimes.br

3 Docente na UNIMES e Orientadora do Programa Residência Pedagógica UNIMES/CAPES. tathianni.silva@unimes.br

Palavras-chave: Residência Pedagógica; Regência; Formação de professores; Práxis; Pandemia.

Introdução

Este artigo busca explorar e refletir sobre os desafios e perspectivas do estágio supervisionado realizado por meio do programa residência pedagógica (PRP), em tempos pandêmicos, na Baixada Santista. O projeto institucional “Residência Pedagógica na Educação Básica: Construindo e compartilhando conhecimentos de alfabetização e multiletramentos na formação inicial de professores” da Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES), por meio do subprojeto “Entrelaçando Saberes da Leitura e Escrita a Serviço da Literacia e Alfabetização”, desenvolvido do final de 2020 até o primeiro semestre de 2022. Nesse cenário, encontram-se três docentes -coordenadora e duas orientadoras – e trinta licenciandos residentes do curso de Pedagogia do Ensino a Distância (EaD) e Presencial da Instituição de Ensino

Superior - IES – UNIMES, bem como, três docentes preceptoras e estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental, de instituição pública municipal de São Vicente-SP.

Objetivo

Discutir os desafios vivenciados pelos envolvidos com o Programa Residência Pedagógica UNIMES/CAPES no decorrer de seu percurso (2020-2022).

Métodos

O trabalho de caráter descritivo e de cunho qualitativo, intenta responder a questão-problema: Em que medida o Programa Residência Pedagógica contribui à formação dos licenciandos residentes, futuros professores, em tempos pandêmicos?

Inicialmente a reflexão pautou-se em documentos oficiais, seguindo com estudo de Tardif (2010) e Nóvoa (1999) com suas discussões sobre a relevância da formação de professores no ambiente escolar para sua efetiva ação e conscientização identitária. Questão central em uma sociedade neoliberal na qual as identidades são diluídas propositadamente a fim da promoção do individualismo e indiferença com as questões coletivas.

Desenvolvimento

Não é de hoje que professores, gestores e acadêmicos, ressaltam a importância da aproximação dos cursos de licenciatura com a educação básica.

Assim, esse estudo apresenta um recorte sobre o estágio desenvolvido mediante o projeto institucional “Residência Pedagógica na Educação Básica: Construindo e compartilhando conhecimentos de alfabetização e multiletramentos na formação inicial de professores” da Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES), por meio do subprojeto “Entrelaçando Saberes da Leitura e Escrita a Serviço da Literacia e Alfabetização”.

O Programa Residência Pedagógica por meio do projeto institucional e subprojeto pode se constituir como elemento de integração para o aperfeiçoamento científico, técnico e cultural do estudante em

formação, pois o contexto da escola-campo é o locus privilegiado de formação, conforme salientado por Nóvoa: É no espaço concreto de cada escola em torno de problemas pedagógicos ou educativos reais que se desenvolve a verdadeira formação.

Universidades e especialistas externos são importantes no plano teórico e metodológico. Mas todo esse conhecimento só terá eficácia se o professor conseguir inseri-lo em sua dinâmica pessoal e articulá-lo com seu processo de desenvolvimento (NÓVOA, 1999, p. 20).

As atividades de regência ocorreram de forma síncrona e presencial de acordo com as deliberações sanitárias vigentes em cada período.

O processo de elaboração e aplicação das atividades pelos licenciandos ocorreram após discussão com as orientadoras e preceptoras sobre as aprendizagens dos estudantes, a figura 1 evidencia a efetivação da regência pelos residentes. A figura 2 sinaliza outra atividade de regência, contemplando a leitura, a interação oral e escrita dos estudantes do ensino fundamental.

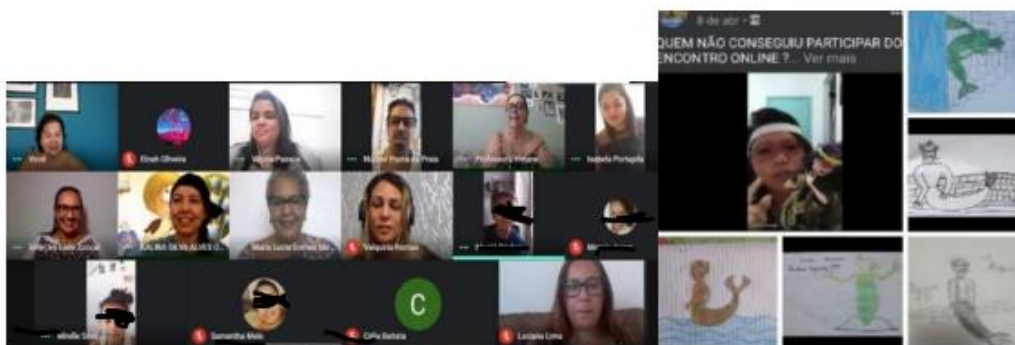


Figura 1 – Aula síncrona. Arquivo Pessoal

Figura 2 – Atividade interativa. Arquivo Pessoal

No decorrer do período de regência, os licenciandos residentes foram inseridos no grupo restrito do Facebook. Convém ressaltar, que isso ocorreu com a autorização da equipe gestora, dos pais/responsáveis e ciência dos estudantes do ensino fundamental. A Figura 3 – mostra a interação/devolutiva de residente em atividade de estudante no Facebook restrito da turma da classe.

Resultados

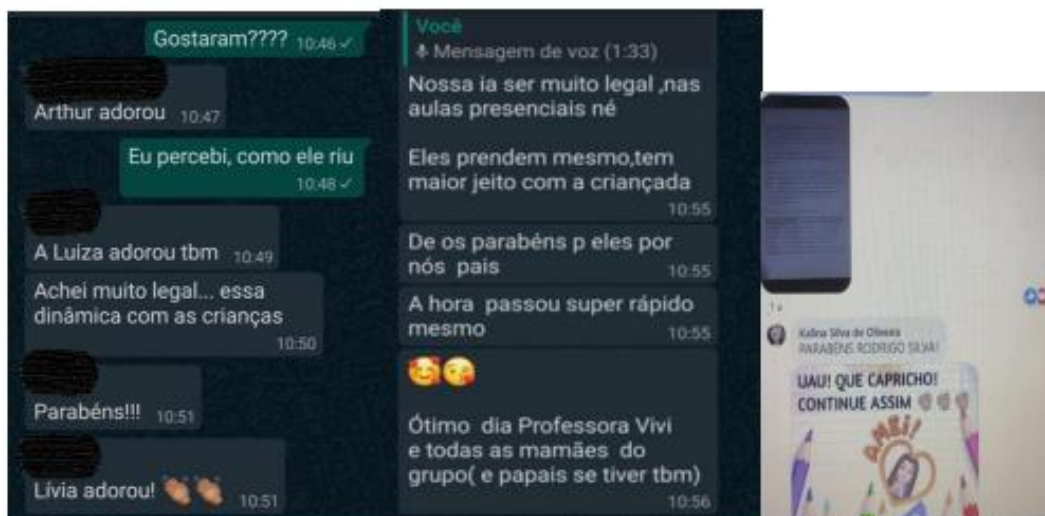


Figura 3 e 4 – Mensagens trocadas entre preceptora e mães de estudantes do segundo ano. Arquivo Pessoal.
Figura 5 – Interação de residente no Facebook. Arquivo Pessoal.

O ensino e a aprendizagem durante a regência, mesmo de forma online, proporcionaram envolvimento de todos do grupo. As figuras 4 e 5, evidenciam as mensagens trocadas entre preceptora e mães de estudantes do segundo ano. A figura 6, mostra a realização da regência presencial em dupla, com interação dos licenciandos do presencial e da Educação a Distância EaD. As três preceptoras participantes do programa, (figura 7), durante a participação no II Colóquio Saberes Compartilhados, socializaram a rica contribuição da parceria tríplice entre IES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e Escola de Educação Básica.



Figura 6 – Aplicação da regência por duas residentes. Arquivo Pessoal. Figura 7 – Preceptoras no II Colóquio Saberes Compartilhados. Arquivo Pessoal.

Neste movimento de mediar, acompanhar e refletir acerca do envolvimento e avanços dos licenciandos nos encontros formativos; analisar as atividades elaboradas e desenvolvidas na regência; evidenciou-se que, embora essa política de formação de professores não atenda a toda demanda do processo de ensino e aprendizagem, nas IES e na Educação Básica, ressalta-se que faz a diferença, especificamente à permanência e acompanhamento supervisionado de estudantes na universidade em contexto pandêmico, sendo vista como uma política relevante, necessária e essencial.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 08 jun.2022.

BRASIL. Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno. Resolução CNE/CP No 2, de 20 de dezembro de 2019. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file> Acesso em: 10 mai. 2022.

GATTI, Bernadete Angelina. Formação de professores, complexidade e trabalho docente. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 17, n. 53, p. 721-737, 2017.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projeto de pesquisa. 6a ed. São Paulo: Atlas, 2017.

NÓVOA, Antônio. Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 25, n 1, jan./jun., 1999.

TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. 10 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

069. A INCLUSÃO EM AULAS DE HISTÓRIA POR MEIO DA LEITURA DE IMAGENS

Mariana de Paula Caetano

caetano.mariana@hotmail.com

Prof^ª Dra. Renata Barrocas

renata. barrocas@unimes.com

Palavras-chave: Inclusão. Transtorno do Espectro Autista. Leitura de imagens. Alfabetização visual. História de São Vicente.

Introdução

O desafio de receber todo ano mais crianças e adolescentes com deficiência, Transtornos do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação em nossas salas de aula comuns do ensino regular, nos motivou neste trabalho.

Diante da necessidade de responder aos desafios da inclusão escolar é muito importante refletir sobre nossa prática na Área das Ciências Humanas, com destaque, ao ensino de História. Nos apoiamos na obra de Selva Fonseca (2009), *Fazer e Ensinar História nos anos iniciais do Ensino Fundamental*, em estudos bibliográficos sobre a leitura de imagens de Lucia Santaella (2002, 2012, 2017), bem como em trabalhos de Sílvia Orrú (2016) e Luca Surian (2010) sobre a inclusão de pessoas com TEA.

Objetivo

Pretendemos demonstrar que diferentes estratégias didáticas podem ser adotadas com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que visem incluir crianças com TEA em salas comuns do Ensino Fundamental. Testaremos a hipótese de que o trabalho com a leitura de imagens e alfabetização visual de estudantes com TEA possam permitir a maior participação destas crianças.

Por isso, desejamos verificar quais estratégias didáticas na Área de História podem contribuir com práticas inclusivas de crianças com TEA no 3º do Ensino Fundamental em uma escola pública de São Vicente – SP.

Método

Pretendemos fazer um estudo bibliográfico e desenvolver uma pesquisa empírica, analítica e descritiva utilizando a metodologia da pesquisa-ação.

Trabalharemos com uma proposta de sequência didática que é caracterizada por Antoni Zabala (1998, p. 18) como, “um conjunto de atividades ordenadas, estruturadas e articuladas para a

realização de certos objetivos educacionais, que têm um princípio e um fim conhecidos tanto pelos professores como pelos alunos”.

Esta proposta de sequência didática será baseada na Unidade Temática da Base Nacional Curricular Comum (2018), “AS PESSOAS E OS GRUPOS QUE COMPÕEM A CIDADE E O MUNICÍPIO”

Quadro1: Base Nacional Curricular Comum do 3º Ano do Ensino Fundamental

OBJETO DE CONHECIMENTO (EF03HI01) O “Eu”, o “Outro” e os diferentes grupos sociais e étnicos que compõem a cidade e os municípios: os desafios sociais, culturais e ambientais do lugar onde vive.
HABILIDADE (EF03HI01) Identificar os grupos populacionais que formam a cidade, o município e a região, as relações estabelecidas entre eles e os eventos que marcam a formação da cidade, como fenômenos migratórios (vida rural/vida urbana), desmatamentos, estabelecimento de grandes empresas etc.
HABILIDADE (EF03HI02) Selecionar, por meio da consulta de fontes de diferentes naturezas, e registrar acontecimentos ocorridos ao longo do tempo na cidade ou região em que vive.
HABILIDADE (EF03HI03) Identificar e comparar pontos de vista em relação a eventos significativos do local em que vive, aspectos relacionados a condições sociais e à presença de diferentes grupos sociais e culturais, com especial destaque para as culturas africanas, indígenas e de migrantes.
HABILIDADE (EF03HI04) Identificar os patrimônios históricos e culturais de sua cidade ou região e discutir as razões culturais, sociais e políticas para que assim sejam considerados.

Fonte: Organizado por CAETANO (2022) baseado na BNCC (2018)

Desenvolvimento

Em primeiro lugar apresentaremos a proposta de rotina de atividade para a turma visando facilitar a organização das crianças com TEA, segundo Luca Surian, As mudanças de rotina ou rituais, para algumas pessoas com TEA, podem causar muita ansiedade, chegando a tornar insustentável lidar, por exemplo, com mudanças de móveis, assim como, em um certo espaço, na ordem em que as atividades

acontecem no cotidiano, nos caminhos que percorre para chegar a determinados locais. Percebe-se que para algumas pessoas com TEA a previsibilidade dos acontecimentos e das ações é necessária para sua organização. A antecipação dos acontecimentos, com informações detalhadas, auxilia no controle da ansiedade (SURIAN, 2010, p.112)

Na 1ª atividade será analisada a Figura 1 com um roteiro de questões a serem respondidas oralmente. Pretendemos que esta imagem desperte o interesse da turma sobre a História de São Vicente e a alfabetização visual é fundamental para isso. De acordo com Lúcia Santaella, ela tem o significado de:

[...] aprender a ler imagens, desenvolver a observação de seus aspectos e traços constitutivos, detectar o que se produz no interior da própria imagem, sem fugir para outros pensamentos que nada têm a ver com ela. Ou seja, significa adquirir os conhecimentos correspondentes e desenvolver a sensibilidade necessária para saber como as imagens se apresentam, como indicam o que querem indicar, qual é o seu contexto de referência, como as imagens significam, como elas pensam, quais são seus modos específicos de representar a realidade. (SANTAELLA, 2012, p.10)

Figura 1 - Praia Paranapuã, no Parque Estadual Xixová-Japuí – São Vicente/SP



Fonte: G1, Foto: Paulo Victor Natário, 2018¹

- Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/indigenas-lutam-pelo-direito-de-viver-na-primeira-cidade-do-brasil.ghtml> Acesso em: 14 jun. 2021.

Em seguida as crianças assistirão ao vídeo e desenharão a imagem que mais chamou sua atenção. Após justificarão o motivo desta escolha. Na 2ª atividade será estudado um texto sobre a situação atual dos indígenas da Aldeia Paranapuã onde eles analisarão distintos pontos de vista sobre as necessidades sociais da cidade. Na 3ª atividade trabalharemos a Figura 2.

Figura 2 - Fundação de São Vicente (1900)



Óleo sobre tela

Coleção Benedito Calixto de Jesus

Fonte: Acervo on-line do Museu Paulista da USP (São Paulo) ²

Esta obra frequentemente é apresentada nos livros didáticos de História mas quase nunca explorada.

Segundo Selva Fonseca,

As imagens constituem fontes importantíssimas para o processo de ensino e aprendizagem pois ampliam o olhar, possibilitam o desenvolvimento da observação e da crítica. Atraem o aluno. Seduzem. Assim, as figuras, as ilustrações, gravuras, desenhos, pinturas, fotografias não servem apenas para tornar um livro (ou uma aula) mais bonito, mais agradável ao leitor. São registros, evidências da história, representações do real com as quais os professores e alunos podem estabelecer um diálogo no sentido de ampliar a compreensão e a crítica da realidade. (FONSECA, 2009, p. 189)

Na 4ª atividade trabalharemos as Figuras 3 e 4. Com a intenção de analisar São Vicente do passado e do presente.

-

² Disponível em: http://acervo.mp.usp.br/Storage/EspacoDomestico/MPACERVO_ICONO//1-19216-0000-0000-01_880x0.jpg. Acesso em: 14 jun. 2021.

Figura 3 – Pedra do Mato e Baía de São Vicente S/D



Óleo sobre tela

Coleção Particular

Fonte: Benedito Calixto: um pintor à beira –mar = a painter by the sea

Figura 4 - Marco em homenagem a fundação de São Vicente – SP



Fonte: G1, Foto: Fabio Fortunato, 2018³

As crianças farão a comparação em dupla entre as duas imagens e ao final farão a releitura da obra. Sílvia Orrú, nos relata o caso de Richard com TEA, que foi incentivado por sua professora a aprender a desenhar,

O desenho e a pintura, juntos constituíam seu “ponto ótimo” e davam vida às suas experiências vivenciadas no cotidiano, as quais ele expressava para outros a partir de suas representações. Ele também possuía uma memória excelente e sempre que alguma paisagem o chamava à atenção, ele guardava aquela imagem em sua mente e coração, uma vez que sempre depositava seus sentimentos em suas composições, posteriormente, compartilhava as mesmas com outras pessoas por meio de sua arte, sua forma de se expressar ao universo que o cercava. (ORRÚ, 2016, p.181)

-

³ Disponível em: <https://flic.kr/p/hh6Dxe>. Acesso em: 22 maio 2022.

Considerações finais

Após a realização das atividades com as crianças, aplicaremos uma entrevista de avaliação e desenvolveremos uma proposta de sequência didática com práticas pedagógicas inclusivas ligadas ao Transtorno do Espectro Autista para serem utilizadas nas aulas de História em salas de aula do ensino regular. Na intenção de contribuir com as insuficiências teóricas e práticas dos estudos sobre estratégias de ensino que podem ajudar as práticas inclusivas, esperamos concluir este trabalho.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

Disponível em:

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf.

Acesso em: 17 ago. 2022.

FONSECA, Selva Guimarães. **Fazer e ensinar História** – Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Belo Horizonte: Dimensão, 2009. p. 296.

SANTAELLA, Lucia. **Leitura de imagens**. São Paulo: Melhoramentos, 2012 (Edição Kindle). 180 p.

SURIAN, Luca. **Autismo**: Informações Essenciais para Familiares, Educadores e Profissionais de Saúde. Tradução Cacilda Rainho Ferrante. São Paulo: Editora Paulinas, 2010. 147 p.

ORRÚ, Sílvia Ester. **Aprendizes com Autismo**: Aprendizagens por eixo de interesse em espaços não excludentes. Petrópolis: Vozes, 2016.

ZABALA, Antoni. **A Prática Educativa**: Como ensinar. Tradução: Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998. p. 224.

070. POLÍTICAS PÚBLICAS REGULATÓRIAS CONCERNENTES À EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Fernanda Florindo de Souza – Mestranda – Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES - nanda-florindo@hotmail.com

Michel da Costa – Professor – Universidade Metropolitana de Santos - UNIMES

- michel.costa@unimes.br

Introdução

Frente aos desafios contemporâneos, no Brasil, por força de lei define-se como um direito de todos. Ao refletir sobre o direito de todos à educação formal, sabe-se a infinidade de pressupostos advindos deste. Seja no definir, qual a educação que se busca, seja no espelhar mutuamente empírico e bases teóricas, seja no descobrir o norte almejado.

Dado o infindável e transicional alargamento do tema, delimita-se o assunto deste artigo à Educação Financeira na Educação Básica. Assim, o foco desta produção é refletir sobre a Educação Financeira, acerca das suas origens, do situar o modelo educacional vigente e seu perfil avaliativo, assim como, os nortes em prospecção.

Objetivo

Contribuir para a execução ética e formativa da Educação Financeira. Fomentar as práticas de inserções interdisciplinares, voltada à formação global, crítica e reflexiva. Relatar os contornos, em vista das suas

raízes em contextos internacionais. Referenciar os contextos de imersão na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL,2018). Analisar as diretrizes para a aquisição de literacia financeira, como construção crítica. Subsidiar a formação de cidadãos críticos, autônomos e conscientes.

Método

Esta produção baseia-se em estudos bibliográficos, tendo como referência publicações de autores correlatos ao tema Educação Financeira e aos contextos de imersão dessa.

Desenvolvimento

As origens

Tendo em vista discorrer sobre o histórico da Educação Financeira, reporta-se à Campo e Coutinho (2020). De forma crítica e detalhada, os autores apresentam a cronologia da Educação Financeira. Mostra-se como ponto de partida as raízes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), surgida na década de 1960, também nomeada como Ministério Mundial da Educação.

No ano de 2003, a OCDE iniciou as atividades em Educação Financeira, em 2008 obteve o reconhecimento do G8 (grupo dos 8 países mais ricos). Desdobra-se no Brasil via BC (Banco Central do Brasil), no ano de 2009. Integrada ao currículo da Matemática, volta-se a promover a literacia financeira, por meio das práticas escolares, promove-se a Educação Financeira e Previdenciária. No ano de 2010, via Decreto Presidencial 7.397 estabeleceu-se a ENEF e criou-se o Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), desde então a temática é compartilhada entre órgãos públicos e a sociedade.

Estuda-se ainda nos autores à análise Base Nacional Curricular Comum (BNCC), em vigência atualmente, nota-se avanço, tendo a Educação Financeira como tema transversal. Entretanto ressalta-se que apesar do aspecto promissor do instigar o interdisciplinar, a responsabilidade pela formação abarca habilidades e competências encaixadas nos conteúdos da disciplina de Matemática.

Avaliar

A Educação Financeira para a população contemporânea, abarca-se nas demandas econômicas sociais, justifica-se no alto nível de endividamento da população, na bancarização e na necessidade de conscientização previdenciária. Desta forma as ações educativas, nos seus vieses de execução, apresentam-se subservientes, voltadas ao consumismo, com criticidade dirigida a interesses particulares, assim como a formação de clientes das instituições bancárias, como consta em Campos e Coutinho (2020).

Estas medições, ocorrem por meio de instrumentos de larga escala. Destaca-se o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA), voltado à aquisição de habilidade e competência, ao saber fazer e a formação do capital humano. Prima-se pela formação do consumidor ativo esvaziado de reflexão, nos quais prospectam-se como produto final, à força operária que faz a economia girar, fazendo sucumbir a formação plena e de qualidade.

Tal como o PISA, o TIMSS busca, com base nos resultados obtidos pelos estudantes, monitorar e influenciar as políticas educacionais dos países, estabelecendo padrões de qualidade da educação e sugerindo propostas curriculares que atentem aos seus objetivos (CAMPOS; COUTINHO, 2020, p.26).

Em continuidade de análise do processo avaliativo, desdobra-se em segmentos da esfera educacional. Como primeiro registro, a Educação Financeira encontra-se descrita na BNCC, com viés interdisciplinar. Composto de premissas, estruturações e apontamentos, assume o compromisso com a aprendizagem colaborativa e com avaliação do aprendizado. Em vista dos contextos, o caráter contributivo do documento é claro, porém cabe reflexão. Ao propor abrangência interdisciplinar, com vista não segmentada do saber, mostra-se prospecta. No entanto, o como fazer a leitura de execução, assim como, a avaliação interdisciplinar, ainda requer embasamento.

Prospectos

Frente aos múltiplos contextos e narrativas pertinentes à Educação Financeira, reflete-se as razões do seu surgimento, o percurso seguido para a concretização dos esforços avaliativos. Tomando a educação

tal qual, um processo em constante movimento de construção e reconstrução, torna-se necessário traçar rumos. Prospectar não se justifica sem reflexão, planejamento e ação.

Entretanto, os objetivos praticados supracitados para Educação Financeira, caminham na contramão da aquisição de literacia financeira. “Mas imitando as organizações empresariais, a escola pública sai democraticamente deslegitimada” (LIMA, 2018, p.25). Neste intento ainda se reflete sobre o grau de apropriação dos conceitos, no educar financeiramente. Como supracitado, o tema em reflexão é incipiente na BNCC, executado como transversal. Sabe-se quanto é “viável” mecanizar um processo e até mesmo “solucionar”, por meio de algoritmização dirigida. Como observa-se na BNCC, o interdisciplinar é uma competência em construção, na área da educação. Entretanto, um jovem como formação no viés da competência financeira, correlata com as bases teóricas e os documentos oficiais, não pode ser aquele que apenas aplica uma técnica de resolução. Frente às diferentes situações de aprendizagem, práticas como fundamentar, analisar, comparar e inferir, conversam positivamente na direção polivalente da formação.

Conclusão

Tendo em vista as origens, conceitua-se a avaliação como um processo, partindo do cenário macro. Em análise conjunta, dos fatos descritos, assim como, das bases teóricas discorre-se sobre os prospectos. Coloca-se os avanços obtidos, em contrapartida expõem-se as vistas do processo de continuidade.

Explana-se a Educação Financeira em contextos globais. Reconhece-se o mundo como globalizado, entretanto a natureza como única. Em um cenário de consumo sem reflexão, consequência desfavoráveis apontam-se de forma direta, como resposta. Contudo, afasta-se a ideia de generalização sobre o tema, espera-se contribuir como fonte de estudo e reflexão.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 10 jun. 2022.

CAMPOS, Celso Ribeiro; COUTINHO, Cileda de Queiroz e Silva Coutinho. Educação Financeira no contexto da Educação Matemática, Taubaté: Akademy, 2020.

LIMA, Licínio Carlos. Por que é tão difícil democratizar a gestão da escola pública? Curitiba. Educar em Revista, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/YCPpdwGWZshhVyhjwpzHZtp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2022.

The background features several faint, light blue icons. In the upper left, there are three lightbulbs of varying sizes, some with small circles below them, suggesting ideas or innovation. In the lower left, there is a large flask or beaker containing a dark liquid with several bubbles rising from it, symbolizing science or research.

ADMINISTRAÇÃO

071. ANÁLISE DOS RISCOS E FERRAMENTAS DE ANÁLISE DE INVESTIMENTOS: CONHECIMENTO DO FATOR DE RISCO SOB A ÓTICA DE OPERADORES EM EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA.

Grasielle Santos dos Praseres – grasi.saantoos@outlook.com

Orientador: Prof^o. Me. Marcos Fernandez Nardi

Palavras-chave: Investimentos; Riscos; Perfil de Investidor.

Introdução

O mundo atual vive constantes transformações, alguma ocorrendo em períodos muito curto de tempo, avanços tecnológicos, fusões, pandemias e guerras trazem aos mercados, níveis de incerteza que comprometem a perpetuidade das companhias. Pior que manter-se, torna-se ainda o planejamento de suas ações em condições tão adversas, para todo gestor a tomada de decisão sempre é carregada de riscos e incertezas, mas esse deve trazer consigo um arcabouço de conhecimento que o auxilie.

Mas a condição mais favorável a maioria das empresas seria que todas as pessoas envolvidas em seus mais diferentes níveis possuíssem também esse conhecimento, entender as ferramentas de análise dos retornos dos processos, assim como uma correta gestão dos riscos envolvidos, tornaria o colaborador mais eficiente em suas tomadas de decisão diárias, mesmo que essas não estivessem atreladas diretamente a um investimento. Serão abordadas referencias sobre os tipos mais comuns de investimentos financeiros, e os perfis de investidores diretamente relacionados a eles, as principais ferramentas de análise de investimentos de projetos, como Valor Presente Líquido (VPL), Período de Payback, Taxa Interna de Retorno (TIR) e Retorno sobre Investimento (ROI).

Ainda serão trazidas a luz da discussão, os perfis mais comuns de investidores, sejam eles empresários ou pessoas físicas, o conceito e os tipos riscos de investimentos, e a gestão dos mesmos, afim de conceituar o que foi verificado na pesquisa. Devido à importância do tema, foi levantado o problema do trabalho, que versa em: qual o grau de conhecimento sobre as ferramentas de análise e dos riscos dos investimentos das empresas de segurança privada os colaboradores possuem?

O objetivo do estudo, então, é analisar o conhecimento das pessoas em relação ao mundo dos investimentos, como utilizar alguns métodos podem contribuir para uma mais assertiva tomada de decisão, assim como, analisar o perfil de investidor de cada um e como reagem diante da exposição a riscos, além de identificar, quanto cada um está disposto a explorar esse mercado visto o tanto de incertezas que ele pode trazer.

A análise de cunho conceitual se deu pela leitura e interpretação de artigos científicos publicados, corroborando ou discutindo com bibliografia específica ligada ao tema, dando ao trabalho um cunho científico de discussão entre vários autores já consagrados.

Como método utilizado, optou-se pela pesquisa exploratória quantitativa, onde foram efetuados questionários semiestruturados com perguntas fechadas, e respondido por uma amostra de quarenta colaboradores de empresas de segurança privada da Baixada Santista, o que levou a uma boa inferência do todo.

Fundamentação teórica

investimentos

Para Reis (2018) investimentos nada são que aplicações de algum tipo de recurso que gera uma expectativa que seja recebido de volta um valor superior ao que foi aplicado, ou seja, é toda e qualquer aplicação que vise o lucro.

Para Sullivan e Sheffrin (1998) investimentos são aplicações de recursos efetuadas ao longo do tempo, visando um ganho futuro, são efetuados por empresas ou pessoas, buscando retornos satisfatórios aos sacrifícios efetuados, essas mesmas aplicações visam à resolução de um problema ao mesmo tempo que acarretam outro, basicamente te obrigando a fazer uma escolha.

Da Cruz Costa *et al* (2018) discorre que os investimentos no mercado já existem, porém, o mercado vem criando cada vez mais opções de investimentos, que consigam satisfazer desde o investidor mais cauteloso ao mais agressivo.

1. Tipos de Investimentos

Sarti *et al* (2020) que os investimentos vão de moderados a agressivos e essas denominações se dão em relação ao nível de risco que esse empreende ao investidor (figura 01).

Figura 01 – Tipos de Investimentos X riscos X perfis de investidores

Perfil do Investidor	Exposição ao Risco	Tipo de Investimento
Conservador	Baixa	Poupança; CDB e RDB; LCI; Tesouro Selic; Fundos de Investimento em renda fixa, Imóveis.
Moderado	Média	Fundos de Investimento multimercado; Fundos de Investimento Imobiliários.
Agressivo	Alta	Fundos de Investimento multimercado e ações; Ações; Criptomoeda; Derivativos.

Fonte: Sarti *et al* (2020, pag. 184) (Adaptado)

Esses tipos de investimentos são mais ou menos indicados para cada perfil de investidor, não quer dizer que estará restrito a esse grupo, pois um investidor conservador poderá fazer um investimento de risco e vice-versa, porém via de regra os investidores acompanham essas tendências.

Análise de investimentos

Em uma companhia de acordo com Souza & Clemente (2004) “para que seus dividendos sejam elevados, os administradores devem buscar uma melhora na execução dos negócios e a introdução de novos projetos.”, pois o principal objetivo da administração de uma empresa é ter como visão a criação de valores para os seus acionistas.

Para Soares *et al* (2015) a análise de investimentos consiste em aplicar recursos com longos prazos, normalmente com mais de um ano, com um único objetivo: mostrar ao proprietário desse capital se o seu investimento dará um retorno adequado/esperado.

Os investimentos são considerados estratégicos porque se enquadram no plano estratégico da empresa a longo prazo, e têm como objetivo assegurar o futuro da mesma. Geralmente, consideram-se investimentos que permitam reduzir o risco do negócio, e ao mesmo tempo expandir a atividade. (XIRIMBIMBI, 2018; PÁG. 04)

E quando se trata da aprovação de um projeto, existem algumas questões que devem ser respondidas para que se possa tomar a decisão correta em relação ao seu capital. (SOARES *et al*, 2015)

Para Marchioro *et al* (2018) é necessário fazer um balanceamento de fluxos de caixa livre que serão alcançados através do projeto de análise. As previsões devem ser pesquisadas e elaboradas da forma

mais clara possível, para que seja analisada de uma maneira bem realista. De todo modo, sempre existirá incerteza nos orçamentos de capital, pois envolve e depende do cenário econômico e político de longo prazo.

1. Ferramentas de Análise

Para se avaliar um investimento é necessário estabelecer parâmetros que façam com que seja gerado o retorno esperado. E, para avaliar um projeto de investimento são envolvidos conjuntos de técnicas que facilitem a compreensão dos resultados financeiros, técnicas como de análise o Valor Presente Líquido (VPL), a Taxa Interna de Retorno (TIR), Payback e Retorno sobre Investimento (ROI). (HOJI,2010); (CASAROTTO E KOPITTLE ,2008); (MOTTA E CALÔBA, 2002); (YANAZE E FREIRE, 2013)

1. Valor Presente Líquido

Hoji (2010) afirma que o valor presente líquido (VPL) é o método mais conhecido quando se trata da análise da viabilidade de projetos de investimentos e que não faz apenas um comparativo do investimento com o retorno que se espera dele, leva em consideração o que é valorizado do capital a longo prazo e, depois de calculado, o verdadeiro ganho de investimento.

0. Taxa Interna de Retorno (TIR)

De acordo com Casarotto e Kopittle (2008) a taxa interna de retorno é utilizada para fazer aplicação no fluxo de caixa, pois faz com que os valores dos gastos sejam iguais aos valores do retorno que se espera do investimento. De forma simples para entendimento, é a taxa que faz com que as entradas e saídas de capital sejam iguais a zero. Sendo assim, a TIR serve de complementação a análise, pois ela pode levar ao equívoco de que seja aceito um projeto que não irá reembolsar adequadamente o capital que foi investido.

0. Payback

Para Motta e Calôba (2002) payback é o método utilizado para saber quanto tempo um investimento leva para pagar seu valor inicial, os autores discorrem sobre o uso do chamado payback simples como sendo o procedimento que se utiliza quando é preciso fazer uma análise da viabilidade de um projeto, porém o método não considera o valor que o dinheiro agrega com o tempo, assim, entrando em contradição o que se aprende em equivalência com as taxas que existem e matemática financeira.

Porém, efetuando-se o cálculo com a taxa de desconto, passa a ser chamado de *payback* descontado, que consegue resolver a problemática de valor do dinheiro no tempo pois é aplicado a taxa de desconto em um por um nos fluxos de caixa futuros.

0. Retorno Sobre Investimento (ROI)

Yanaze e Freire (2013) afirmam que retorno sobre investimento (ROI) tem como base determinar a rentabilidade de um investimento, em outras palavras, ele determinar os ganhos financeiros obtidos com tal investimento, sua função principal é determinar a rentabilidade, também conhecida como lucratividade de cada investimento efetuado pela companhia ou investidor, tornando-se uma ferramenta muito importante o que tange a perpetuidade do projeto no tempo.

Perfis de investidores

Para Paiva (2020) deve-se definir o perfil de um investidor através de um questionário que trará informações sobre a pessoa e então enquadrá-la a um tipo de perfil, desde o conservador ao arrojado. E para poder efetuar tal definição é preciso analisar a tolerância do investidor de expor sua empresa a riscos e as expectativas impostas sob os investimentos.

Como visto anteriormente e descrito por Sarti *et al* (2020) os perfis geralmente se dividem em conservador, moderado e agressivo, onde cada um possui um perfil de aceitação ao risco imputado em um investimento.

De um modo geral, o perfil de investidor conservador visa a baixa tolerância de exposição a riscos, fazendo com que sua previsão de retorno seja mais tranquila. Já o investidor moderado vai um pouco mais além, pois se dá uma abertura para fazer investimentos com um risco maior e conseqüentemente gerando uma rentabilidade mais alta. E o investidor mais agressivo já entende as conseqüências dos seus investimentos, direcionando suas decisões sempre para ganhos mais expressivos pois já está ciente dos riscos. (NUINVEST, 2022)

Riscos de investimentos

Para Fonseca e Domingues (2018), os riscos de investimento têm por finalidade a variação em relação ao retorno que se espera, porém, quando se vê que o resultado esperado é inferior, o processo é prejudicado pois pode ser verificado como uma provável perda em relação aos resultados esperados. E

quando se trata de riscos de investimentos, existem muitas variáveis externas que geram impacto em relação a viabilidade do mesmo até o final do projeto.

1. Tipos de Riscos

De Carvalho (2020) afirma risco no investimento se trata do nível de incerteza diante da rentabilidade do mesmo, desta feita, essa sempre estará associada ao risco, cabe ao investidor decidir o nível de risco que estará disposto a se submeter para maior lucratividade em seu projeto, em outras palavras, risco é um fator que deve ser avaliado pelos interessados quando for necessário escolher um tipo de investimento, devendo trabalhar com base no que se espera de retorno e seu prazo.

Portanto, os riscos são classificados em diversificáveis (risco de gestão e liquidez) e não diversificáveis (risco de crédito, econômico e de mercado). Todos esses fatores contribuem com a chance de o investimento gerar um baixo retorno, perder todo o capital investido e, até mesmo, tal dano ultrapassar o valor investido inicialmente. (DE CARVALHO, 2020; DE AMORIM *et al*, 2018)

0. Riscos Diversificáveis

Risco diversificável trata-se de um risco que o investidor pode reduzir, através de estratégias e até diversificação, tanto dentro de análise de investimentos como na administração diária dos investidores, entre eles destacam-se os riscos de gestão e os riscos de liquidez (DE AMORIM *et al*, 2018).

1. Riscos de Gestão

O risco de gestão é o risco relacionado à competência do gestor do investimento de conseguir gerar a rentabilidade que foi prometida. É um risco muito comum quando se trata do seu dinheiro sendo administrado por outra pessoa. (DE AMORIM *et al*, 2018)

0. Riscos de Liquidez

Pamplona *et al* (2020) descrevem o risco de liquidez como sendo o que pode ocorrer por não movimentar o dinheiro que está sendo investido quando se é necessário. Quando um investimento exige que o dinheiro permaneça intacto sem que ele possa ser mexido por um longo prazo, significa que o investimento tem uma baixa liquidez.

Para De Amorim *et al* (2018) quando um investimento tem uma liquidez alta, ele pode ser movimentado antes mesmo de vencer a aplicação. Portanto, se considera um risco de extrema importância pois com

a possibilidade de uma liquidez baixa, maior o risco que o investidor irá se submeter devido aos períodos de oscilações econômicas. Quando não se pode mover o dinheiro, maior o grau de exposição a prejuízos.

0. Riscos Não Diversificáveis

Risco não diversificável trata-se daquele que afeta todo o mercado e que o investidor não possui controle, como por exemplo, clima, oscilações na economia, política. Entre eles destacam-se os riscos de crédito, riscos econômicos e riscos de mercado. (DE AMORIM et al, 2018)

1. Risco de Crédito

O risco de crédito tem relação com a possibilidade de o dinheiro aportado não retornar ao investidor. Em outras palavras, é a possibilidade de o investidor sofrer uma inadimplência. (DE AMORIM et al, 2018)

0. Risco Econômico

O risco econômico trata-se de todas as eventualidades que interferem no resultado do investimento, fazendo com que a empresa não garanta a estabilidade que espera. Visto como exemplo existem as mudanças dentro da economia por parte do governo, greves, etc. (SUÁREZ SUÁREZ, 1977)

0. Risco de Mercado

O risco de mercado tem uma grande relação com o econômico, com ele avalia-se o desempenho do investimento e uma possível taxa de juros dentro da economia que sirva de referência do valor que o dinheiro possui no mercado, como a Taxa Selic e outros tipos de índice que reflete nas condições de preço no balanço financeiro. (DE CARVALHO, 2020).

Gestão de riscos

Para Fonseca e Domingues (2018), a realidade atual vem passando por mudanças constantes, onde qualquer fator ocorrido em outras partes do mundo, podem gerar um impacto muito grande na empresa, e é aí que entra a gestão de riscos, auxiliando na tomada de decisão e servindo de alternativa para o gestor responsável.

Risco pode simplesmente ser definido como exposição à mudança. É a probabilidade de que algum evento futuro ou conjunto de eventos ocorra. Portanto a análise do risco envolve a identificação de

mudanças potenciais adversas e do impacto esperado como resultado na organização. (PAXSON; WOOD, 1998, p.159).

Assim, analisar os riscos é fundamental dentro do ambiente de análise, pois tem a finalidade de fazer o mapeamento e identificação do que é positivo (pontos fortes e oportunidades) e o que é negativo (pontos fracos e ameaças) dentro da empresa. (DE CARVALHO, 2020).

Visto isso, torna-se cada vez mais complexo a prática de gerenciamento de riscos, que é um fator que busca maximizar as oportunidades dentro da análise, sem que isso eleve ainda mais o grau de exposição a esses fatores de risco.

Métodos

Para Gil (2017) A pesquisa é identificada como exploratória, quantitativa porque visa descrever algumas características da população, buscando opiniões, atitudes das pessoas em relação ao assunto, visto isso, fora aplicado um questionário semiestruturado com 10 perguntas fechadas a colaboradores que atuam em posições operacionais em empresa de segurança privada, foco do estudo.

As pesquisas exploratórias têm como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Seu planejamento tende a ser bastante flexível, pois interessa considerar os mais variados aspectos relativos ao fato ou fenômeno estudado. A coleta de dados pode ocorrer de diversas maneiras, mas geralmente envolve: 1. levantamento bibliográfico; 2. entrevistas com pessoas que tiveram experiência prática com o assunto; e 3. análise de exemplos que estimulem a compreensão (SELLTIZ et al., 1967, p. 63; apud GIL, 2017, p. 33).

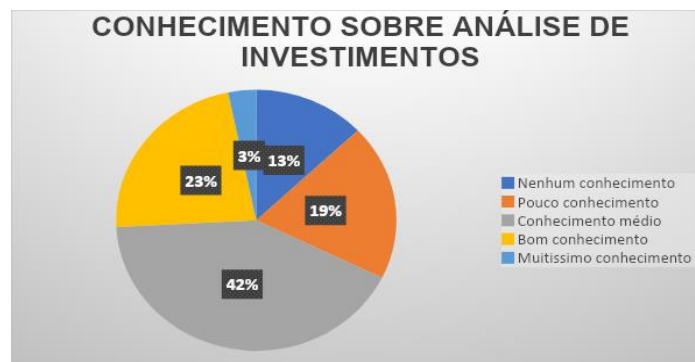
Para Pradonov e Freitas (2013) o questionário se trata de uma série ordenada e estruturada de perguntas que ao serem respondidas pelo entrevistado trarão um arcabouço de informações sobre o tema estudado, sendo considerado um excepcional método de coleta de dados que fomentem a discussão prevista pelos estudos que esses contemplem.

Análise da pesquisa

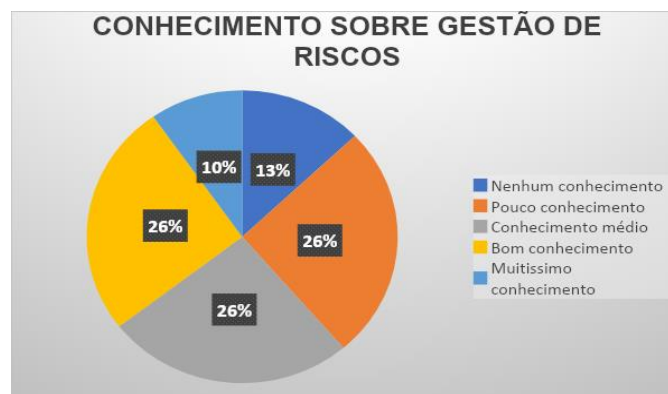
O questionário semiestruturado com 10 perguntas fechadas a colaboradores que atuam em posições operacionais em empresa de segurança privada, onde buscou-se identificar o nível de conhecimento em

relação as ferramentas utilizadas para uma análise de investimentos, gerar reflexão sobre o perfil de investidor que o entrevistado acha que é ou que deseja ser e por consequência, tomar a decisão correta diante da exposição de riscos.

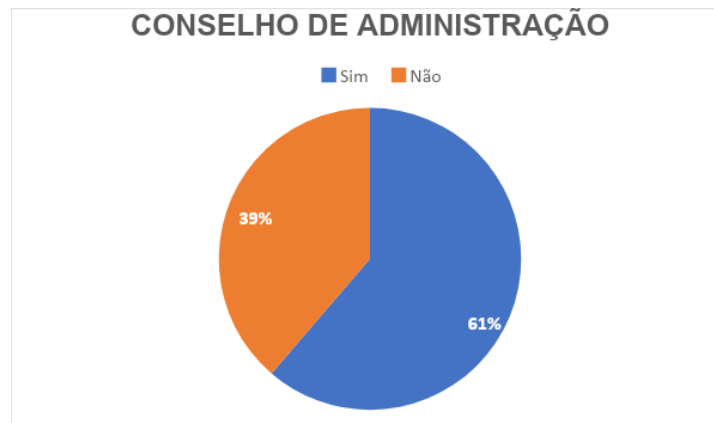
A análise de investimentos faz com que seja possível visualizar como está a situação financeira da empresa e indica se o capital que fora aplicado no projeto trouxe o retorno esperado ou prejuízos. Visto isso, pode-se verificar com o Gráfico I que somente 42% dos entrevistados possuem um conhecimento médio sobre o que é uma análise de investimentos.



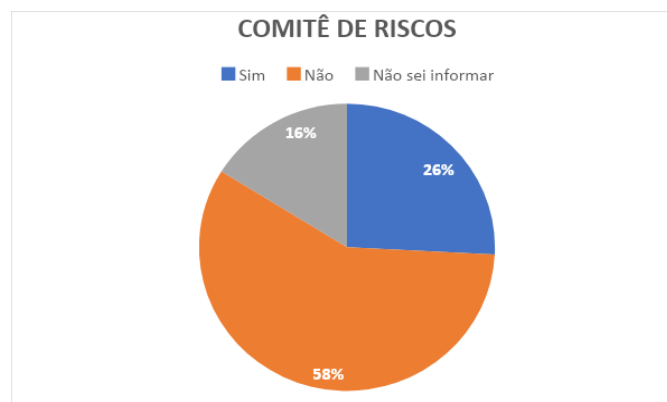
A gestão de riscos pode evitar consequências negativas e minimizar perdas no projeto. Com isso, de acordo com o Gráfico II, o conhecimento dos entrevistados sobre a gestão de riscos dentro de uma empresa está dividido entre bom conhecimento (26%) e pouco conhecimento (26%), o que se considera um pouco preocupante pois essa gestão é de extrema importância dentro de uma organização.



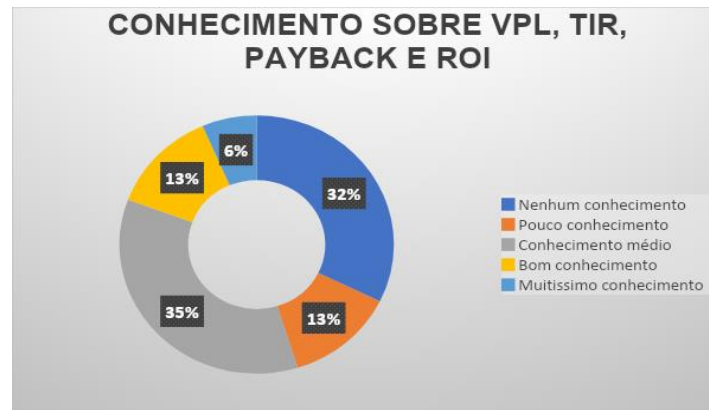
O Conselho de Administração serve para ajudar na tomada de decisões, proteger o patrimônio e maximizar o retorno sobre os investimentos. Visto isso, de acordo com o Gráfico III, a maioria dos entrevistados (61%) alegam possuir conselho de administração dentro da empresa em que trabalham.



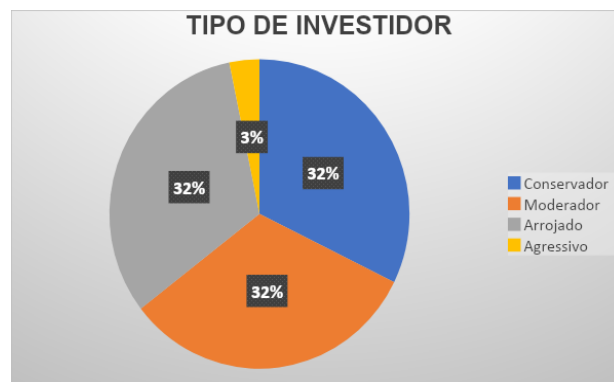
Já o Comitê de Riscos visa analisar as ameaças e oportunidades que surjam ao longo do caminho e auxiliar na tomada de decisão final. Analisando o Gráfico IV, verifica-se que na empresa em que 58% dos entrevistados trabalham, não possui um “comitê de riscos”, o que gera uma certa preocupação pois ele é tão importante quanto o conselho de administração, os dois devem trabalhar juntos para obter bons resultados.



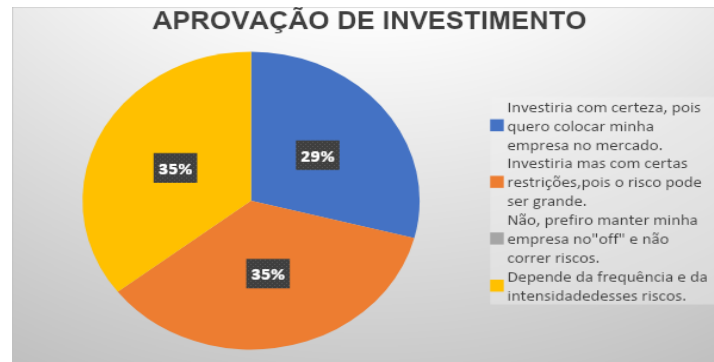
Os métodos utilizados para verificar a viabilidade de um projeto (VPL, TIR, Payback e ROI) servem como um guia dentro da análise de investimentos. De acordo com o Gráfico V, somente 36% dos entrevistados possuem conhecimento mediano quando se trata do que é e para que servem esses métodos.



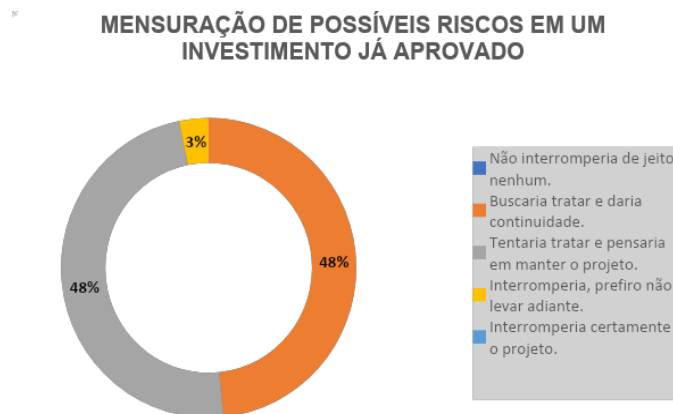
O perfil de investidor faz com que os riscos sejam assumidos de acordo com suas expectativas, assim, fazendo com que se possa criar metas de acordo com o objetivo da empresa. Então, no Gráfico VI, pode-se analisar o tipo de investidor que cada entrevistado acha que é, e a resposta ficou dividida entre investidor conservador (33%), moderador (32%) e arrojado (32%), concluindo que parte dos entrevistados são mais cautelosos quando se trata de investimentos e outros são um pouco mais rígidos.



Fazer um investimento contribui para uma melhora na gestão financeira da empresa, mas, nem sempre ele dará um retorno imediato. Analisando o Gráfico VII, quando se trata de não obter resultados imediatos, 36% dos entrevistados fica dividido entre investir, mas com certas restrições e analisar com cautela a intensidade dos riscos dentro do investimento (35%).



Os riscos podem afetar e prejudicar a imagem da empresa, assim, colocando sua credibilidade em risco. Então, quando se trata de mensurar e/ou tratar possíveis riscos em um investimento já aprovado (Gráfico VIII) 49% dos entrevistados buscaria tratar e dar continuidade no mesmo.



Mas, de acordo com o gráfico IX, quando se trata de expor sua empresa a riscos, 68% dos entrevistados consideraria aprovar tal investimento pois sua exposição seria mediana.



Concluindo com o Gráfico X, dentro dessa convivência e exposição da empresa a riscos no mercado, quase 60% dos entrevistados considera explorar possíveis riscos que surgissem pelo caminho.



Portanto, analisando os dados disponibilizados, conclui-se que os entrevistados possuem um conhecimento do que é e para que serve uma análise de investimentos, suas ferramentas e gestão de riscos e que possuem vontade de explorar e lidar com impactos dos riscos ao longo do caminho. E, como visto ao longo do artigo, para isso é necessário muito estudo sobre todos esses parâmetros e fatores externos, e de muita capacitação para a tomada de decisão correta diante de uma situação que pode definir o futuro da empresa.

Considerações finais

Conforme observado durante a confecção do trabalho, conclui-se que utilizar metodologias de análise de investimentos traz uma certa insegurança na hora de escolher o investimento ideal pois é uma atividade totalmente dependente de outras variáveis que se tornam muito incertas na tomada de decisão e na maioria das vezes imprevisíveis, não saindo conforme se planeja. Dessa forma, encontra-se um certo grau de dificuldade na hora de escolher um investimento “ideal”, porém, se seguir e ter um certo cuidado com as metodologias tratadas no artigo de forma correta, norteia-se melhor o investidor de maneira que se possa obter dentro do possível uma opção previsível e que se aproxime ao máximo do ideal, do que se espera.

Utilizar metodologias é crucial na hora de investir em um projeto. Entretanto, há insegurança na hora de se utilizar um parâmetro pois todas as informações adquiridas são baseadas e extraídas de uma análise macro econômica e política no período em que está sendo analisado a viabilidade do projeto, o que torna uma tarefa muito comum na hora de aprovar um investimento. É nessa parte que se introduz a gestão de riscos. Por isso, a obtenção do máximo de informações possíveis e até opiniões de terceiros é muito importante na hora da conclusão final, uma vez que quanto mais informações utilizadas, mais confiabilidade o projeto a ser investido terá.

Visto que existe um certo grau de dificuldade e incertezas dentro do mercado, é necessário obter uma boa capacitação, formação e conhecimento na área administrativa e econômica, a fim de que seja adquirido uma boa consistência na sua carteira de investimentos, se não, é muito provável que o investidor perca muito dinheiro. Portanto, é necessário fazer um autoconhecimento sobre o seu perfil de investidor e verificar o quanto está disposto a arriscar e explorar os riscos que aparecerem ao longo do caminho, fazendo com que isso se torne benéfico para a empresa.

O que se espera da metodologia de análise de investimentos é que ela aja de forma guia para quem está iniciando sua carreira nesse ramo, de forma que as pessoas percam esse medo de aplicar seu dinheiro, que inovem e procurem colher bons frutos para sua empresa a longo prazo. E, mesmo que se encontrem dificuldade ao longo do caminho, que elas possam saber mensurar todos e quaisquer riscos para poder alcançar o sucesso.

Referências

- CASAROTTO FILHO, N. C. & KOPITKE, B. H. Análise de investimentos. 10ª Edição. São Paulo: Atlas, 2008.
- DA CRUZ COSTA, Jonatas et al. Conhecimento/investimento no mercado financeiro dos alunos de uma IES. *LIBERTAS: Revista de Ciências Sociais Aplicadas*, v. 8, n. 1, p. 245-257, 2018.
- DE AMORIM, Fernando Rodrigues, *et al.* Análise dos riscos em projetos: uma aplicação do método de Monte Carlo em uma empresa do setor moveleiro. *Future Studies Research Journal: Trends and Strategies*, 2018, 10.2: 332-357.
- DE CARVALHO, Ana Paula Alves Freire. Dos Bancos Tradicionais aos Digitais: quais riscos corporativos os bancos brasileiros enfrentam ao investirem em Fintechs?. *Caderno Virtual*, 2020, 1.46.
- FONSECA, Victor Cabral; DOMINGUES, Juliana Oliveira. Financiamento de startups: aspectos econômicos dos investimentos de alto risco e mecanismos jurídicos de controle. *Revista de Direito Econômico e Socioambiental*, 2018, 9.1: 319-354.
- GIL, Carlos, A. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*, 6ª edição. São Paulo, Atlas, 2017.
- HOJI, M. Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial. 8ª Edição. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARCHIORO, Alison Fernando; DAHMER, Rodrigo Diogo; SOUZA, Rosiel Camargo. Metodologia para análise da viabilidade técnica-econômica para geração de energia fotovoltaica. In: *VII Congresso Brasileiro de Energia Solar-CBENS 2018*. 2018.
- MOTTA, R. R. & CALÔBA, G. M. Análise de investimentos: tomada de decisão em projetos industriais. São Paulo: Editora Atlas, 2002.
- Nuinvest. O que é Perfil do Investidor. Disponível em: < <https://ajuda.nuinvest.com.br/hc/pt-br/articles/115001700227-O-que-%C3%A9-Perfil-do-Investidor->>. Acesso em 06/2022
- PAIVA, Raiane Thainá et al. O perfil do investidor individual no mercado financeiro. *Revista Vianna Sapiens*, v. 11, n. 2, p. 30-30, 2020.
- PAMPLONA, Edgar et al. Nível e determinantes de evidenciação de riscos em empresas brasileiras do setor de energia elétrica listadas na BM&FBovespa. *ConTexto-Contabilidade em Texto*, v. 20, n. 45, 2020
- PAXSON, D.; WOOD, D. *The Blackwell encyclopedic dictionary of finance*. Oxford: Blackwell Publishers Ltd., 1998.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição. Editora Feevale, 2013.

REIS, Davi. Análise de investimentos em cenários de restrição de capital. Revista Calafiori, v. 2, n. 1, p. 5-17, 2018.

SARTI, Adriano Adriano Bonela; DE OLIVEIRA, Igor Meireles; BESSA, Lucas Marin Bessa Lucas Marin. RELAÇÃO ENTRE OS PERFIS DE INVESTIDORES, PRODUTOS FINANCEIROS E RISCOS NO MERCADO FINANCEIRO BRASILEIRO. Revista Ifes Ciência, v. 6, n. 4, p. 177-190, 2020.

SOARES, Maria Isabel, *et al.* Decisões de Investimento: Análise Financeira de Projetos (4ª edição, revista e corrigida). 2015.

SOUZA, A. & CLEMENTE, A. Decisões financeiras e análise de investimentos: fundamentos, técnicas e aplicações. 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 2004.

SUÁREZ SUÁREZ, ANDRÉS S. (1977): Decisiones Óptimas de inversión y financiación em la Empresa, Ed. Pirámide, Madrid

SULLIVAN, Arthur e SHEFFRIN, Steven. Princípios de Economia. Rio de Janeiro: Editora: LTC, 2000.

XIRIMBIMBI, Américo Luheto Pinto. *Avaliação de Projetos de Investimentos em contexto de Risco e Incerteza*. 2018. PhD Thesis. Instituto Politécnico de Setúbal. Escola Superior de Ciências Empresariais.

YANAZE, M. H.; FREIRE, O. Retorno de Investimentos em Comunicação. São Paulo: Difusão, 2013. 512 p.

MEDICINA



072. 6-NITRODOPAMINA MAIOR MEDIADOR ENDÓGENO CARDIOVASCULAR

José Britto- Júnior¹, Antonio Tiago Lima¹, Amanda Rodriguez Tato Gama Custódio², Gustavo Duarte Mendes³, Gilberto De Nucci^{1,3}

1 Departamento de Farmacologia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

2 Programa de Mestrado Profissional em Saúde e Meio Ambiente, Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES)

3 Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES)

A 6-nitrodopamina (6-ND) é liberada pelos vasos do cordão umbilical humano (Britto-Júnior et al., 2021a), ducto deferente humano ducto deferente (Britto-Jr et al., 2022a) e pelo ducto deferente isolado de rato (Britto-Jr et al., 2021b). No HUCV, o 6-ND é liberado pelo endotélio e atua como um antagonista seletivo do receptor dopaminérgico tipo D2 (Britto-Jr et al., 2021a), enquanto no ducto deferente o 6-ND é liberado dos terminais nervosos e tem uma atividade contrátil que é seletivamente bloqueada por compostos tricíclicos, como antidepressivos tricíclicos e carbamazepina (Britto-Jr et al., 2021b), por antagonistas do receptor α 1-adrenérgico, como doxazosina, tansulosina e silodosina (Britto-Jr et al., 2022) e pelos antagonistas β 1-adrenérgicos atenolol, betaxolol e metoprolol (Lima et al 2022). Este trabalho tem como objetivo avaliar a liberação endógena de 6-ND e a caracterização da ação farmacológica no átrio isolado de rato. Os protocolos experimentais foram aprovados pelo CEUA da UNICAMP (Protocolos nº 5746-1/2021; 5831-1/2021). Os átrios foram suspensos verticalmente entre ganchos de metal em banhos de órgão de 10 mL contendo KHS, continuamente gaseificados com uma mistura de 95%O₂: 5%CO₂ a 37°C. Os tecidos foram equilibrados sob uma tensão de repouso de 10 mN, e a tensão isométrica foi registrada usando um sistema PowerLab.

A liberação basal de 6-ND, detectada no átrio direito. A liberação foi significativamente reduzida quando os átrios foram pré-tratados com L-NAME (100 μ M) efeito semelhante em animais tratados cronicamente com L-NAME. O 6-ND (1 pM) aumentou significativamente a frequência atrial, 100 vezes mais potente que a noradrenalina e a adrenalina. Os β 1-bloqueadores seletivos reduziram a frequência atrial apenas em concentrações que impediram o aumento da frequência atrial induzido por 6-ND 1 pM.

Por outro lado, β 1-bloqueio, mas não afetou o efeito da dopamina (10nM), noradrenalina (100pM) ou adrenalina (100pM). As reduções na frequência atrial induzidas pelos antagonistas β 1 atenolol, betaxolol e metropolol (0,1-1 μ M) estavam ausentes nos átrios pré-tratados com L-NAME e nos átrios obtidos de animais cronicamente tratados com L-NAME. A tetrodotoxina não impediu a redução da frequência atrial induzida por L-NAME ou por preparações tratadas com β 1-bloqueadores. Em ratos anestesiados, a 1 pmol/kg, apenas 6-ND causou um aumento significativo na frequência cardíaca.

Em conclusão, o 6-ND é liberado do átrio do rato e sua síntese é inibida pelo L-NAME. O 6-ND induz um efeito cronotrópico positivo 100 vezes mais potente que a noradrenalina e adrenalina e 10.000 vezes mais potente que a dopamina. Os resultados demonstram que em ratos o efeito cronotrópico negativo dos β 1-bloqueadores ocorre devido ao bloqueio seletivo do receptor específico para 6-ND, indicando que o cronotrópico cardíaco é modulado pela liberação basal desse mediador endógeno não neurogênico. A ativação do sistema nervoso simpático é responsável pela reação de “luta ou fuga” do corpo. Possivelmente devido ao 6-ND, pode-se não precisar estar constantemente luta ou fuga.

Referências

Britto-Jr et al., 2021a DOI: 10.1016/j.lfs.2021.119425

Britto-Jr et al., 2021b DOI: 10.1016/j.ejphar.2021.174544

Britto-Jr et al., 2022 DOI: 10.1016/j.ejphar.2021.174716

Lima et al 2022 DOI: 10.21203/rs.3.rs-1530109/v1

073. ANÁLISE DO EFEITO GENOTÓXICO DO CAPTOPRIL

Letícia Barbosa de Lima¹, Carolina Alves Moita¹, Maria Luiza Samia Ventura², Marco A. Santos³, Adilson Marques Silva⁴, Elizabeth B. Oliveira Sales⁵

¹Alunas de Iniciação científica do 2º Ano do Curso de Medicina da UNIMES

²Mestranda do Mestrado Profissional em Saúde e Meio Ambiente da UNIMES

³Prof. Adjunto do Curso de Odontologia da UNIMES

⁴Prof. Adjunto do Curso de Medicina da UNIMES

⁵Prof^a. Adjunta do Curso de Medicina e da Pós-Graduação Mestrado Profissional em Saúde e Meio Ambiente da UNIMES

E-mail para contato: le.lima242001@hotmail.com

Palavras-chave: Hipertensão arterial; Anti-hipertensivos; Captopril, Genotoxicidade.

Introdução

A hipertensão arterial sistêmica (HAS) é uma doença caracterizada pela elevação sustentada da pressão contra as artérias, independentemente da causa. Ela é uma doença crônica não transmissível, e que muitas vezes não é possível identificar a causa de sua origem, pois é multifatorial, associada a fatores genéticos, ambientais e sociais¹. De acordo com as Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial de 2020, os principais fatores de risco para a HAS são idade, raça, sexo, obesidade, sedentarismo, estresse, tabagismo, excesso de sódio na dieta e de bebidas alcoólicas e predisposição genética¹. Além disso, essa doença é um importante problema na área da saúde pública devido à sua alta prevalência e baixas taxas de controle, contribuindo significativamente nas causas de morbidade e mortalidade cardiovascular. No Brasil ela afeta cerca de 30% da população adulta e até 60% dos idosos².

O tratamento da hipertensão mais comum é por meio de medicamentos, principalmente inibidores de enzima conversora da angiotensina (IECA). Um exemplo de IECA é o Captopril, e seu mecanismo de ação é bloquear o SRAA, ao inibir a ação da ECA no processo de conversão de angiotensina I para a II, e também inibir a degradação da bradicinina, aumentando seus níveis circulantes. Esse nível elevado de bradicinina libera óxido nítrico, o que aumenta a síntese de prostaglandinas vasoativas, ambos ajudando na vasodilatação³. O Captopril por ser de baixo custo e fácil aquisição é muito recomendado e muito comercializado. É um medicamento com efeito vasodilatador, e seu período de ação é curto, e o mesmo apresenta uma ótima absorção no trato gastrointestinal, podendo ser reduzido em até 40% com a presença de alimentos, e pode ser usado na forma monoterápica¹. Entretanto, existem poucos estudos sobre os potenciais efeitos genotóxicos deste medicamento. O conhecimento do potencial genotóxico de um fármaco é uma informação essencial para as agências regulatórias, no que se refere ao estabelecimento de riscos para o ser humano⁴.

O bioensaio com *Allium Cepa L.* utiliza o aparecimento de anormalidades cromossômicas como um de seus bioindicadores para analisar os efeitos tóxicos, citotóxicos, genotóxicos e mutagênicos de um composto químico em raízes de cebolas. Fiskesj⁵ ressalta o uso de diferentes sistemas vegetais em ensaios testes para determinações de certos malefícios advindos de compostos químicos. Dentre os vegetais, espécies do gênero *Allium* são as mais utilizadas para estudos dos mecanismos básicos e de determinação dos efeitos de alguns agentes químicos. Os ensaios utilizando *Allium Cepa L.* têm baixo custo e podem ser realizados em um curto período, auxiliando nos estudos de prevenção e controle de danos ao meio ambiente. Além disso, destacam-se, ainda, por possuírem elevada sensibilidade e boa correlação com outros sistemas-testes, sendo possível realizar diversas exposições a um mesmo composto para fins de monitoramento. São testes fáceis que apresentam um crescimento rápido de suas raízes, além da facilidade na análise por gerar muitas células em divisão⁶.

Diante do exposto acima, nossa hipótese é que o Captopril possa diminuir a viabilidade celular causando danos ao DNA dependendo da dose utilizada

Objetivo

Analisar os potenciais citotóxicos e genotóxicos do Captopril através do Bioensaio *Allium Cepa L.*

Métodos

Serão realizados 6 testes com *Allium Cepa L.* em diferentes dosagens de Captopril (25, 50, 100 e 150 mg/kg), controle positivo: benzoato de sódio 1% e o negativo com água destilada.

Dez cebolas do tipo pirulito de tamanho e peso previamente padronizados serão cultivadas em cada amostra. O composto escolhido como controle positivo, neste estudo, foi o benzoato de sódio 1⁷. Antes de colocá-las no meio para crescimento, as raízes já existentes nos bulbos de *Allium Cepa L.* serão retiradas, a fim de que as células analisadas sejam todas de raízes crescidas no meio investigado. Os vegetais serão colocados em recipientes com 60 ml para cada solução, de maneira que apenas a parte inferior do bulbo esteja em contato com seu meio de cultivo. O crescimento das raízes será monitorado a cada 24 horas durante 72 horas.

Na análise macroscópica será observado alteração da cor, formato e tamanho da raiz. Qualquer alteração nos aspectos físicos pode ser indício de genotoxicidade do Captopril.

No preparo das lâminas, as raízes serão coletadas e fixadas em Etanol e Ácido Acético (3:1) em temperatura ambiente por 24 horas, em seguida transferida para álcool 70% e colocadas na geladeira até o momento da análise. Para preparação das lâminas, os meristemas radiculares de cada amostra serão cuidadosamente submergidos por 5 minutos em água destilada, em seguida colocadas em solução de HCl 5 N, por 20 minutos e recolocadas em água destilada por 5 minutos. O material a ser analisado será colocado em uma lâmina e com auxílio de um bisturi será seccionado a região meristemática apical. Após esse procedimento será adicionado 10 uL de Giemsa 20% por 5 minutos lavado com água destilada. Posteriormente, será adicionada uma gota de balsamo do Canadá, cobrindo com uma lamínula, realizando a técnica de esmagamento.

Após esse procedimento será hidrolisado em HCl 5N devidamente padronizado até a concentração real por 10 minutos; lavadas em água destilada corrente em abundância com auxílio de uma peneira; transferidas para solução de ácido acético 45% e aquecidas em estufa com circulação de ar e temperatura controlada à 70°C por 3 minutos; na sequência serão lavadas em água destilada corrente em abundância com auxílio de uma peneira; transferidas individualmente para uma lâmina e com o auxílio de um microscópio estereoscópico QUIMIS 106.s, será feito o corte com média de 2 mm da área meristemática da raiz; goteja-se até imergir a raiz em corante Giemsa 20% por 5 minutos e retira-se o excesso de corante com água destilada.

Para determinação do Índice Mitótico (IM%) serão analisadas 400 células em microscópio óptico ZEISS, o índice mitótico é calculado considerando $IM\% = N^\circ \text{ de células em mitose} / N^\circ \text{ de células analisadas} \times 100$.

Para a contagem de aberrações cromossômicas (AC) serão quantificadas as seguintes anormalidades: micronúcleos, pontes anafásicas, cromossomos retardatários, quebra cromossômica, anormalidades do fuso e alterações nucleolares. O número total de AC encontradas em 1.000 células será dividido por 1.000 e multiplicado por 100.

A análise estatística será realizada por meio do programa SPSS v17.0. Será realizado o teste de normalidade Kolmogorov-Smirnov. As análises de comparação entre os grupos serão obtidas por meio

dos testes não paramétricos para amostras independentes (Kruskal-Wallis, para mais de duas amostras, e Mann-Whitney para duas amostras), considerando significativo quando $p < 0,05$.

Resultados em desenvolvimento

O referido estudo encontra-se em desenvolvimento. Pretende-se relatar os potenciais citotóxicos e genotóxicos do Captopril.

Referências

1. Barroso, WKS et al. Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial – 2020. Arquivos brasileiros de cardiologia, v. 116, n.
2. Silva EC, Martins MSAS, Lenir Vaz Guimarães, et al. Prevalência de hipertensão arterial sistêmica e fatores associados em homens e mulheres residentes em municípios da Amazônia Legal. Rev. Bras. Epidemiol. 2016; 19(1): 38-51.
3. Erika M. G. Campana, Andréa Araujo Brandão. IECA E BRA: Existem diferenças? - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - Rio de Janeiro - RJ - Outubro/2020, Disponível em: <http://departamentos.cardiol.br/sbc-dha/profissional/revista/27-3/ponto-de-vista-ieca.pdf>
4. Kolling DJ, Kratz JM, Barardi CRM, Simões, AMO. Padronização *in vitro* da técnica do micronúcleo em células vero para detecção de genotoxicidade. Anais da 58ª Reunião Anual da SBPC - Florianópolis, SC - Julho/2006, Disponível em: http://www.sbpcnet.org.br/livro/58ra/senior/resumos/resumo_1406.html
5. Fiskesjö G. Allium test I: A 2-3 day plant test for toxicity assessment by measuring the mean root growth of onions (*Allium cepa* L.). Environmental Toxicology and Water Quality [internet]. Nova Iorque. 1993; 8(4):461–470.
6. Leme DM, Marin-Morales MA. Allium cepa test in environmental monitoring: a review on its application. Mutat Res. 2009; 682(1):71-81.
7. Leme DM, Marin-Morales MA. Allium cepa test in environmental monitoring: a review on its application. Mutat Res. 2009; 682(1):71-81.

Auxílio financeiro: Auxílio Financeiro à FAPESP (Número do Processo 2019/25695-8)

074. ANÁLISE DOS POLUENTES REGISTRADOS PELA CETESB NO MUNICÍPIO DE SANTOS: DADOS PARCIAIS

Gerson Bauer¹, Elizabeth B. Oliveira-Sales³, Ricardo H. de Ponte Ramires², Edgar Maquigussa³, Paula A. S. Bastos³

¹Mestrando da Pós-Graduação Mestrado Profissional em Saúde e Meio Ambiente da UNIMES.

²Aluno de Iniciação científica do 1º Ano do Curso de Medicina da UNIMES.

³ Profs. Adjuntos da Pós-Graduação Mestrado Profissional em Saúde e Meio Ambiente da UNIMES.

E-mail para contato: gersonbauer1@gmail.com

Palavras-chave: Porto de Santos, qualidade do ar, poluição, partículas inaláveis

Introdução

O Porto de Santos, é um porto estuarino localizado nos municípios de Santos, Guarujá e Cubatão^{1,2}. Apresenta tecnologias, terminais especializados para contêineres, carga geral, granéis sólidos e líquidos^{1,2,3}. A poluição do ar liberada nas cidades por carros, indústrias associadas à poluição do ar gerada pelos navios podem influenciar na qualidade do ar da região que pode causar malefícios à saúde da população⁴. É considerado um dos maiores portos do Brasil e do mundo⁵.

Objetivo

O presente estudo teve como objetivo levantar os dados dos poluentes registrados pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB) em Santos.

Métodos

A metodologia utilizada foi levantamento da quantidade de poluentes no ar de acordo com a CETESB – QUALAR⁸ no período janeiro de 2021 à janeiro de 2022 nos pontos de leitura no município de Santos. Os

dados da qualidade do ar foram adquiridos de duas estações automáticas que monitoram a qualidade do ar na cidade. A estação localizada no Boqueirão, denominada estação Santos, avalia o ar médio da região da cidade e as concentrações dos poluentes atmosféricos às quais a população, nessa parte da cidade, está exposta⁹. A estação localizada na Ponta da Praia, tem como objetivo avaliar as emissões de poluentes provenientes das atividades do Porto nessa parte da cidade⁹. Foram analisados os seguintes itens: Partículas inaláveis (Mp10), Monóxido de Nitrogênio (NO), Dióxido de Nitrogênio (NO₂), Óxido Nítrico (NO_x) e Partículas inaláveis finas (Mp2,5).

Foram analisados os parâmetros nos locais de amostragem, relacionados o quadro 1.

Quadro 1 – Parâmetros dos poluentes do ar avaliados e local de amostragem.

PARÂMETROS AVALIADOS	FONTE	LOCAIS DE AMOSTRAGENS
Partículas inaláveis (Mp10)	CETESB - QUALAR ⁸	Santos / Ponta da Praia
Monóxido de Nitrogênio, (NO)	CETESB - QUALAR ⁸	Santos/ Ponta da Praia
Dióxido de Nitrogênio (NO ₂)	CETESB - QUALAR ⁸	Ponta da Praia
Óxido Nítrico (Nox)	CETESB - QUALAR ⁸	Santos / Ponta da Praia
Partículas Inaláveis MP _{2,5}	CETESB - QUALAR ⁸	Santos / Ponta da Praia

Resultados

Nas tabelas 1 a 5, são apresentadas as médias dos resultados do monitoramento de partículas inaláveis (MP10), partículas inaláveis finas (MP2,5), monóxido de nitrogênio (NO), dióxido de nitrogênio (NO₂) e óxido de nitrogênio (NO_x). Em relação às MP10 os 165 de dias aferidos pela estação Santos não apresentaram representatividade e foram descartados. A estação Ponta da Praia apresentou 364 aferições, com 17 dias em que houve ultrapassagem dos níveis de concentração para níveis moderados nos meses de maio, julho, agosto e setembro (valores máximos com 86/79/76/72, respectivamente), apresentados na Tabela1

As 376 aferições das MP_{2,5} da estação da Ponta da Praia, mostraram 13 ultrapassagens dos níveis para moderado nos meses de maio, julho, agosto e setembro (valores máximos com 36/32/30/30, respectivamente), apresentados na Tabela 5

As aferições de NO, Nox e No₂ (383), todas referentes à estação da Ponta da Praia, não apresentaram ultrapassagem dos níveis aceitáveis no período.

Tabela 1 Relatório média mensal 21/22 - Parâmetro: MP₁₀ (Partículas Inaláveis) ug|m³.

Local de amostragem	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Jan/22
Santos	20	20	21								21	17	20
Santos-Ponta da Praia	16	21	24	23	37		37	28	28	21	21	19	22

FONTE: CETESB, 2022.

Tabela 2 Relatório média mensal 21/22 - Parâmetro: NO₂ (Dióxido de nitrogênio) ug|m³.

Local de amostragem	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Jan/22
Santos-Ponta da Praia	19	25	23	24	31	27	36	29	26	20	20	22	25

FONTE: CETESB, 2022.

Tabela 3 Relatório média mensal 21/22 - Parâmetro: NO (Monóxido de nitrogênio) ug|m³.

Local de amostragem	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Jan/22
Santos-Ponta da Praia	12	22	21	23	32	29	40	24	14	10	11	17	21

FONTE: CETESB, 2022.

Tabela 4 Relatório média mensal 21/22 - Parâmetro: NO_x (Óxido de Nitrogênio) ug|m³

Local de amostragem	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Jan/22
Santos-Ponta da Praia	20	31	29	31	43	38	52	35	25	19	19	26	31

FONTE: CETESB, 2022)

Tabela 5 Relatório média mensal 21/22 - Parâmetro: MP2.5 (Partículas Inaláveis Finas) ug | m3.

Local de amostragem	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Jan/22
Santos-Ponta da Praia	12	11	11	9	14	12	18	14	13	8	9	9	11

FONTE: CETESB, 2022.

Discussão

A avaliação dos níveis de MP10 no ar é de grande importância pois essas partículas são, suficientemente, pequenas para penetrar no trato respiratório. Os níveis de MP10 e de MP2,5 apresentaram aumento nos mesmos meses. Os resultados podem ser indicativos de que com o aumento de atracções no Porto de Santos, aumenta a liberação de gases proveniente de cargas, a manipulação e a transferência de grãos assim como a circulação de caminhões nas proximidades, e isso tudo, pode ser potencialmente indutor de afeções respiratórias nos munícipes santistas. Ressalta-se que as cargas sólidas, principalmente, dispersam partículas inaláveis classificadas como MP10 e MP2,5. Esse trabalho de pesquisa, ainda em fase de desenvolvimento, possibilitará verificar a evidência entre a poluição dos navios que atracam no Porto de Santos - que é o particularmente aferido pela estação da CETESB na Ponta da Praia – e a prevalência de doenças respiratórias nos munícipes santistas. A Poluição causada por navios, devido ao combustível e a liberação de partículas tóxicas sólidas e inaláveis de suas cargas são prejudiciais à saúde, principalmente ao sistema respiratório. Estas partículas podem ser facilmente dispersas nas cidades do entorno. Se isso for evidenciado, haverá a necessidade de se implementar medidas mais eficientes para medição e controle da poluição em Santos

Conclusão

Os poluentes, particularmente, os oriundos das diferentes atividades que ocorrem no Porto de Santos são registrados pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB) em Santos.

Referências

1. Complexo portuário de Santos. [Acesso em 06 de jun. 2022]. Disponível em: <https://www.portodesantos.com.br/conheca-o-porto/o-porto-de-santos/>

2. Porto Líder. Raking Nacional, Regional e Global. Pg 14-15 [Acesso em 07 de jun.2022]. Disponível em:<https://www.portodesantos.com.br/wp-content/uploads/Facts-en-figures-2021.pdf>
3. Porto de Santos. G1 Santos 17/08/2020. [Acesso em 07 de jul. 2022]. Disponível em:<https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/porto-mar/noticia/2020/08/17/porto-de-santos-ocupa-4a-posicao-no-ranking-de-desempenho-ambiental-portuario.ghtml>
4. Sustentabilidade. [Acesso em 07 de jul. 2022]. Disponível em<https://www.portodesantos.com.br/comunidadesustentabilidade/sustentabilidade>
5. Exportações de Santos. [Acesso em 07 de jul. 2022]. Disponível em: <https://www.fazcomex.com.br/blog/exportacoes-de-santos/>
6. IBGE [Acesso em 07 de jul. 2022]. Disponível em:<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/santos/panorama>
7. DATASUS Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sih/cnv/nisp.def>
8. CETESB /QUALAR Disponível em: <https://qualar.cetesb.sp.gov.br/qualar/relMediaMensal.do?method=gerarRelatorio> Disponível em: <<https://qualar.cetesb.sp.gov.br/qualar/relMediaMensal.do?method=gerarRelatorio> (acesso 18 set 22>. Acesso em 18 set 2022.
9. Avaliação da qualidade do ar no município de Santos 2011 a 2014 Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/ar/wpcontent/uploads/sites/28/2013/12/Relat%C3%B3rio-Santos-2015.pdf>

075. ANTAGONISTAS DOS RECEPTORES B1 E B1/B2-ADRENÉRGICOS BLOQUEIAM AS CONTRAÇÕES INDUZIDAS POR 6-NITRODOPAMINA DO VASO DEFERENTE DO EPIDÍDIMO ISOLADO DE RATO

Antonio Tiago Lima 1, José Britto- Júnior 1, Amanda Rodriguez Tato Gama Custódio 2, Gustavo Duarte Mendes 3, Gilberto De Nucci 3

1 Departamento de Farmacologia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

2 Programa de Mestrado Profissional em Saúde e Meio Ambiente, Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES)

3 Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES)

Palavras-chave: Distúrbio da ejaculação · Nitrocatecolaminas · EFS · L-NAME

A 6-nitrodopamina (6-ND) é um modulador endógeno da contratilidade no vaso deferente do epidídimo isolado de rato (RIEVD) e considerado o principal mediador periférico do processo de emissão. O uso de antagonistas seletivos e não seletivos dos receptores β -adrenérgicos tem sido associado à falha ejaculatória. Aqui, os efeitos de antagonistas seletivos dos receptores β_1 e β_1/β_2 adrenérgicos nas contrações do RIEVD induzidas por 6-ND, dopamina, noradrenalina, adrenalina e estimulação de campo elétrico (EFS) foram investigados. Os antagonistas seletivos do receptor β_1 -adrenérgico atenolol (0,1 e 1 μM), betaxolol (1 μM) e metoprolol (1 μM) e os antagonistas não seletivos do receptor β_1/β_2 -adrenérgico propranolol (1 e 10 μM) e pindolol (10 μM) causou desvios significativos para a direita da curva concentração-resposta para 6-ND (pA_2 6,41, 6,91, 6,75, 6,47 e 5,74; para atenolol, betaxolol, metoprolol, propranolol e pindolol), mas não teve efeito sobre dopamina, noradrenalina e contrações induzidas por adrenalina. Os efeitos dos antagonistas seletivos dos receptores β_1 e β_1/β_2 -adrenérgicos em uma concentração mais alta (atenolol 1 μM , betaxolol 1 μM , metoprolol 1 μM , propranolol 10 μM e pindolol 10 μM) também reduziram as contrações de RIEVD induzidas por EFS no controle, mas não em RIEVD obtido de animais tratados com L-NAME. O agonista seletivo do β_1 -adrenoceptor RO-363, o agonista seletivo do β_2 -adrenoceptor salbutamol e o agonista seletivo do β_3 -adrenoceptor mirabegron, até 300 μM , não tiveram efeito sobre o tônus do RIEVD. Os resultados demonstram que os antagonistas dos receptores β_1 - e β_1/β_2 -adrenérgicos atuam como antagonistas do receptor 6-ND no RIEVD, confirmando ainda mais o papel principal do 6-ND na contratilidade do RIEVD.

076. ASSOCIAÇÃO ENTRE O TABAGISMO E OS POLIMORFISMOS DO GENE *APOE* NA FUNÇÃO COGNITIVA DE IDOSOS NA BAIXADA SANTISTA

Lizandra Catharine Perrett Martins¹, Giullia Carvalho Mangas Lopes¹, Larissa GP Bomfim¹, Vinícius L Barros¹, Daniele Ginsicke¹, Mirlene Cecília Soares Pinho Cernach¹, Angelina Zanesco¹, Mileny Esbravatti Stephano Colovati¹

1. Programa de pós-graduação em Saúde e Meio Ambiente - Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES)

E-mail: li.permar02@gmail.com

Palavras-chave: Tabagismo; Demência; *APOE*; Alzheimer.

Introdução

O envelhecimento é um fenômeno natural, irreversível e gradual fazendo parte da vida de cada indivíduo. O estilo de vida da população moderna parece influenciar a expectativa de vida, como exposição a fatores estressantes, sedentarismo, tipo de dieta e tabagismo, que refletem no aparecimento de doenças cardiovasculares, câncer e outras doenças crônico-degenerativas¹.

Considerando a população idosa, estudos mostraram que o hábito de fumar está associado a um pior prognóstico de saúde, risco de óbito e agravamento de doenças crônico-degenerativas^{2,3}.

A análise dos polimorfismos em genes candidatos tem auxiliado no rastreamento do risco e na prevenção primária da doença de Alzheimer (DA). Estudos de associação genética identificaram loci com suscetibilidade para DA de início tardio, incluindo os genes *APOE*, *CLU*, *PICALM*, *CR1*, *BIN1*, *SORL* e *TOMM40* que podem contribuir no risco para DA por diferentes vias, como metabolismo do colesterol, função do sistema imune e processos endocíticos. Entre eles, o alelo *APOE4* contribui como maior risco genético para DA de início tardio e o alelo *APOE2* com proteção para DA e longevidade^{4,5}.

Portanto, a ação prejudicial do tabaco, provavelmente, potencializa os processos fisiológicos e genéticos do envelhecimento, acelerando o surgimento de doenças relacionadas à idade, principalmente a demência na doença de Alzheimer.

Objetivo

Verificar a interação entre os polimorfismos do gene *APOE* e o efeito do tabagismo na função cognitiva de idosos da Baixada Santista.

Métodos

Comitê de ética

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES), sob número CAAE 20938619.4.0000.5509, como parte do projeto de pesquisa que está sendo desenvolvido pelo grupo de pesquisadores do programa de Pós-graduação em Saúde e Meio Ambiente da UNIMES.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) será obtido do participante após aceite e esclarecimento das informações sobre o procedimento do estudo, seus riscos, benefícios e dúvidas.

Participantes

Foram selecionados 102 participantes idosos, fumantes, ex-fumantes (expostos ≥ 15 anos ao cigarro) ou não fumantes, submetidos a avaliação cognitiva pelo Mini Exame do Estado Mental (MEEM), questionário para hábito de fumar. Adicionalmente, 96 idosos realizaram a genotipagem do gene *APOE*.

Crítérios de inclusão: Os participantes do estudo deverão apresentar idade ≥ 60 anos, de ambos os sexos, com resultado de teste cognitivo normal a leve. Residir na Baixada Santista.

A análise estatística foi descritiva, considerando o *n* amostral insuficiente. E para a correlação entre tabagismo e *APOE* utilizamos o método Árvore de Decisão.

Resultados e discussões

Tabagismo e função cognitiva dos idosos da Baixada Santista

Estudos mostram que os indivíduos expostos ao tabaco por muitos anos apresentam um risco aumentado de demência. Entre os indivíduos pesquisados consideramos como grupo “exposição ao tabaco” os que fumaram e fumam por mais de 15 anos, devido aos efeitos crônicos que este hábito causa no sistema cardiovascular e neurológico e o grupo “nunca fumou”, para aqueles que não possuem o hábito de fumar ou nunca fumaram.

Dos 102 indivíduos que responderam o questionário sobre o hábito de fumar, 46 (45,1%) afirmaram fumar ou já fumar por mais de 15 anos e 56 (54,9%) alegou nunca fumar (gráfico 1).

No grupo de indivíduos expostos ao tabaco, 24 (52,2%) revelaram MEEM com prejuízo cognitivo e 22 (47,8%) MEEM normal com função cognitiva preservada, em relação ao grupo de não fumantes, que mostrou percentis de 24 (42,9%) para déficit cognitivo e 32 (57,1%) dentro da normalidade na avaliação do MEEM (tabela 2 e gráfico 4). A análise estatística revelou que o tabagismo está associado ao risco no desenvolvimento de demência nos idosos da Baixada Santista (gráfico 1).

Portanto, nossos dados parecem reforçar as hipóteses da literatura, que a ação oxidativa prejudicial do tabaco, provavelmente, potencializa os processos fisiológicos do envelhecimento, acelerando o surgimento de doenças relacionadas à idade, principalmente o risco para demência.

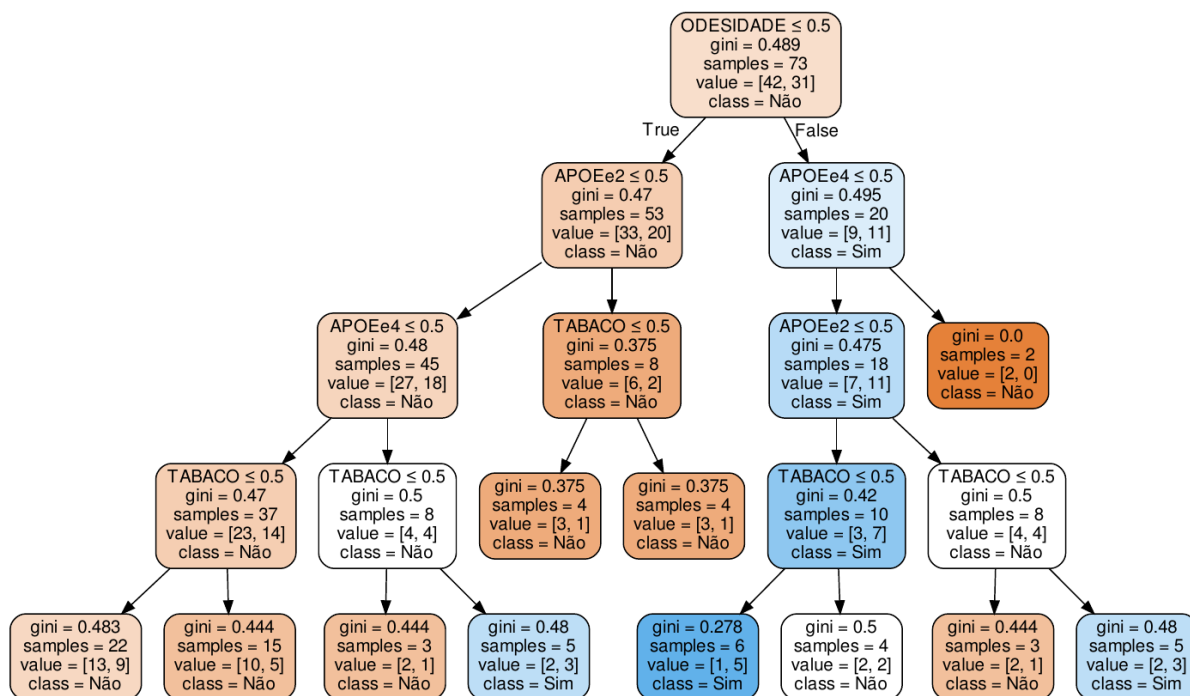


Gráfico 1. Correlação entre os resultados de MEEM e tabagismo nos idosos da Baixada Santista.

Interações entre genótipo APOE e tabagismo na função cognitiva dos idosos da Baixada Santista

Figura 1. Fluxograma árvore de decisão das interações entre genótipos APOE2, APOE4, obesidade e tabagismo no risco para o desenvolvimento de demência.

A análise estatística utilizando o modelo de árvore de decisão mostra as interações entre alelos APOE e tabagismo na função cognitiva de 73 idosos da Baixada Santista, que possuíam todas as informações e resultados de MEEM. O fluxograma abaixo mostra as caixas classificadas em laranja (MEEM sem déficit), azul (MEEM com déficit de cognição) ou brancas, onde a probabilidade é incerta

(Figura 1). Um dado adicional foi a obesidade nos idosos avaliados, presente ou não, como parte de outro estudo e foi considerada na análise estatística geral.

Na amostra estudada, os dados revelam que nos idosos obesos expostos ao tabaco (sentido false da árvore) portadores do alelo de proteção APOe2 o tabagismo aumenta a probabilidade de risco para demência. Já os portadores do alelo e3 não fumantes revelaram deficiência cognitiva quando comparados aos fumantes.

Os não obesos (sentido true da árvore) portadores do alelo e2 não fumantes, fumantes ou ex-fumantes não mostraram risco para o desenvolvimento de demência. Já os portadores do alelo e4 expostos ao tabaco mostraram risco elevado para demência. Os portadores do alelo e3, tanto fumantes, ex-fumantes ou não fumantes não revelaram probabilidade de risco para demência.

Portanto, quando observamos os obesos, portadores do alelo de proteção APOe2 fumantes ou ex-fumantes, verificamos o risco. Já o tabagismo associado ao alelo de risco APOe4 aumenta a probabilidade do desenvolvimento de demência, na ausência de obesidade. Já os portadores do alelo APOe4 não fumantes não apresentaram risco de demência nesta população de idosos da Baixada Santista.

Há muito tempo, pesquisadores vêm estudando hábitos saudáveis do estilo de vida (dieta adequada, exercício físico, treinamento cognitivo, não consumo de álcool, não fumar) que protegem o SNC, retardando ou evitando a neurodegeneração, que causa a demência nos idosos. Considerando que, o declínio cognitivo é tempo-dependente e os benefícios de uma intervenção, modificando o estilo de vida ou interagindo com a genética do indivíduo, podem se acumular ao longo dos anos, pesquisas experimentais são um grande desafio.

Conclusões

- O tabagismo está associado ao aumento de risco para demência
- Interação entre tabagismo e APOE4 no risco para demência

Referências

1. Kalache A, Veras RP, Ramos LR; O envelhecimento da população mundial: um desafio novo. Revista de Saúde Pública, 1987; 21(3):200-10. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-89101987000300005>.
2. Goulart D, Engroff P, Ely LS, Sgnaolin V, Santos EF, Terra NL, et al. Smoking in the elderly. Rev. bras. geriatr. gerontol., 2010; 13(2). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1809-98232010000200015>
3. Ribeiro Júnior FJP. Tabagismo e transtornos mentais: avaliação dessa relação em idosos do município de Porto Alegre- RS/Brasil. Dissertação [Mestrado em Geriatria e Gerontologia]- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8766/1/000479924-Texto%2BCompleto-0.pdf>
4. Fan J, Tao W, Li X, Li H, Zhang J, Wei D, Chen Y, Zhang Z. The Contribution of Genetic Factors to Cognitive Impairment and Dementia: Apolipoprotein E Gene, Gene Interactions, and Polygenic Risk. Int J Mol Sci. 2019 Mar 7;20(5):1177. doi: 10.3390/ijms20051177. PMID: 30866553; PMCID: PMC6429136
5. Driscoll, David & Monte, Olga & Grafman, Jordan. (2011). A Need for Improved Training Interventions for the Remediation of Impairments in Social Functioning following Brain Injury. Journal of neurotrauma. 28. 319-26. 10.1089/neu.2010.1523.

077. AVALIAÇÃO DA PRESENÇA DE HALITOSE E DE SEUS FATORES DE RISCO EM PESCADORES DA REGIÃO PORTUÁRIA DE SANTOS

Thalita Nascimento Colombo Barboza¹, Maristela Freitas dos Santos Datoguaia¹, Ana Paula Taboada Sobral¹, Juliana Maria Altavista Sagretti Gallo², Gustavo Duarte Mendes¹, Elaine Marcilio Santos¹, Sandra Kalil Bussadori³, Marcela Leticia Leal Gonçalves¹

¹Mestrado em Medicina: Saúde e Meio Ambiente, Universidade Metropolitana de Santos, SP, Brasil;

²Mestrado em Medicina Veterinária no Meio Ambiente Litorâneo, Universidade Metropolitana de

Santos, SP, Brasil;

³Pós-Graduação em Biofotônica Aplicada às Ciências da Saúde, Universidade Nove de Julho, São Paulo, SP, Brasil.

Autor Correspondente: Marcela Leticia Leal Gonçalves – marcelalleal@hotmail.com

Palavras-chave: halitose, saúde do trabalhador, portos, saúde bucal.

Introdução

A halitose é uma alteração do hálito que o torna desagradável, podendo significar ou não uma mudança patológica. É um sinal indicativo de que alguma disfunção orgânica ou fisiológica esteja acontecendo. O estudo da halitose com uma abordagem científica se justifica, por consistir em um problema de saúde com consequências sociais e econômicas, morais e psicoafetivas tão sérias que aflige, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), aproximadamente 40% da população mundial.

Objetivo

Este projeto tem como objetivo realizar um exame clínico, no qual vamos avaliar possíveis fatores relacionados a presença de halitose em pescadores da região portuária de Santos oferecendo orientações quanto a sua causa e possíveis tratamentos.

Métodos

O trabalho está submetido no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Metropolitana de Santos, e as coletas serão iniciadas apenas após a aprovação deste. Serão selecionados 20 pacientes que atuam profissionalmente como pescadores e 20 pacientes para o grupo controle com características semelhantes de gênero e idade para definirmos a incidência da doença. Os participantes serão submetidos a uma anamnese e a um exame físico intra e extra-oral detalhado, para a identificação de possíveis fatores de risco para a halitose, como lesões de cárie e problemas periodontais. Posteriormente, será utilizado o aparelho Oral Chroma™ para a realização da halimetria por meio da cromatografia gasosa e o aparelho KKCare, detector de mau hálito portátil. Os dados obtidos serão

tabulados e submetidos a análise estatística para verificar possíveis diferenças entre os grupos e a correlação entre os resultados.

Referências:

1. FAO. The state of world fisheries and aquaculture 2016: contributing to food security and nutrition for all. Rome: FAO; 2016 [citado 4 nov 2017]: [200 p.]. Disponível em: www.fao.org/3/a-i5555e.pdf
2. World Bank. Hidden harvest. The global contribution of capture fisheries. Washington, DF: World Bank; 2012 [citado 19 nov 2017]. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/11873/664690ESWOP1210120HiddenHarvest0web.pdfsequence=1&isAllowed=y>
3. Anzil KSA, Mathews J, Sai AG, Kiran M, Kevin S, Sunith S. Prevalence of Deleterious Oral Habits and Oral Mucosal Lesions among Fishermen Population of Mahe, South India. *J Contemp Dent Pract* 2016;17(9):745-749
4. Yukun Wang, Shuifen Zhan, Yan Liu & Yan Li. Occupational hazards to health of port workers *International Journal of Occupational Safety and Ergonomics* 2016;DOI:10.1080/10803548.2016.1199501
5. FAO. Committee on Fisheries. Good practices in the governance of small-scale fisheries: sharing of experiences and lessons learned in responsible fisheries for social and economic development. Roma: FAO; 2011. 29º sessão, 31 jan/4 fev
6. Tanwir F, Momin IA. Halitosis. *Pakistan Oral & Dental Journal* 2011;31(2):304-308.
7. Aimetti M, Perotto S, Castiglione A, Ercoli E, Romano F. Prevalence estimation of halitosis and its association with oral health-related parameters in an adult population of a city in North Italy. *J Clin Periodontol*. 2015. doi: 10.1111/jcpe.12474.
8. Conceição MD, Marocchio LS, Fagundes RL. Sialometry Technique for use in daily clinical practice.
9. Slot DE, De Geest S, van der Weijden FA, Quirynen M. Treatment of oral malodour. Medium-term efficacy of mechanical and/or chemical agents: -a systematic review. *J Clin Periodontol*. 2015;42(Suppl.16):S303–S316. doi: 10.1111/jcpe.12378.

10. Seemann R, Conceicao MD, Filippi A, Greenman J, Lenton P, Nachnani S, et al. Halitosis management by the general dental practitioner—results of an international consensus workshop. *J. Breath Res.* 2014;8:017101 (6pp).
11. Rajesh S, Koshi E, Philip K, Mohan A. Antimicrobial photodynamic therapy: An overview. *J Indian Soc Periodontol* 2011;15:323-7
12. Petelin M, Perkič K, Seme K, Gašpirc B. Effect of repeated adjunctive antimicrobial photodynamic therapy on subgingival periodontal pathogens in the treatment of chronic periodontitis. *Lasers Med Sci.* 2015;30(6):1647-56. doi: 10.1007/s10103-014-1632-2.
13. Pena PGL, Martins V, Rêgo RF. Por uma política para a saúde do trabalhador não assalariado: o caso dos pescadores artesanais e das marisqueiras. *Rev Bras Saúde Ocup.* 2013;38(127):57-68.
14. Available from CONSORT.
15. SHIMIZU T, UEDA T, SAKURAI K. New method for evaluation of tongue-coating status. *J Oral Rehabil*, v 34, n. 6, p. 442-7, 2007.
16. Tangerman A, Winkel EG. The portable gas chromatograph OralChroma: a method of choice to detect oral and extra-oral halitosis. *JBreath Res* 2008;2(1): 17010,2008.

078. AVALIAÇÃO METODOLÓGICA DAS REVISÕES SISTEMÁTICAS SOBRE EXERCÍCIO FÍSICO PARA PACIENTES COM CÂNCER DE MAMA. ESTUDO META-EPIDEMIOLÓGICO.

Bomfim, LGP¹; Barros VL¹; Menezes, RM¹; Martimbianco ALC².

Email: larissagpb@hotmail.com

¹Acadêmicos de Medicina da Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES)

²Professora da Disciplina de Saúde Coletiva I na Graduação de Medicina e da Disciplina de Saúde Baseada em Evidências do Programa de Pós-graduação em Saúde e Meio Ambiente da Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES).

Palavras-chave: Câncer de mama, Exercício físico, Saúde baseada em evidências.

Introdução

O câncer de mama é o tipo mais prevalente em mulheres após a puberdade e é considerado um importante problema de saúde pública. O diagnóstico precoce permite o tratamento associado de cirurgia, radioterapia, quimioterapia e terapia hormonal¹. Tratamentos comportamentais adjuvantes, como a prática de atividade física regular, têm como um de seus principais objetivos melhorar a qualidade de vida^{2,3,4,5}. Nos últimos anos, diversos ensaios clínicos têm sido publicados para investigar os prováveis benefícios da prática de exercícios físicos para mulheres com diagnóstico de câncer de mama. Para mapear, sintetizar e avaliar criticamente todos esses estudos faz-se necessária a realização de revisões sistemáticas, utilizando metodologia rigorosa para garantir que a tomada de decisão seja baseada na melhor evidência disponível. Contudo, revisões sistemáticas que não foram conduzidas de acordo com metodologia transparente, como a recomendada pela Cochrane⁶, podem resultar em achados equivocados sobre os efeitos de uma intervenção em saúde.

Objetivo

Identificar e avaliar criticamente as revisões sistemáticas que avaliaram os efeitos dos exercícios físicos para pacientes com diagnóstico de câncer de mama.

Métodos

Desenho do estudo

Estudo meta-epidemiológico com avaliação crítica de revisões sistemáticas de ensaios clínicos randomizados que avaliaram os efeitos da atividade física para pacientes com diagnóstico de câncer de mama.

Seleção dos estudos e coleta de dados

Uma busca sistematizada e abrangente foi realizada no MEDLINE (via Pubmed), sem restrição de data ou idioma, para encontrar revisões sistemáticas que avaliaram os efeitos dos exercícios físicos (sem modalidade específica) para pacientes com câncer de mama.

Processo de seleção de estudos

O processo de seleção dos estudos foi realizado por dois revisores independentes, e todas as divergências resolvidas por um terceiro revisor. A seleção dos estudos foi realizada em duas etapas. Na primeira etapa foram avaliados os títulos e resumos das referências identificadas por meio da estratégia de busca, sendo os estudos potencialmente elegíveis pré-selecionados. Na segunda etapa, foi realizada a avaliação do texto na íntegra dos estudos pré-selecionados para confirmação da elegibilidade. O processo de seleção foi realizado por meio da plataforma Rayyan (<https://rayyan.qcri.org>)⁷.

Avaliação metodológica

A avaliação da qualidade metodológica das revisões sistemáticas incluídas foi realizada por dois autores independentes utilizando a ferramenta *A Measurement Tool to Assess Systematic Reviews (AMSTAR-2)*⁸. Essa ferramenta consiste em 16 itens, graduados em “Sim”, “Parcialmente Sim” e “Não”. Especificamente, “Sim” é selecionado quando o relato e a implementação de cada item são satisfatórios. Dependendo do número de domínios críticos ausentes em todas as 16 perguntas (itens críticos 2,4,7,9,11,13,15), a qualidade metodológica da revisão sistemática é classificada como: criticamente baixa, baixa, moderada e alta. Discordâncias nesta avaliação foram resolvidas por um terceiro autor. A classificação da qualidade foi calculada no https://amstar.ca/Amstar_Checklist.php.

Síntese dos dados

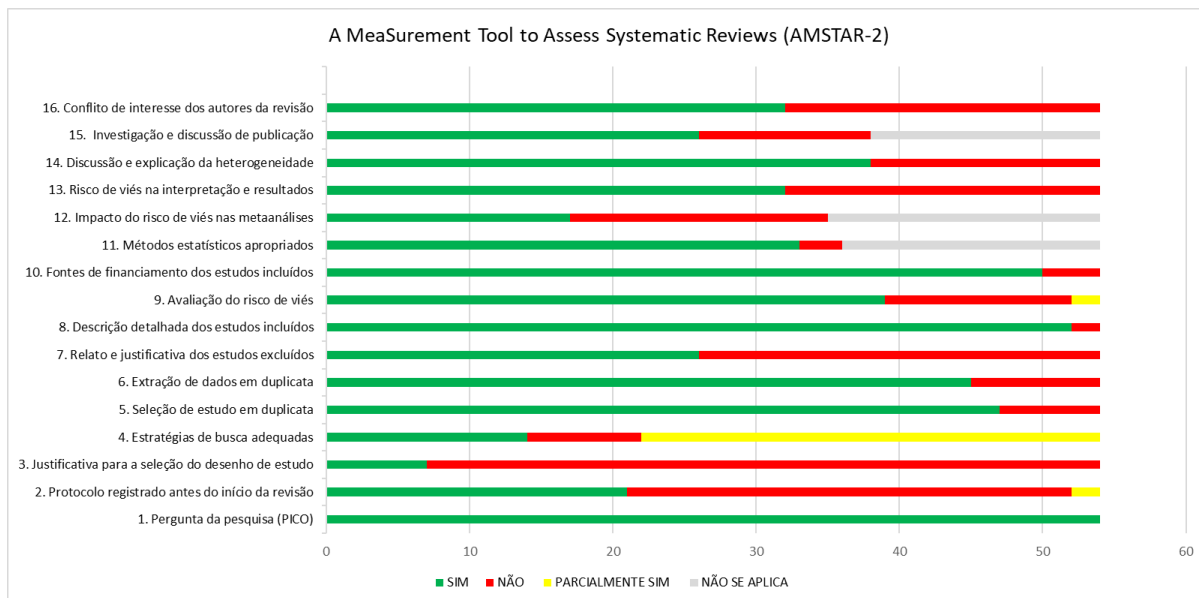
Os dados coletados das revisões sistemáticas incluídas foram tabulados e apresentados de forma narrativa. A qualidade metodológica das revisões foi interpretada e discutida considerando a aplicabilidade prática da evidência na tomada de decisão clínica.

Resultados

A busca resultou em 297 referências e foram incluídas 54 revisões sistemáticas. As revisões avaliaram diferentes tipos, intensidade e duração de exercícios físicos. A avaliação da qualidade metodológica mostrou que 32% das revisões apresentaram qualidade criticamente baixa no AMSTAR-2, 33% moderada, 24% baixa e apenas 11% de alta qualidade. Entre os itens que mais apresentaram falhas metodológicas, os itens 2 (protocolo registrado antes do início da revisão), 3 (justificativa para a seleção

do desenho de estudo), 7 (relato e justificativa dos estudos excluídos), 13 (risco de viés na interpretação e resultados) e 16 (conflito de interesse dos autores da revisão) (Gráfico 1). O item 4 (estratégias de busca) foi classificado como parcialmente adequado para a maioria das revisões.

Gráfico 1. Qualidade metodológica das revisões sistemáticas.



Conclusão

Os achados desse estudo denotam a fragilidade metodológica das revisões sistemáticas publicadas até 2022 sobre os efeitos dos exercícios físicos para pacientes com câncer de mama. É preciso cautela por parte dos profissionais de saúde, gestores e formuladores de políticas em saúde, pacientes e a população em geral ao interpretar a aplicabilidade desses achados e sugere-se a realização de revisões sistemáticas de alta qualidade metodológica para auxiliar a tomada de decisão.

Suporte financeiro: Bolsa de Iniciação Científica - FAPESP (2022/01578-5).

Referências

1. WHO. Breast cancer [Internet]. www.who.int. 2021. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/breast-cancer>. Acesso em 25/01/2022.
2. Jassem J, Buchanan M, Janicke F, et al. The Hamburg statement: the partnership driving the European agenda on breast cancer. *European Journal of Cancer*. 2004, 40:1810-1811. Available at: doi:10.1016/j.ejca.2004.04.020
3. Diggins AD, Hearn LE, Lechner SC, Annane D, Antoni MH, & Whitehead NE. Physical activity in Black breast cancer survivors: implications for quality of life and mood at baseline and 6- month follow- up. *Psycho- oncology*. 2017, 26(6): 822-828. Available at: doi: <https://doi.org/10.1002/pon.4095>
4. Hayes SC, Steele ML, Spence RR, Gordon L, Battistutta D, Bashford J, ... & Eakin E. Exercise following breast cancer: exploratory survival analyses of two randomised, controlled trials. *Breast cancer research and treatment*. 2018, 167(2): 505-514. Available at: <https://doi.org/10.1007/s10549-017-4541-9>
5. Scruggs S, Mama SK, Carmack CL, Douglas T, Diamond P, & Basen-Engquist K. Randomized Trial of a Lifestyle Physical Activity Intervention for Breast Cancer Survivors: Effects on Transtheoretical Model Variables. *Health promotion practice*. 2018, 19(1): 134-144. Available at: DOI: <https://doi.org/10.1177/1524839917709781>
6. Lasserson TJ, Thomas J, Higgins JPT. Chapter 1: Starting a review. In: Higgins JPT, Thomas J, Chandler J, Cumpston M, Li T, Page MJ, Welch VA (editors). *Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions version 6.2 (updated February 2021)*. Cochrane, 2021. Available from www.training.cochrane.org/handbook.
7. Ouzzani, M., Hammady, H., Fedorowicz, Z. et al. Rayyan—a web and mobile app for systematic reviews. *Syst Rev* 5, 210 (2016). <https://doi.org/10.1186/s13643-016-0384-4>
8. Shea BJ, Reeves BC, Wells G, Thuku M, Hamel C, Moran J, Moher D, Tugwell P, Welch V, Kristjansson E, Henry DA. AMSTAR 2: a critical appraisal tool for systematic reviews that include randomised or non-randomised studies of healthcare interventions, or both. *BMJ*. 2017 Sep 21;358:j4008.

079. COMPARAÇÃO DA SOBREVIVÊNCIA DE PACIENTES ENVOLVIDOS EM TRAUMA COM HEMORRAGIA UTILIZANDO TRANSFUÇÃO MACIÇA OU FLUIDOS CRISTALOIDES NO ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR: REVISÃO SISTEMÁTICA

Claudio Scorcine, Naiara Tazawa, Fernando Darunash, Everton Lopes Rodrigues, Angela Couto

Introdução

O trauma é um problema para a saúde pública do Brasil e do Mundo, sendo a principal causa morte nas idades entre 1-49 anos (1). Dados do Brasil (DATASUS) demonstram que 72,1% das mortes em indivíduos entre 15 e 29 anos de idade ocorreram devido a esse motivo (2). Nas primeiras 24 horas após a lesão a hemorragia é responsável por mais de 40% das mortes (3). Além do controle de sangramento a base do tratamento da hemorragia é a ressuscitação precoce e agressiva (4). Para a avaliação da depleção da circulação o Advanced Trauma Life Support (ATLS) definiu o choque hipovolêmico em quatro classes baseada na estimativa de percentual de perda (5). Ainda, as variáveis pressão arterial sistólica (PAS) e frequência cardíaca (FC) quando utilizadas em conjunto são ótimas preditoras de choque hipovolêmico (6, 7). O reconhecimento desses sinais vitais é determinante para que a equipe possa identificar hemorragias em traumas contusos, no qual, o paciente pode apresentar lesões internas significativas não aparentes no exame físico (8). Com essas variáveis é possível calcular o índice de choque, que demonstra ser uma ferramenta útil para o diagnóstico precoce de hipovolemia (9), marcador de hemorragias gastrointestinais (10) e sinal precoce de hemorragia devido a gravidez ectópica (11).

Após a avaliação do paciente que sofreu trauma é possível determinar a necessidade de transfusão sanguínea para reposição das perdas devido a hemorragia, as recomendações gerais é que essa reposição volêmica com hemoderivados seja realizada o mais precoce possível, a prática da transfusão sanguínea fora do ambiente hospitalar se iniciou em guerras (12). Atualmente a França é o país que mais utiliza a transfusão pré-hospitalar em atendimento de acidentes, com trauma maior (13). No Brasil, a cidade de Bragança Paulista foi o primeiro local da América do Sul a implementar o serviço de transfusão na ambulância (14). Apesar da implementação do serviço de transfusão no atendimento pré-hospitalar em diversos países no Mundo, existe a necessidade de se realizar revisões sistemáticas sobre o tema

para a comparação das variáveis de choque e mortalidade quando comparada a reposição volêmica com cristaloides.

Objetivo

Comparar a sobrevivência de pacientes envolvidos em trauma com hemorragia, em diferentes protocolos de reposição volêmica: Revisão sistemática

Métodos

Trata-se de uma revisão sistemática com meta-análise conduzida a partir do check list Prisma e autorização pelo Prospero (CRD42022303076). Para a completa abrangência sobre o assunto, foram analisados os bancos de dados, Medline via PubMed, Lilacs, Cochrane e Google Acadêmico utilizando os descritores “pré-hospital transfusion and blood”, “transfusion blood and crystalloids”, “death or mortality”, “shock index”, “length of hospital stay”, “accident”. A busca contemplou artigos na língua inglesa e portuguesa com data até 2022. A coleta de dados foi realizada por dois pesquisadores experientes auxiliados por um bibliotecário experiente em revisões sistemáticas. Somente artigos originais foram incluídos na revisão. A seleção dos artigos está descrita na figura 1.

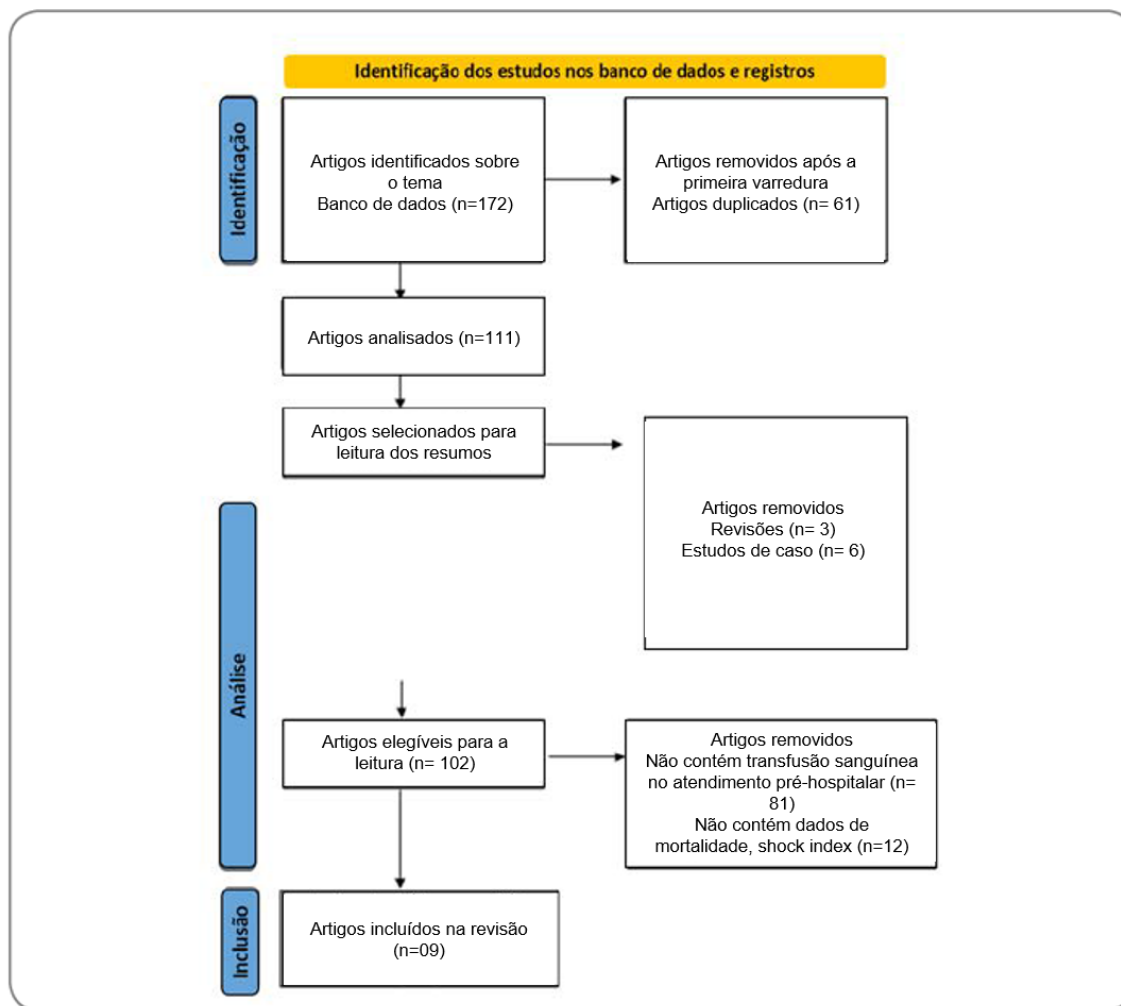


Figura 1 - Seleção dos artigos incluídos na revisão sistemática

Resultados

Tabela 1. Resultados dos artigos elegíveis para a revisão sistemática

Nome Artigo/ Autor/ Local / Ano	Tipo de estudo/população	Intervenções	Conclusões
Identifying Risk for Massive Transfusion in the Relatively Normotensive Patient: Utility of the Prehospital Shock Index, Vandromme, M. J. et. al.	Estudo de Coorte - 8.111 pacientes	O Shock Index no pré-hospitalar a maioria foi 0,5-0,5(38%)/ 0,7-0,9 (35%) . Os grupos com mais elevado Shok Index, apresentaram	Importância da preparação do local e o reconhecimento precoce da necessidade de transfusão maciça pré hospitalar. O risco aumenta

Estados Unidos da América, 2011		maior chance de mortalidade pela escala ISS	com a elevação acima de 0,9 do Shok Index.
Early packed red blood cell transfusion in major trauma patients: Evaluation and comparison of different prediction scores for massive transfusion. Cassagnol A. et al. 2021 França	Estudo transversal de 1767 pacientes dois grupos; g1 transfusão na primeira hora (n=151) g2 transfusão após esse período (n=1616)	Índice de mortalidade foi g1= 36% e g2= 4,6%. Shock index g1= 0,91 e g2 0,72.	Dificuldade de mensurar a necessidade de transfusão precoce, o surgimento de Red Flags pode indicar tal necessidade. Indicação positiva para que as ambulâncias estejam equipadas com materiais de transfusão no atendimento pré-hospitalar.
Hemodynamic Reactions in Patients With Hemorrhagic Shock From Blunt Trauma After Initial Fluid Therapy Hagiwara A. et al. 2010 Japão	Estudo observacional g1 n=50 - receberam transfusão no atendimento pré-hospitalar e que g2 n=211 não receberam	A média de idade foi de g1 43 anos e g2 44,8 anos. O Shock index foi de g1 1,05 e o g2 0,64.	Maior gravidade estavam no grupo que receberam a transfusão sanguínea no atendimento pré-hospitalar
Prediction of Mortality and of the Need for Massive Transfusion in Casualties Arriving at Combat Support Hospitals in Iraq. Cancio, L.C. et.al. Iraque, 2008	Estudo retrospectivo, revisão de 563 casos.	Shock Index e Transfusão maciça dos que sobreviveram foi: $1\pm 0,5$ e $0,9\pm 0,5$; e dos que	A escala Glasgow foi o único preditor de mortalidade
Mortality of civilian patients with suspected traumatic haemorrhage receiving prehospital transfusion of prepacked red blood cells compared to pre-hospital crystalloid Griggs J. et al 2018 Inglaterra	Estudo observacional retrospectivo com utilização de transfusão sanguínea pré-hospitalar (g1 n=92) e cristaloides (g2 n=103).	Mortalidade em 6 horas g1=10% e g2 18%, mortalidade em 28 dias g1=26% e g2=40%	Os pacientes que receberam transfusão pré-hospitalar tiveram uma tendência a diminuição da mortalidade nos períodos de 6 horas após o acidente e após 28 dias.

<p>Prehospital whole blood reduces early mortality in patients with hemorrhagic shock Braverman, M. et al. 2021 Estados Unidos</p>	<p>Estudo observacional retrospectivo. Pacientes que receberam transfusão pré-hospitalar (g1 n=107) e que não receberam transfusão (g2 n=431).</p>	<p>Shock index g1= 1,14 x g2= 1,01. Morte no departamento de emergência g1=10,3% x g2=13,2%.</p>	<p>Não foi possível observar diferenças significativas no shock index, bem como na mortalidade em qualquer período.</p>
<p>Prehospital Transfusion for Gastrointestinal Bleeding Parker, M. et al. 2017 Estados Unidos</p>	<p>Estudo retrospectivo observacional que investigou a transfusão pré-hospitalar (g1 n=112) x sem transfusão (g2 n=49),</p>	<p>Mortalidade em 30 dias g1=13% x g2=12%. Ressangramento em 30 dias g1=11% x g2=20%</p>	<p>Os autores concluíram que os pacientes que receberam transfusão no atendimento pré-hospitalar apresentaram melhores parâmetros hospitalares.</p>
<p>Whole truths but half the blood: Addressing the gap between the evidence and practice os pre-hospital and in hospital blood product use for trauma resuscitation. Hashmi.Z.G.et al 2021,Estados Unidos.</p>	<p>Estudo retrospectivo, 3.058.804 pacientes traumatizados.</p>	<p>Comparação do shock index g1= 0,67 x g2 0,66</p>	<p>Apesar da forte evidência de recomendação da transfusão no pré-hospitalar, não houve diferenças significativas</p>
<p>Resuscitation with blood products in patients with trauma-related haemorrhagic shock receiving prehospital care (RePHILL): a multicentre, open-label, randomised, controlled, phase 3 trial Crambie, N. et al 2022 Reino Unido</p>	<p>Estudo randomizado controlado. Análise comparativa da utilização de transfusão pré-hospitalar g1 n=209 e cristalóides g2 n=223.</p>	<p>Shock index do g1= 0,63 x g2=0,66. A mortalidade em 3 horas foi de g1=16% x g2=22%. Mortalidade em 30 dias foi de g1=42% x g2=45%</p>	<p>O estudo não demonstrou que a transfusão pré-hospitalar melhorou a Com base nas evidências atuais, a utilização da estratégia requerer consideração cuidadosa.</p>

Conclusão

Apesar das recomendações da utilização da transfusão o mais precoce possível, ainda as evidências no que se diz respeito da transfusão pré-hospitalar devem ser analisadas com cautela. Os trabalhos analisados nessa revisão sistemática possuem limitações importantes e descritas nos próprios trabalhos, relacionadas a não ser possível realizar trabalhos longitudinais comparando o uso de transfusão pré-hospitalar versus cristaloides. Ainda, por ser estudos observacionais não é possível montar grupos homogêneos em relação aos parâmetros fisiológicos dos pacientes incluídos nos estudos. Apesar dessas séries de limitações, os pacientes com hemorragias graves podem se beneficiar com a reposição volêmica precoce, principalmente em localidades que o hospital fica em distâncias maiores que 20 minutos da ocorrência, devendo ser pensadas estratégias para a diminuição da principal causa de mortalidade evitável no Brasil e no Mundo.

Referências

1. Mira JC, Cuschieri J, Ozrazgat-Baslanti T, Wang Z, Ghita GL, Loftus TJ, et al. The epidemiology of chronic critical illness after severe traumatic injury at two level one trauma centers. *Critical care medicine*. 2017;45(12):1989.
2. do Brasil F, Brasília D. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. 2018.
3. Curry N, Hopewell S, Dorée C, Hyde C, Brohi K, Stanworth S. The acute management of trauma hemorrhage: a systematic review of randomized controlled trials. *Critical care*. 2011;15(2):1-10.
4. Shaz BH, Dente CJ, Harris RS, MacLeod JB, Hillyer CD. Transfusion management of trauma patients. *Anesthesia and analgesia*. 2009;108(6):1760.
5. Subcommittee A, Group IAW. Advanced trauma life support (ATLS®): the ninth edition. *The journal of trauma and acute care surgery*. 2013;74(5):1363-6.
6. Cannon CM, Braxton CC, Kling-Smith M, Mahnken JD, Carlton E, Moncure M. Utility of the shock index in predicting mortality in traumatically injured patients. *Journal of Trauma and Acute Care Surgery*. 2009;67(6):1426-30.
7. Vandromme MJ, Griffin RL, Kerby JD, McGwin Jr G, Rue III LW, Weinberg JA. Identifying risk for massive transfusion in the relatively normotensive patient: utility of the prehospital shock index. *Journal of Trauma and Acute Care Surgery*. 2011;70(2):384-90.

8. Birkhahn RH, Gaeta TJ, Terry D, Bove JJ, Tloczkowski J. Shock index in diagnosing early acute hypovolemia. *The American journal of emergency medicine*. 2005;23(3):323-6.
9. King RW, Plewa MC, Buderer NMF, Knotts FB. Shock index as a marker for significant injury in trauma patients. *Academic Emergency Medicine*. 1996;3(11):1041-5.
10. Nakasone Y, Ikeda O, Yamashita Y, Kudoh K, Shigematsu Y, Harada K. Shock index correlates with extravasation on angiographs of gastrointestinal hemorrhage: a logistics regression analysis. *Cardiovascular and interventional radiology*. 2007;30(5):861-5.
11. Birkhahn RH, Gaeta TJ, Van Deusen SK, Tloczkowski J. The ability of traditional vital signs and shock index to identify ruptured ectopic pregnancy. *American journal of obstetrics and gynecology*. 2003;189(5):1293-6.
12. Penn-Barwell JG, Roberts SA, Midwinter MJ, Bishop JR. Improved survival in UK combat casualties from Iraq and Afghanistan: 2003–2012. *Journal of trauma and acute care surgery*. 2015;78(5):1014-20.
13. Thies K-C, Truhlář A, Keene D, Hinkelbein J, Rützler K, Brazzi L, et al. Pre-hospital blood transfusion—an ESA survey of European practice. *Scandinavian Journal of Trauma, Resuscitation and Emergency Medicine*. 2020;28(1):1-8.
14. Certain L, Rostirola JVC, Pereira JS, Rostirola GC, Estevam BC, Vieira CCA, et al. First immediate transfusion at a prehospital environment in Latin America: A case report. *Hematology, Transfusion and Cell Therapy*. 2021.

080. EFICÁCIA E SEGURANÇA DOS EXERCÍCIOS FÍSICOS PARA MULHERES COM CÂNCER DE MAMA. OVERVIEW DE REVISÕES SISTEMÁTICAS. (PROTOCOLO)

Barros VL1; Soares PN1; Bomfim, LGP1; Martimbianco ALC2

1Acadêmicos de Medicina da Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES)

2Professora da Disciplina de Saúde Coletiva I na Graduação de Medicina e da Disciplina de Saúde Baseada em Evidências do Programa de Pós-graduação em Saúde e Meio Ambiente da Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES).

Email: vinibarros90@yahoo.com

Palavras-chave: Câncer de mama, Exercício físico, Saúde baseada em evidências.

Introdução

O câncer de mama corresponde a uma parcela importante do número total de diagnósticos oncológicos em todo o mundo, sendo o tipo mais prevalente em mulheres e o de maior incidência no mundo, superando o câncer de pulmão^{1,2}. Os tratamentos que envolvem cirurgia, quimioterapia, radioterapia, hormonioterapia e imunoterapia³ já são bem fundamentados na literatura médica mundial. Entretanto, há um crescente interesse da comunidade científica em intervenções complementares não medicamentosas como por exemplo a prática regular de atividade física que podem melhorar a função física, a qualidade de vida e o bem-estar^{4,5,6}. A numerosa quantidade de estudos publicados até o momento sobre os efeitos dos exercícios físicos para mulheres com câncer de mama pode dificultar a tomada de decisão da melhor intervenção. Assim, faz-se necessário o mapeamento do estudo de maior nível de evidência para intervenções em saúde, que são as revisões sistemáticas, e sumário dos achados e da qualidade metodológica das revisões que avaliaram os efeitos da prática de exercício físico para pacientes com câncer de mama.

Objetivo

Mapear, analisar e sumarizar os efeitos (benefícios e riscos) da prática de exercícios físicos para pacientes com câncer de mama.

Métodos

Essa overview de revisões sistemáticas seguirá as recomendações do Manual Cochrane para Revisões Sistemáticas de Intervenções⁷, além das recomendações do PRISMA⁸. O protocolo dessa overview foi registrado prospectivamente na plataforma PROSPERO, sob o número CRD42022333702.

Critérios de elegibilidade

Serão incluídas as revisões sistemáticas de ensaios clínicos randomizados (ECR) que avaliaram os efeitos (benefícios e riscos) dos exercícios físicos aeróbicos ou resistidos

para mulheres com diagnóstico de câncer de mama. Não serão considerados protocolos de revisões sistemáticas, bem como as revisões marcadas como retiradas da Cochrane Library. Em caso de atualização, será considerada a revisão mais recente.

Desfechos avaliados

Primários:

- Qualidade de vida
- Eventos adversos
- Fadiga relacionada ao câncer

Secundário:

- Parâmetros de sono
- Fatores psicológicos
- Nível de atividade física
- Satisfação do paciente

Buscas nas bases de dados

Uma abrangente e sensível busca será realizada nas seguintes bases de dados: MEDLINE (via Pubmed), Cochrane Library (via Wiley), Embase (via Elsevier) e LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde - via Biblioteca Virtual em Saúde - BVS), sem restrição de data ou idioma.

Processo de seleção de estudos

O processo de seleção dos estudos será realizado por dois revisores independentes, e todas as divergências resolvidas por um terceiro revisor. A seleção dos estudos será realizada em duas etapas. Na primeira etapa serão avaliados os títulos e resumos das referências identificadas por meio da estratégia de busca, sendo os estudos potencialmente elegíveis pré-selecionados. Na segunda etapa, será realizada a avaliação do texto na íntegra dos estudos pré-selecionados para confirmação da elegibilidade. O processo de seleção será realizado por meio da plataforma Rayyan (<https://rayyan.qcri.org>)⁹.

Avaliação metodológica

A avaliação da qualidade metodológica das revisões sistemáticas incluídas será realizada por dois autores independentes utilizando a ferramenta AMSTAR-210. Essa ferramenta consiste em 16 itens (Tabela 2), graduados em “Sim”, “Parcialmente Sim” e “Não”. Especificamente, “Sim” é selecionado quando o relato e a implementação de cada item são satisfatórios. “Parcialmente Sim” é selecionado quando o relato e a implementação de cada item são insuficientes. Finalmente, o “Não” é selecionado quando não há relato e implementação do item. Dependendo do número de domínios críticos ausentes em todas as 16 perguntas (itens 2,4,7,9,11,13,15), a avaliação é a seguinte: “Qualidade crítica”, “Qualidade baixa”, “Qualidade moderada” e “Alta qualidade” (Shea). Discordâncias na avaliação serão resolvidas por um terceiro autor.

Síntese dos dados

Os resultados das revisões sistemáticas incluídas serão tabulados e apresentados de forma narrativa, de acordo com nossos desfechos de interesse planejados. Os métodos de síntese de dados qualitativos seguirão: desfechos contínuos serão avaliados com a diferença média [média e desvio padrão] (Intervalo de Confiança [IC] de 95%) e desfechos dicotômicos, com a frequência dos eventos (risco relativo, IC 95%). A qualidade metodológica (AMSTAR-2) será considerada na interpretação dos resultados. Além disso, os estudos primários incluídos nas revisões sistemáticas serão avaliados para evitar sobreposição de resultados. Se o mesmo estudo foi incluído em mais de uma revisão, relataremos os achados da mais alta qualidade metodológica e da revisão sistemática mais recente.

Resultados esperados

Espera-se que os resultados desse trabalho, visto que será utilizado como referência estudos de alto nível de evidência científica, demonstre quais os efeitos dos exercícios físicos aeróbicos e resistidos para mulheres com câncer de mama.

Referências

1. WHO. Breast cancer [Internet]. www.who.int. 2021. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/breast-cancer>. Acesso em 02/03/2022.
2. National Comprehensive Cancer Network (NCCN). NCCN Clinical Practice Guidelines in Oncology. Breast Cancer. Version 2.2022. Fort Washington (PA): National Comprehensive Cancer Network; 2022. Disponível em: https://www.nccn.org/professionals/physician_gls/pdf/breast.pdf
3. INCA. Instituto nacional do câncer. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/numeros-de-cancer>.
4. Diggins AD, Hearn LE, Lechner SC, Annane D, Antoni MH, & Whitehead NE. Physical activity in Black breast cancer survivors: implications for quality of life and mood at baseline and 6- month follow- up. *Psycho- oncology*. 2017, 26(6): 822-828. Disponível em: doi: <https://doi.org/10.1002/pon.4095>
5. Hayes SC, Steele ML, Spence RR, Gordon L, Battistutta D, Bashford J, ... & Eakin E. Exercise following breast cancer: exploratory survival analyses of two randomised, controlled trials. *Breast cancer research and treatment*. 2018, 167(2): 505-514. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s10549-017-4541-9>
6. Scruggs S, Mama SK, Carmack CL, Douglas T, Diamond P, & Basen-Engquist K. Randomized Trial of a Lifestyle Physical Activity Intervention for Breast Cancer Survivors: Effects on Transtheoretical Model Variables. *Health promotion practice*. 2018, 19(1): 134-144. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1177/1524839917709781>
7. Higgins JPT, Thomas J, Chandler J, Cumpston M, Li T, Page MJ, Welch VA (editors). *Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions version 6.3 (updated February 2022)*. Cochrane, 2022. Available from www.training.cochrane.org/handbook.
8. Page M J, McKenzie J E, Bossuyt P M, Boutron I, Hoffmann T C, Mulrow C D et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews *BMJ* 2021; 372 :n71 doi:10.1136/bmj.n71
9. Ouzzani, M., Hammady, H., Fedorowicz, Z. et al. Rayyan—a web and mobile app for systematic reviews. *Syst Rev* 5, 210 (2016). <https://doi.org/10.1186/s13643-016-0384-4>

10. Shea BJ, Reeves BC, Wells G, Thuku M, Hamel C, Moran J, Moher D, Tugwell P, Welch V, Kristjansson E, Henry DA. AMSTAR 2: a critical appraisal tool for systematic reviews that include randomised or non-randomised studies of healthcare interventions, or both. *BMJ*. 2017 Sep 21;358:j4008.

081. IMPACTO AMBIENTAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE SANTOS

Vania Lucia Ferreira de Oliveira¹; Paula Andrea de Santis Bastos²

¹ Mestranda em Saúde e Meio Ambiente, UNIMES. vanialu@hotmail.com

² Docente do Mestrado em Saúde e Meio Ambiente, UNIMES.

Palavras-chave: Meio Ambiente. Lixo. Sustentabilidade.

Introdução

Estamos vivendo um momento delicado que aflora a percepção das pessoas sobre o meio ambiente, que influencia o mundo, promovendo a saúde, o meio ambiente e a ligação entre as pessoas^{1,2,3}. Historicamente, conflitos estes, arraigados de mecanismos oriundos da especificidade característica da Revolução Industrial - ocorrida na segunda metade do século XVIII - determinando o estilo de vida burguês identificado por uma autonomia no pensamento político, filosófico, religioso e científico, repercutindo no processo produtivo, as relações de trabalho e o avanço tecnológico tendendo a uma sociedade fundada no consumo^{4,5}.

Tais aspectos, vão dando condão às características das atividades humanas, de maneira direta ou indireta, que de alguma forma possa afetar o meio ambiente, globalmente^{4,6}. A Constituição Federal de 1988 (CF) respalda o meio ambiente sistematizando princípios que o protegem por obrigação jurídica e participação da coletividade⁷. Salienta-se o marco legal que orienta a gestão de resíduos sólidos no Brasil, a Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). Esta aprecia a problemática dos vários tipos de resíduos gerados, conceituando, tipificando, orientando a

forma de gerenciamento, a implementação de planos, objetivos, metas, programas, projetos, entre outros⁸.

Objetivos

Caracterizar as Políticas Públicas dos resíduos sólidos no município de Santos, confrontando-as com normativas ambientais federais. Identificar programas que visem uma menor geração de resíduo sólidos municipais.

Métodos

O estudo realizado é uma revisão de literatura. Foram consultadas informações e relatórios disponíveis nos sítios eletrônicos: da Recicla + Santos; Marin Gerenciamento de Resíduos; Terracom Centro Gerenciamento de Resíduos; Prefeitura Municipal de Santos; Secretaria do Meio Ambiente de Santos e CETESB e normativas Federal, Estadual e Municipal.

Critérios de inclusão: estudos sobre resíduos que abordaram: conceitos de produção ou destinação, Políticas Públicas e Educação Ambiental.

Resultados

Diante das demandas ambientais, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente de São Paulo executa sua função de Política Ambiental, monitora o meio ambiente e realiza educação ambiental, com amparo legal da Lei nº 12.300, de 16 de março de 2006, que instituiu a Política Estadual de Resíduos Sólidos⁹. A Agência Metropolitana da Baixada Santista da Secretaria de Desenvolvimento Metropolitano implementa o Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Baixada Santista¹⁰, controla e fiscaliza as atividades de proteção da qualidade ambiental¹¹. O Município de Santos, vem assumindo ao longo dos anos, o dimensionamento da geração dos resíduos sólidos¹¹, que se caracteriza pelo lixo doméstico, do porto, das praias, da construção civil, de podas de árvore de limpeza, da limpeza dos canais, da limpeza de varrição de rua, entre outros¹¹.

Como Política Pública, apresenta o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS), em conformidade com a PNRS e adota as ações relativas ao manejo dos resíduos produzidos no município (geração e destinação final)^{8,11}. Aludindo-se às Políticas Públicas dos resíduos sólidos no Município com as normativas ambientais federais, constata-se a abrangência da administração pública, esboçada em sua prestação que procura atender às atividades públicas, por meio de princípios que alicerçam o sistema e lhe garantem a validade¹². A CF eleva o município a ente político, titularizando competência própria, em outros termos, administração própria no que se refere ao seu interesse local (matéria municipal)^{7,13}.

À vista disso, Santos ao instituir o PGIRS, em 2010, avoca sua competência municipal para atuar no campo do meio ambiente^{8,11}. Vale pôr em evidência, programas do município que visem a redução do volume de resíduos sólidos, em conformidade com a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, cujos objetivos e metas inclinam para a transformação o mundo¹⁴.

Dentre estas atividades, voltadas para a redução dos resíduos sólidos⁸, Santos institui em 2010, o PGIRS¹¹. Santos apresenta Programa Municipal de Educação Ambiental – ProMEA. Com as atuações de suas comissões: Interinstitucional de Educação Ambiental – CIMEA e Intersetorial de Educação Ambiental – CISEA, abrange vários programas: “Santos, Nossa Casa”, Nossa Praia, Nosso Bairro, Educando para natureza, Cata Treco^{15,16}.

Discussão

Aponta-se a importância das políticas públicas em relação ao meio ambiente influenciando a sociedade de forma benéfica. Os resíduos são produzidos todos os dias e o volume aumenta progressivamente^{17,18}. Combinado a isso, particularmente em Santos, está a ausência de espaço para armazenamento, pois o aterro sanitário, onde se dispõe os resíduos sólidos santista e já alcança o limite de seu esgotamento, está instalado na Mata Atlântica. Portanto, para haver a deposição do resíduo, há necessidade de desmatamento de mata primária.

O princípio da sustentabilidade como aparato norteador para minimizar os resíduos descartados e aliviar a sua destinação final é premente em Santos. Nesse sentido a política dos 3 R's: Reduzir, Reutilizar e Reciclar (respectivamente, diminuir o consumo de bens e serviços, utilizar novamente o produto e o

reaproveitando e planejamento do resíduo domiciliar, com a separação do orgânico e inorgânico, com o processamento na transformação de materiais em seus aspectos físico e químico) ^{17,18,19,20} é tão fundamental.

Norteia-se inclusive a relação do Direito Ambiental e a Ordem Econômica, cujo equilíbrio entre estas duas naturezas conflitantes, é justamente – a sustentabilidade. Buscando desenvolvimento econômico e prevenir a degradação ambiental^{7,21,22}. É imprescindível que tenhamos consciência ambiental e que sejamos atuantes em preservar o meio ambiente para futuras gerações.

Conclusão

Santos possui consistente Política Pública e apresenta programas para uma menor geração de resíduo sólidos municipais.

Referências

1. Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente - UNEP. Declaração de Estocolmo, Estocolmo, 1972 [Internet].
2. Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Gestão dos resíduos sólidos é chave para desenvolvimento sustentável da América Latina [Internet].
3. Conexão Ambiental. Paraná Governo do Estado - Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - Meio Ambiente [Internet].
4. Antunes, PB. Curso de Direito Ambiental: doutrina, legislação e jurisprudência. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Renovar, 1992.
5. Machado, PAL. Direito Ambiental Brasileiro. 21ª edição. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.
6. Figueiredo, GJP. Curso de Direito Ambiental. 6ª edição. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.
7. Brasil. Constituição. Constituição Federativa da República do Brasil, 1988.

8. Brasil. Lei nº 12.305, de 02 agosto de 2010 – Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e dá outras providências [Internet]. Brasília; 2010 [citado em 02 Ago 2010].
9. São Paulo. Lei nº 12.300, de 16 de março de 2006. Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes [Internet]. [citado em 16 Mar 2006].
10. Agência Metropolitana da Baixada Santista - AGEM. Plano Regional de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos da Baixada Santista [Internet]. São Paulo; 2018.
11. Prefeitura Municipal de Santos (BR), Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Santos [Internet]. Santos; 2012.
12. Gasparini, D. Direito Administrativo. 17ª edição. São Paulo: Saraiva, 2012.
13. Führer, MCA. Resumo de Direito Civil. 16ª Edição. São Paulo: Malheiros Editores Ltda. 1997.
14. Plataforma Agenda 2030. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Plataforma Agenda 2030 [Internet].
15. Prefeitura Municipal de Santos. Programa Municipal de Educação Ambiental - ProMEA [Internet]. Santos; 2020 [citado em 14 Fev 2020].
16. Prefeitura Municipal de Santos. Programa Municipal de Educação Ambiental - ProMEA [Internet]. 2ª edição. Santos; 2020.
17. Gordon, R. The History of the Three R's [Internet]. [citado em 11 Mai 2015].
18. Mineiro SDS, Cavalcante FAL, Dias MAS. O princípio dos 3 R's como projeto de conscientização ambiental na escola pública [Internet]. Anais VI ENID & IV ENFOPROF / UEPB. Campina Grande, 2017. Campina Grande: Realize Editora; 2017.

19. Silva S, Ferreira E, Roesler C, et al. O 5 R's da sustentabilidade [Internet]. V Seminário de Jovens Pesquisadores em Economia & Desenvolvimento Programa de Pós-graduação em Economia & Desenvolvimento Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2017.
20. Piramidal. Reduzir, Reutilizar e Reciclar: Conhecendo os 3 R's [Internet]. [citado em 21 Jan 2020].
21. Silva, CB. Direito Ambiental e Direito Econômico: Desenvolvimento Sustentável como produto da harmonização entre normas colidentes. 2018. 147 f. Dissertação (mestrado) - Universidade do Vale do Itajaí, Ciência Jurídica, 2018.
22. Carmo, W. As múltiplas relações entre o Direito Ambiental e a Ordem Econômica [Internet]. [citado em 17 Mar 2019].

082. IMPACTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NAS ATIVIDADES PORTUÁRIAS E SEUS EFEITOS AMBIENTAIS E NA SAÚDE DA POPULAÇÃO. REVISÃO DE ESCOPO.

Sandro Roberto Mastellari Francisco¹, Ana Luiza Cabrera Martimbianco²

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Saúde e Meio Ambiente, Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES).

² Docente da graduação de Medicina e Pós-graduação em Saúde e Meio Ambiente, Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES).

E-mail: sandromastellari@hotmail.com

Palavras-chave: Covid-19, Porto, Ambiente portuário.

Introdução

A Covid-19 (*coronavirus disease 2019*) surgiu em janeiro de 2020 e trouxe grandes danos à saúde e segurança da população em todo o mundo. As restrições impostas pela pandemia levaram a um hiato

global sem precedentes nas atividades portuárias, proporcionando uma oportunidade de avaliação dos impactos ambientais relacionados à redução do transporte marítimo e seus efeitos na saúde da população. A fim de controlar a propagação da doença, muitos portos adotaram uma série de medidas para restringir as atividades de tráfego de navios. Além disso, embora o transporte marítimo comercial tenha permanecido para manter as cadeias de suprimentos globais durante a pandemia do Covid-19, as medidas impostas para controlar a propagação da doença interromperam as mudanças de tripulação e impactaram as interações entre a população em terra e os tripulantes a bordo^{1,2}.

De acordo com as estatísticas estimadas na China, o volume de transporte de carga de exportação e importação caiu 17,2% e 4% ano a ano desde os primeiros dois meses da epidemia de Covid-19, respectivamente^{1,3}. Ainda, alguns terminais de cruzeiros na Europa suspenderam gradativamente suas viagens, e medidas preventivas foram tomadas para garantir o saneamento e a segurança da área portuária¹.

Diante do crescente número de estudos publicados até o momento, faz-se necessário um mapeamento na literatura para identificar os impactos da pandemia de Covid-19 nas atividades portuárias em termos ambientais e de saúde tanto dos trabalhadores portuários quanto da população residente nas cidades portuárias e entorno.

Objetivos

Mapear e sintetizar os estudos que avaliaram os impactos da pandemia de Covid-19 nas atividades portuárias em termos ambientais, populacionais e de saúde, tanto do trabalhador portuário quanto da população residente nas cidades portuárias e entorno.

MÉTODOS

Revisão de escopo planejada de acordo com as recomendações do Manual do Instituto Joanna Briggs para as revisões de escopo⁴. O relato da revisão seguirá as recomendações do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses - extension for scoping reviews (PRISMA-ScR)⁵. Por se tratar de uma revisão de escopo, não há necessidade de registro do protocolo na plataforma PROSPERO⁴.

Pergunta estruturada

A pergunta de pesquisa desta revisão foi estruturada utilizando-se o acrônimo PCC como segue:

- *P (população)*: trabalhadores portuários e/ou população residente nas cidades portuárias e entorno.
- *C (conceito)*: impacto da pandemia de Covid-19 nas atividades portuárias e seus efeitos ambientais e na saúde da população.
- *C (contexto)*: região portuário e entorno.

Critérios para inclusão de estudos de acordo com os componentes do acrônimo PCC

População

Serão considerados estudos que avaliaram os impactos da pandemia de Covid-19 em termos ambientais e de saúde da população portuária, incluindo trabalhadores portuários (efetivos ou temporários) e a população residente nas regiões portuárias e entorno.

Conceito

Estratégias para mensuração do impacto da pandemia nas atividades portuárias relacionadas a:

- Emissão de poluentes atmosféricos, ambientais e sonoros.
- Frequência de doenças ocupacionais (musculoesqueléticas, respiratórias, mentais, entre outras).

Contexto

Será considerada qualquer estratégia para mensuração do impacto da pandemia nas atividades portuárias, a nível ambiental e de saúde individual ou populacional. Qualquer delineamento de estudo primário (descritivo ou analítico) ou secundário será incluído.

Estratégias de busca

Será realizada busca ampla e sensível na literatura por meio de estratégias de busca estruturadas para cada uma das seguintes bases de dados:

- Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE, via PubMed)

- Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)
- EMBASE (via Elsevier)
- Cochrane Library (via Wiley)
- Epistemonikos
- Health Evidence
- Health Systems Evidence

Foram realizadas buscas em bases de dados não estruturadas, de literatura cinzenta e *preprints* relacionadas ao tema de interesse:

- Archived bibliographic database (CISDOC), International Labour Organization (ILO/WHO) (https://www.ilo.org/dyn/cisdoc2/cismain.browseSubjects?p_lang=en).
- Comprehensive Epidemiologic Data Resource (CEDR) (<https://oriseapps.orau.gov/cedr/search.aspx>).
- Opengrey (<https://opengrey.eu/>).
- ProQuest (<https://www.proquest.com/>).
- Opengrey (<https://opengrey.eu>).
- Europe PMC (<https://europepmc.org/>).
- Open Science Preprints (<https://osf.io/preprints/>).

Buscas manuais serão realizadas em listas de estudos relevantes e contatos com especialistas da área. Não serão aplicados filtros de idioma ou data. Foram incluídas publicações na íntegra ou resumos apresentados em congressos e eventos.

Processo de seleção dos estudos

O processo de seleção dos estudos será realizado em duas fases utilizando a plataforma Rayyan. A primeira fase consiste na leitura dos títulos e resumos de todas as referências recuperadas pelas estratégias de busca e a categorização dos estudos em “potencialmente elegíveis” ou “eliminados”. A segunda fase consiste na leitura na íntegra dos estudos “potencialmente elegíveis” para confirmar sua

elegibilidade ou excluí-los na segunda fase (as justificativas para cada exclusão na segunda fase foram apresentadas). As duas fases serão conduzidas por dois autores independentes e as divergências nas decisões de incluir ou excluir estudos serão resolvidas por consenso. Todo o processo de seleção será apresentado por meio de um fluxograma PRISMA-ScR.

Extração dos dados

Os dados dos estudos identificados e incluídos nesta revisão serão extraídos por dois pesquisadores de modo independente e as divergências de informações serão resolvidas por consenso. Os seguintes dados serão coletados para cada estudo incluído: autor, ano de publicação, tipo de publicação (artigo/relatório/, texto completo/resumo), delineamento do estudo, desfechos avaliados, resultados, e fonte de financiamento do estudo.

Avaliação da qualidade metodológica dos estudos incluídos

Como o objetivo desta revisão de escopo é o mapeamento da literatura a respeito dos impactos da pandemia de Covid-19 nas atividades portuárias em termos ambientais, populacionais e de saúde da população, não serão aplicados *checklists* ou ferramentas de avaliação da qualidade metodológica dos estudos, conforme recomendado pelo Instituto Joanna Briggs para as revisões de escopo⁴.

Síntese e apresentação dos resultados

Os resultados dos estudos incluídos serão apresentados de forma qualitativa, utilizando uma abordagem narrativa e em gráficos e/ou quadros. A depender da disponibilidade de informações dos estudos, será realizada estatística descritiva utilizando-se o software Microsoft Excel[®] e/ou STATA[®]. A partir dos achados desta revisão, os autores apresentarão uma proposta de protocolo contendo estratégias preventivas e sanitárias relacionadas às atividades portuárias e seu impacto na saúde e meio ambiente.

Referências

1. Shi K, Weng J. Impacts of the COVID-19 epidemic on merchant ship activity and pollution emissions in Shanghai port waters. *Sci Total Environ.* 2021 Oct 10;790:148198.

2. Pauksztat B, Grech MR, Kitada M. The impact of the COVID-19 pandemic on seafarers' mental health and chronic fatigue: Beneficial effects of onboard peer support, external support and Internet access. *Mar Policy*. 2022 Mar;137:104942.
3. Shanghai International Shipping Center, 2020b. Bi weekly report of international container transport market 20200302-20200315. Disponível em online.<http://sisi.shmtu.edu.cn/viewarticle.asp?ArticleID=53831&ClassID=53>.
4. Joanna Brigs Institute (JBI) - Manual for Evidence Synthesis. Chapter 11: Scoping Reviews (Peters MDJ, Godfrey C, McInerney P, Munn Z, Tricco AC, Khalil, H. Chapter 11: Scoping Reviews (2020 version). In: Aromataris E, Munn Z (Editors). *JBI Manual for Evidence Synthesis*, JBI, 2020.
5. PRISMA extension for Scoping Reviews. PRISMA extension for Scoping Reviews explanatory paper (Tricco, AC, Lillie, E, Zarin, W, O'Brien, KK, Colquhoun, H, Levac, D, Moher D, Peters MD, Horsley T, Weeks L, Hempel S et al. PRISMA extension for scoping reviews (PRISMA-ScR): checklist and explanation. *Ann Intern Med*. 2018;169(7):467-473.

083. INFLUÊNCIA DOS HÁBITOS DE VIDA DOS IDOSOS

Pollyanna Vieira , Beatriz Elisa de Sousa Castro, Gabriela Dabus Sousa Castro, Gabriela Quiñones Braz, Fernanda Serrão Venâncio Soares, Prof. Dr. Claudio Scorcine, Profa. Dra Yara Fragoso, Profa. Dra Eliane Marta Quiñones

e-mail: elianemqbraz@hotmail.com

Palavras-chave: idoso, cognição, frequência alimentar, saúde bucal, atividade física.

Introdução

A expectativa de vida vem aumentando, porém os novos anos conquistados devem ser gozados com saúde¹. O Ministério da Saúde informa que os profissionais da saúde devem estimular os idosos a terem uma alimentação saudável, e uma pesquisa desenvolvida revelou que apenas 6,8% dos idosos avaliados apresentaram uma dieta de boa qualidade, enquanto 32,9% dos idosos ingeriram dieta de má qualidade

e 60,3% necessitam de melhorias nas suas dietas². A função oral dos idosos também pode prejudicar não apenas pelo número e distribuição dos dentes, mas também pela qualidade e quantidade de saliva³. Uma boa alimentação aplicada à atividade física tem como objetivo promover saúde, proporcionar o funcionamento dos processos metabólicos ligados ao exercício, retardar a fadiga, auxiliar na recuperação de lesões ou traumas, reduzir o tempo de recuperação dos estoques de energia e promover o aumento da massa muscular na maioria dos idosos^{4,5}.

Objetivo

Avaliar como a frequência alimentar, a saúde bucal e o nível de atividade física interferem nos aspectos cognitivos dos idosos da Baixada Santista.

Métodos

Aspectos éticos

As informações obtidas serão sigilosas, nenhum dado do participante será identificado. Os participantes assinarão um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) sobre os detalhes da pesquisa e garantindo o sigilo das informações. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES), via plataforma Brasil, e após parecer aprovado, iniciou-se a pesquisa.

Instrumentos

Foram aplicados quatro questionários relacionados à frequência alimentar, saúde bucal, a prática de atividade física e avaliação cognitiva em 60 idosos na Baixada Santista no ano de 2022.

Métodos

Trata-se de um estudo longitudinal em que 60 idosos da Baixada Santista são acompanhados durante um ano.

Para a avaliação da ingestão alimentar a longo prazo foi utilizado o Questionário de Frequência Alimentar reduzido (ELSA) para idosos²⁹ (anexo 1). Este questionário é adequado quando se deseja avaliar o

consumo alimentar progresso em estudos epidemiológicos cujo objetivo é investigar o papel da dieta na etiologia de doenças.³⁰

Quanto à avaliação da qualidade de vida relacionada à saúde bucal foi utilizado o questionário adaptado (anexo 2)³¹, traduzindo o índice OHIP-14 (Oral Impact Health Profile – 14 item).

Em relação às atividades físicas foi utilizado o BAECKE³² (anexo 3), que avalia a quantidade de atividade física diária especificamente em idosos, ainda se o mesmo pratica algum esporte e atividades de lazer.

Para a avaliação dos aspectos cognitivos foi utilizado o questionário MOCA (Montreal Cognitive Assessment), que é validada no Brasil e é superior a outras escalas de triagem que avaliam disfunções cognitivas (anexo 4) ^{33, 34}.

Análise estatística

Foi realizado uma cálculo amostral para verificação do número exato da amostra. Após as coletas de dados, estão sendo realizadas comparações entre os subgrupos dos idosos que praticam e não praticam atividade física e testes de medidas repetidas para as comparações ao longo do tempo.

Desenvolvimento

Com os dados obtidos pelos questionários, esta pesquisa servirá na orientação de como o tipo de alimentação, a saúde bucal e a prática de exercícios físicos poderão gerar impactos positivos na saúde mental dos idosos.

Referências

1. Lima AMM, Silva HS, Galhardoni R. Envelhecimento bem-sucedido: trajetórias de um constructo e novas fronteiras. Interface – Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu (SP), 2008; 12(27): 795-807. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832008000400010.
2. Malta MB, Papini SJ, Corrente JE. Avaliação da alimentação de idosos do município paulista- Aplicação do índice de alimentação saudável. Ciência & Saúde Coletiva, vol.18, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v18n2/09.pdf>

3. Santos TF, Delani TCO. Impacto da deficiência nutricional na saúde de idosos. Revista UNINGÁ, vol. 21, 2015. Disponível em: http://www.mastereditora.com.br/periodico/20150101_115437.pdf
4. Cerri AS, Mantovan EP. Nutrição e atividade física no envelhecimento - FEF/Unicamp. Disponível em: https://www.fef.unicamp.br/fef/sites/uploads/deafa/qvaf/alimen_saudavel_cap19.pdf
5. Menezes MFG, Tavares EL, Santos DM, Targueta CL, Prado SD. Alimentação saudável na experiência de idosos. Rev Bras Geriatr Gerontol, Rio de Janeiro, 2010; 13(2):267-275.

084. INTERVENÇÕES PARA O TRATAMENTO DE FISSURAS MAMÁRIAS. REVISÃO SISTEMÁTICA E METANÁLISE

Ingrid Naomi Pires Nozimoto¹, Melissa Diniz Bandeira¹, Sandra Kalil Bussadori², Ana Luiza Cabrera Martimbianco³

¹Acadêmica do Curso de Medicina da Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES)

²Professora do Programa de Pós-graduação em Biofotônica aplicada à Ciências da Saúde e em Ciências da Reabilitação, Universidade Nove de Julho (UNINOVE)

³Professora da Faculdade de Medicina e Pós-graduação em Saúde e Meio Ambiente da Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES)

E-mail: nozimotoingrid@gmail.com

Fonte de financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPES) 2020/13306-4.

Palavras-chave: Fissuras mamárias; Tratamento; Revisão sistemática; Medicina baseada em evidências.

Introdução

As fissuras mamárias estão presentes na maioria das mulheres que amamentam, o que contribui para o desmame precoce dos recém-nascidos. A cicatrização da mama é complicada pela exposição frequente à sucção e flora oral do bebê. Por esta razão, diversas intervenções farmacológicas e não farmacológicas têm sido analisadas em estudos clínicos para prevenção e tratamento de dores e fissuras mamilares.

Contudo, ainda não há um consenso sobre a eficácia e segurança destas intervenções para apoiar a recomendação clínica.

Objetivo

Avaliar a efetividade e segurança das diferentes intervenções para o tratamento de fissuras mamárias.

Métodos

Esta revisão sistemática seguiu as recomendações do *Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions* ⁽¹⁾, e da diretriz PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*) para qualidade do relato da publicação ⁽²⁾. O protocolo deste estudo foi registrado na plataforma PROSPERO (CRD42020170320).

Critérios para inclusão dos estudos

Foram incluídos ensaios clínicos randomizados (ECR) com desenho paralelo que avaliaram mulheres adultas (acima de 18 anos de idade) lactantes acometidas por dor associada a fissuras mamárias desenvolvidas durante a amamentação. Os ECR que avaliaram mulheres com diagnóstico de mastite foram excluídos.

Qualquer intervenção utilizada para reduzir a dor e tratar as fissuras mamárias foi incluída, por exemplo, tratamentos farmacológicos (oral e tópico), não farmacológicos (exemplo: glicerol, pomadas), agentes físicos (exemplo: fotobiomodulação), curativos (exemplo: compressas de água quente) e suportes de proteção do mamilo. Como grupo comparador, foram consideradas quaisquer intervenções, incluindo placebo, nenhum tratamento, lista de espera, estratégias educacionais, entre outras.

Tipos de desfechos analisados

Desfechos primários:

- Dor, mensurada por escala validada como a Escala Analógica Visual (EAV);
- Processo de cicatrização da fissura, avaliado por inspeção visual ou escalas validadas;

- Eventos adversos graves.

Desfechos secundários:

- Quaisquer eventos adversos
- Continuidade da amamentação
- Satisfação

Estratégias de busca

Foi realizada ampla busca na literatura em bases de dados eletrônicas e outras fontes em 22 de outubro de 2021: MEDLINE, via Pubmed, Embase, CINAHL, Cochrane Library, LILACS. Não houve restrição de data ou idioma. Pesquisou-se estudos em andamento no International Clinical Trials Registry Platform (ICTRP), Clinical Trials (www.clinicaltrials.gov) e na ISRCTN Registry (<http://www.isrctn.com/>). A literatura cinzenta foi acessada por meio da plataforma Open Grey (<http://www.opengrey.eu/>). Foram verificadas as listas de referências de artigos relevantes para encontrar ensaios clínicos randomizados não identificados pelas buscas eletrônicas. Também houve buscas manuais em resumos de conferências nacionais e internacionais sobre o tema.

Seleção dos estudos e extração dos dados

Dois autores da revisão selecionaram os títulos e resumos de forma independente, usando a plataforma Rayyan. As referências que atenderem aos critérios de elegibilidade foram analisadas em texto completo. Dois revisores realizaram, de maneira independente, a extração dos dados de cada ensaio clínico.

Avaliação da qualidade metodológica

Dois revisores avaliaram, independentemente, o risco de viés de cada estudo incluído utilizando a ferramenta Cochrane Risk of Bias.

Síntese de dados

Quando possível, os resultados dos estudos foram agrupados em metanálise utilizando modelos de efeito randômico, gerados pelo Review Manager 5.4 ⁽³⁾. Para os dados dos desfechos dicotômicos, foi calculado o risco relativo (RR) com intervalo de confiança de 95% (IC 95%). Para os dados dos desfechos contínuos, foi calculada a diferença das médias (DM) com IC de 95%. A presença de heterogeneidade estatística entre os estudos foi realizada por meio do teste do teste qui-quadrado (χ^2). A extensão da heterogeneidade foi avaliada pela estatística I^2 , e os valores de I^2 superiores a 50% foram considerados como existência de heterogeneidade significativa entre os estudos dentro de uma mesma metanálise ⁽¹⁾.

Análise da certeza de evidência

A certeza do conjunto da evidência dos desfechos relatados nesta revisão sistemática foi analisada segundo o Grading of Recommendations Assessment, Development and Evaluation Working Group (GRADE) ⁽⁴⁾: A tabela de resumo dos achados foi realizada para os desfechos primários, utilizando o software GRADEpro GDT.

Resultados

As buscas nas bases de dados resultaram em 3.131 referências. Após a remoção de 162 duplicatas, 2.979 títulos e resumos foram analisados e 2.926 foram excluídos por não cumprirem os critérios de inclusão. Ao final, 20 ensaios clínicos randomizados (publicados em 22 referências) foram incluídos.

Os 21 ensaios clínicos randomizados (ECR) incluíram um total de 2.335 mulheres lactantes com diagnóstico de fissura mamária uni ou bilateral. Os estudos foram publicados entre 1994 e 2020, e 60% foram realizados no Irã. Diferentes intervenções tópicas foram comparadas e avaliadas, sendo a pomada de lanolina, aloe vera e laser de baixa intensidade as intervenções mais prevalentes entre os estudos, e o leite materno o comparador mais utilizado.

A **Figura 1** apresenta os julgamentos realizados para cada estudo incluídos em cada domínio da ferramenta.

	Random sequence generation (selection bias)	Allocation concealment (selection bias)	Blinding of participants and personnel (performance bias); Subjective outcomes	Blinding of participants and personnel (performance bias); Serious adverse events (objective outcome)	Blinding of outcome assessment (detection bias); Subjective outcomes	Blinding of outcome assessment (detection bias); Serious adverse events (objective outcome)	Incomplete outcome data (attrition bias); Subjective outcomes	Incomplete outcome data (attrition bias); Serious adverse events (objective outcome)	Selective reporting (reporting bias)	Other bias
Abdoli 2020	?	+	+	+	+	+	+	+	+	
Akbari 2014	+	?	+	+	+	+	+	+	+	
Alamolhoda 2019	+	+	+	+	+	+	+	+	+	
Allen 2014	?	+	+	+	+	+	+	+	+	
As'adi 2017	?	?	+	+	+	+	+	+	+	
Bahar 2018	?	?	+	+	+	+	+	+	+	
Buchko 1994	?	?	+	+	+	+	+	+	+	
Camargo 2020	?	+	+	+	+	+	+	+	+	
Chaves 2012	?	+	+	+	+	+	+	+	+	
Coca 2016	?	+	+	+	+	+	+	+	+	
Dodd 2003	?	?	+	+	+	+	+	+	+	
Firouzabadi 2020	?	?	+	+	+	+	+	+	+	
Kuşcu 2002	?	?	+	+	+	+	+	+	+	
Mariani Neto 2018	+	?	+	+	+	+	+	+	+	
Mohammadzadeh 2005	?	?	+	+	+	+	+	+	+	
Niazi 2019	+	?	+	+	+	+	+	+	+	
Pugh 1996	+	?	+	+	+	+	+	+	+	
Saeidi 2015	?	?	+	+	+	+	+	+	+	
Shahrahmani 2018	+	?	+	+	+	+	+	+	+	
Shanazi 2015	+	+	+	+	+	+	+	+	+	

Figura 1. Avaliação do risco de viés dos estudos incluídos – ferramenta *RoB Cochrane*.

Os 21 ECR incluídos avaliaram 15 comparações entre diferentes intervenções, placebo ou nenhum tratamento. Diante da heterogeneidade clínica entre os estudos, foi possível a realização de uma metanálise com dois ECR comparando fotobiomodulação *versus* placebo (**Figura 2**), e o resultado mostra que ainda há incertezas em relação aos efeitos da intervenção na redução da dor 24 horas após a aplicação, devido às limitações metodológicas e imprecisão diante do pequeno tamanho amostral

(Diferença de média [DM] -0,15; Intervalo de confiança de 95% [IC 95%] -1,49 a 1,19; 139 participantes, 2 ECR, $I^2 = 57\%$).

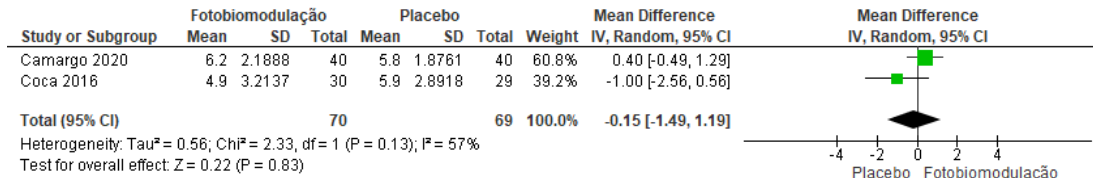


Figura 2. Metanálise para a comparação entre fotobiomodulação e placebo. Desfecho: dor (EAV).

A aplicação da pomada de lanolina foi comparada a sete intervenções diferentes e a nenhum tratamento. Há incertezas quanto aos efeitos da lanolina comparada ao leite materno (certeza da evidência muito baixa). Comparado ao leite materno, essência de mentol, gel de aloe vera e compressas de *Achillea Millefolium* parecem apresentar benefícios. Entretanto, a certeza destas evidências não foi avaliada. A pomada de depantenol mostrou resultados positivos na redução da dor quando comparada a nenhum tratamento, entretanto, não houve diferença ao ser comparada com a pomada de colagenase. Por fim, o uso da loção da fruta jujuba (*Jujuba Zizyphus*) não mostrou diferença na redução da dor e melhora da cicatrização quando comparada à aplicação de leite materno. Não foi possível realizar as análises adicionais planejadas: análises de subgrupos e de sensibilidade.

Certeza da evidência

A certeza do conjunto da evidência foi avaliada por meio da abordagem GRADE, considerando os desfechos primários das comparações classificadas pelos autores como clinicamente relevantes: pomada de lanolina *versus* leite materno e fotobiomodulação *versus* placebo.

Conclusão

Há incertezas em relação aos efeitos (benefícios e riscos) das intervenções avaliadas para o tratamento de dor e fissura mamária. Na maioria das comparações, as estimativas de efeito foram obtidas de apenas um ECR com limitações metodológicas e pequeno tamanho de amostra, o que confere imprecisão aos resultados e incertezas quanto à recomendação clínica.

Referências

1. Higgins JPT, Green S, editors. Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions Version 5.1.0 [updated March 2011]. The Cochrane Collaboration, 2011. Available from www.cochrane-handbook.org.
2. Moher D, Liberati A, Tetzlaff J, Altman DG, The PRISMA Group. Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses: The PRISMA Statement.
3. Review Manager (RevMan) [Computer program]. Version 5.3. Copenhagen: The Nordic Cochrane Centre, The Cochrane Collaboration, 2014. Available from: <https://community.cochrane.org/help/tools-and-software/revman-5>.
4. Guyatt G, Oxman AD, Akl EA, Kunz R, Vist G, Brozen J, Norris S, Falck-Ytter Y, Glasziou P, DeBeer H, Jaeschke R, Rind D, Meerpohl J, Dahm P, Schünemann HJ. GRADE guidelines: 1. Introduction-GRADE evidence profiles and summary of findings tables. J Clin Epidemiol. 2011 Apr; 64(4):383-394.

085. MANEJO ESTRUTURADO DA COLANGITE AGUDA GRAU III

Berretari, M. S.1; Pereira, P.B.1; Rodrigues, A. Z.2

1 Acadêmicas do curso de Medicina da Unimes; 2 Orientador docente do curso de Medicina da Unimes

Introdução

A colangite aguda é uma condição local e sistêmica causada por infecção aguda das vias biliares produzida por bactérias, geralmente acompanhada de obstrução biliar. Esta caracterização foi definida pela primeira vez por Charcot, em 1877 como uma tríade envolvendo febre, icterícia e dor no hipocôndrio direito.¹ É classificada em graus I, II e III de acordo com a gravidade das condições clínicas, sendo o grau III o mais avançado e com pior prognóstico. ² A prevalência não muda em relação ao sexo, mas é mais frequente nos indivíduos entre 50 e 60 anos.³ O diagnóstico desta afecção é feito pela

manifestação clínica, resultados laboratoriais e exames de imagem. O tratamento precoce com antibióticos intravenosos e descompressão biliar com drenagem são essenciais no controle da evolução da colangite aguda.¹

Objetivo

O presente artigo é uma revisão de literatura sobre colangite aguda, seu objetivo é revisar a bibliografia recente a respeito da doença, com enfoque na fase mais avançada da doença (grau III) e descrever seu diagnóstico e tratamento.

Métodos

Nessa pesquisa, utilizamos as seguintes bases de dados: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs), Brazilian Journal of Development, Journal of HBP Surgery e PubMed, entre 2007 e 2020. Selecionamos seis artigos para análise e discussão.

Discussão

Os pacientes não respondem ao tratamento clínico inicial e habitualmente apresentam alguma disfunção orgânica em pelo menos um ou mais sistemas orgânicos, de acordo com a tabela 1.3,4

Tabela 1: Critérios de Avaliação de Gravidade da Colangite Aguda Grau III

Disfunção cardiovascular	Hipotensão exigindo dopamina $5 \geq \mu\text{g}/\text{kg}/\text{min}$ ou qualquer dose de dobutamina.
Disfunção neurológica	Perturbação da consciência.
Disfunção respiratória	Relação $\text{PaO}_2/\text{FiO}_2 < 300$.
Disfunção renal	Oligúria e creatinina sérica $> 2,0\text{mg}/\text{dL}$.
Disfunção hepática	PT-INR (razão normalizada internacional de plaquetas) $> 1,5$.
Disfunção hematológica	Contagem de plaquetas $< 100.000/\mu\text{L}$.

Fonte: Kiriyaama e col.⁴

Quanto ao tratamento do grau III, é importante seguir o manejo estruturado de acordo com o que está proposto na tabela 2, baseada na Diretriz de Tóquio.⁵

Tabela 2: Manejo Estruturado da Colangite Aguda Grave (Grau III)

1. Quando houver suspeita de colangite aguda, realizar avaliação diagnóstica a cada 6-12h, usando os critérios diagnósticos da Diretriz de Tóquio de 2018, até que o diagnóstico seja estabelecido.
2. Realizar ultrassonografia abdominal, seguida de tomografia abdominal, ressonância nuclear magnética, colangiressonância e cintilografia hepatobiliar, se necessário.
3. Assim que o diagnóstico é feito, o tratamento inicial é instituído como se segue: reposição volêmica adequada, compensação eletrolítica, administração intravenosa de analgésicos e antibióticos de amplo espectro.
4. Em pacientes com Grau III, deve ser realizada drenagem urgente do trato biliar assim como o tratamento precoce e as medidas de suporte clínico. Se a drenagem biliar não puder ser realizada devido à falta de instalações ou pessoal qualificado, levar em consideração a transferência do paciente.
5. Em pacientes com Grau III, deve-se utilizar ventilação não invasiva/invasiva, drogas vasopressoras e outras medidas clínicas de suporte, se necessário.
6. Realizar hemocultura ou cultura de bile em todos os pacientes com Grau III (grave).
7. Tratar a etiologia da colangite aguda com intervenção endoscópica, percutânea ou operatória assim que episódio agudo estiver resolvido. A colecistectomia deve ser realizada para colecistolitíase após a resolução da colangite aguda.

Fonte: Mayumi, T.⁵

No que diz respeito à mortalidade sem relação com o procedimento operatório, um estudo multicêntrico mostrou que a mortalidade global hospitalar é de 29% para pacientes com colangite aguda grave.⁶

Conclusão

Por se tratar de uma doença com alta morbidade e mortalidade, tanto o diagnóstico imediato, que deve ser feito por exame clínico, métodos laboratoriais e exames de imagem, quanto o tratamento adequado, com ênfase na etiologia, tornam-se fundamentais para garantir o sucesso da terapêutica empregada.

Referências

1. Lan Cheong Wah D, Christophi C, Muralidharan V. Acute cholangitis: current concepts. ANZ J Surg. 2017 Jul;87(7-8):554-559. doi: 10.1111/ans.13981. Epub 2017 Mar 24. PMID: 28337833.
2. Wada, Keita & Takada, Tadairo & Kawarada, Yoshifumi & Nimura, Yuji & Miura, Fumihiko & Yoshida, Masahiro & Mayumi, Toshihiko & Strasberg, Steven & Pitt, Henry & Gadacz, Thomas & Büchler, Markus & Belghiti, Jacques & Santibañes, Eduardo & Gouma, Dirk & Neuhaus, Horst & Dervenis, Christos & Fan, Sheung-Tat & Chen, Miin-Fu & Ker, Chen-Guo & Kim, Myung-Hwan. (2007). Diagnostic criteria and severity assessment of acute cholangitis: Tokyo Guidelines. Journal of hepato-biliary-pancreatic surgery. 14. 52-8. 10.1007/s00534-006-1156-7.
3. Ahmed M. Acute cholangitis - an update. World J Gastrointest Pathophysiol. 2018 Feb 15;9(1):1-7. doi: 10.4291/wjgp.v9.i1.1. PMID: 29487761; PMCID: PMC5823698.
4. Kiriya, S. et al. Tokyo guidelines 2018: Diagnostic criteria and severity grading of acute cholangitis (with videos). J. Hepatobiliary Pancreat. Sci (2018) 25: 17-30. DOI: 10.1002/jhbp.512
5. Mayumi, T.; Okamoto, K.; Takada, T.; Strasberg, S.M.; Solomkin, J.S.; Schlossberg, D.; Pitt, H.A.; Yoshida, M.; Gomi, H.; Miura, F.; et al. Tokyo Guidelines 2018: Management bundles for acute cholangitis and cholecystitis. J. Hepatobil. Pancreat. Sci. 2018, 25, 96–100.
6. Lavillegrand, JR., Mercier-Des-Rochettes, E., Baron, E. et al. Acute cholangitis in intensive care units: clinical, biological, microbiological spectrum and risk factors for mortality: a multicenter study. Crit Care 25, 49 (2021). <https://doi.org/10.1186/s13054-021-03480-1>

086. MENINGITE LINFOMONOCITÁRIA RECORRENTE BENIGNA DE MOLLARET: RELATO DE CASO E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Flávia Rodrigues de Oliveira¹, Carolina Narita¹, Laila Mourad¹, Roberto Focaccia²

¹Alunas de graduação em Medicina ²Docente e orientador

Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES)

e-mail correspondente: flaviaroliveiracontato@gmail.com

Palavras - chave: Meningite de Mollaret, Meningite linfocitária multirrecorrente benigna, Meningite recorrente

Introdução

O neurologista francês Pierre du Mollaret, descreveu, em 1944, a síndrome, que ganhou seu nome, como uma meningite linfomonocitária multi-recorrente benigna. Inicialmente, a etiologia da Meningite de Mollaret (MM) era desconhecida¹. Em 1991, Yamamoto, Tedder et al. detectaram pela primeira vez o DNA do Herpes simplex (HSV) por biologia molecular no líquido de pacientes com a síndrome descrita por Mollaret². Outros autores demonstram, posteriormente, o predomínio do HSV, em sua maioria HSV-2, como fator causal. A sensibilidade da detecção do HSV não chega a 100% como descreveram Franzen-Röhl et al³, em 2007, levantando a possibilidade de outros vírus, provavelmente em latência clínica, também causar a meningite de Mollaret. A epidemiologia dessa Síndrome ou Doença, descrita há mais de 70 anos, permanece desconhecida. Há muito poucos relatos de casos semelhantes por um mesmo grupo de pesquisadores, prejudicando estudos prospectivos e dificultando o conhecimento de particularidades da doença.

Objetivos

O objetivo do trabalho em questão é relatar um caso de Meningite de Mollaret e fomentar uma discussão sobre o tema a partir de uma revisão bibliográfica sobre o tema abordado.

Métodos

Foi feita uma ampla pesquisa bibliográfica nos principais bancos de dados da literatura médica (PubMed, LILACS, periódico CAPES, CiELO) que permitiu fazer uma discussão sobre o relato de muitos autores que publicaram casos em discordância com os previamente descritos por Mollaret.

Relato de caso

Paciente do sexo feminino, 43 anos, apresenta quadro compatível com a Doença de Mollaret, tendo desenvolvido sete episódios recorrentes de meningite linfomonocitária asséptica ao longo de 14 anos (2008-2022), com boa evolução clínica. No primeiro episódio apresentou febre, rigidez de nuca, cefaléia holocraniana e forte mialgia. Os episódios subsequentes foram se exteriorizando paulatinamente de formas mais leves, sendo que no 3º. episódio apresentou apenas cefaleia e mialgia. Em toda evolução o quadro clínico teve a duração entre 3 a 7 dias. O exame liquórico sempre revelou aspecto turvo, com pleocitose discreta linfomonocitária, discreta proteinorraquia e glicorraquia normais. O vírus Herpes simplex tipo 2 foi identificado no 5º episódio de meningite no líquido cefalorraquidiano, por biologia molecular (PCR), a partir disso passou a receber acyclovir (400 mg via oral/dia por 10 dias). Foi realizado ampla gama de testes sorológicos, autoimunes, imunológicos e bioquímicos que resultaram todos normais. Não houve qualquer envolvimento neurológico de relevo durante e após as ocorrências clínicas. Como a paciente é portadora de quadro depressivo, o fator psicoemocional teria participado no desencadeamento das crises.

Discussão

A revisão da literatura revelou um número expressivo de doenças raras não relacionadas à descrição original de Mollaret. Assim, vários autores assumiram a descrição de meningites assépticas com comprometimentos neurológicos importantes ou se afastando da descrição clássica inicial e supostamente rotuladas de Meningite de Mollaret. A F Thilmann et al. chegam a propor que a DM é causada por reação alérgica induzida por drogas, cujo agente desencadeador permanece desconhecido⁴. O autor cita um caso supostamente de MM causada por anti-inflamatórios. Já em 1972, Paul E. Hermans et al. discute essa questão refutando que muitas descrições seriam apenas diagnósticos diferenciais da DM, confundindo-as com doenças meningoencefalites por inúmeras causas⁵, Tedder et al., por sua vez, analisou 13 casos da Universidade de Colorado, EUA, em 1994, com características semelhantes à doença de Mollaret (DC) e encontraram variações quanto ao tempo de remissão das crises entre um e mais de 20 anos, pleocitose entre 40 e 1600 células, proteinorraquia entre 40 e 240 mg%, predomínio do sexo feminino e faixa etária média de 38 anos⁶. Em 11 dos 13 pacientes o HSV-2 foi encontrado no

líquor e apenas um teve detectado o HSV-1. Há uma ampla variação de tempo decorrido de remissão entre as crises, relatando-se até 20 anos de intervalo. A relação de períodos de remissão das crises no caso relatado também não manteve uma periodicidade regular. Theresa Y Chan et al descreveram quadros citopatológicos em 14 pacientes clinicamente relacionados com a MM⁷. Entretanto, difícil conclusão pois houve forte predomínio de monócitos (próximo de 100%) e presença de polimorfonucleares neutrófilos e plasmócitos, ao contrário de achados predominantemente linfocitários de inúmeros autores e, também, do nosso caso descrito. Os próprios autores sugerem que foram quadros com diagnósticos diferenciais com distúrbios degenerativos, inflamatórios/infecciosos e linfoproliferativos do sistema nervoso central. Com relação à terapêutica da DM, apesar da doença clínica resolver-se espontaneamente, alguns autores utilizam acyclovir, e seus derivados, (valaciclovir e famciclovir) administrados tanto para terapia episódica quanto para supressão de recorrências. Acredita-se que essa terapia seja benéfica, embora não haja dados de ensaios controlados para apoiar a eficácia e a segurança⁸.

Conclusão

A análise de dezenas de relatos encontrados na literatura médica permitiu sugerir que a Meningite de Mollaret constitui uma entidade distinta e extremamente rara, não podendo ser confundida com outros diagnósticos diferenciais de meningites linfomonocitárias assépticas, frequentemente referidos como tal, e com prognósticos totalmente diferentes das descritas por Mollaret.

Referências

1. Mollaret P. Méningite endothélio-leucocytaire multirécurrente bénigne. Syndrome nouveau ou maladie nouvelle? *Revue neurologique*.1944; Paris. 76: 57–76.
2. Yamamoto LJ, Tedder DG, Ashley R, Levin MJ. Herpes simplex virus type 1DNA in cerebrospinal fluid of a patient with Mollaret's meningitis. *New Engl J Med* 1991; 325:1082–5
3. Röhl EF, Ljung-Lindell AT, Grillner L, Aurelius E. Increased detection rate in diagnosis of herpes simplex virus type 2 meningitis by real-time PCR using cerebrospinal fluid samples. *J Clin Microbiol* 2007;45(8):2516-20.

4. Thilmann AF, Möbius E, Thilmann RR, Töpfer R. [Recurrent aseptic meningitis (Mollaret meningitis) spontaneous and drug-induced origin]. Fortschr Neurol Psychiatr. 1991;59 (12):493-497.
5. Hermans PE, Goldstein NP, Wellman WE. Mollaret's meningitis and differential diagnosis of recurrent meningitis. Amer J Med 1972; 52 (1):128-140.
6. Tedder DG, Ashley R, Tyler KL, Levin MJ. Herpes simplex virus infection as a cause of benign recurrent lymphocytic meningitis. Ann Intern Med. 1994;12:1334- 338.
7. Chan TY, Parwani AV, Levi AW, Ali SZ. Mollaret meningitis: cytopathologic analysis of fourteen cases. Diagn Cytopathol 2003; 28(5):227-31.
8. Shalabi M, Whitley RJ. Recurrent Benign Lymphocytic Meningitis. Clinical Infectious Diseases 2006; 43, (9): 1194–1197.

087. MONITORAMENTO DE ESCHERICHIA COLI E COLIFORMES TOTAIS NO RIO POUÇA SAÚDE LOCALIZADO NA MARGEM DIREITA DA ÁREA PORTUÁRIA DE SANTOS

Taís Mendes Silva¹, Daiene Caroline Lapo Gomes¹, Olívia Voelzke Passarin², Isabella Mourad Zenardi²,
Maria Luiza Samia Ventura³, Marco A. Santos⁴, Adilson Marques Silva⁵, Elizabeth B. Oliveira-Sales⁶

¹Alunas de Iniciação científica do 4º Ano do Curso de Medicina da UNIMES.

²Alunas de Iniciação científica do 2º Ano do Curso de Medicina da UNIMES.

³ Mestranda da Pós-Graduação Mestrado Profissional em Saúde e Meio Ambiente da UNIMES.

⁴Prof. Adjunto do Curso de Odontologia da UNIMES.

⁵Prof. Adjunto do Curso de Medicina da UNIMES.

⁶Profa. Adjunta do Curso de Medicina e da Pós-Graduação Mestrado Profissional em Saúde e Meio Ambiente da UNIMES.

E-mail para contato: tais17mendes@gmail.com

Palavras-chave: coliformes, Escherichia coli, poluição Ambiental.

Introdução

O sistema estuarino santista é um ambiente que recebe aporte de sedimentos graças a forte irrigação provocada pelas bacias hidrográficas do entorno, tornando esse canal naturalmente com enorme carga de sedimentos, necessitando, portanto, de um trabalho intenso de dragagem. Como fonte para essa quantidade de sedimentos observa-se poluição oriunda de efluentes industriais, terminais portuários, lixões, aterros sanitários, áreas contaminadas por disposição inadequada de resíduos tóxicos, estações de tratamento de águas e esgotos, contribuições difusas, lançamento *in natura* de esgotos em canais, rios e mar. Somado à essa circunstância, é importante ressaltar que o Porto de Santos é o maior complexo portuário da América Latina, logo a demasiada atividade portuária do local contribui para a toxicidade da água do local¹. O rio Pouca Saúde se comunica com a margem direita do Estuário do Porto de Santos, no bairro Porto em Guarujá. Ao longo do curso do rio há muitas palafitas, as quais lançam esgoto e lixo doméstico nas águas. Próximas às margens do rio também existem as indústrias Dow Química Brasil, Olin e a Sucocítrico Cutrale.

O presente estudo faz parte de um projeto intitulado “Avaliação das condições toxicológicas do rio Pouca Saúde, localizado na margem direita da área portuária de Santos - SP”, que demonstrou valores acima do limiar exigido pela resolução vigente dos metais tóxicos níquel e zinco nas amostras de sedimentos do Rio Pouca Saúde, sendo que o níquel se apresenta em maior concentração na região próxima a comunidade ribeirinha. Nesse mesmo ponto, os resultados físico-químicos também se apresentaram bastante alterados. Já o zinco mostrou-se aumentado tanto próximo da comunidade como na região mais próxima das indústrias químicas. Adicionalmente, por meio pelo método *Allium cepa L.* foi observado diminuição no índice mitótico nas raízes germinadas em amostras de água coletadas em dois pontos distintos do Rio Pouca Saúde em águas superficiais próximas à margem durante 3 estações do ano de 2020. Os resultados sugerem que o ponto próximo a comunidade ribeirinha apresentou as piores condições em todas as estações estudadas, tanto nas análises macroscópicas como nos testes citotóxicos, podendo sugerir que a piora da qualidade da água pode estar associado ao descarte direto de esgoto e lixo nessa região do Rio Pouca Saúde³.

Diante desses resultados, surgiu a ideia de avaliar a bactéria *Escherichia coli* e coliformes totais nas águas do Rio Pouca Saúde, visto ser uma área onde a população ribeirinha está constantemente em contato. As bactérias do grupo coliforme têm sido utilizadas há vários anos na avaliação da qualidade microbiológica de amostras ambientais e atendem vários dos requisitos de um bom indicador de contaminação fecal. A *Escherichia coli*, componente desse grupo que possui a capacidade de crescer e fermentar a lactose na temperatura mais elevada, tem seu habitat quase que exclusivamente limitado ao trato intestinal de seres humanos e animais de sangue quente, enquanto as demais bactérias termotolerantes definidas como coliformes possuem o mesmo habitat, mas são mais abundantes no ambiente. A Resolução CONAMA 357/2005, que dispõe sobre a classificação de corpos de água e diretrizes ambientais para seu enquadramento, utiliza os coliformes termotolerantes como padrão de qualidade microbiológica, mas permite sua substituição pela *Escherichia coli*, de acordo com critérios estabelecidos pelo órgão ambiental competente⁴.

Diante disso, identificar a presença coliformes totais e da bactéria *Escherichia coli* nas águas do Rio Pouca Saúde é fundamental para orientar a população ribeirinha dos possíveis efeitos nocivos da utilização inadequada de suas águas. Também pretende-se estudar a frequência das principais doenças causadas por parasitas na população exposta a estes contaminantes, através de uma pesquisa na Base de Dados do DATASUS e fomentar a organização de um relatório científico e implementação de ações que promovam a qualidade de vida desta população.

Objetivo

Analisar a presença de coliformes totais e da bactéria *Escherichia coli* nas águas do Rio Pouca Saúde e fazer uma pesquisa na Base de Dados do DATASUS da frequência das principais doenças causadas por parasitas nessa população.

Métodos

A coleta de amostras de água será realizada em dois pontos distintos do Rio Pouca Saúde. O ponto 1 será coletado na saída do canal do estuário de Santos (Long -23.977176, Lat -46.282106), uma região chamada de “Prainha”, com palafitas ao redor, onde o esgoto é excretado diretamente no rio, e com

muito lixo e o ponto 2 será coletado próximo à Avenida Santos Dumont (Long-23.969461, Lat - 46.279016), uma região mais afastada da população, com descartes de efluentes industriais.

Para análise da água será utilizado o teste Colilert, o qual usa exclusiva Tecnologia do Substrato Definido - Defined Substrate Technology (DST) para detectar simultaneamente coliformes totais e *E. coli*. Dois indicadores nutrientes, ONPG e MUG, são as principais fontes de carbono no Colilert e podem ser metabolizados pela enzima dos coliformes β -galactosidase, e pela enzima da *E. coli* β -glucuronidase, respectivamente. À medida que os coliformes crescem no teste Colilert, eles usam β -galactosidase para metabolizar ONPG e mudam sua cor de incolor para amarelo. *E. coli* usa β -glucuronidase para metabolizar MUG e criar fluorescência. Tendo em conta que a maioria dos não coliformes não tem estas enzimas, eles são incapazes de crescer e interferir. Os poucos não coliformes que têm estas enzimas são seletivamente suprimidos pela matriz especificamente formulada do teste Colilert.

A primeira etapa da análise será adicionar o reagente à 100 ml da amostra de água do rio e incubar a $35^{\circ}\text{C} \pm 0,5^{\circ}\text{C}$ durante 24 horas. Posteriormente, será feito a leitura dos resultados: Incolor = negativo, Amarelo = coliformes totais e Amarelo/fluorescente = *E. coli*.

Para pesquisar a frequência das principais doenças causadas por parasitas na população ribeirinha, será realizado um estudo de aspecto observacional e analítico, por meio de uma pesquisa no banco de dados do Departamento de Informática do SUS do Estado de São Paulo (DATASUS), utilizando o software TABWIN. Serão obtidos os dados do Hospital Santo Amaro e do Instituto de Infectologia Emílio Ribas da Baixada Santista, localizados próximos ao Rio Pouca Saúde. Os Códigos Internacionais de Doenças (CID 10) serão selecionados com base nas doenças mais relacionadas e serão selecionados os anos de 2006 a 2021, incluindo moradores do sexo feminino e masculino com idade superior a 20 anos.

Resultados em desenvolvimento

O presente estudo encontra-se em desenvolvimento. Pretende-se após analisar os dados obtidos na pesquisa, propor o desenvolvimento de ações de prevenção e promoção da saúde na região. Diante desses resultados, espera-se ainda um posicionamento de autoridades sobre a qualidade do rio e seu efeito na população. E ao final do projeto, seja elaborado um artigo comparando os resultados do estudo com os dados epidemiológicos da região referente as doenças causadas pelo *E. coli* e outros parasitas.

Referências

1. Miller TTM, Freitas JCH, Silva MCM. Dragagem: a necessidade de um novo modelo. SOPESP. 2017; 01:1-18.
2. Arias TL et al. Environmental quality assessment of Caañabe Stream by microbiological and ecotoxicological tests. Rev. Ambient. Água. 2016;11(3):548-565.
3. Ventura MLS et al. Monitoramento ecotoxicológico com bioensaios Allium Cepa L no Rio Pouca Saúde durante diferentes estações localizado da região portuária de Santos/SP. "In": Wellington JJ. Sustentabilidade e Meio ambiente: Perspectivas e Desafios. Maringá: Editora UNIEDUSUL. 2021; 75-88.
4. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Comissão Nacional do Meio Ambiente. Resolução CONAMA 357, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento.

AUXÍLIO FINANCEIRO: Auxílio Regular à Pesquisa (Número do Processo FAPESP 2019/25695-8).

088. PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA SAÚDE OCULAR DOS TRABALHADORES DO PORTO DE SANTOS

Fernanda Daroz P. Colombo Barboza ; Mirian A. Boim

Programa de Pós Graduação em Saúde e Meio Ambiente da Universidade Metropolitana de Santos

O ambiente portuário pode propiciar o aparecimento de lesões oculares importantes como traumas, infecções e processos inflamatórios. Essas lesões podem evoluir para problemas oculares severos e até a cegueira. Os objetivos deste estudo são conhecer o perfil de saúde ocular em população de trabalhadores portuários do Porto de Santos e mapear a epidemiologia de doenças oculares nesta população.

Métodos: Levantamento de prontuários de 2220 trabalhadores portuários que foram submetidos a uma avaliação oftalmológica em exame ocupacional no período de janeiro de 2017 a janeiro de 2019. Foi aplicado um questionário e realizado o exame de acuidade visual (Snellen), tonometria, teste de Ishihara e biomicroscopia, exame de fundo de olho e prescrição de óculos.

Resultados: A predominância foi do sexo masculino (73,5%) e faixa etária de 27 a 32 anos (43%). A acuidade visual estava acima de 0,7 em 94,5% dos olhos e 82% não utilizavam óculos. A maioria não apresentava antecedentes oculares (98,6%) ou sistêmicos (96,6%). O diagnóstico final foi exame normal em 58% dos casos, presbiopia em 15,6%, astigmatismo miópico em 12% e hipermetrópico em 8,3% dos indivíduos. Baixa visão foi encontrada em 1,9%, cegueira unilateral em 0,5%, não havendo casos de cegueira total ou de deficiência visual severa entre os trabalhadores. As principais causas de baixa visão foram erros refrativos e ambliopia.

Conclusão: Nesta análise inicial a maioria dos trabalhadores portuários apresentou exame oftalmológico normal ou problemas de visão semelhantes à população em geral. Na próxima análise serão investigados possíveis processos infecciosos e inflamatórios relacionados à atividade laboral portuária.

089. PESQUISA DE CISTOS, OVOS E LARVAS DE PARASITAS EM AREIA NA PRAIA DE SANTOS

Isabella Mourad Zenardi¹, Olívia Voelzke Passarin¹, Taís Mendes Silva², Daiene Caroline Lapo Gomes²,
Maria Luiza Samia Ventura³, Marco A. Santos⁴, Elizabeth B. Oliveira-Sales⁵, Adilson Marques Silva⁶

¹Alunas de Iniciação científica do 2o Ano do Curso de Medicina da UNIMES.

²Alunas de Iniciação científica do 4o Ano do Curso de Medicina da UNIMES.

³Mestranda da Pós-Graduação Mestrado Profissional em Saúde e Meio Ambiente da UNIMES.

⁴Prof. Adjunto do Curso de Odontologia da UNIMES.

⁵Profa. Adjunta do Curso de Medicina e da Pós-Graduação Mestrado Profissional em Saúde e Meio Ambiente da UNIMES.

⁶Prof. Adjunto do Curso de Medicina da UNIMES.

E-mail para contato: isabellamourad2002@gmail.com

Palavra-chave: Cistos, Ovos, Larvas, Areia, Santos

Introdução

O Brasil é um país que apresenta uma faixa litorânea de 7.491 quilômetros de extensão, tornando-o o 16º maior litoral nacional do mundo. Toda a costa encontra-se ao lado do Oceano Atlântico, sendo, a maior parte desta, favorável a balneabilidade. Há inúmeras cidades e até capitais que se formaram ao longo desta faixa litorânea. As praias são importantes áreas de lazer para a população, e, dependendo da região, são densamente povoadas e estão susceptíveis a infecções parasitárias, principalmente, por helmintos e protozoários, sendo os principais agentes contaminantes, destes locais, os animais domésticos, como cães e gatos, bem como o despejo de poluentes na faixa de areia, além da contaminação da faixa de areia pelo lançamento de águas e dejetos ¹.

Do ponto de vista epidemiológico, a contaminação do homem, através do contato direto com animais e/ou a partir de material biológico proveniente de animais, é bastante relevante, parasitoses como: *Toxoplasma gondii*, *Entamoeba histolytica* e *Giardia lamblia*; e helmintíases, como: *Ascaris Lumbricoides*, ancilostomídeos e *Toxocara* ^{2,3}. O estreitamento das relações entre os animais e o homem promove uma maior exposição humana às zoonoses, com maior gravidade para indivíduos imunodeprimidos, representando riscos à saúde pública¹.

Segundo o boletim de epidemiológico de Santos de 2021, as doenças infecciosas e parasitárias representam cerca de 23% a causa de óbito nos residentes de Santos de 2016 a 2021. Caracterizando-se a principal causa de morte na cidade, seguido pelas doenças do aparelho circulatório (22%). Em um estudo realizado nas praias urbanas de João Pessoa- PB, foram analisadas amostras de areia da praia, onde 29% das amostras coletadas foram positivas ovos de parasitas e cistos de protozoários. Sendo os principais agentes amebas (50,9%) e ascarídeos (32,6%)⁴. Em outro trabalho de pesquisa nas praias da região nordeste na região de Iheus-BA, foram encontradas larvas de *S. stercoralis* (41,66%) e Ancilostomídeos, (58,83%) distribuídos em três distintas profundidades do solo superfície, 10cm e 20cm⁴.

Não somente na areia das praias, mas, também, em locais onde animais circulam, podem servir de fonte de contaminantes biológicos. Estudo realizado em praças públicas, em uma cidade do Rio Grande do Sul, também, demonstrou altíssimo nível de contaminação por agentes parasitários, sendo que após as

análises, observou-se 100% das praças contaminadas com ovos de parasitas, tendo sido observada a predominância de positividade para ovos *Ancylostoma* sp.

Em outro estudo realizado Contaminação por Enteroparasitas em Areia de Praças e Locais de Recreação do Município de Porto Velho, Rondônia, foram positivos para parasitas em cinco (45,5%) das praças analisadas, sendo encontrado, cistos de *Entamoeba Coli*, *Ancylostoma* spp, ovos de *Ascaris lumbricoides* na maioria dos locais examinados ⁵. A principal via de transmissão das parasitoses intestinais é a via oral ou tópica, sendo a via oral, também, relacionada a contaminação de alimentos ingeridos nestes locais, com maior prevalência na infância ⁶.

Objetivo

Pesquisar a presença de cistos, ovos e larvas de parasitas intestinais na faixa de areia da praia de Santos.

Métodos

Será realizada a análise microscópica de amostras de areia colhidas na praia de Santos em regiões específicas na faixa de areia.

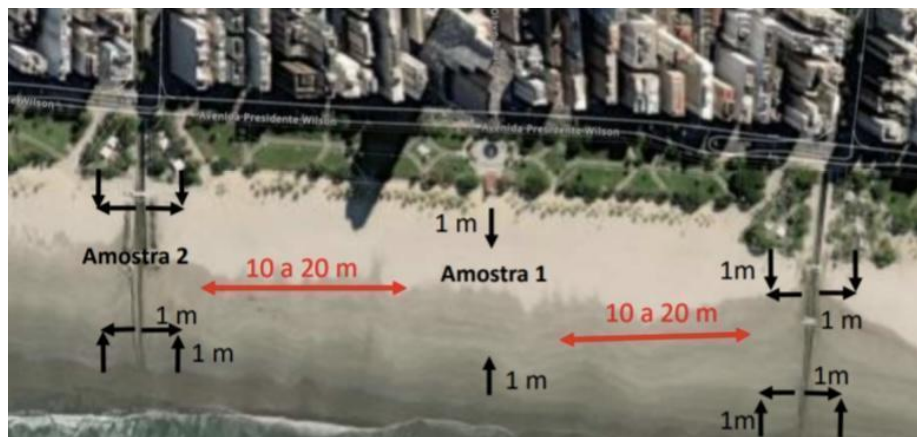
Serão obtidas amostras nas regiões de “A” a “E” como mostrado no mapa-1. Em cada uma das regiões demarcadas, serão obtidas amostras seriadas em duplicata segundo o esquema abaixo: (mapa-2)

Amostras 1: amostras colhidas na região úmida da areia a aproximadamente 1 metro do final da água, e a 1 metro do início da faixa de areia próxima ao calçadão. Total de 20 amostras.

Amostras 2: até 1 metro de cada lado da chamada “Língua negra”, que pode aparecer na região dos canais, também, na região próxima da água do mar (1 metro de distância) e próximo ao calçadão total de 40 amostras.



Mapa -1: Mapeamento da região onde serão extraídas as amostras



Mapa - 2: Mapeamento das amostras seriadas em duplicata

As amostras devem conter uma massa de 15 gramas de areia a ser obtida em uma profundidade de até 5 cm através de um “punch” confeccionado de um tubo de ferro galvanizado e limpo a cada coleta.

As amostras deverão ser identificadas e armazenadas em frasco apropriado e etiquetado, identificada com hora, dia e local e levado ao laboratório para posterior análise.

A análise se dará pelo método de Hoffman Pons e Janer, de sedimentação espontânea e leitura em microscópio óptico comum após 24h, entre lâmina e lamínula com aumentos de 100 e 400x. ⁷

Resultados em desenvolvimento:

Este estudo encontra-se em desenvolvimento. Espera-se que a análise dos resultados por região e por local da amostra forneça informações sobre os percentuais de contaminação da areia na areia das praias de Santos. E ao final do projeto, seja elaborado um artigo científico para a comunidade científica com a finalidade de estabelecer metas de acordo com o resultado obtido com relação a contaminação da faixa de areia na praia.

Referências

- 1- Cáceres APSG, Gonçalves FA, Cazorla IM, Carvalho SMS. Contaminação do solo por helmintos de importância médica na Praia do Sul (Milionários), Ilhéus - BA. Rev Bras Anal Clín. 2005; 37(1):53-5.
- 2- Heukelbach J, Oliveira FAS, Feldmeier H. Ectoparasitoses e saúde pública no Brasil: desafios para controle. Cad Saúde Pública. Rio de Janeiro. 2003; 19(5):1535-540.
- 3- Dias J, Redante D, Pesenti T, Berne ME. Zoonoses parasitárias: o ambiente como fonte de infecção. Anais do XIV Congresso de Iniciação Científica da UFPEL. Rio Grande do Sul. 2005
- 4- Souza JO, Santos EO, Lira EM, Sá ÍC, Hirsch-Monteiro C. Parasitological: Analysis of Sand from Urban Beaches of João Pessoa/PB. Rev. bras. ciênc. saúde. Paraíba. 2014; 18(3): 195-202
- 5- Branco Junior AG, Lima LCA, Souza CF, Carvalho AP, Lima PAM, Terassini FA. Contamination by por Enteroparasites in the sand of squares in city of Porto Velho, Rondônia, western Amazon, Brazil. Revista FIMCA. Rondônia. 2018; 5(2):14-18.
- 6- Lima DS, Mendonça RA, Dantas FCM, Brandão JOC, Medeiros CSQ. Parasitoses intestinais infantis no nordeste brasileiro: uma revisão integrativa da literatura. Caderno De Graduação - Ciências biológicas e da saúde - FACIPE. Pernambuco. 2013; 1(2): 71–80.
- 7 - Oliveira Filho AA, Fernandes HMB, Alcântara NDF, Assis TJCF, Freitas FIS. Frequência de enteroparasitas nas areias das praias da Paraíba. BioFar Rev Biol Farm. Paraíba. 2011; 6 (2):108-13

090. POLIMORFISMOS DO GENE APOE, FATORES DO ESTILO DE VIDA E FUNÇÃO COGNITIVA: INTERAÇÃO GENE - AMBIENTE NA POPULAÇÃO IDOSA DA BAIXADA SANTISTA

Danielle Cristine Ginsicke¹, Melyssa Alves Souza^{1,2}, Larissa Gomes Peres Bomfim¹,
Vinicius Lúcio de Barros¹, Mileny Esbravatti Stephano Colovati¹, Angelina Zanesco¹.

1. Programa de pós-graduação em Mestrado Profissional de Saúde e Meio Ambiente,
Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES), Santos, SP, Brasil

2. Departamento de Biociências, Instituto de Saúde e Sociedade, Universidade Federal
de São Paulo (UNIFESP), Santos, SP, Brasil.

e-mail para contato: mcolovati@yahoo.com.br

Palavras chave: demência; APOE; obesidade; tabagismo; Doença de Alzheimer.

Introdução

Vários estudos vêm sendo conduzidos com o objetivo de contribuir para o envelhecimento de qualidade. Considerando que a doença de Alzheimer (DA) é a forma de demência mais prevalente em idosos mundialmente, pesquisas que buscam esclarecer sua fisiopatologia são extremamente importantes¹. Sabe-se que o genótipo da APOE ϵ 4 está fortemente associado ao aumento de risco para o desenvolvimento da DA², porém evidências preliminares mostram que a exposição a fatores oxidantes e/ou inflamatórios decorrentes do estilo de vida interagem com o genótipo APOE aumentando o risco para DA^{3,4}.

Objetivo

Avaliar a interação entre os efeitos do tabagismo e obesidade com os genótipos APOE no risco para demência em idosos da Baixada Santista.

Métodos

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES), sob número CAAE 20938619.4.0000.5509, como parte do projeto de pesquisa FAPESP (2019/13343-0), que está sendo desenvolvido pelo grupo de pesquisadores do programa de Pós-graduação em Saúde e Meio Ambiente da UNIMES.

Foram incluídos 107 idosos com idade ≥ 65 anos de idade, de ambos os sexos, provenientes das cidades da Baixada Santista (BS): Praia Grande, Santos e Mongaguá, sem histórico prévio de demência ou DA.

As informações sobre a função cognitiva, obesidade e tabagismo foram obtidas a partir do Mini Exame do Estado Mental (MEEM), cálculo do Índice de Massa Corpórea e relato de exposição ao tabaco, respectivamente.

Para a análise estatística foi utilizado o modelo de regressão linear proporcional Cox para cálculos de hazard ratios (HR), com intervalo de confiança de 95% e valor de $p < 0,05$. As associações entre genótipo e fatores modificáveis foram realizadas utilizando o modelo de fluxograma da Árvore de Decisão.

Resultados e discussão

Dos 107 participantes, 29 eram sexo masculino (27,1%) e 78 do sexo feminino (72,9%), com média das idades de 73,0 ($\pm 7,3$). Deste total, 50 (46,7%) apresentaram déficit cognitivo e 57 (53,3%) mostraram função cognitiva preservada pela triagem MEEM.

Dentre os participantes, observamos a seguinte frequência genotípica para o gene APOE: 58,3% $\epsilon 3\epsilon 3$; 18,8% $\epsilon 3\epsilon 4$; 17,7% $\epsilon 3\epsilon 2$; 4,2% $\epsilon 2\epsilon 4$ e 1% $\epsilon 2\epsilon 2$ (Tabela 1). Contudo, não observamos diferenças no escore cognitivo de portadores do alelo $\epsilon 4$ na amostra geral ($p=0,63$). Já a maioria dos portadores do alelo $\epsilon 2$ ($p=0,58$) em heterozigose (64,6%) e homozigose (100%) revelaram função cognitiva preservada no teste cognitivo MEEM. Portanto, os portadores dos alelos $\epsilon 4$ ou $\epsilon 2$ não mostraram risco para o desenvolvimento de demência nos idosos estudados na Baixada Santista.

Tabela 1. Características gerais dos idosos da Baixada Santista, estratificados pelo resultado do Mini Exame do Estado Mental (MEEM).

	Total N = 107	MEEM Com Deficit N = 50 (46,7%)	MEEM Sem Deficit N = 57 (53,3%)
Demográficos N = 107			
Sexo Masculino	29 (27.1%)	12 (41.4%)	17 (58.6%)
Sexo Feminino	78 (72.9%)	38 (48.7%)	40 (51.3%)
Idade - média (DP)	73,0 (±7,3)	74.3 (±8.6)	71.8 (±5.8)
Escolaridade N = 107			
Fundamental I	29 (27.1%)	13 (44.8%)	16 (55.2%)
Fundamental II	34 (31.8%)	20 (58.8%)	14 (41.2%)
Médio	26 (24.3%)	11 (42.3%)	15 (57.7%)
Superior	18 (16.8%)	6 (33.3%)	12 (66.7%)
Genotipo APOE N = 96			
e2e2	1 (1.0%)	0	1 (100.0%)
e2e3	17 (17.7%)	6 (35.3%)	11 (64.7%)
e3e3	56 (58.3%)	25 (44.6%)	31 (55.4%)
e3e4	18 (18.8%)	9 (50.0%)	9 (50.0%)
e4e4	0	0	0
e2e4	4 (4.2%)	3 (75.0%)	1 (25.0%)
Tabagismo N = 102			
Fumou >=15anos	46 (45.1%)	24 (52.2%)	22 (47.8%)
Nunca Fumou	56 (54.9%)	24 (42.9%)	32 (57.1%)

Obesidade N = 90			
Obeso IMC \geq 30	27 (30.0%)	14 (51.9%)	13 (48.1%)
Não Obeso	63 (70.0%)	26 (41.3%)	37 (58.7%)

MEEM=Mini Exame do Estado Mental, DP=desvio padrão, APOE = apolipoproteína E, IMC = índice de massa corpórea.

Apesar das doenças crônico-degenerativas serem multifatoriais, com a interação genética-ambiental atuando em sua fisiopatogênese, os idosos da Baixada Santista, de ambos os sexos, possivelmente, apresentam maior proteção genética do gene APOE no desenvolvimento de doenças relacionadas ao envelhecimento, principalmente a demência ou doença de Alzheimer.

A análise estatística revelou que a obesidade e tabagismo estão associados com maior chance no desenvolvimento de demência ($p < 0,005$ e $p = 0,02$, respectivamente) nos idosos da Baixada Santista. Portanto, os dados reforçam as hipóteses da literatura^{4,5}, nas quais a neuroinflamação da obesidade e a ação oxidativa prejudicial do tabaco, provavelmente, potencializam os processos fisiológicos do envelhecimento, acelerando o surgimento de doenças relacionadas à idade, principalmente a demência.

Além disso, a associação entre o fator de risco genético APOe4 e obesidade não influenciam no risco para demência.

Figura 1. Fluxograma árvore de decisão das interações entre genótipos APOE2, APOE4, obesidade e tabagismo no risco para o desenvolvimento de demência.

Há muito tempo, pesquisadores vêm estudando hábitos saudáveis do estilo de vida (dieta adequada, exercício físico, treinamento cognitivo, não consumo de álcool, não fumar) que protegem o SNC, retardando ou evitando a neurodegeneração, que causa a demência nos idosos. Considerando que, o declínio cognitivo é tempo-dependente e os benefícios de uma intervenção, modificando o estilo de vida

ou interagindo com a genética do indivíduo, podem se acumular ao longo dos anos, pesquisas experimentais são um grande desafio.

Estudos observacionais com acompanhamento de um número considerável estatisticamente de participantes, por um maior período de tais práticas, são sugeridos a partir deste trabalho, podendo ser consideradas como abordagens úteis do estilo de vida em associação aos efeitos dos polimorfismos genéticos para a preservação da função cognitiva, principalmente na prevenção ou atenuação de demências nos idosos.

Conclusões

Nenhuma associação entre o alelo APO ϵ 4 e risco para demência. No entanto, o hábito de fumar e a obesidade parecem estar relacionados ao risco para o desenvolvimento de demência. Adicionalmente, a interação entre tabagismo e os polimorfismos APO ϵ 4 predispõem ao risco para demência nos idosos da BS.

Referências

1. Chen XQ, Mobley WC. Exploring the Pathogenesis of Alzheimer Disease in Basal Forebrain Cholinergic Neurons: Converging Insights From Alternative Hypotheses. *Front Neurosci*. 2019 May 7;13:446. doi: 10.3389/fnins.2019.00446. PMID: 31133787; PMCID: PMC6514132.
2. Marais AD, Apolipoprotein E in lipoprotein metabolism, health and cardiovascular disease, *Pathology*. 2019. 51;2:165-176, ISSN 0031-3025, <https://doi.org/10.1016/j.pathol.2018.11.002>.
3. Otuyama LJ, Oliveira D, Locatelli D, Machado DA, Noto AR, Galduróz JCF, Prince MJ, Ferri CP. Tobacco smoking and risk for dementia: evidence from the 10/66 population-based longitudinal study. *Ageing Ment Health*. 2020 Nov;24(11):1796-1806. doi: 10.1080/13607863.2019.1647140. Epub 2019 Sep 12. PMID: 31512501.
4. Zhang XX, Tian Y, Wang ZT, Ma YH, Tan L, Yu JT. The Epidemiology of Alzheimer's Disease Modifiable Risk Factors and Prevention. *J Prev Alzheimers Dis*. 2021;8(3):313-321. doi: 10.14283/jpad.2021.15. PMID: 34101789.

091. PREVALÊNCIA DE HIV, SÍFILIS, HEPATITES B e C NA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO MUNICÍPIO DE SANTOS.

Autores: Gabriel Carvalho Ventura¹, Giullia Carvalho Mangas Lopes¹, Fabiana Larguesa Cortez¹, Ana Carolina Vidal Lourenço¹, Layla Aricia Queiroz de Oliveira¹, Marcella Ferreira Olintho¹, Carolina Miranda Aranha¹, Flávia Rodrigues de Oliveira¹, Carolina Narita¹, Pedro Luis Valeiras Gaddini², Roberto Focaccia³

¹Graduando de medicina, Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES)

²Médico especialista em Infectologia e mestrando, UNIMES.

³Docente e orientador, UNIMES.

e-mail: gabrielcarvalhoventura7@gmail.com

Palavras-chave: Moradores em situação de rua, HIV, Hepatite C, Hepatite B, Sífilis.

Introdução

População em Situação de Rua é definida como “Grupo populacional heterogêneo [...] que têm em comum a condição de pobreza absoluta, vínculos interrompidos ou fragilizados e falta de habitação convencional regular, sendo compelidas a utilizar a rua como espaço de moradia e sustento, por caráter temporário ou de forma permanente”.¹ Em Santos habitam cerca de 433.991 pessoas², sendo a principal cidade de uma região metropolitana de um complexo incluindo nove municípios. A proximidade com outras cidades, sua importância turística, urbana e portuária, torna o local atrativo para a ocupação de espaços públicos. Aliado com a vulnerabilidade social, a cidade se faz uma estrutura potencial para as infecções sexualmente transmissíveis (IST), expondo os trabalhadores circulantes locais, associado ao contexto de contiguidade com o comércio de drogas ilícitas, compartilhamento de seringas e canudos, aumentando a chance de transmissões. Tal população apresenta crescimento numérico em Santos, de acordo com o IBGE. Em estudo desenvolvido pela Secretaria de Desenvolvimento Social (Seds) da Prefeitura de Santos, em parceria com a UNIFESP, em 2019, havia 868 pessoas em situação de rua.^{3,4} Estimativas da Prefeitura mostram que em 2022 a população em situação de rua poderá ter ultrapassado

mil pessoas, baseadas em atendimentos realizados. Ademais, pesquisa realizada no município de São Paulo, demonstrou evidências de associação de HIV, Hepatite C e Sífilis com uso de drogas ilícitas.⁵

Objetivos

Estimar prevalência de HIV, Sífilis e Hepatite B e C da população em situação de rua do município de Santos; identificar fatores associados à sua transmissão bem como orientar à população estudada e subsídio aos gestores locais de saúde.

Métodos

Trata-se de um estudo transversal, com amostragem de conveniência representativa calculada em 278 pessoas de um universo estimado de 1.000 pessoas, com 5% de margem de erro e 95% de confiabilidade. O atendimento aos indivíduos participantes do estudo será realizado no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) de Santos, dentro do programa de assistência à população vulnerável. Os participantes serão informados previamente sobre a pesquisa e procedimentos previstos por este Protocolo, além de serem convidados a ler o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Após a concordância e assinatura do documento, deverão responder a entrevista e questionário, necessário para o tratamento estatístico da pesquisa, que inclui dados epidemiológicos, demográficos, vias de contágio e fatores de vulnerabilidade. Quanto aos critérios de inclusão, todos os moradores em situação de rua dispostos voluntariamente, estão aptos a participar do projeto, sendo apenas não incluídos aqueles que se recusarem assinar o TCLE, menores de 18 anos e portadores de transtornos mentais que o impeça de responder ao questionário. Serão executados os testes rápidos para HIV, Sífilis e Hepatites B e C de acordo com orientações do Ministério da Saúde (MS).⁷ Soropositivos para Sífilis já iniciarão tratamento pelos profissionais do Centro Pop, de acordo com as recomendações governamentais.⁷ Reagentes para HIV, Hepatite B e Hepatite C serão encaminhados para tratamento pelos profissionais dos ambulatórios da CCDI, conforme protocolos governamentais.⁸ Os testes rápidos estão aprovados pela ANVISA e são recebidos do MS, que faz o controle de qualidade, e disponibiliza à Secretaria de Saúde através da Diretoria Regional de Saúde. São eles os testes rápidos (TRs):

1. TR para detecção qualitativa de anticorpos contra Vírus da Imunodeficiência Humana Adquirida HIV-1 (IgM e IgG) incluindo grupo M e HIV-2 por imunoensaio cromatográfico de terceira geração em sangue total baseado em nitrocelulose, ABON®.
2. TR para determinação quantitativa de anticorpos IgM e IgG anticorpos totais contra *Treponema pallidum* por método imunocromatográfico em amostra de sangue total, Sífilis Bio®, Bioclin.
3. TR para a determinação qualitativa de anticorpos contra Hepatite C por imunocromatografia em sangue total, ABON®.
4. TR para determinação qualitativa de antígeno de superfície do vírus da Hepatite B (HBsAg) subtipos ad e ay por imunocromatografia rápida, em sangue total, HBsAg K145®, Bioclin.

Os testes serão executados pelos autores, treinados e certificados pelo programa online TELELAB do MS⁹ e pelo Centro de Testagem e Aconselhamento – Santos com relação ao acolhimento e aconselhamento às pessoas testadas. Em até 30 minutos após o teste, os participantes receberão os resultados de seus exames em linguagem acessível sobre o significado dos resultados, orientações e encaminhamentos. Não haverá patrocinadores, sendo os gastos custeados pelos autores da pesquisa. Os kits para os testes serão fornecidos pela Coordenadoria de Controle de Doenças Infectocontagiosas DEVIG-SMS. Os insumos necessários para as coletas e itens de biossegurança serão fornecidos pela UNIMES. O presente protocolo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UNIMES, sob número 3.579.062.

Resultados e impactos esperados

Espera-se ao fim do estudo obter informações acerca da prevalência de HIV, sífilis e Hepatite B e C em moradores de rua no Município de Santos, correlacionado-as com fatores e comportamentos de risco e dados demográficos.

Referências

1. Síntese da Política para População de Rua [Internet]. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/sumario>
- 2- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Santos, São Paulo; 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/santos/panorama>
3. Prefeitura e Unifesp apresentam relatório parcial do censo da população de rua em Santos [Internet]. Prefeitura de Santos; 2020. Disponível em: <https://www.santos.sp.gov.br/?q=noticia/prefeitura-e-unifesp-apresentam-relatorio-parcial-do-censo-da-populacao-de-rua-em-santos>
4. Número de moradores em situação de rua cresce 71,2% em Santos [Internet]. A Tribuna; 2020. Disponível em: <https://atribuna.com.br/cidades/santos/numero-de-moradores-em-situacao-de-rua-cresce-712-em-santos>
5. Brito VOC, Parra D, Facchini R, Buchalla CM. Infecção pelo HIV, hepatites B e C e sífilis em moradores de rua, São Paulo. Revista de Saúde Pública [Internet]. 2007;41(2):47–56. Disponível em: <https://scielosp.org/article/rsp/2007.v41suppl2/47-56/>
- 6- Veronesi R, Focaccia R. Tratado de Infectologia. 6ª edição. São Paulo: Ed Atheneu; 2021
7. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST). Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis [Internet]; 2020. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2020/protocolo-clinico-e-diretrizes-terapeuticas-para-atencao-integral-pessoas-com-infecoes>
8. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas, IST, Assistência e Tratamento, Saúde da Pessoa Vivendo, Medicamentos, Profissionais de Saúde. Ministério da Saúde; 2022. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/tags/publicacoes/protocolo-clinico-e-diretrizes-terapeuticas>
9. Aids.gov.br; 2022. Disponível em: <https://www.telelab.aids.gov.br>

092. QUALIDADE METODOLÓGICA DAS REVISÕES SISTEMÁTICAS SOBRE HIDROXICLOROQUINA OU CLOROQUINA PARA COVID-19. ESTUDO META-EPIDEMIOLÓGICO

Autores: Giovanna Marcílio Santos¹, Flávia Rodrigues de Oliveira¹, Elaine Marcílio Santos², Ana Luiza Cabrera Martimbianco²

¹ Graduanda de Medicina. Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES).

² Professora da graduação de Medicina e Programa de Pós-graduação em Saúde e Meio Ambiente, Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES).

Trabalho desenvolvido com auxílio FAPESP, bolsa de Iniciação Científica.

e-mail: giovanna.marcilio2001@gmail.com

Palavras-chave: Cloroquina, Hidroxicloroquina, revisão sistemática, Medicina Baseada em Evidência

Introdução

A doença do coronavírus de 2019 (Covid-19) é uma infecção viral causada pela síndrome respiratória aguda grave de coronavírus 2 (SARS-CoV-2), transmitida por meio da dispersão de gotículas respiratórias [1,2]. Sua progressão representa uma situação de risco à vida, requerendo suporte hospitalar prolongado, oxigenioterapia e até ventilação mecânica. [3] Ainda na ausência de uma vacina eficaz, alguns especialistas propuseram a utilização de medicamentos já existentes na tentativa de reduzir o número de pacientes acometidos pela doença, principalmente a cloroquina (CQ) e a hidroxicloroquina (HCQ). [1,4] Dado o ritmo da pandemia e o grande impacto que os estudos exercem nas recomendações para saúde mundial, existe uma forte demanda por trabalhos confiáveis e de alto nível de evidência. Desta forma, o mapeamento e síntese crítica destas evidências faz-se necessário para auxiliar os profissionais de saúde e gestores em saúde e de políticas públicas a tomarem decisões baseadas em evidências confiáveis.

Objetivos

Investigar a qualidade metodológica das revisões sistemáticas sobre hidroxicloroquina ou cloroquina para o tratamento de Covid-19.

Métodos

Foram incluídas todas as revisões sistemáticas que tinham o objetivo específico de avaliar os efeitos da hidroxicloroquina ou cloroquina para os pacientes com COVID-19. A busca foi realizada nas seguintes bases de dados: *Cochrane Database of Systematic Reviews* - CDSR (via Wiley), Embase (via Elsevier), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde, via BVS), MEDLINE (via Pubmed) e *WHO-Covid Database*.

Os descritores de assunto (*Mesh terms*) utilizados nas estratégias de busca foram: "Covid-19" OR "SARS-CoV-2" AND "Hydroxychloroquine" OR "Chloroquine" OR "Antimalarials". Foi utilizado o filtro para revisões sistemáticas.

A seleção de estudos foi feita pela Plataforma Rayyan [5], por dois investigadores independentes. A extração de dados foi feita por um formulário padronizado, também realizada por dois investigadores independentes. As discordâncias foram resolvidas por um terceiro avaliador.

A qualidade metodológica foi avaliada por meio do AMSTAR-2 [6]. Os dados foram apresentados de forma narrativa.

Resultados

As buscas nas bases de dados resultaram em 1.052 referências e 44 revisões sistemáticas foram incluídas. As revisões avaliaram diferentes delineamentos de estudos primários, com predomínio de observacionais retrospectivos. Os resultados mostraram que 61,4% das revisões apresentaram qualidade criticamente baixa no AMSTAR-2, e apenas 2,27% (uma revisão Cochrane) tiveram alta qualidade metodológica. Com relação às informações adicionais sobre as estratégias de busca, 97,7% das revisões apresentaram a data completa e 45,5% relataram as estratégias completas. Quanto à reprodutibilidade, 50% das estratégias foram consideradas reprodutíveis. Poucas revisões fizeram busca manual (36,4%), e 84,1% utilizaram restrições de data e/ou idioma (Tabela 1).

Tabela 1. Avaliação do relato e reprodutibilidade das estratégias de busca das revisões sistemáticas incluídas.

Questões adicionais	Resultados (n = 44 revisões sistemáticas)		
	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>Parcialmente</i>
1. A data completa da realização da busca estava presente?	43 (97,7%)	-	1 (2,3%)
2. As estratégias de busca foram apresentadas?	20 (45,5%)	14 (31,8%)	10 (22,7%)
3. Os resultados da busca foram apresentados para cada base de dados individualmente?	24 (54,5%)	19 (43,2%)	1 (2,3%)
4. As estratégias de busca apresentadas foram reproduzíveis?	22 (50%)	20 (45,5%)	2 (4,5%)
5. Foram realizadas buscas manuais adicionais?	16 (36,4%)	28 (63,6%)	
6. Foram aplicadas restrições de data e/ou idioma?	7 (15,9%)	37 (84,1%)	

Conclusão

Os achados desse estudo denotam a fragilidade metodológica das revisões sistemáticas publicadas até dezembro de 2021 sobre hidroxicloroquina ou cloroquina para o tratamento de Covid-19. É preciso cautela por parte dos profissionais de saúde, gestores e formuladores de políticas em saúde, pacientes e a população em geral ao interpretar a aplicabilidade dos achados.

Referências

1. Singh B, Ryan H, Kredo T, Chaplin M, Fletcher T. Chloroquine or hydroxychloroquine for prevention and treatment of COVID-19. *Cochrane Database Syst Rev.* 2021;2(2): CD013587. DOI: 10.1002/14651858.CD013587.pub2.
2. Guan W, Ni Z, Hu Y, Liang W, Ou C, He J, et al. Clinical characteristics of Coronavirus Disease 2019 in China. *N Engl J Med.* 2020 [Epub ahead of print]. DOI: 10.1056/NEJMoa2002032

3. Ibáñez S, Martínez O, Valenzuela F, Silva F, Valenzuela O. Hydroxychloroquine and chloroquine in COVID-19: should they be used as standard therapy? Clin Rheumatol. 2020;39(8):2461-5. DOI: 10.1007/s10067-020-05202-4.
4. Fiehn C, Ness T, Weseloh C, Specker C, Hadjiski D, Detert J, et al. Safety management in treatment with antimalarials in rheumatology. Interdisciplinary recommendations on the basis of a systematic literature review. Z Rheumatol 2020 [Epub ahead of print]. DOI: 10.1007/s00393-020-00785-4
5. Ouzzani M, Hammady H, Fedorowicz Z, Elmagarmid A. Rayyan — a web and mobile app for systematic reviews. Syst Rev. 2016 Dec 5;5(1):210.
6. Shea BJ, Reeves BC, Wells G, Thuku M, Hamel C, Moran J, Moher D, Tugwell P, Welch V, Kristjansson E, Henry DA. AMSTAR 2: a critical appraisal tool for systematic reviews that include randomised or non-randomised studies of healthcare interventions, or both. BMJ. 2017 Sep 21;358:j4008.

093. QUANTIFICAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO DA POLUIÇÃO DO AR POR NAVIOS NO PORTO DE SANTOS, SP

Ricardo H. de Ponte Ramires¹, Gerson Bauer², Edgar Maquigussa³, Paula A. S. Bastos³, Elizabeth B. Oliveira-Sales⁴

¹ Aluno de Iniciação científica do 1º Ano do Curso de Medicina da UNIMES.

² Mestrando da Pós-Graduação Mestrado Profissional em Saúde e Meio Ambiente da UNIMES.

³ Profa. Adjunta do Curso de Medicina Veterinária e da Pós-Graduação Mestrado Profissional em Saúde e Meio Ambiente da UNIMES.

⁴ Profa. Adjunta do Curso de Medicina e da Pós-Graduação Mestrado Profissional em Saúde e Meio Ambiente da UNIMES.

E-mail para contato: md.ricardoponte@outlook.com

Palavras-chave: ecotoxicologia, fontes de poluição atmosférica, prevenção de doenças.

Introdução

O Porto de Santos é protagonista na economia da cidade, porém suas atividades geram conflitos com o espaço residencial urbano. A emissão de materiais particulados, poluição sonora, convivência com a movimentação de cargas perigosas e circulação intensa de veículos de carga nas vias próximas às áreas retroportuárias são alguns desses problemas. Não obstante, a qualidade do ar é um dos principais determinantes da saúde humana. Concentrações elevadas de poluentes atmosféricos também podem causar degradação da flora e fauna assim como a deterioração de bens materiais¹.

Objetivo

Quantificar e categorizar a poluição do ar por navios no Porto de Santos, SP, para orientar os órgãos públicos sobre a importância dessa problemática em Toxicologia Ambiental, bem como promover a melhora da saúde e qualidade de vida da população da região.

Métodos

Para isso foi aplicada uma metodologia de conversão do volume de cargas transportadas em frações dos poluentes atmosféricos, levando em consideração os portes dos navios e seus trajetos de navegação da entrada do canal do porto até o ponto de atracação. Essa metodologia foi desenvolvida pelo TRL (Transport Research Laboratory)², de conversão simplificada de tonelagem³, do mensário estatístico do Porto de Santos⁴ e da publicação de fatos e dados do Porto de Santos⁵.

Para a execução da metodologia, foi necessária a determinação dos seguintes coeficientes: FATOR OPERACIONAL², DURAÇÃO DE VIAGEM² e MACHINERY FACTOR³, conforme passos descritos a seguir:

1. Registro do fluxo de mercadorias movimentadas mês a mês no período de fevereiro 2021 a fevereiro 2022 dos segmentos de Carga Geral, Granel Sólido e Granel Líquido do Porto de Santos, SP;

2. Validação da metodologia desenvolvida pelo TRL², convertendo o NET TONNAGE³ (volume das cargas) em GROSS TONNAGE³ (arqueação bruta da embarcação), mediante o uso do MACHINERY FACTOR³;
3. Uma vez obtidos os valores de GROSS TONNAGE³ mensais dos segmentos de Carga Geral, Granel Sólido e Granel Líquido, prosseguiu-se para o cálculo do consumo de diesel em toneladas necessário para o transporte dessas mercadorias ao longo de um período de 24h (Tabela 1)²;

Tabela 1 – Consumo na potência máxima (t/dia) em função do GROSS TONNAGE

Tipo do navio	Consumo médio (t/dia)	Consumo na potência máxima (t/dia) em função do GROSS TONNAGE
Granel Sólido	33.80	$C = 20.186 + 0,00049 \times GT$
Granel Líquido	41.15	$C = 14.685 + 0,00079 \times GT$
Carga Geral	21.27	$C = 9.8197 + 0,00143 \times GT$

4. Cálculo da quantidade de diesel efetivamente consumida, tendo em vista qual a fração das 24h em que a embarcação esteve de fato em funcionamento, para o seguinte trecho: da área de fundeadouro, entrada do canal do Porto de Santos, até atracação e da desatracação até a saída do canal⁶. Além da DURAÇÃO DA VIAGEM², definiu-se qual a potência da embarcação utilizada em manobra, o FATOR OPERACIONAL²;
5. Para cada tonelada de diesel efetivamente consumida, foram determinadas em laboratório as frações de poluentes lançadas à atmosfera (Tabela 2)².

Tabela 2 – Códigos de identificação de poluentes

Código	Nome
NOx	Óxidos de nitrogênio
SOx	Óxidos de enxofre
CO	Monóxido de carbono
VOC	Compostos orgânicos voláteis
PM	Material particulado
CO2	Dióxido de carbono

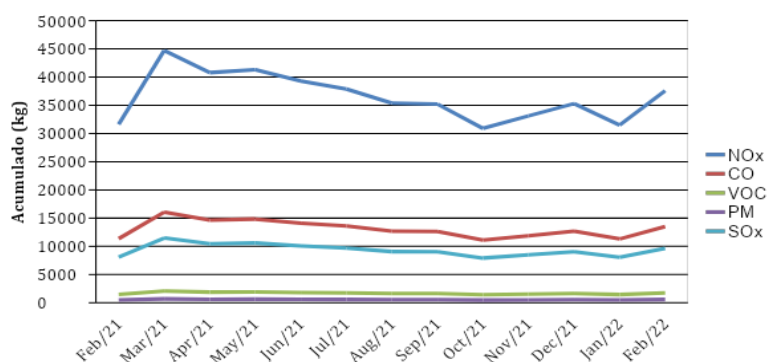
6. Sabe-se que os motores marítimos de grande porte são majoritariamente de baixa rotação (80-120 rpm)⁷, os quais fornecem os seguintes fatores de emissão de manobra para uso na metodologia detalhada NO_x: 78, CO: 28, CO₂: 3200, VOC: 3,6, PM: 1,2, SO_x: 205 kg/ton de diesel.

7. A partir de informações meteorológicas regionais, foi verificado a tendência de dispersão de poluentes para identificar as regiões urbanas possivelmente mais afetadas pela poluição oriunda de navios;
8. Não foram considerados os navios de passageiros no estudo, contudo esse segmento poderá ser analisado em pesquisas futuras.

Resultados

Uma maior emissão dos poluentes foi observada no mês de março de 2021, sendo que, o poluente com maior emissão foi o CO₂ (Figura 1A e 1B).

A



B

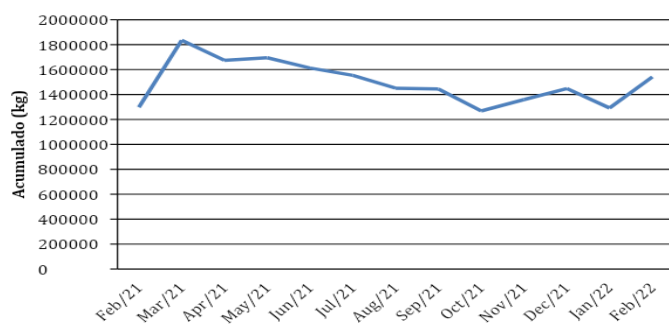
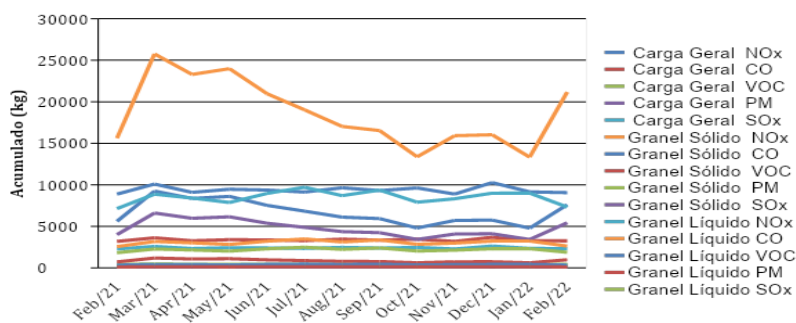


Figura 1. (A) Emissão de poluentes e (B) emissão de CO₂ acumulada.

Em relação, a emissão de poluentes por mercadoria transportada em todos os meses analisados, o transporte de granel sólido apresentou uma maior poluição, talvez, devido ao volume de mercadorias transportadas nesse segmento (Figura 2A e 2B).

A



B

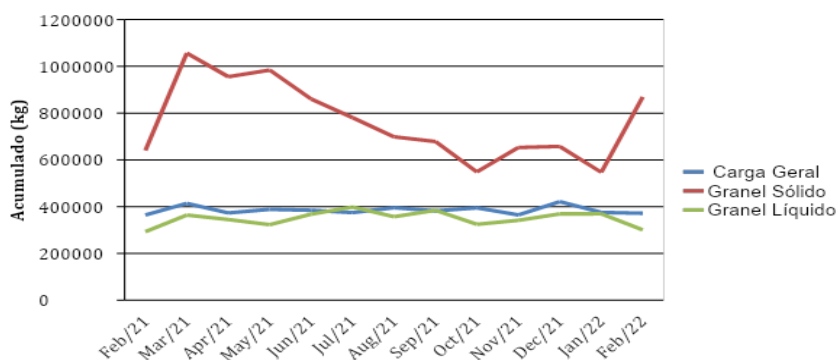


Figura 2. (A) Emissão de poluentes e **(B)** emissão de CO₂ por mercadoria transportada.

Entretanto, o número de atracções não acompanha os meses de maior poluição do período analisado. Um pequeno tráfego de embarcações de grande porte é mais preponderante na poluição do que a grande movimentação de embarcações de pequeno porte (Figura 3).

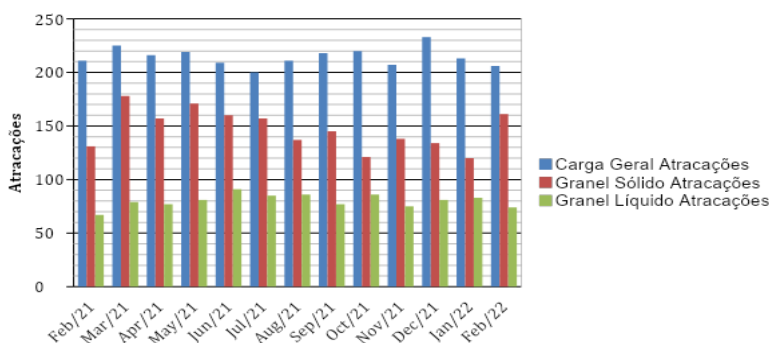


Figura 3. Quantidade de atracções por tipos de embarcações.

Dentre as emissões de poluentes analisadas, o teor de enxofre em 2,00% m/m, foi encontrado acima do permitido de acordo a MARPOL Anexo VI, Capítulo 3⁸. Neste documento, descreve que o limite para o teor de enxofre de qualquer óleo combustível permitido é de 0,50% m/m (massa/massa).

Os óxidos de enxofre (SOx) podem reagir com outros compostos presentes na atmosfera, formando pequenas partículas que penetram profundamente em partes sensíveis dos pulmões, e causar ou agravar doenças respiratórias, como enfisema e bronquite, e ainda podem agravar doença do coração preexistente, levando a internação e a morte prematura⁹. Os efeitos adversos da exposição podem ser agravados durante períodos de respiração mais rápida ou profunda, por exemplo, em exercícios físicos ou em jogos, quando há maior taxa de troca de ar e, conseqüentemente, o aumento do volume do ar inspirado, fazendo com que o SO₂ penetre no trato respiratório, com maior intensidade⁹.

Conclusão

Os resultados sugerem a presença de uma grande quantidade de fontes poluidoras atmosféricas na região portuária de Santos, principalmente CO₂, sendo o transporte de granel sólido o principal responsável no período analisado. Além disso, o teor de enxofre encontrado foi acima do permitido. A predominância de ventos é oriunda de leste-nordeste, o que causa uma descarga da massa de ar atmosférico direcionada para sudoeste. Considerando que a maior extensão do canal do porto encontra-se a nordeste da região insular do município de Santos, conclui-se que a descarga de poluentes ocorre prioritariamente sobre a cidade em estudo nessa pesquisa. O trabalho encontra-se em fase de

desenvolvimento, espera-se com isso gerar subsídios e dados conclusivos sobre a temática supracitada e iniciar um estudo secundário de correlação de doenças respiratórias mais frequentes na região.

Referências:

1. Prefeitura Municipal de Santos. Diagnóstico de revisão. Plano diretor de desenvolvimento e expansão urbana do município de Santos [Internet]. 2021 [acesso em 2022 Jun 23]; Disponível em: https://www.santos.sp.gov.br/static/files_www/files/porta_files/hotsites/renovasantos/oficinas_pd_luos_2021_virtual-site_1.pdf
2. Hickman AJ. Methodology for calculating transport emissions and energy consumption: Part C. Ship Transport. Transport research laboratory [Internet]. 1999 [acesso em 2022 Jun 23]; Disponível em: <https://trimis.ec.europa.eu/sites/default/files/project/documents/meet.pdf>
3. U.S. Coast Guard. Simplified Measurement: Tonnage Guide 1 [Internet]. United States: Marine Safety Center; 2009 [acesso em 2022 Jun 23]. Disponível em: <https://www.dco.uscg.mil/Portals/9/DCO%20Documents/Marine%20Safety%20Center/Tonnage/Tonnage%20Guide%201%20-%20Simplified%20Measurement.pdf?ver=2017-06-09-123757-680>
4. Santos Port Authority. Mensários Estatísticos. Porto de Santos [Internet]. 2022 [acesso em 2022 Jun 23]; Disponível em: [https://www.portodesantos.com.br/informacoes-operacionais/estatisticas/mensario-estatistico/..](https://www.portodesantos.com.br/informacoes-operacionais/estatisticas/mensario-estatistico/)
5. Santos Port Authority. Fatos e Dados. Porto de Santos [Internet]. 2022 [acesso em 2022 Jun 23]; Disponível em: [https://www.portodesantos.com.br/informacoes-operacionais/estatisticas/mensario-estatistico/.](https://www.portodesantos.com.br/informacoes-operacionais/estatisticas/mensario-estatistico/)
6. Fonseca MM. Arte Naval I e II. Rio de Janeiro: Marinha do Brasil; 1954.
7. Woodyard D. Marine Diesel Engines and Gas Turbines [Internet]. 8th ed. Oxford, UK: Butterworth-Heinemann; 2004 [acesso em 2022 Jun 23]. Disponível em: <https://maritimeexpert.files.wordpress.com/2016/08/pounders-marine-diesel-engines-gas-turbines.pdf>
8. MARPOL 73/78. International Convention for the Prevention of Pollution from Ships.

9. Ficha de Informação Toxicológica. Dióxido de enxofre. CETESB [Internet]. 2022 [acesso em 2022 Set 17]; Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/laboratorios/wp-content/uploads/sites/24/2020/07/Dio%CC%81xido-de-enxofre.pdf>

Suporte Financeiro: Bolsa PIC - UNIMES

094. RELATO DE CASO HERPES ZOSTER INFANTIL NO PERÍODO DA PANDEMIA DA COVID-19

Eduardo Arisaka Pimenta¹, Lucas Vitorini¹, Elaine Marcilio Santos², Sandra Kalil Bussadori³, Mileny Esbravatti Stephano Colovati², Juliana M. A. S. Gallo⁴

¹ Acadêmico de Medicina da Universidade Metropolitana de Santos

² Programa de Pós-Graduação em Saúde e Meio Ambiente - Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES), Santos, SP, Brasil

³ Pós-Graduação em Biofotônica Aplicada às Ciências da Saúde, Universidade Nove de Julho, São Paulo, SP, Brasil.

⁴ Programa de Mestrado Acadêmico de Medicina Veterinária No meio Ambiente Litorâneo, Universidade Metropolitana de Santos, Brasil,

Palavras-chave: COVID-19, Herpes Zoster, Infantil, relato de caso, vacina.

Introdução

Em dezembro de 2019 foram reportados casos da Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS em inglês) na cidade de Wuhan na China. A doença foi nomeada como COVID-19 e o vírus pertence à família *Coronaviridae*. A COVID-19 apresenta uma variedade de sintomas relacionados, sendo os mais comuns semelhantes aos da gripe comum. Essa doença espalhou-se pelo globo gerando repercussões sanitárias, econômicas e sociais e nesse contexto foi declarado pela OMS Pandemia em março de 2020.

Os sintomas respiratórios são os mais evidentes, porém estudos correlacionaram manifestações cutâneas não somente durante a fase aguda da doença, mas também após a infecção ativa. Os primeiros relatos de manifestações cutâneas na literatura reportaram a prevalência de 20,4% de sintomas cutâneos em 88 pacientes (1). Uma manifestação apontada pelos autores foi a reativação do Vírus Varicella-Zoster (VZV) resultando na Herpes Zoster (HZ). Os casos de HZ elevaram-se durante a pandemia, sugerindo uma relação com a COVID-19 ou uma possível concomitância dos vírus. Estudos indicam que HZ pode anteceder os primeiros sintomas da COVID-19, se tornando um indicador de infecção pelo Corona vírus (1,2). O Herpes Zoster é uma infecção viral secundária causada pelo Vírus Varicella-Zoster (VZV). A reativação do VZV após uma infecção primária prévia pode apresentar no paciente diversidade de sinais e sintomas que são importantes para o diagnóstico diferencial da doença. Erupções cutâneas são manifestações características da doença (5). A maior prevalência do HZ manifesta-se em idosos e imunodeprimidos, pois eles não necessitam de um fator extra desencadeante para que ocorra a reativação, em razão de sua imunidade mediada por célula, ou imunossenescência. (7). Autores reportaram a reativação do HZ no período após a vacinação contra a COVID-19 como um efeito colateral, os pacientes possuíam uma idade média de 39 anos e 20% deles apresentavam fatores de risco para covid (1, 5, 6, 7, 8, 10). A importância da vacinação para a saúde pública mundial é evidente, dado os números de óbitos por COVID-19 antes e após o desenvolvimento e vacinação em campanhas no mundo e no Brasil, sendo que o número de óbitos no Brasil a média foi de 1,03k óbitos por dia antes da vacinação, no início do ano de 2020, e atualmente em meados do ano de 2022, o valor da média de óbitos por dia, de acordo com a plataforma CORONAVÍRUS BRASIL é de 235 (9)

Diante do contexto pandêmico e dos inúmeros sintomas pós COVID-19 em manifestações atuais até então desconhecidas, em especial no público infantil imunocompetente sem cobertura vacinal contra Herpes-Zoster, e participantes do calendário vacinal da COVID-19, justifica-se relatar um caso clínico infantil de Herpes-Zoster no período pandêmico e próximo a segunda dose da vacina afim de apresentar as erupções cutâneas características dessa nova faixa etária acometida por HZ e possibilitar ações específicas de promoção de saúde infantil com ênfase na pré -vacinação e conscientização da importância da vacinação contra o COVID-19.

Objetivo

Relatar um caso clínico de Herpes Zoster infantil no período pandêmico da COVID-19 em 2022. Apresentar as erupções cutâneas características dessa faixa etária em jovem imunocompetente.

Atentar para a importância de ações de promoção de saúde pública que considerem essa concomitância entre os vírus da COVID-19 e Herpes- zoster.

Métodos

Estudo observacional de braço único do tipo descritivo. Aguardando parecer do CEP.

Riscos

Possível quebra da confidencialidade e vazamento de dados do prontuário do paciente.

Benefícios

Esclarecer sobre a Herpes Zoster infantil relacionada com a COVID-19 ou não e propor ações de promoção em saúde.

Referências

1. Almutairi N, Almutairi AN, Almazyad M, Alwazzan S. Herpes zoster in the era of COVID 19: A prospective observational study to probe the association of herpes zoster with COVID 19 infection and vaccination. *Dermatol Ther.* 2022 Jul;35(7):e15521. doi: 10.1111/dth.15521. Epub 2022 Apr 29. PMID: 35434963; PMCID: PMC9111648.
2. Algaadi, S.A. Herpes zoster and COVID-19 infection: a coincidence or a causal relationship?. *Infection* **50**, 289–293 (2022). <https://doi.org/10.1007/s15010-021-01714-6>
3. Kanamori, K., Shoji, K., Kinoshita, N., Ishiguro, A., & Miyairi, I. (2019). *Complications of herpes zoster in children. Pediatrics International.* doi:10.1111/ped.14025

4. Aktaş, H., Alp Erdal, S., & Güvenç, U. (2019). *Herpes Zoster in Children: Evaluation of the sixty cases. Dermatologic Therapy*. doi:10.1111/dth.13087
5. Patil A, Goldust M, Wollina U. *Herpes zoster: A Review of Clinical Manifestations and Management*. *Viruses*. 2022 Jan 19;14(2):192. doi: 10.3390/v14020192.
6. Elsaie ML, Youssef EA, Nada HA. Herpes zoster might be an indicator for latent COVID 19 infection. *Dermatol Ther*. 2020 Jul;33(4):e13666. doi: 10.1111/dth.13666.
7. Katsikas Triantafyllidis K, Giannos P, Mian IT, Kyrtsionis G, Kechagias KS. *Varicella Zoster Virus Reactivation Following COVID-19 Vaccination: A Systematic Review of Case Reports*. *Vaccines (Basel)*. 2021 Sep 11;9(9):1013. doi: 10.3390/vaccines9091013.
8. Psychogiou M, Samarkos M, Mikos N, Hatzakis A. *Reactivation of Varicella Zoster Virus after Vaccination for SARS-CoV-2*. *Vaccines (Basel)*. 2021 Jun 1;9(6):572. doi: 10.3390/vaccines9060572.
9. Silveira MM, Conrad NL, Leivas Leite FP. *Effect of COVID-19 on vaccination coverage in Brazil*. *J Med Microbiol*. 2021 Nov;70(11). doi: 10.1099/jmm.0.001466.
10. Díez-Domingo J, Parikh R, Bhavsar AB, Cisneros E, McCormick N, Lecrenier N. *Can COVID-19 Increase the Risk of Herpes Zoster? A Narrative Review*. *Dermatol Ther (Heidelb)*. 2021 Aug;11(4):1119-1126. doi: 10.1007/s13555-021-00549-1.

095. TRATAMENTO FARMACOLÓGICO PARA PACIENTES COM TRANSTORNO DE ESCORIAÇÃO - REVISÃO SISTEMÁTICA DE ENSAIOS CLÍNICOS RANDOMIZADOS

Aimee Morotti Sousa Castro (1), Júlia Quaranta Di Peto (1), Ana Luiza Cabrera Martimbianco (2)

- 1- Acadêmica do Curso de Medicina da Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES).
- 2- Professora do Programa de Pós-graduação em Saúde e Meio Ambiente, e da graduação de Medicina na Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES).

Endereço eletrônico para correspondência: aimee_morotti@hotmail.com

Palavras-chave: Transtorno de escoriação; Auto Mutilação; Revisão sistemática; Tratamento farmacológico.

Introdução

Transtorno de escoriação (skin-picking), também chamado de escoriação psicogênica, é um distúrbio que está incluído no espectro dos transtornos obsessivos compulsivos e relacionados. Essa condição debilitante e subdiagnosticado é caracterizado por escoriações recorrentes da pele, levando a lesões cutâneas visíveis com sofrimento significativo e/ou comprometimento funcional (1).

Os gatilhos de agressão à pele podem ser múltiplos e variar entre os indivíduos, porém incluem emoções como estresse, raiva e ansiedade, atividades² sedentárias, exaustão, tédio e cansaço, além da presença de outros transtornos. (2,3).

A escoriação da pele é bastante comum, com estimativas de prevalência variando entre 1,4% e 5,4% (4). Em relação ao gênero, o distúrbio afeta mais o sexo feminino quando comparado com o masculino (3:1), e são as mulheres que costumam procurar mais frequentemente o tratamento. O distúrbio foi documentado em diversas faixas etárias, mas geralmente tem seu início na adolescência, coincidindo com o início da puberdade e pode estar vinculado a alguma condição dermatológica, como a acne (5). A média de idade do início varia de 15 a 45 anos (2).

Seu curso normalmente progride para uma forma crônica, e se não for diagnosticado e tratado pode evoluir para outras áreas do corpo e apresentar agravamentos (6).

Dentre as manifestações clínicas coçar, arrancar, cortar, furar, esfregar ou espremer a pele são alguns dos atos que são praticados no transtorno de escoriação. Podem resultar em sequelas psicossociais, como constrangimento social, evitação ou fobias a atividades em que as lesões de pele possam ser detectadas por terceiros, e até a perda da produtividade e sociabilidade (2). Além disso, cicatrizes e desfigurações são frequentes, bem como infecções. Muitos dos portadores dessa disfunção utilizam-se

de artefatos para camuflar suas lesões, como maquiagens e roupas que cubram a maior parte do corpo possível (1). Quanto aos instrumentos utilizados, variam desde os próprios dedos e dentes, até facas, lâminas, lixas e semelhantes (2).

A fisiopatologia do transtorno de escoriação envolve diferentes neurotransmissores, como noradrenalina, serotonina, dopamina, peptídeos opioides e glutamato (7). O tratamento medicamentoso é capaz de atuar nesses neurotransmissores. Atualmente a primeira linha de tratamento se concentra nos antidepressivos tricíclicos, entretanto os mesmo sem a associação à psicoterapia denotam elevadas taxas de remissão dos sintomas (8). Dessa forma, novas modalidades de tratamento vem sendo implantadas, como lamotragina, olanzapina, riluzol, antagonistas opióides como naltrexona e moduladores de glutamato como N-acetilcisteína, os quais estão apresentando crescente interesse clínico e parecem ser eficazes no tratamento do transtorno de escoriação, porém ainda existem divergências (9).

Diante do aumento substancial de ensaios clínicos relacionados ao tratamento medicamentoso para o transtorno de escoriação, faz-se necessário um mapeamento dessas evidências, assim como uma avaliação crítica de sua qualidade metodológica por meio de uma revisão sistemática para poder identificar a eficácia e a segurança dos tratamentos implantados para pacientes portadores de transtorno de escoriação.

Objetivo

Avaliar a eficácia e a segurança das diferentes intervenções medicamentosas para o transtorno de escoriação.

Métodos

Esta revisão sistemática seguirá as recomendações metodológicas do Manual Cochrane para Revisões Sistemáticas de Intervenções . O checklist PRISMA será utilizado para garantir a qualidade do relato da revisão. O protocolo dessa revisão foi registrado de forma prospectiva na plataforma PROSPERO (CRD42022335911).

Critérios de elegibilidade

° Tipos de estudos incluídos

Serão incluídos ensaios clínicos controlados randomizados (ECR) com delineamento paralelo. Em caso de ECR do tipo crossover, apenas a primeira fase do estudo será considerada para análise.

° Tipos de participantes:

Pacientes de qualquer idade diagnosticados com transtorno de escuriação, seguindo os parâmetros recomendados pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de 4 Transtornos Mentais (DSM-5) (1).

° Intervenção e comparadores

Qualquer tratamento farmacológico recomendado para transtorno de escuriação. Os grupos de comparação serão considerados: placebo, nenhuma intervenção, comparação entre diferentes intervenções medicamentosas, e tratamento comportamental.

° Desfechos analisados

Primários: controle de sintomas, qualidade de vida, eventos adversos graves (associados à hospitalização, incapacidade e/ou morte).

Secundários: quaisquer eventos adversos (como: cefaléia, zumbido, hipersensibilidade, comportamento agressivo, entre outros), satisfação do paciente, melhora da ansiedade e depressão.

Estratégias de busca

As estratégias de busca serão desenvolvidas as seguintes bases de dados eletrônicas, sem restrições de data ou idioma: Medline (via Pubmed), Registro Central Cochrane de Ensaio Controlados (CENTRAL), LILACS, Embase (via Elsevier) e PsycINFO (via Ebsco). Os ECR em andamento também serão pesquisados em bases de dados confiáveis, assim como a busca na literatura cinzenta.

Seleção dos estudos, extração dos dados

Dois autores selecionarão independentemente os títulos e resumos de todas as referências obtidas após a busca nas bases de dados e os estudos potencialmente elegíveis serão analisados em texto completo. As discrepâncias serão resolvidas por um terceiro autor.

Avaliação da qualidade metodológica

Dois autores analisarão o risco de viés de cada estudo por meio da ferramenta Cochrane Risk of Bias (RoB tool) e as discrepâncias resolvidas por um terceiro autor.

Síntese dos dados

Caso os estudos incluídos forem homogêneos e fornecerem os dados numéricos dos desfechos, as diferenças médias (DM) serão calculadas para desfechos contínuos e risco relativo (RR) para desfechos dicotômicos, com seus respectivos intervalos de confiança (IC) de 95%.

Análises adicionais

As seguintes análises de subgrupos foram planejadas: (i) adolescentes e adultos versus crianças, (ii) diferentes níveis de gravidade da doença e tempo de diagnóstico. A análise de sensibilidade foi planejada para excluir da metanálise estudos que apresentarem alto risco de viés.

Resultados esperados

Espera-se com essa revisão sistemática uma melhor compreensão dos efeitos (benefícios e riscos) das diferentes intervenções medicamentosas para o tratamento de pacientes com transtorno de escuriação, uma doença subdiagnosticada e tampouco subnotificada que pode causar redução da qualidade de vida e impactar no convívio social do indivíduo. Com os achados dessa revisão será possível nortear o profissional de saúde, pacientes e formuladores de políticas na tomada de decisão.

Referências

1. American Psychiatric Association. Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders. 5th ed. Washington, DC: American Psychiatric Publishing; 2013.

2. Arnold, L. M, Auchenbach, M. B., & McElroy, S. L. (2001). Psychogenic Excoriation: 6 Clinical Features, Proposed Diagnostic Criteria, Epidemiology and Approaches to Treatment. *CNS Drugs*, 15(5), 351-359. doi: 10.2165/00023210-200115050-00002
3. Wilhelm S, Keuthen NJ, Deckersbach T, et al. Self-injurious skin picking: clinical characteristics and comorbidity. *J Clin Psychiatry* 1999; 60: 454-9
4. Keuthen NJ, Koran LM, Aboujaoude E, Large MD, Serpe RT. The prevalence of pathologic skin picking in US adults. *Compr Psychiatry*. 2010;51(2):183–186.
5. Lochner C, Roos A, Stein DJ. Excoriation (skin-picking) disorder: a systematic review of treatment options. *Neuropsychiatr Dis Treat*. 2017;13:1867-1872 <https://doi.org/10.2147/NDT.S121138>
6. Kapczinski, F., Izquierdo, I., & Quevedo, J. (2011). *Biological Basis of Psychiatric Disorders: A Translational Approach*. Porto Alegre: Artmed.
7. Sani G, Gualtieri I, Paolini M, et al. Drug Treatment of Trichotillomania (Hair-Pulling Disorder), Excoriation (Skin-picking) Disorder, and Nail-biting (Onychophagia). *Curr Neuropsychopharmacol*. 2019;17(8):775-786. doi:10.2174/1570159X17666190320164223
8. Coginotti, Izabel Nilsa Brocco, & Reis, Aline Henriques. (2016). Excoriation Disorder: a review of the literature. *Brazilian Journal of Cognitive Therapies*, 12(2), 64-72. <https://dx.doi.org/10.5935/1808-5687.20160012>
9. Lochner C, Roos A, Stein DJ. Excoriation (skin-picking) disorder: a systematic review of treatment options. *Neuropsychiatr Dis Treat*. 2017 Jul 14;13:1867-1872. doi: 10.2147/NDT.S121138. PMID: 28761349; PMCID: PMC5522672

096. TRATAMENTO MEDICAMENTOSO PARA PACIENTES COM TRICOTILOMANIA. REVISÃO SISTEMÁTICA DE ENSAIOS CLÍNICOS RANDOMIZADOS

Júlia Quaranta Di Peto (1), Aimee Morotti Sousa Castro (1), Ana Luiza Cabrera Martimbianco
(2)

1- Estudante de Medicina da Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES). 2- Professora da Universidade Metropolitana de Santos

Endereço eletrônico para correspondência: juliaquaranta99@gmail.com

Palavras-chave: Tricotilomania; Automutilação; Tratamento Farmacológico; Revisão sistemática. Prática Clínica Baseada em Evidências / Evidence-Based Practice

Introdução

A tricotilomania é uma condição na qual a pessoa sente a necessidade consciente ou não de arrancar o próprio cabelo de diferentes locais do corpo desde o couro cabeludo até região púbica. (1) Segundo o DSM-5, o diagnóstico é composto com critérios que analisam o perfil do paciente e a frequência e padrão dessa automutilação. Antes do ato se concretizar, a pessoa pode sentir diferentes emoções como ansiedade, tédio, tensão ou querer sentir prazer e gratificação após arrancar os pelos. O sexo feminino é mais afetado que o masculino e em crianças há uma igualdade entre os sexos. Há forte relação entre TOC e tricotilomania podendo ser considerado um fator de risco, assim como possuir parentes de primeiro grau com esse comportamento. (2) Geralmente esse transtorno aparece no início da adolescência progredindo para a fase adulta e por isso o diagnóstico precoce é fundamental. As crianças com TTM sentem que arrancar os cabelos leva a provocações dos colegas o que acarreta em mais ansiedade gerando assim um ciclo repetitivo entre o hábito e possíveis gatilhos. (3)

Sendo assim, a tricotilomania está interligada com baixa autoestima, isolamento social e uma qualidade de vida reduzida devido a uma produtividade reduzida no trabalho e um funcionamento social prejudicado. E por ser uma condição pouco compreendida, há uma dificuldade no manejo do tratamento devido a dados limitados sobre a fisiopatologia. (4) Existem diferentes sistemas de neurotransmissores, como noradrenalina, serotonina, dopamina, peptídeos opioides e glutamato, que estão envolvidos com essa condição e é o enfoque na pesquisa do tratamento. (5) Atualmente, não há medicamentos aprovados pela Food and Drug Administration (FDA), mas há pesquisas a respeito de um possível tratamento para TTM com clomipramina, inibidores seletivos da recaptação de serotonina, moduladores glutaméticos (N'-acetilcisteína), bloqueadores de receptores de dopamina

(olanzapina) e antagonistas opioides (naltrexona). E por mais que exista um variedade de medicamentos, ainda não se sabe qual é a melhor alternativa para ser o de primeira escolha. (6)

Dessa forma, apesar dos diversos estudos a respeito do tratamento medicamentoso para tricotilomania, faz-se necessário um mapeamento dessas evidências, assim como uma avaliação crítica de sua qualidade metodológica por meio de uma revisão sistemática para poder identificar a eficácia e a segurança dos tratamentos implantados para pacientes com tricotilomania além de auxiliar profissionais da saúde com o melhor medicamento de escolha para o distúrbio em questão.

Objetivo

Avaliar a eficácia e segurança do tratamento medicamentoso para pacientes com tricotilomania.

Métodos

Essa revisão sistemática seguirá as recomendações metodológicas do Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions (7). O checklist PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses) (8) será utilizado para garantir a qualidade do relato da revisão. O protocolo dessa revisão foi registrado de forma prospectiva na plataforma PROSPERO (CRD42022335910)

Critérios de elegibilidade

Os participantes serão de qualquer idade diagnosticados com tricotilomania seguindo os critérios recomendados pelo DSM-5 (Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais) (9) Serão incluídos ensaios clínicos controlados randomizados (ECR) com delineamento paralelo. Em caso de ECR do tipo cross-over, apenas a primeira fase do estudo será considerada para análise. Serão considerados os seguintes grupos de comparação: placebo, sem intervenção, comparação entre diferentes terapias medicamentosas, e tratamento comportamental.

Estratégias de busca

Serão desenvolvidas estratégias de busca para as seguintes bases de dados eletrônicas (sem restrições de data ou idioma): MEDLINE (via PubMed), Embase (via Elsevier), Cochrane Central Register of Controlled Trials (CENTRAL) · Latin American and Caribbean Health Sciences Literature (LILACS) (via Biblioteca Virtual em Saúde - BVS), PsycINFO (via Ebsco), ClinicalTrials.gov (ClinicalTrials.gov), World Health Organization (WHO) International Clinical Trials Registry Platform (ICTRP). Também será feita uma busca na literatura cinzenta por meio das plataformas ProQuest e DANS EASY Archive, além da busca manual nas listas de referência de estudos relevantes.

Seleção e extração dos estudos

Os títulos e os resumos de todas as referências obtidas serão submetidos por dois autores de forma independente. Os estudos potencialmente elegíveis serão analisados em texto integral. O software Rayyan (<https://rayyan.qcri.org/>) será utilizado neste processo. As discrepâncias serão resolvidas por um terceiro autor. Dois autores recolherão de forma independente os dados dos estudos incluídos e um terceiro autor resolverá as divergências.

Avaliação da qualidade metodológica

Dois autores analisarão o risco de enviesamento de cada estudo através da ferramenta Cochrane Risk of Bias (tabela RoB) (10), e se houver discrepâncias, um terceiro autor analisará. Cada fonte potencial de viés será classificada como alto risco, baixo risco ou risco incerto de viés para cada estudo incluído

Resultados esperados

O objetivo da revisão sistemática é encontrar os efeitos e entender e identificar dos diferentes tratamentos medicamentosos para essa doença que é tão subnotificada e subdiagnosticada. Com os achados dessa revisão será possível auxiliar profissionais da saúde a tomarem decisões e melhorar a qualidade de vida dos pacientes.

Referências

1. Rothbart R, Stein DJ. Pharmacotherapy of trichotillomania (hair pulling disorder): an updated systematic review. Expert Opin Pharmacother. 2014 Dec;15 (<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25399534/>).
2. AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais DSM-5. ARTMED, 2014, 992p. 3. Farhat,Luis. Measuring Treatment Response in Pediatric Trichotillomania: A Meta-Analysis of Clinical Trials. 2020. Jun;17 (<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7476376/>).
3. Grant, Jon. Placebo response in trichotillomania. 2017, Sept (<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5617109/>).
4. Sani G, Gualtieri I, Paolini M, Bonanni L, Spinazzola E, Maggiora M, PinzoneV, Brugnoli R, Angeletti G, Girardi P, Rapinesi C, Kotzalidis GD. Drug Treatment of Trichotillomania (Hair-Pulling Disorder), Excoriation (Skin picking) Disorder, and Nail-biting (Onychophagia). Curr Neuropharmacol. 2019;17 <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30892151/>.
5. Hoppe L, Ipser JC, Fineberg N, Chamberlain S, Stein DJ. Pharmacotherapy for trichotillomania (Protocol) – The Cochrane Collaboration. 2021. <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/34582562/> 7. Higgins JPT, Green S, editors. Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions Version 5.1.0 [updated March 2011]. The Cochrane Collaboration, 2011. Available from www.cochrane-handbook.org. 8. Page MJ, McKenzie JE, Bossuyt PM, Boutron I, Hoffmann TC, Mulrow CD, Shamseer L, Tetzlaff JM, Akl EA, Brennan SE, Chou R, Glanville J, Grimshaw JM, Hróbjartsson A, Lalu MM, Li T, Loder EW, Mayo-Wilson E, McDonald S, McGuinness LA, Stewart LA, Thomas J, Tricco AC, Welch VA, Whiting P, Moher D. The PRISMA 2020 statement: An updated guideline for reporting systematic reviews. BMJ. 2021 Mar 29;372:n71.
6. Higgins JPT, Green S, editors. Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions Version 5.1.0 [updated March 2011]. The Cochrane Collaboration, 2011. Available from www.cochrane-handbook.org

MEDICINA VETERINÁRIA



097. AÇÕES ANTRÓPICAS TÊM RELAÇÃO COM A RETENÇÃO DE OVOS EM QUELÔNIOS?

Marina Amaral Machado de Lima¹, Paola Victorya C. Silva¹, Rafaela Santos Silva¹, Cristina de Fátima Lúcio¹

¹Faculdade de Medicina Veterinária - Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES

E-mail: mari1113@hotmail.com

Palavras-chave Tartaruga, distocia, répteis

Introdução

Uma característica reprodutiva de répteis, é a capacidade de armazenamento de ovos na porção final do oviduto, para que a deposição ocorra no momento e local que proporcionem maiores chances de eclosão (MANS; SLADKY, 2012). Os répteis podem reter seus ovos de maneira fisiológica durante 1 a 2 meses, podendo estender este período até 6 meses (MANS; SLADKY, 2012). Contudo, a retenção por período superior ao fisiológico, caracteriza um processo chamado de retenção patológica, também chamado de distocia, alteração frequentemente observada em quelônios. O processo patológico pode estar ligado a vários fatores desencadeantes, como má nutrição, temperatura inapropriada, falta de um ambiente adequado para realizar a postura desses ovos (RAITI, 2013). O exame clínico da paciente possibilita a diferenciação entre a retenção fisiológica da retenção patológica, possibilitando a adequada assistência, além de instituição de medidas preventivas, evitando a recorrência da afecção (MARGARIDA, 2019; MANS AND SLADKY, 2012).

Objetivo

Com base no exposto, o objetivo do presente trabalho foi identificar a casuística das retenções de ovos nos quelônios na rotina de atendimento de médicos veterinários, identificando as possíveis causas desencadeantes.

Métodos

Foi elaborado um formulário na plataforma Google Formulários, composto por perguntas sobre a média mensal de atendimento de quelônios e de retenção de ovos nesses animais, causas das retenções diagnosticadas, etapas do exame clínico e técnica de avaliação complementar que auxiliaram no diagnóstico, se havia relato de ovopostura no recinto em que os animais diagnosticados viviam, dieta e frequência de alimentação recebida por estes animais, rotina de exposição solar dos animais diagnosticados. Os formulários foram enviados para médicos veterinários atuantes na clínica de animais silvestres, por meio de aplicativos multiplataforma para envio de mensagens instantâneas. As repostas foram descritas em porcentagem e comparadas com dados de literatura.

Resultados e discussão

Foram obtidas 47 respostas de médicos veterinários atuantes na clínica de animais silvestres. Dos entrevistados, 34% relataram realizar mais de 6 atendimentos mensais de quelônios na rotina, e, 83% dos veterinários responderam que atendem entre 1 e 3 casos mensais de pacientes com retenção de ovos, sugerindo que seja uma patologia de importante ocorrência. A literatura relata que a referida retenção de ovos em quelônios é uma enfermidade de causas multifatoriais, relacionada a erros no manejo dos animais, principalmente (TROIANO, 2018). Nos achados do presente estudo, 36% dos médicos veterinários relataram relação com falta de sol e alimentação incorreta, 35% com recinto inadequado, 16% com má conformação anatômica da fêmea, 6% relacionados a ovo ectópico e 2% com estase folicular, presença do macho e outras comorbidades como pneumonia, corroborando o relato de Troiano (2018). Quando arguidos sobre o método de diagnóstico, 100% dos profissionais afirmaram ter usado o raio X e 10% realizaram exame de sangue, como indica Jepson (2010). Ainda, 34% consideraram a anamnese e histórico clínico, como auxiliares no diagnóstico, indicado também por Troiano (2018). Outros recursos diagnósticos foram relatados, 4% fizeram uso do ultrassom, 3% realizaram tomografia, e 1% usou a palpação, em acordo com o relato de Martins (2012). Sobre o questionamento sobre a ocorrência de ovopostura no recinto dos animais diagnosticados com a enfermidade, 74,5% responderam dos animais atendidos, de fato, não realizavam a ovopostura, em concordância com a literatura (Troiano, 2018; Denardo, 2006; Saim, 2022). Foi relatado por 56% dos entrevistados que os

animais atendidos recebiam alimentação natural, contudo, não foi evidenciado se essa era uma alimentação era balanceada e completa, já 31% relataram que os animais com retenção atendidos recebiam alimentação comercial e, 13% referem que os animais recebiam alimentos naturais inadequados e deficientes nutricionalmente ou ração de baixa qualidade, indicando erros de manejo alimentar com esses animais. Em relação à frequência do fornecimento do alimento, 72,3% referem que os animais recebiam o alimento uma vez ao dia e 21,3% relataram fornecimento duas vezes ao dia, aumentando as chances de subnutrição dos animais acometidos. E sobre a rotina de exposição solar, a maioria dos entrevistados (55,3%) relatou que os animais acometidos eram expostos ao sol menos de 3 vezes na semana por um tempo máximo de 15 minutos. A exposição solar é um importante fator no metabolismo da vitamina D, cuja deficiência pode resultar em desequilíbrios na concentração de cálcio, favorecendo a retenção de ovos (Troiano, 2018).

Conclusão

As respostas obtidas e a comparação com a literatura, sugerem que a ocorrência de retenção de ovos em quelônios tem relação com erros no manejo geral e alimentar. Além disso, somado ao exame clínico, o raio X é uma ferramenta importante no diagnóstico desta enfermidade.

Referências

DENARDO, Dane. Reptile Medicine and Surgery. *In*: MADER, D. R. Reptile Medicine and Surgery. 2. ed. St. Louis, Missouri: Saunders Elsevier, 2006. cap. Dystocias, p. 787-792.

JEPSON, Lance. Clínica de Animais Exóticos: Referência Rápida. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora LTDA, 2010. 592 p.

MANS, C; SLANKY, KK. Diagnosis and management of oviductal disease in three red-eared slider turtles (*Trachemys scripta elegans*). *J Small Anim Pract.*, [S. l.], v. 53, p. 234-239, 13 jan. 2012. DOI 10.1111/j.1748-5827.2011.01172.x. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22243411/>. Acesso em: 22 set. 2022.

RAITI, Paul. Prefemoral Salpingotomy and Salpingoscopy in a Red-Eared Slider (*Trachemys scripta elegans*) with Pathologic Egg Retention. *Journal of Herpetological Medicine and Surgery*, [S. l.], n. 23, p. 60-63, 1 set. 2013. DOI doi: <https://doi.org/10.5818/1529-9651-23.3.60>. Disponível em: <https://bioone.org/journals/journal-of-herpetological-medicine-and-surgery/volume-23/issue-3/1529-9651-23.3.60/Prefemoral-Salpingotomy-and-Salpingoscopy-in-a-Red-Eared-Slider-Trachemys/10.5818/1529-9651-23.3.60.short>. Acesso em: 22 set. 2022.

SAIM, Bianca Sandrin; JÚNIOR, José Carlos Roble; MANGINI, Paulo Rogério; MATTEI, Antonella Souza. Distocia em Jabuti-piranga (*Chelonoidis carbonaria*) em cativeiro: Relato de caso. *PUBVET*, [s. l.], v. 16, ed. 1, p. 1-8, 14 jan. 2022. DOI <https://doi.org/10.31533/pubvet.v16n01a1017.1-8>. Disponível em: <https://www.pubvet.com.br/artigo/8929/distocia-em-jabuti-piranga-chelonoidis-carbonaria-em-cativeiro-relato-de-caso>. Acesso em: 22 set. 2022

SERAFIM, Ana Margarida Braz Ramos. Distócia em Répteis Ovíparos. Orientador: Prof. Doutora Sónia Campos. 2019. 69 p. Dissertação (Mestrado em Medicina Veterinária) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10437/9675>. Acesso em: 22 set. 2022.

TROIANO, J. C. Doenças dos Répteis. 1. ed. [S. l.]: MedVet, 2018. 300 p.

ANEXO I – Lista de perguntas feita aos veterinários especializados

Você é médico veterinário especializado no atendimento de silvestres há quantos anos?

1 a 3 anos.

4 a 6 anos.

Mais de 6 anos.

Já atendeu quelônios na sua rotina clínica? Se sim, em média quantos atendimentos são realizados por mês?

Não.

Sim, entre 1 a 3 atendimentos.

Sim, entre 4 a 6 atendimentos.

Sim, mais de 6 atendimentos.

Dos quelônios que já atendeu, algum era com retenção de ovos? Qual a média mensal que atende de casos de retenção?

Não.

Sim, entre 1 a 3 casos.

Sim, entre 4 a 6 casos.

Sim, mais de 6 casos.

Dos animais atendidos com diagnóstico de retenção de ovos, qual a causa identificada?

Falta de sol e alimentação inadequada.

Recinto inadequado.

Má conformação anatômica da fêmea.

Ovo ectópico.

Outros.

Qual técnica auxiliou no diagnóstico?

Raio-X.

Exame de sangue.

Anamnese e histórico.

Outros.

Sobre os animais que você atende, os animais possuem um recinto adequado, consegue se quiser fazer a ovopostura?

Sim.

Não.

Os quelônios com diagnóstico de retenção de ovos recebem qual dieta?

Ração comercial.

Alimentação natural.

Outros.

E a frequências das alimentações?

1 vez ao dia.

2 vezes ao dia.

3 vezes ao dia.

Os quelônios com diagnóstico de retenção de ovos tinham rotina de exposição solar?

Não.

Sim, menos de 3 vezes na semana por 15 minutos.

Sim, mais de três vezes na semana por 15 minutos.

098. AVALIAÇÃO DA OCORRÊNCIA DE DERMATOSE ACTÍNICA EM CÃES E GATOS NA CIDADE DE SANTOS-SP E USO DE ÁCIDO GRAXO ÔMEGA-3 COMO FOTOPROTETOR

Luana Cardoso Dias¹; Stelinne de Mattos Ramos Dutra¹; Luiz Roberto Biondi²

¹ aluna de graduação da Faculdade de medicina veterinária UNIMES

² professor da Faculdade de medicina veterinária e do programa de pós-graduação Medicina veterinária no meio ambiente litorâneo da UNIMES

e-mail do autor para contato luz.biondi@unimes.br

Introdução

Algumas neoplasias cutâneas caninas e felinas apresentam importante relação com a exposição do paciente à luz solar e ao desenvolvimento prévio de dermatose solar, também denominada actínica. Considerada uma lesão cutânea pré-neoplásica, esta dermatose tem sido associada principalmente ao carcinoma de células escamosas e o hemangiossarcoma cutâneo. Relatos apontam maior ocorrência desta neoplasias em nosso território em decorrência da alta incidência de radiação solar em nosso país. Acredita-se que essa maior prevalência estaria associada à menor proteção à radiação solar em animais com pele despigmentada e menor cobertura pilosa, em especial nas regiões de pele glaba como abdômen, plano nasal, pálpebras e pina das orelhas(1–4)

A exposição aguda à radiação ultravioleta B (UVB) causa inflamação da pele e estresse oxidativo, e a longo prazo a exposição à radiação UVB pode levar à carcinogênese. Acumulam-se evidências que demonstraram que as espécies reativas de oxigênio (EROs) se constituem no elo entre inflamação crônica e neoplasia. De fato, experimentos iniciais sobre o papel das EROs na iniciação do tumor indicam que o estresse oxidativo age diretamente lesando o DNA, promovendo mutações que permitem a transformação oncogênica(5,6)

A associação entre a dermatose actínica e o hemangiossarcoma cutâneo actínica pode ser explorada terapêuticamente com a utilização de fotoprotetores naturais como os ácidos graxos ômega 3, algumas vitaminas e os polifenóis(7,8). Os ácidos graxos poliinsaturados ômega-3 (AGPs) compreendem primordialmente o ácido α -linoleico (ALA), ácidos docosahexaenóico (DHA) e o ácido eicosapentaenóico (EPA) e são oriundos diretamente de alimentos e/ou suplementos dietéticos enriquecidos em óleos de peixe. Os AGPs ômega-3 são conhecidos por demonstrar ações anti-inflamatórias. Estudos envolvendo seus metabólitos como resolvinas e maresinas, revelaram potentes ações anti-inflamatórias, analgésicas e antineoplásicas, particularmente pela redução da produção de citocinas/quimiocinas derivadas das células neoplásicas (TNF- α , IL-6, CXCL10 e MCP-1) e diminuição das células mieloides CD11b β Ly6G induzidas por mediadores tumorais e da nocicepção(9–11). Também a diminuição na produção de EROS e melhora na atividade fagocitária de macrófagos foi observada em um estudo. Em trabalho que avaliou a exposição de camundongos sem pelos à radiação por UVB e tratados ou não com maresin 1, um mediador lipídico derivado do AGP ômega 3, demonstrou efeito protetor da pele exposta à radiação UVB diminuindo a inflamação e o estresse oxidativo, ao inibir o edema da pele, a apoptose dos ceratinócitos e ao inibir a presença de mastócitos, a produção de metaloproteinases 9 (MMP9) e a consequente degradação das fibras colágenas induzidas pela radiação (5).

Objetivos:

Avaliar a ocorrência de dermatose actínica em cães e gatos habitantes da Cidade de Santos. Avaliar os impactos da campanha de educação bem como do uso do ácido graxo ômega 3 como fotoprotetor.

Métodos

Este projeto será submetido à Comissão de Ética no Uso de Animais CEUA UNIMES e à Comissão de Ética da Universidade Metropolitana de Santos UNIMES.

Os animais serão distribuídos aleatoriamente em três grupos:

Grupo I - animais pele clara, oriundos da Praça dos Cães

Grupo II - animais de pele pigmentada, oriundos da Praça dos Cães – grupo controle

Grupo III - animais pele clara, oriundos do HOVET UNIMES – não tratados

Um quarto grupo será formado de modo não aleatório e terá por base a opção do tutor em aderir ou não à recomendação do uso de ácido graxo ômega 3 como fotoprotetor

Grupo IV - animais pele clara, oriundos do HOVET UNIMES – tratados

Os tutores/proprietários dos animais de todos os grupos serão submetidos a um questionário epidemiológico no qual constará a resenha completa do animal, se o animal sofre exposição à luz solar, qual a quantidade de dias da semana e qual a quantidade de horas/dia de exposição, bem como o(s) horário(s) em que a(s) referida(s) exposição(ões) ocorre(m).

Os animais de todos os grupos serão avaliados quanto à presença de lesões cutâneas compatíveis com dermatose actínica.

Os animais atendidos no HOVET UNIMES, por estarem sob acompanhamento médico veterinário e passíveis de segmento, terão suas lesões registradas por meio fotográfico e quantificadas numericamente e por área (mm²) por meio de software de imagem de código aberto *Image J*. Cada animal participante será reavaliado a cada 30 dias num total de 6 avaliações.

Os tutores receberão, também, folheto explicativo dos riscos da exposição à luz solar e os benefícios do uso do ácido graxo ômega 3 como adjuvante na fotoproteção.

Resultados esperados:

Espera-se observar a ocorrência de dermatose actínica em cães e gatos de pele clara e com áreas de cobertura pilosa rarefeita, expostos ao Sol. Espera-se, também, que nos animais para os quais os tutores mudarem o manejo dos passeis/ exposição à luz solar e/ou optarem pelo uso do ácido graxo ômega 3, haja redução nas lesões compatíveis com dermatose actínica.

Referências

1. Soares NP, Medeiros AA, Szabó MPJ, Guimarães EC, Fernandes LG, Santos TR dos. Hemangiomas E Hemangiossarcomas Em Cães: Estudo Retrospectivo De 192 Casos (2002-2014). *Ciência Animal Brasileira*. 2017;18(0):1–10.
2. Szivek A, Burns RE, Gericota B, Affolter VK, Kent MS, Rodriguez CO, et al. Clinical outcome in 94 cases of dermal haemangiosarcoma in dogs treated with surgical excision: 1993-2007. *Vet Comp Oncol*. 2012;10(1):65–73.
3. Nikula KJ, Benjamin SA, Angleton GM, Saunders WJ, Lee AC. Ultraviolet radiation, solar dermatosis, and cutaneous neoplasia in beagle dogs. *Radiat Res*. 1992;129(1):11–8.
4. Christensen E, Bofin A, Gudmundsdóttir I, Skogvoll E. Cytological diagnosis of basal cell carcinoma and actinic keratosis, using Papanicolaou and May-Grünwald-Giemsa stained cutaneous tissue smear. *Cytopathology*. 2008;19(5):316–22.
5. Cezar TLC, Martinez RM, Rocha C da, Melo CPB, Vale DL, Borghi SM, et al. Treatment with maresin 1, a docosahexaenoic acid-derived pro-resolution lipid, protects skin from inflammation and oxidative stress caused by UVB irradiation. *Sci Rep [Internet]*. 2019;9(1):1–14. Available from: <http://dx.doi.org/10.1038/s41598-019-39584-6>
6. Nediani C, Dinu M. Oxidative Stress and Inflammation as Targets for Novel Preventive and Therapeutic Approaches in Non-Communicable Diseases II. *Antioxidants*. 2022;11(5):1–5.
7. Kullavanijaya P, Lim HW. Photoprotection. *J Am Acad Dermatol*. 2005;52(6):937–58.
8. Souyoul SA, Saussy KP, Lupo MP. Nutraceuticals: A Review. *Dermatol Ther (Heidelb) [Internet]*. 2018;8(1):5–16. Available from: <https://doi.org/10.1007/s13555-018-0221-x>
9. Sawada Y, Saito-Sasaki N, Nakamura M. Omega 3 Fatty Acid and Skin Diseases. *Front Immunol*. 2021;11(February):1–8.
10. Sulciner ML, Serhan CN, Gilligan MM, Mudge DK, Chang J, Gartung A, et al. Resolvins suppress tumor growth and enhance cancer therapy. *Journal of Experimental Medicine*. 2018;215(1):115–40.
11. Takamiya R, Fukunaga K, Arita M, Miyata J, Seki H, Minematsu N, et al. Resolvin E1 maintains macrophage function under cigarette smoke-induced oxidative stress. *FEBS Open Bio [Internet]*. 2012;2:328–33. Available from: <http://dx.doi.org/10.1016/j.fob.2012.10.001>

099. AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE IRRADIAÇÃO DE ALIMENTOS POR PROFISSIONAIS VETERINÁRIOS E ESTUDANTES DE MEDICINA VETERINÁRIA

Alana Ribeiro Nascimento¹, Daniele Raimundo², Elaine Marcilio Santos³, Sandra Kalil Bussadori⁴,
Marcela Leticia Leal Gonçalves³, Ana Paula Taboada Sobral³ Milton Ricardo Azedo², Juliana Maria
Altavista Sagretti Gallo²

1. Discente do programa de medicina veterinária da Universidade Metropolitana de Santos, Santos, SP, Brasil
2. Docente do Programa de Pós-graduação “Medicina Veterinária no Meio Ambiente Litorâneo”, da Universidade Metropolitana de Santos, Santos, SP, Brasil
3. Mestrado em Medicina: Saúde e Meio Ambiente, Universidade Metropolitana de Santos, SP, Brasil;
4. Pós-Graduação em Biofotônica Aplicada às Ciências da Saúde, Universidade Nove de Julho, São Paulo, SP, Brasil.

E-mail: alana26051999@gmail.com

Palavras-chave: insegurança alimentar, alimento, irradiação, medicina veterinária.

Introdução

A irradiação é um método físico de conservação capaz de prolongar a vida-de-prateleira dos alimentos. Ela ao atender os requisitos de conservação e prolongamento de prazo de prateleira colabora com a economia, pois evita desperdícios por insegurança de qualidade e deterioração. Além disso favorece a comercialização tanto nacional quanto internacionalmente (Santos,2020).

Estima-se que 931 milhões de toneladas de alimentos, ou 17% do total de alimentos disponíveis aos consumidores em 2019, foram para o lixo de residências, varejo, restaurantes e outros serviços alimentares (ONU 2019). Em contradição a esse desperdício, em especial no cenário de pandemia da COVID-19 15,9 milhões de brasileiros apresentam-se em Insegurança alimentar (IA) sujeitos ao uso de estratégias social inaceitáveis, para obtenção de alimentos, violando a sua dignidade e seu Direito Humano à Alimentação adequada, que foi justamente um ponto colocado pela ONU como um dos Objetivos do desenvolvimento sustentável com metas até 2030.

Nas comunidades da região metropolitana de São Paulo e Baixada Santista, a Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) é um fato bastante presente, com 79% das famílias vivendo em situação de IAN e 47% vivendo a Insegurança Alimentar nas formas moderada e grave. A Insegurança Alimentar e Nutricional no Brasil não é um fato recente, mas durante a pandemia esse fato tornou-se mais complexo atingindo famílias que antes não estavam expostas (Nasser et al., 2021).

Nesse contexto de desperdício de alimentos e fome somado a necessidade de um olhar atento a garantia da qualidade de alimentos com foco, os de origem animal no cenário em que surge a pandemia da COVID-19 e os entraves de importação, exportação de alimentos, a irradiação de alimentos aparece como alternativa efetiva e segura. Essa tecnologia é capaz destruir as bactérias e microrganismo, assim passíveis de causar intoxicações alimentares nos seres humanos e aumentar a sua durabilidade evitando o desperdício (LEVY et al., 2018).

Para o Comitê Internacional de Taxonomia de Vírus (ICTV) o SARS-COV-2 é mais uma espécie de coronavírus oriundo de animais (GORBALENYA et al., 2020). A Organização Mundial da Saúde (OMS) notificou em dezembro de 2019 em Wuhan (China) um surto epidêmico de pneumonia, os virologistas conseguiram identificar rapidamente o agente etiológico (SARS-COV-2) (CRODA & GARCIA, 2020). O surto teve início em um mercado local onde eram vendidos animais vivos e frutos do mar (SCHRER, et al. 2021).

Os alimentos de origem animal requerem a inspeção por profissionais que contribuem na saúde única da população. De acordo com (YAKUBU et al. 2011), a finalidade da Saúde Única é a integração da saúde humana e animal por meio da integração dos profissionais das áreas das ciências da saúde, principalmente entre os médicos e médicos veterinários. A Medicina Veterinária, segundo (SHERMAN, 2010), estabelece conexão com as três vertentes, saúde humana, animal e meio ambiente.

Para que a fiscalização seja feita de maneira correta o procedimento técnico-administrativo é conduzido por equipe composta por servidores com formação em Medicina Veterinária, com o objetivo de apurar o desempenho do serviço ([Incluído pelo Decreto nº 10.468, de 2020](#)). Esses profissionais também estão

presentes em frigoríficos e estabelecimentos que manipulem e comercializam alimentos de origem animal.

Em 1981, um comitê formado pela *Food and Agriculture Organization (FAO)*, (AIEA)/ (OMS) declarou que alimentos irradiados com até 10,0 kGy (kilogray - unidade de medida para quantidade de radiação absorvida) são incondicionalmente seguros. Pelo menos 40 países aprovaram a irradiação de um ou mais produtos alimentícios, e 29 utilizam a irradiação de alimentos comercialmente (JAY, 2005).

Essa técnica foi regulamentada no Brasil desde a década de 60, pelo Decreto-Lei nº 986/PR, de 21/10/1969. A tecnologia é amparada pela legislação brasileira com normas e regulamentos a serem seguidos para medidas de segurança de produção, transporte e armazenamento, sendo também obrigatório constar na rotulagem nos produtos que passam por esse processo: “ALIMENTO TRATADO POR PROCESSO DE IRRADIAÇÃO” (BRASIL, 2001).

Para garantir a segurança e qualidade dos alimentos, diversos estudos têm se empenhado em melhorar e desenvolver tecnologias para preservar e proteger os alimentos contra contaminação microbiana e deterioração (HORTA et al., 2019). Avaliar o conhecimento do Médico Veterinário e de estudantes sobre o emprego da tecnologia da radiação aplicada a alimentos se faz importante uma vez que sua atuação no comércio, na fiscalização e na pesquisa com alimentos de origem animal contribui para com os desafios e metas da ONU para 2030 em aplicar novas tecnologias, diminuir e erradicar a fome e garantir segurança e uma vida digna a todos os cidadãos.

Objetivo

O objetivo dessa pesquisa é avaliar o conhecimento e a aceitação da tecnologia das radiações aplicadas a alimentos por médicos e estudantes de veterinária. Além disso visa divulgar a tecnologia a esses profissionais.

Métodos

Pesquisa descritiva quantitativa com questionário semiestruturado aprovado CEP 5.305.273 como instrumento de medição do conhecimento por Médicos Veterinários e estudantes sobre a irradiação de alimentos. O questionário será vinculado online.

Resultado

O software Microsoft Excel 2020, para a obtenção das médias e percentuais. As questões "você compraria alimento irradiado" antes do vídeo e texto explicativo sobre a tecnologia da radiação aplicada a alimentos e a mesma questão após a informação do questionário que serão submetidas ao teste Q quadrado.

Referências

BRASIL 2022 *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*. (n.d.). Net.br. Retrieved September 15, 2022, from <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/>

BRASIL. Resolução RDC nº 21, de 26 de janeiro de 2001. Aprova o "Regulamento Técnico para Irradiação de Alimentos". ANVISA: 2001.

CRODA, J. H. R.; GARCIA, L. P. Immediate Health Surveillance Response to COVID-19 Epidemic. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/ress/a/zMMJJZ86_vnrBdqKtfsPL5w/?lang=>.

GALLO, JMAS.;SANTOS, EM.;BUSSADORI, SK.;GONÇALVES, MLL.;SOBRAL, APT.;RAIMUNDO, DC.;LUCIO, C. de F.;FERNANDES, MTL.;AZEVEDO, SR.;SABATO, S. F. Avaliação sobre o conhecimento e aceitação de alimentos irradiados no banco de alimentos no Brasil - divulgação sobre os benefícios da tecnologia. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, [S. l.], v. 11, n. 8, pág. e43811831241, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i8.31241. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/31241>. Acesso em: 16 set. 2022.

GORBALENYA, A. E. et al. Severe acute respiratory syndrome-related coronavirus: The species and its viruses – a statement of the Coronavirus Study Group. 2020

HORTA, M. G. et al. Gamma Irradiation and High Hydrostatic Pressure Applied to Hamburger Conservation. In: Insights on Novel Meat Processing and Preservation Methods. IntechOpen, 2019

JAY, J. M. Microbiologia de alimentos. 6 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. 711 p

LEVY, D. S., Sordi, G. M. A. A., & Villavicencio, A. L. C. H. (2018). Construindo pontes entre ciência e sociedade: divulgação científica sobre irradiação de alimentos. *Brazilian Journal of Radiation Sciences*, 6(1). <https://doi.org/10.15392/bjrs.v6i1.343>

NASSER, M.A., Calazans, M.O, Fegadolli, C., Oliveira, S.B., & Rodrigues, J.F. (2021). Vulnerabilidade e resposta social à pandemia de Covid-19 em territórios metropolitanos de São Paulo e da Baixada Santista, SP. Brasil. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 25(Supl. 1): e210125

ONU: 17% de todos os alimentos disponíveis para consumo são desperdiçados. (n.d.). Brasil. Retrieved September 4, 2022, from <https://brasil.un.org/pt-br/114718-onu-17-de-todos-os-alimentos-disponiveis-para-consumo-sao-desperdicados>

SANTOS, M. P. dos. (2020). Contribuição da irradiação de alimentos para a economia: uma revisão de literatura. <http://famamportal.com.br:8082/jspui/handle/123456789/2035>

SCHRER, A. et al. Covid-19: zoonose transmitida por animais domésticos? Disponível em: .

SHERMAN DM. A Global Veterinary Medical Perspective on the Concept of One Health: Focus on Livestock. *ILAR Journal*. 2010;51(3):281-87.

YAKUBU Y, Junaidu Au, Magaji Aa, Salihu Md, Mahmuda A, Shehu S. One Health - The Fate of Public Health in Nigeria. *Asian Journal of Medical Sciences*. 2011.

100. COMPARAÇÃO DE PROTOCOLOS A RESPEITO DE NEOPLASIA MAMÁRIA EM CADELAS NA REGIÃO DE SANTOS, LITORAL DE SÃO PAULO

Luana Russo Vicente* Nathalia Secco Ramos Hélio**

*Aluna do Curso de Medicina Veterinária da Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES) E-mail:

luanarussov@gmail.com

** Aluna do Curso de Medicina Veterinária da Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES) E-mail:

nathalia.secco013@gmail.com

Palavras chave: Neoplasia mamária, cadelas, tumor, clínica, oncologia

Introdução

O câncer de mama em mulheres é considerado de extrema importância para saúde pública, motivando estudos sobre prevenção e diagnóstico precoce e buscando reduzir a morbidade e mortalidade relacionadas com essa neoplasia (HUMPHREY *et al.*, 2002). Também em Medicina Veterinária, tem despertado grande interesse, principalmente pela elevada prevalência de tumores malignos em cadelas, em grande parte reflexo do diagnóstico tardio, que compromete o tratamento e reduz a taxa de sobrevivência dos animais (SILVA *et al.*, 2004; CAVALCANTI; CASSALI, 2006); (ANDRADE *et al.*, 2010; ESTRELA-LIMA, 2010). Neoplasias mamárias são definidas como proliferações progressivas e não funcionais compostas por células ausentes de resposta adequada aos mecanismos que controlam o crescimento celular. Estatisticamente, apresentam cerca de 52% de todos os tumores que afetam as fêmeas da espécie canina (KASPER, 2015). A avaliação clínica das cadelas com tumores de mama é de fundamental importância para determinar a fase de evolução da doença, fornecendo melhor entendimento sobre o comportamento biológico da neoplasia e proporcionando informações de significado diagnóstico, prognóstico e terapêutico (ALLRED *et al.*, 1998). Os tumores maiores do que cinco centímetros, de rápido crescimento, aderentes, com grandes áreas de ulceração e com metástase para linfonodos estão associados ao pior prognóstico (CAVALCANTI; CASSALI, 2006; FERREIRA *et al.*, 2009; ESTRELA-LIMA 2010). Segundo Lana *et al.* (2007), a chance de um tumor mamário existir aumenta

com a idade do animal, em cadelas, o desenvolvimento se dá, em média, entre os 10 e os 11 anos de idade. Não há predisposição racial aparente, porém algumas raças são apontadas para uma possível predisposição à neoplasias. Apenas boxers e beagles são conhecidos por serem animais de baixo risco para tumores mamários (QUEIROGA e LOPES, 2002).

Todavia, independentemente do tamanho tumoral, é imprescindível a realização do exame anátomo-histopatológico de todos os nódulos. Dentre os tumores mamários malignos, os mais frequentes são os carcinomas (BRODEY *et al.*, 1983; PELETEIRO, 1994); entretanto, há uma grande variação na frequência dos tumores mamários de caráter benigno e maligno e os subtipos neoplásicos, em consequência da utilização de diferentes métodos de classificação histopatológica e da ausência de critérios homogêneos na diferenciação dos tipos tumorais (CASSALI, 2000).

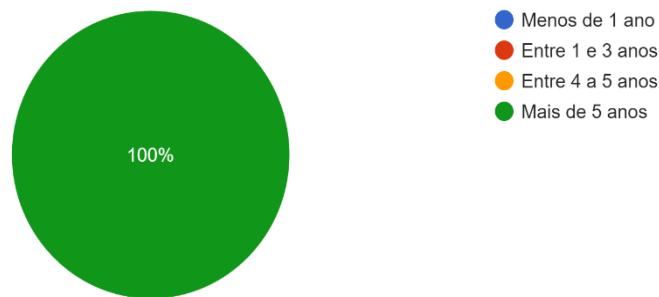
Esse trabalho tem como objetivo analisar os dados de amostragem da região de Santos a respeito da afecção de neoplasia mamárias em cadelas baseado nas experiências profissionais de veterinários selecionados da região. Essa pesquisa visa ajudar a melhorar as perspectivas de causas, diagnóstico e tratamento da doença se baseando em um comparativo do que é aplicado rotineiramente com o que é descrito em literatura para ampliar visões e condutas a respeito desta neoplasia.

Métodos

Foi elaborado um questionário via Google Forms para ser enviado a 50 veterinários que trabalhem na parte de clínica de pequenos animais, contendo perguntas a respeito de idade das fêmeas acometidas, status reprodutivo (castradas ou inteiras), alimentação, incidência de acordo com o número deaios (antes ou após o primeiro cio), medicamentos para controle de cio, conduta diagnóstica e terapêutica da afecção que foi devidamente enviado a quatro médicas veterinárias da região da baixada santista, no estado de São Paulo, no período de Abril a Maio de 2022 para análise qualitativa dos dados coletados, a fim de elaborar um trabalho comparativo dos resultados obtidos com a literatura consultada. Foi feita uma comparação das respostas obtidas com o que é descrito em literatura para elucidar se as medidas adotadas atualmente ainda condizem com o que está descrito.

Resultados / Desenvolvimento

Como resultado da pesquisa, obtivemos que 100% dos profissionais acreditam que cadelas de meia idade (englobado esta categoria cadelas com mais de 5 anos de idade) representam maior risco para essa doença (Figura 1). Esse resultado é condizente com o que foi descrito por Fossum et al. (2008), que relata que tumores mamários são mais raros em animais jovens e mais facilmente encontrados em animais de



meia-idade.

Figura 1: Percepção dos médicos veterinários entrevistados sobre a incidência de neoplasia mamária em cadelas de acordo com a idade do paciente.

De acordo com Andrade (2017) e Neves (2018) o risco de neoplasia mamária é muito maior em cadelas não castradas. Analisando os dados coletados dos profissionais questionados, podemos afirmar que esta prevalência se mantém de forma que 100% destes responderam que de acordo com as suas vivências profissionais essa afirmação se mantém verdadeira (Figura 2). Ainda, é descrito por Fonseca (2000) e Fossum (2015) que, clinicamente, o risco desta condição ocorrer em fêmeas castradas antes do primeiro cio é menor do que em fêmeas castradas após esse acontecimento, aumentando de 0,05% de chance de desenvolverem tumores nas glândulas mamárias no primeiro para 8% após o segundo cio e 26% após o terceiro ciclo estral. Em nossa pesquisa, metade dos profissionais concordam com essa afirmação e outra metade acredita que a castração antes do primeiro cio não seria o ideal a fim de evitar esta neoplasia (Figura 3).

Figura 2: Percepção dos veterinários entrevistados sobre a incidência de neoplasia mamárias entre fêmeas castradas ou inteiras

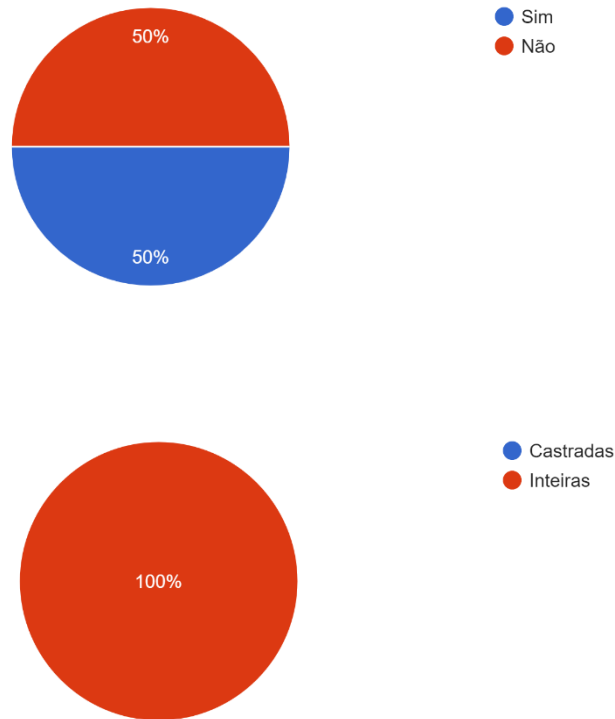
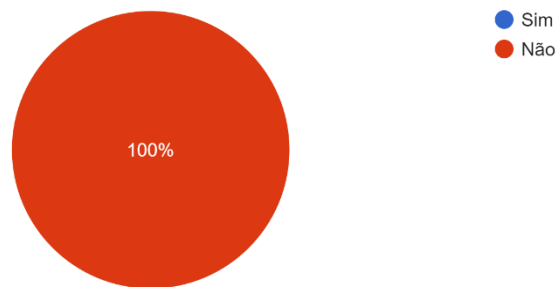


Figura 3: Percepção dos veterinários entrevistados sobre os benefícios da castração antes do primeiro cio relacionado com a incidência de neoplasias mamárias

A influência da alimentação nessa afecção é defendida por Queiroga e Lopes (2002) que relatam que cadelas obesas entre 9 e 11 meses de idade têm maior risco de desenvolver neoplasias mamárias na idade adulta que cadelas não obesas. Em nossa análise 100% dos veterinários responderam que de acordo com a experiência clínica a alimentação não interfere no desenvolvimento dessa afecção (Figura 4).

Figura 4: Percepção dos veterinários entrevistados sobre a alimentação e sua influência na incidência de casos de neoplasia mamária em cadelas.



Júnior et al. (2018) demonstra que as neoplasias mamárias são as afecções mais frequentes em fêmeas que fazem uso de medicamentos contraceptivos, representando 38 animais dentre os 268 estudados dos quais 96 utilizavam anticoncepcionais. A relação entre o uso desse tipo de terapia e o consequente desenvolvimento de neoplasias mamárias foi unânime em nosso formulário (Figura 5).

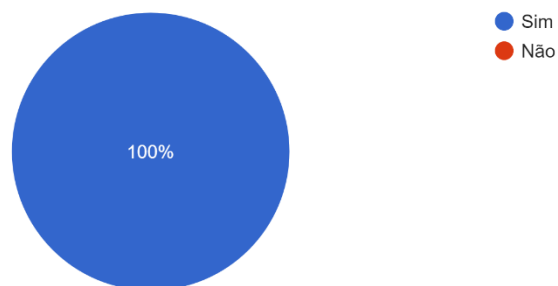


Figura 5: Percepção dos veterinários entrevistados indicando que 100% dos profissionais acreditam que usar medicamentos para impedir o cio favoreça o aparecimento das neoplasias mamárias

Ao que diz respeito ao diagnóstico definitivo desta afecção, é possível por meio da avaliação microscópica, por citologia ou histopatológica (MISDROP et al., 1999). Porém, ainda de acordo com este autor, a classificação do tipo de tumor só é possível pela análise histopatológica. Para a avaliação de metástases, Queiroga e Lopes (2002) recomendam a exploração de gânglios linfáticos regionais por

citologia aspirativa e realização de radiografias torácicas como forma de estadiamento clínico. Pode ser analisado, também, o abdômen com radiografias e ultrassonografias do animal a fim de avaliar a região sublombar (quando o tumor envolve as mamas abdominal caudal e inguinal). Por não ser possível estabelecer um diagnóstico de malignidade com base no aspecto macroscópico da neoplasia, algumas características podem indicar um comportamento maligno, como o crescimento rápido do tumor, as margens mal definidas, aderência à pele e aos tecidos adjacentes, se há presença de ulceração e inflamação intensa e sinais de dispnéia (LANA et al., 2007). De acordo com Queiroga e Lopes (2002) exame citológico só é conclusivo se indicar malignidade, uma vez que tem sido demonstrado não haver correlação entre os resultados da citologia e do exame histopatológico em tumores mamários caninos. Em nossa pesquisa, as condutas diagnósticas variaram de profissional para profissional. Duas das quatro respostas obtidas indicavam a necessidade de biópsia, uma delas acreditando que apenas esta técnica já era suficiente, e outra afirmando que deveria vir em conjunto com análise citológica. Como terceira resposta, a conduta tomada pela médica veterinária em questão seria o exame físico acrescido de citologia. Em contrapartida, uma única profissional citou que solicitaria radiografia de tórax com três projeções para pesquisa de metástase e ultrassom abdominal caso o animal seja inteiro.

Como conduta terapêutica, a realização da mastectomia com análise histopatológica da amostra foi a mais indicada pelos profissionais questionados no nosso trabalho. De acordo com Lana et al. (2007), quando não há envolvimento metastático, é indicado que se faça a remoção cirúrgica completa, incluindo as margens de segurança. Durante a remoção do tumor é necessário escolher a técnica ideal a ser utilizada, o que varia de acordo com as características do tumor, tendo que levar em conta o tamanho, consistência e onde está localizado. Além disso, para alguns tumores malignos a quimioterapia pode ser benéfica, sendo que antiestrogênicos, antiprogesterina ou drogas antiprolactinas são as drogas mais utilizadas (HEDLUND, 2008). Porém, de acordo com Lana et al. (2007), quimioterapia antineoplásica e radioterapia não possuem alta atividade antitumoral para as neoplasias mamárias em cadelas. Em nossa pesquisa, apenas uma profissional cita o tratamento com quimioterapia em caso de necessidade.

Conclusão

A análise dos dados coletados pelo nosso estudo indica que os casos clínicos de neoplasias mamárias de pequenos animais permanecem em maioria condizentes com o que é descrito na literatura. As prevalências são maiores em cadelas com mais de 5 anos, inteiras ou castradas após segundo cio. A castração após primeiro cio continua sendo a mais indicada a fim de reduzir drasticamente as chances para o aparecimento desta neoplasia. A respeito da alimentação, nosso trabalho aponta que na rotina clínica atual os veterinários acreditam que esta relação é inexistente, apesar do que é descrito a respeito da maior prevalência em cadelas obesas.

As condutas diagnósticas e terapêuticas variam de profissional para profissional, mas mantém o padrão outro que se baseia em diagnóstico definitivo com biopsia e exame histopatológico e tratamento com mastectomia com remoção total da cadeia mamária. Sendo assim, os trabalhos sobre neoplasias mamárias ainda elucidam bem o que é encontrado atualmente na rotina clínica de pequenos animais.

Anexo do questionário enviado aos médicos veterinários:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScp_GzdTu0KIZpfVr8oBBWRleXvTJDG9jt0VxRT84nN1ktz-w/viewform?usp=sf_link

Referências

- ABIMUSSI, C.J.X; Anestesia local por tumescência com lidocaína em cadelas submetidas a mastectomia. Botucatu, Arq. Bras. Med. Vet. Zootec p.1297-1305, 2013.
- CARVALHO, T.B. Neoplasias mamárias em cadelas: caracterização histopatológica e expressão de proteínas de estresse (HSP 72). Ed. 49 Viçosa. Monografia (Especialização) - Curso de Medicina Veterinária, Universidade Federal de Viçosa. 2006.
- FELICIANO, M.A.R., Ultrassonografia convencional e modo Doppler em cores e Power na avaliação da neoplasia mamária em cadelas. 50f. Jaboticabal. UNESP. 2010.
- FILGUEIRA, K. D. Características anatomopatológicas de neoplasias mamárias em cadelas criadas no município de Fortaleza-CE. 85 f. Fortaleza. Monografia (Especialização) - Curso de Medicina Veterinária, Universidade Estadual do Ceará. 2013.

FONSECA, C.S.; DALECK, C.R. Neoplasias mamárias em cadelas: influência hormonal e efeitos da ovariectomia como terapia adjuvante. *Ciência Rural*, 2000.

FOSSUM, T. W. Cirurgia dos Sistema Reprodutivos e Genital: Cirurgia do Trato Genital Feminino. In: FOSSUM, Theresa Welch. Cirurgia de pequenos animais. ed. Mosby Elsevier, 2015.

HEDLUND, C.S. Cirurgias do Sistema Reprodutor. Cirurgia de Pequenos Animais. 3ed. Mosby Elsevier, p.731-732, 2008.

KASPER, P. N. ASPECTOS EVOLUTIVOS DE NEOPLASMAS MAMÁRIOS EM CADELAS NOS DIFERENTES TRATAMENTOS CIRÚRGICOS: ESTUDO RETROSPECTIVO. 43 f. Santa Maria. Dissertação (Mestrado) - Curso de Medicina Veterinária, Universidade Federal de Santa Maria, 2015.

LANA, S.E.; RUTTEMAN, G.R.; WITHROW, S.J. Tumors of the mammary gland. In: WITHROW, S.J. & VAIL, D.M., Withrow & MacEwen's Small Animal Clinical Oncology 4.ed. St. Louis: Saunders Elsevier. p.619-636. 2007.

MALATESTA, F. D. S. Perfil da neoplasia mamária canina e sua relação com a poluição atmosférica. 105 f. São Paulo. Dissertação (Mestrado) - Curso de Medicina Veterinária, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 2015.

MISDROP, W.; ELSE, R.W.; HELLMÉN, E.; et al. Histological classification of mammary tumors of the dog and the cat. In: World Health Organization international histological classification of tumors of domestic animals 2ed. v.VII. Washington, D.C. Armed Forces Institute of Pathology in cooperation with the American Registry of Pathology and the World Health Organization Collaborating Center for Worldwide Reference on Comparative Oncology, 1999.

OLIVEIRA, L. O. O.; Rosemari Terezinha de; RODRIGUES, Rafael. Aspectos epidemiológicos da neoplasia mamária canina. Rio Grande do Sul. *Acta Scientiae Veterinariae.*, p.105-110. Semestral. 15 fev. 2003.

QUEIROGA, F.; LOPES, C. Tumores mamários caninos – novas perspectivas. In: Congresso de Ciências Veterinárias, Oeiras. Animais... p.183-190, 2002.

SILVA, A. C. H. C.; NEOPLASIAS DAS GLÂNDULAS MAMÁRIAS EM CÃES. 153 f. Curitiba. Monografia (Especialização) - Curso de Medicina Veterinária, Universidade Tuiuti do Paraná, 2007.

FONSECA, C.S. e DALEK, C.R. Neoplasias mamárias em cadelas: influência hormonal e efeitos da ovariectomia como terapia adjuvante. *Ciência Rural* [online]. 2000, pp. 731-735. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/S0103-84782000000400030>>. Epub, 27 Nov 2006. ISSN 1678-4596.
<https://doi.org/10.1590/S0103-84782000000400030>.

MENEZES, P.L. TUMORES MAMÁRIOS EM CÃES – ESTUDO RETROSPECTIVO. 2015. 29 p. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Medicina Veterinária) - Universidade Federal da Paraíba, Areia, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/4232/1/PLM15052018.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2022.

JÚNIOR, M.D.G.S; CARDOSO, B.S.P; SILVA, W.A.M; PACHECO, H.F.C; CARDOSO, A. M. C. EFEITO DO USO DE ANTICONCEPCIONAIS EM CADELAS E GATAS. COINTER, [S. /], 2018. III congresso internacional das ciências agrárias PDVAGRO.

101. LEVANTAMENTO DA OCORRÊNCIA DA ONÇA-PINTADA (*Panthera onca*) E SUAS PRESAS NA ESTAÇÃO ECOLÓGICA JURÉIA-ITATINS

Lourdes Alessandra Ventura Seabra^{1, 2}, Edson Aparecido da Silva², Milton Ricardo Azedo¹, Lilian Bonjorne de Almeida³, Ronaldo Morato³, Eliana de Oliveira Serapico⁴ Fábio Parra Sellera¹

¹Universidade Metropolitana de Santos – Programa de Pós-Graduação em Medicina Veterinária no Meio Ambiente Litorâneo - Av. Gen. Francisco Glicério, 8, 11045-002 Santos (SP), Brasil.

²Instituto Bioventura – Av. Francisco Assis dos Santos, 295, 11750-000 Peruíbe (SP), Brasil.

³Centro Nacional de Pesquisa para a Conservação dos Predadores Naturais – CENAP-ICMBIO – Estr. Hisaichi Take Bayashi, 8600, 12952-001 Atibaia (SP), Brasil.

⁴Instituto Butanta – Av. Doutor Vital Brasil, 1500, 05503-900 São Paulo (SP), Brasil.

E-mail: bioventura@bioventura.com.br

Palavras-chave: Biodiversidade; Carnívoros; Refúgio de Vida Selvagem.

Introdução

A onça-pintada (*Panthera onca*) é um animal emblemático e que chama atenção por sua beleza, porte e comportamento. É considerada uma “espécie- bandeira” por conseguir atrair a atenção necessária para

a mobilização de campanhas ambientais; e também é uma “espécie-chave”, por se tratar de um predador que cumpre importantes funções de manutenção do equilíbrio da comunidade como um todo, influenciando diretamente nas populações de suas presas e indiretamente nas populações de outros animais (Miller e Rabinowitz, 2002).

A Mata Atlântica foi o primeiro bioma a ser explorado durante a colonização europeia no Brasil (Silva e Casteleti, 2005) e, desde então, tem sofrido com a redução de sua cobertura florestal, destruição de seus ecossistemas e contínua ocupação humana. Atualmente, restam apenas 12,5% dos remanescentes de floresta nativa que existiam originalmente. Estima-se que houve uma redução do tamanho populacional efetivo de onças-pintadas na Mata Atlântica de pelo menos 80% nos últimos 15 anos, e por conta disso, este felino é categorizado no bioma como Criticamente em Perigo (CR) (Morato et al., 2013).

Objetivos

Investigar a presença da onça-pintada (*P. onca*) e suas presas em área preservada da Mata Atlântica, localizada na Estação Ecológica Juréia-Itatins (EEJI), no sudeste do Brasil.

Métodos

Entre Junho e Setembro de 2021 foram realizadas visitas técnicas a cada 15 dias na EEJI para estudo prévio e escolha das áreas de instalação das armadilhas fotográficas visando um estudo de amostragem qualitativa das espécies. Foram instaladas 28 armadilhas fotográficas na EEJI, homoganeamente distribuídas, obedecendo uma distância mínima regular entre cada ponto (Meek et al., 2012), que neste estudo, foi de 500 m entre cada ponto de amostragem, abrangendo uma área total de 550 km². Estes pontos foram pré-definidos no GPS para assim chegar as coordenadas geográficas exatas do local de instalação das armadilhas fotográficas (Figura 1). Adicionalmente, características da vegetação (presença de espécimes em frutificação, sombreamento, entre outros), proximidade com corpos d’ água, presença de rastros, trilhas de passagem de fauna ou outros vestígios de atividade mastofaunística, foram critérios estabelecidos para direcionamento das câmeras (Srbek-Araujo e Chierello, 2007). Cada câmera foi mantida em funcionamento por 24 horas/dia no decorrer de todo o período de amostragem.



Figura 1. Locais escolhidos para a instalação das armadilhas fotográficas na EEJI

Resultados

Foram obtidos 438 registros de fauna silvestre, sendo 30 espécies atribuídas à 3 classes, 13 ordens e 20 famílias (Figura 2). As ordens mais observadas foram:

Carnívora (30%), Rodentia e Artiodactyla (13,3%), Cingulata e Tinamiformes (6,6%) seguidas por Lagomorpha, Perissodactyla, Pilosa, Didelphimorphia, Primata, Squamata, Crocodylia e Galliformes com 3,3% cada.



Figura 2. Espécies registrados na Estação Ecológica-Itatins (EEJI), município de Iguapé, Estado de São Paulo, Brasil,.

Não foi registrada a presença de onças-pintadas. Entretanto, 68,2% das espécies registradas são consideradas presas comuns para a onça-pintada. As presas que apresentaram maior frequência de registros foram: Cutia (*Dasyprocta iacki*) 33,7%; Veado (*Mazama* sp. e *Mazama gouazoubira*) 10,7%; Anta (*Tapirus terrestris*) 10%; Queixada (*Tayassu pecari*) 9,6%; Aves (*Tinamus solitarius*) 9%; Gambá (*Didelphis aurita*) 8,6%; Tatu (*Cabassous tatouay* e *Dasyopus* sp.) 6,6%; Teiú (*Salvator merianae*) 6,3%; Cateto (*Pecari tajacu*) 2,3%; Tamanduá (*Tamandua tetradactyla*) 1,3%; Paca (*Cuniculus paca*) 0,6%; Capivara (*Hydrochoerus hydrochaeris*) 0,3%; e Jacaré-do-papo-amarelo (*Caiman latirostris*) 0,3%.

Conclusão

Os resultados deste estudo revelaram a presença de grande diversidade de espécies na EEJI. A não detecção da onça-pintada na área amostrada não expressa necessariamente sua ausência. É importante

ressaltar que o estudo foi conduzido em uma pequena área de reserva e em curto período de tempo. Estudos subsequentes devem ser conduzidos em outras áreas da reversa EEJI e em outras estações do ano. A alta prevalência de presas da onça-pintada pode sugerir que este fragmento da Mata Atlântica poderia albergar indivíduos da espécie, ou até mesmo oferecer uma área propícia para reintrodução de novos indivíduos.

Referências

Meek P.; Ballard G.; Fleming P. J. S. (2012). An introduction to camera trapping for wildlife surveys in Australia. NSW Department of Primary Industries. Orange, Australia: Invasive Animals Cooperative Research Center. v.. 14, p. 2515-2525.

Miller B.; Rabinowitz A. (2002). Por que conservar el Jaguar? In: Medellín, R. A. et al.

Jaguars in the new millennium. A status assessment, priority detection, and recommendations for the conservation of jaguars in the Americas. Mexico: Universidad Nacional Autónoma de México/Wild.

Morato R. G.; Mello Beisiegel B.; Ramalho E. E.; Campos C. B.; Boulhosa R. L. P. (2013). Avaliação do risco de extinção da onça pintada (*Panthera onca*) no Brasil. Biodiversidade Brasileira. v. 03, p. 122–132.

Silva J. M. C.; Casteleti C. H. M. (2005). Estado da biodiversidade da Mata Atlântica brasileira. In: Mata Atlântica Biodiversidade, Ameaças e Perspectivas. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica. Belo Horizonte: Conservação Internacional.

Srbek-araujo A. C.; Chiarello A. G. (2007). Armadilhas fotográficas na amostragem de mamíferos: considerações metodológicas e comparação de equipamentos.

Revista Brasileira de Zoologia, Curitiba. v. 24, p. 647- 656.

102. VIABILIDADE ECONÔMICA DA AQUAPONIA: PRODUÇÃO DO LAMBARI ROSA (*ASTYANAX LACUSTRIS*) COM A ALFACE (*LACTUCA SATIVA*)

Gabriele Drigo Galan^{1*}; Pedro Emilio de Carvalho Queiroz¹, Rodrigo Francisco Prieto²; Marcelo Barbosa Henriques^{1,2}

¹Universidade Metropolitana de Santos – Faculdade de Medicina Veterinária. Av. Prof. Dr. Antônio Manoel de Carvalho, 3935, 11080-100, Santos (SP), Brasil. Bolsista CNPq PIBIC (Instituto de Pesca –SAA/SP)

²Universidade Metropolitana de Santos – Programa de Pós-Graduação em Medicina Veterinária no Meio Ambiente Litorâneo - Av. Gen. Francisco Glicério, 8, 11045-002, Santos (SP), Brasil.

*Autor correspondente: gabrieledrigogalan@gmail.com

Palavras-chave: aquicultura, custo de produção, hidroponia, sistema de recirculação

Introdução

A aquaponia é definida como o consórcio entre a criação de peixes e a hidroponia, objetivando o reuso da água com a utilização dos minerais dissolvidos no sistema de criação de peixes para a nutrição das plantas em cultivo hidropônico, (Bernstein, 2011). Esta técnica tem se tornado promissora e lucrativa devido à integração dos cultivos, além disso, reduz o impacto ambiental, à medida que reduz o consumo de água em até 90%, se comparada à piscicultura tradicional realizada em viveiros escavados (EMBRAPA, 2015), através de sistemas de recirculação, otimizando a utilização de nutrientes que seriam eliminados para o ambiente (König et al., 2018).

A principal vantagem da aquaponia é a obtenção de um produto de qualidade, livre de agrotóxicos e antibióticos, demandando menor investimento em fertilizantes químicos (Martinelli et al., 2010).

Objetivos

Verificar a viabilidade econômica de um sistema de aquaponia em pequena escala para a produção do lambari rosa (*Astyanax lacustris*) para fins de ornamentação ou isca viva, e da alface (*Lactuca sativa*) para consumo humano.

Métodos

Sistema de produção de lambaris em recirculação

Foram utilizados quatro tanques de PVC de 4,5m de diâmetro e 1,0 m de altura, com volume de 9,0 m³. Em cada tanque foram acoplados dois tanques externos de 200 L cada, um com as funções de decantador e filtro biológico.

O ciclo de produção, visando o mercado de iscas vivas, é de três meses, com os peixes introduzidos nos tanques com comprimento total médio de 10 mm e finalização com 70 mm. Para o mercado de aquariofilia o tempo de produção é a metade (45 dias), com os peixes finalizados com 40 mm. Foram realizados três ciclos de produção (safras) para cada condição de comercialização proposta. No total, foram utilizados 3.600 peixes por tanque, numa densidade inicial de 400 peixes/m³.

Sistema hidropônico acoplado

O sistema utilizado foi o NFT (fluxo laminar de nutrientes). O ciclo da produção da alface foi de 45 dias. Foram utilizados os filtros biológicos e decantadores do sistema de recirculação.

A Tabela 1 apresenta os principais fatores de produção para o sistema aquapônico proposto.

Tabela 1. Variáveis zootécnicas e fitotécnicas da produção aquapônica (*Lactuca sativa* e *Astyanax lacustris*), maio 2022.

<i>Astyanax lacustris</i>	Isca viva	Aquariofilia
nº peixes (Inicial)	14.400	14.400
Sobrevivência (90%)	12.960	12.960
Período de cultivo (dia)	90	45
Ciclo (ano)	4	8

nº peixes (final) 51.840 103.680

<i>Lactuca sativa</i>	Mercado de hortaliças
nº alface (Inicial)	960
Sobrevivência (95%)	912
Período de cultivo (dia)	45
Ciclo (ano)	8
nº alface final	7.296

Análise Econômica

Na análise de viabilidade econômica dos dois cenários propostos, as estruturas de investimento, custeio e indicadores financeiros e de rentabilidade foram baseadas em metodologias já validadas em diferentes estudos de viabilidade econômica de projetos aquícolas (Henriques et al., 2022), denominando-se como: a) Custo operacional efetivo (COE), onde são incluídas as despesas com: mão-de-obra, ração, sementes de alface, energia elétrica e materiais utilizados para montagem do sistema aquapônico; b) Custo operacional total (COT) que inclui a soma do COE acrescida dos encargos financeiros decorrentes da depreciação das estruturas e dos encargos sociais (40% da mão-de-obra).

Como custo de oportunidade, foi definida a taxa de juros de 12% aa (Taxa Mínima de Atratividade - TMA), estimado de acordo com os valores encontrados nas aplicações bancárias.

Utilizou-se para investigação de rentabilidade: Receita bruta (RB), Lucro operacional (LO), Margem bruta (MB), Índice de lucratividade (IL), Valor presente líquido (VPL), Taxa interna de retorno (TIR) e o Retorno do investimento em anos.

Resultados

O valor do investimento para a implantação do projeto foi de R\$ 221.282,40, sendo aplicado integralmente no ano zero. Nota-se que a aquisição do terreno e a construção civil representaram 81,13% do total do valor investido (Tabela 2).

Tabela 2. Estimativa de investimento para produção aquapônica, maio 2022¹

Item	Valor Total	Vida Útil	Depreciação	Juros ²	Total
1. Aquisição terreno	60.000,00			7.200,00	7.200,00
2. Construção Civil	130.000,00	10	13.000,00	7.800,00	20.800,00
3. Equipamentos	28.120,00	5	3.436,00	1.687,20	5.123,20
4. Licenciamentos/regularizações	3.162,40			379,49	379,49
5. TOTAL GERAL	221.282,40				33.502,69

¹ Valores em Reais; ²12% aa sobre capital inicial.

O custo operacional total anual (COT) foi de R\$ 43.899,32 para o mercado da aquariofilia e de R\$ 37.448,12 para o mercado de iscas vivas, e foi utilizado no cálculo do lucro operacional, para montagem do fluxo de caixa e para estimativa da TIR e do VPL (Tabela 3).

Tabela 3. Custo Operacional da produção aquapônica, maio 2022¹.

Item	COE	Encargos Sociais ²	Encargos Financeiros ³	COT
1. Mão de obra (Técnica)	14.544,00	5.817,60	2.443,39	22.804,99
2. Material de limpeza	840,00		100,80	940,80

3. Aquisição das sementes	20,00	2,40	22,40
4. Aquisição dos alevinos			
4.1. Mercado Aquariorfilia	11.520,00	1.382,40	12.902,40
4.2. Mercado Iscas vivas	5.760,00	691,20	6.451,20
5. Ração			
5.1 Mercado Aquariorfilia	1.306,37	156,76	1.463,13
5.2 Mercado Iscas vivas	1.306,37	156,76	1.463,13
6. Combustível gerador	780,00	93,60	873,60
7. Controle qualidade de água	400,00	48,00	448,00
8. Energia elétrica	900,00	108,00	1.008,00
9. Depreciação equipamentos			3.436,00
10. Juros do capital investido			
<hr/>			
Total/Ano			
<i>Aquariorfilia</i>	30.310,37		43.899,32
<i>Isca viva</i>	24.550,37		37.448,12

¹ Valores em Reais; ²40% do COE; ³ 12% aa sobre o COE somados aos encargos sociais.

Independente do preço de comercialização, apenas para o mercado da aquariorfilia, a TIR foi sempre maior que a TMA. Nesta condições, os valores de TIR variaram de 15% para o menor valor de

comercialização (R\$ 0,80) a 39%, no melhor cenário, com valor de comercialização de R\$ 1,20 para o lambari e a alface (Tabela 4). Para o mercado de iscas vivas todas as TIR foram abaixo da TMA, demonstrando inviabilidade.

O retorno do investimento é alcançado entre 2,6 e 4,9 anos, para o mercado da aquariofilia, já para o mercado de iscas vivas ele só ocorreria aos 6,5 anos, considerando o maior preço de comercialização (R\$ 1,20). Este resultado é considerado de alto risco, devido à demora do retorno do capital investido (Tabela 4).

Tabela 4 - Indicadores econômicos da produção aquapônica, considerando três valores de venda para as unidades de lambari e alface, maio 2022¹.

Aquaponia	Valor de venda (R\$.unidade ⁻¹)		
	0,80	1,00	1,20
Lucro Operacional - aquariofilia	R\$ 44.881,48	67.076,68	89.271,88
- iscas vivas	R\$ 9.860,68	21.687,88	33.515,08
Margem Bruta - aquariofilia	% 102,24	152,80	203,36
- iscas vivas	% 26,33	57,91	89,50
Índice de Lucratividade - aquariofilia	% 50,55	60,44	67,04
- iscas vivas	% 20,84	36,67	47,23
Taxa Interna de Retorno (TIR) - aquariofilia	% 15%	28%	39%
- iscas vivas	% -13%	0%	8%
Valor Presente Líquido (VPL) - aquariofilia	R\$ 32.307,95	157.715,78	283.123,61
- iscas vivas	R\$ -165.567,38	-98.741,06	-31.914,75

Retorno do Investimento - aquariofilia	An o	4,9	3,2	2,6
- iscas vivas	An o	-	9,4	6,5

Conclusão

Nas condições e cenários propostos, o sistema aquapônico para o mercado de iscas vivas apresenta risco moderado quanto à viabilidade econômica. Deve-se envidar esforços de pesquisa para o desenvolvimento de tecnologias que possibilitem aumento da densidade ou situações de mercado que promovam o aumento do preço de venda da isca viva, assim a atividade se tornará mais atrativa e segura economicamente.

Referências

Bernstein, S. (2011). *Aquaponic gardening: A step by guide to growing fish and vegetables together*. New Society Publishers, 336 p.

EMBRAPA (2015). Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. *Produção Integrada de Peixes e Vegetais em Aquaponia*. Documentos: 189.

Henriques, M.B.; Castilho-Barros, L.; Souza, M.R; Barbieri, E.; Silva, N.J.R.; Nunes, F.A.A.; Sanches, E.G. (2022). Is the small-scale aquaculture of lambari *Deuterodon iguape* (Eigenmann 1907) for live bait in recirculating systems economically profitable? *Aquaculture*, 546: 737335. <https://doi.org/10.1016/j.aquaculture.2021.737335>

König, B.; Janker, J.; Reinhardt, T.; Villarroel, M.; Junge, R. (2018). Analysis of aquaponics as an emerging technological innovation system. *Journal Clear Production*, 180: 232-243. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.01.037>.

Martinelli, L. A.; Naylor, R.; Vitousek, P. M.; Moutinho, P. (2010). Agriculture in Brazil: impacts, costs, and opportunities for a sustainable future. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, 2(5): 431-438.



NUTRIÇÃO

103. AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: ANÁLISE DAS CHAMADAS PÚBLICAS DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO NO ANO DE 2021

Daniela da Silva Santos¹, José Anael Neves² e Ana Laura Benevenuto de Amorim²

¹ Graduanda do curso de nutrição da Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES)

² Docente do curso de nutrição da Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES)

E-mail: ana.amorim@unimes.br

Palavras-chave: alimentação escolar, agricultura familiar, política nutricional

Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), teve sua origem em 1955 e é considerada a mais antiga política de alimentação e nutrição em vigor no país¹. Em sua história, o PNAE sofreu várias mudanças e estruturações que resultaram em importantes avanços, dos quais se destaca a Lei nº 11.947 de 2009 que tornou a alimentação escolar um direito para todos os alunos matriculados na educação básica. Além disso, uma grande inovação desse marco legal foi a exigência da utilização de no mínimo 30% do recurso financeiro federal para a aquisição de gêneros alimentícios diretamente do Agricultor Familiar (AF)².

A aquisição de alimentos da agricultura familiar para o PNAE é considerada um importante marco de apoio ao desenvolvimento local sustentável, pois incentiva a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local, estimulando hábitos alimentares regionais e saudáveis³. A última alteração legal aconteceu em 2020 com a Resolução CD/FNDE nº 06, a qual trouxe alterações no processo de compra da AF, com destaque a penalidade aos municípios que não atingirem os 30% de compra da AF⁴. Assim, considerando as mudanças no procedimento da compra da AF baseados na Resolução CD/FNDE nº 06 de 2020, atrelado ao ano de 2021 que foi um ano de pandemia, propõem-se avaliar a compra e o perfil dos alimentos presentes nas chamadas públicas para aquisição de alimentos da agricultura familiar para o PNAE de municípios do estado de São Paulo durante o ano de 2021.

Métodos

Trata-se de um estudo transversal que avaliou as chamadas públicas dos municípios do Estado de São Paulo no ano de 2021 divulgadas no sítio eletrônico da Coordenadoria de Desenvolvimento dos Agronegócios (Codeagro) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo (<http://www.codeagro.agricultura.sp.gov.br/>). Este portal possui todas as chamadas públicas do estado, o que possibilita o acesso as CP tenham sido encerradas.

A chamada pública (CP) é um procedimento administrativo que devem fornecer informações para aquisição dos gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e/ou Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações com intuito de que os fornecedores apresentem o projeto de venda corretamente. Informações essas que devem descrever qual o tipo de produto, quantidades, cronograma de entrega e locais com periodicidade, preços, critério de seleção dos projetos de venda são informações obrigatórias no documento. O número de chamadas públicas que cada município divulgou durante o período estudado foi quantificado e também o total de alimentos solicitados.

Para estabelecer a frequência com que os alimentos apareceram nas chamadas públicas, as variedades de um mesmo alimento constituíram um único subgrupo. A classificação dos alimentos foi baseada segundo o Guia alimentar para a população brasileira. Os alimentos *in natura* e minimamente processados foram subclassificados como: cereais, raízes e tubérculos, leguminosas, carnes, pescados, ovos, hortaliças, frutas, leite, mel e suco de fruta.

A presença de alimentos regionais, de origem orgânica e/ou agroecológica também foi investigada, uma vez que esses alimentos devem ser priorizados na compra de produtos da agricultura familiar⁴.

Para verificação do percentual de compra da Agricultura Familiar declarado pela Entidade Executora a busca foi realizada no Sistema de Gestão de Prestação de Contas (<https://www.fnade.gov.br/sigpcadm/sistema/sigpc-acesso-publico>). Com essas informações foi possível classificar os municípios que prestaram em: não comprou da AF, comprou entre 0 a 30% e os que compraram mais de 30% do previsto na legislação vigente.

Os resultados foram descritos por meio de frequência. Realizou-se o Teste Qui-Quadrado para associar a compra da AF com os grupos de alimentos ($p < 0,05$). O software usado foi o SPSS versão 17.0.

Resultados

Foram analisadas 236 chamadas públicas de 191 municípios paulistas publicadas de janeiro a dezembro de 2021. O número máximo de publicação por município foram 8 e a maioria publicou uma única CP. As CP foram publicadas principalmente nos meses de: maio, janeiro, abril, setembro e outubro e apenas 83 CP (35,2%) utilizaram como referência a legislação vigente.

A maioria da CP continha a descrição das características e qualidade dos alimentos ($n=219 - 92,8\%$). Em apenas 3 municípios não houve a descrição nas CP de preços que deveriam ser pago nos gêneros alimentícios, esse resultado evidencia um avanço no cumprimento da legislação, visto que conforme verificado por Aguiar e Calil (2018)⁵, nas diferentes regiões do Brasil, a maior parte das CP não fornecem todas as informações necessárias para que os produtores possam estabelecer seus preços, indicando que a relação entre quem compra e quem vende falha.

No Rio Grande do Sul, estudo que analisou CP, identificou a descrição do tipo de entrega, tipo de produto, periodicidade e preços. Nas entregas destes produtos, 47,4% das entregas apresentavam o cronograma semanal e em apenas 60% das chamadas analisadas havia preços⁶. A previsão de substituição de alimentos é garantida no art. 33 da Resolução CD/FNDE nº 06/2020 no entanto, essa previsão de substituição só aconteceu em 5 chamadas públicas (2,1%).

O PNAE incentiva a aquisição de alimentos orgânicos, da sociobiodiversidade e regionais. Porém, foi previsto a compra de alimentos orgânicos em apenas 41 CP (17,4%); alimentos da sociobiodiversidade em 148 CP (62,7%) e os regionais em 168 (71,2%). Brito et al.(2020) identificaram presença incipiente de alimentos da sociobiodiversidade na alimentação escolar do estado de Minas Gerais, os autores sugerem que isso ocorre pela homogeneização dos cardápios escolares que são elaborados sem o levantamento prévio da produção local⁷.

Sobre a utilização dos recursos financeiros federais, foi identificado que dos 191 municípios, 41 (21,46%) ainda não haviam realizado prestação de contas; 77 (40,31%) referiram não ter adquirido nenhum gênero alimentício da AF; 51 (26,7%) relataram não atingir os 30%, e apenas 22 municípios (11,5%) atingiram o preconizado pela legislação vigente.

Os dez alimentos que mais apareceram nas chamadas públicas foram nessa ordem: alface, banana, repolho, cenoura, beterraba, couve manteiga, mandioca, tomate, chuchu e pepino. Ainda que esses tenham sido os mais listados, de modo geral os grupos de alimentos mais descritos foram frutas, hortaliças e raízes e tubérculos, nessa ordem. Enquanto que os alimentos que apareceram em apenas uma chamada pública foram, em sua maioria, ingredientes culinários, preparações culinárias, ou alimentos processados

Ao associar o percentual de compra da AF com os grupos dos alimentos, encontramos associação apenas para frutas e hortaliças, em que esses grupos de alimentos foram mais referido pelos municípios que declararam atingir no mínimo os 30% de compra, corroborando outros achados da literatura⁸.

Conclusão

A trajetória de compra da AF no PNAE vem evoluindo ao longo dos anos, no entanto, ainda não está consolidada. Há uma importante associação entre o percentual de compra da AF e os grupos alimentares das frutas e hortaliças, demonstrando que este mecanismo pode valorizar alimentos *in natura* e contribuir com o sistema alimentar de forma sustentável.

Referências

1. Peixinho AML. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. Cien Saude Colet [Internet]. 2013 Apr;18(4):909–16.
2. Brasil. Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 2009.

3. Teo CRPA, Monteiro CA. Marco legal do Programa Nacional de Alimentação Escolar: uma releitura para alinhar propósitos e prática na aquisição de alimentos. Rev Nutr [Internet]. 2012 Oct;25(5):657–68.
4. Brasil. Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução no 6, de 8 de Maio de 2020 [Internet]. Brazil; 2020.
5. Aguiar J de A, Calil RM. Análise da adequação normativa de chamadas públicas para compra de alimentos dos agricultores familiares destinados ao programa nacional de alimentação escolar. Hig Aliment. 2018;32:22–9.
6. Ferigollo D, Kirsten VR, Heckler D, Figueredo OAT, Perez-Cassarino J, Triches RM. Products purchased from family farming for school meals in the cities of Rio Grande do Sul. Rev Saude Publica [Internet]. 2017;51.
7. Brito TP, Rocha LCD da, Hirata AR, Raimundo RRF, Galvão LO. Valorização da sociobiodiversidade na alimentação escolar. Segurança Aliment e Nutr [Internet]. 2020 Dec 4;27:e020030.
8. AMORIM ALB de, ROSSO VV de, BANDONI DH. Acquisition of family farm foods for school meals: Analysis of public procurements within rural family farming published by the cities of São Paulo state. Rev Nutr [Internet]. 2016 Apr;29(2):297–306.

104. AVALIAÇÃO DA (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR NO PÓS PANDEMIA E DO ACESSO AOS ALIMENTOS DURANTE A PANDEMIA DE FAMÍLIAS COM CRIANÇAS MATRICULADAS EM DUAS CRECHES SANTISTAS

Nathália Luane Quinto¹, Natália Brasil Antico Assis¹ e Ana Laura Benevenuto de Amorim¹

¹ Graduanda do curso de nutrição da Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES)

² Docente do curso de nutrição da Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES)

E-mail para contato: ana.amorim@unimes.br

Palavras-chave: alimentação escolar, COVID-19, segurança alimentar, pandemia

introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma das políticas públicas mais antigas do país na área de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), sendo considerada uma das maiores, de maior abrangência – universal – contínua e duradoura na área de alimentação escolar mundial¹. Dentre os marcos legais que o PNAE teve ao longo do seu histórico de mais de 60 anos, destaca-se a Lei nº 11.947/2009 que apresenta, entre seu escopo de diretrizes, o direito à alimentação escolar visando garantir: segurança alimentar e nutricional dos alunos com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social².

O PNAE não previa na sua base legal intercorrências causada por desastres climáticos ou uma crise sanitária como a da COVID-19, sendo assim, com o fechamento das escolas como medida de isolamento social houve a necessidade da Política ser redesenhada de modo que a alimentação chegasse até os alunos que estavam com as aulas suspensa. Foi então, publicado em 7 de abril de 2020 a Lei nº 13.987³, a qual autorizou a compra e distribuição de alimentos aos alunos. No entanto, a Resolução nº 02 de 9 de abril⁴, publicada na sequência, apresentou falhas ao permitir que o gestor estabelecesse critérios no fornecimento desses alimentos, de modo a infringir a universalidade do programa, contribuindo com a insegurança alimentar dos escolares visto que muitos foram afetados também pela interrupção da atividade econômica dos seus pais.

Dessa forma, o objetivo desse trabalho foi avaliar o nível de insegurança alimentar no pós pandemia em famílias com crianças matriculas em duas creches santistas localizadas em regiões distintas e identificar o acesso a alimentos durante a pandemia com a interrupção das aulas.

Métodos

Trata-se de um estudo de caso que avaliou famílias de crianças matriculadas em duas creches Santistas de diferentes localidades, sendo necessariamente uma pertencente a área de vulnerabilidade social e a outra não.

Coleta de dados

A coleta de dados foi realizada por três alunos do curso de nutrição, previamente treinados, sob supervisão da orientadora; e aconteceu durante os dias letivos com abordagem aos pais após a Reunião de Pais e Mestres. Todos os pais/ responsáveis foram convidados a participar da pesquisa. O questionário foi impresso, autoaplicável, porém quando necessário os aplicadores auxiliaram. Para participar da pesquisa foi necessário assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Variáveis do estudo

O questionário aplicado era semiestruturado e abrangeu as seguintes variáveis:

Avaliação de (In) Segurança Alimentar e Nutricional

O nível de segurança alimentar das famílias com crianças beneficiadas pelo PNAE foi avaliado pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), proposta e validada para o Brasil por Segall-Corrêa et al. (2014)⁵, classifica as famílias em quatro categorias: em segurança alimentar (SA); insegurança alimentar leve (IL); insegurança alimentar moderada (IM) e insegurança alimentar grave (IG). Essa escala apresenta 14 questões referentes à experiência nos últimos três meses de falta de alimentos em diversos níveis de intensidade, incluindo desde a preocupação de que a comida pode acabar até a vivência de passar um dia todo sem comer. Cada resposta afirmativa do questionário corresponde a um ponto; logo, a soma de todas as respostas varia de 0 a 14 pontos. Quando não há nenhuma resposta positiva, a família é classificada em situação de segurança alimentar e a classificação da insegurança alimentar em diferentes gradientes corresponde a patamares diferenciados da soma dos pontos obtidos no questionário⁵.

Avaliação do acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar durante a suspensão das aulas

Para avaliar o acesso ao PNAE durante a pandemia, foi questionado ao pai/responsável se ele recebeu algum tipo de ação referente à alimentação escolar, seja cesta básica, kit de alimentos ou cartão; qual a frequência da ação e se recebeu alimentos, quais alimentos eram.

Indicadores relacionados à (In) Segurança Alimentar e Nutricional

Pelo seu caráter complexo, interdisciplinar e transversal, diversos fatores da realidade social devem ser abordados e analisados simultaneamente, para compreender a situação de SAN das famílias. Assim, foram avaliadas as seguintes variáveis determinantes de SAN: Determinantes regionais e locais (comunidade): emprego (tipo de vínculo empregatício), participação em programas de transferência de renda, pavimentação da rua, coleta de lixo, acesso ao saneamento básico e ao Sistema Único de Saúde (SUS); Determinantes domiciliares: avaliadas por meio da escolaridade, raça/cor e sexo da pessoa de referência da família, perfil demográfico dos moradores (número de moradores e quantidade de crianças e adolescentes) e nível socioeconômico da família (definido pela ABIPEME, 2015).

O trabalho teve aprovação do Comitê de Ética da Universidade Metropolitana de Santos, via Plataforma Brasil sob o parecer nº 4.982.047/ 2021 e também autorização da Secretaria Municipal de Educação do município de Santos.

RESULTADOS

Participaram da pesquisa 50 voluntários, sendo 14 deles de uma creche localizada na Zona Noroeste em Santos - SP, e 36 de uma creche localizada no bairro do Embaré também em Santos - SP. A média de idade das crianças foi de 19 meses, sendo a mais nova com 4 meses e a mais velha com 48 meses.

Devido a atrasos de aproximadamente 6 meses na liberação do Comitê de Ética para dar-se início a coleta de dados, alguns resultados não aconteceram como o esperado, pois muitas crianças ainda não estavam matriculadas na creche no período da pandemia.

Sobre as características dos domicílios das crianças, 56% dos chefes de família eram do sexo masculino, sendo 66% deles da cor branca, 48% dos possuíam ensino superior completo e 56% deles trabalhavam formalmente. Quando avaliado o nível socioeconômico dos moradores 40% deles estavam na classe "C", seguido pela "B" (34,0%) pelo critério ABIPEME. Ao questionar se a criança teve acesso a alguma estratégia de fornecimento de alimentação escolar durante a suspensão de aulas devido a Pandemia da Covid-19, 58,18% responderam que não, porém 30,91% não se aplica, pois a criança ainda não estava matriculada na creche. Dentre aqueles que receberam algum tipo de subsídio (n= 5, 9%) foi descrito: cesta básica; arroz, feijão, açúcar, banana, batata, cenoura; arroz, feijão, óleo, leite em pó, molho de

tomate; e arroz, feijão, várias farinhas, linguiça, molho de tomate, bolacha água e sal. Quanto ao nível de insegurança alimentar no domicílio, 38% se encontravam em insegurança leve, 12% em insegurança moderada a grave, totalizando 50% dos domicílios com algum grau de insegurança alimentar. Dentro os domicílios com IA moderada e grave (n =6), a maioria (n= 4, 66,67%) eram de crianças residentes na Zona Noroeste; enquanto que dentre os domicílios em segurança alimentar, a maioria eram de domicílios do Embaré (n= 25, 89,28%).

Conclusão

Não foi atingido o principal objetivo do trabalho que era de identificar o acesso a alimentação escolar durante a pandemia, visto a extensão da pandemia, bem como o atraso no início da coleta devido a aprovação do Comitê de Ética municipal. Porém, ainda assim, nota-se que os níveis de insegurança são alto, principalmente na região de vulnerabilidade que participou da pesquisa.

Referências

1. Peixinho AML. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. Cien Saude Colet [Internet]. 2013 Apr;18(4):909–16.
2. Brasil. Lei nº 11.947 [Internet]. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos Brazil Presidência da República. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar; 2009.
3. Brasil. Lei nº 13.987 de 7 de abril de 2020 [Internet]. 2020. Available from: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13987.htm
4. Brasil. Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 2, de 7 de abril de 2020. 2020.
5. Segall-Corrêa AM, Marin-León L, Melgar-Quiñonez H, Pérez-Escamilla R. Refinement of the Brazilian Household Food Insecurity Measurement Scale: Recommendation for a 14-item EBIA. Rev Nutr [Internet]. 2014 Apr;27(2):241–51.

105.AVALIAÇÃO DAS PRÁTICAS DE MANIPULAÇÃO DE ALIMENTOS E DE HIGIENE EM RESTAURANTES COMERCIAIS DA CIDADE DE SANTOS

Gabrielle Aleluia de Jesus¹, Jéssica Meneses de Castro¹ e Simone dos Anjos Caivano².

¹ Nutricionista graduada em Nutrição pela Universidade Metropolitana de Santos;

² Professora do Curso de Nutrição da Universidade Metropolitana de Santos; gabriellealeluia95@gmail.com

Palavras-chave: Segurança dos alimentos, Boas práticas de manipulação, Manipulação de alimentos, Higiene dos alimentos, Inocuidade dos alimentos.

Introdução

O desenvolvimento dos grandes centros urbanos tem contribuído para mudanças nos hábitos alimentares da população. A facilidade e o acesso às refeições em restaurantes comerciais têm facilitado a rotina de grande parte da população (1). Segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares, o total de gastos pelas famílias brasileiras em alimentação fora de casa é de quase um terço do seu salário (32,8%), contribuindo significativamente para o crescimento do comércio alimentício (2). O controle da manipulação dos alimentos e a higiene entre os colaboradores dos estabelecimentos comerciais são de fundamental importância para a prevenção de Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA). Para que seja eficiente tal prevenção, faz-se necessário o uso da regulamentação para estabelecer os requisitos essenciais para boas práticas e Procedimentos Operacionais Padronizados (POP). Estes têm a função de normatizar as práticas de higiene, saúde e capacitação dos funcionários, que é de responsabilidade do proprietário do estabelecimento ou do responsável técnico, caso o estabelecimento possua (3).

Segundo o Ministério da Saúde no Brasil, a maioria das DTA's são causadas por bactérias, que podem ocasionar vários sintomas clínicos como: náuseas, diarreias, dores abdominais, falta de apetite e febre (4). Podem ser geradas por práticas inadequadas de higiene pessoal e no ato da manipulação do alimento; pode ocorrer durante toda a cadeia produtiva, e se instaurar desde o armazenamento até o consumo do produto final. Algumas possíveis causas são: contaminação cruzada, inadequação na estrutura física do estabelecimento, presença de pragas e roedores (4,5).

A Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC), é uma ferramenta de qualidade que tem como finalidade a prevenção e a garantia da ofensividade da segurança dos alimentos através do controle dos perigos associados ao processo produtivo e da identificação de pontos que permitem o controle desses perigos (6,7).

Objetivo

Identificar a regularidade prática e normas de segurança dos alimentos e higiene dos manipuladores de restaurantes comerciais.

Métodos

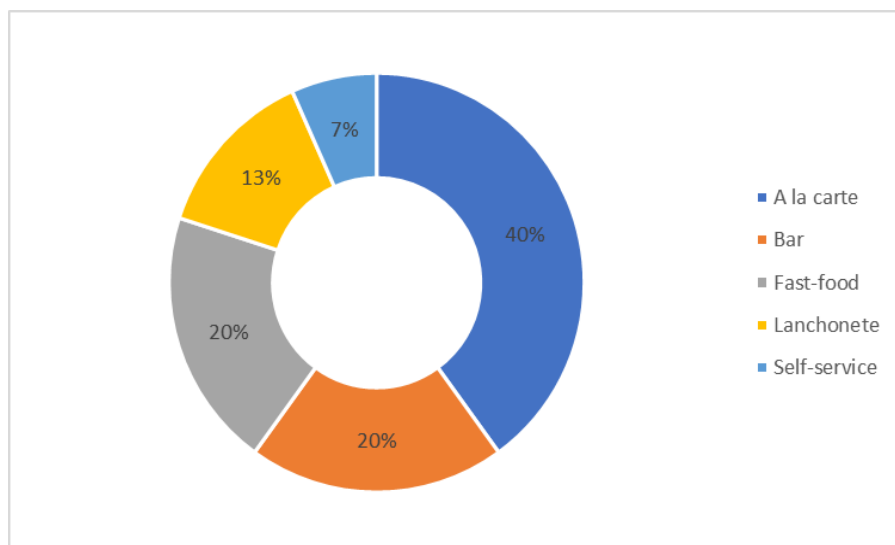
Estudo de caráter transversal, observacional e descritivo. A amostra foi composta por restaurantes comerciais localizados na cidade de Santos-SP, no bairro do Gonzaga. O contato foi feito por meio de ligações e envio de *e-mail* disponibilizados na *internet* e posterior visita presencial agendada. O bairro do Gonzaga é conhecido como um dos mais charmosos e tradicionais da cidade de Santos-SP; com seus 132 anos, é considerado ponto turístico da cidade, pois concentra grande variedade de restaurantes, cultura, entretenimento, moda e diversão (8). E foi todo esse aparato cultural e gastronômico, que fez o bairro ser escolhido para tal estudo.

Foi utilizado o Roteiro de Inspeção das Boas Práticas em Estabelecimentos Comerciais de Alimentos e Serviços de Alimentação, do Centro de Vigilância Sanitária 5 (CVS 5) (3), em que estão intituladas as obrigatoriedades a serem seguidas pelos estabelecimentos comerciais. O *checklist* é composto por 55 itens que estão divididos em seis categorias: Higiene e saúde dos funcionários, responsabilidade técnica e capacitação de pessoal; Qualidade sanitária da produção de alimentos; Higienização das instalações e do ambiente; Suporte operacional; Qualidade sanitária das edificações e das instalações; Documentação e registro das informações. Foi aplicado um escore de 1 ponto para cada adequação, e nenhum ponto para as inadequações, enquanto os itens que não se aplicam foram subtraídos da porcentagem final. Ao final, foi calculada a porcentagem conforme cada capítulo da CVS-5 e classificados em escores: Bom (60 a 100%), Regular (40 a 59%) ou Ruim (0 a 39%) (9). Este trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Metropolitana de Santos (parecer nº 4.857.720).

Resultados e Discussão

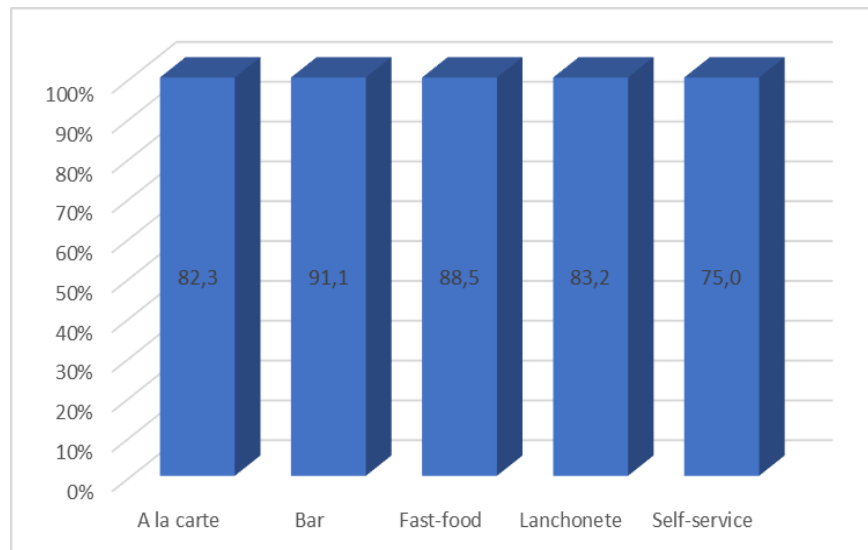
Do total de 30 restaurantes visitados, 15 aceitaram participar da pesquisa (Gráfico 1). Alguns motivos para a recusa foram: ausência de um responsável para acompanhar a visita, horário inoportuno da visita e receio da irregularidade que seu restaurante estaria cometendo ao exporem suas instalações, funcionários e marca demonstrando todas as inadequações que se encontram desacordo em relação à legislação.

Gráfico 1 – Categorias dos restaurantes participantes da pesquisa.



Dos 55 itens avaliados, a média foi de 44 (desvio padrão = 5); a porcentagem de adequação foi de 80%, classificados como Bom (9). Nota-se que os bares tiveram a maior média de porcentagem de conformidade (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Porcentagem de conformidade dos restaurantes de acordo com o roteiro de inspeção do Centro de Vigilância Sanitária 5 (3).



Nos restaurantes a la carte, a Higiene e saúde dos funcionários apresentou um índice de inadequação menor que nas demais categorias. Os exames exigidos são de extrema importância para a comprovação de funcionários saudáveis manipulando os alimentos (3). Sobre a responsabilidade técnica, os *fast-foods* possuem maior índice de adequação; a presença de um responsável técnico faz com que a capacitação dos funcionários esteja sempre em dia, melhorando o desempenho na qualidade sanitária (7). Não há uma preocupação dos restaurantes para a coleta de amostras, mesmo sendo uma importante forma de esclarecer a ocorrência de DTA, pois a partir desta ação que se comprova a inocuidade dos alimentos (3, 10). O suporte operacional apresentou um alto índice de adequação em todas as categorias de restaurantes, ou seja, há uma preocupação constante com o ambiente onde os alimentos circulam, além de sempre adquirirem produtos saneante rotulados e de qualidade comprovadas conforme legislação vigente (11). Foram encontradas diversas inadequações em Edificação, Instalações, Equipamentos, Móveis e Utensílios, a partir da inexistência de separação por meios físicos que evitem a contaminação cruzada entre as atividades de pré-preparo, preparo e higienização, os quais são realizados no mesmo local e ao mesmo tempo, assim como um ventilação e iluminação inadequadas (10). Em Documentação e registro das informações nota-se que há uma boa adequação em todos os estabelecimentos estudados. O trabalho de gerenciar uma cozinha e confeccionar tais documentos é complexo e deve ser delegado a um nutricionista. Estes documentos devem ser específicos para cada empresa e deve sempre estar à disposição na unidade (7).

Conclusão

É possível concluir que as práticas de manipulação dos alimentos dentro das cozinhas pesquisadas estão adequadas e garantem a inocuidade dos alimentos. Entretanto, muitos itens precisam melhorar, porém deve ser um processo gradual em que todas as normas e regras estabelecidas tornem-se procedimentos de rotina. É importante ressaltar que a execução das boas práticas em serviços de alimentação tem o papel de garantir a qualidade dos alimentos oferecidos.

Referências

1. Alves MG, Ueno M. Self-service restaurants: Food safety and sanitary quality. *Rev Nutr.* 2010;23(4):573–80.
2. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017 - 2018. Pesquisa de Orçamentos Familiares. Rio de Janeiro; 2019. p. 72.
3. Secretaria de Estado de Saúde. Centro de Vigilância Sanitária. CVS 5: Aprova o regulamento técnico sobre boas práticas para estabelecimentos comerciais de alimentos e para serviços de alimentação, e o roteiro de inspeção. 2013;29 p.
4. Oliveira ABA, Minéia CDP, Capalonga R. et al. Doenças Transmitidas por alimentos, principais agentes etiológicos e aspectos gerais: uma revisão. *Rev HCPA.* 2013;33(1):40–9.
5. Faustino JS, Passos EC, Mello ARP, Araújo ALM, Souza CV, Jorge LLF, et al. Análises microbiológicas de alimentos processados na Baixada Santista, envolvidos em doenças transmitidas por alimentos, no período de 2000 – 2006. *Inst Adolfo Lutz.* 2007;66(1):26–30.
6. Ministério da Saúde. Portaria nº 1428: Regulamento Técnico para Inspeção Sanitária de Alimentos. 2003;18 p.
7. Salgado TMV, Carvalho MS. Appcc: uma ferramenta da gestão da segurança de alimentos. *Intituto Fed Ciência Educ e Tecnol.* 2020;1:90–107.
8. Mondin L. Novo Milênio: Histórias e Lendas de Santos: Conheça o seu bairro - Gonzaga [Internet]. *jornal A Tribuna de Santos.* 2002 [cited 2021 Apr 25]. Available from: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0100b07a.htm>

9. Joele MRSP, Sousa CL. Serviços de alimentação comercial: fator de risco para a saúde pública? Rev Inst Adolfo Lutz. 2000.
10. Castro C. Proposta de padronização de medidas caseiras para coleta de amostras em serviços de alimentação [Monografia]. Rio Grande do Sul. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2014.
11. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução nº 216: Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. 2004.

106. ESTADO NUTRICIONAL E CONSUMO ALIMENTAR DE ESCOLARES DA BAIXADA SANTISTA

Thaís Leão¹; José Anael Neves²; Nayara Carvalho Cavalcanti Ares³

¹ Graduanda em Nutrição, modalidade de ensino a distância, Universidade Metropolitana de Santos. Iniciação Científica (2021/2022).

² Nutricionista. Doutor em Ciências. Docente da Universidade Metropolitana de Santos.

³ Nutricionista. Mestre em Saúde e Meio Ambiente. Coordenadora do Curso de Nutrição da Universidade Metropolitana de Santos. Email: nayara.cavalcanti@unimes.br

Palavras-Chave: Obesidade, Alimentação Escolar, Consumo alimentar, Escolares.

Introdução

É crescente a prevalência de excesso de peso entre as crianças, por conta disso as condições de sobrepeso e obesidade já são maiores que de desnutrição. Estima-se que 150 milhões de crianças são obesas no mundo e a previsão é de que em 2030 esta população corresponda a 250 milhões. No Brasil, quase 11% das crianças são consideradas obesas ⁽¹⁻²⁾.

Por meio do diagnóstico nutricional, que deve aliar indicadores antropométricos e de consumo alimentar, além de ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN), é possível vislumbrar transformações nesse cenário ⁽³⁾.

Existem inquéritos alimentares validados, estruturados e direcionados a crianças, como o QUADA – Questionário Alimentar do Dia Anterior - que é um Recordatório Alimentar de 24 horas ilustrado, utilizado para averiguar como está o consumo alimentar de crianças ⁽⁴⁾.

Objetivo

Investigar o estado nutricional e o consumo alimentar de escolares do município de Praia Grande, São Paulo, Brasil.

Métodos

Estudo transversal, com abordagem quantitativa, realizado junto aos escolares matriculados no 1º ano do Ensino Fundamental de três Unidades Escolares do município de Praia Grande, São Paulo, Brasil. Os dados foram coletados entre agosto e dezembro de 2021.

Participaram do estudo as Unidades Escolares E.M. Profº. Fued Temer, E.M. Antônio Peres Ferreira e E.M. Drº. Wilson Guedes. Estavam elegíveis para o estudo a totalidade dos estudantes: 544 estudantes.

Foi aferida a massa corporal dos escolares por meio de balança digital da marca AvaNutri com capacidade para 200kg. A medida da estatura foi obtida por meio da utilização de estadiômetro fixo na parede, sem plataforma na base. Cada escolar foi classificado de acordo com o Índice de Massa Corporal/idade e sexo, Peso/Idade e Estatura/Idade, a partir dos critérios adotados pela International Obesity Task Force (IOTF).

A análise do consumo alimentar dos escolares se deu mediante utilização do QUADA ^(4,5).

O QUADA foi aplicado em sala de aula na forma de um exercício orientado, seguindo protocolo padronizado. O questionário é subdividido em 6 refeições diárias: café da manhã, lanche da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar e ceia. É composto por representações gráficas em cada refeição, com 17 grupos alimentares: bolachas salgadas sem recheio e pães; achocolatados com leite; lácteos (café com leite, leite, iogurte e queijo); arroz; refrigerantes e sucos artificiais; doces e guloseimas, bolos com cobertura e recheio e biscoitos recheados; salgadinhos industrializados de pacote; frituras (batata frita);

lanches prontos (pizza, hambúrguer, fast foods); frutas; feijão e outras leguminosas; macarrão; peixe e frutos do mar; carne de gado e frango; suco natural; legumes; verduras e sopa de verduras.

Os dados foram coletados de segunda a sexta-feira, para garantir a variabilidade do consumo alimentar.

Realizou-se análise descritiva dos dados relativos ao estado nutricional e ao consumo dos grupos alimentares na escola, utilizando o programa *STATA versão 14.0*. Foi verificada a frequência dos grupos alimentares mais consumidos entre os alunos.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Metropolitana de Santos, sob número de parecer 4.982.042.

Resultados e discussão

Do total de 544 crianças aptas para realização do estudo, 98 foram excluídas do estudo por não terem comparecido no dia da pesquisa, sendo utilizados então, dados de 446 alunos, com idade média de 6 anos.

Das 446 crianças, cerca de 363 estavam com peso adequado para a idade (81,57%). Em relação a estatura, 441 crianças estavam com estatura adequada para a idade (99,1%).

O estado nutricional de eutrofia estava presente em 60,22% das crianças, em contrapartida, observou-se um total de 173 escolares em estado nutricional com nível de sobrepeso a obesidade grave (38,87%), e quatro alunos com magreza e baixa estatura para a idade (Tabela 1).

Tabela 1. Estado Nutricional de Escolares de Praia Grande-SP no ano de 2021. (n=446)

Variável	N	%
PESO POR IDADE		
Baixo Peso para a Idade	5	1,12

Peso adequado para a Idade	363	81,57
----------------------------	-----	-------

Peso elevado para a idade	77	17,30
---------------------------	----	-------

ESTATURA POR IDADE

Baixa Estatura para idade	4	0,90
---------------------------	---	------

Estatura adequada para idade	441	99,10
------------------------------	-----	-------

IMC POR IDADE

Magreza	4	0,90
---------	---	------

Eutrofia	268	60,22
----------	-----	-------

Sobrepeso	85	19,10
-----------	----	-------

Obesidade	54	12,13
-----------	----	-------

Obesidade Grave	34	7,64
-----------------	----	------

Os dez grupos alimentares mais frequentes em cada refeição dos escolares, foram enumerados e observou-se que os grupos alimentares mais consumidos no café da manhã foram bolachas salgadas e pães, que esteve presente na alimentação do café da manhã de 230 alunos (55,56%), seguido por achocolatados com leite; 120 alunos (28,99%). (Tabela 2).

Tabela 2. Grupos Alimentares mais consumidos pelos escolares de Praia Grande-SP no ano de 2021, segundo o Recordatório Alimentar de 24 horas ilustrado. (n=446)

Variável	N	%
CAFÉ DA MANHÃ		
Bolachas salgadas e pães	230	55,56
Achocolatado com leite	120	28,99
Café com leite	87	21,01
Leite, queijo e iogurte	86	20,77
Frutas	64	15,46
Sucos artificiais e refrigerantes	47	11,35
Lanches prontos	44	10,63
Doces e sobremesas	42	10,14
Macarrão	42	10,14
Batata frita	29	7,0
LANCHE DA MANHÃ		
Frutas	63	15,22
Macarrão	61	14,73
Sucos artificiais e refrigerantes	57	13,77

Bolachas salgadas e pães	47	11,38
Doces e sobremesas	46	11,11
Leite, queijo e iogurte	44	10,63
Lanches prontos	43	10,39
Salgadinhos em pacote	32	7,73
Suco natural	28	6,76
Arroz	27	6,54

ALMOÇO

Arroz	193	46,62
Feijão e outras leguminosas	152	36,71
Macarrão	127	30,68
Frango	111	26,81
Carne	97	23,43
Sucos artificiais e refrigerantes	71	17,15
Batata Frita	45	10,87
Bolachas salgadas e pães	39	9,42
Doces e sobremesas	39	9,42

Lanches prontos	39	9,42
LANCHE DA TARDE		
Doces e sobremesas	111	26,81
Bolachas salgadas e pães	91	21,98
Arroz	82	19,81
Sucos artificiais e refrigerantes	61	14,73
Feijão e outras leguminosas	61	14,73
Salgadinhos em pacote	53	12,8
Frutas	50	12,08
Sucos naturais	48	11,59
Frango	45	10,87
Leite, queijo e iogurte	44	10,63
JANTAR		
Arroz	146	35,27
Feijão e outras leguminosas	112	27,05
Macarrão	79	19,08
Frango	75	18,12

Sucos artificiais e refrigerantes	71	17,15
Carne	69	16,67
Bolachas salgadas e pães	64	15,46
Lanches prontos	57	13,77
Sopa de verduras	47	11,35
Batata frita	41	9,9

LANCHE DA NOITE

Leite, iogurte e queijo	66	15,94
Bolachas salgadas e pães	59	14,25
Sucos artificiais e refrigerantes	58	14,01
Achocolatados com leite	49	11,84
Arroz	49	11,84
Doces e sobremesas	49	11,84
Frutas	49	11,84
Lanches prontos	46	11,11
Macarrão	43	10,39
Batata frita	41	9,9

Já no lanche da manhã, o maior consumo encontrado foi de frutas, com 63 alunos (15,22%) e curiosamente o macarrão seria o segundo alimento mais consumido dentre estes escolares.

No almoço observa-se o número de 193 alunos (46,62%), que se alimentam de arroz; e no jantar, 146 alunos (35,27 %), seguidos pelo consumo de feijão e outras leguminosas também, em ambas as refeições. No jantar e no almoço o terceiro alimento mais consumido foi o macarrão.

O lanche da tarde, apresenta maior consumo de alimentos considerados restritos, de acordo com os “Dez Passos para a Promoção da Alimentação Saudável nas Escolas” e no lanche da noite o consumo de leite e derivados foi mais presente, em cerca de 66 alunos, seguido por alimentos como pães e ultraprocessados, das classes de bolachas e demais, assim como refrigerantes, sucos artificiais.

Os industrializados como os refrigerantes, por exemplo, estão presente em todas as refeições, de grande parte dos alunos, tanto nas refeições realizadas em casa, como nas ofertadas nas escolas (lanche da tarde e lanche da manhã).

É de extrema importância que os escolares tenham mais acesso a alimentos *in natura* nas refeições, sendo necessário que a rede pública forneça aos alunos os alimentos de maneira mais saudável, ou explorando novos meios e preparos que atraiam os mesmos.

REFERÊNCIAS

1. Canuto,R; Garcez AS; KAC, G.; Lira, PIC; Olinto, MTA. Eating frequency and weight and body composition: a systematic review of observational studies. Public Health Nutrition 2017; 20 (12), 2079–2095.
2. World Obesity. Atlas of Childhood Obesity. October, 2019. Disponível em: <https://www.worldobesity.org/membersarea/global-atlas-on-childhood-obesity>. Acesso em 08 de setembro de 2022.
3. Ottoni IC, Domene SMA, Bandoni BH. Educação Alimentar e Nutricional em escolas: uma visão do Brasil. Demetra 2019.14.

4. Assis MAA, Calvo, MCM, Kupek, E, Vasconcelos FAG, Campos VC, Machado M, Costa FF, Andrade, DF. Qualitative analysis of the diet of a probabilistic sample of school children from Florianópolis. *Cadernos de Saúde Pública* 2009; 26(7), 1355-1365.
5. Rossi CE, Costa LC, Machado MS, Andrade DF, Vasconcelos, FAG. Fatores associados ao consumo alimentar na escola e ao sobrepeso/obesidade de escolares de 7-10 anos de Santa Catarina, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva* 2019; v. 2, n. 24, p. 1-12.

107. ITINERÁRIOS PARA O ACESSO À ALIMENTAÇÃO PELA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM UM MUNICÍPIO DO SUDESTE BRASILEIRO

Lucas Neuburg dos Santos¹; José Anael Neves²

¹ Graduando em Nutrição, modalidade de ensino presencial, Universidade Metropolitana de Santos. Trabalho de Conclusão de Curso (2022).

² Nutricionista. Doutor em Ciências. Docente da Universidade Metropolitana de Santos. Email: jose.anael@unimes.br

Palavras-Chave: População em Situação de Rua; Direito Humano à Alimentação Adequada; Política Nutricional; Programas e Políticas de Nutrição.

Introdução

A situação de rua é uma condição de vida instável que pode durar períodos variados, caracterizada pela falta de habitação e frequentemente associada a pobreza, fragilização de vínculos familiares e sociais e ao rompimento com meios formais de trabalho¹. A Política Nacional para a População de Rua define essas pessoas como um “Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória”².

Estigmatizadas como “pessoas vagabundas”, apesar de desenvolverem atividades informais; “loucas”, por serem caracterizadas como anormais em comparação à uma normalidade vista como forma de vida legítima na sociedade; “sujas”, ainda que deva ser ressaltado que a grande maioria dessas pessoas não compartilham desses atributos; “perigosas e coitadinhas”, vinculando esses aspectos à situação de extrema pobreza com a violência e delinquência, as pessoas em situação de rua convivem com a fome, a humilhação, perda de familiares, ruptura de vínculos e a solidão³.

Estudos apontam que os transtornos mentais comuns como pensamentos depressivos e ansiedade, estão diretamente relacionados com fatores socioeconômicos, portanto, a vulnerabilidade econômica e social da população em situação de rua a coloca mais exposta às condições de saúde mental. No Brasil, a prevalência de distúrbios mentais em moradores de albergues públicos é maior do que a frequência encontrada na população adulta geral³.

A última pesquisa de abrangência nacional sobre a população em situação de rua foi realizada entre agosto de 2007 e março de 2008 pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (extinto MDS) e apontava 31.922 pessoas sobrevivendo nessa situação⁴. Em pesquisa mais recente, estima-se que em março de 2020 o número de pessoas em situação de rua chegava a 221.869 e sugere que a crise econômica e aumento do desemprego e pobreza podem explicar o aumento dessa população nos últimos anos. Na cidade de Santos, o número de pessoas em situação de rua chega a 868 e dessas, somente 107 são atendidas nos serviços de acolhimento da cidade⁵.

O artigo 6º da Constituição Federal traz entre os direitos sociais dos à alimentação, este foi adicionado à Constituição em 2010, por meio da Emenda Constitucional nº 64. O Direito Humano à Alimentação Adequada é “um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garantam uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva. Portanto, se realiza quando todo homem, mulher e criança, sozinho ou em comunidade com outros tem acesso físico e econômico, ininterruptamente, a uma alimentação adequada ou aos meios necessários para sua obtenção”⁶.

A pessoa em situação de rua vive em insegurança alimentar e nutricional, longe de familiares, sozinha ou com poucos amigos, essas encontram diferentes maneiras de conseguir o que comer, através de doações de organizações privadas ou de caridade, iniciativas do Estado como os restaurantes populares, doações de pessoas nas ruas e pela busca de alimentos no lixo ou em lugares insalubres⁷.

É escassa a literatura científica sobre os itinerários para o acesso a alimentação pela população em situação de rua, além disso, neste estudo, pressupõem-se que as características e a heterogeneidade da PSR dificultam a adequação das políticas públicas às suas necessidades, ou mesmo inviabilizam a garantia do DHAA, contribuindo para sua condição de insegurança alimentar.

Objetivo

Identificar como ocorre o acesso aos alimentos pela população em situação de rua, quais são as políticas públicas que permitem o acesso da população em situação de rua aos alimentos, como essas políticas são implementadas e qual efetividade dessas políticas para garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Além disso, pretende-se também realizar um diagnóstico do estado nutricional, de marcadores do comportamento alimentar, do consumo alimentar saudável e não saudável e de comportamentos em saúde.

Métodos

Estudo transversal, com abordagem quanti-qualitativa, realizado no ano de 2022 em uma instituição pública de acolhimento a pessoas em situação de rua do município de Santos, São Paulo, Brasil.

O cumprimento dos objetivos do estudo será feito em duas etapas:

Etapa 1: diagnóstico do estado nutricional, de marcadores do comportamento alimentar, do consumo alimentar saudável e não saudável e de comportamentos em saúde.

Etapa 2: realização de entrevistas semiestruturadas, grupos focais e observação das rotinas para entendimento sobre como ocorre o acesso aos alimentos pela população em situação de rua.

A etapa 1 diz respeito a realização de antropometria, mediante aferição de peso, estatura e circunferência da cintura dos adultos, além de aplicação de questionário estruturado contendo questões sobre marcadores do comportamento alimentar, do consumo alimentar saudável e não saudável e de comportamentos em saúde.

Para a realização da etapa 2 optou-se pela abordagem qualitativa, a qual trabalha com representações, valores, opiniões, processos e fenômenos que não são mensuráveis por variáveis quantitativas. Participarão desta etapa pessoas em situação de rua da cidade de Santos, vivendo no acolhimento ou não.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Metropolitana de Santos, sob número de parecer 5.492.678.

Resultados preliminares

Seguindo o cronograma do estudo, a etapa 1 já foi concluída, logo, os dados aqui apresentados dizem respeito a realização de antropometria, além de aplicação de questionário estruturado sobre marcadores do comportamento alimentar, do consumo alimentar saudável e não saudável e de comportamentos em saúde.

Participaram da etapa 1 45 indivíduos, dos quais 2,2% apresentavam magreza, 51,1% eutrofia, 13,1% sobrepeso e 33,1% obesidade, em diferentes graus. Em relação ao consumo de alimentos marcadores de alimentação saudável e não saudável, apenas 24,4% haviam consumido fruta no dia anterior a entrevista. Em contrapartida, 88,8% haviam consumido bebidas adoçadas. Além disso, 88,8% realizam almoço, 93,3% realizam o café da manhã, 84,4% o jantar e 66,6% consumiam refeições assistindo televisão, destaca-se que o acesso regular a alimentação só ocorreu após o acolhimento. Foi relatado que 71,1% eram tabagistas, 20% faziam uso abusivo de álcool e 20% uso abusivo de outras drogas.

Os resultados preliminares do estudo evidenciam vulnerabilidades em saúde na população em situação de rua mais adensadas que em outros grupos populacionais, o que demanda ação política para promoção e proteção da saúde que priorize essa população. Faz-se necessário a realização de mais

estudos sobre o tema, para obtenção de mais informações referentes a segurança alimentar e nutricional dessa população.

Referências

1. Mattos RM. Situação de rua e modernidade: a saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na atualidade [Dissertação]. São Paulo: Universidade São Marcos, Pós-graduação em Psicologia; 2006. Mestrado em Psicologia.
2. Política Nacional para a População em Situação de Rua [Internet]. Brasília: Governo Federal; 2009 [cited 2022 May 25]. Available from: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm
3. Marques LS, Costa JHM, Gomes MM, MM da Saberes, territórios e uso de drogas: modos de vida na rua e reinvenção do cuidado. *Ciência & saúde coletiva* **27**, 123–132 (2022).
4. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.
5. Santos. Prefeitura Municipal; Universidade Federal de São Paulo. Relatório Parcial do Censo da População em Situação de Rua, Condições de Vida e Desigualdades Sociais em Questão, 2020.
6. Duarte, M. B. do C., Brisola, E. M. A. & Rodrigues, A. M. População em situação de rua: representações sociais sobre o comer e a comida. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia* **12**, 57 (2021).
7. SILVA, M.E.W.; BAGNI, U.V.; ARAÚJO, R.G.P.S.; FERREIRA, A.A. Avaliação Nutricional no contexto da situação de rua e da privação da liberdade. In.: FERREIRA, A.V.; BARROS, D.C.; BAGNI, U.R. Avaliação nutricional na Atenção Básica: reflexões sobre práticas e saberes [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2018

108. REPERCUSSÕES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NOS MODOS DE VIDA DE FAMÍLIAS DA PERIFERIA DE UM GRANDE CENTRO URBANO DO SUDESTE BRASILEIRO

Juliana dos Reis Santos Domingues Leite¹; José Anael Neves²

¹ Graduanda em Nutrição, modalidade de ensino a distância, Universidade Metropolitana de Santos. Iniciação Científica (2021/2022).

² Nutricionista. Doutor em Ciências. Docente da Universidade Metropolitana de Santos. Email: jose.anael@unimes.br

Palavras-Chave: Programa Bolsa Família; Programas e Políticas de Nutrição e Alimentação; Nutrição em Saúde Pública; Política Social.

Introdução

Os Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCR) são programas governamentais que se propõem a combater a pobreza e as desigualdades sociais, mediante transferência direta de renda e incentivo ao acesso a políticas universais estruturantes, principalmente de saúde, educação e trabalho, em caráter condicionante para o recebimento da transferência monetária⁽¹⁾.

Criado em 2003, pela unificação dos PTCR existentes (Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás), o Programa Bolsa Família (PBF) foi lotado no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o qual foi extinto em 2019, e, atualmente, integra a agenda do Ministério da Cidadania⁽²⁾. Apresenta objetivos de curto, médio e longo prazo, que vão do alívio imediato da pobreza e da erradicação da fome, à superação do seu ciclo de transmissão intergeracional e à promoção da segurança alimentar e nutricional⁽³⁾.

Passadas quase duas décadas do início da sua implementação, são conhecidos alguns dos impactos do PBF, dentre eles, a diminuição das desigualdades de renda e a redução da pobreza; redução da mortalidade infantil e aumento do acesso aos serviços de Atenção Primária à Saúde, ampliação do acesso à alimentação, inclusive a alimentos *in natura* e minimamente processados, além de aumento da frequência e diminuição do abandono da educação básica⁽⁴⁾. São escassos os estudos que investigam as repercussões do Programa Bolsa Família nos modos de vida das famílias que integram o Programa, sendo ainda necessários mais esforços para ampliar e qualificar a avaliação sobre o impacto de programas de transferência condicionada de renda no Brasil⁽⁵⁾.

Objetivo

Identificar as repercussões do Programa Bolsa Família nos modos de vida de famílias de um grande centro urbano do Sudeste Brasileiro.

Métodos

Este estudo foi realizado no município de Santos, cidade sede da Região Metropolitana da Baixada Santista, mais precisamente na região dos Morros, a qual concentra a maior parte das famílias titulares do PBF no município⁽⁴⁾. Trata-se de um estudo transversal, com abordagem quanti-qualitativa. Os dados foram coletados no primeiro semestre de 2021.

Foram entrevistadas as gestantes, mães e/ou responsáveis por crianças beneficiárias do PBF. A definição do número de participantes se deu por procedimento amostral, considerando um poder de teste (β) de 95% e um nível de significância ou erro (α) de 5%, com vistas a chegar a uma amostra representativa da população. Definiu-se o tamanho amostral de 190 indivíduos ($n=190$), já considerando uma estimativa de 10% para dirimir possíveis perdas. Utilizou-se estatística descritiva para análise dos dados quantitativos coletados nas entrevistas semiestruturadas com as gestantes, mães e/ou responsáveis por crianças beneficiárias do PBF.

Os dados quantitativos foram tratados por meio de estatística descritiva. Os dados qualitativos foram explorados por meio da Análise de Conteúdo do tipo temática, conforme propõe Bardin⁽⁶⁾. O Projeto de Pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Metropolitana de Santos, sob número de parecer 4.982.013.

Resultados e discussão

Das participantes que recebem o PBF identificou-se uma predominância do gênero feminino (78%). Observou-se que as mulheres que recebem o benefício demonstram ter mais consciência na alocação dos recursos, atendendo melhor às necessidades da família, destinando a gastos com alimentação e saúde.

Identificou-se que 40,4% das participantes receberam entre R\$101,00 a R\$200,00 e 30,3% receberam de R\$201,00 a R\$300,00. Obteve-se o valor médio R\$186,69.

Os resultados referentes a análise qualitativa conforme proposto por Bardin⁽⁶⁾, estão apresentados na figura 1.

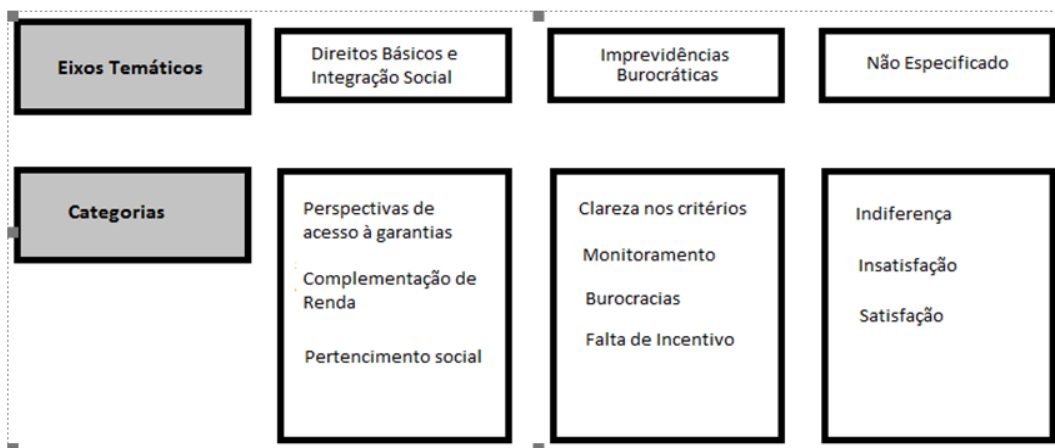


Figura 1. Eixos Temáticos e categorias de análise sobre as repercussões do Programa Bolsa Família, em região periférica de um grande centro urbano do Sudeste Brasileiro. Santos, São Paulo, Brasil. 2022.

Foram identificados três eixos temáticos a partir das entrevistas: Direitos Básicos e Integração Social; Impreviências Burocráticas e Não Especificado. Definiu-se o eixo temático de Direitos Básicos que se refere à percepção de acesso a garantias demonstradas nas falas das participantes das quais incluem saúde, educação e alimentação; e a percepção de Integração Social que engloba a Assistência Social no momento em que passam a serem assistidas tendo em vista as mudanças percebidas na complementação de renda e sentimento de pertencimento social.

Nota-se que a visão do benefício ao acesso à saúde, vem frequentemente pontuado em conjunto com a educação: *“Crianças na escola e saúde da criança sendo acompanhada”, “Responsabilização com a educação e a saúde dos filhos”, “Ajuda muito e incentiva os pais levarem as crianças na escola e no médico.”* Ao analisar as respostas das entrevistadas, sugere que as condicionalidades são consideradas um benefício, pois, dispõe uma atenção maior à responsabilização dos pais na participação do

acompanhamento das crianças por conta desses dois amplos fatores obrigatórios para recebimento do benefício.

A educação é uma das condicionalidades para a disponibilização do recebimento do benefício, mantendo as crianças na escola e melhorando a frequência escolar. Dos discursos obtidos temos as seguintes frases: *“É auxiliar no estudo das crianças que é importante, porque só recebe se as crianças estiverem na escola, então acabam não faltando para não ficar sem”*, sugerindo-se que os esforços do Estado em garantir o acesso à escola estivessem sendo cumprido, embora longe de ser um ensino de qualidade com rendimento escolar adequado.

De acordo com as respostas das participantes, podemos perceber a preocupação com a alimentação: *“Poder comprar arroz e feijão para as crianças”, “Qualidade de vida que promove. Ninguém merece não ter o que pôr na mesa”, “Poder comprar mantimentos e pagar contas”, “Melhorar a alimentação”, “Dinheiro para alimentação, saber que terá todo mês”*, discursos como estes demonstram que na opinião das entrevistadas há uma constatação da importância direta do benefício a aquisição de alimentos.

Uma parte considerável demonstrou em seus discursos que é uma complementação de renda, uma garantia e uma segurança, trata-se da possibilidade das famílias terem a liberdade de escolha mesmo que seja mínima e que o benefício é uma estratégia para a garantia de acesso aos direitos básicos sugere que há o cumprimento deste objetivo. Tais afirmações levantam a hipótese que os participantes obtiveram melhorias ao acesso a garantias que antes não seriam possibilitadas sem que se fosse incluído no Programa Bolsa Família, demonstrando em suas falas que houve acesso educação, segurança, saúde e alimentação.

As Impreviabilidades Burocráticas, referem-se às falhas de gestão na observação das participantes atreladas ao recebimento do benefício do PBF. Há uma frequência nos discursos no que tange a questão de considerarem às burocracias como uma das deficiências do Programa: *“as exigências na hora de fazer o cadastro, demora muito, é muito burocrático”, “O atendimento no cadastramento (CRAS).* Aos argumentos adicionam-se as condicionalidades que são indispensáveis para o recebimento do valor, saúde e na educação, relatam: *“...ter que ficar passando no médico para pesar, fica dias para marcar,*

“não gosto do médico”, “As crianças menores perdem o benefício quando um mais velho não cumpre as condicionalidades”, “Cortar o benefício por descumprimento de condicionalidade, nem sempre dá pra levar a criança na escola, às vezes chove.

Conclusão

É possível inferir que as participantes do PBF percebem mudanças positivas em suas vidas, mesmo existindo imprevidências burocráticas que sugerem melhorias a serem feitas no Programa. Não se trata de uma complementação de renda, mas sim de ampliação no acesso aos direitos sociais básicos, assim como de integração social com protagonismo da mulher.

Referências

1. Das J, Quy-Toan DO, Ozler B. Reassessing Conditional Cash Transfer Programs. World Bank Res Obs. 20:57–80, 2005.
2. Cohn A. Cartas ao presidente Lula: Bolsa Família e direitos sociais. Rio de Janeiro: Pensamento Brasileiro, 2012. ISBN: 978-85-7920-066-3.
3. Magalhães R. Implementação de programas multiestratégicos: uma proposta de matriz avaliativa. CienSaudeColet, 19(7):2115-23, 2014
4. Neves JA, Vasconcelos FA, Machado ML, Recine E, Garcia GS, Medeiros MA. The Brazilian cash transfer program (BolsaFamília): a tool for reducing inequalities and achieving social rights in Brazil. Global Public Health. Epub ahead of print 30 November, 2020.
5. Martins AP, Canella DS, Baraldi LG, Monteiro CA. Transferência de renda no Brasil e desfechos nutricionais: revisão sistemática. RevSaude Publica, 47(6):1159-71, 2013.
6. Bardin L. Análise de Conteúdo, São Paulo: Edições 70, 3ª reimp, 2016.

The background features several faint, light blue icons. In the upper left, there are four lightbulbs of varying sizes, some with wavy lines inside, suggesting ideas or innovation. Below these, on the left side, is a large flask containing a dark liquid with several bubbles rising from it, symbolizing science or research. The word "ODONTOLOGIA" is centered in a bold, white, sans-serif font.

ODONTOLOGIA

109. EFICÁCIA DA TERAPIA FOTODINÂMICA ANTIMICROBIANA, DA PASTA GUEDES-PINTO E DA PASTA CTZ NO TRATAMENTO ENDODÔNTICO DE DENTES DECÍDUOS

Willians Santos Baracho Junior¹, Sara Ianello¹, Elza Padilha Ferri¹, Gustavo Duarte Mendes^{1,2}, Elaine Marcilio Santos^{1,2}, Sandra Kalil Bussadori^{1,3}, Marcela Leticia Leal Gonçalves^{1,2}, Ana Paula Taboada Sobral^{1,2}

¹Faculdade de Odontologia, Universidade Metropolitana de Santos, SP, Brasil;

²Mestrado em Medicina: Saúde e Meio Ambiente, Universidade Metropolitana de Santos, SP, Brasil;

³Pós-Graduação em Biofotônica Aplicada às Ciências da Saúde, Universidade Nove de Julho, São Paulo, SP, Brasil.

Autor Correspondente:

Ana Paula Taboada Sobral – anapaula@taboada.com.br

Palavras-chave: endodontia, terapia fotodinâmica, odontopediatria.

Introdução

A eliminação de microorganismos patogênicos do canal radicular é um dos principais fatores para o sucesso no tratamento endodôntico.

Objetivo

O objetivo deste estudo é realizar um ensaio clínico controlado e randomizado para comparar a eficácia do tratamento endodôntico em dentes decíduos com a pasta de Guedes-Pinto, com e sem instrumentação dos canais radiculares, associada ou não à terapia fotodinâmica antimicrobiana (aPDT).

Métodos

O trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Metropolitana de Santos, sob o número de processo 5.597.818. Serão selecionados 50 dentes decíduos necróticos de crianças com idade entre 3 e 6 anos; e os dentes serão divididos em cinco grupos. No Grupo 1 (Controle) será realizado o tratamento endodôntico convencional (instrumentação) e obturação com pasta de Guedes-Pinto. No Grupo 2, os canais radiculares não serão instrumentados, apenas irrigados e obturados com pasta de

Guedes-Pinto. No Grupo 3, os canais radiculares não serão instrumentados, apenas irrigados, será realizada a terapia fotodinâmica e os canais serão obturados com a pasta de Guedes-Pinto. No Grupo 4, os canais não serão instrumentados e a obturação será realizada com a pasta CTZ (Clorofenicol, Tetraciclina e Óxido de Zinco e Eugenol). No Grupo 5, os canais radiculares não serão instrumentados, apenas irrigados, será realizada a terapia fotodinâmica e os canais serão obturados com a pasta CTZ. Em todos os grupos, as avaliações microbiológicas serão feitas antes e imediatamente após o tratamento endodôntico. As avaliações clínicas e radiográficas serão realizadas no dia, 1 mês, 3 meses e 6 meses após o tratamento.

Referências:

1. SARI S, OKTE Z. Success rate of sealapex in root canal treatment for primary teeth: 3-year follow-up. *Oral Surg Med Pathol Oral Radiol Endod* 2008; 105; e93-96.
2. MASSARA MLA, TAVARES WLF, NORONHA JC, HENRIQUE LCF, RIBEIRO Sobrinho AP, A Eficácia do Hidróxido de Cálcio no Tratamento Endodôntico de Decíduos: Seis Anos de Avaliação. *Pesq Bras Odontoped Clin. Integr*, 2012 ;abr/jun 12(2):155-59.
3. COSER RM, GIRO EMA. Tratamento endodôntico de molares decíduos humanos com necrose pulpar e lesão periapical. *PGR- Pós-Grad Rev Fac Odontol São José dos Campos*.2002 jan/abr; 5(1):84-92.
4. NAVIT S, JAISWAL N, KHAN SA, MALHOTRA S, SHARMA A, MUKISH, JABEEN S, AGARWAL G. Antimicrobial Efficacy of Contemporary Obturating Materials used in Primary Teeth- An In-vitro Study. *Jour of Clin and Diag Res*. 2016 Sep; 10(9): 9-12.
5. FABRIS AS, NAKANO V, AVILA-CAMPOS MJ. Bacteriological analysis of necrotic pulp and fistulae in primary teeth. 2014; 22(2);118-124.
6. PINHEIRO SL, ARAUJO G, BINCELLI I, CUNHA R, BUENO C. Evaluation of cleaning capacity and instrumentation time of manual, hybrid and rotary instrumentation techniques in primary molars. *Inter Endod Jour*. 2012 Apr; 45(4):379-385.
7. KOSHY S, LOVE RM. Endodontic Treatment In The Primary Dentition. *Australian Endo Jour*. 2004;30(2):59-68.

8. AMARAL RR, SÁ DM, MENEZES AJAC, Terapia Fotodinâmica Antimicrobiana na Endodontia: revisão de literatura. Pós em Rev do Centro Univ Newton Paiva. 2015; (11): 39-41.
9. FERREIRA FV, ANGONESE MP, FRIEDRICH HC, WEISS RDN, FRIEDRICH RS, PRAETZEL JR. Antimicrobial Action of root canal filling pastes used in deciduous teeth. Rev odonto ciênc. 2010; 25(1):65-68.
10. TRICHES TC, FIGUEIREDO LC, FERES M, FREITAS SFT, ZIMMERMANN GS, CORDEIRO MMR. Microbial Reduction by Two Chemical-Mechanical Protocols in Primary Teeth with Pulp Necrosis and Periradicular Lesion – An In Vivo Study. Brazilian Dental Journal. 2014; 25(4): 307 – 313.
11. SOUZA LC, BRITO PRR, OLIVEIRA JCM, ALVES FRFA, MOREIRA EJM et al. Photodynamic Therapy with Two Different Photosensitizers as a Supplement to Instrumentation/Irrigation Procedures in Promoting Intracanal Reduction of Enterococcus faecalis. JOE 2010 Febr;36(2):292-296.
12. RIOS A, HE J, GLICKMAN GN, SPEARS R, SCHNEIDERMAN ED, HONEYMAN AI. Evaluation of photodynamic therapy using a light-emitting diode lamp against Enterococcus faecalis in extractic human teeth. Joe 2011 jun; 37(6):856-859.
13. TRINDADE AC, FIGUEIREDO JAP, STEIER L, WEBER JBB. Photodynamic Therapy in Endodontics: A Literature Review. Photomed and Laser Surg. 2015; 33(3):175-182.
14. GARCEZ AS, ROQUE JA, MURATA WH, HAMBLIN MN. Uma nova estratégia para PDT antimicrobiana em Endodontia. Rev Assoc Cir Dent .2016;70(2): 126-130.
15. CHAN EKM, DESMEULES M, CIELECKI M, DABBAGH B, SANTOS BF. Longitudinal Cohort Study of Regenerative Endodontic Treatment for Immature Necrotic Permanent Teeth. Journal of Endodontics 2017 March; 43(3):395-400.
16. SILVA FC, FREITAS LRP, LOURENÇO APA, BRAGA JUNIOR ACR, JORGE AOC, OLIVEIRA LD. Analysis of the effectiveness of the instrumentation associated to antimicrobial photodynamic therapy and root canal dressing in the elimination of Enterococcus faecalis in root canals. Braz DentSci 2010 jan/jun; 13 (5) 31-38.
17. NEENA IE, ANANTHRAJ A, PRAVEEN P, KARTHIK V, RANI P. Comparison of digital radiography and apex locator with the conventional method in root length determination of primary teeth. Jour of Indian Society of Pedodont and Preven Dentis.2011 Oct-Dec; 29(4): 300-3004.

18. CHREPA V, KOTSAKIS GA, PAGONIS TC, HARGREAVES KM. The Effect of Photodynamic Therapy in Root Canal Disinfection: A Systematic Review. 2014 July; 40(7): 891-895.
19. FIMPLE JL, FONTANA CR, FOSCHI F, RUGGIERO K, SONG X, PAGONIS TC, TANNER ACR, KENT R et al. Photodynamic treatment of endodontic polymicrobial infection in vitro. J Endod. 2008 June; 34(6): 728-734.
20. ATTIGUPPE PR, TEWANI KK, NAIK SV, YAVAGAL CM, NADIG B. Comparative Evaluation of Different Modes of Laser Assisted Endodontics in Primary Teeth: An in vitro Study. Jour of Clinical and Diag Resear. 2017 Apr;11(4): 124-127.
21. POLY A, BRASIL JFW, MARROIG PC, BLEI V, RISSO PA. Efeito antibacteriano dos lasers e terapia fotodinâmica contra *Enterococcus faecalis* no sistema de canais radiculares. Rev. Odonto. UNESP 2010 Jul./Agost; 39(4):233-239
22. FUKS, A. B. ; EIDELMAN, E. Pulp therapy in the primary dentition. Current Opinion in Dentistry. 1991, Vol. 1, 556-563.
23. MORTAZAVI, M. e MESBAHI, M. Comparison of zinc oxide and eugenol, and Vitapex for root canal treatment of necrotic primary teeth. International Journal of Paediatric Dentistry. 2004, Vol. 14,6,.417-424.
24. PINTO, D. N.; SOUSA, D. L.; ROCHA, R. B. et al. Eighteen-month clinical and radiographic evaluation of two root canal-filling materials in primary teeth with pulp necrosis secondary to trauma. Dental Traumatology. 2011, Vol. 27, 3, pp. 221-224.
25. MASSARA, Maria de Lourdes Andrade et al. A eficácia do hidróxido de cálcio no tratamento endodôntico de decíduos: seis anos de avaliação. Pesquisa Brasileira em Odontopediatria e Clínica Integrada, v. 12, n. 2, p. 155-159, 2012.
26. Barros, E. V. R. & Neres, S. D. A. N. Terapia pulpar em dentes decíduos utilizando pasta de CTZ composta de Clorafenicol, Tetraciclina e Óxido de Zinco e Eugenol: uma revisão de literatura.(2017).(Trabalho de Conclusão de Curso apresentado na Faculdade Integrada de Pernambuco para obtenção de título de bacharel em Odontologia). Faculdade Integrada de Pernambuco.
27. LINDOSO, T. K. N. .; CARVALHO, W. C. .; THOMES, C. R. .; NÓBREGA, D. L. S. da .; TEIXEIRA, R. D. P. .; LIMA , Élica C. da S. .; MELO, W. . B. de .; SOUZA, M. M. F. .; BARROS, M. . M. .; OLIVEIRA, I. F. F. de

.; ANTUNES, A. A. .; MARQUES, W. R. .; PEREIRA, A. F. A. .; LOBATO , L. S. .; FARIAS , T. C. .; CANTANHEDE , L. M. . The employability of CTZ paste in the endodontic treatment of primary dentition: a literature review. Research, Society and Development, [S. l.], v. 10, n. 17, p. e226101724696, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i17.24696. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/24696>. Acesso em: 30 mar. 2022.

28. Morettin, P. A., & Bussab, W. O. (2017). Estatística básica. São Paulo: Saraiva.

110. MANIFESTAÇÕES BUCAIS MAIS PREVALENTES EM GESTANTES: REVISÃO DA LITERATURA.

Amanda Rodriguez Tato Gama Custódio (Aluna do Mestrado em Saúde e Meio Ambiente Unimes Santos-SP). E-mail: amandatato17@gmail.com

Kylze Ikegamy Sakyama (Mestrado em Bioengenharia, Professora Curso Graduação Odontologia Unimes Santos-SP). E-mail: kylzesakiyama@gmail.com

José Cássio de Almeida Magalhães (Doutorado em Diagnóstico Bucal, Professor do Mestrado em Saúde e Meio Ambiente e do Curso Graduação Odontologia Unimes Santos-SP). E-mail: tabuscm@gmail.com

Gustavo Duarte Mendes (Doutorado em Clínica Médica, Coordenador do curso de Mestrado Saúde e Meio Ambiente Unimes Santos-SP). E-mail: mendesgd@yahoo.com.br

Profa Dra. Elaine Marcílio Santos (Doutorado em Odontopediatria, Professora do Mestrado em Saúde e Meio Ambiente e do Curso Graduação Odontologia Unimes Santos-SP). E-mail: elaine.marcilio@unimes.br

Profa Dra Gabriela Traldi Zaffalon (Doutorado em Clínicas Odontológicas), Professora do Mestrado em Saúde e Meio Ambiente e do Curso Graduação Odontologia Unimes Santos-SP). E-mail: gatraza@gmail.com

Introdução

Durante a gravidez ocorrem diversas alterações no organismo da mulher a partir do momento da concepção. O corpo feminino é submetido a mudanças biológicas, corpóreas, hormonais e sociais interferindo nas relações sociais da gestante. As manifestações bucais relacionadas ao período

gestacional referem-se a causas vinculadas a doença periodontal e a doença cárie. Objetivo: Estudar as manifestações bucais mais prevalentes em gestantes.

Métodos

Foi realizada uma pesquisa nas seguintes bases de dado, sendo ela Google Scholar, Pub Med, Lilacs, utilizando-se dos seguintes descritores: “doença periodontal”, “manifestações bucais” “gestantes”, “doença periodontal”, nos idiomas em português, espanhol e inglês. Como critérios de inclusão, foram utilizados artigos publicados na íntegra, disponíveis eletronicamente e monografias.

Conclusão

As manifestações bucais mais prevalentes em mulheres grávidas, são: gengivite gravídica, tumor gravídico e a cárie dentária. Essas alterações estão associadas ao acúmulo de biofilme, tais como: excesso de restaurações, impacção alimentar, além de alterações hormonais que modificam o curso e severidade das doenças orais. Outros fatores associados as manifestações orais em gestantes referem-se a mudanças nos hábitos de higiene pelas náuseas e alta ingestão de carboidratos. Portanto, é de extrema importância, que durante o período gestacional, a mulher tenha acesso ao cirurgião dentista para prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças bucais para garantir a qualidade de vida.

Tabela 1: Manifestações Bucalis mais prevalentes em gestantes

DOENÇA	CARACTERÍSTICA DA DOENÇA	PREVALÊNCIA
Gengivite Gravídica	Geralmente inicia-se no segundo mês de gestação e é caracterizada por uma resposta exacerbada a presença de mínima quantidade de placa, devido as alterações hormonais. ^{13,9} Clinicamente, é semelhante a uma gengivite induzida por placa: a gengiva apresenta coloração avermelhada, edemaciada e com sangramento ao simples toque ou durante a escovação. Pode ser prevenida mediante a remoção do biofilme dentário por meio de uma boa higiene bucal, ou profilaxia profissional mensal ou trimestral, dependendo da necessidade de cada paciente. ^{14,11,15}	É encontrada em 50 a 100% das gestantes ¹⁰
Tumor Gravídico	Lesão benigna, própria da gestação. Sua etiologia está ligada a estímulos locais, como excesso de restaurações, impacção alimentar e acúmulo de placa. Ocorre, principalmente, entre o terceiro e o oitavo mês de gestação. ¹⁰ É uma lesão com características semelhantes ao granuloma piogênico e aparece principalmente nos espaços interdentários, na parte anterior da maxila. ^{11,16}	

	A remoção cirúrgica é indicada em casos onde houver interferência na mastigação ou na execução da higiene bucal e em situações de ulceração; caso contrário, os irritantes locais devem ser removidos e o tumor preservado até o pós-parto, quando normalmente ocorre sua redução espontânea. ¹⁰	
Cárie Dentária	A cárie dentária e sua maior incidência na gestação não estão relacionadas as mudanças fisiológicas que ocorrem nesse período, mas está relacionada com mudanças de hábitos de dieta e higiene bucal. ¹¹ Com o aumento do volume do útero, há uma diminuição da capacidade estomacal, que faz com que a gestante diminua a quantidade de ingestão de alimentos durante as refeições e aumente a frequência, resultando em um incremento de carboidratos, que, associado ao descuido com a higiene bucal, aumenta o risco de cárie. ^{10,16,15}	

Referências

- Andrade ED. Terapêutica Medicamentosa em Odontologia: Procedimentos clínicos e uso de medicamentos nas principais situações da prática odontológica. 2ªed. São Paulo: Artes Médicas; 2006.p.129–130.
- Konishi F, Konishi R. Odontologia intrauterina: um novo modelo de construção de saúde bucal. In: Cardoso AJR. Odontopediatria: Prevenção. São Paulo: Artes Médicas; 2002. p.155- 165.
- Russell SL, Mayberry LJ. Pregnancy and oral health: a review and recommendations to reduce gaps in practice and research. Am J Maternal Child Nurs, 2008; 33:32-37.
- Costa ICC, MarcelinoG, Berti-Guimarães M, Saliba NA. A gestante como agente multiplicador de saúde. Rev Pos-Grad. 1998 abr./jun.; 5(2):87-92.
- Rios D, Honório HM, Santos CF, Machado MAAM. Atendimento odontológico para gestantes. Rev ABO Nac, 2006; 14:285-289.
- Sigle J. Managing the pregnant dental patient. Dent Assist, 1997; 66:7-9.
- Orrico SRP, Sampaio JEC, Marcantonio JR E, et al. Granuloma gravídico: considerações clínicas e terapêuticas. Revista de Odontologia Clínica,1987; 1(4); p. 21-26.
- Oliveira AMSD, Oliveira PAD, Costa FO, Manzi FR, Cosso MG. Associação Entre Doença Periodontal Materna e Parto Pré-termo e Baixo peso ao nascimento. Revista da Faculdade de Odontologia da UFRGS, 2006; 47(2):14-18.

TARSITANO, B. F.; ROLLINGS, R.E. The Pregnant Dental Patient: Evaluation and Management. Gen. Dent.; Chicago, v.41, no.3, p226-234, 1993.

SIGLE, J. Managing the pregnant dental patient. Dent Assist, v. 66, p. 7-9, 1997.

MILLER, M. C. The pregnant dental patient. J Can Dent Assoc, v. 23, p. 63-70, 1995.

ANDRADE, E. D. Terapêutica Medicamentosa em Odontologia. São Paulo: Artes Médicas, 1999.

GIER, R. E.; JANES, D. R. Dental management of the pregnant patient. Dent Clin North Am, v. 2, p. 419-428, 1983.

ROTHWELL, B. R.; GREGORY, C. E. B.; SHELLER, B. The pregnant patient: considerations in dental care. Spec Care Dentist, v. 7, p. 124-129, 1987.

POZO, M. A. P. Tratamiento Dental de la Paciente Gestante. Mundo Odontológico, v. 8, p. 54-59, 2001.

LIVINGSTON, H. M.; DELLINGER, T. M.; HOLDER, R. Considerations in the management of the pregnant patient. Spec Care Dentistry, v. 18, p. 183-188, 199.

111. PROGRAMA DE ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO DE PACIENTES DA BAIXADA SANTISTA EM ÂMBITO HOSPITALAR.

Prof. Dr. Gustavo Duarte Mendes (Coordenador do Programa de Mestrado em Saúde e Meio Ambiente, Professor do Curso de Graduação em Medicina e Odontologia UNIMES Santos-SP)

Profa. Dra. Elaine Marcílio Santos (Professora do Programa de Mestrado em Saúde e Meio Ambiente e do Curso de Graduação em Odontologia UNIMES)

Prof. Dr. José Cássio de Almeida Magalhães (Professor do Programa de Mestrado em Saúde e Meio Ambiente e do Curso de Graduação em Odontologia UNIMES)

Prof. Dra. Gabriela Traldi Zaffalon (Professora do Programa de Mestrado em Saúde e Meio Ambiente e do Curso de Graduação em Odontologia UNIMES)

Prof. Dr. Keller De Martini (Professor do Curso de Graduação em Odontologia UNIMES)

Profa. Ms. Paola Fernanda Leal Corazza (Professora do Curso de Graduação em Odontologia UNIMES)

Amanda Rodriguez Tato Gama Custódio (Cirurgiã Dentista, Discente do Programa de Mestrado em Saúde e Meio Ambiente UNIMES)

Vicktoria Maiumy Tuzuki (Aluna do Curso de Graduação em Odontologia UNIMES)

Palavras-chave: Medicina Bucal; unidade hospitalar odontológica; assistência odontológica para doentes crônicos.

Introdução

A literatura tem demonstrado, de maneira clara a influência da condição bucal na evolução do quadro dos pacientes internados. A aquisição e manutenção da saúde bucal, além de uma maior integração da Odontologia e da Medicina visa o tratamento global dos pacientes, necessária em virtude da interferência direta da recuperação total do paciente. A presença de biofilme dental pode influenciar as terapêuticas médicas, devido aos fatores de virulência dos microorganismos que nela se encontram, os quais podem ser agravados pela presença de outras alterações bucais como a doença periodontal, lesões de cárie, necrose pulpar, lesões em mucosas, dentes fraturados ou infectados, traumas provocados por próteses. Para estas condições serem adequadamente tratadas, faz-se necessária a presença de um cirurgião-dentista em âmbito hospitalar como suporte no diagnóstico das alterações bucais e como coadjuvante na terapêutica médica; seja na atuação em procedimentos emergenciais frente aos traumas, em procedimentos preventivos quanto ao agravamento da condição sistêmica ou o surgimento de uma infecção hospitalar, procedimentos curativos e restauradores na adequação do meio bucal e maior conforto ao paciente.

O objetivo principal do Programa é o serviço contínuo de Atendimento Odontológico de Pacientes da Baixada Santista em ambiente hospitalar, integrando a sociedade, Serviço Público e a Universidade. Trabalhando de forma integral para a proteção, prevenção e reabilitação desses pacientes. Além dos objetivos científicos, didáticos, pedagógicos e sócio comunitários.

Métodos

Os atendimentos são realizados nas dependências da Santa Casa de Misericórdia de Santos (SP). Os profissionais envolvidos são: Cirurgiões Dentistas, Discentes, Médicos, Enfermeiros, Técnicos de enfermagem, Fisioterapeutas, Assistentes Social e Psicólogos. A Santa Casa de Misericórdia de Santos, disponibiliza materiais de consumo, equipe multidisciplinar, e o espaço para equipe odontológica para atendimento ambulatorial. Nos atendimentos, os procedimentos odontológicos são realizados de

acordo com o estado de saúde em que o paciente se enquadra. Diante desses dados obtidos pode-se realizar o exame clínico, protocolo de higiene oral, para assim posteriormente realizar um plano de tratamento ideal. São pontos de destaque na inserção do Cirurgião Dentista nos hospitais: Rotina hospitalar (gestão, bioética, biossegurança, prontuário, prescrição, rounds, prática clínica, segurança do paciente, urgência e emergência); propedêutica clínica (interpretação de exames, principais agravos, pacientes sistemicamente comprometidos, interações medicamentosas); Atuar em equipes multiprofissionais, interdisciplinares e transdisciplinares na promoção da saúde baseada em evidências científicas, cidadania, ética e humanização; ter competência e habilidade para prestar assistência odontológica aos pacientes críticos e aos pacientes em regime de internação, ambulatorial, domiciliar; saber atuar em caso de emergência médica (suporte básico de vida); atuar na dinâmica de trabalho institucional, reconhecendo-se como agente desse processo; aplicar o conhecimento adquirido na clínica propedêutica, no diagnóstico e no uso de evidências científicas na atenção em Odontologia Hospitalar; Incrementar e estimular pesquisas que permitam o uso de novas tecnologias, métodos e fármacos no âmbito da Odontologia Hospitalar; e, atuar integrando-se em programas de promoção, manutenção, prevenção, proteção e recuperação da saúde em ambiente hospitalar.

Resultados e desenvolvimento

Atuação em UTI Pediátrica/Neonatologia: Cuidar do paciente de forma integral, acompanhamento odontológico, higienização e tratamento de afecções da cavidade bucal, reduzir o risco de infecções diminuindo os índices de pneumonia associada a ventilação mecânica, bem como de outras infecções que podem evoluir para óbito. A Atuação e Procedimentos realizados neste setor são: Visitas diárias com avaliação da cavidade bucal, protocolos de higiene oral (mangueira de aspiração, com a finalidade de averiguar se o paciente possui hipossalivação ou hiperssalivação, swab embebido em clorexidina à 0,12%, para realização de antissepsia, gaze com umidificador de lábios), exodontia de dentes neonatais, cirurgia de freio lingual, diagnóstico de lesões na cavidade bucal, orientação de higiene oral na alta do recém nascido, pré natal odontológico (prevenção de focos de origem odontogênica que possam trazer agravos sistêmicos as gestantes, tais como partos prematuros com bebês com baixo peso). A atuação em Pacientes Oncológicos e Transplantados é Preventivo (antes do tratamento oncológico para redução

dos focos infecciosos bucais minimizando o risco de infecções e principalmente das mucosites), Curativo (durante o tratamento oncológico realizando protocolo de higiene bucal, laserterapia) e Pós tratamento oncológico (minimizando riscos de infecções e alterações bucais pós tratamento), Tratamento de Complicações pós Quimioterapia, Radioterapia e Transplante de Medula Óssea: cálculos salivares, raízes residuais, abscessos periapicais crônicos, lesões cariosas, doença periodontal, aparelhos protéticos. Tratamento de Mucosite, Xerostomia, Trismo, Candidose, Osteoradionecrose, Hiperpigmentação em mucosa. Os procedimentos envolvem protocolo de higiene oral, laserterapia, exodontia, raspagem e alisamento radicular (tratamento de doença periodontal), ajuste de próteses, instalação de placas de mordida, diagnóstico e tratamento de lesões bucais, tratamento de lesões de cárie (tratamento restaurador atraumático), remoção de aparelhos ortodônticos (prevenção de trauma). A atuação do Cirurgião Dentista nos Pacientes na Unidade de Terapia Intensiva são relacionados a procedimentos tais como: protocolo de higiene oral, redução de focos infecciosos, tratamento de lesões de cárie (Tratamento Restaurador Atraumático), raspagem e alisamento radicular (tratamento de doença periodontal), exodontia, instalação de protetores bucais (prevenção de mordeduras), remoção de aparelhos ortodônticos, biópsia, contenção de sangramentos, laserterapia, prescrição, rounds, interpretação de exames e imagens.

Conclusão

A abordagem do cirurgião-dentista é, de fato, necessária no âmbito hospitalar para promoção de saúde, prevenção de agravos, recuperação e reabilitação do paciente, que possibilitam a manutenção da qualidade de vida. Estando o Cirurgião Dentista atuando na equipe multidisciplinar do Hospital, consegue-se diminuir as manifestações bucais de doenças sistêmicas ou de consequências dos seus respectivos tratamentos, promovendo e prevenindo doenças e reabilitando os pacientes.

Referências

Dhaliwal, J. S. et al.. Oral Microbiological Evidence among Palliative Patients: An Integrated Systematic Review. *Indian journal of palliative care*, 26(1), p. 110–115, 2020.

Hespanhol, FL et al. Manifestações bucais em pacientes submetidos a quimioterapia. *Ciênc. saúde coletiva* 15 (suppl 1), Jun 2010.

Fitzgerald, R., & Gallagher, J. Oral health in end-of-life patients: A rapid review. *Special care in dentistry: official publication of the American Association of Hospital Dentists, the Academy of Dentistry for the Handicapped, and the American Society for Geriatric Dentistry*, 38 (5), p.291–298, 2018.

Oliveira D. C., Utilização do laser de baixa intensidade na profilaxia e tratamento da mucosite oral provocada por quimioterapia - relato de caso clínico. In: *Anais do XIV Congresso Internacional de Odontologia da Bahia; 2006; Salvador. Salvador ABO; 2006.*

Silveira, P. J. da, et al. Revisão integrativa: cuidados paliativos em pacientes oncológicos. *Research, Society and Development*, 9(2), 2020.

PASCOALOTI, M. I. M. et al. Odontologia hospitalar: desafios, importância, integração e humanização do tratamento. *Rev. Ciênc. Ext.* v.15, n.1, p.20-35, 2019.

Silva GEM et al. Odontologia hospitalar no Brasil: onde estamos? Uma análise do cenário dos últimos anos. *Revista da Faculdade de Odontologia de Porto Alegre*, v. 61, n. 1, jan./jun. 2020.

112. UTILIDADE DA RADIOGRAFIA NA DECISÃO DE SELAR MOLARES DECÍDUOS – PROTOCOLO DE ESTUDO CLÍNICO RANDOMIZADO DE DIAGNÓSTICO

Jussara Pfister Marcondes Miranda¹, Ana Paula Taboada Sobral^{1,2}, Marcela Leticia Leal Gonçalves^{1,2}, Elza Padilha Ferri¹, Juliana Maria Altavista Sagretti Gallo³, Elaine Marcilio Santos^{1,2}, Sandra Kalil Bussadori^{1,4}, Thais Gimenez²

¹Faculdade de Odontologia, Universidade Metropolitana de Santos, SP, Brasil;

²Mestrado em Medicina: Saúde e Meio Ambiente, Universidade Metropolitana de Santos, SP, Brasil;

³Mestrado em Medicina Veterinária no Meio Ambiente Litorâneo, Universidade Metropolitana de Santos, SP, Brasil;

⁴Pós-Graduação em Biofotônica Aplicada às Ciências da Saúde, Universidade Nove de Julho, São Paulo, SP, Brasil.

Resumo

O impacto da realização da radiografia na decisão de tratamento de lesões de cárie em dentes decíduos tem sido pouco estudado, entretanto, não direcionando a determinados tipos de lesões que, usualmente, requerem exame radiográfico. Assim, o objetivo do presente estudo será avaliar o impacto da realização do exame radiográfico complementar ao exame visual na decisão de selar lesões oclusais com pequenas cavidades de molares decíduos, através de um ensaio clínico randomizado. Para isso, 144 crianças de 4 a 7 anos de idade que buscarem tratamento odontológico na Universidade Metropolitana de Santos e que, apresentarem molares decíduos com lesões com cavidade pequena na superfície oclusal serão aleatoriamente alocadas em dois grupos de acordo com o exame visual isolado (grupo controle) ou exame visual associado ao radiográfico (grupo teste). Após elaboração do plano de tratamento por dois examinadores, as crianças serão tratadas e acompanhadas por 2 anos, realizando-se avaliações após 6, 12, 18 e 24 meses. O desfecho primário será o sucesso clínico dos tratamentos realizados nas consultas de acompanhamento. Após a elaboração dos planos de tratamento, as crianças alocadas no grupo controle também terão suas radiografias avaliadas e um novo plano de tratamento será realizado. Os planos de tratamento com e sem a radiografia serão confrontados e comparados, tanto quanto à mudança de decisão de tratamento, quanto com relação ao sucesso, custo e dor dos participantes nos diferentes tipos de tratamento realizados.

PSICOLOGIA



113. FERNANDO E SUAS PESSOAS

Luciana Gabriela Zaher Muniz Mendes¹, Maria Eduarda Santos de Araújo¹, Abigail Malavasi², Sergio Marques Jabur³, Juliana Altavista Sagretti Gallo⁴

1. Discente do curso de psicologia da Universidade Metropolitana de Santos, Santos, SP, Brasil
2. Docente do Programa de Pós-graduação em Práticas docentes no ensino fundamental
3. Docente curso de psicologia da Universidade Metropolitana de Santos, Santos, SP, Brasil
4. Docente do Programa de Pós-graduação “Medicina Veterinária no Meio Ambiente Litorâneo”, da Universidade Metropolitana de Santos, Santos, SP, Brasil

Palavras-chaves: Pessoa, heterônimos, psicopatologia, loucura, relato de experiência.

Introdução

Fernando Antônio Nogueira Pessoa nasceu em Lisboa, Portugal, no dia 13 de junho de 1888. Era filho de Joaquim de Seabra Pessoa e de Maria Magdalena Pinheiro Nogueira Pessoa, ficou órfão de pai aos 5 anos de idade. Fernando Pessoa foi um dos mais importantes poetas da língua portuguesa e figura central do Modernismo português, foi vários poetas ao mesmo tempo, criou heterônimos - poetas com personalidades próprias que escreveram sua poesia e, cada um tem sua biografia e traços diferentes de personalidade, cada qual com seu mundo próprio, representando o que o angustiava ou o encantava e com eles procurou detectar, sob vários ângulos, os dramas do homem de seu tempo.

Objetivo

Refletir sobre o surgimento dos heterônimos de Fernando Pessoa, através de uma visão Fenomenológica Existencial Humanista.

Métodos

Revisão de literatura e relato de experiência a partir da visita à Casa Fernando Pessoa. Uma exposição em 3 pisos, sobre a vida e obra do autor.

Discussão/ Desenvolvimento

O autor Fernando Pessoa

Fernando Pessoa, em uma carta ao seu amigo, escreveu sobre *“A origem dos meus heterônimos é o fundo traço de histeria que existe em mim.”*. Para Michel Foucault, a loucura nada mais era, do que um afastamento da razão, onde cada uma é medida da outra, a necessidade de afastamento da sociedade aqueles que não são bem-vistos por ela, as figuras de loucura, que compreendiam a demência, mania e melancolia, histeria e hipocondria.

O autor, Pessoa, ainda prossegue em sua carta sobre a origem de seus heterônimos: *“Seja como for, a origem mental dos meus heterônimos está na minha tendência orgânica e constante para a despersonalização e para a simulação”*. Quando ele reforça que, a histeria vivenciada por si se assemelha, diferenciando-se apenas no fator gênero, de uma histeria malvista e julgada pelo fator social, é ainda interligado ao biopoder de Foucault.

Relato de experiência

Eu, Luciana Mendes, aluna do 6º semestre de Psicologia Unimes, fui visitar A Casa Fernando Pessoa, em julho de 2022, e a partir dessa visita surgiu a curiosidade por saber mais sobre esse poeta tão magnífico.

A Casa Fernando Pessoa, foi o local em que o escritor viveu seus últimos 15 anos de vida. E que de uma forma muito inteligente e criativa se tornou uma exposição em 3 pisos, sobre a vida e obra do autor.

A sugestão que recebi iniciar a visita pelo último andar, que é o dos Heterônimos.

Logo na entrada já encontramos sua máquina de escrever com a frase “Sou hoje o ponto de reunião de uma pequena humanidade só minha”. Lá é possível conferir a genialidade do autor ao ver que os heterônimos possuem data, horário, local de nascimento e morte, tendo até mesmo a pesquisa astrológica dos mesmos e ainda ouvir a declamação de poemas. Neste andar também tem a famosa pintura de Almada Negreiros “Retrato de Fernando Pessoa”.

Com toda essa magia que pude presenciar de perto, criou em mim, uma curiosidade gigantesca por tentar entender se aqueles heterônimos faziam parte de Fernando Pessoa como se fosse ele mesmo, um homem sozinho, tímido e que via neles a possibilidade de transcender, ser através daqueles personagens quem não era ou ele os via ou ainda se transformava neles. Mais curiosa fiquei, com a quantidade de escritas por ele e ainda quando fui visitar o famoso café A Brasileira, que foi um local que muito frequentou e escreveu quase todo o livro Mensagem, por exemplo, soube que o mesmo deixou a poetisa Cecília Meireles esperando por horas e não apareceu ao seu encontro, pois havia sido desaconselhado por seu horóscopo matinal. Quando ela voltou ao seu hotel, havia um bilhete explicando sua ausência e deixou como um pedido de desculpas um exemplar do livro Mensagem, autografado. Esse livro foi sua única obra publicada em vida, em português.

Fervilhando em mim tudo isso, fui atrás da carta de Pessoa para seu amigo Casais Monteiro, onde a suposta bipolaridade dele ficou explícita.

Procurei minha colega de classe, Maria Eduarda de Araújo, que sei que se interessa muito por esse assunto e agora entramos nessa aventura por refletir sobre essa carta e as atitudes de Pessoa, e talvez mostrar o quão difícil seria se ele na época fosse “psicologizado”.

Será que ele teria tido a oportunidade de deixar todo esse patrimônio para gente?

Será que sua escrita teria sido valorizada?

Análise contextual do autor

...” A origem dos meus heterónimos é o fundo traço de histeria que existe em mim. Não sei se sou simplesmente histórico, se sou, mais propriamente, um histero-neurasténico. Tendo para esta segunda hipótese, porque há em mim fenómenos de abulia que a histeria, propriamente dita, não enquadra no registo dos seus sintomas...” (Carta, 1935)

Fernando Pessoa criou seus heterônimos como uma forma de sentido de vida, pois mesmo em um sofrimento, do qual ele se percebia ter, nos relatos de suas cartas, é possível notar e nos resquícios da

história, que fala que ele estudou um pouco do que Freud escrevia, por isso do termo histeria, para tentar entender que “mal “sofria. (Ferreira, 2012)

Pessoa, parecia não pensar como uma unidade, ele tinha na verdade, todas as possibilidades do vir-a-ser, para Sartre, com seus heterônimos. Nós temos o hábito de ver a loucura só de uma forma ruim, mas na verdade, tudo depende da vivência de cada um e de como ela é escutada.

...” Desde criança tive a tendência para criar em meu torno um mundo fictício, de me cercar de amigos e conhecidos que nunca existiram. (Não sei, bem entendido, se realmente não existiram, ou se sou eu que não existo...”

...” Nesta altura estará o Casais Monteiro pensando que má sorte o fez cair, por leitura, em meio de um manicômio...” (Carta, 1935)

O poeta, teve bons amigos, pessoas que o valorizavam e respeitavam, como pudemos perceber em suas cartas, e isso com certeza fez total diferença em quem ele fora. Em algum momento da sua vida, talvez pelos acontecimentos em sua infância, algum ponto do que ele achava que “era”, ruiu-se e perdeu-se.

Para Viktor Frankl, precisamos aprender e ensinar as pessoas em desespero, que nunca e jamais importa, o que nós ainda temos a esperar da vida, mas sim, exclusivamente, o que a vida espera de nós, que nada mais é do que colocar sentido nela. A pessoa que busca um sentido, pode voltar a ser. De uma forma grandiosa e criativa, num período de guerra, através dos heterônimos, vivos dentro dele, Pessoa, voltou a ser, dando sentido em sua vida, conseguindo ser muitos, num só, libertando-se da autoridade dos outros, que possivelmente, se percebessem algo anormal, o colocariam num manicômio. O poeta, talvez em sua não lucidez, tão lúcida, percebeu que liberdade era a maneira de como lidar com as angústia, ainda que sofrendo, mas vivendo com seus tantos “eus”.

...” Num dia em que finalmente desistira — foi em 8 de março de 1914 — acerquei-me de uma cómoda alta, e, tomando um papel, comecei a escrever, de pé, como escrevo sempre que posso. E escrevi trinta e tantos poemas a fio, numa espécie de êxtase cuja natureza não conseguirei definir... E o que se seguiu foi o aparecimento de alguém em mim, a quem dei desde logo o nome de Alberto Caeiro...” (Carta, 1935)

Considerações Parciais

Em nossa sociedade temos o hábito de excluir o diferente, de forma racional ou irracionalmente, deixá-los de lado, para que assim em isolamento, eles deixem de existir. Quando damos voz a loucura, podemos extrair dela arte, músicas, pinturas, poemas, entre outras coisas. Pessoa, como já dito, pode ser escutado e pode existir, não só como Fernando, mas como tantos outros, vivos nele. E o que foi isso que ele fez? Foi loucura, bipolaridade, excentricidade ou só e tão puramente uma grande genialidade?

Referências

CARTA DE FERNANDO PESSOA A ADOLFO CASAIIS MONTEIRO, de 13 de janeiro de 1935, in correspondência 1923-1935, ed. Manuela parreira da silva, Lisboa, Assírio & Alvim, 1999. Acesso em 16 de outubro de 2022. Disponível em: <https://www.casafernandopessoa.pt/pt/fernando-pessoa/textos/heteronimia>

FRAZÃO, Dilma, FERNANDO PESSOA, última atualização dia 30 de setembro de 2021. Acessado dia 18 de setembro de 2022, disponível em: https://www.ebiografia.com/fernando_pessoa/

FERREIRA, E. Fernando Pessoa e o Distúrbio de Personalidades Múltiplas. Intersemiose, Revista Digital, ANO I, vol. 01, n. 01, Jan/Jul 2012, n.1. Acessado dia 19 de outubro de 2022, disponível em: <https://www.neliufpe.com.br/wp-content/uploads/2012/06/04.pdf>

Foucault, Michel. Microfísica do poder. Michel Foucault; organização e tradução de Roberto Machado. - Rio de Janeiro: Edições Graal, 4ª ed. 1984. (Biblioteca de filosofia e história das ciências; v. n. 7) Acessado dia 18 de setembro de 2022, disponível em: <http://www.cidadaniaereflexao.com.br/uems2018/Microfsica%20do%20Poder.pdf>

Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, DSM – 5, 3ª Edição, 2014, editora Artmed.

114. EVASÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL DE SANTOS – SP – IDENTIFICAR CAUSAS, AÇÕES, AVANÇAR NO AMANHÃ

Giovanna Ribeiro Spagnolo Stahl – Psicologia, IC PIC/UNIMES

Elisete Gomes Natário- Psicologia, Pedagogia /UNIMES

Maria da Graça P. Carril – Pedagogia/UNIMES

e-mail: gistahl@yahoo.com.br

Palavras-chave: evasão; educação básica; pandemia.

Introdução

Na atualidade a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –Lei Nº 9394/1996 normatiza as políticas expressas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e garante a educação como direito de todos os cidadãos brasileiros (BRASIL, 1988, 1996). A Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como uma pandemia no primeiro semestre de 2020, gerando mudanças na organização educacional. O Decreto Nº 64.879, de 20 de março de 2020, do Estado de São Paulo, determinou a suspensão das atividades presenciais, inclusive as escolares com fim de evitar a contaminação da sociedade (SÃO PAULO, 2020). Diante do cenário apresentado todas as redes de educação buscaram ofertar a educação básica por meio do uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) para dar continuidade ao processo de ensino e aprendizagem, o que se constituiu um dos principais problemas da educação brasileira no ensino fundamental, seja antes ou pós pandemia - a evasão escolar. Observando a realidade atual em que estão combinados o período de pandemia e a situação de evasão que já ocorria em períodos anteriores no ensino público, acredita-se que a discussão sobre o abandono ou evasão deve ser observada e mostrar ações de combate e prevenção, não só as questões pedagógicas, mas também o econômico e o social, que tanto oprimem as classes mais pobres no que tange as suas relações com a educação.

Objetivo

O objetivo desse estudo é discutir as causas da evasão escolar e as ações que podem ser implementadas pela escola, considerando o período de retorno às aulas, após o período de pandemia, segundo a literatura.

Desenvolvimento

A metodologia adotada foi de pesquisa bibliográfica em livros, jornais, sites, plataformas online e artigos científicos. Utilizou-se da literatura existente em relação ao tema evasão escolar, priorizando a escolha por materiais publicados entre os anos 2006 a 2021, e com o uso isolado ou associado das consecutivas

Resultados e discussão

Ceratti (2008) descreve as causas para ocasionar a evasão são os aspectos interligados aos estudantes, como: motivações, competências ou até o fator genético. Também se têm presente em outras óticas que responsabilizam a própria instituição educacional no desempenho das escolas e na prática de ensinamento dos educadores. Porém a consequência do fracasso no contexto escolar é resultado da interação de, pelo menos, três fatores que são: psicológicos, socioculturais, institucionais. Os fatores de ordem psicológica referem-se aos aspectos de ordem cognitiva e psicoemocionais dos estudantes (BRASIL, 2006). Os fatores socioculturais são alusivos a situação social do estudante e aos aspectos de sua família (OLIVEIRA, 1999). Os fatores institucionais estão fundamentados na escola, bem como, formas de ensino, disciplina e as ideologias para a educação (AQUINO, 1997). Os novos estudos impostos pela situação de pandemia mostram que as tarefas remotas possuem suas restrições e, o aluno não atingirá a vivência escolar esperada no modelo presencial. A falta de interação entre os alunos, amigos e professores podem promover sentimentos de solidão e abandono, portanto acarretando para uma elevação nos índices de evasão escolar (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020; SOUSA; ALVES; LUIZ, 2021).

Com o emprego da ferramenta Educação à Distância (EaD), o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC) em 2020, averiguou que no Brasil 152 milhões de pessoas usam a internet, equivalendo à 81% da população brasileira que têm 10 anos ou mais. Assim, verificou-se que existe uma disparidade entre as classes sociais, no qual a classe A detêm 100% dos

domicílios com acesso à internet, a classe B com 99%, já a classe C tem 91% e por fim a classe D/E decaí para 64% (CETIC, 2020, 2021).

As pesquisas bibliográficas permitiram observar dados do Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) sobre os números de matrículas efetuadas de alunos do 6º ao 9º ano entre os anos de 2017 à 2021 nas escolas da cidade de Santos-SP, conforme mostra a tabela.

Tabela – Números de matrículas efetuadas de alunos do 6º ao 9º ano entre os anos de 2017 à 2021 nas escolas de Santos-SP

Anos	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Total
2017	0	7.104	4.880	8.356	20.340
2018	0	7.274	4.950	8.264	20.488
2019	0	7.098	5.076	8.365	20.539
2020	0	6.898	5.137	8.066	20.101
2021	0	6.745	5.065	8.308	20.118

Fonte: INEP (2017-2021). Elaboração das autoras.

Por meio desses dados nota-se nas escolas que houve uma ascensão ao decorrer dos anos, porém no ano de 2020 houve um déficit de 438 alunos que seria uma queda de em torno de 2,5% nas matrículas e uma pequena recuperação no ano posterior de 17 matrículas a mais.

Conclusão

Os acontecimentos vivenciados durante o período de pandemia ampliaram as desigualdades existentes tanto em termos intelectuais, pedagógicos, econômicos e culturais. Apesar do elevado acesso ao mundo tecnológico, em muitas situações os equipamentos não apresentam potencial de acesso aos estudantes. Verifica-se que a evasão escolar pode ser vista como uma continuidade da violação dos direitos negados à população mais pobre. As práticas pedagógicas aliadas a fatores econômicos e sociais dessa população constitui-se em um forte elemento para o abandono escolar. As causas da evasão escolar estão apoiadas

em metodologias que precisam ser revistas e na falta de políticas públicas como aquisição de equipamentos e materiais adequados para os educandos de menor poder aquisitivo. Destaca-se que no retorno as aulas presenciais, entre as medidas adotadas e a serem investidas, têm-se o apoio psicológico e pedagógico, como rodas de conversas, adoção de projetos que ressaltem temas ligados aos interesses dos discentes. Acredita-se que um olhar em direção a formação docente muito contribui para a doção de novas práticas assim como uma percepção sobre o papel docente, os quais devem contemplar a sua formação política e técnica, que constituir-se em tema para um próximo estudo.

Referências

AQUINO, J. G. O mal-estar na escola contemporânea: erro e fracasso em questão. In: AQUINO, J. G. (org.). Erro e fracasso na escola: alternativas teóricas e práticas. 4. ed. São Paulo: Summus, 1997, p. 91-110.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Alunas e alunos da EJA. Brasília: Coleção: Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos, 2006.

_____. Lei Federal nº 9394/1996. Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 20 jul. 2021.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 12 jun. 2021.

CERATTI, M. R. N. Evasão escolar: causas e consequências. Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE). 2008.

CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO (CETIC). CETIC Domicílios – 2020. Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/indicadores/>. Acesso em: 14 jan. 2022.

_____. Cresce o uso de Internet durante a pandemia e número de usuários no Brasil chega a 152 milhões, é o que aponta pesquisa do Cetic.br. 2021. Disponível em: <https://cetic.br/pt/noticia/cresce-o-uso-de-internet-durante-a-pandemia-e-numero-de-usuarios-no-brasil>. Acesso em: 20 jan. 2022.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Básica: 2017-2021. <https://www.gov.br/inep/pt-br/search?>

[SearchableText](#)=sinopse%20estat%C3%ADstica%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20b%C3%A1sica.
Acesso em: 10 jan. 2022.

OLIVEIRA, M.K. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. Anais 22ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 1999.

SÃO PAULO. Decreto Nº 64.879, de 20 de março de 2020. Reconhece o estado de calamidade pública, decorrente da pandemia do COVID-19, que atinge o Estado de São Paulo, e dá providências correlatas. Diário Oficial do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/wpcontent/uploads/2020/03/decretos-64879-e-64880.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2021.

SOUSA, V. B.; ALVES, P. H.; LUIZ, R. S. A interpretação do homeschooling pós-pandemia do coronavírus e sa ligação com a evasão escolar. Revista humanidades e Inovação: v. 8, n. 55, p. 244-254, 2021.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Ensino a distância na educação básica frente à pandemia da covid-19. 2020. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/425.pdf?1730332266=. Acesso em: 14 jan. 2022.

115. O PAPEL DO PSICÓLOGO NA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NA PREVENÇÃO AO ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL

Lucas de Aguiar Muniz¹, Abigail Malavasi²

lucasmuniz.psi@gmail.com, amalavas@uol.com.br

Universidade Metropolitana de Santos-UNIMES

Palavras-chave: Rede protetiva; Prevenção; Abuso sexual infantil; Exploração sexual infantil.

Introdução

O presente trabalho busca apresentar a importância da atuação do profissional de Psicologia no que diz respeito à prevenção ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, trazendo como tema o papel do psicólogo na rede pública de educação básica na prevenção ao abuso e exploração sexual; para tanto tem como premissa responder ao problema: “Qual a importância do trabalho do psicólogo nas instituições de ensino do segmento de Educação Básica, no que se refere à prevenção aos casos de

violência como abuso e exploração sexual?”. O presente trabalho se justifica pela necessidade de se criar estratégias de prevenção, que atendam crianças e adolescentes em suas demandas, para levar informação, de forma didática e lúdica e, de acordo com a abordagem por faixa-etária, para implantar um sistema de prevenção e possível diminuição/erradicação dos casos de abuso e exploração infantil na região, pois, segundo Santos (2004), estudos da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, as crianças e adolescentes que possuem alguma informação sobre como se proteger de possíveis abusos, mesmo que em idade remota (com menos de cinco anos de idade), possuem 60% de chances de conseguir se proteger, fugir e denunciar.

Objetivo

A presente pesquisa tem como finalidade discutir, dentro da área de Psicologia, a importância da realização de ações preventivas, no que se refere ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes por meio de um levantamento bibliográfico em artigos, dissertações, teses e livros a fim 1) de apresentar e discutir os conceitos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes; 2) discutir a importância da participação efetiva de profissionais de Psicologia na Rede Protetiva da área da infância e adolescência; 3) apresentar possibilidades de métodos de prevenção ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, junto ao público escolhido e Rede Protetiva da área da infância adolescência e 4) propor ações preventivas e de políticas públicas nas esferas de atendimento público educacional.

Métodos

Este trabalho apresenta-se como uma pesquisa bibliográfica, que teve início em setembro de 2021, utilizando-se a metodologia de revisão bibliográfica, de cunho qualitativo e quantitativo, sobre o tema em livros, artigos acadêmicos disponíveis online e impressos e dados estatísticos, reunindo e comparando os diferentes dados encontrados nas fontes pesquisadas. A amostra de estudo discute a importância do Profissional de Psicologia atuando na Rede Pública de Educação Básica para a prevenção de casos de abuso e exploração sexual infantil. A pesquisa se baseia em informações obtidas a partir do estudo de textos sobre o tema.

Resultados/desenvolvimento

A OMS – Organização Mundial de Saúde (2003) define abuso sexual de crianças e adolescentes como todo e qualquer envolvimento de criança e/ou adolescente em atividade sexual não compreendida pelo mesmo, fazendo com que não consiga informar seu consentimento ou não. Já a exploração sexual de crianças e adolescentes, segundo a Childhood do Brasil (2019), caracteriza-se por qualquer relação sexual envolvendo crianças e adolescentes, mediante pagamento em dinheiro ou qualquer benefício. Os números da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil é bastante alarmante. Segundo dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, no ano de 2021 foram 18.681 registros de denúncias recebidas pela Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos, com 30.035 casos de violação, que aponta que o local de maior frequência dos abusos é a própria residência da vítima e do suspeito, somando 8.494 dos casos; sendo que os maiores suspeitos são o padrasto e a madrasta (2.617) e o pai (2.443) e a mãe (2.044). Em quase 60% dos casos, a vítima tinha entre dez e 17 anos, sendo que 74,33% dos ataques são contra meninas, 13,47% sem informação de gênero e 12,20% são contra meninos. No Estado de São Paulo, também de acordo com o MDH, no mesmo ano foram 3.534 denúncias, com 5.679 casos de abuso e/ou exploração; sendo as vítimas 73,17% de meninas, 13,61% de meninos e 13,21% sem informação de gênero. Na região da Baixada Santista e Vale do Ribeira, segundo dados da Polícia Militar, em seu site de transparência, em 2020 foram 491 casos de estupro de vulnerável e em 2021 o número aumentou 3,72%, chegando a 510 casos.

De acordo com a Childhood do Brasil (2015) as vítimas desse tipo de violência normalmente são muito jovens, não conhecendo seus direitos, tendo medo de falar, não compreendendo onde aquele toque (normalmente feito por alguém que devia protegê-las) deixou de ser carinho e se tornou abuso, não tendo voz por serem economicamente e psicologicamente dependentes de seus abusadores/exploradores; fazendo que a maioria dos casos não chegue ao conhecimento das autoridades e levando tais vítimas a sofrerem a vida inteira por conta dos danos psicológicos causados pelo trauma do abuso/exploração. Quando nos referimos à questão do abuso e da exploração sexual infantil, a presença efetiva de um profissional da Psicologia dentro das Unidades Escolares, dentro de uma equipe multidisciplinar, se faz muito necessária; uma vez que este profissional consegue trabalhar a prevenção junto aos alunos, capacitar educadores na área preventiva, observar possíveis indicadores de violência sexual nas crianças e adolescentes, acionar os protocolos de segurança de forma correta,

além de preservar a integridade psicológica da criança ou adolescente vitimado, indo ao encontro da Lei nº 13.938 de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

O trabalho de prevenção ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes busca a educação e a formação da sociedade, como um todo, para concentrar esforços com vistas a reduzir o número de crianças e adolescentes vítimas de tais atos. O trabalho de prevenção dentro das escolas pode ser realizado de três formas, sendo: 1) Formação do corpo docente: ação de formação ministrada pelo profissional de Psicologia, com o objetivo de capacitar os professores para a realização de ações de prevenção junto aos alunos; 2) Orientação a familiares: ação de orientação ministrada pelo profissional de Psicologia, com o objetivo de capacitar a família para a realização de ações de prevenção junto às crianças e 3) Educação preventiva: ação educativa junto aos alunos pelo profissional de Psicologia, com o objetivo de ensinar as crianças e os adolescentes a se protegerem, a dizerem não e a pedir socorro.

Conclusão

Em vista do exposto, levando em consideração os altos índices de violência sexual contra crianças e adolescentes, bem como a informação supracitada de que as crianças e adolescentes que foram expostos a alguma informação sobre como se proteger de ataques possuem 60% mais chances de saírem ilesas de possíveis abusos, entende-se a importância da implantação urgente de programas preventivos ao abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes dentro da rede pública de educação básica. Levando em consideração a Lei nº 13.938 de 2019, evidencia-se a necessidade da presença efetiva de um profissional da Psicologia presente nas escolas públicas de educação básica.

Neste contexto englobar a prevenção ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes ao trabalho do psicólogo nas escolas públicas, com vistas a elaborar possibilidades de métodos de prevenção ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, junto ao público escolhido e Rede Protetiva da área da infância adolescência e realizar ações preventivas e de políticas públicas nas esferas de atendimento público educacional, se mostra uma estratégia de peso no trabalho de defesa aos direitos das crianças e dos adolescentes.

Referências

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados/2021>. Acesso em: 12 de setembro de 2022.

BRASIL. Secretaria Geral. Lei nº 13.935/2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília. Secretaria Geral. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm. Acesso em 20 de outubro de 2021.

CHILDHOOD DO BRASIL. Tipos de exploração sexual infantil. Entenda os diferentes tipos de exploração sexual contra crianças e adolescentes. Disponível em: <https://www.childhood.org.br/tipos-de-exploracao-sexual-infantil->. Acesso em 29 de setembro de 2021.

SANTOS, Benedito Rodrigues et al. Guia Escolar: Métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Brasília, Secretaria Especial de Direitos Humanos e Ministério da Educação, 2004.

SÃO PAULO, Secretaria de Segurança Pública. Dados Estatísticos do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.ssp.sp.gov.br/Estatistica/Pesquisa.aspx>. Acesso em 12 de setembro de 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. (Organização Mundial da Saúde). Documentos e publicações da Organização Mundial da Saúde. Geneva, 2003. Disponível em: http://www.who.int/topics/child_abuse/en/. Acesso em 29 de setembro de 2021.

116. A INFLUÊNCIA DA PLATAFORMA INSTAGRAM NO DESPERTAR DE TRANSTORNOS ALIMENTARES NO PERÍODO PANDÊMICO

Fernanda Ribeiro Alonso Martins¹, Sérgio Marques Jabur², Abigail Malavasi³, Elaine Marcilio Santos⁴, Sandra Kalil Bussadori⁵, Marcela Leticia Leal Gonçalves⁴, Ana Paula Taboada Sobral⁴, Juliana Altavista Gallo⁶

¹ Discente de Psicologia da Universidade Metropolitana de Santos.

² Docente do curso de Psicologia Universidade Metropolitana de Santos, Brasil.

³ Docente do Programa de Pós -graduação em Práticas docentes no ensino fundamental.

⁴ Mestrado em Medicina: Saúde e Meio Ambiente, Universidade Metropolitana de Santos, SP, Brasil;

⁵ Pós-Graduação em Biofotônica Aplicada às Ciências da Saúde, Universidade Nove de Julho, São Paulo, SP, Brasil.

⁶ Programa de Mestrado Acadêmico de Medicina Veterinária no meio Ambiente Litorâneo, Universidade Metropolitana de Santos, Brasil.

Autor correspondente E-mail: nanda.ribeiroamartins@gmail.com

Palavras-chaves: Questionário, saúde mental, pandemia, COVID-19.

Introdução

De acordo com o DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), os transtornos alimentares são caracterizados por uma perturbação persistente na alimentação ou no comportamento relacionado à alimentação que resulta no consumo ou na absorção alterada de alimentos e que compromete significativamente a saúde física ou o funcionamento psicossocial. Os transtornos alimentares possuem fatores multidimensionais, englobando diversos aspectos que permeiam a vida do indivíduo, pois isso ocorre por meio de um processo dialético entre a experiência que o indivíduo possui e o conceito que desenvolveu mediante essa vivência. Essas disfunções geralmente se manifestam quando as pessoas não estão autorizadas a reconhecer, sentir ou até mesmo validar determinadas emoções contribuindo para o aparecimento dos transtornos alimentares (ABREU & CANGELLI FILHO, 2004). Em 2019 houve a propagação do vírus COVID-19, sendo anunciado pela OMS (Organização Mundial de Saúde) um período pandêmico tendo em vista que a transmissão tinha atingido metade dos países. Dessa forma, foi solicitado pela OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde) para que o sistema de vigilância estivesse preparado para detectar, isolar e cuidar precocemente os indivíduos infectados. Esse cenário mundial de instabilidade política e desconhecimento do controle da doença no Brasil, acentuou o sentimento de insegurança, ansiedade e medo na população mediante a transmissão do vírus, o adoecimento em massa e a possível morte causada em detrimento dessa doença (ALCKMIN-CARVALHO, 2021). Em decorrência desse contexto, as variáveis que compõem o desenvolvimento de

transtornos alimentares são diretamente afetadas, tendo em vista que esses indivíduos possuem pensamentos e emoções desadaptativos, além de ter uma auto-estima flutuante (ALCKMIN-CARVALHO, 2021).

Objetivo

A pesquisa visa compreender a influência que a plataforma Instagram exerce na vida das pessoas e sua relação com o despertar e desenvolvimento de transtornos alimentares após a pandemia, com a intenção de promover a conscientização dos riscos de desenvolvimento de transtornos alimentares aos usuários da plataforma.

Métodos

Revisão bibliográfica em revistas científicas de acesso aberto e livros que abordam o tema comportamento alimentar e mídias sociais em língua portuguesa.

Discussão

Os transtornos alimentares estão associados a uma função de autorregulação emocional, onde as pessoas que possuem esses transtornos geralmente exibem algum nível de aleximia, ou seja, possui dificuldade de identificar, descrever e comunicar sentimentos e de diferenciá-los de sensações corporais. (ALCKMIN-CARVALHO, 2021)

De acordo com uma pesquisa realizada no Reino Unido, Royal Society for Public Health (2017), a rede social Instagram foi avaliada como a mais prejudicial ao público de 14 a 24 anos, promovendo um impacto negativo em relação a autoimagem e sua qualidade de sono, podendo estimular o aparecimento da ansiedade, baixa autoestima entre outros transtornos psicológicos. (PERES, et al. 2018)

Mediante a velocidade com que os conteúdos surgem, a reflexão sobre as informações observadas são suspendidas e muitas vezes ignoradas, assim, podemos relacionar a crítica social que o filósofo Bauman fez sobre a modernidade líquida, em que há fluidez nas relações devido à ênfase no individualismo (PERES, et al. 2018).

De acordo com sua abordagem, Bauman enxerga a elaboração de um perfil visto como “perfeito” em uma forma de construção de um objeto, uma mercadoria a ser desejada e consumida, mantendo uma relação de dependência com quem o deseja. Gerando um gatilho, por ser inalcançável, para o desenvolvimento de transtornos alimentares, colocando diversas pessoas em posição de vulnerabilidade (PERES, et al. 2018).

Considerações parciais

Tendo em vista que as variáveis do desenvolvimento de um transtorno alimentar são subjetivas, pois partem de um processo dialético elaborado pelo indivíduo através de seus pensamentos e emoções mediante suas experiências, pode-se inferir a importância de disseminar informações sobre autoconhecimento, assim como alertar os usuários da plataforma sobre possíveis gatilhos.

Referências

ASSOCIATION, American Psychiatric. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. 1780 p.

ABREU, Cristiano Nabuco de; CANGELLI FILHO, Raphael. Anorexia nervosa e bulimia nervosa: abordagem cognitivo-construtivista de psicoterapia. Archives Of Clinical Psychiatry (São Paulo), [S.L.], v. 31, n. 4, p. 177-183, 2004. FapUNIFESP (SciELO)

ALCKMIN-CARVALHO, Felipe. Impacto da pandemia por COVID-19 em pacientes com transtornos alimentares: considerações para profissionais de saúde mental. Revista Brasileira de Psicoterapia, [S.L.], v. 23, n. 1, p. 3-7, abr. 2021. GN1 Genesis Network.

PERES, Milena Cristina, et al. Instagram, autoestima e transtornos alimentares: resultados do grupo focal. 2018. Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

117. COMPORTAMENTO ESTRATÉGICO DO PSICOPATA EM AMBIENTE CORPORATIVO

Aline Targa Silva¹, Juliana Maria Altavista Sagretti², Elaine Marcilio Santos³, Elza Padilha Ferri⁴, Marcela Leticia Leal Gonçalves³, Ana Paula Taboada Sobral³, Sergio Marques Jabur⁵, Abigail Malavasi⁶

1. Discente do curso de psicologia da Universidade Metropolitana de Santos, Santos, SP, Brasil.

2. Docente do Programa de Pós-graduação “Medicina Veterinária no Meio Ambiente Litorâneo”, da Universidade Metropolitana de Santos, Santos, SP, Brasil.

3. Mestrado em Medicina: Saúde e Meio Ambiente, Universidade Metropolitana de Santos, SP, Brasil.

4. Faculdade de Odontologia, Universidade Metropolitana de Santos, SP, Brasil;

5. Docente do curso de psicologia da Universidade Metropolitana de Santos, SP, Brasil.

6. Docente do Programa de Pós -graduação em Práticas docentes no ensino fundamental Universidade Metropolitana de Santos, SP, Brasil.

Palavras chaves: Psicopata. Ambiente Corporativo. Confrontamento. Cognição.

Introdução

De acordo com Silva (2014), o psicólogo canadense Robert Hare, com base em um estudo publicado por Harvey Cleckley em 1941, formulou a Escala de Hare (ou PCL-R). Este questionário tornou-se de grande relevância para profissionais da saúde mental, visto que se mostrou bastante eficaz. De acordo com Hare, psicopatas não possuem falhas em sua cognição, tampouco sofrem de algum transtorno que os deixaria incapazes de compreender o que estão fazendo. Deste modo, não se pode considerar a psicopatia uma doença mental, pois estes não apresentam nenhum sofrimento mental, ou remorso. (Pimentel 2010, p.17). De maneira sintética, as principais características de um psicopata são: pobreza geral em relacionamentos interpessoais, ausência de remorso ou culpa, desprezo para com a verdade e sinceridade, sedução e boa inteligência, entre outros.

Neste contexto, ao adentrar em uma instituição o psicopata apresenta um comportamento calculista e previsível de atuação. De acordo com o psicólogo norte-americano Paul Babiak (2006, p.256), a ação estratégica do psicopata pode ser segregada em 5 fases distintas, sendo elas: a fase de ingresso na empresa, estudo do território, manipulação de pessoas e fatos, confrontação e ascensão. A Psicopatia tem sido desde a sua descoberta um tema de suma importância. Os malefícios causados por sujeitos psicopatas, especialmente dentro das organizações são inúmeros. Manipuladores, egocêntricos e sem nenhum sentimento de culpa, eles têm como objetivo chegar ao topo da empresa a qualquer preço

Objetivo

O presente artigo visa apresentar de forma objetiva e sucinta a atuação estratégica do psicopata em ambiente corporativo.

Métodos

Revisão de literatura, tendo como base revistas acadêmicas indexadas de acesso aberto em português disponíveis-online.

Discussão

A primeira fase chamada “fase de ingresso ” na empresa, corresponde ao processo seletivo, onde o psicopata mostra-se bastante cativante, a fim de ganhar o emprego em vista. Em seguida, começa a fase do estudo do território que consiste em analisar seus colegas de trabalho para tirar proveito. A seguir, na fase da manipulação de pessoas e fatos, começa a espalhar notícias falsas para promover a discórdia. Na fase do confronto, o psicopata descarta pessoas que já não são mais úteis. Conseqüentemente, o psicopata ocupa nessa próxima etapa o cargo de chefia.

Conclusão

Os resultados iniciais evidenciam que o ingresso de este tipo de personalidade pode acarretar malefícios ao clima organizacional, corroborando para o caos e indica que o que as organizações devem ter profissionais psicólogos capacitados na equipe de seleção e acompanhamento de demandas de saúde mental, para cientes dessa possibilidade acompanharem a equipe e evitar situações caóticas.

Referências

TURRIONI, João Batista; SILVA, Patricia Gomes da. Psicopatas corporativos: Eles existem e deterioram o clima organizacional. *Research, Society and Development*, v.1, n.1, p.20–42, 2016. Disponível em: <<https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/3>>. Acesso em: 20set.2022.

PIRES, Sergio Fernandes Senna. APTOS PARA SEREM ANTIÉTICOS: A PSICOPATIA FUNCIONAL NAS ORGANIZAÇÕES. *Revista Contemporânea*, v.2, n.4, p.106–121, 2022.

STEFANO, Lara Bianca. REFÉNS DA PSICOPATIA.REGRAD - Revista Eletrônica de Graduação do UNIVEM - ISSN 1984-7866, v.9, n.1, p.235–251, 2016. Disponível em: <<https://revista.univem.edu.br/REGRAD/article/view/1270>>.

VASCONCELLOS, Silvio José Lemos; SALVADOR-SILVA, Roberta; VARGAS, Fernanda de; *et al.* A cognição social dos psicopatas: achados científicos recentes. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, v. 34, p. 151–159, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/8wgzjncSrWLvxNhcjww8rhx/?lang=pt>>.

SILVEIRA, Marília de Souza da ; KERN, Cristina Adriana Rodrigues. As características do psicopata desde a infância contadas por seus familiares. *Diaphora*, v. 6, n. 1, p. 78–78, 2017. Disponível em: <<http://www.sprgs.org.br/diaphora/ojs/index.php/diaphora/article/view/140>>.

SOUSA, Carlos Eduardo Batista de ; MATTOS, Marselle Soares S. Klem de. NEUROIMAGEM E PSICOPATIA: AVANÇOS E CRÍTICAS. *Ciências & Cognição*, v. 24, n. 2, 2019. Disponível em: <<https://cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/1529>>.

AGUIAR, Ângela Maria. PSICOPATIA: REVELANDO MITOS E VERDADES POR TRÁS DO DIAGNÓSTICO. *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades*, v.24, n.50, p.116–129, 2020. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.edu.br/index.php/reihm/article/view/6254>>. Acesso em: 16 out. 2022.

HERVE, Hugues; YUILLE, John C. *The Psychopath: Theory, Research, and Practice*. [s.l.]: Routledge, 2017. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=8IYPEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&dq=psychopath&ots=Qlbd0_FVG&sig=KncK4dq9MHCq5XKArkJE2qw364#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 16 out. 2022.

ERIKSON, Thomas. *Cercado de Psicopatas: Como Evitar Ser Explorado Pelos Outros No trabalho e Na Vida Pessoal*. [s.l.]: Editora Intrínseca, 2021. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=tAcVEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=psicopatia+trabalho&ots=caMhwFeDN0&sig=sPIFB8rHnjDTYC-eFRHRP131i9o#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 16 out. 2022.

LEONARDO, Rodrigues de Araujo ; KAROLINE, Ana. A contribuição da genética comportamental na psicopatia. *repositorio.uniceub.br*, 2021. Disponível em: <<https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/15472>>. Acesso em: 16 out. 2022.